CONSÓRCIO
Santa Quitéria

Relatório sobre o Plano de Divulgação das Audiências Públicas em

Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé - Ceará.

PARTE 1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

1. INTRODUÇÃO 10

2. O QUE É AUDIÊNCIA PÚBLICA 11

2.1 OBJETIVOS 12

3. O PAPEL DO EMPREENDEDOR – CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA 13

4. PROJETO SANTA QUITÉRIA 14

5. ABRANGÊNCIA DO EMPREENDIMENTO 14

6. LEGISLAÇÃO E OFÍCIOS RELACIONADOS ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 15

6.1 LISTA DE DOCUMENTOS 16

6.2 COMUNICAÇÃO, RELACIONAMENTO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 17

6.3 DIRETRIZES PARA ESTABELECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO SOCIAL 17

6.4 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS 18

6.5 EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO SOCIAL 20

6.6 FATORES INFLUENCIADORES DA ESTRATÉGIA PARA AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO SOCIAL PRÉVIAS, DURANTE E IMEDIATAMENTE NA SEQUÊNCIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. 21

6.7 PÚBLICO ABRANGIDO PELAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO SOCIAL PRÉVIAS, DURANTE E NA SEQUÊNCIA ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 22

6.8 PRINCIPAIS AÇÕES PRÉVIAS, DURANTE E IMEDIATAMENTE POSTERIORES ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 23

6.9 DETALHAMENTO DAS REUNIÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA 25

6.10 REGISTRO FOTOGRÁFICO E LISTAS DE PRESENÇA DAS REUNIÕES PRÉVIAS 28

7 COMUNICAÇÃO ESPECIFICA PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 43

7.1 AÇÕES PRÉ-AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: 43

7.2 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO: 43

7.3 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO 44

7.3.1 SITE DO CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA: 44

7.3.2 CARTILHA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA 45

7.3.3 IMPACTO DAS DIVULGAÇÕES SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NAS REDES SOCIAIS OFICIAIS DA CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA 46

7.3.4 DIVULGAÇÃO SOBRE AS APS NAS REDES SOCIAIS OFICIAIS DO CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA: CONTEÚDO PATROCINADO PARA ELEVAR O ALCANCE DO CONTEÚDO 47

7.3.5 SÉRIE DE VÍDEOS DISTRIBUÍDA VIA REDES SOCIAIS E CANAL DE YOUTUBE DO CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA 49

7.3.6 TRANSMISSÕES E GRAVAÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE SANTA QUITÉRIA, LAGOA DO MATO (ITATIRA) E CANINDÉ PELO YOUTUBE 51

7.3.7 SPOTS NAS PRINCIPAIS RÁDIOS DA REGIÃO DE SANTA QUITÉRIA, LAGOA DO MATO (ITATIRA) E CANINDÉ 56
7.3.8 POSTAGENS EM REDES SOCIAIS E SITES DA REGIÃO (SANTA QUITÉRIA, LAGOA DO MATO (ITATIRA) E CANINDÉ) 57
7.3.9 MATÉRIAS EM IMPRENSA REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA E DIVULGAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 60
7.3.10 PROMOÇÃO DE CONTEÚDO SOBRE AS APS PARA PÚBLICO DIRIGIDO 63
7.3.11 RÁDIOS – GRADES DE VEICULAÇÃO 63
7.3.12 CARROS DE SOM 67
7.3.12.1 SANTA QUITÉRIA 68
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CARRO DE SOM 69
7.3.12.2 LAGOA DO MATO (TATIRA) 69
7.3.12.3 CANINDÉ 70
7.3.13 AMBIENTAÇÃO NAS RUAS DOS MUNICÍPIOS DE SANTA QUITÉRIA, ITATIRA E CANINDÉ 71
7.3.13.1 FAIXAS NAS RUAS: 72
7.3.13.1.1 LOCAIS DE INSTALAÇÃO DAS FAIXAS: 72
7.3.13.1.2 ARTE DA FAIXA – SANTA QUITÉRIA 73
7.3.13.1.3 REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS FAIXAS INSTALADAS – SANTA QUITÉRIA 73
7.3.13.1.4 ARTE DA FAIXA – LAGOA DO MATO (ITATIRA): 74
7.3.13.1.5 REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS FAIXAS INSTALADAS – LAGOA DO MATO (ITATIRA) 74
7.3.13.1.6 ARTE DAS FAIXAS– CANINDÉ 75
7.3.13.1.7 REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS FAIXAS INSTALADAS– CANINDÉ 75
7.3.13.2 BUSDOOR: 75
7.3.13.2.1 ARTE BUSDOOR - SANTA QUITÉRIA 76
7.3.13.2.2 REGISTROS FOTOGRÁFICOS BUSDOOR – SANTA QUITÉRIA 76
7.3.13.2.3 ARTE BUSDOOR – CANINDÉ 76
7.3.13.2.4 REGISTROS FOTOGRÁFICOS BUSDOOR – CANINDÉ 77
7.3.13.3 CARTAZES E PANFLETOS: 77
7.3.13.3.1 APLICAÇÃO DOS CARTAZES EM SANTA QUITÉRIA: RELAÇÃO DOS LOCAIS 77
7.3.13.3.1.2 ARTES DOS CARTAZES- SANTA QUITÉRIA 78
7.3.13.3.1.3 REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS CARTAZES EM SANTA QUITÉRIA 80
7.3.13.3.2 APLICAÇÃO DOS CARTAZES EM LAGOA DO MATO (ITATIRA): RELAÇÃO DOS LOCAIS 80
7.3.13.3.2.1 ARTE DOS CARTAZES - LAGOA DO MATO (ITATIRA) 81
7.3.13.3.2.2 REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS CARTAZES EM LAGOA DO MATO (ITATIRA) 82
7.3.13.3.3 APLICAÇÃO DOS CARTAZES EM CANINDÉ: RELAÇÃO DOS LOCAIS 82
7.3.13.3.3.1 ARTES DOS CARTAZES - CANINDÉ 83
7.3.13.3.3.2 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS CARTAZES - CANINDÉ 84

7.3.13.4 PANFLETOS 84
7.3.13.4.1 PANFLETOS – SANTA QUITÉRIA 85
7.3.13.4.1.1 ARTE DO PANFLETO – SANTA QUITÉRIA 85
7.3.13.4.1.2 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS – SANTA QUITÉRIA 86
7.3.13.4.2 ARTE DO PANFLETO – LAGOA DO MATO (ITATIRA) 86
7.3.13.4.2.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS – LAGOA DO MATO (ITATIRA) 87
7.3.13.4.3 PANFLETOS – CANINDÉ 88
7.3.13.4.3.1 ARTE DO PANFLETO - CANINDÉ 88
7.3.13.4.3.2 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS - CANINDÉ 89
7.3.13.5 BANNER 89
7.3.13.5.1 ARTE DO BANNER – SANTA QUITÉRIA 90
7.3.13.5.1.2 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APLICAÇÃO DOS BANNERS – SANTA QUITÉRIA 90
7.3.13.5.2 ARTE DO BANNER – LAGOA DO MATO (ITATIRA) 91
7.3.13.5.2.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APLICAÇÃO DOS BANNERS EM ITATIRA 91
7.3.13.5.3 ARTE DO BANNER – CANINDÉ 92
7.3.13.5.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APLICAÇÃO DO BANNER - CANINDÉ 92
7.3.14 LINHA TELEFÔNICA 0800 92
7.3.15 E-MAIL MARKETING – CONVITES PARA AS APS 93
7.10.19 CONVITES IMPRESSOS ENVIADOS PARA AUTORIDADES – LISTAGEM DE NOMES, COMPROVANTES DE ENVIO E ARTE PRODUZIDA 106
8. DISTRIBUIÇÃO DO EIA/RIMA 113
8.1 VERSÃO DIGITAL 114
8.2 VERSÃO IMPRESSA 115
8.3 ENTREGA DO EIA/RIMA ÀS AUTORIDADES 116
8.4 OFÍCIOS DE ENTREGA DAS VERSÕES DIGITAIS DO EIA/RIMA ÀS AUTORIDADES 117
9. DIVULGAÇÃO DO EMPREENDIMENTO AO GOVERNO DO ESTADO, PREFEITURAS, CÂMARAS MUNICIPAIS DE VEREADORES, SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E ÓRGÃOS REGULADORES 133
9.1 OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE AMBIENTAÇÃO NAS RUAS POR FAIXAS E CARTAZES NOS MUNICÍPIOS DE SANTA QUITÉRIA E CANINDÉ 134
10. PERCEPÇÕES SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 138
10.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SANTA QUITÉRIA – 07/06/2022 140
10.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DISTRITO DE LAGOA DO MATO (ITATIRA) – 08/06/2022 141
10.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA EM CANINDÉ – 09/06/2022 141
10.4 PRINCIPAIS TEMAS DE QUESTIONAMENTO/MANIFESTAÇÃO 142
10.4.1 ENTIDADES QUE OFICIALIZARAM MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS: 144
11. REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 145
11. 1 PONTOS FÍSICOS PARA AS APS 145

11.2 REGISTROS DAS APS 148
11.2.1 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA, DIA 07/06/2022 148
11.2.2 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ITATIRA (LAGOA DO MATO), DIA 08/06/2022 150
11.2.3 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ, DIA 09/06/2022 151

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1- Representação esquemática dos níveis de abrangência do Projeto Santa Quitéria

Figura 5.1 – Mapa de Localização do empreendimento

Figura 6.4 – Variáveis influenciadoras do nível de Licença Social para Operar

Figura 6.10.1 – Reunião prévia com CONDEMA Santa Quitéria

Figura 6.10.2 – Lista de Presença Reunião prévia com CONDEMA Santa Quitéria (parte 1)

Figura 6.10.3 – Lista de Presença Reunião prévia com CONDEMA Santa Quitéria (parte 2)

Figura 6.10.4 – Reunião prévia com Assentamento Morrinhos

Figura 6.10.5 – Reunião prévia com CONDEMA Itatira

Figura 6.10.6 – Reunião com vereadores - Câmara dos Vereadores de Santa Quitéria

Figura 6.10.7 – Lista de Presença Reunião com vereadores - Câmara dos Vereadores de Santa Quitéria (parte 1)

Figura 6.10.8 – Lista de Presença Reunião com vereadores – Câmara dos Vereadores de Santa Quitéria (parte 2)

Figura 6.10.9 – Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria

Figura 6.10.10 – Lista de Presença Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria (parte 1)

Figura 6.10.11 – Lista de Presença Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria (parte 2)

Figura 6.10.12 – Lista de Presença Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria (parte 3)

Figura 6.10.13 – Reunião com Prefeitura Municipal de Madalena

Figura 6.10.14 – Lista de Presença Reunião com Prefeitura Municipal de Madalena

Figura 6.10.15 – Reunião com vereadores – Câmara dos Vereadores de Itatira

Figura 6.10.16 – Lista de Presença Reunião com vereadores – Câmara dos Vereadores de Itatira

Figura 6.10.17 – Reunião Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva)

Figura 6.10.18 – Lista de Presença Reunião Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva) (parte1)

Figura 6.10.19 – Lista de Presença Reunião Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva) (parte2)

Figura 6.10.20 – Reunião com Prefeitura de Canindé

Figura 6.10.21 – Reunião com CREDE 7 Canindé

Figura 6.10.22 – Reunião com CDL e lojistas de Canindé

Figura 6.10.23– Reunião com CDL e lojistas de Canindé

Figura 6.10.24 – Reunião com Saco de Belém

Figura 6.10.25 – Lista de Presença Reunião com Saco de Belém

Figura 6.10.26 – Reunião com Prefeitura Municipal de Itatira

Figura 6.10.27 – Reunião com CDL de Santa Quitéria

Figura 6.10.28 – Lista de Presença Reunião com CDL de Santa Quitéria (parte 1)

Figura 6.10.29 – Lista de Presença Reunião com CDL de Santa Quitéria (parte 2)

Figura 6.10.30 – Lista de Presença Reunião com CDL de Santa Quitéria (parte 3)

Figura 0.3.1 – Disponibilização de informações sobre as APs, no site oficial do Projeto Santa Quitéria

Figura 0.3.2– Capa da cartilha sobre o Projeto Santa Quitéria

Figura 0.3.3 – Distribuição da cartilha sobre o Projeto Santa Quitéria durante encontro com vereadores de Itatira, em 18/maio

Figura 0.3.4 – Divulgação das APs e normas de saúde para participação – Instagram oficial do Consórcio Santa Quitéria

Figura 0.3.5 - Comunicação distribuída por meio de listas de transmissão de WhatsApp com residentes dos municípios de Santa Quitéria, Itatira e Canindé e demais públicos de interesse

Figura 0.3.6 – Perfil do Consórcio Santa Quitéria no Instagram

Figura 0.3.7 – Perfil do Consórcio Santa Quitéria no Youtube, com todos os vídeos a produzidos sobre o Projeto e Consórcio. Fonte (www.youtube.com/c/ConsórcioSantaQuitéria/vídeos)

Figura 0.3.8 – Dados apurados pelo YouTube (parte 1) – Transmissão de Santa Quitéria

Figura 0.3.9 – Dados apurados pelo YouTube (parte 2) - Transmissão de Santa Quitéria

Figura 0.3.10 – Dados apurados pelo YouTube (parte 3) - Transmissão de Santa Quitéria

Figura 0.3.11 – Dados apurados pelo YouTube (parte 4) - Transmissão de Santa Quitéria

Figura 0.3.12 – Dados apurados pelo YouTube (parte 1 – Transmissão Lagoa do Mato)

Figura 0.3.13 – Dados apurados pelo YouTube (parte 2) – Transmissão Lagoa do Mato

Figura 0.3.14 – Dados apurados pelo YouTube (parte 3) – Transmissão Lagoa do Mato

Figura 0.3.15 – Dados apurados pelo YouTube (parte 4) – Transmissão Lagoa do Mato

Figura 0.3.16 – Dados apurados pelo YouTube (parte 1) – Transmissão Canindé

Figura 0.3.17 – Dados apurados pelo YouTube (parte 2) – Transmissão Canindé

Figura 0.3.1i8– Dados apurados pelo YouTube (parte 3) – Transmissão Canindé

Figura 0.3.19 – Dados apurados pelo YouTube (parte 4) – Transmissão Canindé

Figura 0.3.20 – Postagem em perfil d' A Voz de Santa Quitéria, no Facebook

Figura 0.3.21 – Banner em site d' A Voz de Santa Quitéria

Figura 0.3.22 – Banner no site Itatira News

Figura 0.3.23 – Banner no perfil Blog do Duarte (Canindé), no Facebook

Figura 0.3.24 – Matéria O Povo

Fonte https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/05/12/ibama-marca-para-junho-as-audiencias-publicas-sobre-o-projeto-santa-quiteria.html

Figura 0.3.25 – Matéria Diário do Nordeste. Fonte

https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/victor-ximenes/usina-de-uranio-e-fosfato-no-ceara-tera-audiencias-publicas-em-junho-anuncia-ibama-1.3230045

Figura 0.3.26– Matéria A Voz de Santa Quitéria

Figura 0.3.27 – Grade de veiculação contratada na Rádio Itatira

Figura 0.3.28 – Grade de veiculação contratada na Rádio Sertão Central (Madalena)

Figura 0.3.29 – Grade de veiculação contratada na Rádio Aquarela FM (Canindé)

Figura 0.3.30 – Grade de veiculação contratada na Rádio Plus FM (Santa Quitéria)

Figura 0.3.31 – Grade de veiculação contratada na Rádio Itataia (Santa Quitéria)

Figura 0.3.32 – Grade de veiculação contratada na Rádio SomZoomSat (Santa Quitéria)

Figura 0.3.33 – Grade de veiculação contratada na Rádio Cidade FM (Canindé)

Figura 7.3.34 - Registro fotográfico de carro de som circulando por Santa Quitéria

Figura 7.3.35 - Registro fotográfico de carro de som circulando por Itatira/Lagoa do Mato

Figura 7.3.36 - Registro fotográfico de carro de som circulando por Canindé

Figura 7.3.37 – Arte da faixa de rua de Santa Quitéria

Figura 7.3.38 - Registro fotográfico das faixas de rua de Santa Quitéria

Figura 7.3.39 – Arte da faixa de rua de Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 7.3.40 Registro fotográfico das faixas de rua de Itatira/Lagoa do Mato

Figura 7.3.41 – Arte da faixa de rua de Canindé

Figura 7.3.42 Registro fotográfico das faixas de rua de Canindé

Figura 7.3.43 Registro fotográfico dos Busdoors de Santa Quitéria

Figura 7.3.44– Arte do Busdoor de Canindé

Figura 7.3.45 Registro fotográfico dos Busdoors de Canindé

Figura 7.3.46 – Arte do cartaz de Santa Quitéria (Cartaz 1)

Figura 7.3.47 – Arte do cartaz de Santa Quitéria com Protocolos de Saúde (Cartaz 2)

Figura 7.3.48 Registro fotográfico dos cartazes fixados em Santa Quitéria

Figura 7.3.49 – Arte do cartaz de Lagoa do Mato (Itatira) (Cartaz 1)

Figura 7.3.50 – Arte do cartaz de Lagoa do Mato (Itatira) com Protocolos de Saúde (Cartaz 2)

Figura 7.3.51 Registro fotográfico dos cartazes fixados em Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 7.3.52 – Arte do cartaz de Canindé com Protocolos de Saúde (Cartaz 2)

Figura 7.3.53 Registro fotográfico dos cartazes fixados em Canindé

Figura 7.3.54– Arte do panfleto de Santa Quitéria

Figura 7.3.55 Registro fotográfico dos panfletos distribuídos em Santa Quitéria

Figura 7.3.56 – Arte do panfleto de Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 7.3.57 Registro fotográfico dos panfletos distribuídos em Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 7.3.58 Registro fotográfico dos panfletos distribuídos em Canindé

Figura 7.3.59 – Arte do banner de Santa Quitéria

Figura 7.3.60 - Registro fotográfico da aplicação dos banners em Santa Quitéria

Figura 7.3.61– Arte do banner de Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 7.3.62 – Registro fotográfico da aplicação dos banners em Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 7.3.63 – Arte do banner de Canindé

Figura 7.3.64 - Registro fotográfico da aplicação dos banners em Canindé

Figura 7.3.65 - E-mail marketing de convite para as APs

Figura 7.3.66 - Arte do convite impresso enviado para autoridades regionais, estaduais e nacionais

Figura 8.1 – Arte da capa do EIA/RIMA

Figura 8.2 – Sessão de download do EIA/RIMA no site www.consorciosantaquiteria.com.br

Figura 8.3 – Ofício Câmara Municipal Vereadores de Itatira

Figura 8.4 – Ofício Prefeitura Municipal de Itatira

Figura 8.5 – Ofício Biblioteca Pública de Santa Quitéria

Figura 8.6 – Ofício Secretaria Municipal do Instituto do Meio Ambiente de Santa Quitéria

Figura 8.7 – Ofício Procurador da República Município de Sobral

Figura 8.8 – Ofício Procuradora da República Município de Sobral

Figura 8.9 – Ofício Presidente Câmara Vereadores de Santa Quitéria

Figura 8.10 – Ofício Prefeito Município de Santa Quitéria

Figura 8.11 – Ofício Presidente INCRA

Figura 8.12 – Ofício Presidente IPHAN

Figura 8.13 – Ofício ICMBio

Figura 8.14 – Ofício SEMACE

Figura 8.15 – Protocolo de entrega documento número 626/2022 SEMACE

Figura 8.16 – Ofício Assembleia Legislativa do Ceará

Figura 8.17 – Ofício Governador do Estado do Ceará

Figura 8.18 – Ofício Superintendente do IBAMA no Ceará

Figura 8.19 – Ofício Secretaria Municipal e Meio Ambiente de Itatira

Figura 9.1 – Ofício de Solicitação de Autorização para Ambientação Faixas Santa Quitéria

Figura 9.2 – Alvará de Autorização para Ambientação Faixas Santa Quitéria

Figura 9.3 – Ofício de Solicitação para Autorização de Ambientação Faixas Canindé

Figura 9.4 – Mensagem de WhatsApp recebida pelo Secretário autorizando a Ambientação Faixas Canindé (Parte 1)

Figura 9.5 – Mensagem de WhatsApp recebida pelo Secretário autorizando a Ambientação Faixas Canindé (Parte 2)

Figura 11.2 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Santa Quitéria (Parte 1)

Figura 11.2 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Santa Quitéria (Parte 2)

Figura 11.3 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Lagoa do Mato (Itatira)

Figura 11.4 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Canindé

APRESENTAÇÃO

Este relatório contém as ações e estratégias para divulgar às partes interessadas a realização das Audiências Públicas e outras informações do Projeto Santa Quitéria (PSQ), empreendimento localizado na região centro-norte do estado do Ceará, de responsabilidade do Consórcio Santa Quitéria, formado pela Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB -Indústrias Nucleares do Brasil-.

Os eventos ocorreram no âmbito do processo de licenciamento ambiental, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o objetivo de apresentar o Estudo de impacto ambiental (EIA) do projeto em licenciamento para esclarecer dúvidas, colher críticas e sugestões.

Os procedimentos para divulgação e realização das Audiências, além de atender às normas legais aplicáveis, foram apresentados no documento Plano de Divulgação das Audiências Públicas e validados pelo Ibama, antes de serem colocados em prática.

Ressalta-se também que toda a preparação das Audiências Públicas buscou respeitar os protocolos de saúde determinados pela Secretaria Executiva de Vigilância e Regulação em Saúde do Ceará (Sevir/Sesa), considerando o momento de enfrentamento à Covid-19.

Os eventos foram realizados em 7, 8 e 9 de junho, em Santa Quitéria, Lagoa do Mato (município de Itatira) e Canindé, respectivamente.

A seguir, serão apresentadas todas as ações realizadas para informar a realização das audiências e, assim, propiciar a participação de todos os cidadãos interessados no empreendimento. O relatório apresentado sistematiza as informações conforme a metodologia adotada pela organização em acordo com as recomendações do órgão licenciador.

Serão ainda apresentadas todas as legislações de referência para a condução dessa fase de Audiência Pública do PSQ, nos municípios determinados pelo Ibama.

Os registros contidos neste relatório não possuem caráter constitutivo ou definitivo, sendo passíveis de esclarecimentos por parte do Consórcio Santa Quitéria.

O Consórcio Santa Quitéria agradece a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram do Programa de Comunicação Social, contribuindo para o diálogo aberto e franco entre os públicos de interesse, empresas e autoridades, em um exercício da democracia e transparência. O Consórcio em questão se coloca à disposição para sanar eventuais questionamentos ou dúvidas referentes ao conteúdo apresentado neste documento.

1. INTRODUÇÃO

Este documento constitui o relatório para apresentação junto ao Ibama sobre as três Audiências Públicas (APs) referentes ao denominado Projeto Santa Quitéria (PSQ).

Em resumo, as ações de divulgação do projeto atingiram mais 3,5 milhões de pessoas via redes sociais. Via canal de YouTube e WhatsApp, 18 vídeos informativos foram veiculados. O Consórcio lançou perfis no Facebook e no Instagram para facilitar o acesso a informações. Também foram disponibilizados canais de atendimento, como 0800 e e-mail.

Na imprensa, foram mais de 130 matérias com informações sobre o projeto e realização das APs. Uma assessoria de imprensa dedicada atendeu a todos os jornalistas que nos procuraram.

Na área de influência do projeto, aproximadamente 40 localidades foram visitadas, estabelecendo-se relacionamento com representantes de mais de 2 mil famílias. Foram distribuídos mais de 5 mil Relatórios de Impacto Ambiental e outros 5 mil exemplares de cartilhas sobre o projeto. Nas rádios locais, mais de 2 mil inserções foram veiculadas com informações sobre o projeto e a realização das APs. Também houve carro de som para divulgação das APs e a impressão e afixação de dezenas de peças-convite entre cartazes, banners, busdoor e faixas. Foi realizado ainda o convite via mala-direta por correspondência, e-mail e mensagem de celular.

Importa observar que as Audiências Públicas devem ser vistas não como eventos isolados de comunicação com os stakeholders[1] do PSQ, e sim como parte integrante de um processo de relacionamento, esclarecimentos e discussões a respeito do Projeto em tela. Dessa forma, este relatório transcende a descrição apenas das APs, com o intuito de caracterizar o referido processo, apresentar as estratégias e o conteúdo das ações de comunicação e interação social levadas a termo no período prévio às supracitadas APs, imediatamente após o aceite formal, por parte do Ibama, do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) na fase de checklist.

O documento aborda ainda observações a respeito das APs propriamente ditas, bem como atividades que começaram a ocorrer na sequência imediata daqueles eventos a título de manutenção, aprimoramento e ampliação da abrangência dos canais de diálogo com os diferentes stakeholders do Projeto, intensificados no período anterior às APs com especial

[1] Adota-se o conceito de stakeholders (partes interessadas) proposto por Freeman (1984), abordando-os como pessoas ou grupos que podem ou poderiam afetar o desempenho de uma empresa ou negócio. FREEMAN, E. R. Strategic management: A stakeholder approach. London: Pitman, 1984.

ênfase nos poderes públicos municipais e nas populações das áreas de influência do empreendimento.

Vale ressaltar que o Consórcio Santa Quitéria definiu o recorte temporal para intensificação das ações de comunicação e interação social junto às diversas partes interessadas para ocorrer logo após a aprovação formal, na fase de checklist, dos EIA e RIMA pelo Ibama, objetivando minimizar a geração de expectativas junto aos stakeholders que terão maior interação com o PSQ.

Cumpre esclarecer que as estratégias e ações aqui abordadas, incluindo os próprios eventos das APs, fazem parte de um planejamento maior, traduzido na forma de um Plano de Comunicação e Relacionamento Social (PCRS), já detalhado para a Etapa de Planejamento do PSQ ao longo do ano de 2022.

Em linhas gerais, o PCRS – e, por conseguinte, as ações traduzidas neste relatório – têm, como objetivo geral, buscar a maximização de oportunidades, a mitigação de riscos sociais negativos e o reforço de posicionamentos e mensagens-chave sobre o empreendimento. Almeja-se, assim, a construção e a manutenção de relações mutuamente benéficas e de longo prazo, à luz da consideração de atributos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais do território onde o projeto se insere, ou seja, nos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena, no estado do Ceará, que integram as áreas de influência do empreendimento.

2. O QUE É AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência Pública é um dos mecanismos de participação popular na esfera administrativa, de modo formalmente disciplinado em lei, pela qual se exerce o direito do diálogo transparente, da exposição de preferências, esclarecimento de dúvidas, recolhimento de críticas e sugestões sobre uma atividade, sendo, no caso do Projeto Santa Quitéria, dentro do rito do licenciamento ambiental.

As Audiências Públicas, em caso de licenciamento ambiental, são instrumentos para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pelo projeto.

No caso do Projeto Santa Quitéria, as APs foram convocadas e realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ficando sob responsabilidade do empreendedor a divulgação dos eventos e o fornecimento de toda estrutura.

Estes eventos resguardaram o direito de participação de toda e qualquer parte interessada, incorporando as visões e expectativas da população na análise dos termos e aspectos gerais do empreendimento.

Com um parecer favorável do órgão ambiental e confirmada a viabilidade ambiental do empreendimento, será emitida a licença prévia para o projeto.

2.1 Objetivos

O presente relatório tem o objetivo de compartilhar as ações realizadas para a divulgação e organização das audiências públicas, nas localidades indicadas pelo Ibama, a saber: o município de Santa Quitéria, o distrito de Lagoa do Mato (município de Itatira) e o município de Canindé, referentes ao licenciamento do Projeto Santa Quitéria, de forma a garantir amplo conhecimento e possibilidade de participação para todos os interessados. Para isso, foram cumpridas as seguintes etapas:

a) Cumprimento de todas as etapas formalizadas no Plano de Divulgação das Audiências Públicas. Realização de ações comunicação e relacionamento social com stakeholders do PSQ;

b) Estabelecimento de critérios para a realização das Audiências Públicas, de acordo com os termos do Ibama;

c) Divulgação das Audiências Públicas nos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena, utilizando linguagem clara e acessível e por meio de materiais de comunicação sobre o Projeto Santa Quitéria;

d) Utilização de diferentes meios (mídias) de comunicação para a divulgação da realização das Audiências Públicas, a fim de ampliar a proporção do público alcançado;

e) Oferecimento de transmissão on-line das Audiências Públicas, com o objetivo de ampliar o acesso aos eventos - que ocorreram presencialmente;

f) Divulgação dos recursos disponibilizados para facilitar o acesso da população às Audiências Públicas, incluindo o transporte das pessoas que sinalizaram interesse de participar localmente do(s) evento(s);

g) Abertura e manutenção dos canais de comunicação entre o empreendedor e o público-alvo, a fim de manter o diálogo regular e dirimir eventuais dúvidas acerca do empreendimento e do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

3. O PAPEL DO EMPREENDEDOR – CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA

O Consórcio Santa Quitéria tem o objetivo de desenvolver o Projeto Santa Quitéria (PSQ), na Fazenda Itataia, localizada no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Após a realização de pesquisas e estudos que confirmaram a presença de fosfato (predominante) e urânio, a INB formalizou, por meio de licitação, uma parceria com a Fosnor, empresa privada do setor de fertilizantes. Desta forma, a Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A ficou responsável pelos investimentos e por desenvolver os processos, a engenharia, os estudos para o licenciamento ambiental, a construção e a montagem do empreendimento, assim como todas as operações até a entrega do concentrado de urânio para a INB. A rota tecnológica de extração de urânio foi desenvolvida em conjunto com a INB.

A INB é proprietária da Fazenda Itataia, área com 4.042 hectares, e detentora dos diretos minerários - Portaria de Lavra, emitida em 03/10/2005, pela Agência Nacional de Mineração (ANM), referente ao Processo nº 800.095/1990. Por isso, foi identificada como a empresa responsável legal pelo empreendimento no âmbito do Processo nº 02001.014391/2020-17 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

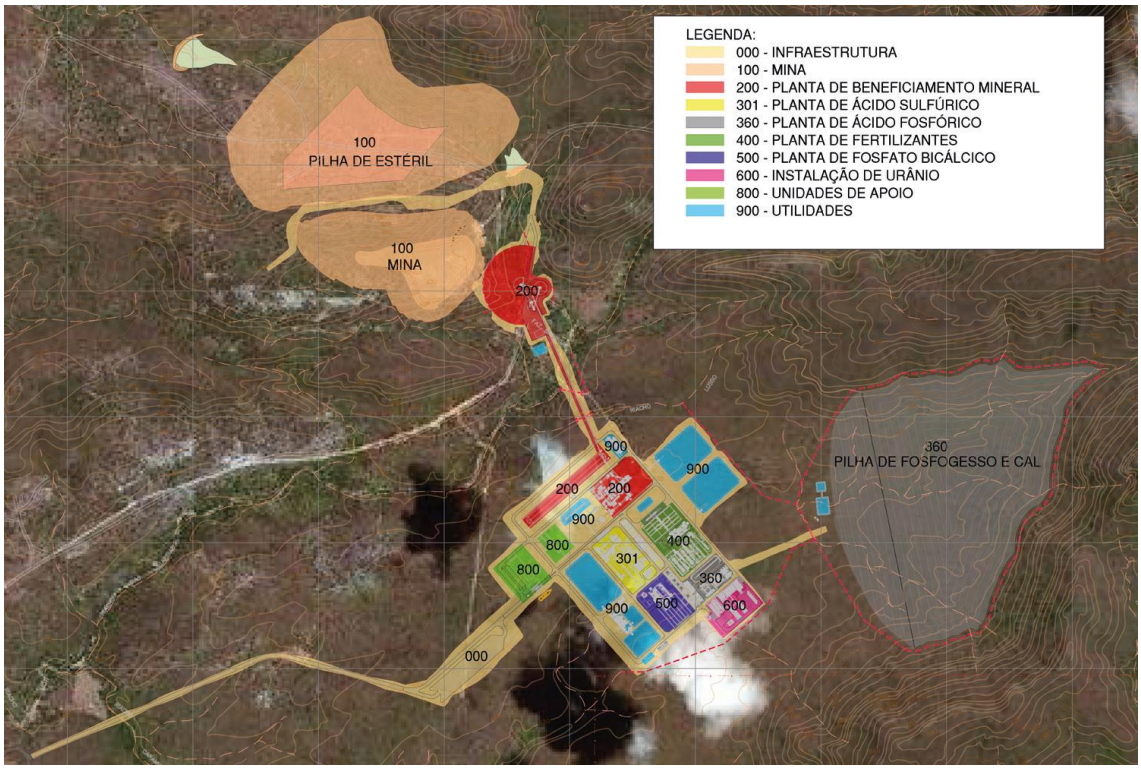


Figura 4.1- Representação esquemática dos níveis de abrangência do Projeto Santa Quitéria

4. PROJETO SANTA QUITÉRIA

O projeto prevê atividades de mineração e industrialização, a implantação e operação de duas instalações, uma mineroindustrial e outra de urânio, além das estruturas de apoio, onde funcionarão escritórios, restaurante, vestiários e portaria. Adicionalmente, o projeto prevê a implantação de uma pilha seca e segura de fosfogesso e cal, que elimina a necessidade de barragem de rejeitos.

O fosfato será processado e transformado em fertilizantes e produtos para ração animal. O urânio será concentrado, sem passar por qualquer processo de enriquecimento, e transportado em segurança outro país, onde passará por novos processos industriais do ciclo do combustível nuclear, e depois retornará ao Brasil para gerar energia nas usinas de Angra dos Reis.

A produção anual do projeto está estimada em 1.050 mil toneladas de fertilizantes fosfatados e 220 mil toneladas de fosfato bicálcico, o que representa cerca de 25% da demanda atual de fertilizantes fosfatados e aproximadamente 50% da de fosfato bicálcico para as regiões Norte e Nordeste. Já a produção esperada de concentrado de urânio será de 2,3 mil toneladas ao ano, o que pode suprir totalmente a demanda das usinas de Angra dos Reis.

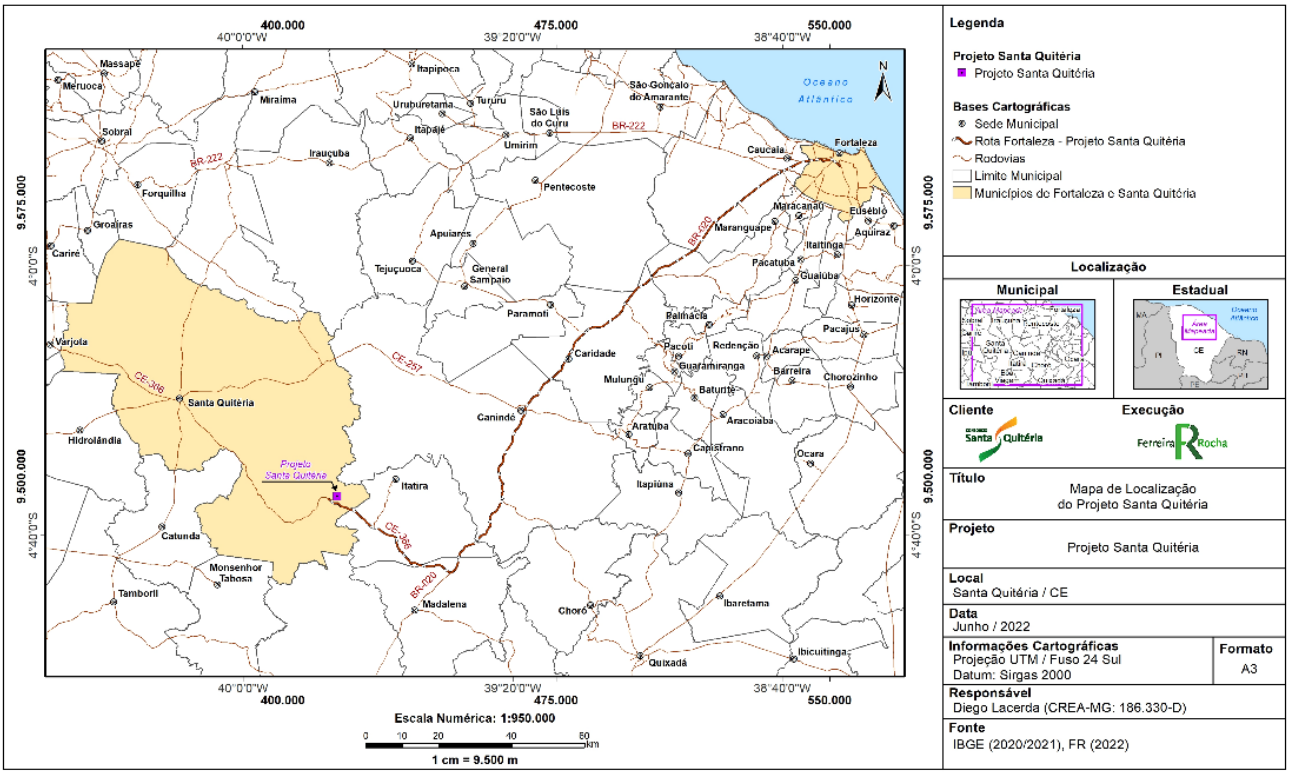
Outro fator relevante é a expectativa de geração de empregos no PSQ: 8.400 diretos e indiretos durante as obras e 2.838 na fase de operação. Para implantação do projeto serão investidos R$ 2,3 bilhões. O investimento para instalação somado a massa salarial, geração de impostos e compras locais resultarão no aumento substancial do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Quitéria e da região.

O Brasil importa mais de 85% dos fertilizantes que consome. O aumento da produção nacional trará mais segurança e competitividade para o agronegócio nacional, setor que tem sido o pilar da nossa economia nas últimas décadas.

O PSQ está alinhado ao Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), integra o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a política Pró-Minerais estratégicos.

5. ABRANGÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

A Fazenda Itataia está localizada a 62 km da sede municipal, via trecho sem pavimentação da CE-366. A distância até a capital do estado, Fortaleza, é de 217,5 km. O acesso rodoviário desde Fortaleza é feito pela BR-020. São 172 km de estrada pavimentada até o distrito de São José da Macaoca, município de Madalena. Nesse trecho, a BR-020 encontra-se com a CE-



366, que dá acesso a Lagoa do Mato. A partir daí, são mais 29,5 km pavimentados e 16 km de estrada de terra até a Fazenda Itataia. A Figura 5.1 abaixo apresenta o mapa de localização o empreendimento.

Figura 5.1 – Mapa de Localização do empreendimento

Fonte: Ferreira Rocha (2022)

No contexto socioambiental, é importante destacar que as áreas de influência do PSQ foram definidas no EIA e, para o contexto socioeconômico, a área de influência indireta se limita aos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena; ao passo que a área de influência direta se limita aos municípios de Santa Quitéria e Itatira. Desta forma, as localidades mais próximas são os assentamentos Morrinhos e Queimadas e os distritos de Riacho das Pedras, município de Santa Quitéria e Lagoa do Mato, município de Itatira.

6. LEGISLAÇÃO E OFÍCIOS RELACIONADOS ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A normatização das Audiências Públicas do Projeto Santa Quitéria segue a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 1, de 23 de janeiro de 1986, pela Resolução Conama nº 9, de 03 de dezembro de 1987 e Parecer Técnico nº 64/2022-COMIP/CGTEF/DILIC|SEI12555383 que estabeleceu critérios e prazos para os ritos das APs.

Com base nas mencionadas normativas do Conama, o Plano de Divulgação das audiências públicas do PSQ foi elaborado, considerando ainda o Procedimento Operacional Padrão – Ibama Nº 6, de 14/08/2020.

6.1 Lista de Documentos

TIPO	Nº	DATA	DOC.	ASSUNTO
RESOLUÇÃO	237	19/12/97	RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estudos ambientais e impacto ambiental.
RESOLUÇÃO	184	17/07/2008	RESOLUÇÃO CONAMA Nº 184	Estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.
RESOLUÇÃO	1	23/01/1986	RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001	Dispõe sobre critérios e diretrizes para a avaliação de impacto ambiental.
RESOLUÇÃO	9	03/12/1987	RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009	Dispõe sobre critérios básicos para realização de audiência pública
PROCEDIMENTO	6	14/08/2020	PROCEDIMENTO OPERACIONAL Nº 6	Regulamentar a realização de audiências públicas virtuais no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal, durante o estado de calamidade pública reconhecido oficialmente no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, que autoriza o Poder Público a adotar condutas temporárias e excepcionais, a fim de superar uma situação de crise, conforme previsto na Resolução Conama nº 494/2020.
SEI	12229779	25/03/2022	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - EDITAL Nº 11/2022	Publicação do Ibama tornando público que recebeu, no âmbito do processo do licenciamento ambiental 02001.014391/2020-17, o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do empreendimento denominado "Projeto Santa Quitéria".
SEI	12258945	29/03/2022	OFÍCIO Nº 148/2022/COMIP/CGTEF/DILIC	Comunica aceite do EIA/RIMA relativo ao empreendimento “Projeto Santa Quitéria” no Estado do Ceará e concede prazo para solicitação de audiências públicas.
SEI	12468341	27/04/2022	OFÍCIO Nº 203/2022/COMIP/CGTEF/DILIC	Determinação para realização de 3 (três) audiências públicas a realizar-se nos municípios de Santa Quitéria/CE, Itatira/CE (no Distrito Lagoa do Mato) e em Canindé/Ce e solicitação do envio do Plano de Comunicação e Divulgação de Audiências Públicas (PCDAP).
SEI	12492474	30/04/2022	CE-ASCL.P- 172/22	Encaminhamento do Plano de Comunicação e Divulgação de Audiências Públicas (PCDAP) e sugestão de datas para realização das audiências.
SEI	12522219	04/05/2022	OFÍCIO Nº 219/2022/COMIP/CGTEF/DILIC	Informa a concordância com as datas propostas e solicita o envio dos locais com endereço completo.
SEI	12564172	09/05/2022	CE-ASCL.P- 180/22	Informa o endereço completo dos locais para realização das audiências públicas
SEI	12576285	11/05/2022	MINUTA DO DOU - EDITAL Nº 14/2022	Minuta para publicação dos locais das audiências públicas
SEI	12587126	12/05/2022	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - EDITAL Nº 14/2022	Publicação do Ibama tornando público os locais das audiências públicas
SEI	12591755	12/05/2022	CE-ASCL.P- 185/22	Solicitamos retificação do endereço do local estabelecido para realização da Audiência Pública no município de Santa Quitéria
SEI	12600286	13/05/2022	OFÍCIO Nº 236/2022/COMIP/CGTEF/DILIC	Ofício informando a emissão do Parecer Técnico nº 64/2022-COMIP/CGTEF/DILIC SEI 12555383 com a análise e aprovação do Plano apresentando o "regulamento de audiência pública Ibama".
SEI	12599810	13/05/2022	MINUTA DO DOU - EDITAL Nº 15/2022	Minuta da retificação do endereço do local estabelecido para realização da Audiência Pública no município de Santa Quitéria.
SEI	12609914	16/05/2022	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - EDITAL Nº 15/2022	Publicação da retificação do endereço do local estabelecido para realização da Audiência Pública no município de Santa Quitéria.

6.2 Comunicação, relacionamento social e mobilização e realização das Audiências Públicas

As ações de comunicação, relacionamento social do PSQ foram construídas sob a ótica de práticas de relacionamento com stakeholders que promovam o contato direto e contínuo com o empreendedor, buscando consolidar a confiança e a legitimidade do Projeto, a partir da escuta ativa das partes interessadas. Nesse contexto, o Consórcio Santa Quitéria vem implementando um conjunto de ações conjugadas que procuraram estabelecer contato com as partes interessadas do projeto, bem como, no devido prazo, realizar a divulgação das APs convocadas pelo Ibama.

Assim, este item procura sumarizar tais ações apresentando as referências conceituais, os fundamentos estratégicos e as diretrizes de comunicação nas quais se pauta todo o processo de relacionamento com stakeholders do Consórcio Santa Quitéria.

6.3 Diretrizes para estabelecimento da estratégia de Comunicação e relacionamento social

São sumarizadas, a seguir, as diretrizes estabelecidas para pautar o processo de comunicação e relacionamento social do empreendedor do PSQ com suas diferentes partes interessadas:

- O processo deve ser contínuo e se dar de maneira estruturada e culturalmente apropriada, com as populações locais, os trabalhadores próprios e suas subcontratadas, e outros stakeholders;
- O processo de participação social deve permitir que os pontos de vista, interesses e preocupações da população sejam ouvidos, compreendidos e levados em conta nas decisões sobre o Projeto, formas de mitigação e compensação de impactos, e criação de benefícios do desenvolvimento;
- O processo deve ser direcionado para os riscos e impactos do Projeto e a sua fase de desenvolvimento, levando em consideração as necessidades dos grupos desfavorecidos e vulneráveis;
- O processo deve ser livre de manipulação externa, interferência, coerção e intimidação;
- Para facilitar o relacionamento com as partes interessadas, o empreendedor deve, de acordo com os riscos e impactos do Projeto, disponibilizar a documentação de avaliação apropriada e, quando relevante, outras partes interessadas, de maneira culturalmente apropriada e utilizando métodos de comunicação inclusivos (ou seja, adaptados a vários níveis de vulnerabilidade social);

• O empreendedor deve levar em consideração e documentar os resultados do processo de relacionamento com os stakeholders, incluindo quaisquer ações acordadas resultantes desse processo;

• O empreendedor deve estabelecer e amplamente divulgar mecanismos eficazes projetados para uso pelas localidades vizinhas e trabalhadores para receber e facilitar a resolução de preocupações e queixas sobre o futuro desempenho ambiental e social do Projeto; e

• Esses mecanismos devem procurar dar respostas às preocupações e aos questionamentos apresentados, usando um processo compreensível e transparente que seja culturalmente apropriado, acessível e sem custo para a parte que originou a demanda ou preocupação.

6.4 Referências Conceituais

As estratégias trabalhadas nas ações de comunicação e relacionamento do Projeto tomaram como referência conceitual as variáveis influenciadoras do nível de Licença Social para Operar (LSO) do empreendimento, ou seja, de legitimação social do PSQ junto a seus principais stakeholders. Essas variáveis foram consubstanciadas por Rocha (2020)2 a partir de extensa revisão de literatura sobre o tema, e estão representadas na figura, a seguir.

[2] ROCHA, D. J. L. Retórica e prática na gestão de *stakeholders* em empreendimentos hidrelétricos: O estudo de caso da UHE Santo Antônio. 2020, 274 f. Trabalho Aplicado (Mestrado em Gestão para a Competitividade) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/teses-dissertacoes/retorica-e-pratica-na-gestao-de-stakeholders-em-empreendimentos-hidreletricos-o>. Acesso em: 20 fev. 2022.

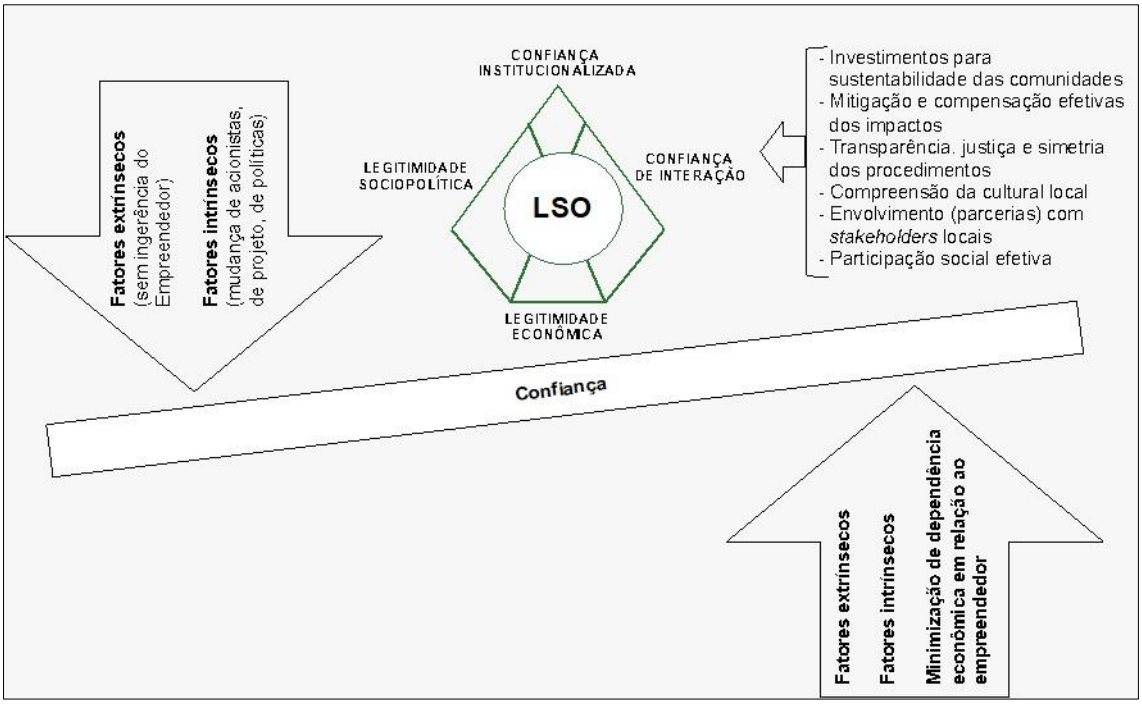


Figura 6.4 – Variáveis influenciadoras do nível de Licença Social para Operar

Fonte: Adaptado de Rocha (2020)

A figura identifica ainda que se adota o modelo de LSO proposto por Thomson e Boutilier (2011), com seus quatro níveis (Legitimidade Econômica, Legitimidade Sociopolítica, Confiança de Interação e Confiança Institucionalizada). Em síntese, aplicados ao PSQ, esses quatro níveis buscam traduzir a percepção dos stakeholders quanto:

i. aos benefícios econômicos que o PSQ lhes oferece;

ii. à contribuição que o Consórcio Santa Quitéria traz para o bem-estar da sociedade local e progresso da região, segundo a visão de justiça desses stakeholders;

iii. a como a Companhia estabelece diálogo mútuo com suas partes interessadas; e

iv. à relação entre as partes se basear, ou não, em uma situação duradoura de "ganha-ganha" para ambas.

6.5 Evolução das ações de Comunicação e relacionamento social

Sumariza-se, neste item, as etapas e os focos das ações de comunicação e relacionamento social levadas a termo para o PSQ a partir de 2019, até se chegar à etapa das denominadas Audiências Públicas.

Em 2019, o Consórcio Santa Quitéria elaborou o Programa de Comunicação Social (PSC) para retomar as ações de relacionamento com os principais segmentos sociais da região do empreendimento, que começaram no processo anterior do PSQ, no período de 2013 a 2015.

O PCS previu quatro etapas sequenciais de ações:

• Etapa 1: Observações, implicando na identificação e no conhecimento dos atores sociais e em visitas prévias a esses stakeholders;

• Etapa 2: Levantamento de dados, incluindo pesquisa qualitativa, identificação de temas de interesse e de canais de comunicação, bem como atualização de dados socioeconômicos;

• Etapa 3: Planejamento de ações de comunicação e relacionamento, implicando na criação de peças de comunicação, na identificação de técnicos para prestar esclarecimentos sobre temas de interesse e na disponibilização de canal online para esclarecimento de dúvidas;

• Etapa 4: Planejamento e execução de ações prévias às APs, das Audiências propriamente ditas e daquelas imediatamente na sua sequência.

As etapas 1 e 2 foram inteiramente executadas nos anos de 2020 e 2021, na medida em que as restrições sanitárias afetas à pandemia do Covid-19 permitiram. Na etapa 3, executada em 2022, os canais de comunicação online para informar e tirar dúvidas foram definidos e implementados, a saber:

• Site Institucional na internet: https://consorciosantaquiteria.com.br/;

• Facebook: https://www.facebook.com/consorciosantaquiteria/;

• Instagram: https://www.instagram.com/consorciosantaquiteriaoficial/;

•YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCZFv1IgPg4RdgOtHwaXL0jA/featured;

• E-mail: contato@consorciosantaquiteria.com.br; e

• Telefone: 0800 402-1030.

As peças de comunicação concebidas contemplam vídeos, mensagens para rádio e mídia social, cartilha, videoaulas de temas técnicos e posts em plataformas digitais. Além disso, foi

intensificado o trabalho de assessoria de imprensa. A etapa 4, reitera-se, é objeto do presente Relatório, foco dos itens e seções subsequentes.

6.6 Fatores influenciadores da estratégia para as ações de Comunicação e relacionamento social prévias, durante e imediatamente na sequência das Audiências Públicas.

Com base nas informações existentes sobre o histórico do PSQ, as características ambientais e socioculturais de seu território de inserção, os mapeamentos prévios de stakeholders e as ações de comunicação e interação social antes havidas, e nos fundamentos conceituais e diretrizes apresentados anteriormente no presente relatório, foram identificados os seguintes fatores influenciadores da estratégia a ser adotada para a fase do Plano de Comunicação e Relacionamento Social (PCRS) prévia, durante e imediatamente subsequente às APs do PSQ:

• Quanto ao cronograma: As Audiências foram organizadas para ocorrer nos dias 7, 8 e 9 de junho de 2022, respectivamente no município de Santa Quitéria, em Lagoa do Mato (município de Itatira) e no município de Canindé. Nesse sentido, o cronograma de atividades, e o consequente planejamento de alocação das equipes nelas envolvidas, foi delineado para que as ações de comunicação e relacionamento social prévias às APs fossem realizadas em sua totalidade até 6 de junho, inclusive;

•Quanto à identificação atualizada dos principais stakeholders e de seus posicionamentos e demandas com relação ao empreendimento: Durante um período inicial de reconhecimento de campo por parte da equipe subcontratada pelo empreendedor para planejar e implementar as ações prévias às APs, o time se dividiu em diferentes equipes buscando sempre mapear, identificar e contactar as partes interessadas pelo projeto em três âmbitos: identificação de moradores-chave (lideranças) de localidades na Área de Influência Direta (AID), de lideranças-chave na Área de Influência Indireta (AII) e acompanhamento da equipe do empreendedor envolvida em reuniões que já estavam em curso com partes interessadas para divulgação do empreendimento.

De modo geral, essas atividades foram previstas e ocorreram por meio de visitas às localidades nas áreas de influência do empreendimento, procurando conhecer os stakeholders antes já mapeados e suas principais demandas, questionamentos e posicionamentos relativos ao Projeto, bem como levantar novas partes interessadas estratégicas para o empreendimento.

Esse processo de relacionamento com stakeholders em campo foi intensificado em maio, por meio de visitas aos moradores da sede municipal de Santa Quitéria e às localidades de Morrinhos, Queimadas, Riacho das Pedras e Saco de Belém, nesse mesmo município. Além disso, foram também visitados o distrito de Lagoa do Mato, no município de Itatira, e a sede municipal de Canindé;

• Quanto a agentes internos ou externos ao empreendedor que detêm conhecimento do histórico de relacionamento e de posicionamentos dos stakeholders com relação ao Projeto: foram identificados e entrevistados representantes do empreendedor e de empresa de consultoria que participaram ativamente de atividades de relacionamento com stakeholders até então desenvolvidas, com vistas a subsidiar o processo de identificação prévia das principais partes interessadas e de suas percepções em relação ao PSQ;

• Quanto ao perfil de alguns stakeholders relevantes: localidades próximas ao empreendimento com potencial vulnerabilidade social;

• Quanto à alocação de agentes locais para participação nas ações de comunicação: verificou-se a pertinência estratégica de se alocar dois agentes locais de comunicação para atuar incialmente na facilitação dos trabalhos de mobilização para as reuniões prévias às APs;

• Quanto à participação presencial, nas APs, de todos os envolvidos diretamente no contato com os stakeholders durante as ações prévias: definiu-se pela estratégia de participação presencial, nas três APs, de todos os profissionais que interagiram diretamente com as partes interessadas – em especial aquelas do grupo de stakeholders comunitários –, com vistas a viabilizar a identificação desses agentes pela população durante os eventos, bem como reforçar a transparência e a credibilidade das informações passadas durante todas as visitas e reuniões prévias.

6.7 Público abrangido pelas ações de Comunicação e relacionamento social prévias, durante e na sequência às Audiências Públicas

As ações de comunicação e relacionamento social objeto deste relatório se aplicam a todas as partes interessadas do PSQ, inclusive seus colaboradores diretos e indiretos, em especial aqueles que desenvolvem atividades de campo em todas as fases do licenciamento, antes, durante a após a realização das APs.

As ações consideram com destaque as localidades da Área Diretamente Afetada (ADA) (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII), incluindo, mas não se

limitando, as lideranças formais e informais dos municípios cearenses de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena.

Nesse contexto, as ações de comunicação e relacionamento social em questão têm em vista as seguintes categorias de público:

- Poderes Públicos (esferas municipais, estadual e federal);
- Entidades de fomento, associações e sindicatos;
- Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições ambientais e academia no âmbito regional e estadual;
- Órgãos públicos interessados;
- Lideranças locais;
- Localidades vizinhas;
- Associações e representantes locais.

6.8 Principais ações prévias, durante e imediatamente posteriores às Audiências Públicas

- **Divulgar o Projeto Santa Quitéria:** O território em que o empreendimento se encontra possui um histórico de comunicação e relacionamento com o Consórcio Santa Quitéria estabelecido pelo empreendimento durante o processo de licenciamento em 2014. O projeto atual avançou para uma nova rota tecnológica, a partir de 2019, para atender aos requisitos feitos nessa época. As melhorias e avanços sociais, ambientais, tecnológicos e de segurança do novo projeto foram incorporadas à apresentação do projeto, considerando a redução do consumo de água, eliminação da barragem de rejeitos, pilha de fosfogesso e cal, redução da área ocupada e de supressão vegetal, aumento da produção, maior geração própria de energia elétrica limpa;
- **Fortalecer a Estratégia de Participação Social:** As ações direcionadas a cada público de interesse foram desenhadas e implementadas considerando as suas particularidades e similaridades com outros grupos de stakeholders;
- **Apresentar o Consórcio Santa Quitéria como Indutor do Desenvolvimento Sustentável:** o Consórcio Santa Quitéria vem participando de discussões sobre o desenvolvimento social organizado nos municípios da Área de Influência. Dentre tais ações, pode-se destacar o Painel de Especialistas, uma parceria entre Consórcio Santa Quitéria com a FIEC, cujo interesse é elevar as potencialidades socioeconômicas e ambientais dos quatro municípios da área de influência do projeto junto do poder público e de representantes dos

diversos segmentos de mercado atuantes na região; a participação frequente e contínua do Consórcio Santa Quitéria nas reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Acaraú e a participação na semana do meio ambiente nos municípios de Santa Quitéria e Itatira;

• **Apresentar as contrapartidas estratégicas ligadas direta ou indiretamente ao empreendimento:** ao longo do processo prévio e mesmo durante as APs, o empreendedor comunicou às partes interessadas sobre as intenções concretas de investimento do Consórcio Santa Quitéria, bem como aquelas assumidas pelo governo do Estado do Ceará, em Memorando de Entendimento, assinado junto ao governo estadual. Deste modo, o empreendedor informou sobre a redução no consumo de água previsto para o projeto, a redução da dependência energética da rede de distribuição, uma vez que o projeto vai produzir cerca de 34 MW por mês, perfazendo em cerca de 90% da energia que pretende utilizar; o interesse em criar soluções educacionais que promovam o desenvolvimento de capital humano local. Pelo lado do Governo do Estado do Ceará, apresentaram-se importantes investimentos – a saber: a implantação de adutora de água no açude Edson de Queiroz, em Santa Quitéria, projeto que beneficiará às populações dos assentamentos de Morrinhos e Queimadas, além do distrito de Riacho das Pedras, todos em Santa Quitéria; a implantação do acesso rodoviário (cerca de 17 km) em volta do distrito de Lagoa do Mato (Itatira) até a Fazenda Itataia, assim como a melhoria da pavimentação da rodovia até o trevo com a BR-020, onde todo o material extraído da jazida e processado na planta do Projeto Santa Quitéria será escoado; e, finamente, a implantação da rede de distribuição de energia elétrica restante para o PSQ operar;

Seguindo esse contexto estratégico, o Consórcio Santa Quitéria procurou identificar as partes interessadas no PSQ e realizar ações de comunicação priorizando mobilizar e executar rodadas de diálogo prioritariamente com as partes interessadas atuantes/residentes na AID e, então da AII, procurando apresentar o Consórcio e o PSQ, assim como buscando ouvir e compreender as demandas de cada stakeholder em relação ao empreendimento. Neste âmbito, de 11 de abril a 6 de junho – isto é, a partir da aceite do checklist do EIA/RIMA até a véspera das Audiências Públicas, 38 localidades foram visitadas pela equipe de comunicação do Consórcio Santa Quitéria, onde, se realizaram ações de relacionamento com lideranças e moradores-chave, levantamento de dados locais, averiguação dos modos de vida e foram divulgados os locais, as datas e o horário das APs;

• **Santa Quitéria:** Foram realizadas reuniões de comunicação e relacionamento em Morrinhos, Queimadas e no Distrito de Saco de Belém com o total de 143 moradores presentes. Foram também mapeadas 40 localidades além da sede municipal, estimando-se 2.251 famílias presentes. São elas: Água Boa, Águas Mortas, Alegre de Tatajuba, Almas, Alto Alegre, Bela Vista II, Cacimba Nova, Cantina, Conceição, Fazenda Tapera, Morrinhos, Piabas, Queimadas, Rajada

II, Riacho das Pedras, Rosely Nunes, Saco de Belém – composto por: Barra do Juá, Boa Vista, Embrapa, Grossos, Jandaíra, Minador, Morada Nova, Nova Brasília, Residência, Santa Rita, São Bento, São José dos Mocos, Três Marias e Vazante – Saco dos Bois, Sangrador, Santa Margarida, São Cosme, São Damião, Ubá, Valparaíso, Gangorra e Mata Fresca;

• **Lagoa do Mato (Itatira):** Realizou-se reunião de comunicação e relacionamento ocorrida na comunidade de Juá, com participação de 28 moradores de áreas rurais de Itatira. Foram mapeados um total de 15 localidades, além da sede municipal. São elas: Amargosa, Baixa Areia, Juá, Lagoa do Mato Letreiro, Mourão, Novo Oriente, Poço Redondo, Poço/Riacho das Flores, Quati, São João, Serrinha/Santa Maria, Sitio Braga, Timbaúba e Umarizeira;

• **Canindé:** No município, realizou-se reunião de comunicação e relacionamento em duas localidades: Japuara e Iguaçu somando um total de 44 moradores locais. O total de comunidades mapeadas foram 07, somando mais de 157 famílias. São elas: Balanga, Feijua Karo, Gameleira, Groaíras, Iguaçu, Japuara e Pitombeiras;

• **Madalena:** Aconteceram duas reuniões prévias ocorridas na Sede Municipal com participação de 37 moradores locais.

É importante destacar que, durante o processo de engajamento de stakeholders, procurou-se contactar as lideranças de todas as localidades mapeadas, inclusive, convidando-as a participar das reuniões prévias. Nesse contexto, conforme se pode verificar no item subsequente, houve presença de lideranças e demais ocupantes dessas localidades ao longo das 24 reuniões prévias que ocorreram dentro do período de 11 de abril a 6 de junho de 2022.

6.9 Detalhamento das reuniões de Comunicação prévia

11/abril:

• Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Quitéria – Comdema

Participantes: 21

Local: Secretaria da Agricultura

12/abril:

• Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Morrinhos

Participantes: 29

Local: Casa da Semente

• Associação Nossa Senhora Aparecida do Assentamento Queimadas

Participantes: 16

Local: Sede da Associação dos Moradores

13/abril

- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itatira – Comdema

Participantes: 15

Local: E.E.E.P João Jackson Lobo Guerra

17/maio

- Câmara Municipal dos Vereadores de Santa Quitéria

Participantes: 18

Local: Câmara Municipal dos Vereadores de Santa Quitéria

18/maio

- Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente de Santa Quitéria – Comdema (Devolutiva)

Participantes: 28

Local: Secretaria da Agricultura

- Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Morrinhos (Devolutiva)

Participantes: 18

Local: Escola Municipal Luiz Menezes Pimentel

- Câmara Municipal dos Vereadores de Itatira

Participantes: 17

Local: E.M.E. F José Paulo de Sousa

19/maio

- Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente de Itatira – Comdema (Devolutiva)

Participantes: 29

Local: Sede da Federação das Associações Comunitárias

- Câmara dos Dirigentes Lojistas de Canindé

Participantes: 31

Local: Sede da Câmara dos Dirigentes Lojistas

- Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – 7ª CREDE Canindé

Participantes: 1 (coordenador Paulo Alexandre Souza Queiroz)

Local: Sede 7ª CREDE

- Prefeitura Municipal de Canindé

Participantes: 7

Local: Prefeitura Municipal de Canindé

- Prefeitura Municipal de Madalena

Participantes: 12

Local: Prefeitura Municipal de Madalena

23/maio

- MPF de Sobral

Participantes: 22

Local: MPF de Fortaleza

24/maio

- Prefeitura Municipal de Itatira

Participantes: 18

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Itatira

26/maio

- Assembleia Legislativa do Ceará - Alece

Participantes: 15

Local: Sede da Assembleia Legislativa do Ceará

- Comunidade Residência - Distrito Saco de Belém

Participantes: 26

Local: Escola Municipal de Saco de Belém

- Associação de Pequenos Agricultores do Distrito Japuara

Participantes: 28

Local: Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade de Japuara

- Associação Comunitária do Distrito Iguaçu

Participantes: 16

Local: Creche comunitária

- Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Quitéria

Participantes: 30

Local: Sede da Câmara dos Dirigentes Lojistas

27/maio

- Prefeitura de Madalena

Participantes: 37

Local: Sede da Prefeitura

28/maio

- Moradores da Comunidade Juá

Participantes: 28

Local: Fazenda Novo Oriente (antigo Restaurante da Roça)

30/maio

- Ordem dos Advogados de Santa Quitéria

Participantes: 14

Local: Escritório do CSQ

- Associação dos Moradores do Distrito Riacho das Pedras

Participantes: 54

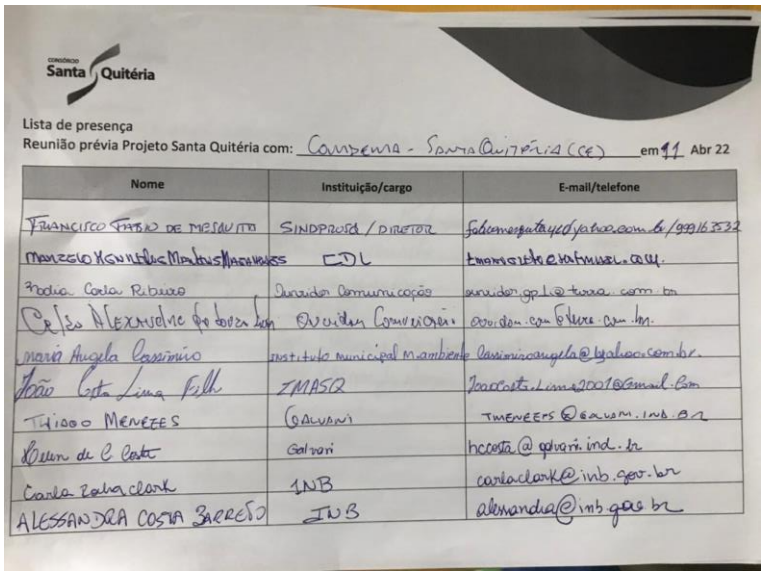
Local: Escola Municipal Francisco de Paiva Rodrigues

6.10 Registro fotográfico e listas de presença das reuniões prévias

CONDEMA Santa Quitéria | 11/abril



Figura 6.10.1 – Reunião prévia com CONDEMA Santa Quitéria



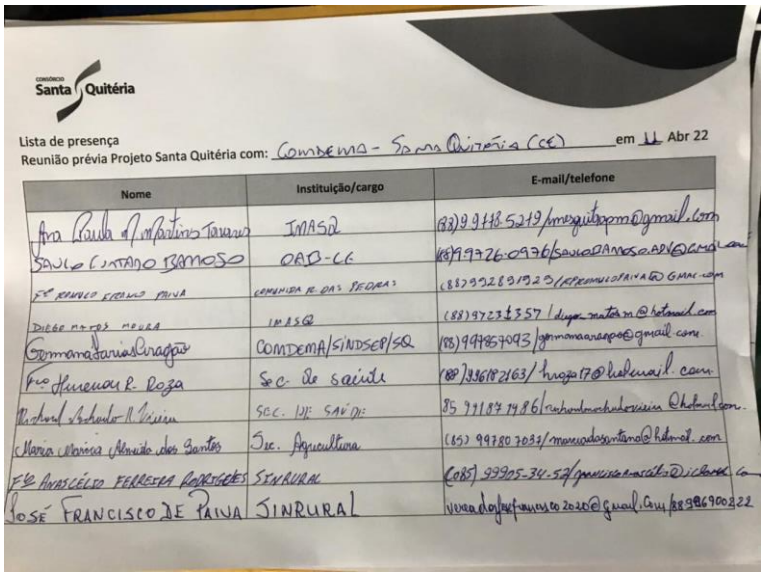
Consórcio Santa Quitéria

Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: CONDEMA - SANTA QUITÉRIA (CE) em 11 Abr 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
FRANCISCO FATIMA DE MESQUITA	SINDPROSQ / DIRETOR	fatimamesquita40@yahoo.com.br/99916 3522
MARCELO KENNEDY MARTINS MAGALHÃES	CDL	tmmagalhaes@hotmail.com
Rodrigo Costa Ribeiro	Jornalista Comunicação	jornalismo.gpl@terra.com.br
Celso Alexandre da Costa Lima	Divisão Comunicação	comunicacao@fiec.com.br
Maria Angela Cassimiro	Instituto municipal meio ambiente	cassimiroangela@yahoo.com.br
João Costa Lima Filho	IMASQ	joaocosta.lima2001@gmail.com
THIAGO MENEZES	GALVANI	TMENEZES@galvani.ind.br
Helen de C Costa	Galvani	hccosta@galvani.ind.br
Carla Reis Clark	INB	carla.clark@inb.gov.br
ALESSANDRA COSTA BARRETO	INB	alexandria@inb.gov.br

Figura 6.10.2 – Lista de Presença Reunião prévia com CONDEMA Santa Quitéria (parte 1)



Consórcio Santa Quitéria

Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: CONDEMA - SANTA QUITÉRIA (CE) em 11 Abr 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Ana Paula Martins Tavares	IMASQ	(83) 9 9118 5219/anaquitopm@gmail.com
SAULO CUNHA RAMOS	OAB-CE	(88) 99726.0976/SAULORAMOS.ADV@GMAIL.COM
Fº RENATO BEZERRA PAIVA	COMISSÃO DE DIREITOS	(88) 99328 91925/RENATOPAIVA@GMAIL.COM
DIEGO MATOS MOURA	IMASQ	(88) 9923 3357/diegomatos@hotmail.com
Germana Farias Aragão	CONDEMA/SINDSEP/SQ	(88) 99985 7093/germanaaragao@gmail.com
Eric Hemerson R. Roza	Sec. de Saúde	(88) 99618 2163/hroza17@hotmail.com
Rafael Rabelo Nunes	SEC. DE SAÚDE	85 99184 7486/rafaelmachadonunes@hotmail.com
Maria Marinês Almeida dos Santos	Sec. Agricultura	(85) 99780 7032/mariadossantos@hotmail.com
Fº ANASCÉLIO FERREIRA RODRIGUES	SINRURAL	(085) 99905-34-52/
JOSÉ FRANCISCO DE PAIVA	SINRURAL	vereadorjosefrancisco2020@gmail.com/88 9969 0022

Figura 6.10.3 – Lista de Presença Reunião prévia com CONDEMA Santa Quitéria (parte 2)

Assentamento Morrinhos | 12/abril



Figura 6.10.4 – Reunião prévia com Assentamento Morrinhos

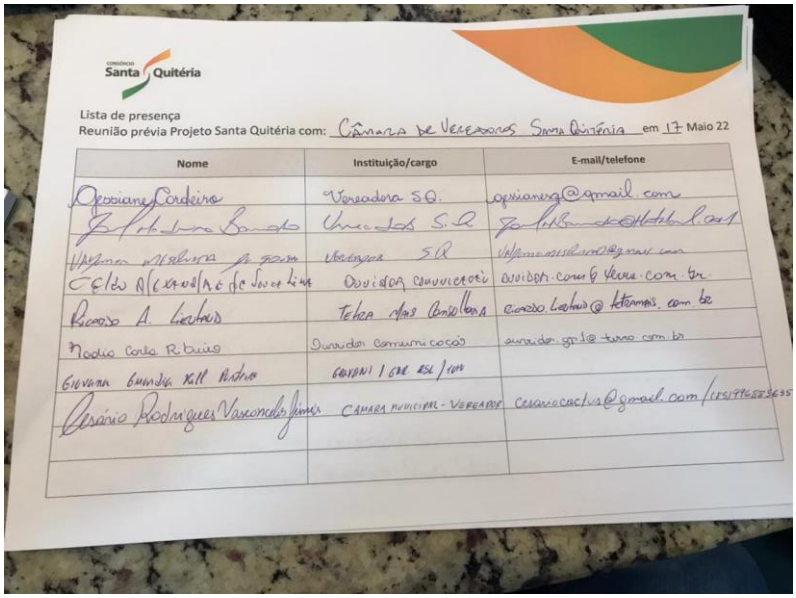
CONDEMA Itatira – 13/abril



Figura 6.10.5 – Reunião prévia com CONDEMA Itatira



Figura 6.10.6 – Reunião com vereadores - Câmara dos Vereadores de Santa Quitéria


Consórcio Santa Quitéria

Lista de presença
Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: Câmara de Vereadores Santa Quitéria em 17 Maio 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Geniane Cardeiro	Vereadora SQ.	

Figura 6.10.7 – Lista de Presença Reunião com vereadores - Câmara dos Vereadores de Santa Quitéria (parte 1)

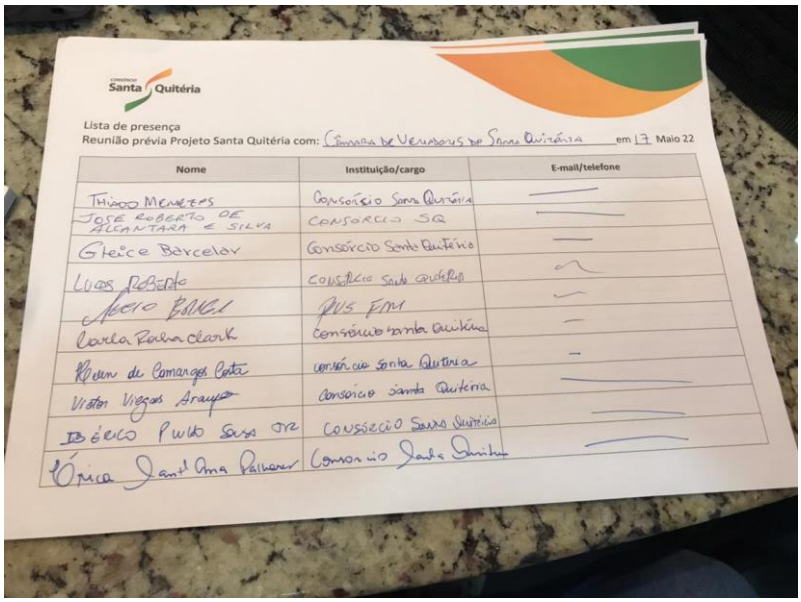
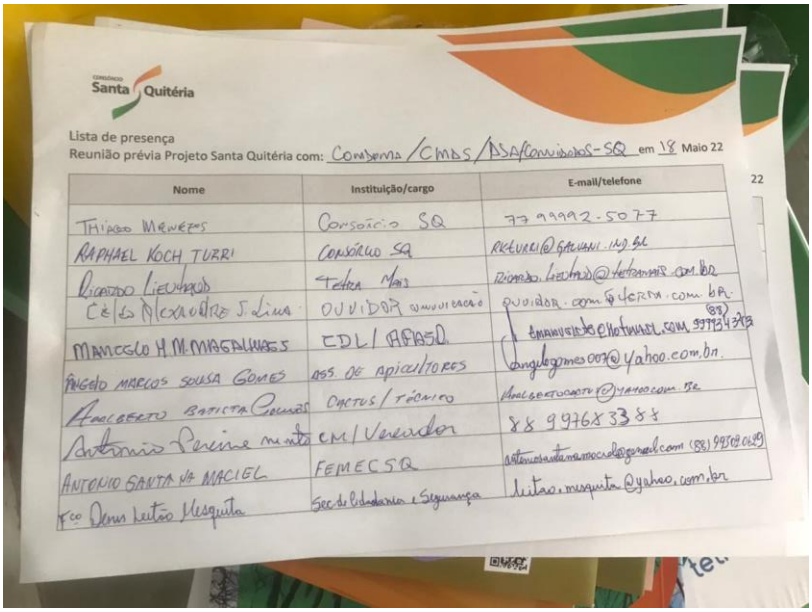


Figura 6.10.8 – Lista de Presença Reunião com vereadores – Câmara dos Vereadores de Santa Quitéria (parte 2)

CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria – 18/maio



Figura 6.10.9 – Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria



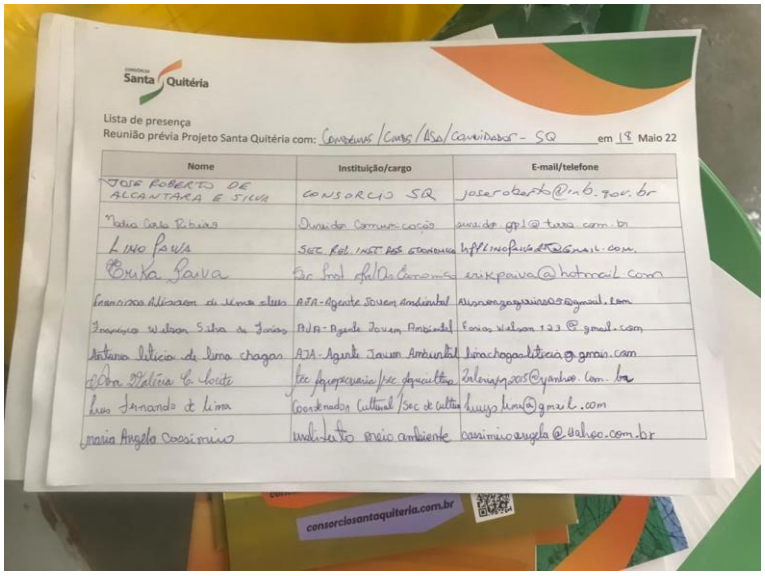
Consórcio Santa Quitéria

Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: CONDEMA/CMAS/ASA/Convidados-SQ em 18 Maio 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
THIAGO MENEZES	CONSÓRCIO SQ	77 99992-5077
RAPHAEL KOCH TURRI	CONSÓRCIO SQ	RKTURRI@GMAIL.COM.BR
RICARDO LIEUTHIER	TERRA MAR	RICARDO.LIEUTHIER@TERRAMAR.COM.BR
CÉLIA ALEXANDRE S. LIMA	OUVIDORA	OUVIDORA.COM@TERRA.COM.BR
MARCELO H. M. MAGALHÃES	CDL/ ABASQ	EMAIL@HOTMAIL.COM 99994 3475
ÂNGELO MARCOS SOUSA GOMES	ASS. DE APICULTORES	angelogomes007@yahoo.com.br
ADALBERTO BATISTA CAMPOS	CACTUS/ TÉCNICO	ADALBERTOCAMPOS@YAHOO.COM.BR
Antonio Pereira muniz	CM/ Vereador	88 9976 8333
ANTONIO SANTANA MACIEL	FEMEC SQ	antoniosantanamaciel@gmail.com (88) 99976 0439
Fco Deus Leitão Mesquita	Sec de Cidadania e Segurança	leitao.mesquita@yahoo.com.br

Figura 6.10.10 – Lista de Presença Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria (parte 1)



Consórcio Santa Quitéria

Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: Condemas/Cmas/Asa/convidados - SQ em 18 Maio 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
JOSÉ ROBERTO DE ALCANTARA E SILVA	CONSORCIO SQ	joserobertoalcantara@ig.com.br
Nadia Costa Ribeiro	Diretor Comunicação	diretor.gpi@terra.com.br
Lino Paiva	SEC. REL. INST. DOS ESTADOS	LPPLINOPAIVA@GMAIL.COM.
Erika Paiva	Sec Prot. Ani. Do Campo	erikpaiva@hotmail.com
Francisco Ailton de Lima Alves	ATA - Agente Jovem Ambiental	ailtonzagaia03@gmail.com
Francisco Wilson Silva de Farias	AJA - Agente Jovem Ambiental	farias.wilson123@gmail.com
Antonia Leticia de Lima Chagas	AJA - Agente Jovem Ambiental	limachagasleticia@gmail.com
Dra Aldeiza C. Costa	Sec Agropecuária/Sec Agricultura	Zalenuza2015@yahoo.com.br
Luiz Fernando de Lima	Coordenador Cultural/Sec de Cultura	luizz.lima@gmail.com
Maria Angela Cassimiro	Voluntário meio ambiente	cassimiroangela@uol.com.br

consorciosantaquiteria.com.br

Figura 6.10.11 – Lista de Presença Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria (parte 2)

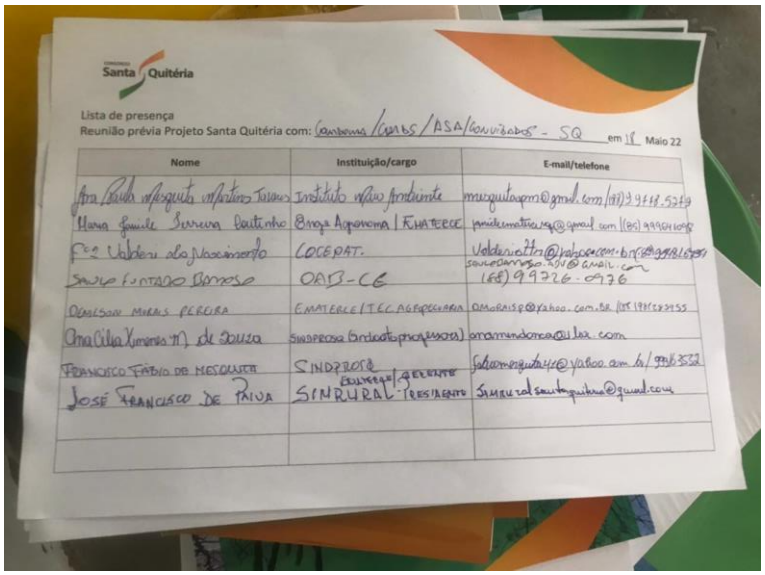


Figura 6.10.12 – Lista de Presença Reunião com CONDEMA/CMAS/ASA Santa Quitéria (parte 3)

Prefeitura Municipal de Madalena – 18/maio



Figura 6.10.13 – Reunião com Prefeitura Municipal de Madalena

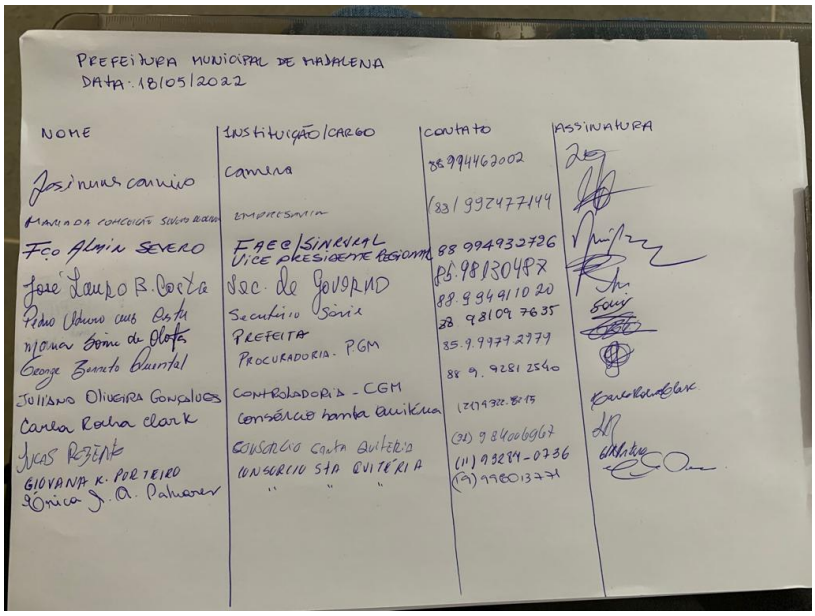
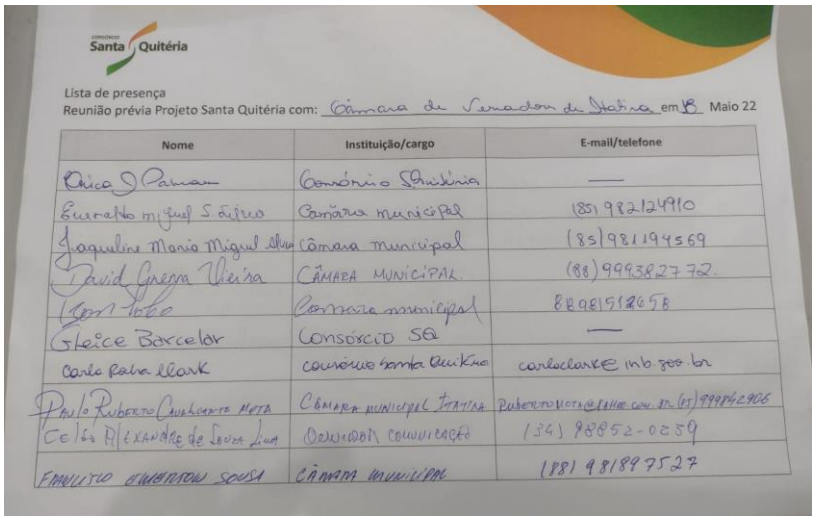


Figura 6.10.14 – Lista de Presença Reunião com Prefeitura Municipal de Madalena

Câmara dos Vereadores de Itatira – 18/maio



Figura 6.10.15 – Reunião com vereadores – Câmara dos Vereadores de Itatira



Lista de presença
Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: Câmara de Vereadores de Itatira em 18 Maio 22

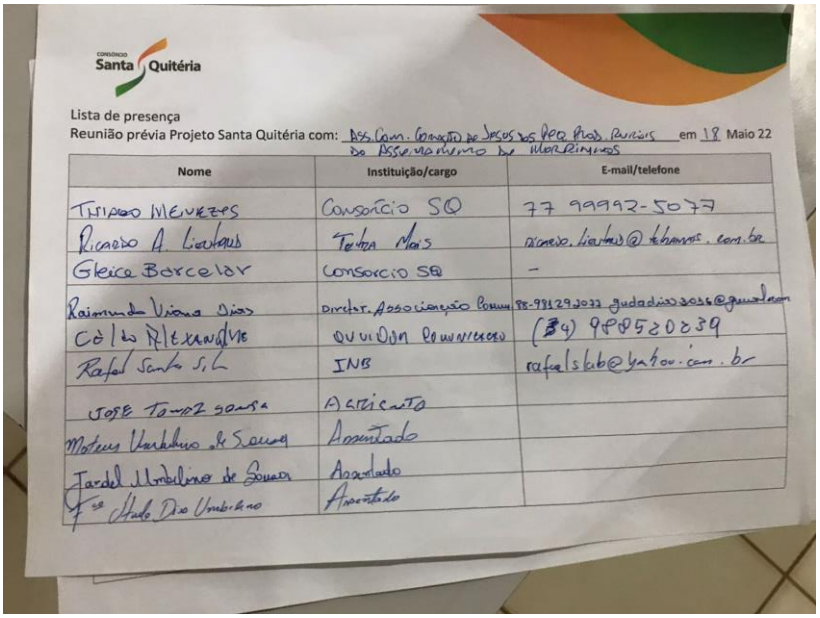
Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Erica J Pamam	Consórcio Sta Quitéria	—
Everaldo miguel S Lopes	Câmara municipal	(85) 98212 4910
Joaquina Maria Miguel Silva	Câmara municipal	(85) 98119 4569
David Gregna Vieira	CÂMARA MUNICIPAL	(88) 9993827 72
Tom Tobe	Camara municipal	88981912658
Gleice Barcelar	Consórcio SQ	—
Carla Raiva Clark	consórcio Santa Quitéria	carlaclarke info.gov.br
Paulo Roberto Cavalcante Mota	Câmara Municipal Itatira	Roberto Mota@Camara.gov.br (85) 99906 2905
Celso Alexandre de Sousa Lima	Secretaria comunicação	(34) 98852-0259
Emilio Guerreiro Sousa	Câmara Municipal	(88) 98189 7527

Figura 6.10.16 – Lista de Presença Reunião com vereadores – Câmara dos Vereadores de Itatira

Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos. Produtores. Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva) – 18/maio



Figura 6.10.17 – Reunião Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva)

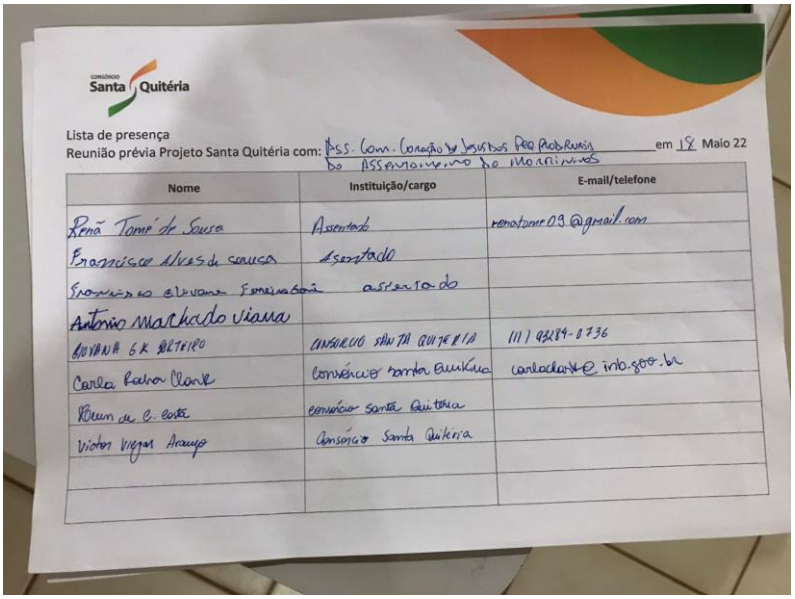


Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: Ass. Com. Coração de Jesus dos Peq. Prod. Rurais do Assentamento de Morrinhos em 18 Maio 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Tiriano Meireles	Consórcio SQ	77 99992-5077
Ricardo A. Linhares	Terra Mais	ricardo.linhares@terramais.com.br
Gleica Barcelar	Consorcio SQ	-
Raimundo Viana Dias	Diretor. Associação Comu	98-98129-2032 gudadias2036@gmail.com
Cícero Alexandre	Quilombola Comunidade	(89) 99852 0239
Rafael Santos Silva	INB	rafaelslab@yahoo.com.br
José Tomaz Sousa	Assentado	
Moisés Umbelino de Sousa	Assentado	
Jardel Umbelino de Sousa	Assentado	
Francisco Dias Umbelino	Assentado	

Figura 6.10.18 – Lista de Presença Reunião Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva) (parte1)



Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: Ass. Com. Coração de Jesus dos Peq. Prod. Rurais do Assentamento de Morrinhos em 18 Maio 22

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Renã Tomé de Sousa	Assentado	renatome09@gmail.com
Francisco Alves de Sousa	Assentado	
Francisco Elevano Fonseca	assentado	
Antonio Machado Viana		
GIOVANA GK BATISTA	CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA	(11) 98289-0736
Carla Batista Lima	Consórcio Santa Quitéria	contadoria@inb.gov.br
Ribeiro de C. Costa	Consórcio Santa Quitéria	
Victor Viegas Araujo	Consórcio Santa Quitéria	

Figura 6.10.19 – Lista de Presença Reunião Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Morrinhos (devolutiva) (parte2)

Prefeitura de Canindé – 19/maio



Figura 6.10.20 – Reunião com Prefeitura de Canindé

CREDE 7 (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação) Canindé – 19/maio



Figura 6.10.21 – Reunião com CREDE 7 Canindé

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Canindé – 19/maio



Figura 6.10.22 – Reunião com CDL e lojistas de Canindé

Ministério Público Federal - Forteza | 23/maio

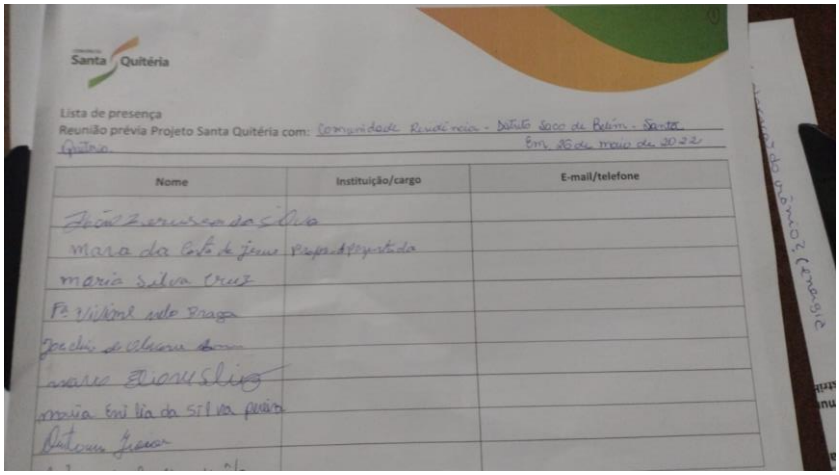


Figura 6.10.23– Reunião com CDL e lojistas de Canindé

Comunidade – Distrito Saco de Belém – 26/maio



Figura 6.10.24 – Reunião com Saco de Belém


Lista de presença

Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: Comunidade Remanescente - Distrito Saco de Belém - Santa Quitéria

Em 26 de maio de 2022

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone

Figura 6.10.25 – Lista de Presença Reunião com Saco de Belém

Prefeitura Municipal de Itatira – 24/maio

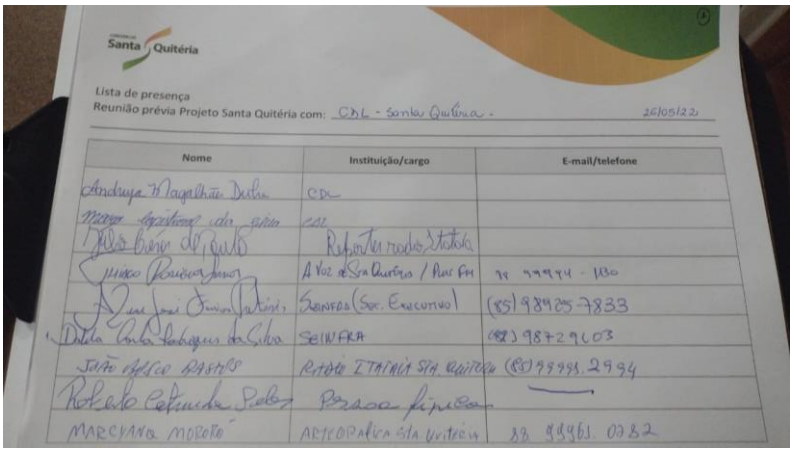


Figura 6.10.26 – Reunião com Prefeitura Municipal de Itatira

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Quitéria – 26/maio

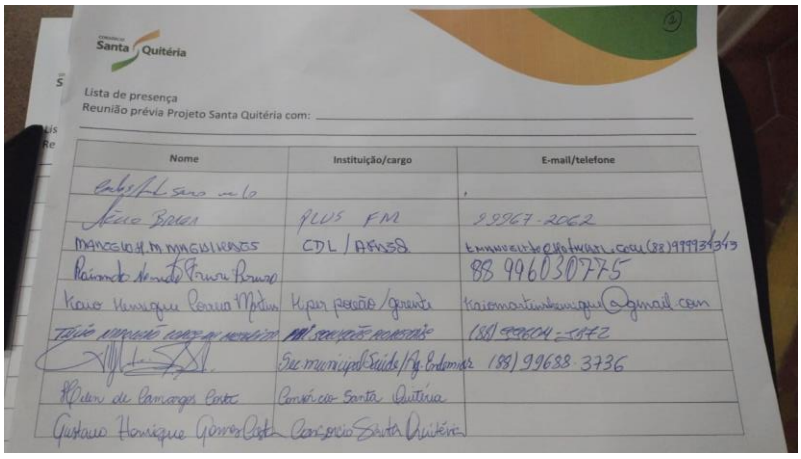


Figura 6.10.27 – Reunião com CDL de Santa Quitéria


Lista de presença
Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com: CDL - Santa Quitéria - 26/05/22

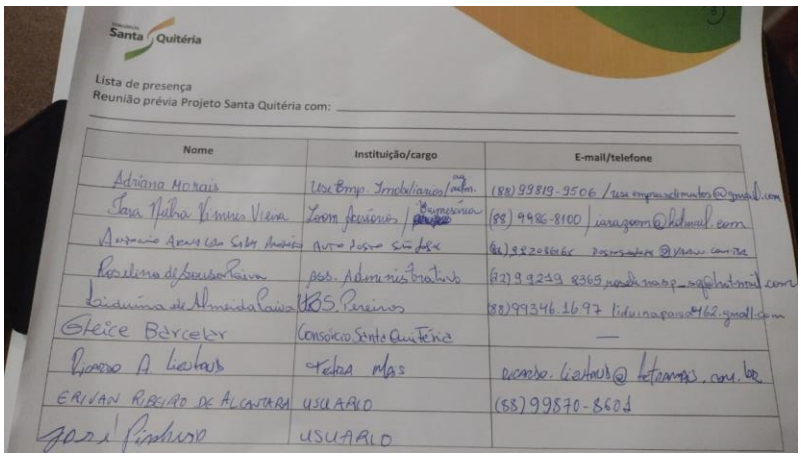
Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Andreya Magalhães Dutra	CDL	
Marcos Cavalcante da Silva	CDL	
Pedro Bruno de Araújo	Repórter rádio Studio	
Francisco Ferreira Gomes	A Voz de Sta Quitéria / Plus FM	88 99944 - 1130
Maria José Simão Fortini	Sentra (Sec. Executivo)	(85) 98935-7833
Dalila Carla Rodrigues da Silva	SEINFRA	(88) 98729603
João Pedro Bastos	Rádio Itatinga Sta Quitéria	(85) 99998.2994
Roberto Petrúcio Pinto	Pessoa física	
MARCIANA MORATO	ARTEOPAtiva Sta Quitéria	88 99961.0382

Figura 6.10.28 – Lista de Presença Reunião com CDL de Santa Quitéria (parte 1)


Lista de presença
Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com:

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Gabriel Santana		
Ítalo Brito	PLUS FM	99967-2062
Marcos Magalhães	CDL / ARTOS	[illegible] (88) 99973373
Raimundo Arruda Pereira Barros		88 996030775
Kauê Henrique Pereira Martins	Kipar pessoa / garantia	kaiomartinshenrique@gmail.com
[illegible]	[illegible]	(88) [illegible] 1142
[illegible]	Sec municipal Saúde / Fg Endemias	(88) 99688.3736
Adson de Carvalho Costa	Consórcio Santa Quitéria	
Gustavo Henrique Gomes Costa	Consórcio Santa Quitéria	

Figura 6.10.29 – Lista de Presença Reunião com CDL de Santa Quitéria (parte 2)


Lista de presença
Reunião prévia Projeto Santa Quitéria com:

Nome	Instituição/cargo	E-mail/telefone
Adriana Morais	Usu Empr. Imobiliários / Contm.	(88) 99819.9506 / [illegible]
Jara Nalba Ximenes Vieira	Loom Acessórios / Empresária	(88) 9986-8100 / [illegible]
Antonio Alexandre da Silva Andrade	Auto Posto Sítio Sul	(88) 35208565 [illegible]
Rosilene de Sousa Paiva	Pess. Administrativo	(87) 99249 8365 [illegible]
Lindinalva de Almeida Paiva	UBS Pereiros	(88) 99346 1697 lidinapaiva8162.gmail.com
Gleice Bercelar	Consórcio Santa Quitéria	—
Ricardo A Caetano	Técnico mas	ricardo.caetano@hotmail.com.br
ERIVAN RIBEIRO DE ALCANTARA	USUARIO	(88) 99870-8601
[illegible]	USUARIO	

Figura 6.10.30 – Lista de Presença Reunião com CDL de Santa Quitéria (parte 3)

7 COMUNICAÇÃO ESPECIFICA PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

7.1 Ações pré-Audiências Públicas:

Ações específicas de divulgação/mídia, comunicando ao público em geral a realização das Audiências Públicas, citadas abaixo:

- Realização de reuniões com a finalidade de apresentar o projeto e convidar para participação das APs;
- Exposição e distribuição de materiais gráficos de comunicação, sendo: Rima, faixas de rua, cartazes, convites e cartilhas;
- Veiculação por meio de mídia volante (carro de som), radiofônica com indicativo nas principais rádios (spots), *banners* digitais em sites e redes sociais nos municípios de Santa Quitéria, Itatira (Lagoa do Mato) e Canindé;
- Envio de convites virtuais para instituições e organizações civis;
- Participação dos porta-vozes do Consórcio Santa Quitéria em eventos diversos nas regiões de influência do empreendimento.

7.2 Ações de mobilização:

- Ações preliminares de conhecimento e contato com o público-alvo (visitas e reuniões com pessoas dos municípios de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira), Madalena e Canindé);
- Estudo das áreas de influência do projeto assim como identificação dos stakeholders

  locais; e
- Agendamento de reuniões de teleconferência com os stakeholders identificados.

7.3 Metodologia de execução

Para a realização das Audiências Públicas, foram definidas estratégias e técnicas de comunicação, divulgação e estruturação dos eventos, observando a transparência das informações e o acesso da população ao debate.

Atendendo aos objetivos do Plano de Divulgação prévio às Audiências, foram estabelecidas linhas de atuação fundamentadas nas orientações contidas nas resoluções do Conama Nº 1 de 23/01/1986. e Nº 9, de 03/12/1987, além do Procedimento Operacional Padrão – Ibama Nº 6, de 14/08/2020.

O Plano de Comunicação Social do Projeto Santa Quitéria previu quatro etapas sequenciais de ações: 1 – Observações. 2 – Levantamento de dados. 3 - Planejamento de ações. 4 – Execução e avaliação de resultados.

Foram estruturadas as seguintes comunicações:

7.3.1 Site do Consórcio Santa Quitéria:

No ambiente https://consorciosantaquiteria.com.br/ o usuário tem acesso às principais informações do Projeto, notícias, EIA/RIMA e contatos.

Esta página foi criada com o objetivo de dar mais transparência aos processos de comunicação do Projeto e Consórcio Santa Quitéria.



Figura 0.3.1 – Disponibilização de informações sobre as APs, no site oficial do Projeto Santa Quitéria

7.3.2 Cartilha sobre o projeto Santa Quitéria

Durante as reuniões e visitas que antecederam as Audiências Públicas, foram distribuídas cópias da cartilha sobre o Projeto aos públicos de interesse, além de cópia do RIMA. Esse material também distribuído nas Audiências apresenta os principais dados e informações sobre o Projeto, em um modo simplificado e resumido, facilitando a leitura e acesso de todos os públicos.



Figura 0.3.2– Capa da cartilha sobre o Projeto Santa Quitéria



Figura 0.3.3 – Distribuição da cartilha sobre o Projeto Santa Quitéria durante encontro com vereadores de Itatira, em 18/maio

7.3.3 Impacto das divulgações sobre o Projeto Santa Quitéria e Audiências Públicas, nas redes sociais oficiais da Consórcio Santa Quitéria

As Audiências foram amplamente divulgadas via redes sociais do Consórcio Santa Quitéria, sendo elas o Facebook e Instagram. Foram utilizadas outras plataformas para esse fluxo de divulgações, sendo elas o WhatsApp (por meio de listas de transmissão) e o canal de Youtube oficial do Consórcio. As postagens foram promovidas nas redes sociais para dois públicos de interesse.

A seguir, apresentamos os principais números gerais de acesso aos conteúdos e páginas sobre o Projeto e Consórcio Santa Quitéria:

- **2.214.077 milhões** de pessoas únicas impactadas via redes sociais.
- **3.582.702 milhões** de vezes que essas pessoas visualizaram os conteúdos patrocinados.
- **263.220 mil** interações, entre curtidas, comentários, compartilhamentos, cliques e visualizações dos conteúdos patrocinados.
- **2.559 seguidores** no Facebook e Instagram; 456 inscritos no canal do YouTube.

Impacto nas redes sociais do Consórcio Santa Quitéria:

Facebook
830,7 mil de alcance
1,6 milhão de impressões
16,7 mil interações

Instagram
1,3 milhão de alcance
1,9 milhão de impressões
246,4 mil interações

YouTube
11,3 mil visualizações de vídeo
4,2 mil espectadores únicos
104 mil impressões no canal

7.3.4 Divulgação sobre as APs nas redes sociais oficiais do Consórcio Santa Quitéria: conteúdo patrocinado para elevar o alcance do conteúdo

Considerando apenas os conteúdos que divulgaram as Audiências Públicas, são mais de 729 mil de alcance e impressões de conteúdos somados.

- Os patrocínios ocorreram diretamente para moradores das cidades de Santa Quitéria, Itatira (considerando Lagoa do Mato), Canindé e Madalena.
- A promoção dos conteúdos de divulgação das Audiências Públicas seguiu ativa e impactando as pessoas das respectivas cidades, até o dia 9 de junho.
- Os convites foram distribuídos via lista de transmissão (WhatsApp), para *stakeholders* do projeto.

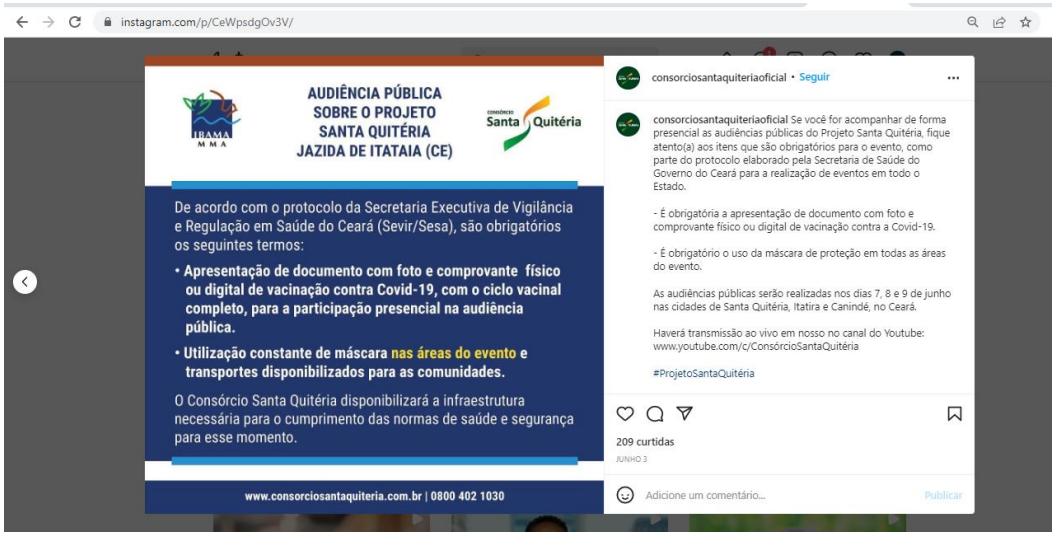


Figura 0.3.4 – Divulgação das APs e normas de saúde para participação – Instagram oficial do Consórcio Santa Quitéria



Figura 0.3.5 - Comunicação distribuída por meio de listas de transmissão de WhatsApp com residentes dos municípios de Santa Quitéria, Itatira e Canindé e demais públicos de interesse



Figura 0.3.6 – Perfil do Consórcio Santa Quitéria no Instagram

Fonte (https://www.instagram.com/consorciosantaquiteriaoficial)

7.3.5 Série de vídeos distribuída via redes sociais e canal de Youtube do Consórcio Santa Quitéria

Os roteiros foram construídos considerando as principais informações a serem divididas e questionamentos dos públicos de interesse. Dessa forma, foram criadas série de vídeos que abordaram os seguintes temas:

Vídeo institucional:

- Conheça as principais etapas de produção do Projeto Santa Quitéria. Link: https://www.youtube.com/watch?v=BqybVsM9k9s

Videoaulas:

- Entenda a importância da mineração do fosfato e do urânio, com o Prof. Dr. Christiano Magini, da Universidade Federal do Ceará. Link: https://www.youtube.com/watch?v=Fgud6JIyz_o&t=3s

- Entenda o que é a geologia médica em áreas de mineração, com a Profª. Drª. Rita Salgueiro, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Link: https://www.youtube.com/watch?v=esXH5HNKMJU

Série Conheça o Projeto Santa Quitéria:

- Você conhece o Consórcio Santa Quitéria?

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=ocniiJ-jzj0

- Nosso projeto não terá barragem de rejeitos!

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=efj-zWrM3jc

- Entenda como será o processo de produção do Projeto Santa Quitéria.

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=hghpaBY61VY&t=4s

- Como funciona o licenciamento para o Projeto Santa Quitéria?

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=kp6lU1CKkr4&t=1s

- Consórcio Santa Quitéria: sua segurança em 1º lugar!

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=P9ShiRF3s7c

- Projeto Santa Quitéria: conheça os benefícios.

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=C-c8afie8PA

- Importante jazida para a economia e desenvolvimento do Estado e País.

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=voLDN8lEZdY

- Projeto Santa Quitéria: impactos positivos para milhares de pessoas.

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=r18pRiHkw58

- Conheça a história do Consórcio Santa Quitéria.

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=lQ_DODCx7zg

- Mais empregos para Santa Quitéria e região.

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=sPL3x0i1J-w&t=1s

- Projeto Santa Quitéria: entenda o volume de produção

  Link: https://www.youtube.com/watch?v=OfJhLTBVMGk

Videocast (transmitido via Youtube e rádios AM e FM da região de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena – conforme plano de comunicação radiofônica):

- Conexão Itataia: conheça a importância do minério de Santa Quitéria para o Brasil. Link: https://www.youtube.com/watch?v=zmKkphoeUFI&t=1s

Ao todo, os vídeos tiveram mais de 12 mil visualizações e o canal conta com 453 inscritos.

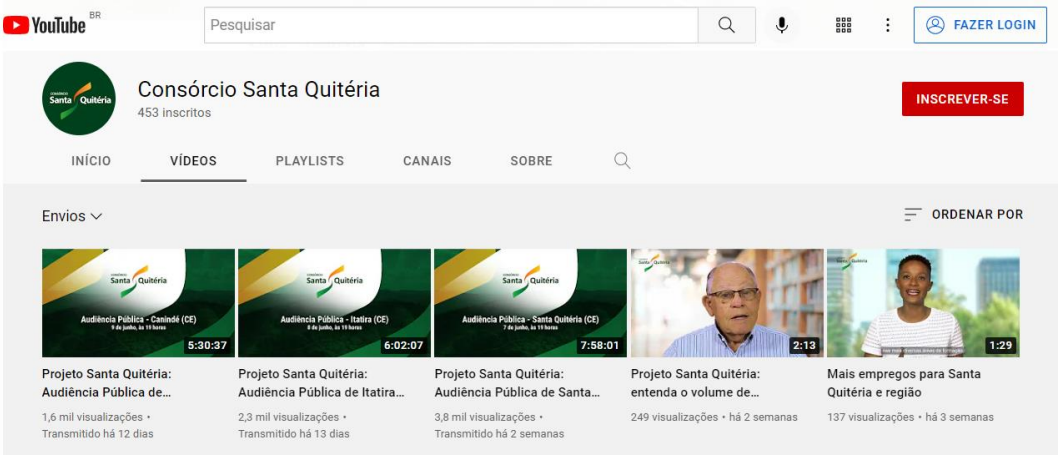


Figura 0.3.7 – Perfil do Consórcio Santa Quitéria no Youtube, com todos os vídeos a produzidos sobre o Projeto e Consórcio

Fonte (www.youtube.com/c/ConsórcioSantaQuitéria/vídeos)

7.3.6 Transmissões e gravações das Audiências Públicas de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé pelo YouTube

Santa Quitéria:

- A transmissão de Santa Quitéria pode ser assistida pelo link https://www.youtube.com/watch?v=OLSL_j-Cx0M

- Dados da transmissão de Santa Quitéria (informações referentes ao período de 8 de junho de 2022 até 23 de junho de 2022)

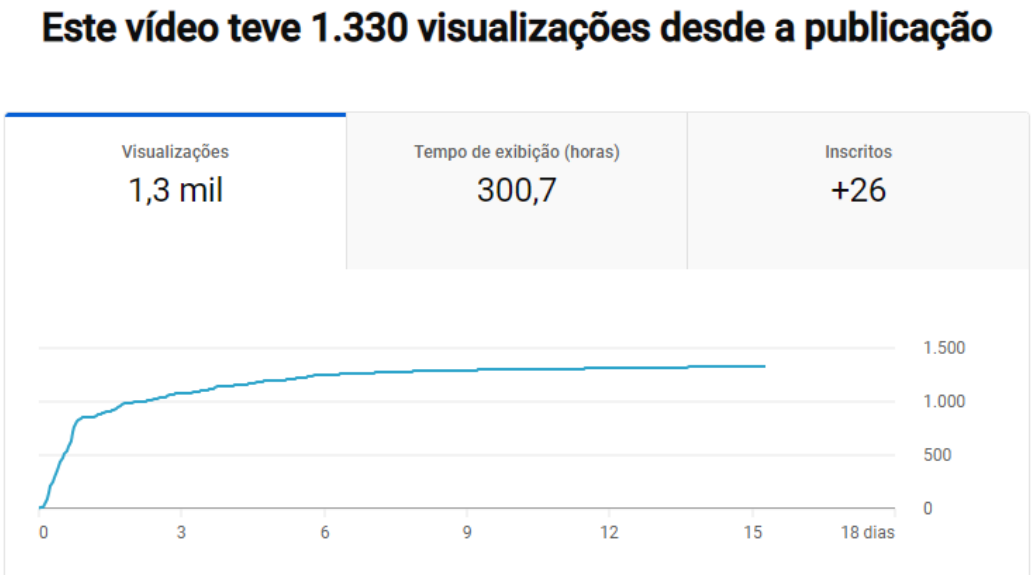


Figura 0.3.8 – Dados apurados pelo YouTube (parte 1) – Transmissão de Santa Quitéria

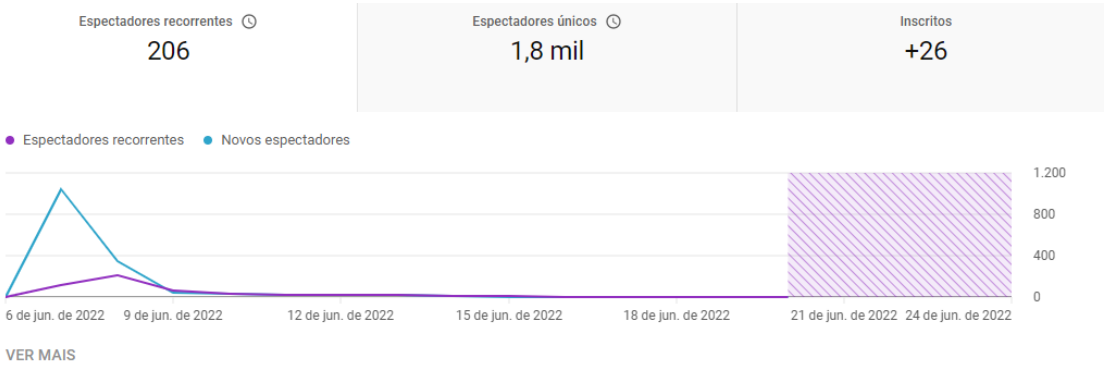


Figura 0.3.9 – Dados apurados pelo YouTube (parte 2) - Transmissão de Santa Quitéria

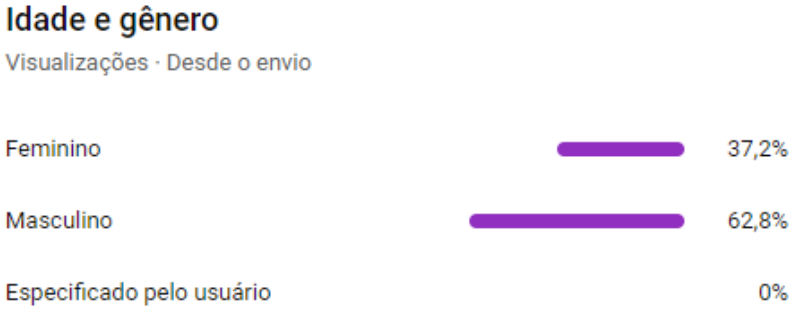


Figura 0.3.10 – Dados apurados pelo YouTube (parte 3) - Transmissão de Santa Quitéria



Figura 0.3.11 – Dados apurados pelo YouTube (parte 4) - Transmissão de Santa Quitéria

Lagoa do Mato (Itatira):

- A transmissão de Lagoa do Mato (Itatira) pode ser assistida pelo link https://www.youtube.com/watch?v=Gb99I7YQ6wY

- Dados da **transmissão** de Lagoa do Mato (Itatira) (informações referentes ao período de 9 de junho de 2022 a 23 de junho de 2022):

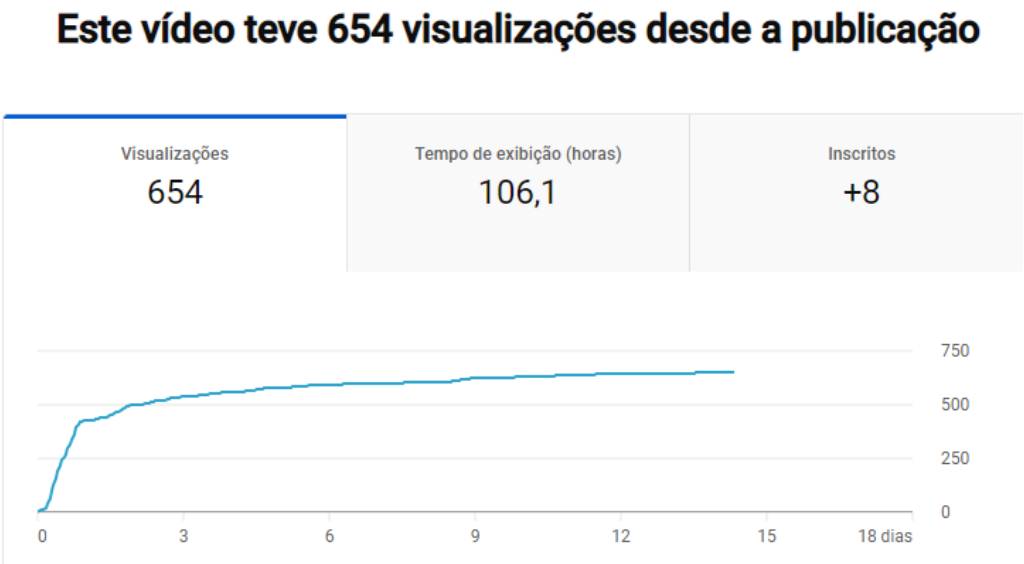


Figura 0.3.12 – Dados apurados pelo YouTube (parte 1 – Transmissão Lagoa do Mato)



Figura 0.3.13 – Dados apurados pelo YouTube (parte 2) – Transmissão Lagoa do Mato

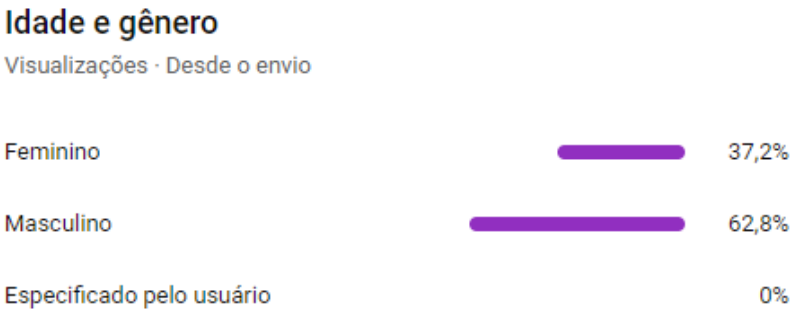


Figura 0.3.14 – Dados apurados pelo YouTube (parte 3) – Transmissão Lagoa do Mato



Figura 0.3.15 – Dados apurados pelo YouTube (parte 4) – Transmissão Lagoa do Mato

Canindé

- A transmissão de Canindé pode ser assistida pelo link https://www.youtube.com/watch?v=5COLdujt5UE&t=3915s

- Dados da **transmissão** de Canindé (informações referentes ao período de 10 de junho de 2022 a 23 de junho de 2022):

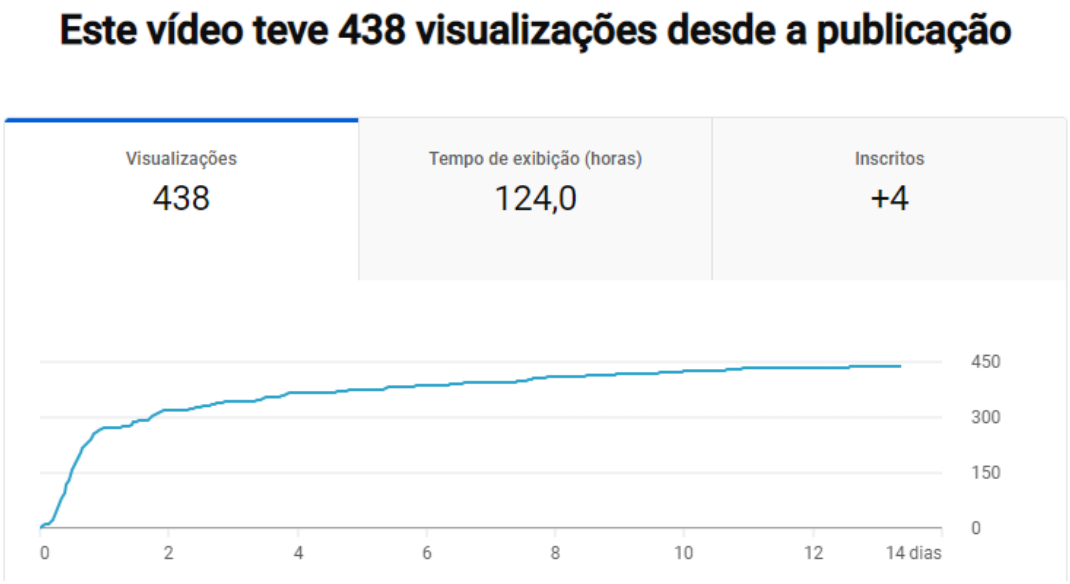


Figura 0.3.16 – Dados apurados pelo YouTube (parte 1) – Transmissão Canindé



Figura 0.3.17 – Dados apurados pelo YouTube (parte 2) – Transmissão Canindé

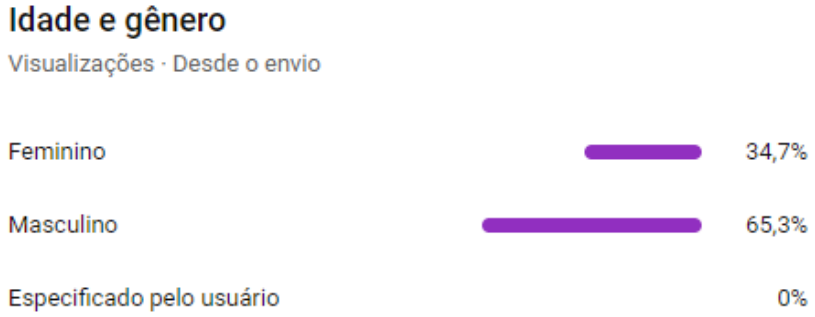


Figura 0.3.1i8– Dados apurados pelo YouTube (parte 3) – Transmissão Canindé



Figura 0.3.19 – Dados apurados pelo YouTube (parte 4) – Transmissão Canindé

7.3.7 Spots nas principais rádios da região de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé

A divulgação das Audiências Públicas por meio de mídia radiofônica foi feita de forma a atingir o público envolvido no projeto. Foram veiculados spots de 30 segundos. As inserções foram feitas no período de 23/05 a 09/06.

Exemplo de spot veiculado:

"Atenção Canindé! O IBAMA e o Consórcio Santa Quitéria informam que dia 9 de junho a partir das 19 horas no hotel Jardineira Park acontecerá a Audiência Pública sobre o Projeto

Santa Quitéria. Não esqueça, dia 9 de junho, quinta-feira a partir das 19 horas, na BR-020, quilômetro 305, Jubaia, Canindé. Será obrigatório apresentar o comprovante de vacinação contra Covid-19 em dia no momento da entrada e usar a máscara durante todo o evento. Consórcio Santa Quitéria, valorizando as riquezas da nossa terra."

7.3.8 Postagens em redes sociais e sites da região (Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé)

As Audiências Públicas foram divulgadas nos principais veículos e perfis de comunicadores da região. Abaixo, a listagem de locais que publicaram as informações e banners sobre os eventos:

Cidade	Tipo	Veículo de Comunicação	Endereço
Santa Quitéria	Site	A Voz de Santa Quitéria	https://www.avozdesantaquiteria.com.br/
Tamboril	Site	Blog do Manuel Sales	https://blogdomanuelsales.com.br/
Canindé	Blog	Blog Otacílio Duarte	https://otacilioduartee.blogspot.com/
Canindé	Facebook	Blog Otacílio Duarte	https://www.facebook.com/blogdoduarte
Canindé	Blog	Canindé News	https://www.canindenews.com.br/
Canindé	Blog	Lider FM	http://radioliderfm98.com.br/
Canindé	Facebook	Lider FM	https://www.facebook.com/liderfmcaninde
Catunda	Facebook	Planalto FM	https://www.facebook.com/planaltofmdecatunda
Canindé	Instagram	Radialista Michelle Lopes	https://www.instagram.com/p/CdYtQ3JubLV/?igshid=
Canindé	Facebook	Rádio Jornal de Canindé	https://www.facebook.com/R%C3%A1dio-Jornal-de-
Canindé	Facebook	Rádio Santa Clara FM	https://www.facebook.com/santaclarafm106
Canindé	Facebook	TV Canindé	https://www.facebook.com/tvcaninde/
Canindé	Instagram	Davi Oliveira Jornalista	https://www.instagram.com/davi_oliveiraradio/
Canindé	Site	Aquarela FM	http://aquarela102.com
Canindé	Site	Aquarela FM	https://www.facebook.com/aquarelafmaradioshow
Canindé	Site	Aquarela FM	https://www.instagram.com/aquarelafm102.5/
Itatira	Facebook	AB Notícias de Itatira	https://www.facebook.com/alfredo.barbosa.315865
Itatira	Site	Itatira News	https://itatiranews.com
Madalena	Site	Rádio Sertão Central	https://www.radiosertaocentralam.com.br/
Santa Quitéria	Blog	Rádio Itataia	https://www.facebook.com/radioitataia
Santa Quitéria	Facebook	A Voz de Santa Quitéria	https://www.facebook.com/AVozdeSantaQuiteria
Santa Quitéria	Blog	Som Records Web	https://www.facebook.com/somrecordswebradiosq
Santa Quitéria	Facebook	TV SQ News	https://www.facebook.com/TVSQNews
Santa Quitéria	Facebook	Santa Quitéria Notícias	https://www.facebook.com/santaquiterianoticiassqn
Santa Quitéria	Facebook	DNSQ - Diário da Notícia	https://www.facebook.com/diariodanoticiasantaquiteria

Postagens e banners publicados:

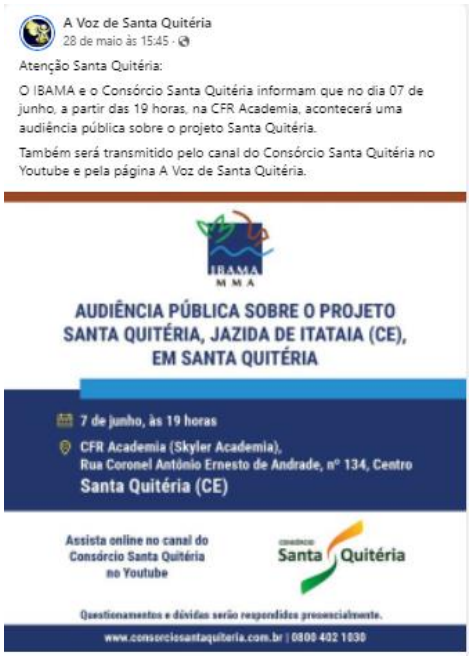


Figura 0.3.20 – Postagem em perfil d' A Voz de Santa Quitéria, no Facebook



Figura 0.3.21 – Banner em site d' A Voz de Santa Quitéria



Figura 0.3.22 – Banner no site Itatira News



Figura 0.3.23 – Banner no perfil Blog do Duarte (Canindé), no Facebook

7.3.9 Matérias em imprensa regional, estadual e nacional sobre o Projeto Santa Quitéria e divulgação das Audiências Públicas

Uma estratégia de relacionamento com a imprensa regional, estadual e nacional foi traçada, com o objetivo de divulgar amplamente o Projeto Santa Quitéria e atender jornalistas interessados em detalhes a respeito do empreendimento.

Dados de imprensa considerando as matérias sobre o Consórcio, o Projeto e Audiências Públicas:

133 notícias publicadas, sendo elas:

- 41 Fortaleza
- 22 (Lagoa do Mato/Itatira e Santa Quitéria)
- 11 - Canindé
- 7 - Crato (Cariri)
- 6 (Madalena e Juazeiro do Norte)
- 2 Tamboril
- 2 Iguatu
- 2 Sobral
- 2 Orós
- 1 Ipu
- 1 Quixeramobim
- 1 Chile

6 disparos em massa via plataforma *I'MAX* (release/notas)

- **7517** e-mails enviados

- **1158** aberturas

6 entrevistas concedidas

- Rádio Jangadeiro BandNews (Fortaleza)
- Rádio RTi (Madalena)
- Rádio Itataia (Santa Quitéria)
- TV Sertão
- TV ADR (alemã)
- Canal Terra Viva

46 atendimentos à imprensa (proativos e reativos)

- Carta Capital (nacional)
- Diário do Nordeste (Fortaleza)
- O Povo (Fortaleza)
- Jangadeiro BandNews (Fortaleza)
- G1 Ceará (Fortaleza)
- TV ARD (alemã)
- Canal Terra Viva (nacional)
- TV Verdes Mares
- Revista FIEC



Figura 0.3.24 – Matéria O Povo

Fonte https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/05/12/ibama-marca-para-junho-as-audiencias-publicas-sobre-o-projeto-santa-quiteria.html



Figura 0.3.25 – Matéria Diário do Nordeste

Fonte https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/victor-ximenes/usina-de-uranio-e-fosfato-no-ceara-tera-audiencias-publicas-em-junho-anuncia-ibama-1.3230045



Figura 0.3.26– Matéria A Voz de Santa Quitéria

Fonte https://www.avozdesantaquiteria.com.br/2022/05/ibama-anuncia-audiencias-publicas-sobre.html

7.3.10 Promoção de conteúdo sobre as APs para público dirigido

Abaixo, é possível visualizar os resultados após a promoção dos posts feitos sobre as Audiências Públicas

- No total, foram investidos R$ 19.949,97 (dezenove mil, novecentos e quarenta e nove reais, e noventa e sete centavos) na promoção dos conteúdos divulgados nos perfis do Consórcio Santa Quitéria no Facebook e Instagram.
- Os patrocínios ocorreram para dois públicos: diretamente para moradores das cidades de **Santa Quitéria**, **Lagoa do Mato (Itatira)**, **Canindé** e **Madalena**, municípios em que ocorreram as audiências públicas, e para residentes no **Estado do Ceará**.
- O objetivo de cada um dos anúncios foi o **alcance** dessas pessoas, ou seja, levar os conteúdos referentes ao Projeto Santa Quitéria ao conhecimento deste público.

7.3.11 Rádios – Grades de veiculação

Santa Quitéria

- Plus FM: 261 Inserções, de 30” - de 23 de maio a 09/junho
- SomZoomSat: 226 inserções de 30” - de 23 de maio a 09/junho
- Itataia 890: 112 inserções de 30” – de 23 de maio a 09/junho
- Cidade FM: 248 inserções de 30” – de 24/maio a 09/junho
- Rádio Itataia: 257 inserções de 30” – de 24/maio a 09/junho
- Rádio FM 87,9: 42 inserções de 30” – de 23/maio a 09/junho

Itatira

- Plus FM: 96 Inserções, de 30” - de 23/maio a 09/junho
- Itatira Notícias: 28 inserções de 30” – de 23/maio a 09/junho
- Rádio Menino Deus: 94 inserções de 30” – de 23/maio a 11/junho

Canindé

- Aquarela FM: 74 inserções de 30” – de 24/maio a 09/junho
- Fundação Educativa Santa Clara: 296 inserções de 30” – de 23/maio a 09/junho

Madalena

- Aquarela FM: 74 inserções de 30” – de 24/maio a 09/junho
- Rádio Sertão Central: 272 inserções de 30” – de 23/maio a 11/junho

Grades de veiculação – Santa Quitéria, Itatira e Canindé

Pedido de Inserção Nº 1.18
PSQ - Audiências - Rádio Itatira (Itatira)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

PUBLIS

Contato na Agência: **Lelo Maia** Veículo: **Rádio Menino Deus** Data: **24/05/2022**

Mídia: Rádio Anunciante: **Galvani (PSQ)** Projeto: **Audiências Públicas** Total inserções: **98**

Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A — Praça: **Itatira** — Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																										1	1	1	1	1	5	100,00	-	500,00	
B	Indefinido	Formato Especial																															0	100,00	-	0,00	
C	Indefinido	Formato Especial																															0	100,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																															0	100,00	-	0,00	
E	Indefinido	30"																							1	5	5	5	5	5	5	5	41	25,00	-	1.025,00	

Total (R$): **1.525,00**

GRADE B — Praça: **Itatira** — Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial	1	1	1	1																											4	100,00	-	400,00	
B	Indefinido	Formato Especial				1	1	1	1																								4	100,00	-	400,00	
C	Indefinido	Formato Especial								1	1	1	1																				4	100,00	-	400,00	
D	Indefinido	Formato Especial																															0	100,00	-	0,00	
E	Indefinido	30"	5	5	5	5	5	5	5	5																							40	25,00	-	1.000,00	

Total (R$): **2.200,00**

Figura 0.3.27 – Grade de veiculação contratada na Rádio Itatira

Pedido de Inserção Nº 1.17
PSQ - Audiências - Rádio Sertão Central (Madalena)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

PUBLIS

Contato na Agência: **Lelo Maia** | Veículo: **Rádio Sertão Central** | Data: **24/05/2022**
Mídia: **Rádio** | Anunciante: **Galvani (PSQ)** | Projeto: **Audiências Públicas** | Total inserções: **282**
Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A — Praça: **Madalena** — Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																										2	2	2	2	2	10	40,00	-	400,00	
B	Indefinido	Formato Especial																															2	2	40,00	-	80,00	
C	Indefinido	Formato Especial																																0	40,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																																0	40,00	-	0,00	
E	Indefinido	Formato Especial																							4	12	12	12	12	12	12	12	100	1,50	-	150,00	

Total (R$): **630,00**

GRADE B — Praça: **Madalena** — Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																															0	40,00	-	0,00	
B	Indefinido	Formato Especial	2	2	2	2																											8	40,00	-	320,00	
C	Indefinido	Formato Especial				2	2	2	2																								8	40,00	-	320,00	
D	Indefinido	Formato Especial								2	2	2	2	2																			10	40,00	-	400,00	
E	Indefinido	30"	18	18	18	18	18	18	18	18																							144	1,50	-	216,00	

Total (R$): **1.256,00**

Figura 0.3.28 – Grade de veiculação contratada na Rádio Sertão Central (Madalena)

Pedido de Inserção Nº 1.19
PSQ - Audiências - Rádio Aquarela FM (Canindé)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

PUBLIS

Contato na Agência: **Lelo Maia** | Veículo: **Rádio Aquarela FM** | Data: **25/05/2022**
Mídia: **Rádio** | Anunciante: **Galvani (PSQ)** | Projeto: **Audiências Públicas** | Total inserções: **262**
Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A — Praça: **Canindé** — Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																										2	2		2	2	8	200,00	-	1.600,00	
B	Indefinido	Formato Especial																														2	2	200,00	-	400,00	
C	Indefinido	Formato Especial																															0	200,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																															0	200,00	-	0,00	
E	Indefinido	30"																							12	12	12	12	12		12	12	84	5,00	-	420,00	

Total (R$): **2.420,00**

GRADE B — Praça: **Canindé** — Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																															0	200,00	-	0,00	
B	Indefinido	Formato Especial	2	2	2	2																											8	200,00	-	1.600,00	
C	Indefinido	Formato Especial				2		2	2	2																							8	200,00	-	1.600,00	
D	Indefinido	Formato Especial								2	2	2	2																				8	200,00	-	1.600,00	
E	Indefinido	30"	18	18	18	18		18	18	18	18																						144	5,00	-	720,00	

Total (R$): **5.520,00**

Figura 0.3.29 – Grade de veiculação contratada na Rádio Aquarela FM (Canindé)

Pedido de Inserção Nº 1.16
PSQ - Audiências - Plus FM (Santa Quitéria)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

Contato na Agência: **Lelo Maia** Veículo: **Plus FM** Data: **24/05/2022**

Mídia: **Rádio** Anunciante: **Galvani (PSQ)** Projeto: **Audiências Públicas** Total inserções: **275**

Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A Praça: **Santa Quitéria** Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																									2	2	2	2	2			10	100,00	-	1.000,00	
B	Indefinido	Formato Especial																														2	2	4	100,00	-	400,00	
C	Indefinido	Formato Especial																																0	100,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																																0	100,00	-	0,00	
E	Indefinido	30"																							8	12	12	12	13	13	13	13	13	109	20,00	-	2.180,00	

Total (R$): **3.580,00**

GRADE B Praça: **Santa Quitéria** Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																															0	100,00	-	0,00	
B	Indefinido	Formato Especial	2	2	2	2																											8	100,00	-	800,00	
C	Indefinido	Formato Especial				2	2	2	2	2																							10	100,00	-	1.000,00	
D	Indefinido	Formato Especial								2	2	2	2																				8	100,00	-	800,00	
E	Indefinido	30"	18	18	18	18	18	18	18																								126	20,00	-	2.520,00	

Total (R$): **5.120,00**

Figura 0.3.30 – Grade de veiculação contratada na Rádio Plus FM (Santa Quitéria)

Pedido de Inserção Nº 1.14
PSQ - Audiências - Rádio Itataia (Santa Quitéria)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

Contato na Agência: **Lelo Maia** Veículo: **Rádio Itataia** Data: **24/05/2022**

Mídia: **Rádio** Anunciante: **Galvani (PSQ)** Projeto: **Audiências Públicas** Total inserções: **247**

Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A Praça: **Santa Quitéria** Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																										2	2		2	2	8	500,00	-	4.000,00	
B	Indefinido	Formato Especial																														2	2	500,00	-	1.000,00	
C	Indefinido	Formato Especial																															0	500,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																															0	500,00	-	0,00	
E	Indefinido	Formato Especial																							15	15	15	15	15		15	15	105	25,00	-	2.625,00	

Total (R$): **7.625,00**

GRADE B Praça: **Santa Quitéria** Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																															0	500,00	-	0,00	
B	Indefinido	Formato Especial	2	2	2	2																											8	500,00	-	4.000,00	
C	Indefinido	Formato Especial				2		2	2	2																							8	500,00	-	4.000,00	
D	Indefinido	Formato Especial								2	2	2	2																				8	500,00	-	4.000,00	
E	Indefinido	Formato Especial	18	18	18	18		18	18																								108	25,00	-	2.700,00	

Total (R$): **14.700,00**

Figura 0.3.31 – Grade de veiculação contratada na Rádio Itataia (Santa Quitéria)

Pedido de Inserção Nº 1.10
PSQ - Audiências - SomZoomSat (Santa Quitéria)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

PUBLIS

Contato na Agência: **Lelo Maia** | Veículo: **Rádio FM 97.3 (SomZoom Sat)** | Data: **24/05/2022**

Mídia: Rádio | Anunciante: **Galvani (PSQ)** | Projeto: **Audiências Públicas** | Total inserções: **238**

Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A — Praça: **Santa Quitéria** — Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																									2	2	2		2	2	10	100,00	-	1.000,00	
B	Indefinido	Formato Especial																															2	2	100,00	-	200,00	
C	Indefinido	Formato Especial																																0	100,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																																0	100,00	-	0,00	
E	Indefinido	Formato Especial																							12	12	12	12	12	12		12	12	96	18,33	-	1.759,68	

Total (R$): **2.959,68**

GRADE B — Praça: **Santa Quitéria** — Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																															0	100,00	-	0,00	
B	Indefinido	Formato Especial	2	2	2																												6	100,00	-	600,00	
C	Indefinido	Formato Especial			2	2		2	2																								8	100,00	-	800,00	
D	Indefinido	Formato Especial							2	2	2	2																					8	100,00	-	800,00	
E	Indefinido	Formato Especial	18	18	18	18		18	18																								108	18,33	-	1.979,64	

Total (R$): **4.179,64**

Figura 0.3.32 – Grade de veiculação contratada na Rádio SomZoomSat (Santa Quitéria)

Pedido de Inserção Nº 1.8
Planejamento de Mídia (Cidade FM)

Agência Publis
A. M. REBOUCAS FILHO
CNPJ: 23.163.050/0001-95

financeiro@agenciapublis.com.br
(85) 99695-4440
CEP: 61760000 / Avenida Eusébio de Queiroz Nº 4569-A
Centro - Eusébio /CE

PUBLIS

Contato na Agência: **Lelo Maia** | Veículo: **Cidade FM** | Data: **24/05/2022**

Mídia: Rádio | Anunciante: **Galvani (PSQ)** | Projeto: **Audiências Públicas** | Total inserções: **258**

Peças: **A** - Programa 01 **B** - Programa 02 **C** - Programa 03 **D** - Programa 04 **E** - Spot

GRADE A — Praça: **Santa Quitéria** — Período: **05/2022**

Peça	Programa	Formato	D 1	S 2	T 3	Q 4	Q 5	S 6	S 7	D 8	S 9	T 10	Q 11	Q 12	S 13	S 14	D 15	S 16	T 17	Q 18	Q 19	S 20	S 21	D 22	S 23	T 24	Q 25	Q 26	S 27	S 28	D 29	S 30	T 31	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																										2	2	2	2	2	10	30,00	-	300,00	
B	Indefinido	Formato Especial																														2	2	30,00	-	60,00	
C	Indefinido	Formato Especial																															0	30,00	-	0,00	
D	Indefinido	Formato Especial																															0	30,00	-	0,00	
E	Indefinido	30"																								12	12	12	12	12	12	12	96	3,00	-	288,00	

Total (R$): **648,00**

GRADE B — Praça: **Santa Quitéria** — Período: **06/2022**

Peça	Programa	Formato	Q 1	Q 2	S 3	S 4	D 5	S 6	T 7	Q 8	Q 9	S 10	S 11	D 12	S 13	T 14	Q 15	Q 16	S 17	S 18	D 19	S 20	T 21	Q 22	Q 23	S 24	S 25	D 26	S 27	T 28	Q 29	Q 30	Inser.	Valor unit.	Desc.	Valor total	B
A	Indefinido	Formato Especial																															0	30,00	-	0,00	
B	Indefinido	Formato Especial	2	2	2	2																											8	30,00	-	240,00	
C	Indefinido	Formato Especial				2	2	2	2																								8	30,00	-	240,00	
D	Indefinido	Formato Especial								2	2	2	2																				8	30,00	-	240,00	
E	Indefinido	30"	18	18	18	18	18	18	18																								126	3,00	-	378,00	

Total (R$): **1.098,00**

Figura 0.3.33 – Grade de veiculação contratada na Rádio Cidade FM (Canindé)

7.3.12 Carros de som

A divulgação do evento em mídia volante, reproduzida em carro de som, ocorreu por 09 horas/dia, sendo 08 horas em área urbana e 01 hora em área rural, no período de 23/05 a 09/06, nas áreas de influência do projeto. Foram transmitidas as datas, horários, locais e a necessidade

do cumprimento dos protocolos de saúde indicados pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

O roteiro de divulgação foi planejado para cobrir as áreas de influência do projeto, conforme, abaixo:

7.3.12.1 Santa Quitéria

Bairros:

Piracicaba, Pereiros, Flores, Arco, Boa Vida, Pedra Da Saudade, Cohab, Cinzas, Primavera, Botafogo, Menezes Pimentel e Centro da Cidade.

***SPOT* Santa Quitéria**

"Atenção Santa Quitéria! O IBAMA e o Consórcio Santa Quitéria informam que no dia 7 de junho a partir das 19 horas na CRF Academia acontecerá uma Audiência Pública sobre o Projeto Santa Quitéria. Não esqueça, dia 7 de junho, terça-feira a partir das 19 horas, na CRF Academia, Rua Coronel Antônio Ernesto de Andrade, número 134, Centro. Será obrigatório apresentar o comprovante de vacinação contra Covid-19 em dia no momento da entrada e usar a máscara durante todo o evento. Consórcio Santa Quitéria, valorizando as riquezas da nossa terra."

Registros fotográficos do carro de som

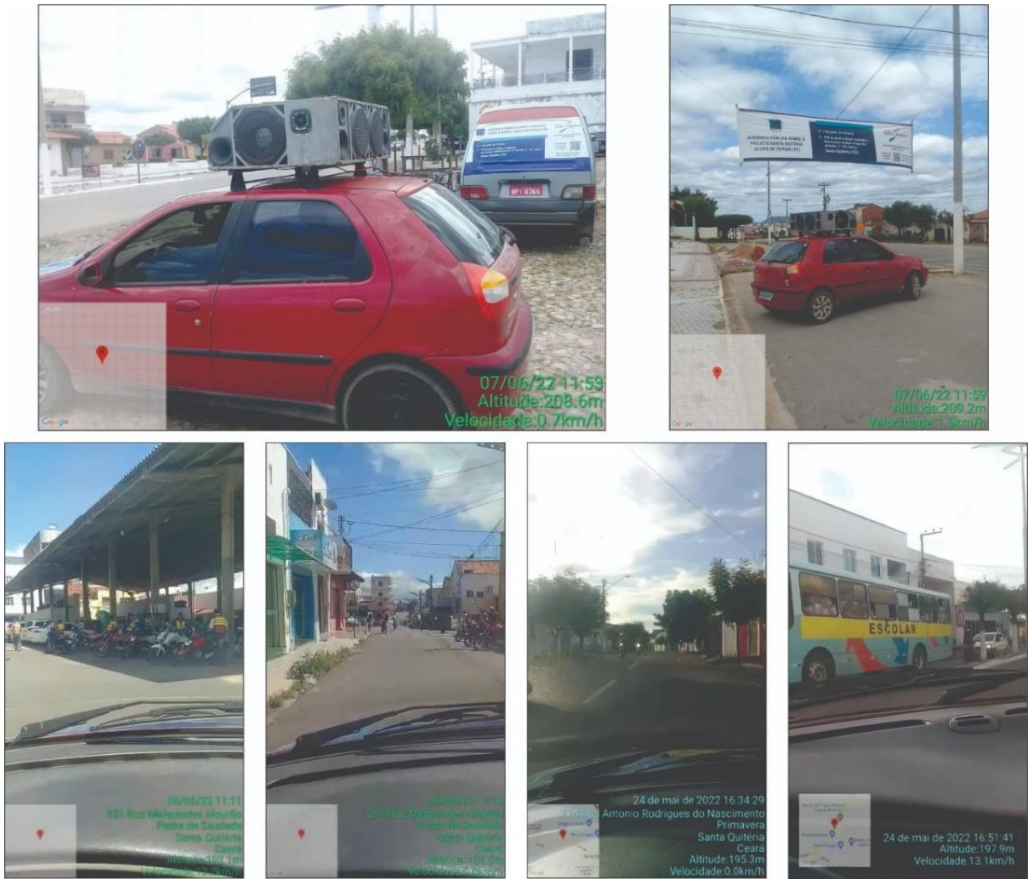


Figura 7.3.34 - Registro fotográfico de carro de som circulando por Santa Quitéria

7.3.12.2 Lagoa do Mato (tatira)

Bairros:

Lagoa do Mato, Centro de Lagoa do Mato, PV Mourão, Alto do Bode, Travessa Teco Teco, PV São Joaquim, Conjunto Novo, Conjunto Velho, Alto dos 40, Quixaba, Bairro Rodeio, Umarizeiras, Itatira Sede, Centro, Cohab e PV Contendas.

SPOT Lagoa do Mato (Itatira)

"Atenção Itatira! O IBAMA e o Consórcio Santa Quitéria informam que dia 8 de junho a partir das 19 horas na Escola Nazaré Guerra, Lagoa do Mato acontecerá a Audiência Pública sobre o Projeto Santa Quitéria. Não esqueça, dia 8 de junho, quarta-feira a partir das 19 horas, na Escola Nazaré Guerra, Avenida Nossa Senhora do Carmo, sem nº, Lagoa do Mato. Será obrigatório apresentar o comprovante de

vacinação contra Covid-19 em dia no momento da entrada e usar a máscara durante todo o evento. Consórcio Santa Quitéria, valorizando as riquezas da nossa terra."

Registros fotográficos do carro de som



Figura 7.3.35 - Registro fotográfico de carro de som circulando por Itatira/Lagoa do Mato

7.3.12.3 Canindé

Bairros:

Centro, São Mateus, Monte, Santa Luzia, Imaculada Conceição, Palestina, Cachoeira da Pasta, Alto, Campinas, Bela Vista, Alto Guaramiranga, João Paulo II, Riacho São Francisco e Canindezinho.

SPOT Canindé

"Atenção Canindé! O IBAMA e o Consórcio Santa Quitéria informam que dia 9 de junho a partir das 19 horas no Hotel Jardineira Park acontecerá a Audiência Pública sobre o Projeto Santa Quitéria. Não esqueça, dia 9 de junho, quinta-feira a partir das 19 horas, na BR 020, Km 305, Jubaia, Canindé. Será obrigatório apresentar o comprovante de vacinação contra Covid-19 em dia no momento da entrada e usar a máscara durante todo o evento. Consórcio Santa Quitéria, valorizando as riquezas da nossa terra."

Registros fotográficos do carro de som



Figura 7.3.36 - Registro fotográfico de carro de som circulando por Canindé

7.3.13 Ambientação nas ruas dos municípios de Santa Quitéria, Itatira e Canindé

Ao todo, foram distribuídos:

- Mais de 100 cartazes em estabelecimentos comerciais, de 23 a 27/05, nas cidades de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé;

- 1000 panfletos nos estabelecimentos comerciais, de 23 a 27/05, nas cidades de abrangência do Projeto. Neste material constavam o QR Code para acesso às Audiências Públicas da cidade em questão, data e horário, citação ao órgão licenciador, o Ibama, e os canais institucionais de comunicação;

- 32 faixas de rua nas cidades de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé. Incluindo Madalena, Morrinhos, Fazenda Itataia, Queimadas, Saco de Belém e Riacho das Pedras;

- 11 *banners* nos principais órgãos públicos, sindicatos e entidades das cidades de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé,

- 06 *Busdoors* nas cidades de Santa Quitéria e Canindé.

Em Santa Quitéria, as faixas, cartazes, banners, panfletos e os adesivos dos *busdoors* foram aplicados em 23 de maio; em Lagoa do Mato / Itatira, em 24 de maio; e em 25 de maio, foram aplicadas em Canindé, cumprindo o prazo de quinze dias que antecedem as Audiências Públicas em cada um desses locais.

7.3.13.1 Faixas nas ruas:

Para esse formato, foram utilizados textos e *layouts* diretos e claros, para facilitar o entendimento de todos. Na arte foram apresentados a data do evento, horário, local, QR Code para acessar a transmissão on-line (para os interessados em acompanhar por internet), além da citação do órgão licenciador, o Ibama.

7.3.13.1.1 Locais de instalação das faixas:

Foram instaladas um total de 32 faixas em locais públicos de grande visibilidade e circulação de pessoas dos municípios de Santa Quitéria, Itatira/Lagoa do Mato e Canindé, sendo 10 em Santa Quitéria, 05 em Itatira, 05 em Lagoa do Mato, 05 em Canindé, 02 em Madalena, 01 em Queimadas, 01 na Fazenda Itataia, 01 em Saco de Belém e 01 em Riacho das Pedras. Nas faixas, estavam obrigatoriamente indicados o endereço para participar das APs e os canais institucionais para comunicação - instaladas 15 dias antes da realização de cada AP e foram retiradas no dia posterior, respectivamente.

7.3.13.1.2 Arte da Faixa – Santa Quitéria



Figura 7.3.37 – Arte da faixa de rua de Santa Quitéria

7.3.13.1.3 Registro Fotográfico das Faixas Instaladas – Santa Quitéria

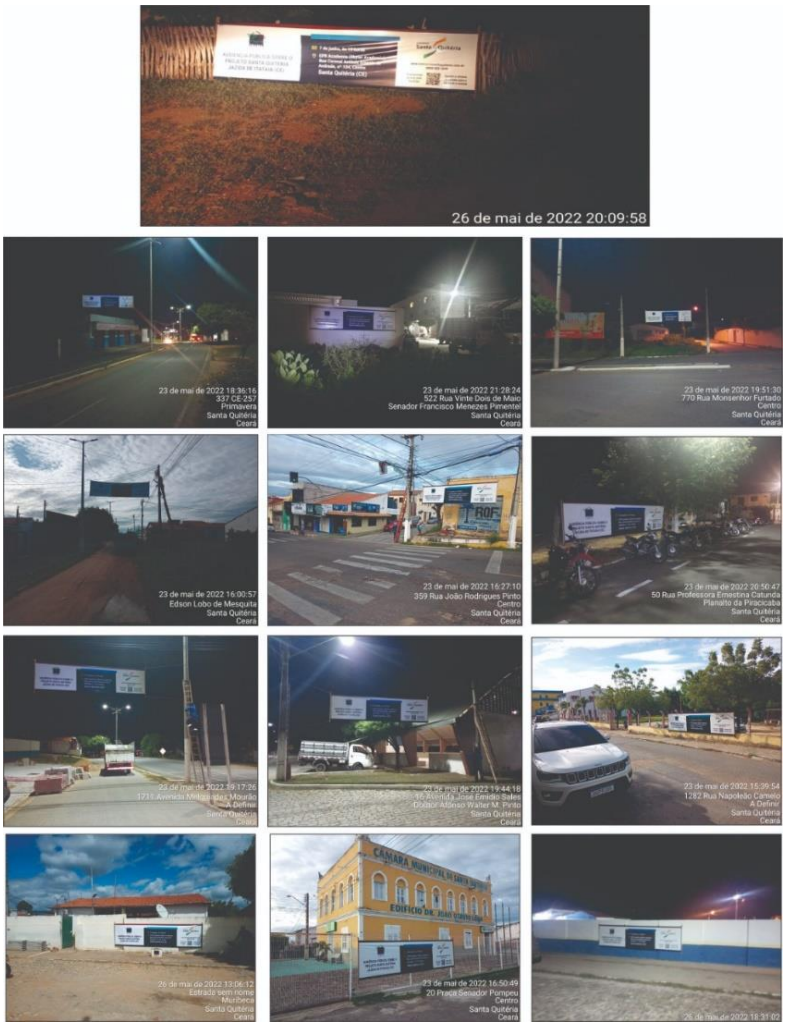


Figura 7.3.38 - Registro fotográfico das faixas de rua de Santa Quitéria

7.3.13.1.4 Arte da faixa – Lagoa do Mato (Itatira):

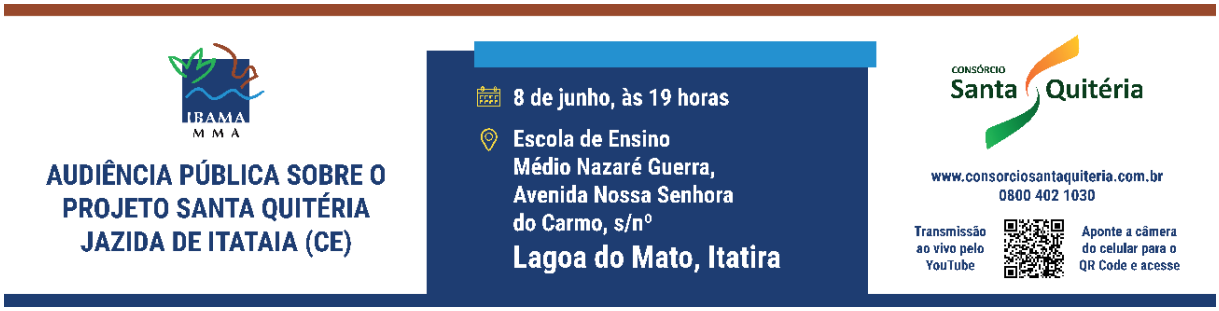


Figura 7.3.39 – Arte da faixa de rua de Lagoa do Mato (Itatira)

7.3.13.1.5 Registro fotográfico das faixas instaladas – Lagoa do Mato (Itatira)



Figura 7.3.40 Registro fotográfico das faixas de rua de Itatira/Lagoa do Mato

7.3.13.1.6 Arte das faixas– Canindé

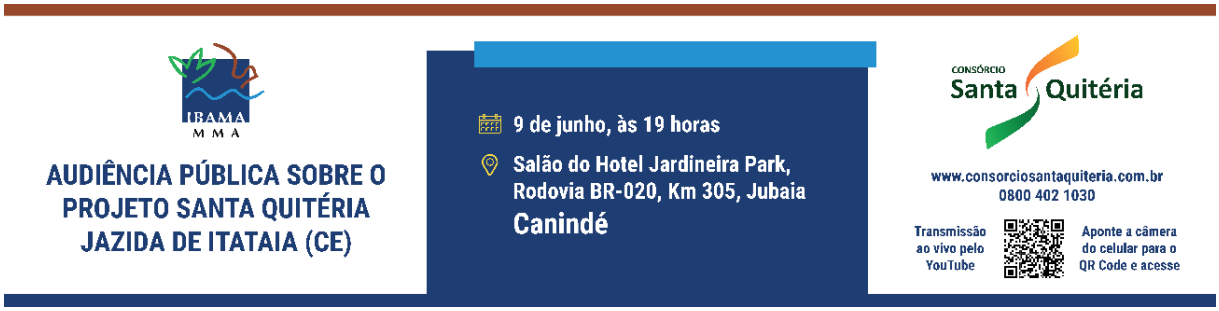


Figura 7.3.41 – Arte da faixa de rua de Canindé

7.3.13.1.7 Registro fotográfico das faixas instaladas– Canindé



Figura 7.3.42 Registro fotográfico das faixas de rua de Canindé

7.3.13.2 Busdoor:

Foram instalados 06 Busdoor nas cidades Santa Quitéria e Canindé, conforme os roteiros, abaixo.

Santa Quitéria: Crateús, Independência, Novo Oriente, Tamboril, Santa Quitéria, Poranga, Hidrolândia, Ipueiras, Mons. Tabosa, Nova Russas.

7.3.13.2.1 Arte Busdoor - Santa Quitéria



Figura 7.3.43 – Arte do Busdoor de Santa Quitéria

7.3.13.2.2 Registros fotográficos Busdoor – Santa Quitéria



Figura 7.3.43 Registro fotográfico dos Busdoors de Santa Quitéria

7.3.13.2.3 Arte Busdoor – Canindé



Figura 7.3.44– Arte do Busdoor de Canindé

7.3.13.2.4 Registros fotográficos Busdoor – Canindé



Figura 7.3.45 Registro fotográfico dos Busdoors de Canindé

7.3.13.3 Cartazes e Panfletos:

No impresso com dimensões de 29,7 cm por 42 cm (formato A3), estavam indicados o endereço para acesso à AP, data e horário, citação do órgão licenciador, o Ibama, e os canais institucionais de comunicação.

Foram confeccionados mais de 100 cartazes físicos e afixados em pequenos estabelecimentos comerciais como mercados, lojas e farmácias na região dos municípios em questão, sendo aproximadamente instalados 40 em cada cidade, 15 dias das antes da realização da AP.

Os cartazes continham comunicação prévia de protocolos de saúde para a participação das APs, conforme Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa).

7.3.13.3.1 Aplicação dos cartazes em Santa Quitéria: Relação dos locais

Estabelecimentos Comerciais:

AJP Infantil, Armarinho Dauci, Artemísia Presentes, Cartório Paula Lobo, CDL Santa Quitéria, Churrascaria Brasa do Sertão, Comercial Manoelito, Coxinha no Ponto, Dalila Variedades, Depósito Avenida, Digital Cópias e Papelaria, Drogaria Top Vida, Espaço dos Presentes e

Acessórios, Esquina do Lanche, Farmácia Mais Saúde, Farmácia São Paulo, Glamaj, Hotel Santo Expedito, Empório Calçados, JA Peças, JP Sports, Marcia Variedades, Mercadinho Girassol, Mercadinho RMG, Mercantil Central, Mercantil São Matheus, Mundo Animal, Parente Variedades, Paula Flores, Prefeitura de Santa Quitéria, RE Hortifruti, RJ Real Importados, Ricos Variedades, Robério Auto Peças, Sabar Lanches, Secretaria do Meio Ambiente de Santa Quitéria, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Quitéria, Tecnovet Agropecuária, Thomaz Auto Peças, Tony Papelaria, Tribo, Universo Rosa, Viplasticos Variedades, D´Avila Variedades.

7.3.13.3.1.2 Artes dos cartazes- Santa Quitéria

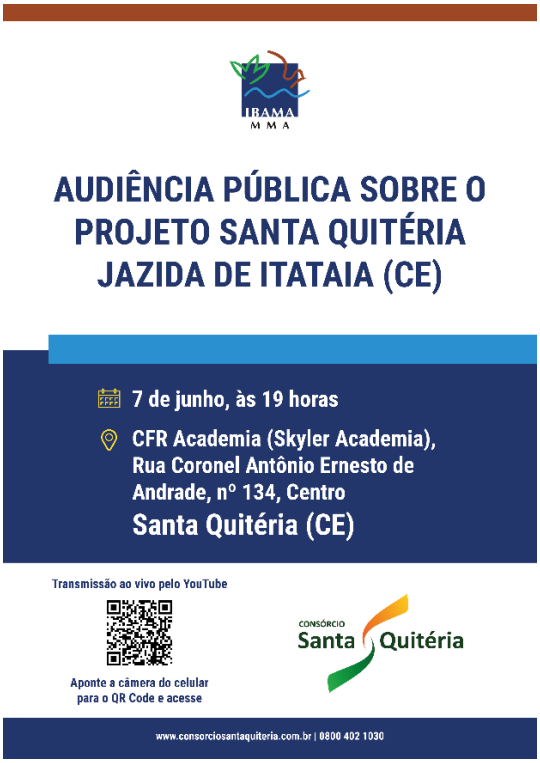


Figura 7.3.46 – Arte do cartaz de Santa Quitéria (Cartaz 1)

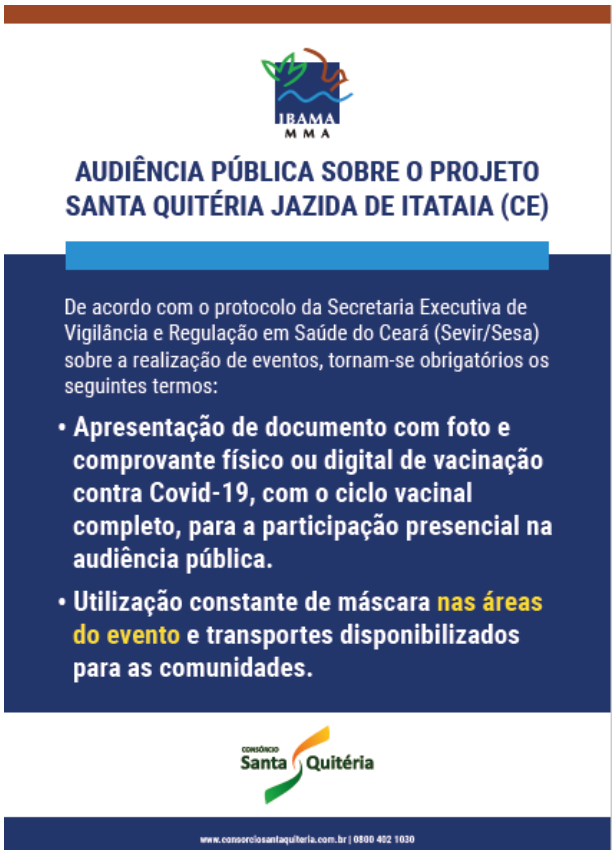


Figura 7.3.47 – Arte do cartaz de Santa Quitéria com Protocolos de Saúde (Cartaz 2)

7.3.13.3.1.3 Registro fotográfico dos cartazes em Santa Quitéria



Figura 7.3.48 Registro fotográfico dos cartazes fixados em Santa Quitéria

7.3.13.3.2 Aplicação dos cartazes em Lagoa do Mato (Itatira): Relação dos locais

Estabelecimentos Comerciais:

Alex Variedades, Ana Maria Perfumes, Barão das Frutas, Benílton, C Store, Câmara Municipal de Vereadores de Itatira, Comercial Menino Deus, Farma Clinic, Império dos Sabores, Restaurante Sabor Caseiro, Salão New Style, RR Eletro Acessórios, Fênix Multimarcas, Brites Bar, Drogaria Multifarma, Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Itatira, Marília Novidades, Tomar Açaí, Sandra Fashion Eletro Móveis, CTN Restaurante, Click Açaí, Açaí Amor Roxo, Loja El Shaday, Mega Lanches, Mercadinho Jorge Enzo, Mercantil Tali, Ponto do 12, Prefeitura Municipal de Itatira, RR Acessórios, RV Rebeca Variedades.

7.3.13.3.2.1 Arte dos cartazes - Lagoa do Mato (Itatira)

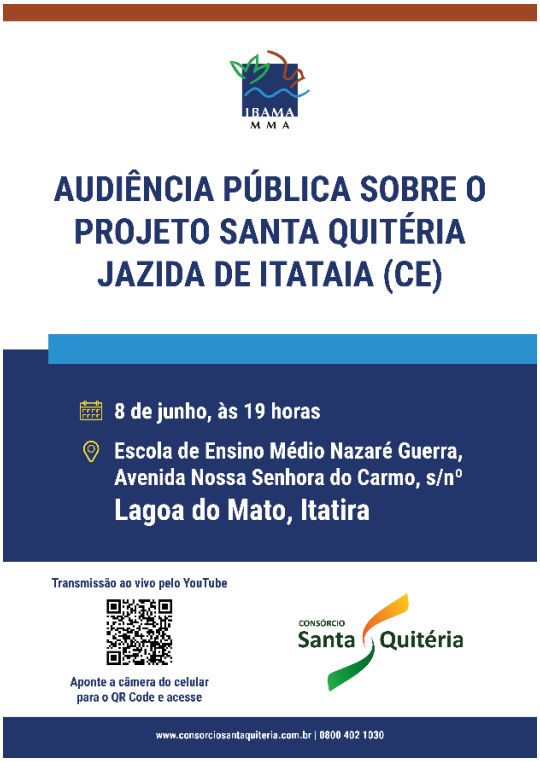


Figura 7.3.49 – Arte do cartaz de Lagoa do Mato (Itatira) (Cartaz 1)

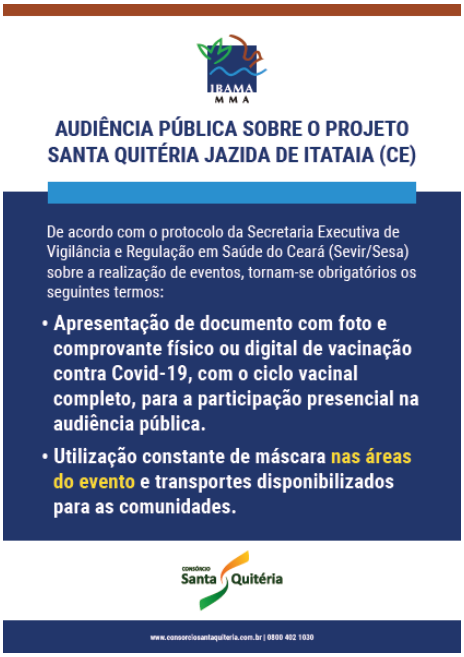


Figura 7.3.50 – Arte do cartaz de Lagoa do Mato (Itatira) com Protocolos de Saúde (Cartaz 2)

7.3.13.3.2.2 Registro fotográfico dos cartazes em Lagoa do Mato (Itatira)

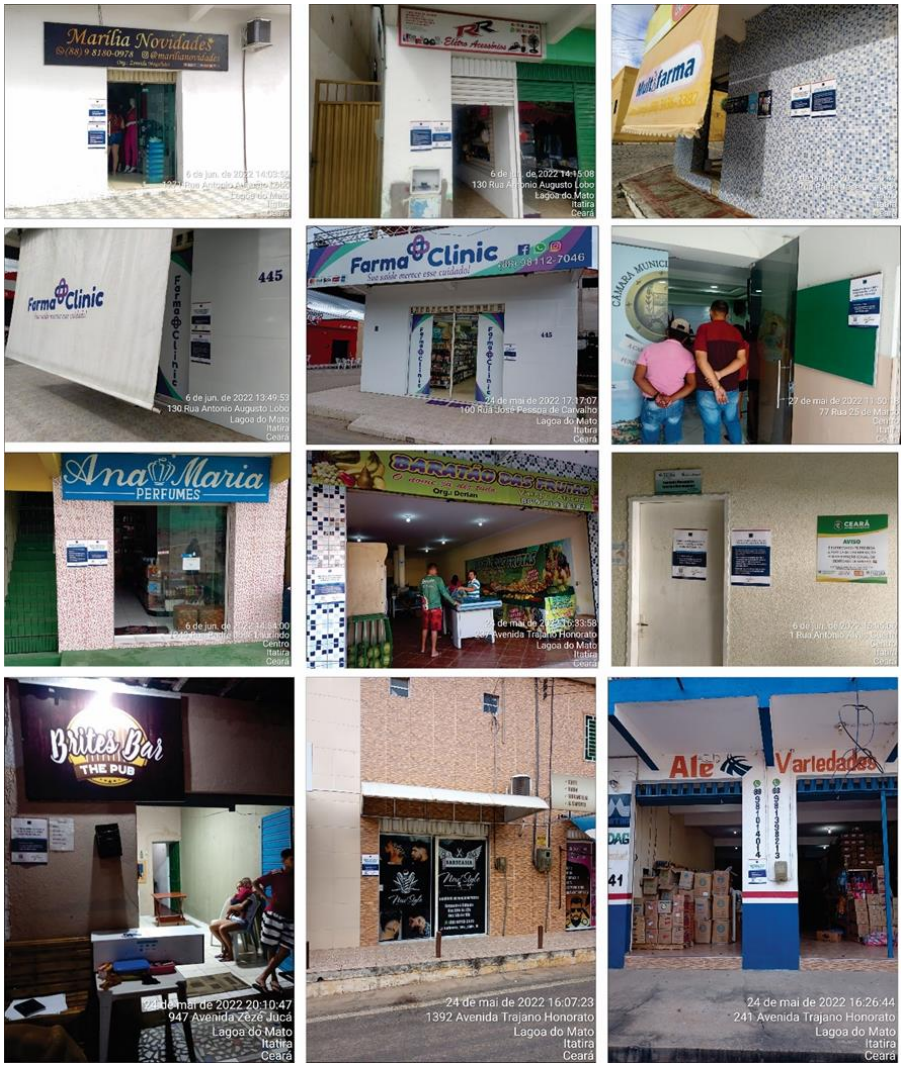


Figura 7.3.51 Registro fotográfico dos cartazes fixados em Lagoa do Mato (Itatira)

7.3.13.3.3 Aplicação dos cartazes em Canindé: Relação dos locais

Estabelecimentos Comerciais:

Relação da fixação dos cartazes - Estabelecimentos Comerciais:

Maná Jeans, CL Celulares, DMais Lanches, Eletrônica Vídeo Som, Mercantil União, Secretaria do Meio Ambiente de Canindé, Super Mario Atacado, Mercadinho Rai e Ana, Ana Variedades, Armazém São Lucas, Atacarejo Gutinho, Bicicletaria Bike Like, Bruguelos Baby Kids, Canindé Peças, Casa do Leite Bar do Seu Pedro, Casa do Ovo, CDL, Comercial Bombom, Comercial O Índio, Distribuidora de Coco São Francisco, Eletrônica O Evandro, Eletrônica Vídeo e Som, Esquinão das Construções, Empório Flor Pura, Frigorifico Rio Grandense, GM Perfumaria, Helena Moda

Intima, Helanio H. Pereira, JC Hortifruti, JV Iphone, Larisse Modas, Maily Jeans, Mercadinho Abreu, Mercadinho Boa Sorte, Mercadinho Dudu, , Mercadinho Jovane, , Mercadinho Pedro Moreira, Mundo da Papelaria, NC Informática, Novo Rancho, Oficina de Joias, Perua do Retalho, Ponto do Queijo, Prefeitura Municipal de Canindé, Regional Loterias, Salão Ideal, Sertão e Tradição, Tabacaria e Embalagens Canindé, WF Soluções em Informática, Yassai Mix.

7.3.13.3.3.1 Artes dos cartazes - Canindé



Figura 7.3.51– Arte do cartaz de Canindé (Cartaz 1)

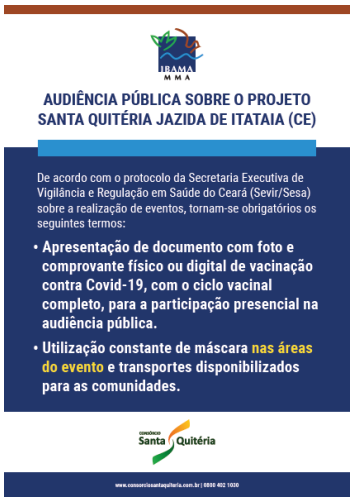


Figura 7.3.52 – Arte do cartaz de Canindé com Protocolos de Saúde (Cartaz 2)

7.3.13.3.3.2 Registros fotográficos dos cartazes - Canindé

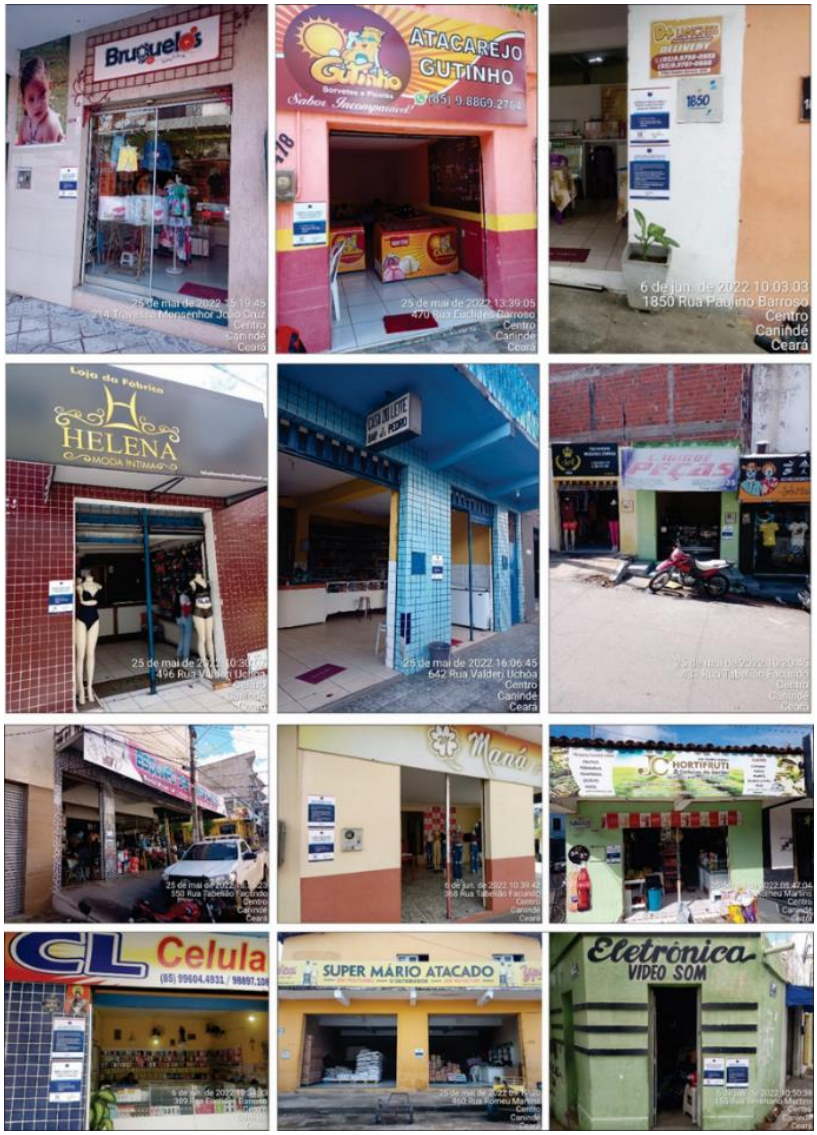


Figura 7.3.53 Registro fotográfico dos cartazes fixados em Canindé

7.3.13.4 Panfletos

Foram impressos 1.000 panfletos e distribuídos nos mesmos locais onde foram afixados os cartazes. Neste material constavam as seguintes informações: local de realização da AP, endereço, data e horário, citação do órgão licenciador, o Ibama, e os canais institucionais de comunicação.

7.3.13.4.1 Panfletos – Santa Quitéria

7.3.13.4.1.1 Arte do panfleto – Santa Quitéria



Figura 7.3.54– Arte do panfleto de Santa Quitéria

7.3.13.4.1.2 Registros fotográficos da distribuição de panfletos – Santa Quitéria

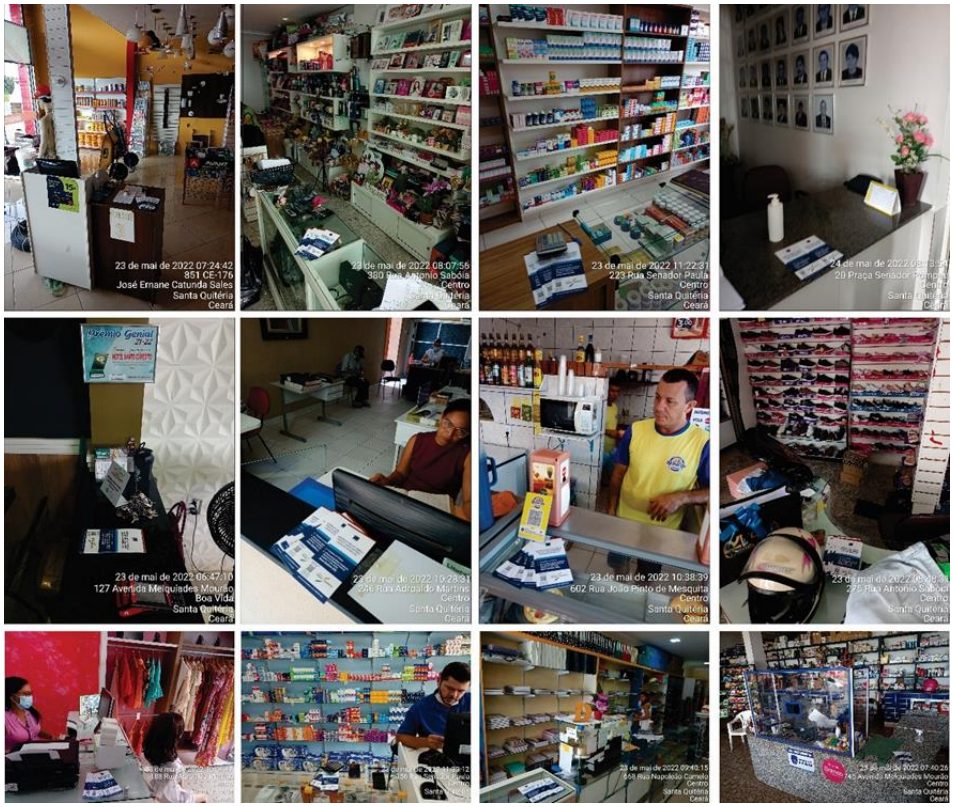


Figura 7.3.55 Registro fotográfico dos panfletos distribuídos em Santa Quitéria

7.3.13.4.2 Arte do panfleto – Lagoa do Mato (Itatira)

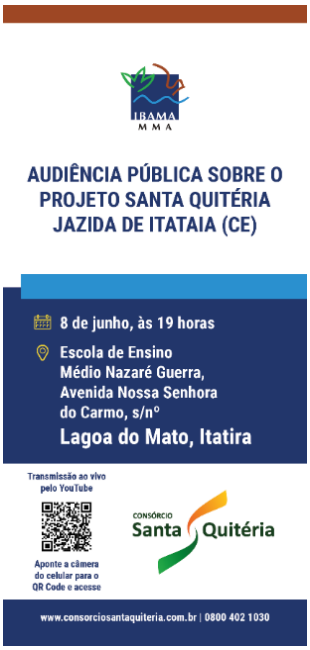


Figura 7.3.56 – Arte do panfleto de Lagoa do Mato (Itatira)

7.3.13.4.2.1 Registro fotográfico da distribuição de panfletos – Lagoa do Mato (Itatira)



Figura 7.3.57 Registro fotográfico dos panfletos distribuídos em Lagoa do Mato (Itatira)

7.3.13.4.3 Panfletos – Canindé

7.3.13.4.3.1 Arte do panfleto - Canindé



Figura 7.3.58 – Arte do panfleto de Canindé

7.3.13.4.3.2 Registro fotográfico da distribuição de panfletos - Canindé



Figura 7.3.58 Registro fotográfico dos panfletos distribuídos em Canindé

7.3.13.5 Banner

Para ampliar a visibilidade das informações, foram distribuídos *banners* em locais de grande movimento. São eles:

- Santa Quitéria: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Secretaria do Meio Ambiente, CDL, Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

- Itatira/Lagoa do Mato: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Secretaria do Meio Ambiente.

- Canindé: Prefeitura Municipal, CDL, Secretaria do Meio Ambiente.

7.3.13.5.1 Arte do banner – Santa Quitéria

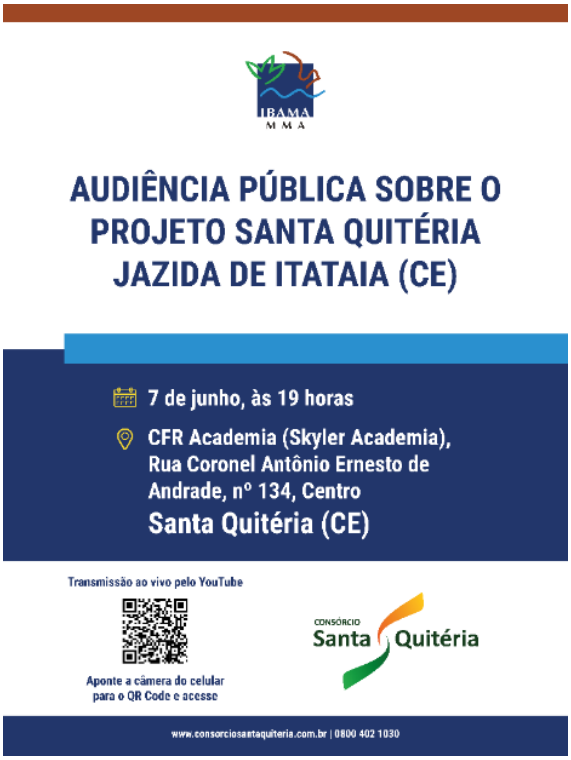


Figura 7.3.59 – Arte do banner de Santa Quitéria

7.3.13.5.1.2 Registro fotográfico da aplicação dos banners – Santa Quitéria

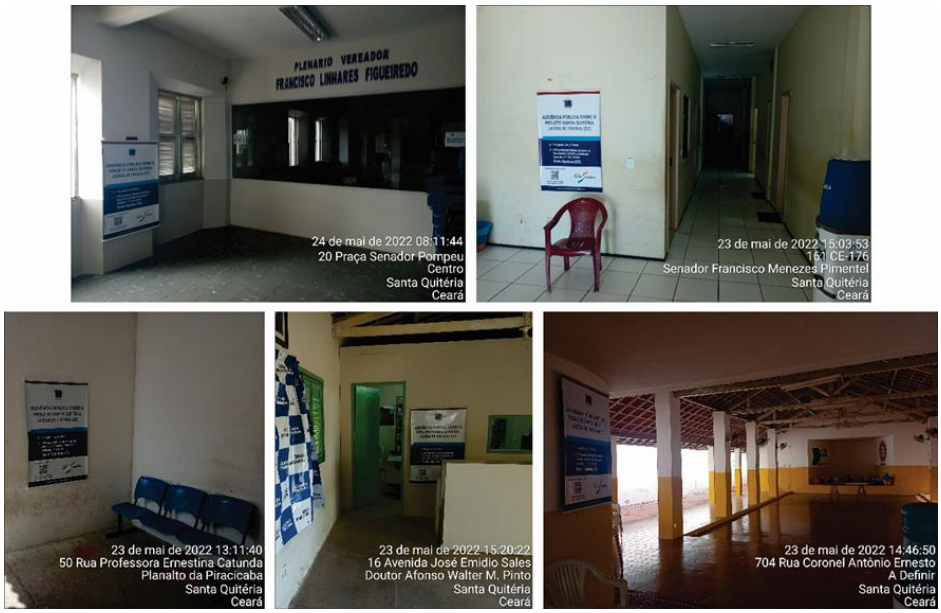


Figura 7.3.60 - Registro fotográfico da aplicação dos banners em Santa Quitéria

7.3.13.5.2 Arte do banner – Lagoa do Mato (Itatira)



Figura 7.3.61– Arte do banner de Lagoa do Mato (Itatira)

7.3.13.5.2.1 Registro fotográfico da aplicação dos banners em Itatira



Figura 7.3.62 – Registro fotográfico da aplicação dos banners em Lagoa do Mato (Itatira)

7.3.13.5.3 Arte do banner – Canindé



Figura 7.3.63 – Arte do banner de Canindé

7.3.13.5.3.1 Registro fotográfico da aplicação do banner - Canindé



Figura 7.3.64 - Registro fotográfico da aplicação dos banners em Canindé

7.3.14 Linha telefônica 0800

Este canal tem como finalidade atender dúvidas sobre o Projeto Santa Quitéria e as Audiências Públicas dos públicos interessados, principalmente daqueles que possuem restrições de acesso à internet. O número 0800-402-1030 esteve presente em todas as peças de divulgação das APs, bem como no site e cartilhas impressas.

7.3.15 E-mail marketing – Convites para as APs

Foi feito o envio de convites eletrônicos direcionados a representantes da sociedade civil organizada, autoridades, via e-mail, com informações como horário, dia e local para as Audiências. A lista de remessa compreendeu os seguintes grupos:

Santa Quitéria

Prefeito de Santa Quitéria – José Braga Barrozo

Vice-prefeita de Santa Quitéria – Lígia Protásio

Presidente da Câmara - Joel Barroso

Vice-presidente da Câmara - Cesário Rodrigues Vasconcelos Junior

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças - Micael Oliveira

Secretário do Governo - Carlos Alexandre

Secretário Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico - Lino Paiva

Secretária de Assistência Social e Trabalho - Rayana Bondor

Vereador Douglas Lira

Vereador Dânio Braga

Vereador Francisco de Assis Ferreira Rodrigues (Miudo)

Vereadora Gessiane do Diassis Có

Vereador Uberlânio Viana Alves (Viana)

Vereadora Aurismênia Chaves

Vereadora Jarina Cavalcante

Vereador Gardel Padeiro

Vereador Antônio Pereira Matos Neto (Irmão Pereira)

Vereador Eliando Mesquita

Presidente do Instituto Municipal de Meio Ambiente - Ângela Cassimiro

Coordenadora do Comdema - Ana Paula Mesquita Martins Carvalho

Presidente da Bacia Hidrográfica de Acaraú - José Maria Gomes

Vice-presidente da Bacia Hidrográfica de Acaraú - José Almir Barros

Juíza de Direito - Maria Luísa Emerenciano Pinto

Supervisora da 1ª Vara - Gilsilene Bezerra

Supervisor do MP - Thales Rodrigues Teixeira

1ª Promotoria - Marina Romagna Marcelino

2ª Promotoria - Lígia de Paula Oliveira

Delegado da Polícia Civil - Igor Fernandes Vasconcelos

3ª Cia. De Polícia de Santa Quitéria - Major Veiga

Ex-prefeito - Fabiano Lobo

Ex-prefeito - Tomás Figueiredo

Ex-prefeito - Chagas Mesquita

Líder político - Tomás Figueiredo Filho

Líder político - Marcelo Magalhães

Agente local da Ematerce - José Francisco de Paiva

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Quitéria - Katia Lima

Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida (Queimadas) - José Astrogildo Viana

Presidente da Associação Comunitária Coração de Jesus dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Morrinhos - Raimundo Viana Dias (Guda)

Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Riacho Das Pedras - Liduína Paiva

Diretor da Cactus - Centro de Apoio Ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - Homero Avelino Novaes de Lima

Liderança do Assentamentos Queimadas - Rejane Mateus

Proprietário da Faculdade de Itataia (Facit) - Antônio Evelardo Vieira Bié

Diretora da Escola Profissionalizante Monsenhor Luís Ximenes - Gisela Araújo

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - José Bonifácio de Paiva

Pe. Francisco Flávio do Nascimento Araújo, Paróquia de Santa Quitéria

Pr. Wilson de Lima Pereira, Igreja Assembleia de Deus de Santa Quitéria

Venerável da Loja Maçônica Cavaleiros da Arte real - José Reinaldo Silva

Portal A Voz de Santa Quitéria - Thiago Rodrigues

DNSQ – Diário da Notícia Santa Quitéria - Rubens Ximenes

Radio Som Records Web - Jarbas Freire

Radio Itataia - Maylon Alves

Radio Pioneira AM - Alexandre Parente

Rádio Plus FM - Aécio Braga

Rádio Progresso de Lisieux - Paulo Régis Araújo Moura

Rádio SomZoom Sat - Marcelo Magalhães

Rádio Cidade 87,9 FM - Otelino Braga

Empresário - Erivaldo Martins

Empresário - Francisco Tomaz Rodrigues

Empresário - José Agamenon Silva

Empresário - Francisco Idelfonso Tavares

Empresário - Iran Mário Barbosa

Empresário - Jailton Pires de Paula

Empresário - Joao Anibal Oliveira Magalhães

Empresário - João Parente

Empresário - José Galvane Braga Sales

Empresário - Kelton Antonio Oliveira Magalhães

Empresário - Lucivaldo Jose Muniz

Empresário - Marciano Mororó

Empresária - Maria Almerinda Magalhães Catunda

Empresária - Maria Claudiane Caetano Martins

Empresária - Maria das Graças Mesquita Soares

Professor - Leudo Gomes

Professor - Adriano Timbó

Professor - Ana Célia Ximenes Mendonça de Souza

Professor - Maria de Fátima Santiago Feijão

Professor - Francisca Edna Camelo Torres

Professor - Humberto Sales

Professor - Luciano Magalhães Júnior

Diretora de escola - Manilde Pinto

Professor - Mara Rúbia Ximenes Vieira

Professora - Maria de Fátima Carlos De Sousa

Professora - Neide Ribeiro

Itatira

Prefeito de Itatira – José Ferreira Mateus

Vice-prefeita de Itatira - Carolina Alexandre Bomfim

Secretaria de Assistência Social- Cláudia Guerra

Secretaria de Administração e Finanças - Mônica Mateus

Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo - Francisco Egberto Viana Silva

Presidente da Câmara - Jaqueline Miguel de Souza

Vice-presidente da Câmara - Antônio Fernando Maciel Roque (Fernando Cd)

Vereador Antônio de Sousa Lobo (Izon Lobo)

Vereador Marcelo do Vale

Vereador Francisco Galber Santiago Sales

Vereador - Everaldo Miguel Sousa Silva (Leo Miguel)

Vereador - David Guerra Vieira

Vereador - Antonio Almir da Silva Costa (Almir do Meirus)

Vereador - Paulo Ruberto Cavalcante Mota

Vereador - Francisco Emerson Sousa

Vereador - Jose Ilo Barros Dias (Nem Dias)

Chefe de gabinete - Luciglauba Alexandre da Silva

Presidente Bacia Hidrográfica do Rio Curu - Daniel Pessoa Gomes da Silva

Vice-presidente Bacia Hidrográfica do Rio Curu - José Severino Filho

Presidente da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Banabuiu - Francisco Almir Frutuoso Severo

Vice-presidente da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Banabuiu - Francisco José de Sousa Pinheiro

Ministério Público - Dr. Klecius Weyne de Oliveira Costa

Comandante da Polícia Militar - Tenente Jonas

Comandante da PM da 4° Cia (Boa Viagem) - Tenente Ludovico de Andrade Neto

Ex-prefeito - Antônio Almir Bié da Silva

Agente local da Ematerce - Gláucia Paz

Presidente da Associação de Moradores - Aparecida Paula

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Samara do Nascimento Umbelino Telles

Presidente da Cooperativa Agropac - Maria Joselenes Sena

Presidente da Cooperativa Sertaneja Cearense (Fape) - Acrísio Viana Lopes

Presidente da Federação das Associações Comunitárias de Itatira (Faci) - José Alberto Sales (Zé Suza)

Presidente da Associação dos Moradores de Queimadas – Mailton Viana

Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - Marcus Danilo de Morais Martins

Pe. Adailson Nogueira, Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Lagoa do Mato

Pe. Sebastião Firmiano da Silva, Paróquia Menino Deus

Pastos Charles Coelho da Silva, Igreja Assembleia de Deus de Itatira

Rádio Menino de Deus - 104,9 FM - Carlos Eduardo

Itatira Notícias na Web - Cláudio Martins

Itatira News - Dário Gomes

Empresária - Francisca Lucia Martins Lobo

Empresário - Almino Rodrigues

Empresário - Antônio Alves

Empresário - Caubi Teles

Empresária - Eva Guerra

Empresário - Humberto Sales Jucá

Empresário - Charles Antonio Sabino Flor

Empresário - Francisco Erivan Ferreira Fernandes

Empresária - Rita Aparecida Lima

Empresário - Tito Livio Silva Bastos

Diretora de escola - Piedade Vieira

Professor - João Paulo de Paula Catunda

Diretor de escola - Leandro Carlos Oliveira Sales

Professora - Maria da Piedade Aquino Vieira

Professora - Tania de Fátima Martins Calixto

Canindé

Prefeita - Maria Sônia de Oliveira Costa

Vice-prefeito - Antônio Gilvan Inácio de Sales

Vereador/Presidente da Câmara - José Nunes Carneiro

Vara única da Comarca de Madalena - Luís Gustavo Montezuma Herbster

Promotor - Alan Moitinho Ferraz

Empresário - Vicente de Paulo Magalhães Filho

Empresária - Ana Cavalcante

Empresário - André Alberto Morshel

Empresário - João Paulo Bandeira

Gestora de Administração do IFCE - Katiane Sampaio De Sousa

Coordenadora da UECE - Arleise Matos

Diretora de escola - Thaylana Queiroz

Gestor da Faculdade Estácio de Sá, Polo Canindé - Iael Cristina Pacheco

Coordenador da Defesa Civil - Francisco da Silva Mourão

Presidente da CDL - Antônio Alves

Diretoria da CDL

Presidente do Lions Clube - Junior Rocha

Venerável da Loja Maçônica Portal da Fraternidade - Francisco de Assis

Presidente da Apae - Cintia Maria Lima

Madalena

Prefeita - Maria do Rozario Araújo Pedrosa Ximenes

Vice-prefeito - Antônio Ilomar Vasconcelos Cruz

Presidente da Câmara - Karlinda Cídio Mendes Coelho

Secretário de Educação - Crispiano Uchoa

Secretário de Governo - José Lauro Bezerra Costa

Vereadora Kerla Cavalcante de Almeida

Juiz da 2ª Vara de Canindé - Sylvio Batista dos Santos Neto

Juiz da 3ª Vara de Canindé - Luís Eduardo Girão

1ª Promotoria - Larissa Teixeira Salgado

2ª Promotoria - Klecyus Weyne de Oliveira Costa

3ª Promotoria - Brenda Marialva Teixeira Ferreira

Empresária - Carla Cavalcante

Empresária - Weber de Oliveira Pereira

Empresária - Joaquim Torres Neto

Empresária - Maria da Conceição Severo De Oliveira

Diretor de escola - Lucínio Barbosa

Proprietário do Iest - Paulo Campos

Coordenador da Universidade Aberta - Antônio Ribeiro Barros

Presidente do Sinrural - Francisco Almir Severo

Coordenadora do Conselho Municipal de Meio Ambiente - Maria Lucia Vitoriano De Lima

Presidente da Federação das Associações e Conselhos Municipais - Antônio Airton Gomes

Presidente da Associação Madalenense do Desporto Amador - Naurea Sales das Chagas

Parlamentares – Deputados federais

Moses Rodrigues (MDB)

Pedro Bezerra (PTB)

Mauro Filho (PDT)

Guimarães (PT)

Júnior Mano (Patriotas)

André Figueiredo (PDT)

Aj Albuquerque (PP)

Domingos Neto (PSD)

Idilvan (PDT)

Danilo Forte (União)

Capitão Wagner (Pros)

Deniz Bezerra (PSB)

Parlamentares – Deputados estaduais

Danniel Oliveira (MDB)

Tin Gomes (PDT)

Jeová Mota (PDT)

Bruno Pedrosa (PP)

Queiroz Filho (PDT)

Zezinho Albuquerque (PDT)

João Jaime (DEM)

Patrícia Aguiar (PSD)

Fernanda Pessoa (PSDB)

Evandro Leitão (PDT)

Acrísio Sena (PT)

Membros da Câmara Setorial de Energias Renováveis

Joaquim Rolim

Luiz Eduardo Barbosa de Moraes

Adriano Huland

Ricardo Pereira Sales

Maria Cecy de Castro

Daniel Aguiar Camurça

Expedito José do Nascimento

Sérgio Araújo de Aguiar Lima

Rômulo Veras

Francisca Jeania Rogério Gomes

Francisco Diniz Bezerra

Mona Lisa Moura de Oliveira

Ted Luiz Rocha Pontes

Raul Amaral Júnior

André Freitas de Siqueira

Paulo Petronio Veras

Jurandir Picanço

Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins

Meiry Sayuri Sakamoto

Francisco de Assis Souza Alexandre

Kamilla Gilo Santiago

Epitácio Nascimento Filho

Jackson Queiroz Malveira

Eugênio de Araújo e Oliveira Lima

Giuliano Pimentel Fernandes

Tarcisio Hilter de Vasconcelos Filho

Charles Nobre Peroba

Maria do Socorro Farias

Jailene Araújo

Adão Linhares Muniz

Jerffson Ventura

Magda Marinho

Luzilene Pimentel Saboia

Francisco Alexandre Rocha Pinto

Livia Mendes

Paulo André Holanda

Isabela Maciel Taveira

Francisco Claudio Patricio de Moura

Raimundo Dias Costa Jr.

Fernando Cirino

Davis Mesquita S. Ananian

Hanter Pessoa

Herbart dos Santos Melo

Marilia Mendonça Diniz

José Fernandes Monteiro Junior

Bernardo Viana Santana

Paulo Luna de Carvalho

Alexandre José de Melo Ribeiro

Alexandre Araújo Costa

Marcony Silva Cunha

Fernando Luiz Marcelo Antunes

Carla Freitas de Andrade

Wellington Alves de Brito

Francisca Dayane Carneiro Melo

BRASÍLIA

Governo Federal

Enir Mendes - MME / PNF

Frederico Munia Machado - SEPPI

Hugo Manoel Marcato Affonso - SEPPI

Diego Pederneiras Moraes Rocha - SEPPI

Anderson Barreto Arruda – SEPPI

FORTALEZA

Governo do Estado do Ceará

Francisco de Queiroz Maia Júnior - SEDET

Sérgio Araújo - SEDET

Roseane Medeiros - SEDET

Brigida Miola - SEDET

Francisco Teixeira - SRH

Quintino Vieira – SOP

Ilo Santiago - SOP

Carlos Alberto - SEMACE

Jerffson Ventura - SEINFRA

Lucio Gomes – SEINFRA

Adão Muniz Linhares – SEINFRA

Fernanda Macedo Pacobahyba – SEFAZ

FIEC / Observatório da Indústria

Ricardo Cavalcante

Byanca Pinheiro Augusto

Patrícia Fontenele de Paula

Guilherme Muchale

UFC

Cândido Albuquerque - Reitor

Augusto Albuquerque - Pró-Reitor

Cesar Veríssimo – Degeo

PECÉM

Duna Gondim Uribe

BANCO DO NORDESTE

Romildo Carneiro Rolim

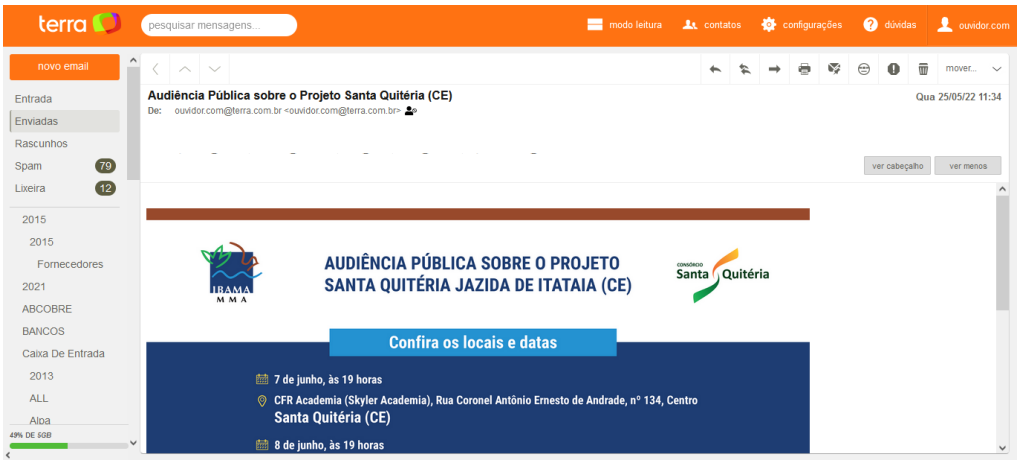


Figura 7.3.65 - E-mail marketing de convite para as APs

7.10.19 Convites impressos enviados para autoridades – listagem de nomes, comprovantes de envio e arte produzida

Cargo	Nome	Cidade	Estado	Código de Rastreio
Senador	Cid Gomes	Brasília	DF	QB994679875BR
Senador	Eduardo Girão	Brasília	DF	QB994679875BR
Senador	Tasso Jereissati	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Moses Rodrigues	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Pedro Rodrigues	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Totonho Lopes	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Danilo Forte	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Mauro Filho	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Guimarães	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Júnior Mano	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	André Figueiredo	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Aj Albuquerque	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Domingos Neto	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Federal	Idilvan	Brasília	DF	QB994679875BR
Deputado Estadual	André Fernandes	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Acrisio Sena	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Aderlânia Noronha	Fortaleza	CE	QB994679924BR

Deputado Estadual	Agenor Neto	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Antônio Granja	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Apóstolo Luiz Henrique	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Audic Mota	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Augusta Brito	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Bruno Pedrosa	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Daniel Oliveira	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	David Ney Gonçalves de Macedo	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	David Durand	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Delegado Cavalcante	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Dr. Carlos Felipe	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Dra. Silvana Oliveira de Sousa	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Elmano Freitas	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Érika Amorim	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Evandro Leitão	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Fernanda Pessoa	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Fernando Hugo	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Fernando Santana	Fortaleza	CE	QB994679924BR

Deputado Estadual	Elvilo Araújo de Oliveira	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Guilherme Landim	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Heitor Férrer	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Jeová Mota	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	João Jaime	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Júlio César Filho	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Leonardo Araújo	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Leonardo Pinheiro	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Lucílvio Girão	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Manoel Duca	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Marcos Sobreira	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Moises Braz	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Rondinelle Pereira de Freitas	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Nizo Costa	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Osmar Baquit	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Queiroz Filho	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Renato Roseno	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Romeu Aldigueri	Fortaleza	CE	QB994679924BR

Deputado Estadual	João Salmito Filho	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Sérgio Aguiar	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Soldado Noelio	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Tin Gomes	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Tony Brito	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Walter Cavalcante	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Zezinho Albuquerque	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Oriel Filho	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Deputado Estadual	Sílvio Nascimento	Fortaleza	CE	QB994679924BR
Prefeito	José Braga Barrozo	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vice-prefeita	Ligia Protásio	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Prefeito	José Ferreira Mateus	Itatira	CE	QB994679915BR
Vice-prefeita	Carolina Alexandre Bomfim	Itatira	CE	QB994679915BR
Prefeita	Maria do Rozario Araujo Pedrosa Ximenes	Canidé	CE	QB994679907BR
Vice-prefeito	Antonio Ilomar Vasconcelos Cruz	Canidé	CE	QB994679907BR
Prefeita	Maria Sonia de Oliveira Costa	Madalena	CE	QB994679884BR
Vice-prefeito	Antônio Gilvan Inácio Sales	Madalena	CE	QB994679884BR
Presidente	Joel Barroso	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vice-presidente	Cesário Junior	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Antônio Pereira Matos Neto	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Francisco de Assis Ferreira Rodrigues (Miúdo)	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR

Vereador	Gessiane Cordeiro	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Eliandro Mesquita	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Dânio Braga	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Aurismênia Chaves	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Viana Alves	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereadora	Jarina Cavalcante	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Gardel Padeiro	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Douglas Lira	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Vereador	Valdemir Mesquita de Sousa	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Presidente	Jaqueline Miguel	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Almir dos Meirus	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	David Vieira	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Francisco Emerson Sousa	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Antônio Fernando Maciel Roque	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Galber Sales	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Izon Lobo	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Marcelio do Vale	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Léo Miguel	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	José Ilo Barros Dias (Nem Dias)	Itatira	CE	QB994679915BR
Vereador	Paulo Ruberto	Itatira	CE	QB994679915BR
Presidente	Karlinda Coelho	Canidé	CE	QB994679907BR
Vice-presidente	Eventon Xavier	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereadora	Sandra Cordeiro	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereadora	Priscila Magalhães	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Sargento Nascimento	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Professor Francisco Jardel Sousa Pinho	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Márcio Sousa	Canidé	CE	QB994679907BR

Vereador	Manoel Deodato	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Júnior Castelo	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Gleison Feitosa	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Francisco Justa	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Francisco Adriano	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Edinaldo Lourenço	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	Antônio Abreu	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereadora	Tatiana Uchôa	Canidé	CE	QB994679907BR
Vereador	José Nunes Carneiro	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereadora	Ana Kátia Lima Ferreira Sales	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Kerla Cavalcante de Almeida	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Francisco Wilame Barbosa de Sousa	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Alberto Fernandes Farias Neto	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Benocélio da Silva Carneiro	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Francisco de Assis Cavalcante dos Santos	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Francisco Ednaldo de Sousa Almeida	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	Jesualdo Barbosa da Costa	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereador	João Paulo Ribeiro da Rocha	Madalena	CE	QB994679884BR
Vereadora	Maria Alba Gomes Pereira	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretário	Lino Paiva	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretário	Micael Oliveira	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretária	Rayana Bendor	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretário	Arnaldo Gomes	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretária	Maria do Carmo Mourão	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretário	Raimundo Parente	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretário	Salvador Holanda	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretário	Cleverlan Feijó	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR

Secretário	Adeilton Mendonça Amaro	Santa Quitéria	CE	QB994679898BR
Secretária	Antônia Claudia Guerra Almeida	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretário	Carlos Eduardo Pereira Alves	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretária	Francisca Monica Martins Mateus	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretário	Francisco Anibal Alves Moreira	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretária	Maria Luciana Nunes Nascimento	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretário	Antônio dos Santos Lopes	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretário	Francisco Orion Soares	Itatira	CE	QB994679915BR
Secretário	Antônio Fabio Uchoa Soares	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretário	João Paulo Rodrigues Ribeiro	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretária	Edivania de Sousa Farias	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretária	Maria do Socorro Rocha Bastos	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretário	Pedro Victor Moreira Feitosa	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretário	Alexsandro da Costa Justa	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretário	Francisco Gean Gomes da Silva	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretário	José Kledeon Viana Paulino	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretária	Islayne De Fatima Costa Ramos	Canidé	CE	QB994679907BR
Chefe de Gabinete	Diana Celia Almeida Gomes	Canidé	CE	QB994679907BR
Controlador Geral	Edilson Rodrigues Ximenes	Canidé	CE	QB994679907BR
Presidente	Rômulo Laurenio de Oliveira	Canidé	CE	QB994679907BR
Procurador	João Valmir Portela Leal Junior	Canidé	CE	QB994679907BR
Secretário	José Eurinaldo Vieira	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretária	Maria Lúcia Vitoriano de Lima	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretária	Mara Marilia Alves da Silva	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretária	Suyane Mara Gomes da Silva	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretário	Crispiano Barros Uchoa	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretário	José Lauro Bezerra Costa	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretário	Francisco Diego Gomes Pereira	Madalena	CE	QB994679884BR
Secretário	Diego Rocha Fonseca	Madalena	CE	QB994679884BR
Controlador Geral	Juliano Oliveira Gonçalves	Madalena	CE	QB994679884BR
Procurador Geral	George Barreto Quental	Madalena	CE	QB994679884BR



Figura 7.3.66 - Arte do convite impresso enviado para autoridades regionais, estaduais e nacionais

8. DISTRIBUIÇÃO DO EIA/RIMA

A divulgação do EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, respectivamente, ocorreu em meio físico (cópias impressas) e digital, para viabilizar o acesso de todos os interessados.

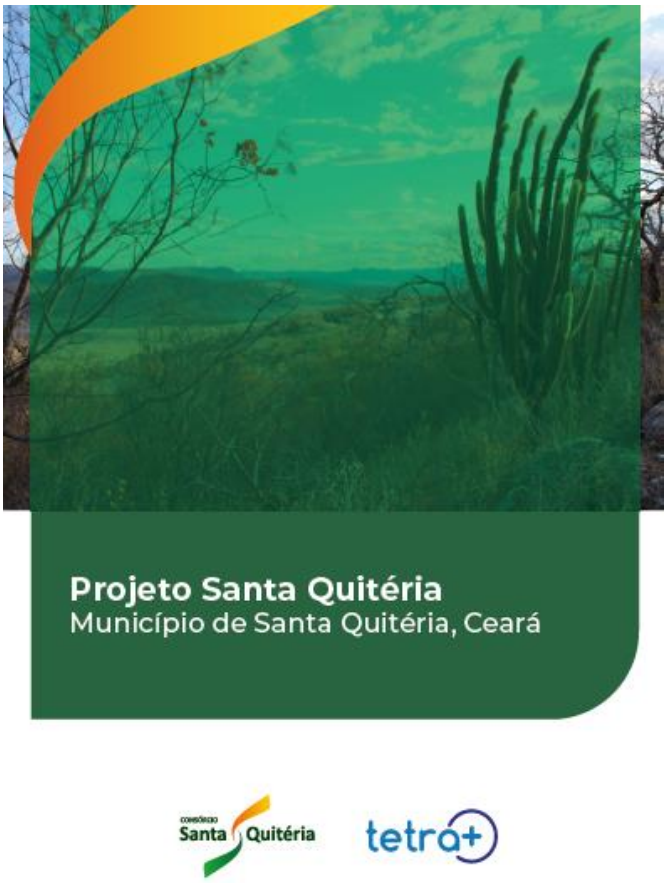


Figura 8.1 – Arte da capa do EIA/RIMA

8.1 Versão digital

Foi disponibilizado no site https://consorciosantaquiteria.com.br/eia-rima/ as versões digitais do EIA e RIMA.



Figura 8.2 – Sessão de download do EIA/RIMA no site www.consorciosantaquiteria.com.br

8.2 Versão impressa

Além das mais de 5 mil cópias de RIMA distribuídas, durante as reuniões e Audiências Públicas, o EIA/Rima também foi disponibilizado nos seguintes locais para a consulta pública:

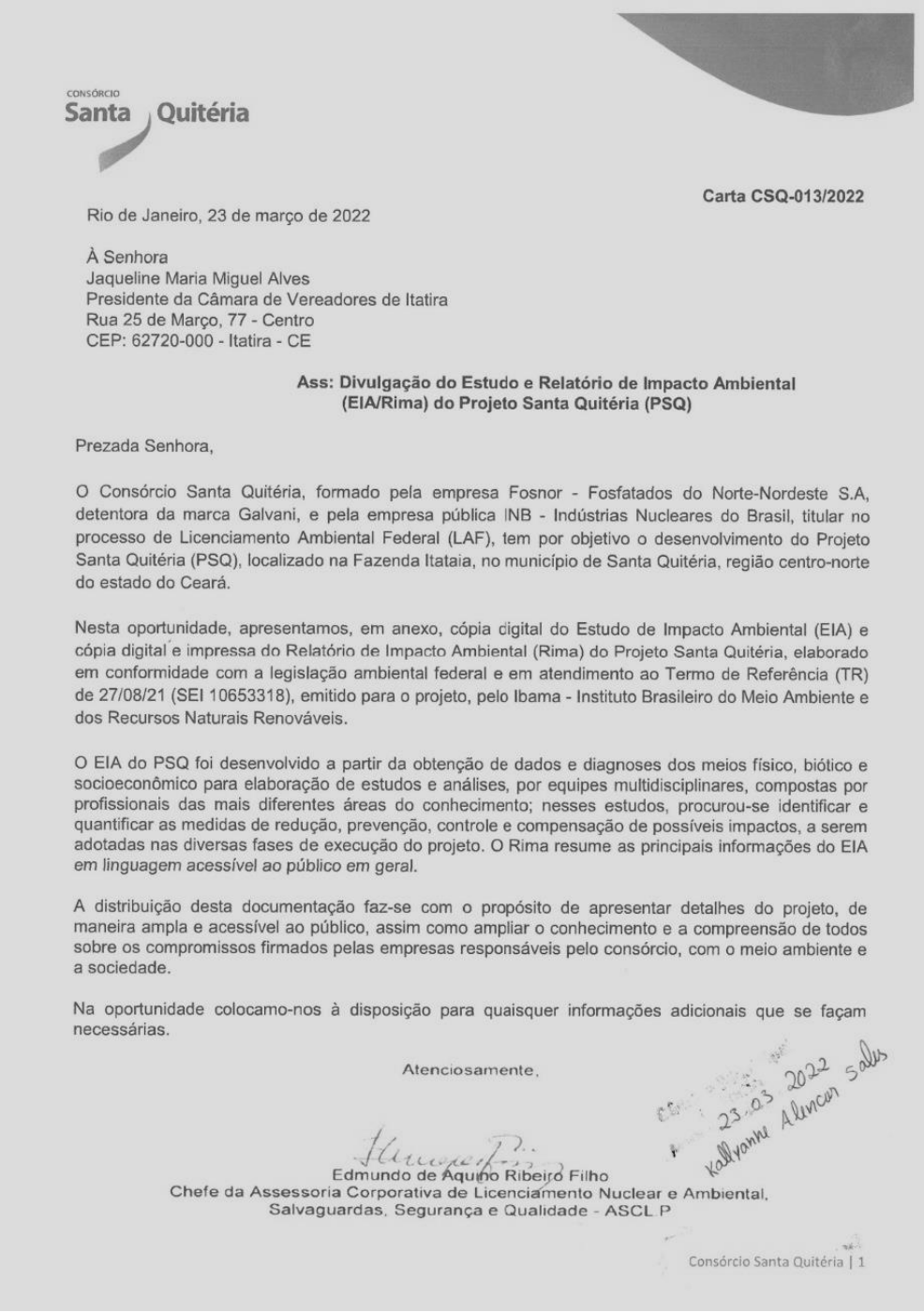
- Superintendência do Ibama no Ceará – Av. Visconde do Rio Branco, 3900 – Fátima, CEP 60055-172 – Fortaleza/CE
- ICMBio Sede – EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Bloco C, 1 Andar – Setor Sudoeste, CEP 70670-350 – Brasília/DF
- Iphan Sede – Bloco D – SEC/S, s/n, Quadra 713/913 – Asa Sul, CEP 70390-135 – Brasília/DF
- Semace – R. Jaime Benévolo, 1400 – Fátima, CEP 60050-155, Fortaleza/CE
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/Sede – Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, CEP 70057-900, Brasília/DF
- Procuradoria da República no Município de Sobral/CE – Rua Yolanda P. C. Barreto, 200 – Derby Club, CEP 62042-270 – Sobral/CE
- Secretaria de Meio Ambienta de Santa Quitéria/CE – Av. Aracaju s/n, Parque Ecológico, CEP 62280-000 – Santa Quitéria/CE
- Secretaria Municipal do Trabalho e Meio Ambiente de Itatira/CE – Rua Antônio Alves Guerra, Nº S/N, Centro, CEP 62720-000 – Itatira/CE
- Governo do Estado do Ceará – Palácio da Abolição – Av. Barão de Studart, 505, Meireles, CEP 60120-013 – Fortaleza/CE
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Av. Desembargador Moreira, 2807, Dionísio Torres, CEP 60170-173 – Fortaleza/CE
- Prefeitura Municipal de Santa Quitéria – R. Prof. Ernestina Catunda, 50 – Planalto da Piracicaba, CEP 62280-000 – Santa Quitéria/CE
- Prefeitura Municipal de Itatira – Rua Padre José Laurindo, 1249, Centro, CEP 62720-000 – Itatira/CE
- Câmara de Vereadores de Santa Quitéria – Praça Senador Pompeu, 20, Centro, CEP 62280-000 – Santa Quitéria/CE

- Câmara de Vereadores de Itatira – Rua 25 de Março, 77, Centro, CEP 62720-000 – Itatira/CE
- Biblioteca Pública de Santa Quitéria – Praça Senador Pompeu, s/n, Centro, CEP 62280-000 – Santa Quitéria/CE

8.3 Entrega do EIA/Rima às autoridades

As autoridades regionais, estaduais e nacionais receberam o EIA/Rima do Projeto Santa Quitéria, como forma de apresentar o estudo ambiental desenvolvido para a implantação do projeto e, assim, ampliar o conhecimento dos *stakeholders* a respeito dos compromissos firmados pelo Consórcio, em respeito as pessoas e ao meio ambiente.

8.4 Ofícios de entrega das versões digitais do EIA/Rima às autoridades



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-013/2022

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

À Senhora
Jaqueline Maria Miguel Alves
Presidente da Câmara de Vereadores de Itatira
Rua 25 de Março, 77 - Centro
CEP: 62720-000 - Itatira - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezada Senhora,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA *em linguagem acessível ao público em geral.*

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

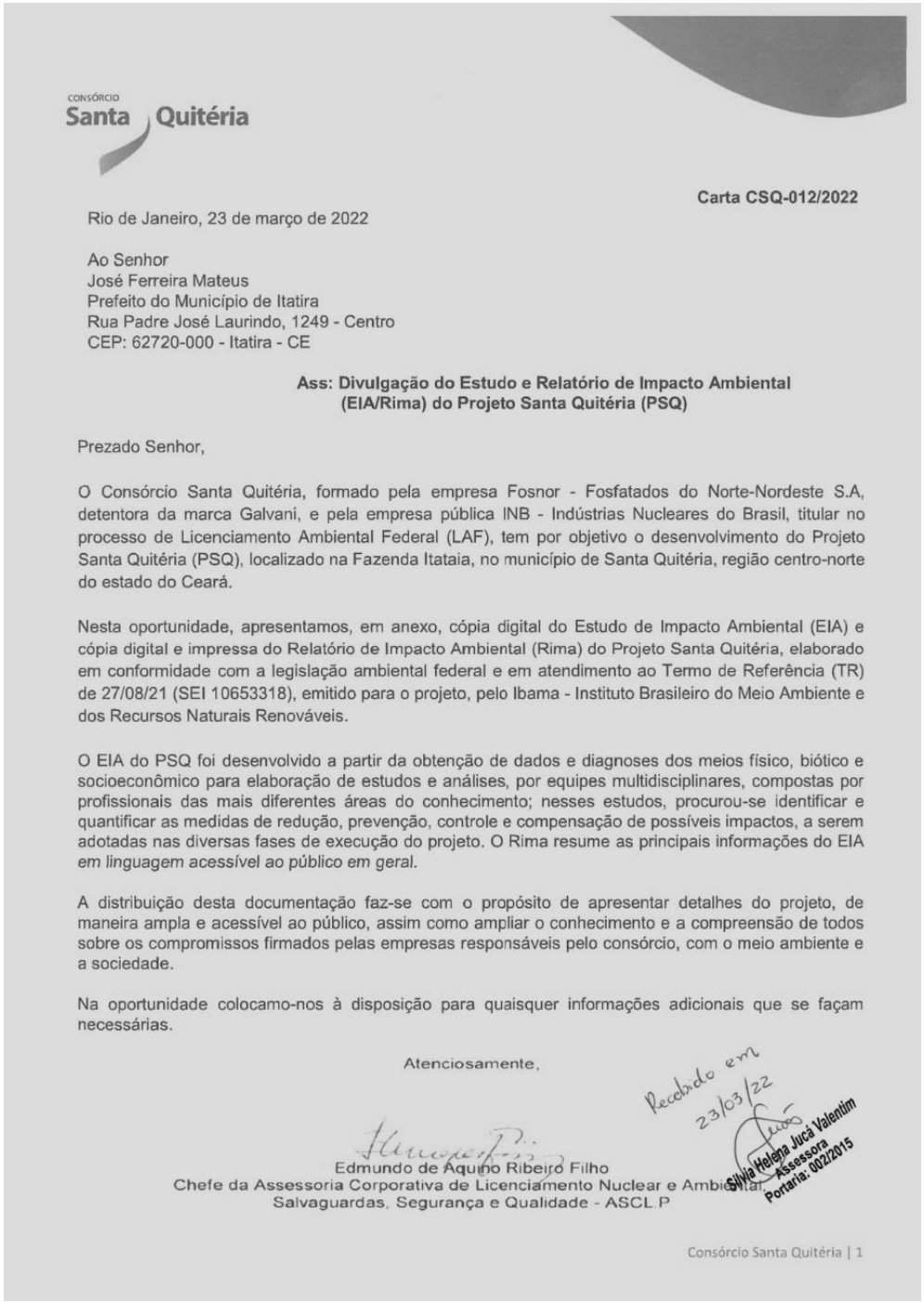
Atenciosamente,

23.03.2022
Kallyanne Alencar Sales

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL P

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.3 – Ofício Câmara Municipal Vereadores de Itatira



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-012/2022

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

Ao Senhor
José Ferreira Mateus
Prefeito do Município de Itatira
Rua Padre José Laurindo, 1249 - Centro
CEP: 62720-000 - Itatira - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA *em linguagem acessível ao público em geral.*

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

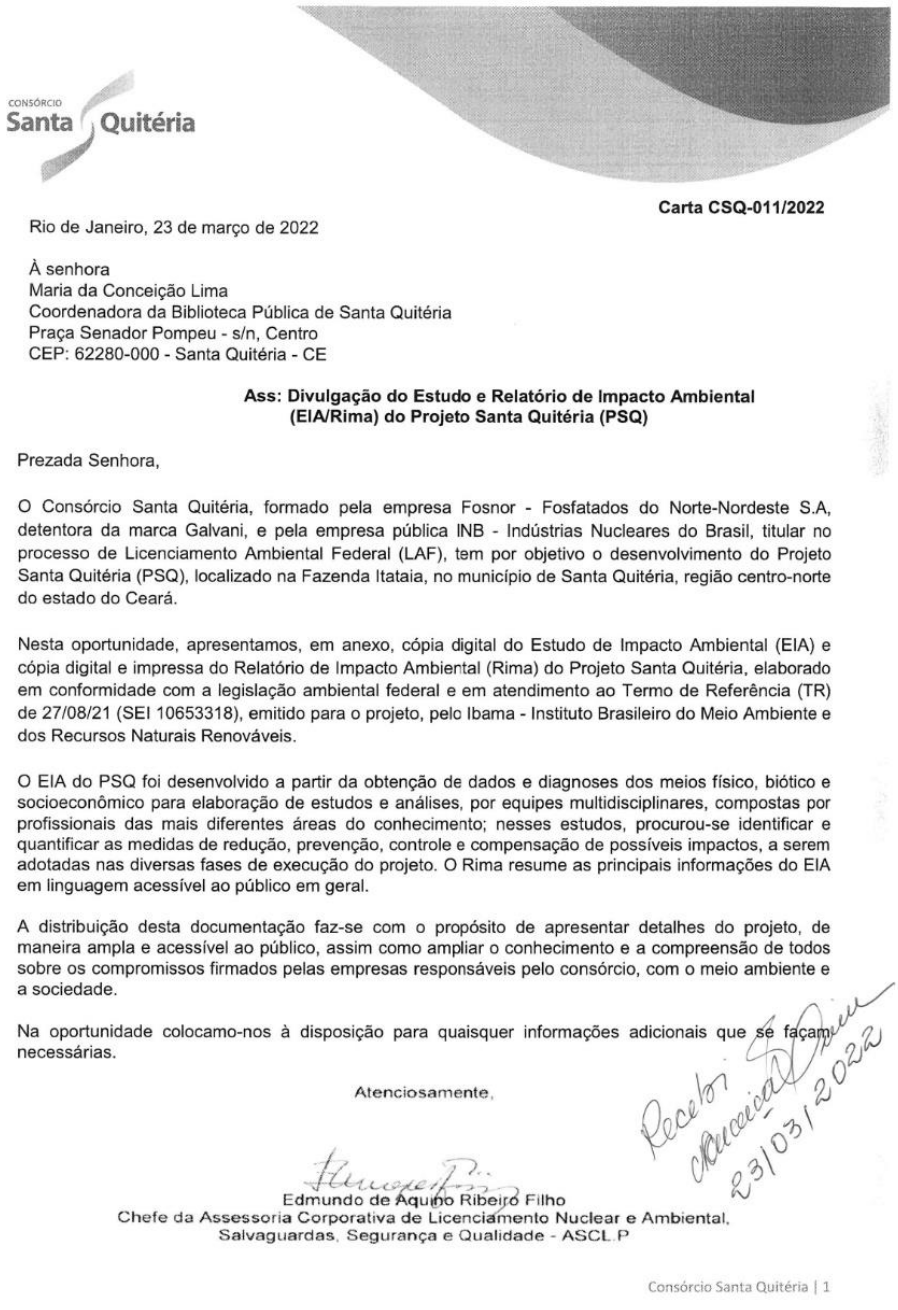
Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Recebido em 23/03/22
Silvia Helena Jucá Valentim
Assessora
Portaria: 002/2015

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.4 – Ofício Prefeitura Municipal de Itatira



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-011/2022

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

À senhora
Maria da Conceição Lima
Coordenadora da Biblioteca Pública de Santa Quitéria
Praça Senador Pompeu - s/n, Centro
CEP: 62280-000 - Santa Quitéria - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezada Senhora,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

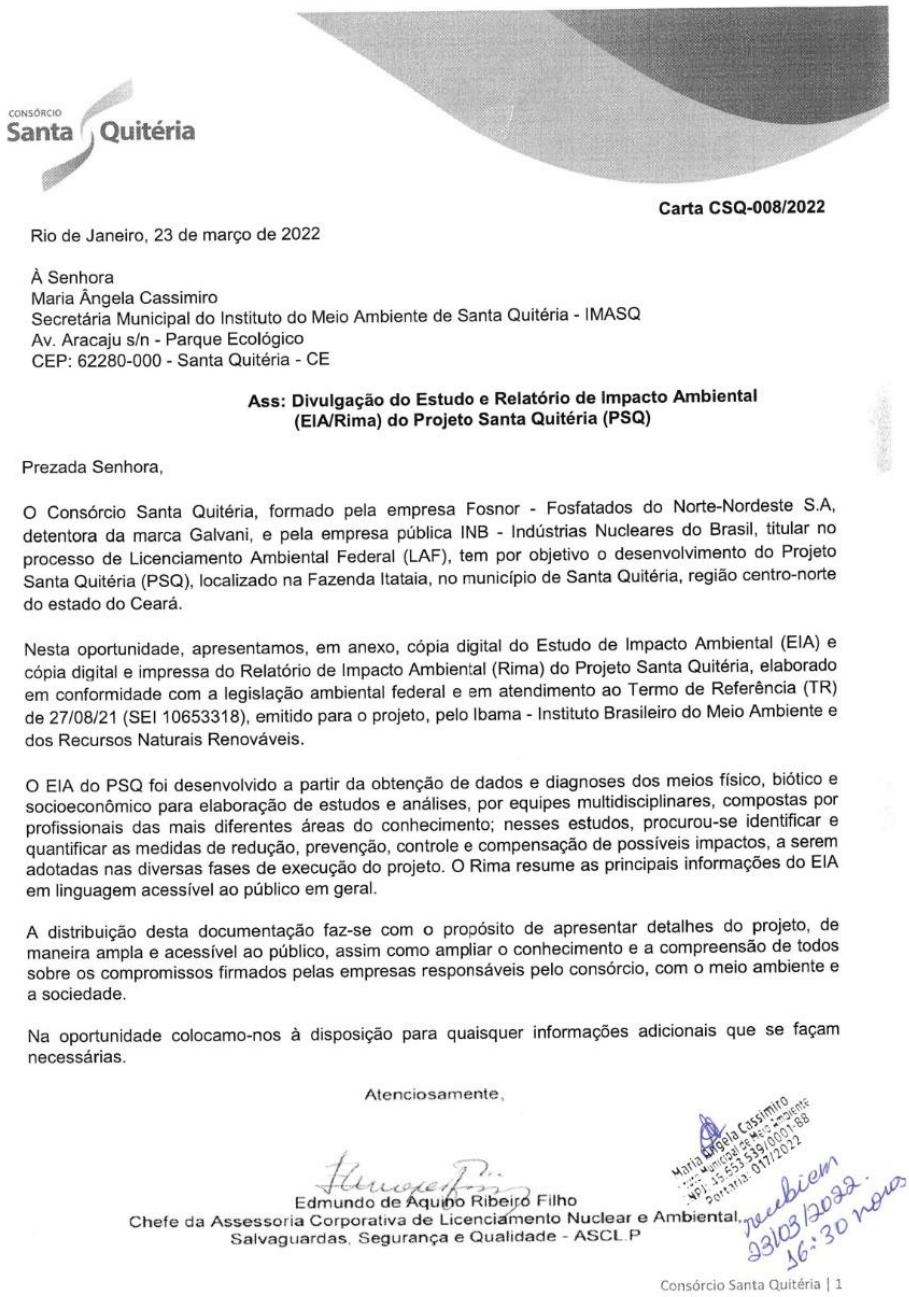
Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Recebi
23/03/2022

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.5 – Ofício Biblioteca Pública de Santa Quitéria



Carta CSQ-008/2022

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

À Senhora
Maria Ângela Cassimiro
Secretária Municipal do Instituto do Meio Ambiente de Santa Quitéria - IMASQ
Av. Aracaju s/n - Parque Ecológico
CEP: 62280-000 - Santa Quitéria - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezada Senhora,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

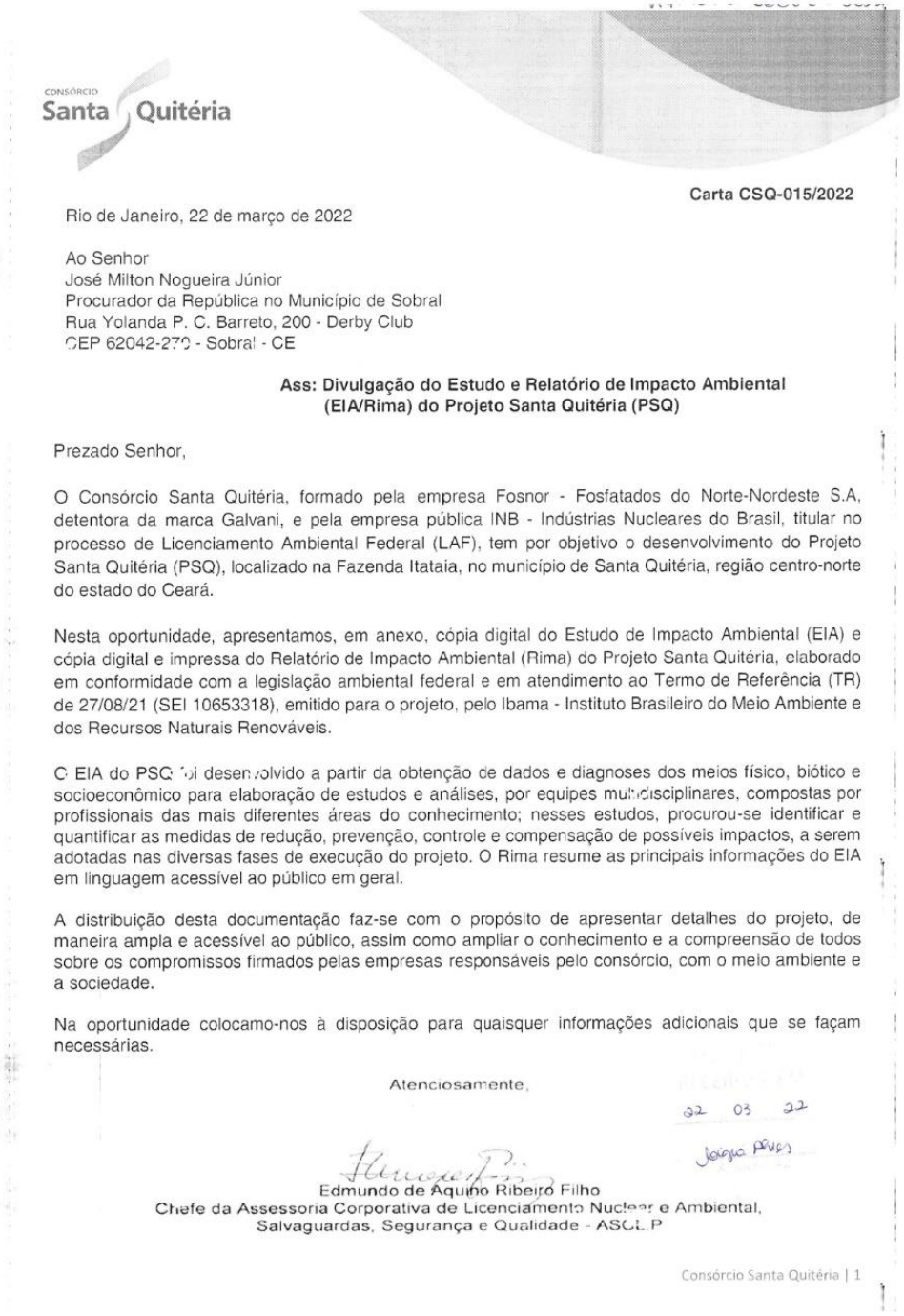
Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Maria Ângela Cassimiro
Secretária Municipal de Meio Ambiente
NPJ: 15.553.539/0001-88
Portaria: 017/2022
recebiem 23/03/2022. 16:30 horas

Figura 8.6 – Ofício Secretaria Municipal do Instituto do Meio Ambiente de Santa Quitéria



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-015/2022

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

Ao Senhor
José Milton Nogueira Júnior
Procurador da República no Município de Sobral
Rua Yolanda P. C. Barreto, 200 - Derby Club
CEP 62042-270 - Sobral - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

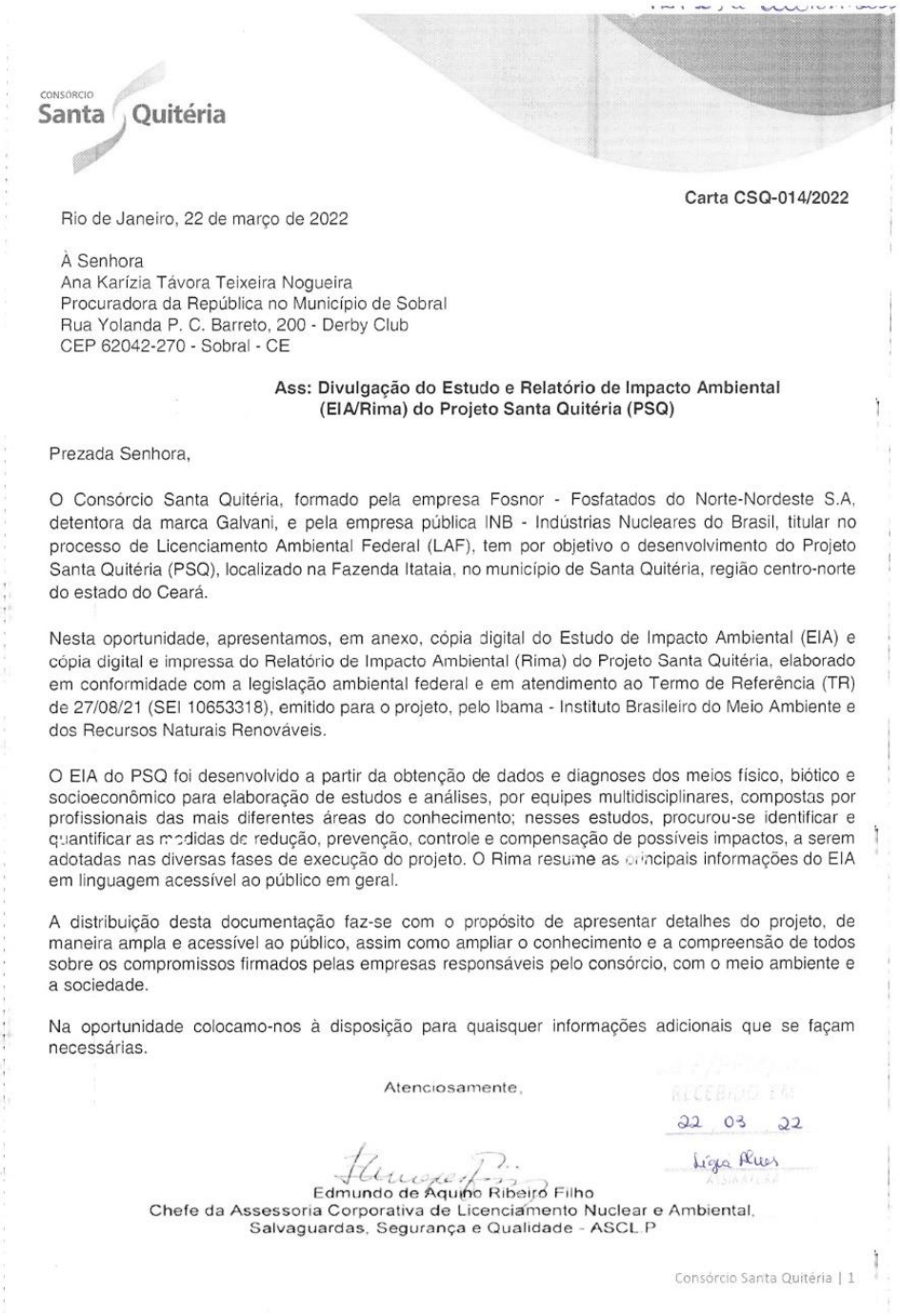
22 03 22

Jorge Alves

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCLP

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.7 – Ofício Procurador da República Município de Sobral



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-014/2022

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

À Senhora
Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira
Procuradora da República no Município de Sobral
Rua Yolanda P. C. Barreto, 200 - Derby Club
CEP 62042-270 - Sobral - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezada Senhora,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

RECEBIDO EM
22 03 22
ASSINATURA

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.8 – Ofício Procuradora da República Município de Sobral

CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-010/2022

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

Ao Senhor
Joel Barroso
Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Quitéria
Praça Senador Pompeu, 20 - Centro
CEP: 62280-000 - Santa Quitéria - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCLP

Recebido 23/03/22
Câmara Municipal de Santa Quitéria
Anastácio de Mesquita Júnior
Diretor

Figura 8.9 – Ofício Presidente Câmara Vereadores de Santa Quitéria

CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-009/2022

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

Ao Senhor
José Braga Barrozo
Prefeito do Município de Santa Quitéria
R. Prof. Ernestina Catunda, 50 - Planalto da Piracicaba
CEP: 62280-000 - Santa Quitéria - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITERIA
GABINETE DO PREFEITO
PROTOCOLO
DATA 23 / 03 / 22 HORA: 16 : 04
PROTOCOLISTA

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Figura 8.10 – Ofício Prefeito Município de Santa Quitéria

54000.024804/2022-56

CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-007/2022

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

Ao Senhor
Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento
CEP: 70057-900, Brasília - DF

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

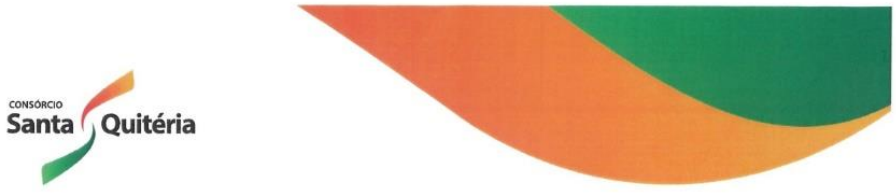
Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Recebido no Protocolo Geral - DAA-2.2-incra
BSB 23/03/2022
As 14:47
Servidor

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Figura 8.11 – Ofício Presidente INCRA



Carta CSQ-006/2022

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

À Senhora
Larissa Peixoto
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Bloco D - SEC/S, s/n Quadra 713/913 - Asa Sul
CEP: 70390-135 - Brasília - DF

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezada Senhora,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

RECEBIDO
IPHAN
23/03/22
12:03 hs Ana Claudia
PROTOCOLO

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental,
Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.12 – Ofício Presidente IPHAN

CONSÓRCIO Santa Quitéria

Documento digitalizado no ICMBIO através do Sistema Eletrônico de Informações-SEI.
Nº do processo: 02070.002770/2022 - 12
Data: 23/03/22
Hora: 11 : 46
Assinatura: Bruno Franco

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

Carta CSQ-005/2022

Ao Senhor
Marcos de Castro Simanovic
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Bloco C, 1º Andar - Setor Sudoeste
CEP: 70670-350 - Brasília - DF

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL P

Figura 8.13 – Ofício ICMBio

CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-002/2022

Recebido por doc. avulso 6/6/2022
Maria Yasmim Alves Carneiro
Técnico em Atendimento
GEAPR-SEMACE

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

Ao Senhor
Carlos Alberto Mendes
Superintendente Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE)
R. Jaime Benévolo, 1400 - Fátima
CEP: 60050-155 - Fortaleza - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Figura 8.14 – Ofício SEMACE



2ª via - SEMACE

DOC Nº : 626/2022

Documento(s) Entregue(s):

- ENTREGA DE EIA-RIMA CONFORME ORIENTAÇÃO DO SETOR DA DICOP/GECON

Atenção: O presente documento **(DOC AVULSO)** foi entregue ao protocolo da SEMACE. O interessado por este documento tem total conhecimento de que o mesmo não possui vinculo com nenhum processo exitente na SEMACE.

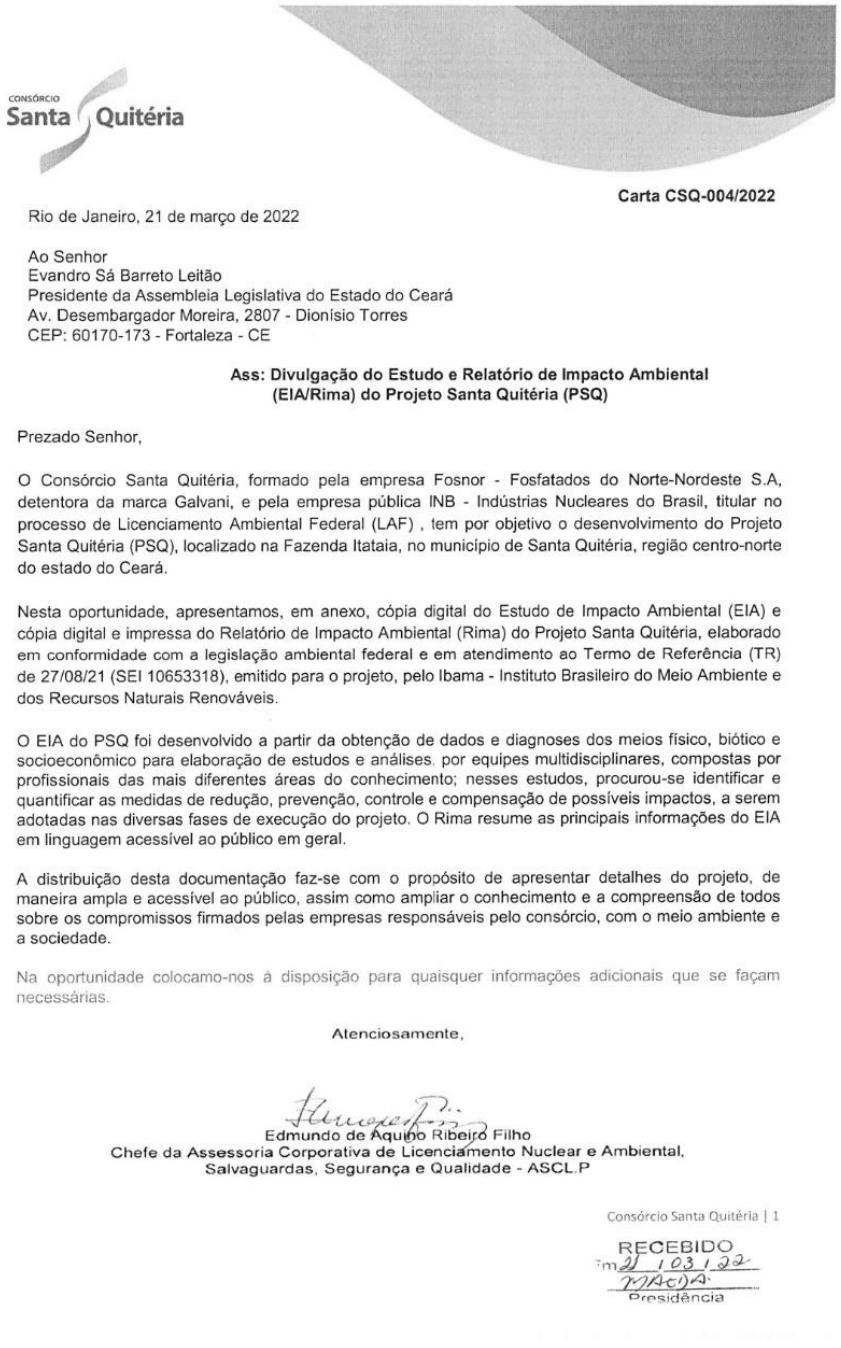
Fortaleza, 22 de março de 2022.

MARIA YASMIM ALVES CARNEIRO
Entregue

2022-356944/ADM/DOC

Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE
Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima - CEP 60050-081 - Fortaleza-Ceará
Fone/Fax: (85) 3101-5570 - Caixa Postal: 794 - e-mail: semace@semace.ce.gov.br

Figura 8.15 – Protocolo de entrega documento número 626/2022 SEMACE



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-004/2022

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022

Ao Senhor
Evandro Sá Barreto Leitão
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres
CEP: 60170-173 - Fortaleza - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF) , tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

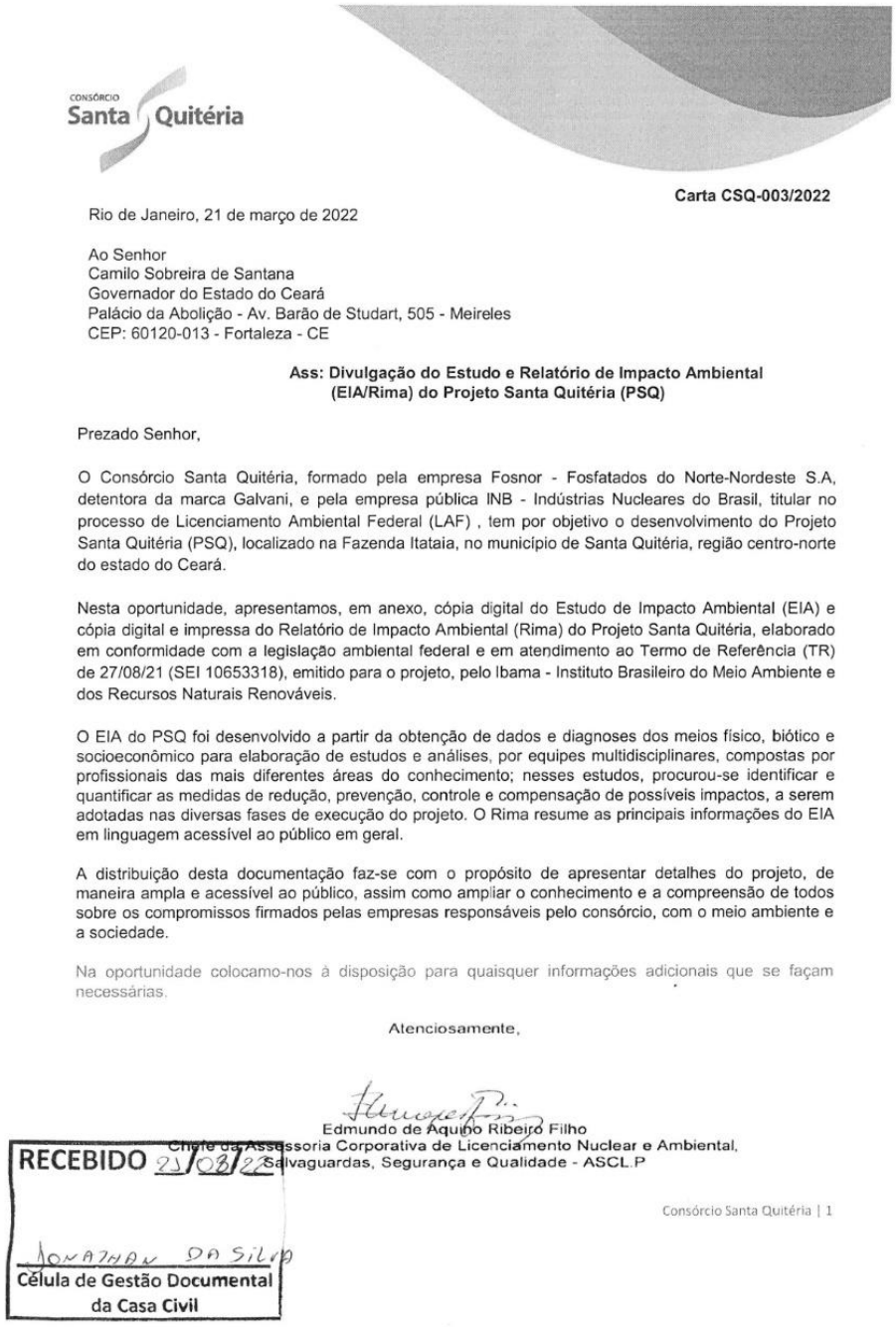
Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCLP

Consórcio Santa Quitéria | 1

RECEBIDO
Em 21/03/22
MACIA
Presidência

Figura 8.16 – Ofício Assembleia Legislativa do Ceará



Carta CSQ-003/2022

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022

Ao Senhor
Camilo Sobreira de Santana
Governador do Estado do Ceará
Palácio da Abolição - Av. Barão de Studart, 505 - Meireles
CEP: 60120-013 - Fortaleza - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF) , tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

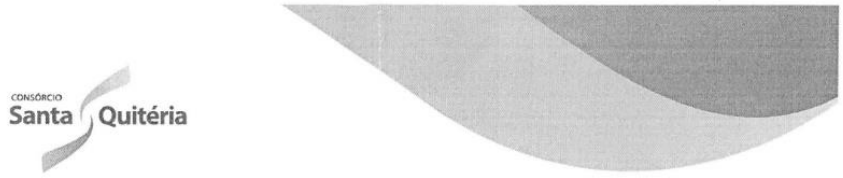
Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

RECEBIDO 23/03/22
JONATHAN DA SILVA
Célula de Gestão Documental da Casa Civil

Figura 8.17 – Ofício Governador do Estado do Ceará



Carta CSQ-001/2022

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022

Ao Senhor
Luiz Cesar Barbosa Lopes
Superintendente do Ibama no Ceará
Av. Visconde do Rio Branco, 3900 - Fátima
CEP: 60055-172 - Fortaleza - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezado Senhor,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF) , tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA em linguagem acessível ao público em geral.

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

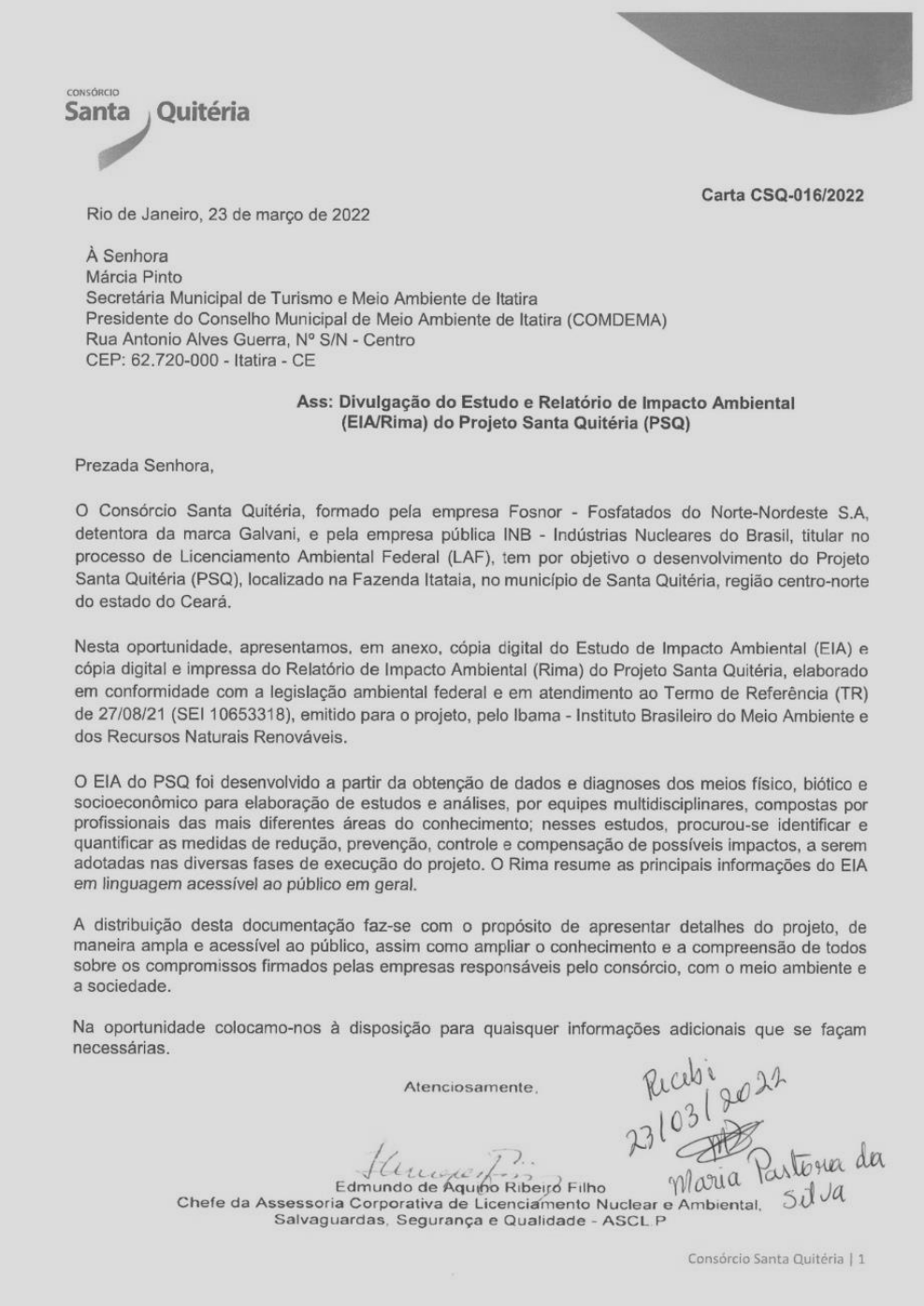
Atenciosamente,

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL.P

Consórcio Santa Quitéria | 1

Vivian Arruda Azevedo de Brito
COAD-CE
IBAMA 21/03/2022

Figura 8.18 – Ofício Superintendente do IBAMA no Ceará



CONSÓRCIO Santa Quitéria

Carta CSQ-016/2022

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

À Senhora
Márcia Pinto
Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Itatira
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itatira (COMDEMA)
Rua Antonio Alves Guerra, Nº S/N - Centro
CEP: 62.720-000 - Itatira - CE

Ass: Divulgação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Prezada Senhora,

O Consórcio Santa Quitéria, formado pela empresa Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A, detentora da marca Galvani, e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil, titular no processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tem por objetivo o desenvolvimento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), localizado na Fazenda Itataia, no município de Santa Quitéria, região centro-norte do estado do Ceará.

Nesta oportunidade, apresentamos, em anexo, cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e cópia digital e impressa do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Santa Quitéria, elaborado em conformidade com a legislação ambiental federal e em atendimento ao Termo de Referência (TR) de 27/08/21 (SEI 10653318), emitido para o projeto, pelo Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O EIA do PSQ foi desenvolvido a partir da obtenção de dados e diagnoses dos meios físico, biótico e socioeconômico para elaboração de estudos e análises, por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento; nesses estudos, procurou-se identificar e quantificar as medidas de redução, prevenção, controle e compensação de possíveis impactos, a serem adotadas nas diversas fases de execução do projeto. O Rima resume as principais informações do EIA *em linguagem acessível ao público em geral.*

A distribuição desta documentação faz-se com o propósito de apresentar detalhes do projeto, de maneira ampla e acessível ao público, assim como ampliar o conhecimento e a compreensão de todos sobre os compromissos firmados pelas empresas responsáveis pelo consórcio, com o meio ambiente e a sociedade.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Recebi 23/03/2022 Maria Pastora da Silva

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho
Chefe da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade - ASCL P

Consórcio Santa Quitéria | 1

Figura 8.19 – Ofício Secretaria Municipal e Meio Ambiente de Itatira

9. DIVULGAÇÃO DO EMPREENDIMENTO AO GOVERNO DO ESTADO, PREFEITURAS, CÂMARAS MUNICIPAIS DE VEREADORES, SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E ÓRGÃOS REGULADORES

Em maio de 2022, o Consórcio Santa Quitéria enviou ofícios aos órgãos listados abaixo, com o objetivo de comunicar o aceite do Ibama para a realização das Audiências Públicas:

9.1 Ofícios de Solicitação para Autorização de Ambientação nas ruas por faixas e cartazes nos municípios de Santa Quitéria e Canindé

SANTA QUITÉRIA

UPtime
Soluções em Comunicação

Ceará, 19 de maio de 2022.
Ofício 00002/22

À Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Serviços Públicos de Santa Quitéria

Ref.: Processo nº 02001.014391/2020 - 17 – Solicitação de instalação de faixas para divulgação da realização de Audiência Pública Projeto Santa Quitéria (PSQ).

Somos da UPTime Soluções, agência de comunicação, que atua há mais de 25 anos organizando e realizando ações diferenciadas para nossos clientes em todo o país.

Atualmente, estamos auxiliando as empresas Indústrias Nucleares do Brasil – INB e a Galvani Fertilizantes, já qualificadas no processo IBAMA nº 02001.014391/2020 – 17 denominado Projeto Santa Quitéria, solicita conforme Edital Nº 15/2022 publicado no Diário Oficial da União de 16/05/2022, está agendada para o próximo dia 07/05/2022 às 19h a realização da Audiência Pública (AP) do projeto acima mencionado.

A AP tem seu regulamento definido nas Resoluções Conama 09/87 e, desta, destacamos especificamente o disposto no Artigo 3º inciso I "*ampla divulgação e disponibilização do conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA*". Portanto, cientes da necessidade de publicidade e atendendo à estratégia de comunicação pactuada com o IBAMA, faz-se necessária a instalação de faixas de rua em alguns pontos no município de Canindé.

Para tanto, sendo a divulgação da AP uma informação de **interesse público,** servimo-nos do presente para solicitar/informar, a liberação para as seguintes mídias:

Instalação de 5 faixas de rua, medindo 4m x 1m sendo na área urbana da cidade, pelo período de 17 dias, de 23 de maio a 07 de junho do ano corrente.

Agradecendo a atenção, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.
Entraremos em contato para recebimento da autorização.

Atenciosamente,

Mônica Kruel
E-mail: monica@uptimecom.com.br
Telefone: (51) 98137-5852

Figura 9.1 – Ofício de Solicitação de Autorização para Ambientação Faixas Santa Quitéria



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA

ALVARÁ DE LICENÇA

PARA

TAXA DE EXPOSIÇÃO POR QUINZENA OU FRAÇÃO

CONCEDIDO À	CPF / CNPJ
PRO-TIME MARKETING E RELACIONAMENTO LTDA	CNPJ.:10221268000107

ENDEREÇO		BAIRRO
GIORDANO BRUNO	388	RIO BRANCO

PROCESSO Nº	VÁLIDO ATÉ	ÁREA² OCUPADA	VALOR DA TAXA	EXERCÍCIO
	8 de Junho de 2022	0,00	259,50	2022

Observações/Restrições/Orientações

EXPOSIÇÃO DE FAIXAS EM VIAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 23/05/2022 ATÉ 08/06/2022.

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO OU PORTADO PELO CONTRIBUINTE PARA SER APRESENTADO À FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA

Autenticação

Emissor	Data	Hora	IP
VANESSA	19/05/22	15:22:51	10.0.0.161

Figura 9.2 – Alvará de Autorização para Ambientação Faixas Santa Quitéria

UPtime
Soluções em Comunicação

Ceará, 19 de maio de 2022.
Ofício 00001/22

À Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Serviços Públicos de Canindé

Prezado Sr. Secretário Pedro Vitor Moreira Feitosa

Ref.: Processo nº 02001.014391/2020 - 17 – Solicitação de instalação de faixas para divulgação da realização de Audiência Pública Projeto Santa Quitéria (PSQ).

Somos da UPTime Soluções, agência de comunicação, que atua há mais de 25 anos organizando e realizando ações diferenciadas para nossos clientes em todo o país.

Atualmente, estamos auxiliando as empresas Indústrias Nucleares do Brasil – INB e a Galvani Fertilizantes, já qualificadas no processo IBAMA nº 02001.014391/2020 – 17 denominado Projeto Santa Quitéria, solicita conforme Edital Nº 15/2022 publicado no Diário Oficial da União de 16/05/2022, está agendada para o próximo dia 09/05/2022 às 19h a realização da Audiência Pública (AP) do projeto acima mencionado.

A AP tem seu regulamento definido nas Resoluções Conama 09/87 e, desta, destacamos especificamente o disposto no Artigo 3º inciso I "*ampla divulgação e disponibilização do conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA*". Portanto, cientes da necessidade de publicidade e atendendo à estratégia de comunicação pactuada com o IBAMA, faz-se necessária a instalação de faixas de rua em alguns pontos no município de Canindé.

Para tanto, sendo a divulgação da AP uma informação de **interesse público,** servimo-nos do presente para solicitar/informar, a liberação para as seguintes mídias:

Instalação de 5 faixas de rua, medindo 4m x 1m sendo na área urbana da cidade, pelo período de 17 dias, de 25 de maio a 10 de junho do ano corrente, nos seguintes pontos:

1 - Próximo à Prefeitura;
2 - Próximo à Câmara Municipal;
3 - Próximo ao CDL;
4 - Em frente ao hotel Jardineira Park;
5 – Saída da cidade em direção a cidade Santa Quitéria.

Agradecendo a atenção, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.
Entraremos em contato para recebimento da autorização.

Atenciosamente,

Mônica Kruel
E-mail: monica@uptimecom.com.br
Telefone: (51) 98137-5852

Figura 9.3 – Ofício de Solicitação para Autorização de Ambientação Faixas Canindé



Figura 9.4 – Mensagem de WhatsApp recebida pelo Secretário autorizando a Ambientação Faixas Canindé (Parte 1)



Figura 9.5 – Mensagem de WhatsApp recebida pelo Secretário autorizando a Ambientação Faixas Canindé (Parte 2)

10. PERCEPÇÕES SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O presente capítulo apresenta as principais percepções observadas durante a realização das três Audiências Públicas, apresentando os pontos em comum e específicos de cada Audiência, assim como os principais temas positivos e negativos, e outros aspectos que pautaram as manifestações populares nos eventos.

As APs ocorreram de forma presencial, com tradução em libras, em locais com boa estrutura e de fácil acesso em cada um dos três municípios, com transmissão *online* pelo canal do YouTube do Consórcio Santa Quitéria. Foram disponibilizadas cadeiras suficientes para que as pessoas pudessem se acomodar com conforto. Em cada cadeira, foram disponibilizados a cartilha do PSQ, contendo informações resumidas do RIMA e o formulário de pergunta e manifestação oral para participação na Audiência, acompanhado de uma caneta para que os participantes pudessem anotar suas questões e pedidos de manifestação oral.

Do ponto de vista da infraestrutura para a realização do evento, foi instalado sistema de som, áudio e vídeo adequados para a realização dos eventos e foram mantidos dois *links* ativos de *internet* para garantir a qualidade da transmissão dos eventos ao vivo pelo YouTube. Além disso ressalta-se que os locais escolhidos para as AP dispunham das facilidades necessárias para realização de eventos deste porte, com exceção do caso da E.E.M. Nazaré Guerra, onde o empreendedor decidiu reforçar a estrutura atual da escola por meio do aluguel de banheiros químicos.

Em todas as localidades nas quais foram realizadas as Audiências foram instalados dois telões com projetores multimídia que transmitiram as apresentações e as imagens captadas por diferentes câmeras, estrategicamente localizadas. Foram instalados dentro dos espaços bem como um sistema de transmissão de som. Além disso, foram disponibilizados lanches como suco, misto quente, salgadinhos, fruta, biscoito, bolinho e água.

A segurança do evento foi garantida por meio da alocação de um efetivo da Polícia Militar do Ceará (PMCE), que esteve presente nas três APs. Além disso, o empreendedor disponibilizou uma equipe de seguranças particulares, que também garantiu a organização na entrada das pessoas e durante os eventos. Os Bombeiros Militares também estiveram presentes nos eventos e, finalmente, cabe destacar que houve ambulância com equipe adequada em todos os eventos.

Todas as três AP tiveram participação popular significativa, com ocupação relevante dos assentos disponibilizados no evento. Dentre os participantes destacam-se representantes do

poder público, de instituições e empresas, de movimentos sociais e da população em geral. De modo geral, as APs ocorreram seguindo o rito legal, com apresentação do Ibama, da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), do Consórcio e da empresa de consultoria ambiental responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Posterior às apresentações, foi aberto o espaço para as questões e manifestações.

Notadamente, durante as três APs conduzidas pelo Ibama, houve presença de manifestantes favoráveis ao projeto e de alguns moradores locais, cujo interesse era obter mais esclarecimentos sobre o empreendimento. Houve também visibilidade e foi garantida a fala de mobilizadores sociais ligados a movimentos resistentes ao PSQ que, além de usar seu direito a manifestações seguindo o rito das APs, também se valeram de momentos específicos das Audiências para fazer intervenções verbais e visuais. Nesses momentos, foram levantadas palavras de ordem dadas por membros de movimentos resistentes ao PSQ.

Em relação ao posicionamento de representantes do poder público e de algumas instituições, pode-se afirmar que a maioria das manifestações foi positiva e favorável, sendo que os principais argumentos se pautaram no desenvolvimento econômico da região, geração de empregos e aumento na arrecadação de impostos.

Durante as três AP, os temas principais que pautaram as discussões foram:

- Radiação: relação com doenças, contaminação do meio ambiente e da produção agrícola;
- Questão hídrica envolvendo o projeto: viabilidade e relação com as mudanças climáticas;
- Povos Tradicionais: consulta prévia aos povos indígenas;
- INB: histórico de acidentes em outras cidades e passivos ambientais;
- Impactos negativos sociais: pressão sobre a infraestrutura pública de serviços municipais.
- Desenvolvimento econômico: geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos.

10.1 Audiência Pública em Santa Quitéria – 07/06/2022

A AP de Santa Quitéria foi o evento com maior participação popular e com maior duração, chegando a quase oito horas de evento.

Foram disponibilizadas 450 cadeiras, posicionadas para que as pessoas pudessem se acomodar com conforto. O local estava repleto de faixas e cartazes contrários ao empreendimento.

Entre o público participante, 379 pessoas assinaram a lista de presença entre autoridades, representantes de entidades, produtores rurais, lideranças comunitárias, empresários e moradores. Para as localidades com dificuldades de deslocamento até a Audiência, na sede do município de Santa Quitéria, foi disponibilizado transporte gratuito para atender as localidades apresentadas abaixo:

- Rota 01 - Riacho das Pedras
- Rota 02 - Saco de Belém: Residência, Vazante, Pocinhos, Boa Vista, São Bento, Embrapa
- Rota 03 - Saco de Belém: Nova Brasília e Grossos
- Rota 04 - Assentamentos Morrinhos, Queimadas e Cantina.
- Rota 05 - São Damião
- Rota 06 - São Cosme
- Rota 07 - Gangorra, Santa Margarida, Mata Fresca
- Rota 08 - Rosely Nunes
- Rota 09 - Piabas

10.2 Audiência Pública no distrito de Lagoa do Mato (Itatira) – 08/06/2022

O evento foi marcado por uma maior participação do público favorável ao empreendimento, com manifestações orais de apoio ao projeto. Vale ressaltar que estas manifestações partiam, em sua maioria, do poder público e de representantes de instituições como FECOMÉRCIO, Federação de Agricultura do Ceará e Governo do Estado do Ceará.

Na Audiência foram disponibilizadas 400 cadeiras, posicionadas para que as pessoas pudessem se acomodar com conforto. Também foi possível observar nesse local a quantidade de faixas e cartazes contrários ao empreendimento.

Entre o público participante, um total de 344 pessoas assinaram a lista de presença, entre autoridades, representantes de entidades, produtores rurais, empresários e moradores. Para as pessoas com dificuldades de deslocamento até a Audiência de Itatira, em Lagoa do Mato, foi disponibilizado transporte gratuito para atender às localidades apresentadas abaixo:

- Rota 10 - Itatira
- Rota 11 - Fazenda Itataia
- Rota 12 - Madalena
- Rota 13 - São João, Sítio Do Braga, Felício, Juá, Letreiro, Novo Oriente, Barriguinhas, Porteiras, Açude, Laranjeiras
- Rota 14 - Assentamento Morrinhos.

10.3 Audiência Pública em Canindé – 09/06/2022

Na Audiência foram disponibilizadas 360 cadeiras, posicionadas para que as pessoas pudessem se acomodar com conforto. Entre o público participante, um total de 215 pessoas assinaram a lista de presença entre autoridades, representantes de entidades, produtores rurais, empresários e moradores.

Para as pessoas com dificuldades de deslocamento até a Audiência de Canindé, foi disponibilizado transporte gratuito para atender às localidades apresentadas abaixo:

- Rota 15 - Japuara

- Rota 16 - Distrito Iguaçu: São Luiz, Vila Campos
- Rota 17 – Assentamento Monte Horebe

10.4 Principais temas de Questionamento/Manifestação

Após análise das perguntas e manifestações feitas nas três AP, foi possível elencar os principais pontos de discussão apresentados pelos participantes. Dentre os impactos positivos, destacaram-se os benefícios econômicos que o projeto poderá trazer para a região. As manifestações contrárias tiveram como tema a questão hídrica, a questão nuclear, além de se questionar se há necessidade de consulta prévia a quilombolas e povos indígenas, os impactos ao meio socioeconômico e empreendimentos da INB.

Abaixo, elencam-se os principais temas discutidos pelos *stakeholders* durante as AP:

Impactos Positivos mencionados pelos manifestantes:

- Geração de empregos.
- Aumento na arrecadação de impostos.
- Parcerias com entidades locais e projetos de desenvolvimento. Ex: Fecomércio por meio do Projeto Territórios Empreendedores, programa de desenvolvimento de fornecedores que já está em seu terceiro ciclo na região.
- Construção e ampliação da estrada CE-366.
- Melhoria da produção e cultivo na região. Impulsionamento da cadeia produtiva da indústria de produtos fosfatados com potencial de melhora da produção da lavoura e da pecuária por meio do uso dos produtos fosfatados.
- Consumo de produtos locais. O CSQ pretende consumir o máximo de produtos e serviços locais durante as fases de obras e operação do empreendimento.
- O tempo de maturação do processo de licenciamento e sua importância para o aprimoramento do projeto em relação ao apresentado em 2014.

- Recuperação de áreas degradadas. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas será executado durante toda a vida do projeto para recuperação da estrutura natural do meio ambiente das áreas afetadas.

- Desenvolvimento da região em prol do projeto com a construção da adutora de água, malha asfáltica e rede elétrica em parceria com o Governo Estadual do Ceará.

Impactos negativos mencionados pelos manifestantes:

- Inviabilidade hídrica da região para abastecimento das pessoas e do projeto;

- Mudanças climáticas e seus impactos na questão hídrica;

- Poluição provocada pela queima do coque de petróleo no forno de calcinação;

- Radiação e relação com doenças. Contaminação pelo Gás Radônio;

- Contaminação da produção agrícola da região e impactos na comercialização dos produtos;

- Histórico da atuação da INB no Brasil: Caldas-MG e Caetité-BA, referências de passivos ambientais e acidentes;

- Violação ao direito de Consulta Prévia dos povos indígenas e tradicionais;

- Presença de povos indígenas no território: Povo Tabajara, Povo Gavião, Povo Tubiba Tapuia e Povo Potiguara da Serra das Matas (4.500 indígenas). Território em processo de demarcação que contempla cinco municípios: Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Catunda, Santa Quitéria e Tamburiu. Informações sobre a presença da aldeia Quixaba, localizada a 22km da Fazenda Itataia;

- Fragmentação do processo de Licenciamento Ambiental entre Ibama e Semace para licenciamento ambiental do projeto da adutora de água;

- Impactos relacionados ao meio socioeconômico como fluxo migratório e pressão sobre o aparato público;

- Impactos ambientais negativos nos meios físico, biótico e socioeconômico;
- Impacto sobre cavidades e cavernas;
- Geração de poeira tóxica;
- Questionamento sobre o critério de definição das áreas de influência direta e indireta em relação aos meios físico, biótico e socioeconômico.

10.4.1 Entidades que oficializaram manifestações contrárias:

- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE);
- Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará;
- Associação Quilombola do Cumbe/Aracati -CE;
- Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Ceará;
- Instituto Círculo de Cultura Margem Esquerda;
- Associação dos Pescadores, Artesãos e moradores do Cumbe-Aracati-CE (ASPAMC);
- Articulação Antinuclear-CE, formada por: Iara Fraga (MAM-CE), Raquel Rigotto (Rede Brasileira de Justiça Ambiental), Daniel de Paula (Greenpeace Fortaleza) e Elvis Aroerê Tabajara (Território Indígena Serra das Matas);
- Instituto Terramar;
- Abaixo-assinado de Morrinhos, Queimadas, Cantina e Terra Indígena Serra das Matas;
- Associação Nossa Senhora Aparecida do Assentamento de Queimadas;

- Cooperativa Sertaneja Cearense (FAPE);
- Cooperativa Agropecuária dos produtores do Ceará (AGROPAC).

11. REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

11. 1 Pontos físicos para as APs

As Audiências Públicas foram realizadas em Santa Quitéria, Itatira e Canindé. Nesses eventos estiveram reunidas as equipes da Consultoria Ambiental, o empreendedor Consórcio Santa Quitéria, os profissionais responsáveis pela comunicação e realização das APs, bem como a população de interesse.

Foram cumpridos os protocolos de distanciamento e higiene. Esta foi a base para a realização do evento, gerenciando a participação do Ibama, no mesmo local. Nessas ocasiões, as mesas diretivas contaram com dois representantes do Consórcio Santa Quitéria, dois consultores da Treta+, empresa responsável pela realização do EIA e dois representantes do Ibama, os senhores Régis Fontana Pinto, Analista Ambiental, como Presidente da mesa, e Telda Pereira Costa Lima, também Analista Ambiental, como Secretária da mesa diretiva.

Em relação a equipamentos de captura de imagem, som, link dedicado de internet e replicadores, contratou-se uma empresa especialista na área, minimizando qualquer risco de conectividade durante os eventos. As Audiências Públicas do Projeto Santa Quitéria (processo nº 02001.014391/2020-17), convocadas e conduzidas pelo Ibama, ocorreram de forma presencial, nos dias 07, 08 e 09 de junho, do ano corrente, às 19 horas, nos municípios de Santa Quitéria, Itatira/Lagoa do Mato e Canindé, no estado do Ceará, respectivamente, com transmissão on-line pelo do canal do YouTube da empresa https://www.youtube.com/c/ConsórcioSantaQuitéria, conforme disposto na Resolução Conama nº 09, de 03 de dezembro de 1987.

O Consórcio Santa Quitéria investiu esforços para obter participações presenciais e virtuais significativas e representativas da população dos municípios de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé, seguindo todas os ritos e orientações do IBAMA quanto à divulgação e estrutura dos locais para a realização de cada Audiência Pública. O Consórcio elaborou e disponibilizou no hotsite material contendo informações sobre o empreendimento, o EIA e RIMA, além das regras da AP e demais informações pertinentes à realização dos eventos.

O objetivo foi possibilitar a participação de todos que tivessem interesse em conhecer o empreendimento, seus impactos e benefícios, dando total liberdade para manifestações favoráveis ou contrárias, assim como questionamentos quanto ao estudo de impacto ambiental para a apresentar o empreendimento, o diagnóstico ambiental, identificar e avaliar os impactos ambientais decorrentes da operação do PSQ e propor ações para preveni-los, controlá-los e mitigá-los, quando negativos, compensá-los quando necessário e, por fim, potencializá-los quando positivos. A AP para apresentação e discussão do EIA/RIMA do Projeto Santa Quitéria foi elaborada em estrita conformidade com as orientações expressas no Parecer Técnico 64 SEI Nº 12555383.

Em Santa Quitéria, foram contabilizadas 379 pessoas que assinaram a lista de presença, 39 inscrições para manifestação oral e 21 perguntas escritas pelos participantes. Destes, 32 questionamentos orais nos quais as pessoas estavam presentes foram respondidos, sendo que 7 pessoas não se manifestaram por já haverem ido embora em virtude do horário. Foram respondidos 5 questionamentos escritos na audiência e os demais, 16, serão respondidos posteriormente, assim, todos os questionamentos serão considerados no processo de licenciamento conduzido pelo Ibama. A Audiência Pública iniciou às 19 horas e 25 minutos e encerrou-se às 02h54 do dia 08 de junho de 2022. Foram disponibilizadas 450 cadeiras no local.

Foram oferecidos lanches individuais no começo das Audiências. Durante o intervalo, foram distribuídos kits lanches para os convidados. No decorrer dos eventos, serviço de café e água foram oferecidos em tempo integral.

Em Lagoa do Mato (Itatira) foram contabilizadas 344 pessoas que assinaram a lista de presença, 28 inscrições para manifestação oral e 32 perguntas escritas pelos participantes. Foram respondidos 24 questionamentos orais, sendo que 4 pessoas não se manifestaram pois já haviam ido embora em virtude do horário. Foram respondidas todas as 32 perguntas escritas na audiência. Todos os questionamentos serão considerados no processo de licenciamento conduzido pelo Ibama. A Audiência Pública foi gravada, incluindo os registros dos questionamentos e suas respostas. A Audiência Pública iniciou às 19 horas e 20 minutos e encerrou-se às 01h32 do dia 09 de junho de 2022. Foram disponibilizadas 400 cadeiras no local e lanches individuais no começo da Audiência. Durante o intervalo, foram distribuídos kits lanches para os convidados. No decorrer do evento, serviço de café e água foi oferecido em tempo integral.

Em Canindé foram contabilizadas 215 pessoas que assinaram a lista de presença, 36 inscrições para manifestação oral e 01 pergunta escrita pelos participantes. Foram respondidos

29 questionamentos orais, sendo que 7 pessoas não se manifestaram pois já haviam ido embora em virtude do horário. Foi respondido a única pergunta escrita na audiência. Todos os questionamentos serão considerados no processo de licenciamento conduzido pelo Ibama. A audiência pública foi gravada, incluindo os registros dos questionamentos e suas respostas. A audiência pública iniciou às 19 horas e 15 minutos e encerrou-se às 00h35 do dia 10 de junho de 2022. Foram disponibilizadas 360 cadeiras disponíveis no local. Foram disponíveis lanches individuais no começo da audiência. Durante o intervalo, foram distribuídos kits lanches para os convidados. No decorrer do evento, serviço de café e água foi oferecido em tempo integral.- A transmissão teve um total de 5 horas e 30 minutos.

11.2 Registros das APs

11.2.1 Registros Fotográficos da Audiência Pública realizada no município de Santa Quitéria, dia 07/06/2022

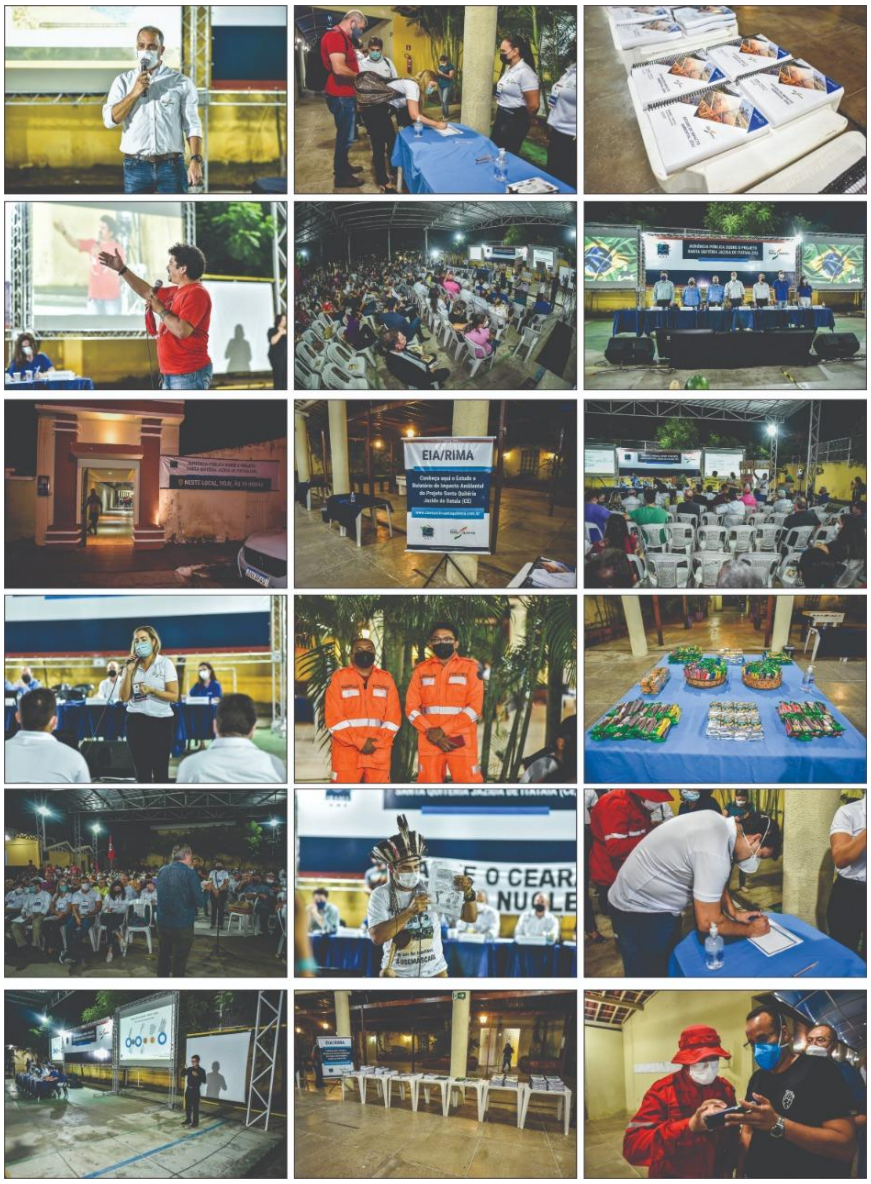


Figura 11.1 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Santa Quitéria (Parte 1)



Figura 11.2 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Santa Quitéria (Parte 2)

11.2.2 Registros Fotográficos da Audiência Pública realizada no município de Itatira (Lagoa do Mato), dia 08/06/2022



Figura 11.3 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Lagoa do Mato (Itatira)

11.2.3 Registros Fotográficos da Audiência Pública realizada no município de Canindé, dia 09/06/2022



Figura 11.4 - Registro fotográfico da Audiência Pública em Canindé

CONSÓRCIO
Santa Quitéria

Relatório sobre o Plano de Divulgação das Audiências Públicas em

Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé - Ceará.

PARTE 2

Sumário

11.3 Listas de presença 5
11.2 Locais selecionados 35
11.3 Transporte para as Comunidades nos dias das Audiências Públicas 35
11.3.1 A Listas de passageiros – Audiência Pública de Santa Quitéria 36
11.3.2 A Listas de passageiros – Audiência Pública de Lagoa do Mato (Itatira) 47
11.3.3 Registros fotográfico – Transportes para Audiência Pública de Santa Quitéria 50
11.3.4 A Listas de passageiros – Audiência Pública de Canindé 50
11.3.5 Registros fotográfico – Transportes para Audiência Pública de Canindé 51
12. TRANSMISSÃO ON-LINE E EM TEMPO REAL DAS APS 52
13. RELATÓRIO TÉCNICO FINAL DAS AUDITORIAS PÚBLICAS AO IBAMA 52
13.1 Equipe Técnica Responsável 53
14. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 55
15. CONCLUSÃO 55
16. TRANSCRIÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 56

LISTA DE FIGURAS

Figura 11.5 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 1)
Figura 11.6 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 2)
Figura 11.7 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 3)
Figura 11.8 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 4)
Figura 11.9 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 5)
Figura 11.10 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 6)
Figura 11.11 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 7)
Figura 11.12 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 8)
Figura 11.13 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 9)
Figura 11.14 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 10)
Figura 11.15 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 11)
Figura 11.16 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 12)
Figura 11.17 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 13)
Figura 11.18 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 14)
Figura 11.19 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 15)
Figura 11.20 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 16)
Figura 11.21 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 17)
Figura 11.22 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 18)
Figura 11.23 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 19)
Figura 11.24 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 20)
Figura 11.25 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 21)
Figura 11.26 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 22)
Figura 11.27 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 23)
Figura 11.28 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 1)
Figura 11.29 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 2)
Figura 11.30 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 3)
Figura 11.31 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 4)
Figura 11.32 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 5)
Figura 11.33 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 6)
Figura 11.34 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 7)
Figura 11.35 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 8)

Figura 11.36 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 9)

Figura 11.37 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 10)

Figura 11.38 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 11)

Figura 11.39 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 12)

Figura 11.40 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 13)

Figura 11.41 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 14)

Figura 11.42 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 15)

Figura 11.43 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 16)

Figura 11.44 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 17)

Figura 11.45 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 18)

Figura 11.46 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 19)

Figura 11.47 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 20)

Figura 11.48 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 21)

Figura 11.49 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 1)

Figura 11.50 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 2)

Figura 11.51 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 3)

Figura 11.52 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 4)

Figura 11.53 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 5)

Figura 11.54- Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 6)

Figura 11.55 -Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 7)

Figura 11.56 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 8)

Figura 11.57 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 9)

Figura 11.58 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 10)

Figura 11.59 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 11)

Figura 11.60 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 12)

Figura 11.61 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 13)

Figura 11.62 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 14)

Figura 11.3.1- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 1)

Figura 11.3.2 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 2)

Figura 11.3.3 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 3)

Figura 11.3.4 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 4)

Figura 11.3.5 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 5)

Figura 11.3.6 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 6)

Figura 11.3.7 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 7)

Figura 11.3.8 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 8)

Figura 11.3.9 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 9)

Figura 11.3.10 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 10)

Figura 11.3.11- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 11)

Figura 11.3.12- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Parte 1)

Figura 11.3.13 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Parte 2)

Figura 11.3.14 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Parte 3)

Figura 11.3.15 Registro Fotográfico dos transportes Santa Quitéria

Figura 11.3.16- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Canindé

Figura 11.3.17 - Registro Fotográfico dos transportes Canindé

11.3 Listas de presença

Abaixo, seguem as listas de presença numeradas e por município.

Santa Quitéria

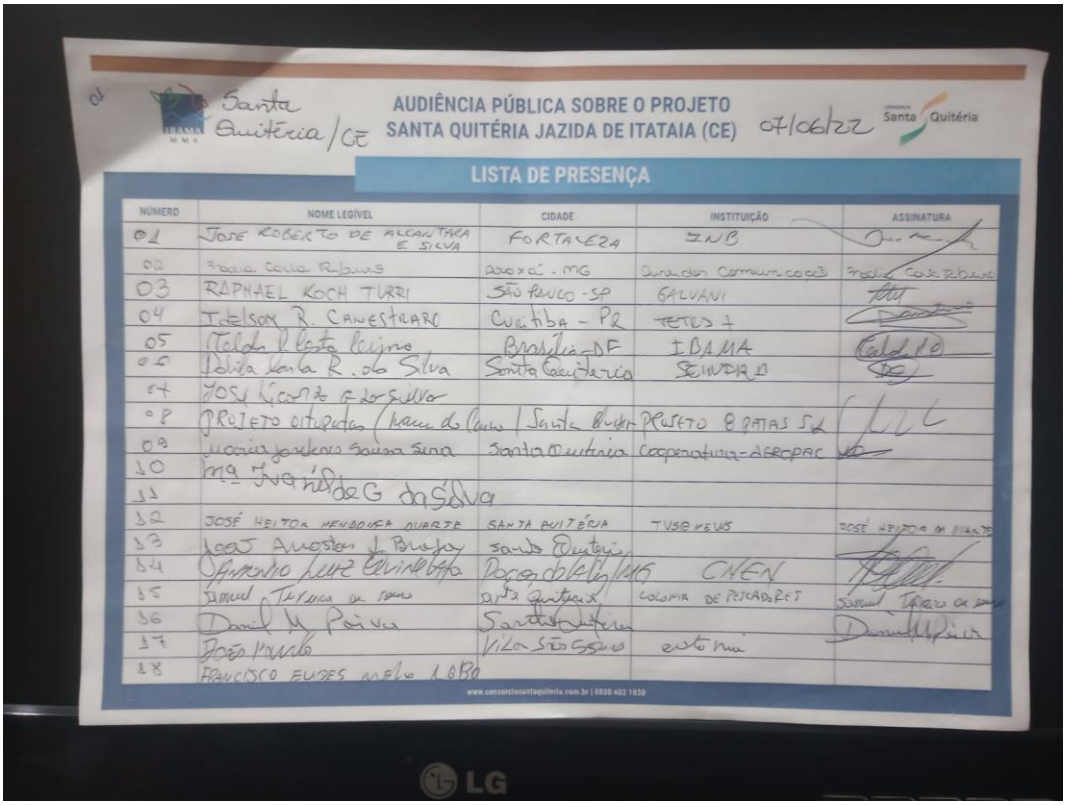
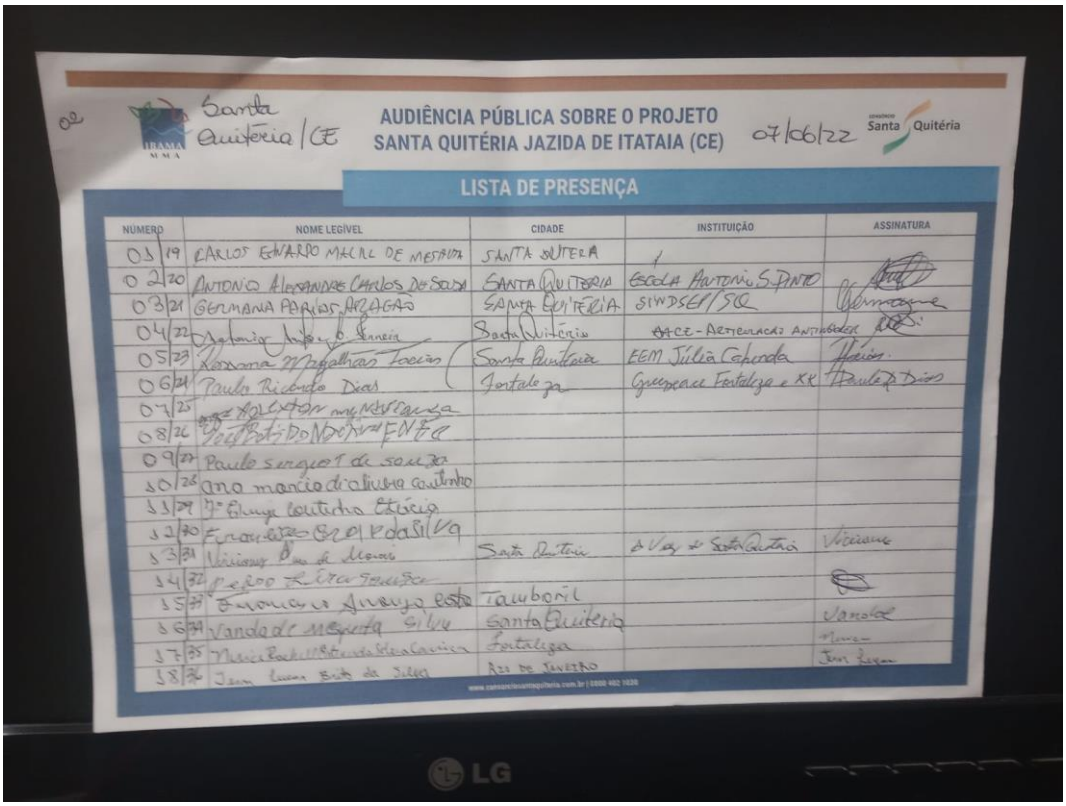


Figura 11.5 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 1)

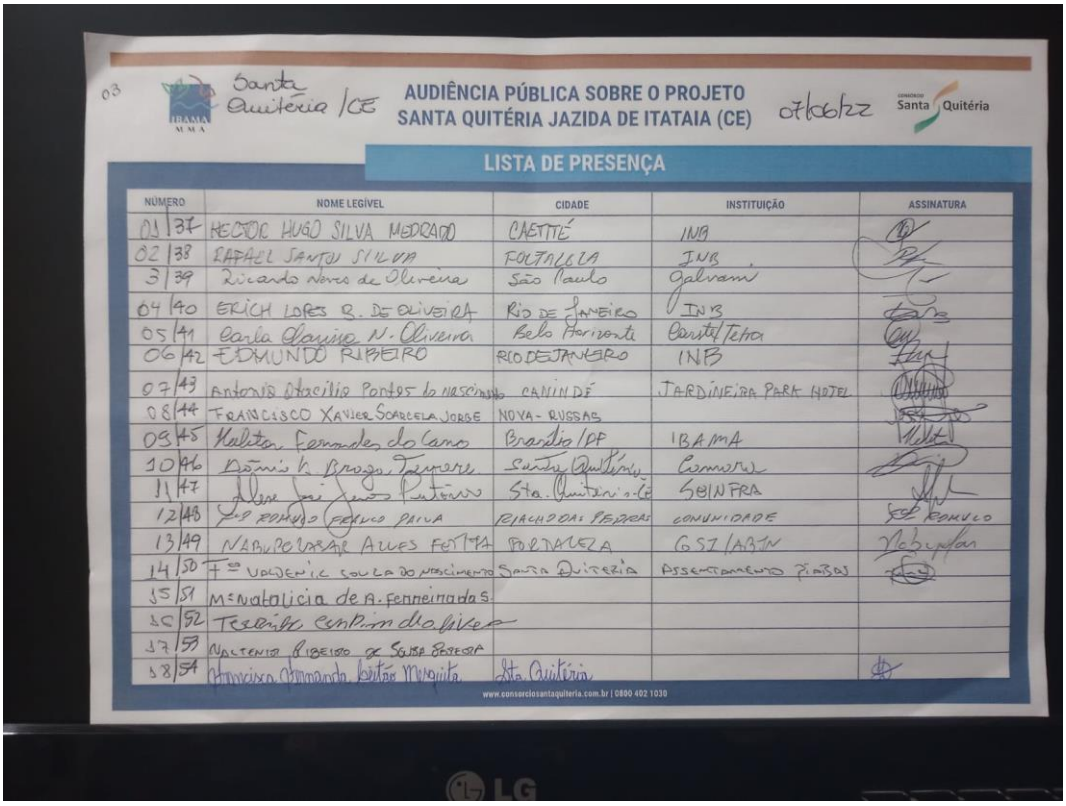


AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01 19	CARLOS EDUARDO MACIEL DE MESQUITA	SANTA QUITERIA		
02 20	ANTONIO ALEXANDRE CARLOS DE SOUSA	SANTA QUITERIA	ESCOLA ANTONIO S. PINTO	
03 21	GERMANA PEREIRA ARAGÃO	SANTA QUITÉRIA	SINDSEM/SQ	
04 22	[illegible]	Santa Quitéria	~~AACE~~ - ASSOCIAÇÃO ANTIGOS	
05 23	[illegible]	Santa Quitéria	EEM Júlia Calvente	
06 24	Paulo Ricardo Dias	Fortaleza	Greenpeace Fortaleza e XK	
07 25	[illegible]			
08 26	[illegible]			
09 27	Paulo sergio f de souza			
10 28	ana marcia de oliveira caetano			
11 29	[illegible]			
12 30	[illegible]			
13 31	[illegible]	Santa Quitéria	A Voz de Santa Quitéria	
14 32	[illegible]			
15 33	[illegible]	Tamboril		
16 34	Vanda de Mesquita Silva	Santa Quitéria		
17 35	[illegible]	Fortaleza		
18 36	[illegible]	Rio de Janeiro		

Figura 11.6 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 2)

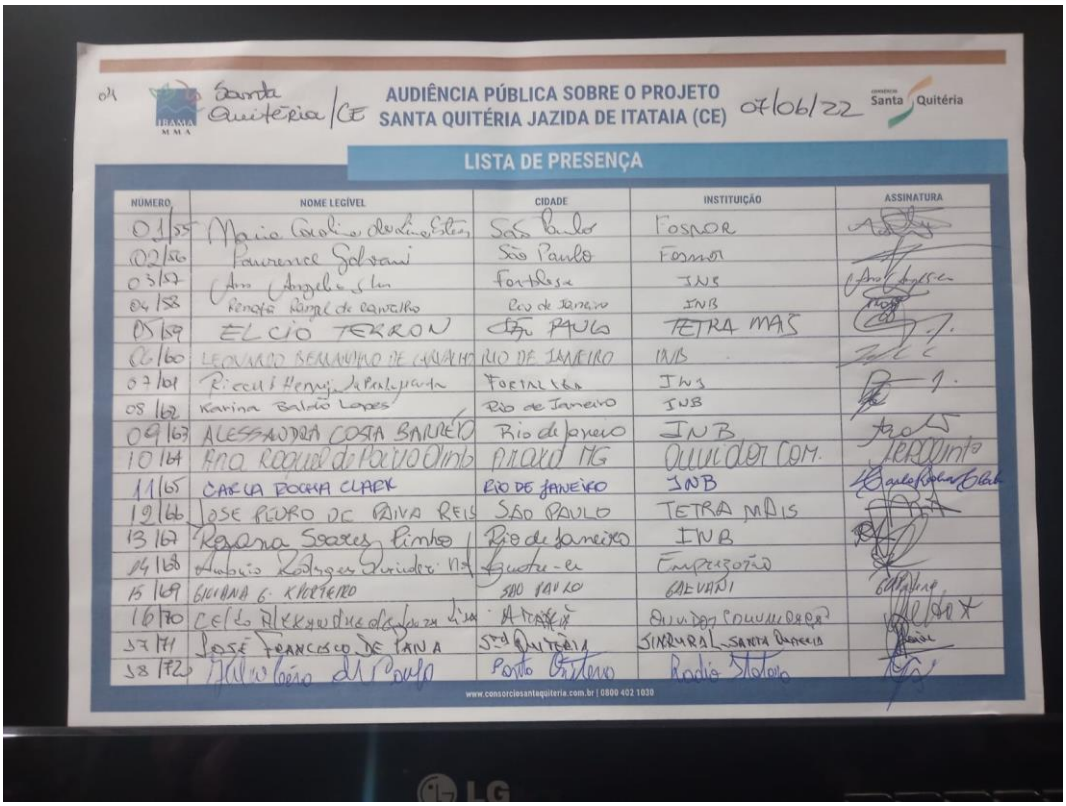


AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01 37	HECTOR HUGO SILVA MEDRADO	CAETITÉ	INB	
02 38	RAFAEL SANTOS SILVA	FORTALEZA	INB	
3 39	Ricardo Neves de Oliveira	São Paulo	Galvani	
04 40	ERICH LOPES B. DE OLIVEIRA	RIO DE JANEIRO	INB	
05 41	Carla Janine N. Oliveira	Belo Horizonte	Carta Teto	
06 42	EDMUNDO RIBEIRO	RIO DE JANEIRO	INB	
07 43	Antonio Otacilio Pontes do Nascimento	CANINDÉ	JARDINEIRA PARA HOTEL	
08 44	FRANCISCO XAVIER SOARES LA JORGE	NOVA - RUSSAS		
09 45	Kalatan Fernandes do Carmo	Brasília/DF	IBAMA	
10 46	Dênis V. Braga Tavares	Santa Quitéria	Consultor	
11 47	[illegible]	Sta. Quitéria - Ce	SEINFRA	
12 48	[illegible]	RIACHÃO DAS PEDRAS	COMUNIDADE	
13 49	NARA PEREIRA ALVES FEITOSA	FORTALEZA	GSI/ABIN	
14 50	Fº VALDERLI SOUZA DO NASCIMENTO	Santa Quitéria	ASSENTAMENTO PIAUÍ	
15 51	Mª Natalicia de A. Ferreira da S.			
16 52	Terezinha Cardoso de Oliveira			
17 53	[illegible]			
18 54	[illegible]	Sta. Quitéria		

Figura 11.7 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 3)

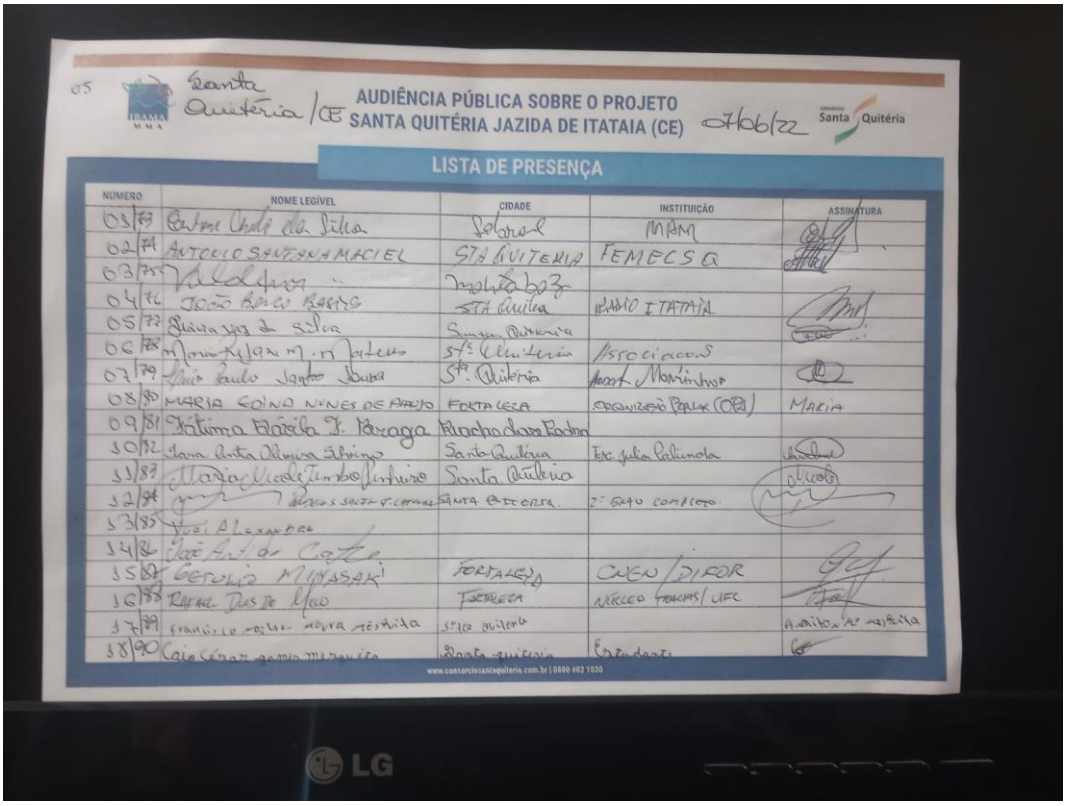


AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01/55	Maria Carolina de Lima e Silva	São Paulo	FOSNOR	
02/56	Laurence Galvani	São Paulo	FOSNOR	
03/57	Ana Angélica Silva	Fortaleza	INB	
04/58	Renata Rangel de Carvalho	Rio de Janeiro	INB	
05/59	ELCIO TERRON	São PAULO	TETRA MAIS	
06/60	LEONARDO BERNARDO DE CARVALHO	RIO DE JANEIRO	INB	
07/61	Ricardo Henrique Rodrigues	FORTALEZA	INB	
08/62	Karina Balbi Lopes	Rio de Janeiro	INB	
09/63	ALESSANDRA COSTA BARRETO	Rio de Janeiro	INB	
10/64	Ana Raquel de Paiva Oliveira	Araxá MG	Aluminder Com.	
11/65	CARLA ROCHA CLARK	RIO DE JANEIRO	INB	
12/66	JOSE REURO DE PAIVA REIS	SÃO PAULO	TETRA MAIS	
13/67	Roseana Soares Pinho	Rio de Janeiro	INB	
14/68	Fabricio Rodrigues Guimarães	Aquiraz-Ce	Empreendedor	
15/69	GIOVANNA G. RIBEIRO	SÃO PAULO	GALVANI	
16/70	CELIO ALEXANDRE DA SILVA	ITAPIPOCA	AUXILIAR COMUNIDADE	
17/71	JOSÉ FRANCISCO DE LIMA	Sta Quitéria	SINDRURAL SANTA QUITÉRIA	
18/72	[illegible]	Ponta Grossa	Radio Station	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 07/06/22

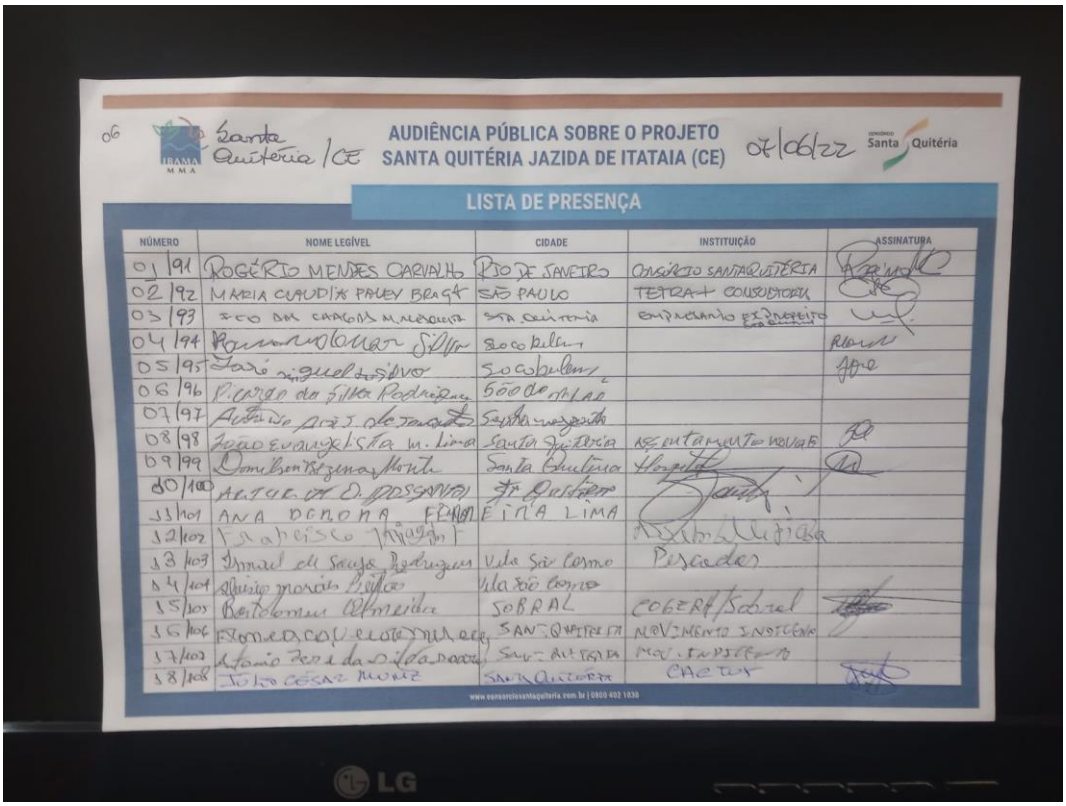
LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
03/73	Gabriel Cunha da Silva	Tabuleiro	MAM	
02/74	ANTONIO SILVEIRA MACIEL	STA QUITERIA	FEMECSG	
03/75	[illegible]	[illegible]		
04/76	JOÃO [illegible]	STA QUITERIA	RADIO ITATAIA	
05/77	Gleice [illegible] da Silva	Simão Dias/Sergipe		
06/78	Maria [illegible]	Sta Quiteria	Associação	
07/79	Paulo Santos Souza	Sta. Quiteria	Agente Municipal	
08/80	MARIA EDINO NUNES DE PAULO	FORTALEZA	ORGANIZAÇÃO POPULAR (OPA)	MARIA
09/81	Fátima Flávia J. Paraguassu	Riacho dos Cavalos		
10/82	Ana Maria Oliveira Silveira	Santa Quitéria	Esc. Julia Calmon	
11/83	Maria [illegible]	Santa Quitéria		
12/84	[illegible]	SANTA QUITERIA	2º GRAU COMPLETO	
13/85	[illegible]			
14/86	[illegible]			
15/87	GERUZA MIYASAKI	FORTALEZA	CUEN/DIFOR	
16/88	[illegible]	FORTALEZA	NÚCLEO [illegible]/UFC	
17/89	[illegible]	Sta Quiteria		Assistente social
18/90	[illegible]	Santa Quiteria	Estudante	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.8 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 4)

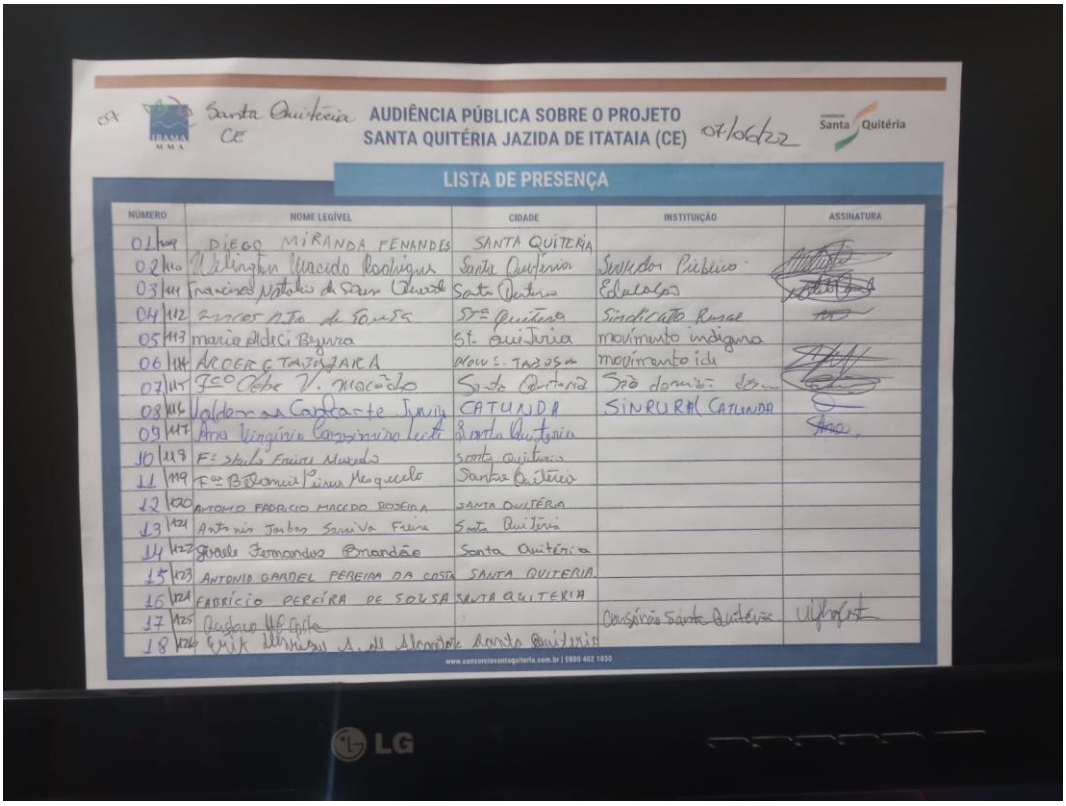
Figura 11.9 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 5)



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO
SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE)

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01 | 91	ROGÉRIO MENDES CARVALHO	RIO DE JANEIRO	CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA	
02 | 92	MARIA CLAUDIA PALEY BRAGA	SÃO PAULO	TETRA+ CONSULTORIA	
03 | 93	[illegible]	STA QUITÉRIA	EMPREENDIMENTO EX-PREFEITO	
04 | 94	[illegible]	[illegible]		
05 | 95	[illegible]	[illegible]		
06 | 96	[illegible]	[illegible]		
07 | 97	[illegible]	[illegible]		
08 | 98	JOÃO EVANGELISTA M. LIMA	SANTA QUITÉRIA	ASSENTAMENTO MORADIA	
09 | 99	[illegible]	Santa Quitéria	Hospital	
10 | 100	[illegible]	[illegible]		
11 | 101	ANA DEMONA [illegible] EIRA LIMA			
12 | 102	[illegible]			
13 | 103	[illegible]	Vila São Cosme	Pescador	
14 | 104	[illegible]	Vila São Cosme		
15 | 105	[illegible]	SOBRAL	COGERH/Sobral	
16 | 106	[illegible]	SANT QUITERIA	MOVIMENTO INDÍGENA	
17 | 107	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
18 | 108	[illegible]	[illegible]	[illegible]	



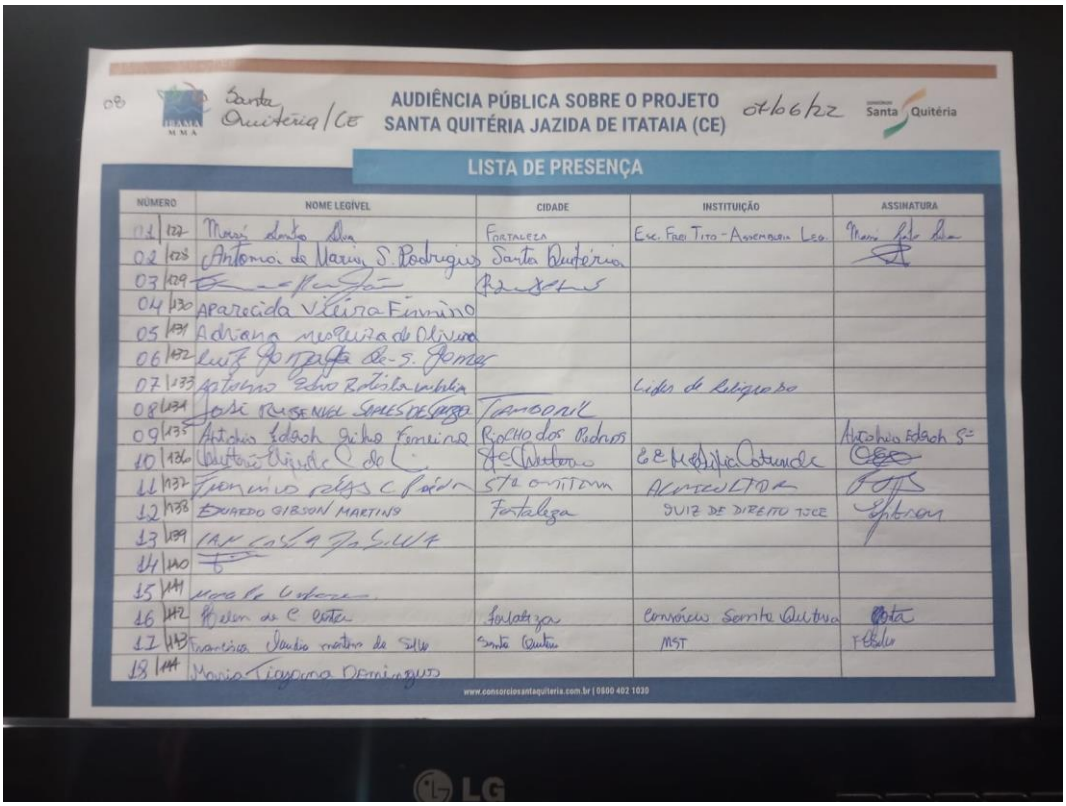
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO
SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE)

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01 | 109	DIEGO MIRANDA FERNANDES	SANTA QUITÉRIA		
02 | 110	[illegible]	Santa Quitéria	Serviços Público	
03 | 111	[illegible]	Santa Quitéria	Educação	
04 | 112	[illegible]	St. Quitéria	Sindicato Rural	
05 | 113	[illegible]	St. Quitéria	movimento indígena	
06 | 114	[illegible]	[illegible]	movimento ind	
07 | 115	[illegible]	Santa Quitéria	São domingos	
08 | 116	[illegible]	CATUNDA	SINDRURAL CATUNDA	
09 | 117	[illegible]	Santa Quitéria		
10 | 118	[illegible]	Santa Quitéria		
11 | 119	[illegible]	Santa Quitéria		
12 | 120	[illegible]	SANTA QUITÉRIA		
13 | 121	[illegible]	Santa Quitéria		
14 | 122	[illegible]	Santa Quitéria		
15 | 123	[illegible]	SANTA QUITERIA		
16 | 124	[illegible]	SANTA QUITERIA		
17 | 125	[illegible]	[illegible]	Consórcio Santa Quitéria	
18 | 126	[illegible]	[illegible]	[illegible]	

Figura 11.10 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 6)

Figura 11.11 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 7)

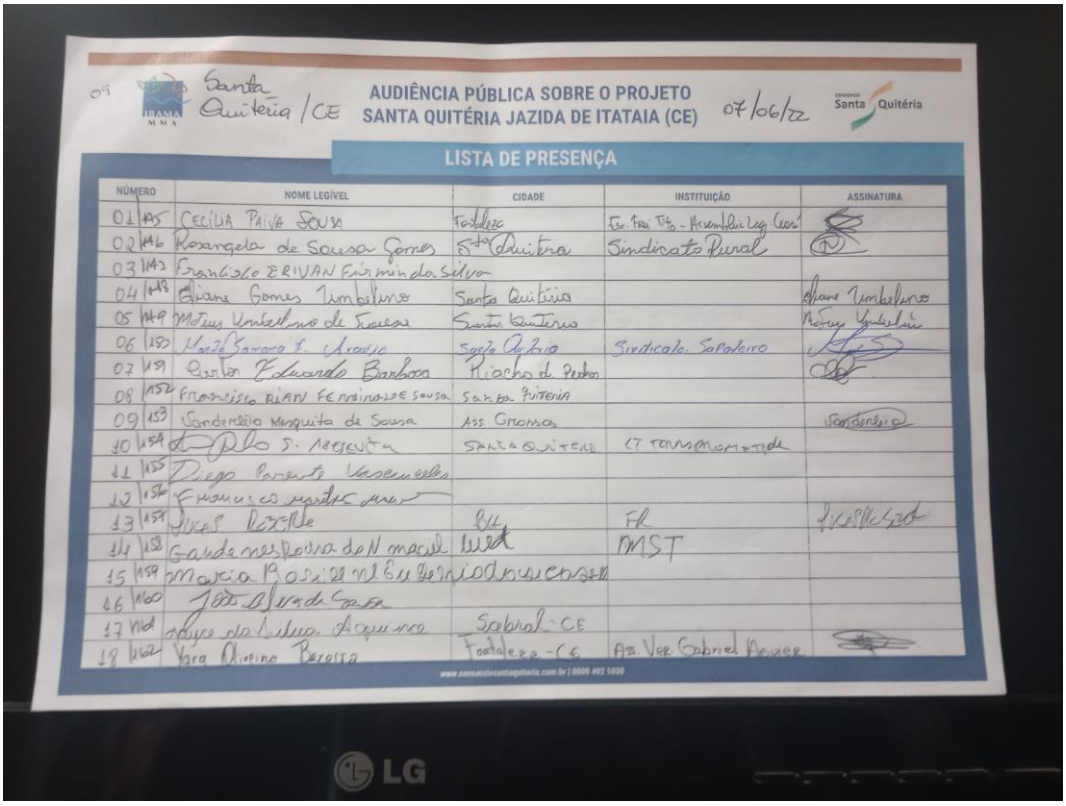


AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01 | 122	Maria [illegible]	Fortaleza	Esc. Frei Tito - Assembleia Leg.	
02 | 123	Antonio de Maria S. Rodrigues	Santa Quitéria		
03 | 129	[illegible]	[illegible]		
04 | 130	Aparecida Vieira Firmino			
05 | 131	Adriana [illegible] de Oliveira			
06 | 132	Luiz [illegible]			
07 | 133	[illegible]		Líder de Bairro	
08 | 134	José [illegible]	Tamboril		
09 | 135	Antonia Edneth [illegible]	Riacho dos Bodes		Antonia Edneth S.
10 | 136	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
11 | 137	[illegible]	Sta Quitéria	AGRICULTOR	
12 | 138	EDUARDO GIBSON MARTINS	Fortaleza	JUIZ DE DIREITO TJCE	
13 | 139	[illegible]			
14 | 140	[illegible]			
15 | 141	[illegible]			
16 | 142	[illegible]	Fortaleza	Consórcio Santa Quitéria	
17 | 143	[illegible]	Santa Quitéria	MST	
18 | 144	[illegible]			

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01 | 145	CECÍLIA PAIVA SOUSA	Fortaleza	Esc. Frei Tito - Assembleia Leg.	
02 | 146	Rosangela de Sousa Gomes	Sta Quitéria	Sindicato Rural	
03 | 147	Francisco ERIVAN Firmino da Silva			
04 | 148	Eliane Gomes Tumbalense	Santa Quitéria		Eliane Tumbalense
05 | 149	Mateus Umbelino de Sousa	Santa Quitéria		Mateus Umbelino
06 | 150	Maria Sarraca [illegible]	Sgto Farias	Sindicato Sapateiro	
07 | 151	Doutor Eduardo Barbosa	Riacho do Bodes		
08 | 152	Francisco ERIAN FERNANDES DE SOUSA	Santa Quitéria		
09 | 153	Sanderleia Nunquita de Sousa	Ass. Gnomos		Sanderleia
10 | 154	[illegible]	SANTA QUITÉRIA	CT TERRAMOTRIZ	
11 | 155	Diego Pereira Vasconcelos			
12 | 156	[illegible]			
13 | 157	[illegible]	[illegible]	FR	
14 | 158	[illegible]	[illegible]	MST	
15 | 159	[illegible]	[illegible]		
16 | 160	[illegible]			
17 | 161	[illegible]	Sobral - CE		
18 | 162	[illegible]	Fortaleza - CE	Ass. Vereador Gabriel Rocha	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.12 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 8)

Figura 11.13 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 9)

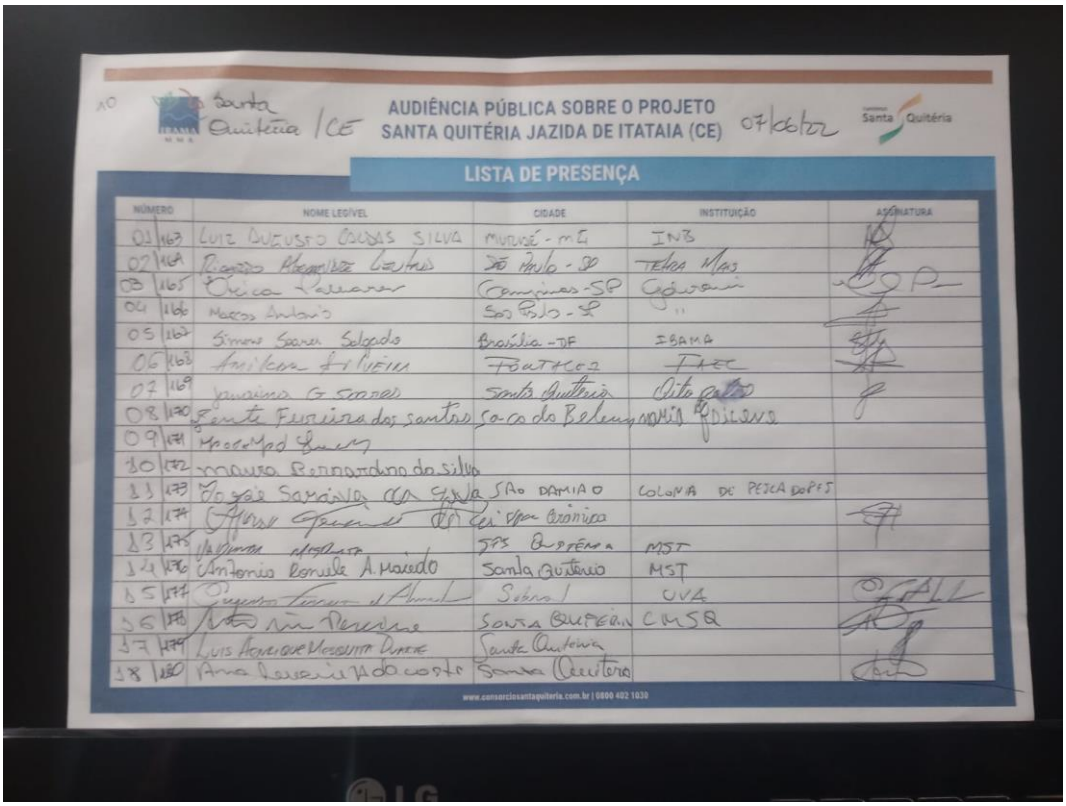


Figura 11.14 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 10)

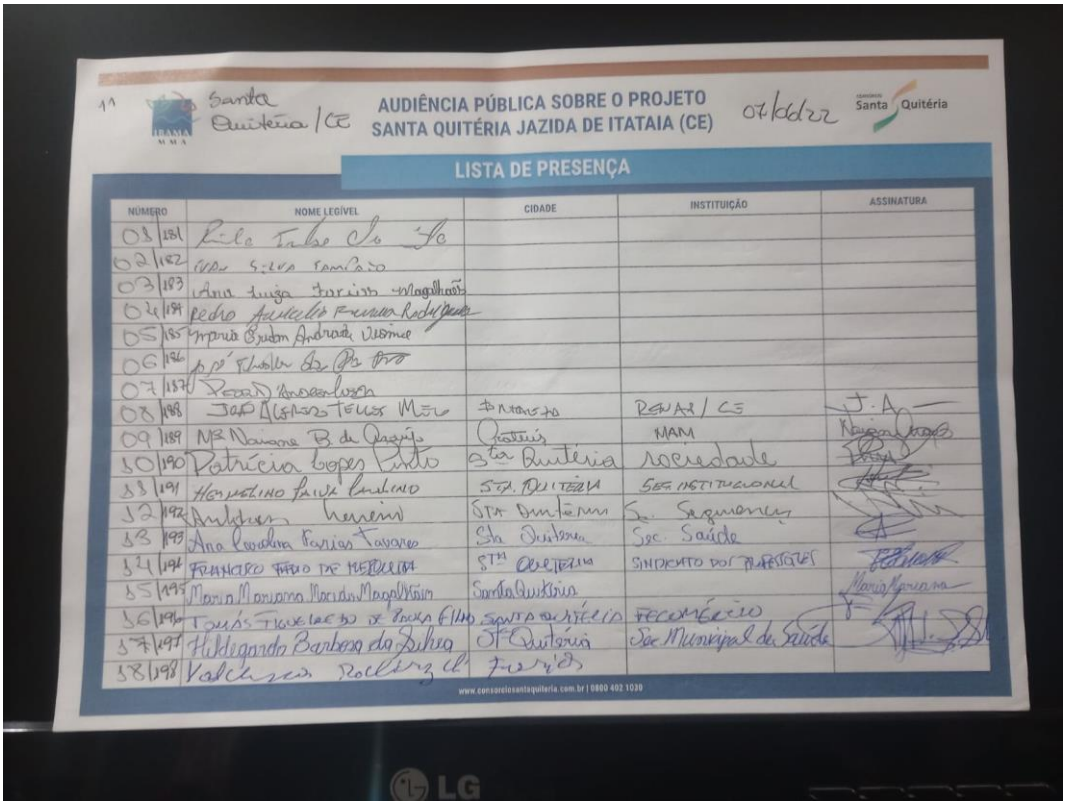


Figura 11.15 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 11)

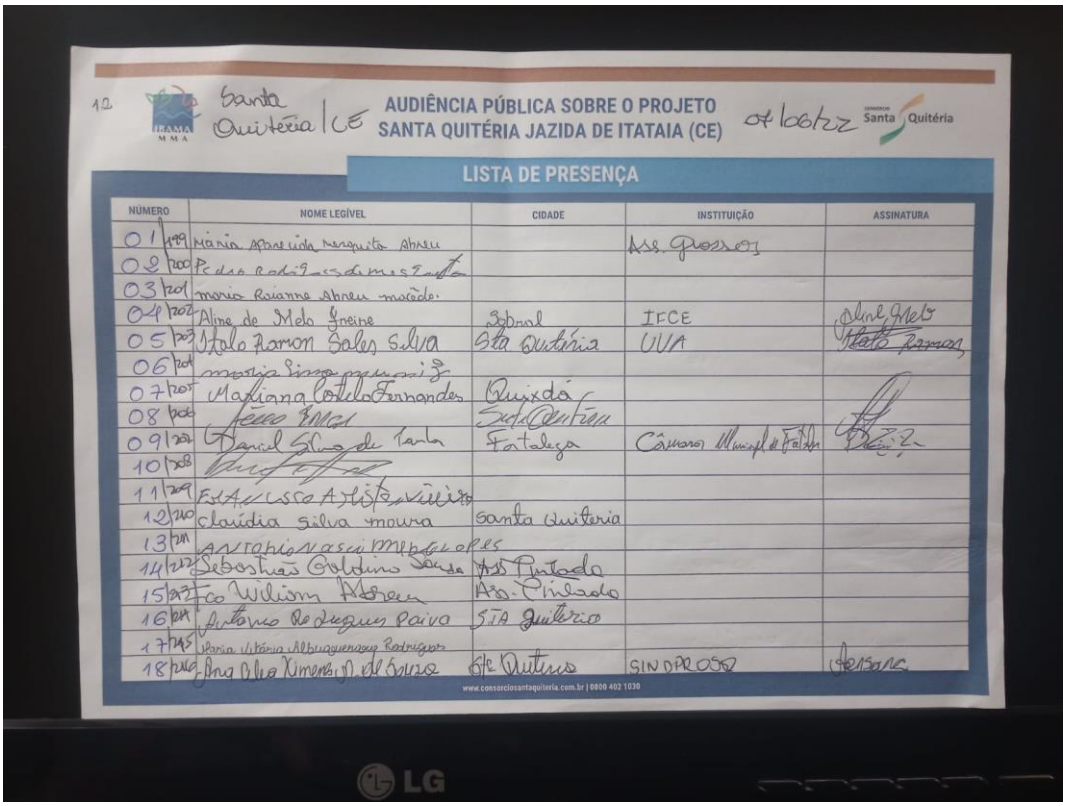


Figura 11.16 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 12)

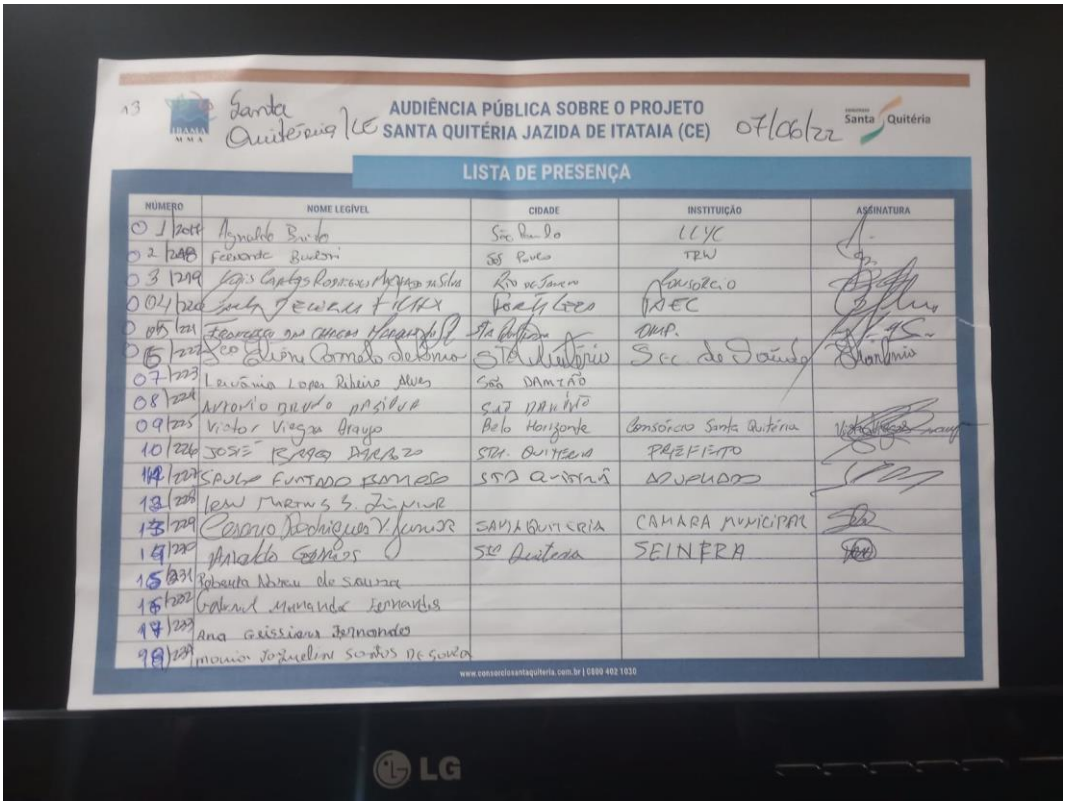


Figura 11.17 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 13)

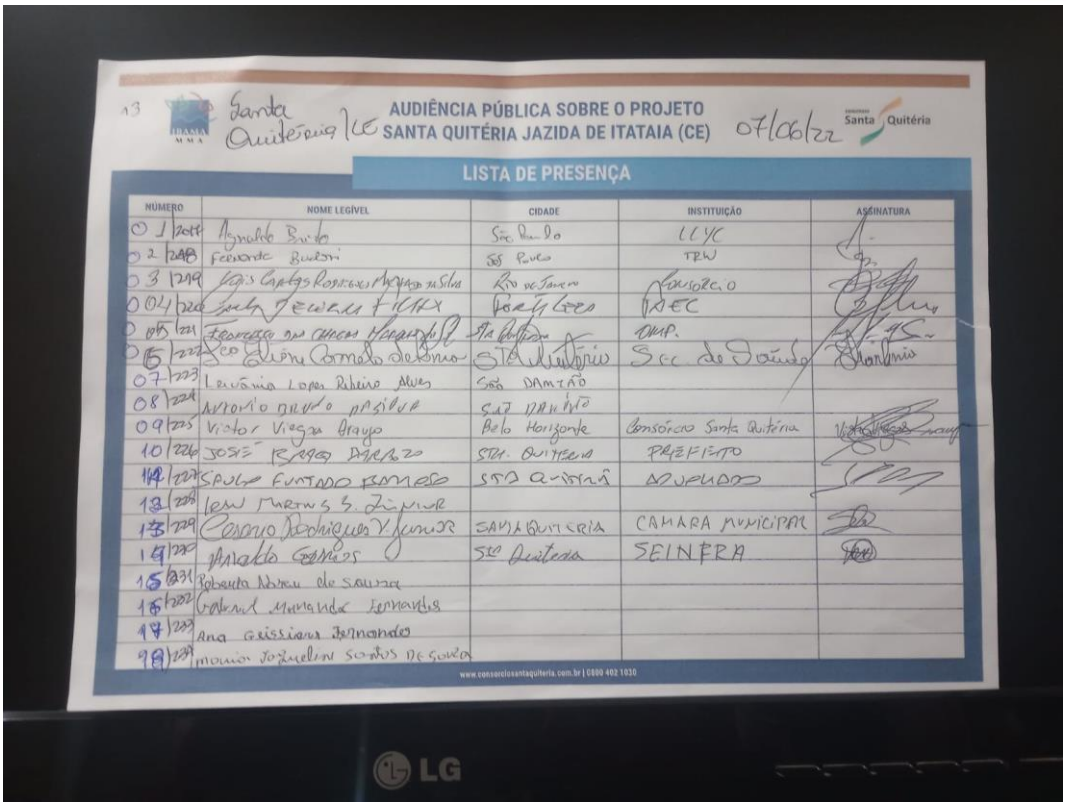


Figura 11.18 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 14)

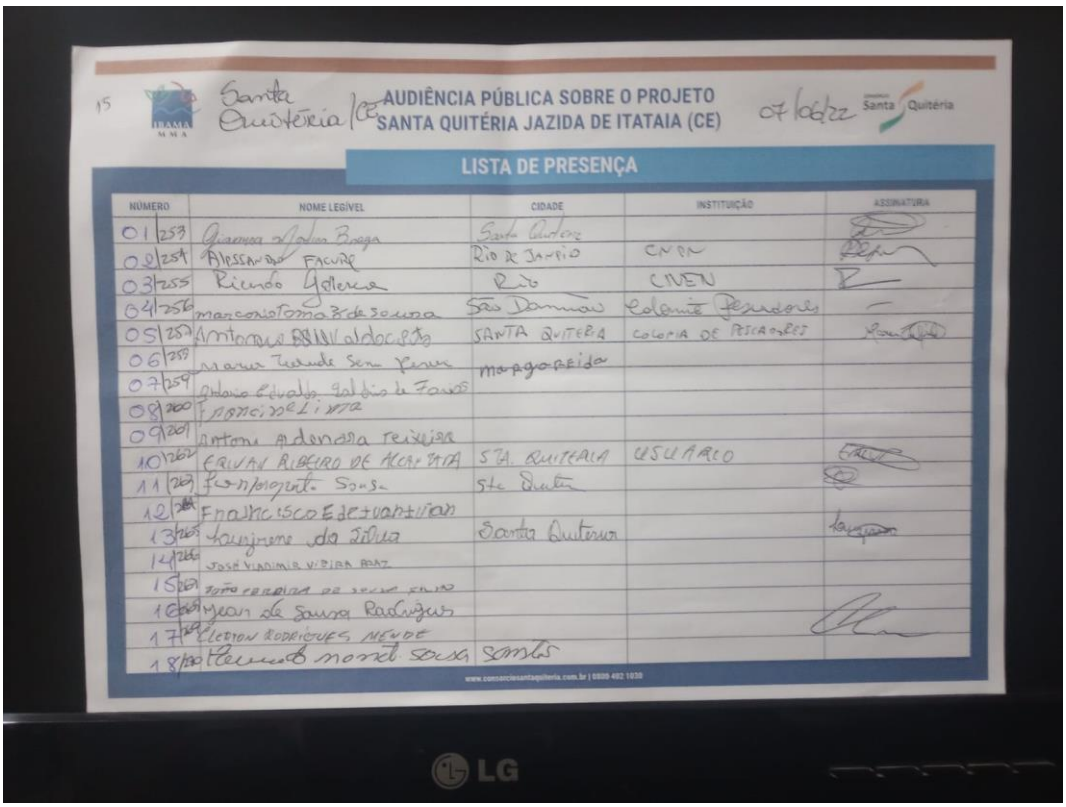


Figura 11.19 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 15)

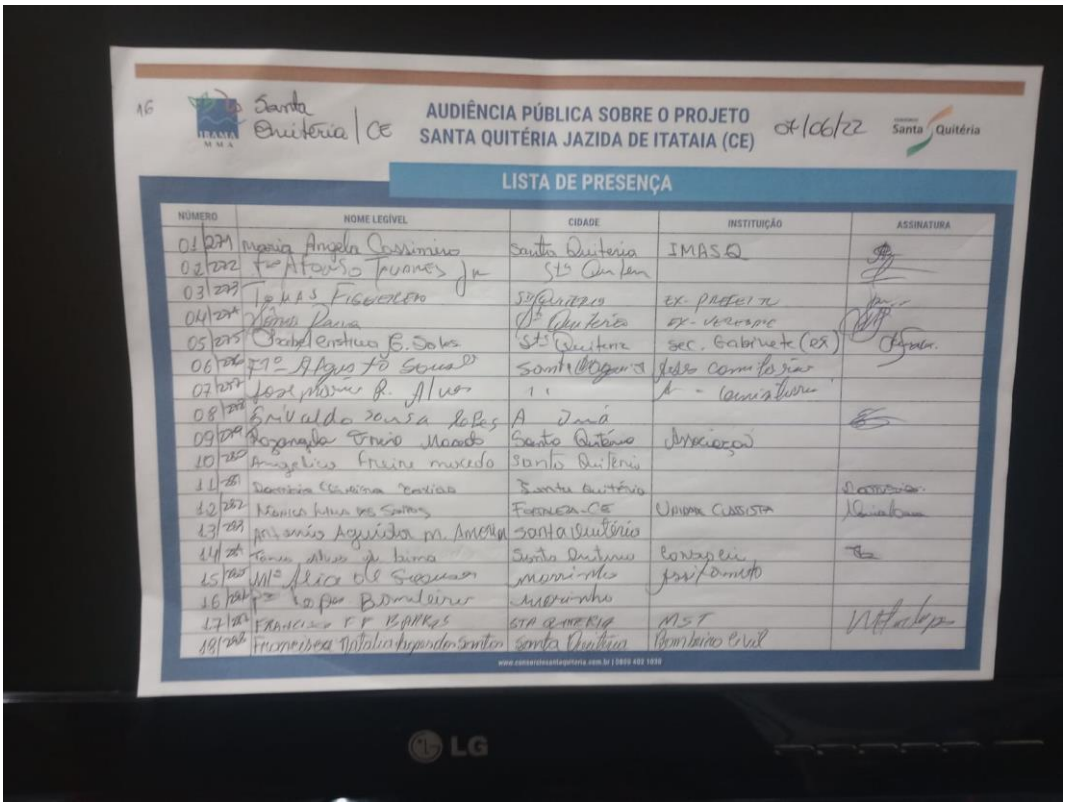


Figura 11.20 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 16)

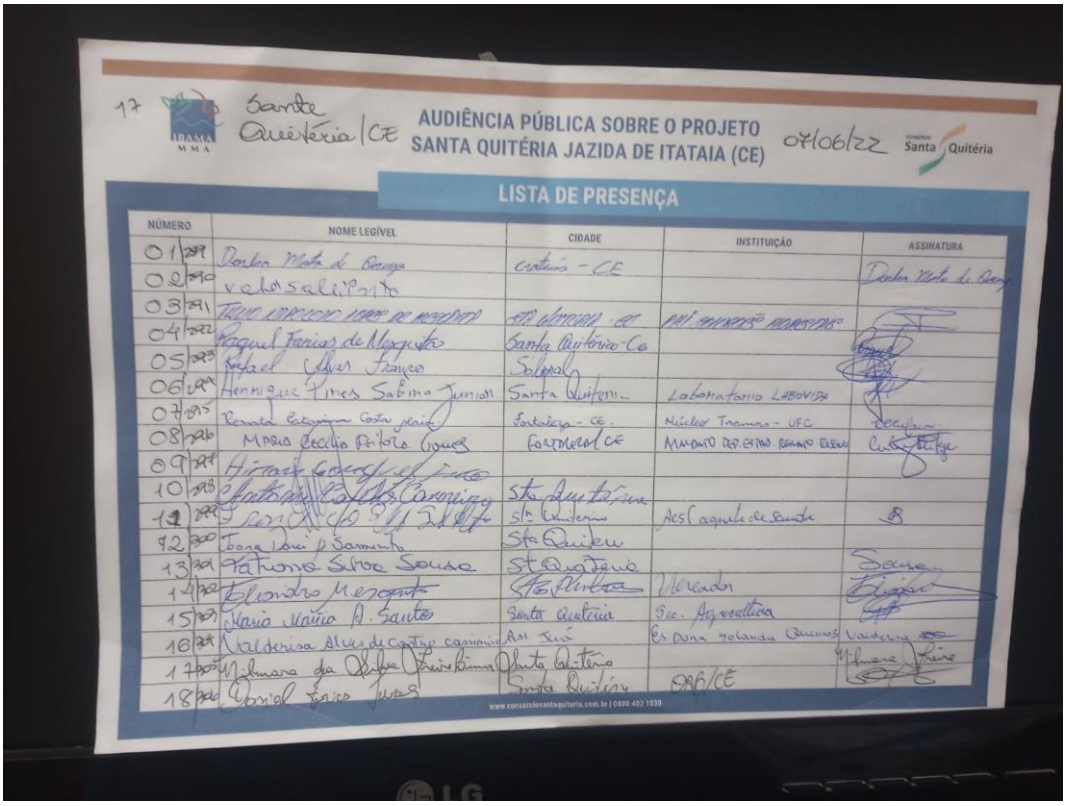
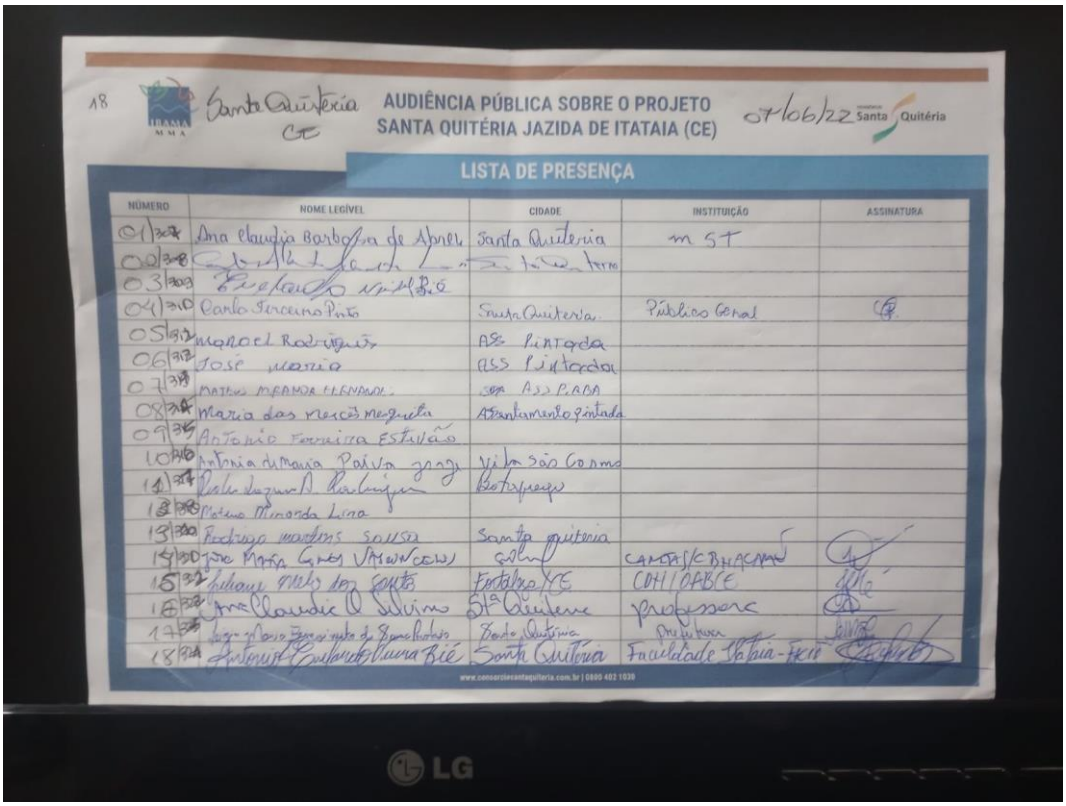


Figura 11.21 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 17)



18 Santa Quitéria CE

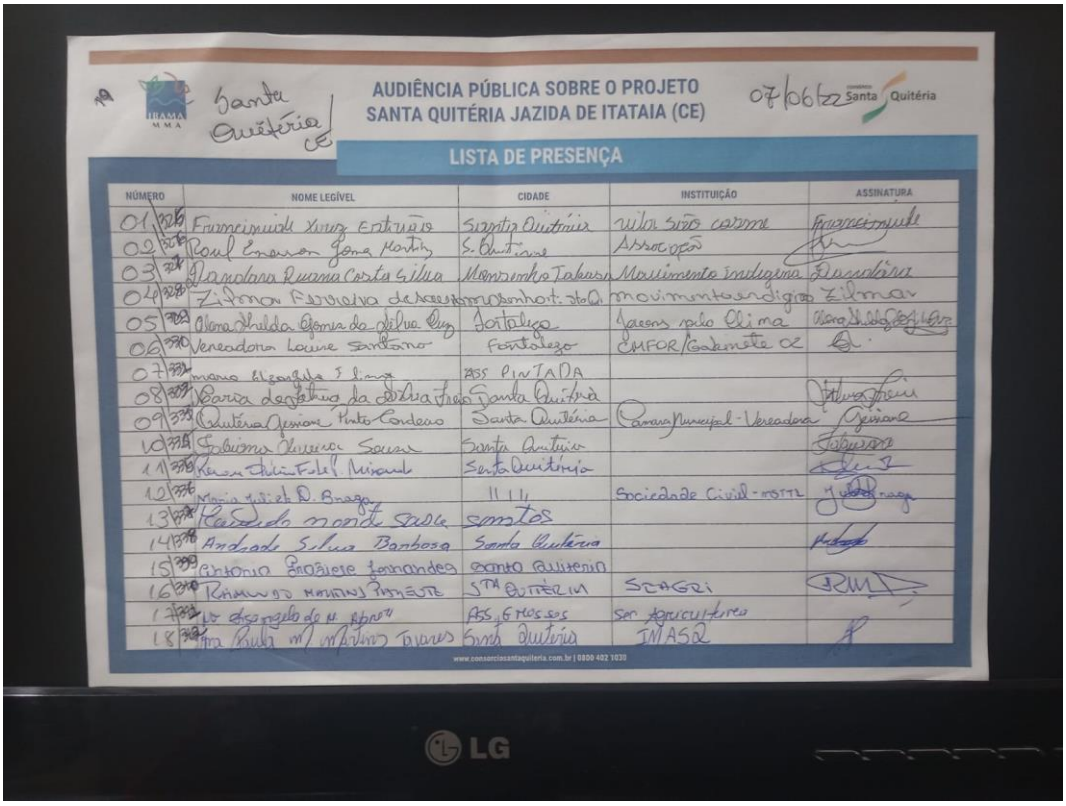
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE)

07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01	Ana Claudia Barbosa de Abreu	Santa Quiteria	MST	
02				
03				
04	Carlos Fernando Pinto	Santa Quiteria	Público Geral	
05		ASS PINTADA		
06		ASS Pintada		
07		ASS P.ADA		
08	Maria das Neves Magalhães	Assentamento pintada		
09				
10		Vila São Cosme		
11		Bom Sucesso		
12				
13		Santa quiteria		
14			CARITAS/CBHACAM	
15		Fortaleza/CE	CDH/OABCE	
16		Sta Quiteria	professora	
17		Bodo Quiteria	Pro Reitora	
18		Santa Quiteria	Faculdade Itataia - FKII	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030



19 Santa Quitéria CE

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE)

07/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01				
02				
03				
04				
05		Fortaleza		
06		Fortaleza		
07		ASS PINTADA		
08		Santa Quitéria		
09		Santa Quitéria	Câmara Municipal - Vereadora	
10		Santa Quitéria		
11		Santa Quitéria		
12			Sociedade Civil - MSTTL	
13				
14		Santa Quitéria		
15		Santa Quiteria		
16		STA QUITÉRIA	SCAGRI	
17		ASS. 6 MOSSOS	Sec. Agricultura	
18		Santa Quitéria	IMASQ	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.23 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 19)

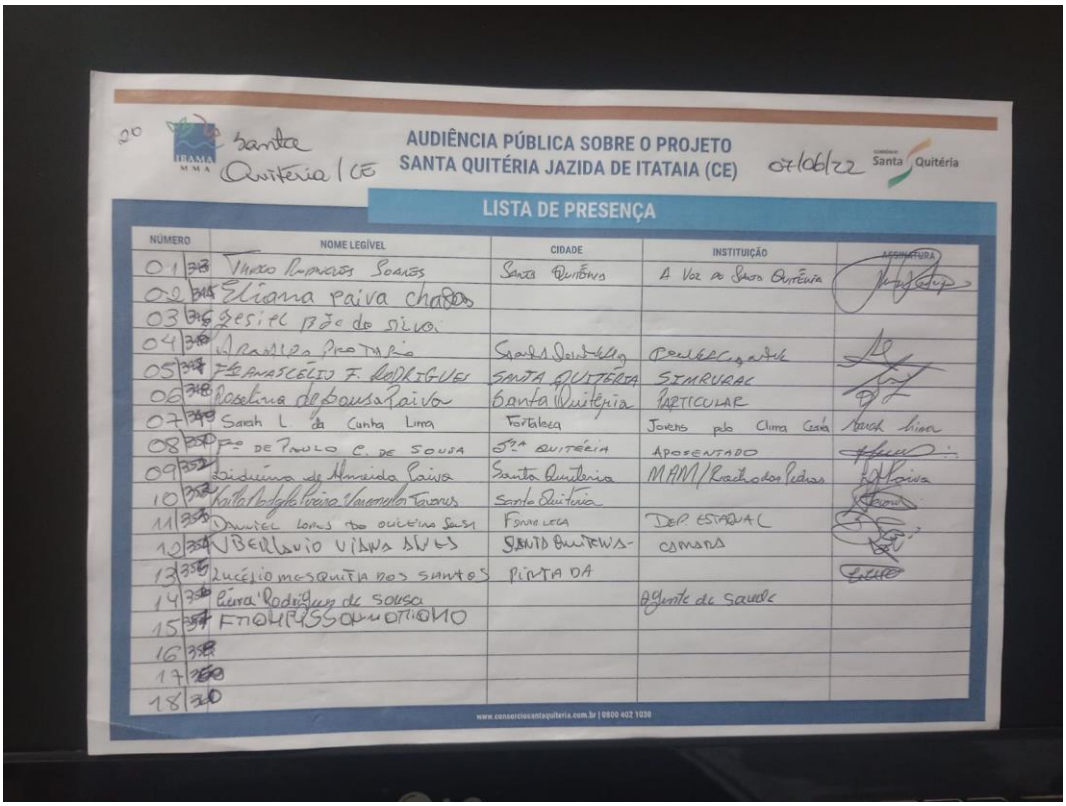


Figura 11.24 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 20)

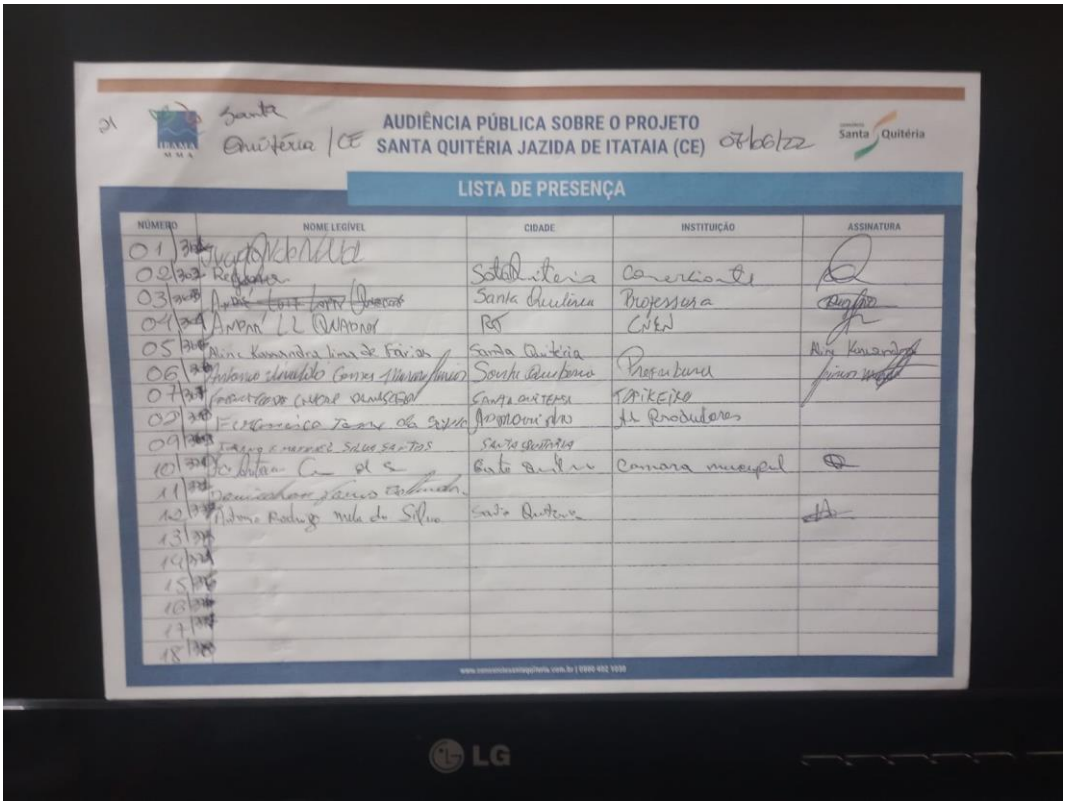


Figura 11.25 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 21)

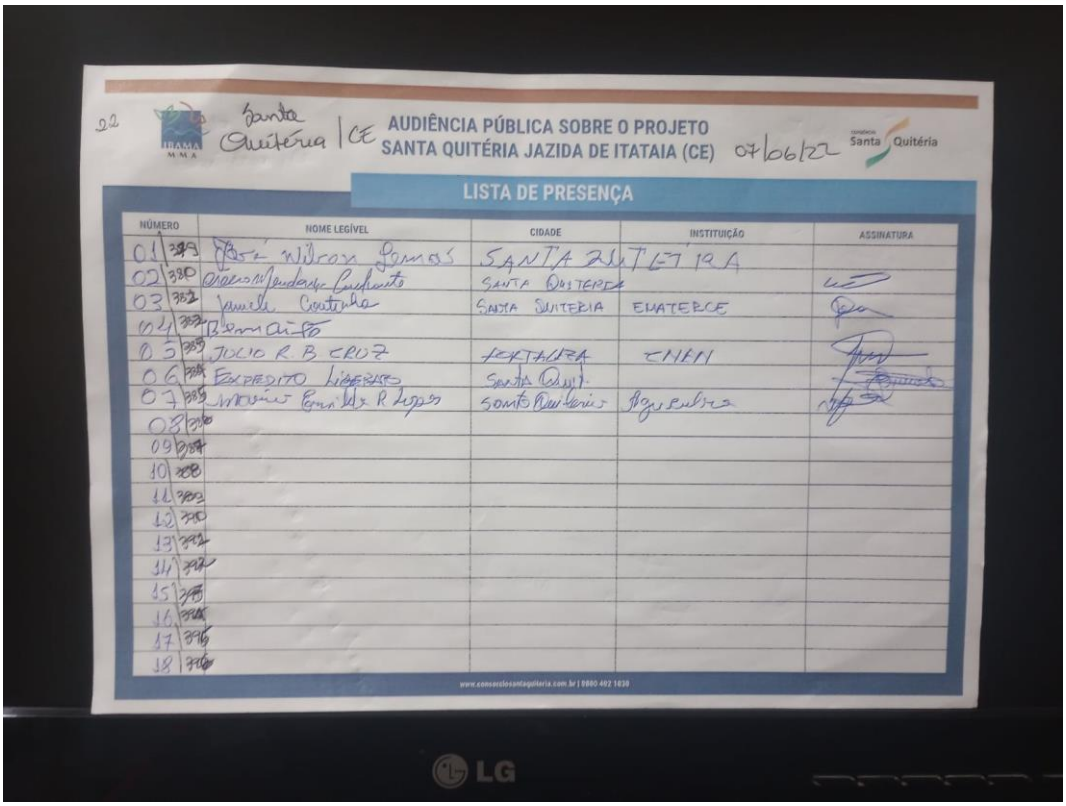


Figura 11.26 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 22)

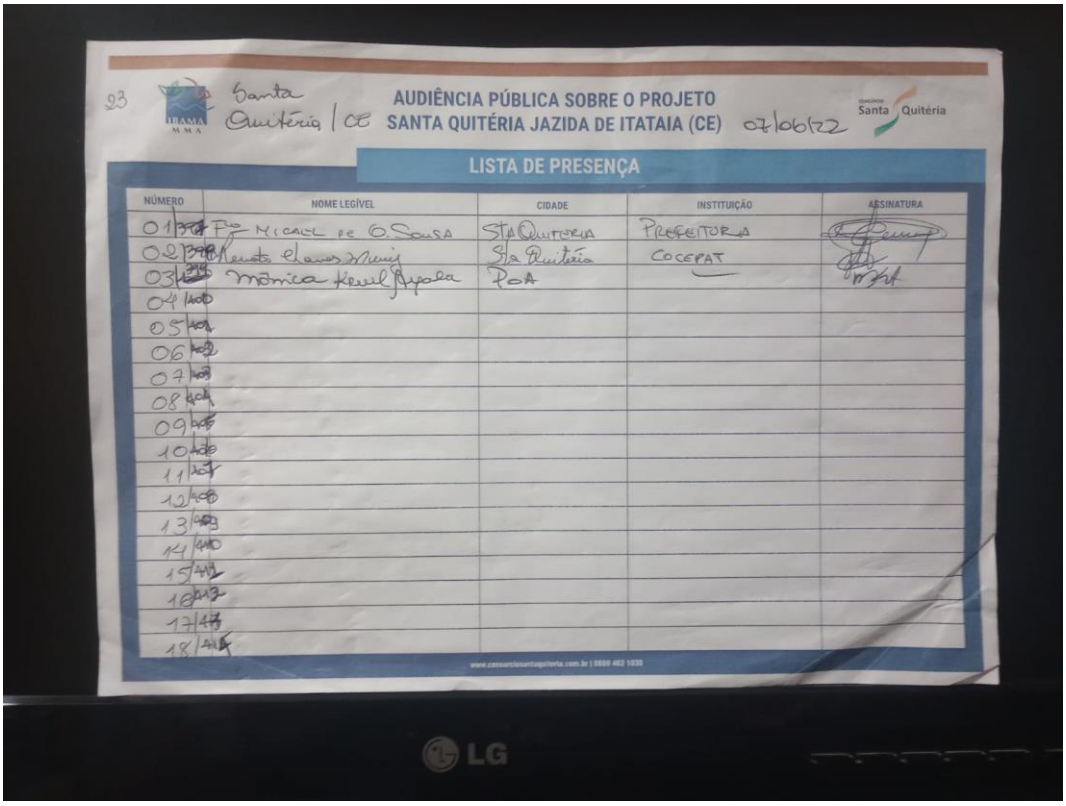


Figura 11.27 - Lista de Presença Audiência Pública Santa Quitéria (Folha 23)

Lagoa do Mato (Itatira)

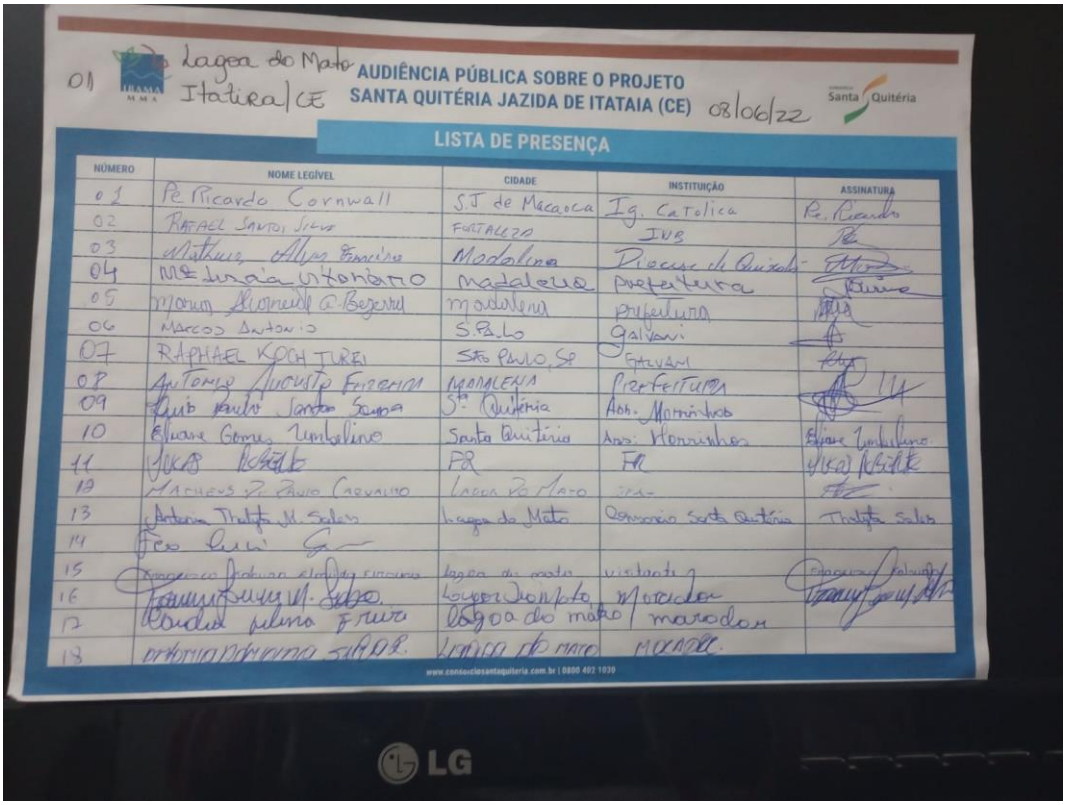


Figura 11.28 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 1)

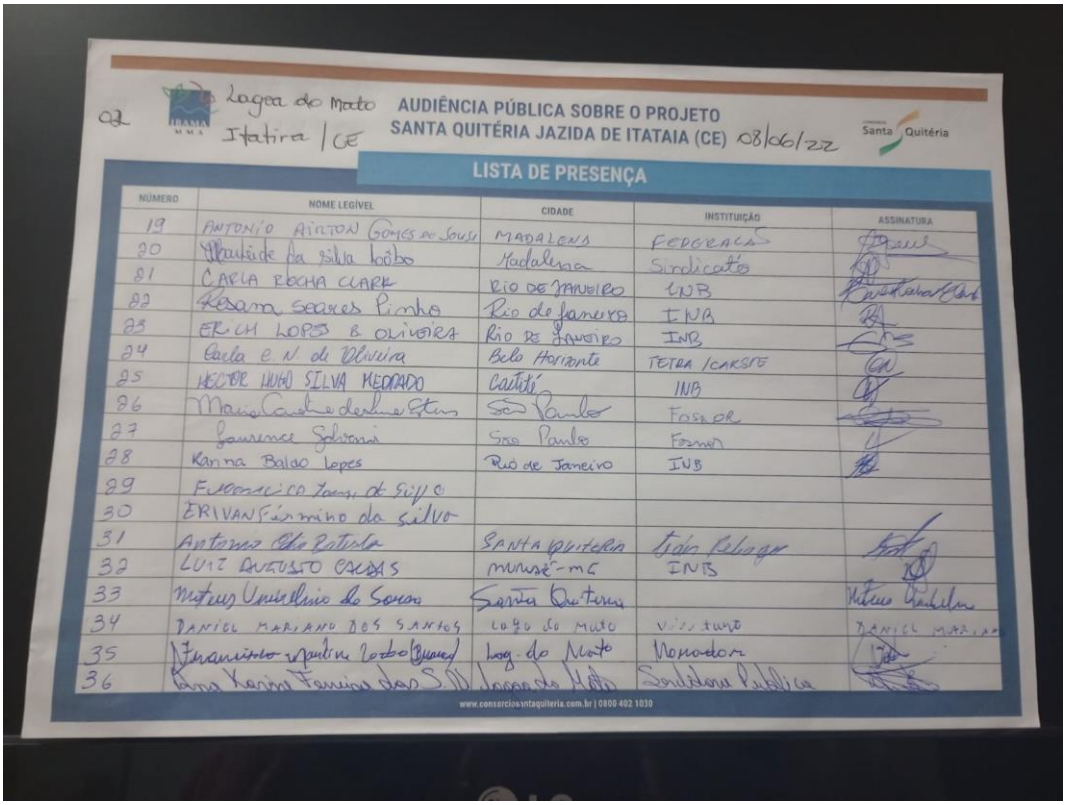
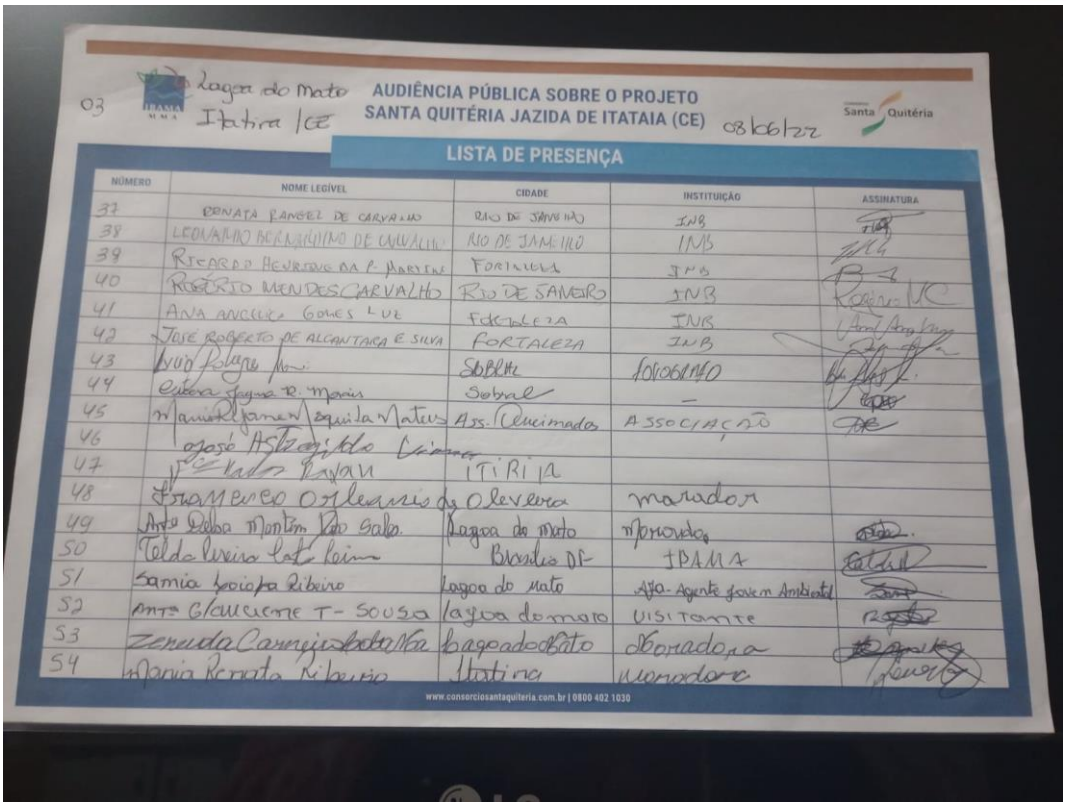


Figura 11.29 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 2)



03 Lagoa do Mato / Itatira / CE

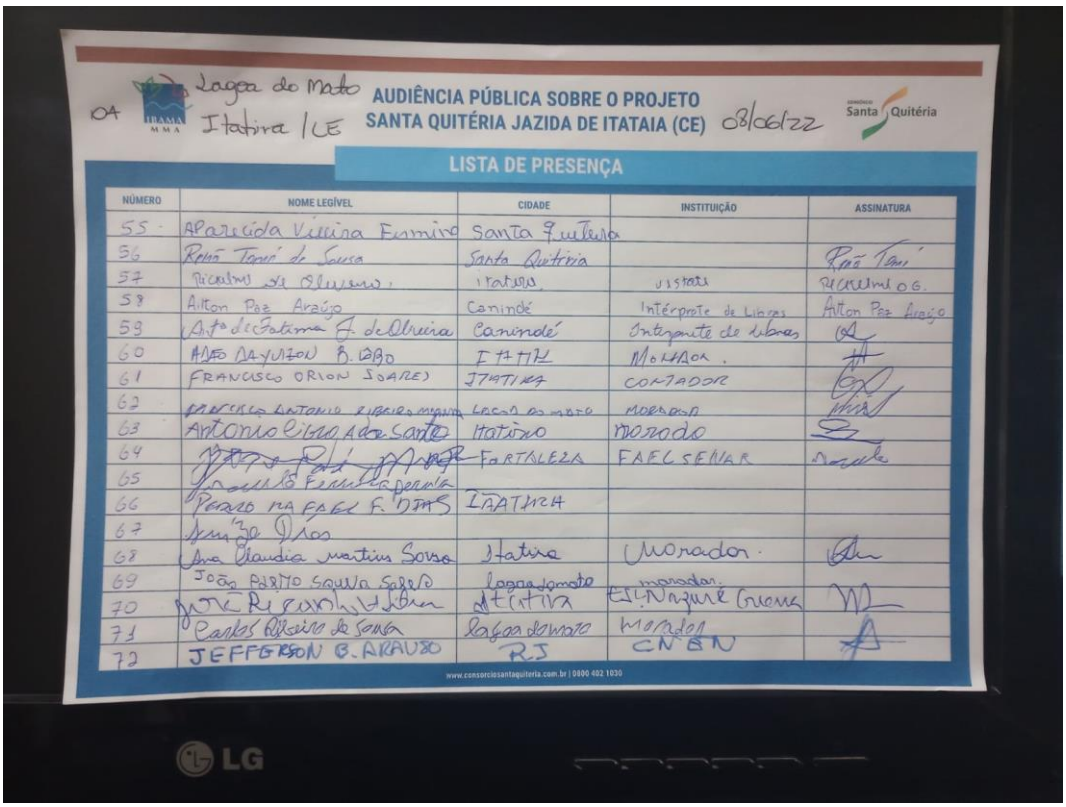
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
37	RENATA RANGEL DE CARVALHO	RIO DE JANEIRO	INB	
38	LEONARDO BERNARDINO DE CARVALHO	RIO DE JANEIRO	INB	
39	RICARDO HENRIQUE DA P. MARTINS	FORTALEZA	IPHAN	
40	ROBERTO MENDES CARVALHO	RIO DE JANEIRO	INB	
41	ANA ANGELICA GOMES LUZ	FORTALEZA	INB	
42	JOSÉ ROBERTO DE ALCANTARA E SILVA	FORTALEZA	INB	
43	[illegible]	SOBRAL	[illegible]	
44	[illegible]	Sobral	-	
45	[illegible]	Ass. Quincimado	ASSOCIAÇÃO	
46	[illegible]			
47	[illegible]	ITIRIÇA		
48	[illegible]		morador	
49	[illegible]	Lagoa do mato	morador	
50	[illegible]	Brasília DF	IPAMA	
51	Samia Soraya Ribeiro	Lagoa do mato	Afa- Agente fiscal em Ambiental	
52	[illegible]	lagoa do mato	VISITANTE	
53	[illegible]	lagoa do Mato	Moradora	
54	[illegible]	Itatira	Morador	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.30 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 3)



04 Lagoa do Mato / Itatira / CE

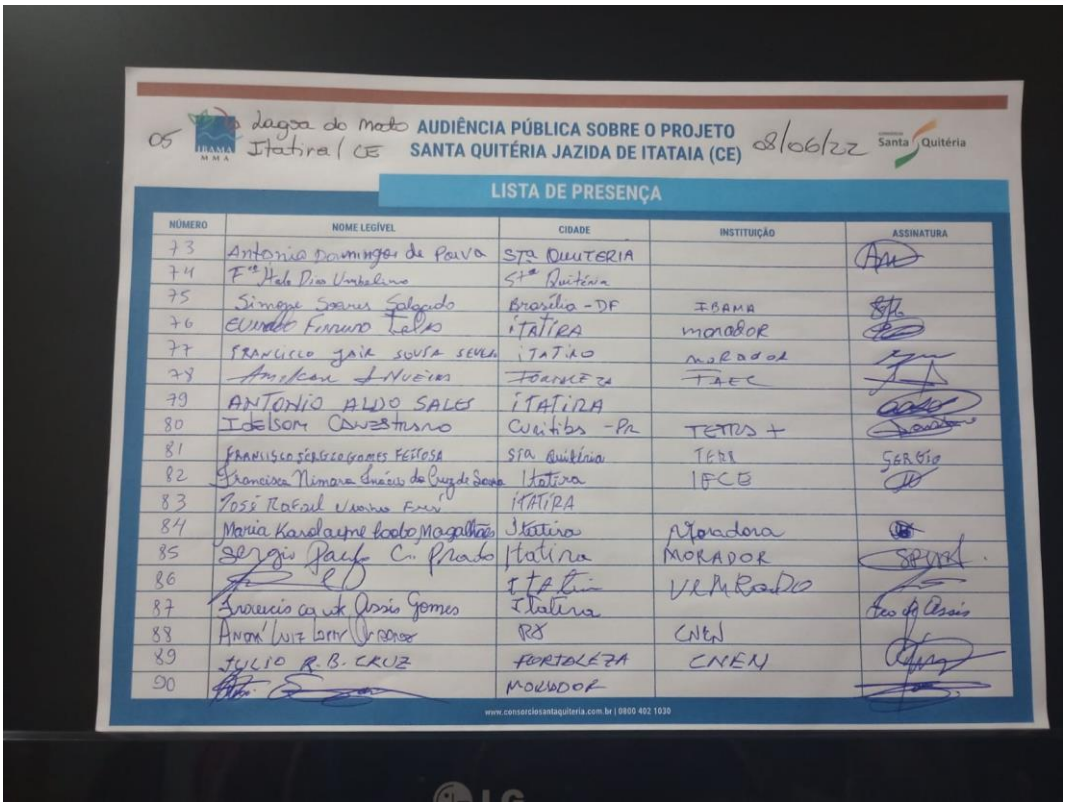
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
55	Aparecida Vieira Ferreira	Santa Quitéria		
56	Renan Tavares de Sousa	Santa Quitéria		
57	Ricardo de Oliveira	Itatira	VISITANTE	
58	Ailton Paz Araújo	Canindé	Intérprete de Libras	
59	[illegible]	Canindé	Intérprete de Libras	
60	[illegible]	ITATIRA	Morador	
61	FRANCISCO ORION SOARES	ITATIRA	CONTADOR	
62	[illegible]	Lagoa do mato	Morador	
63	[illegible]	Itatira	morador	
64	[illegible]	FORTALEZA	FAEC SENAR	
65	[illegible]			
66	PEDRO HENRIQUE F. DIAS	ITATIRA		
67	[illegible]			
68	[illegible]	Itatira	Morador	
69	[illegible]	Lagoa do mato	morador	
70	[illegible]	Itatira	[illegible]	
71	Carlos Ribeiro de Sousa	Lagoa do mato	Morador	
72	JEFFERSON B. ARAUJO	RJ	CNEN	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.31 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 4)



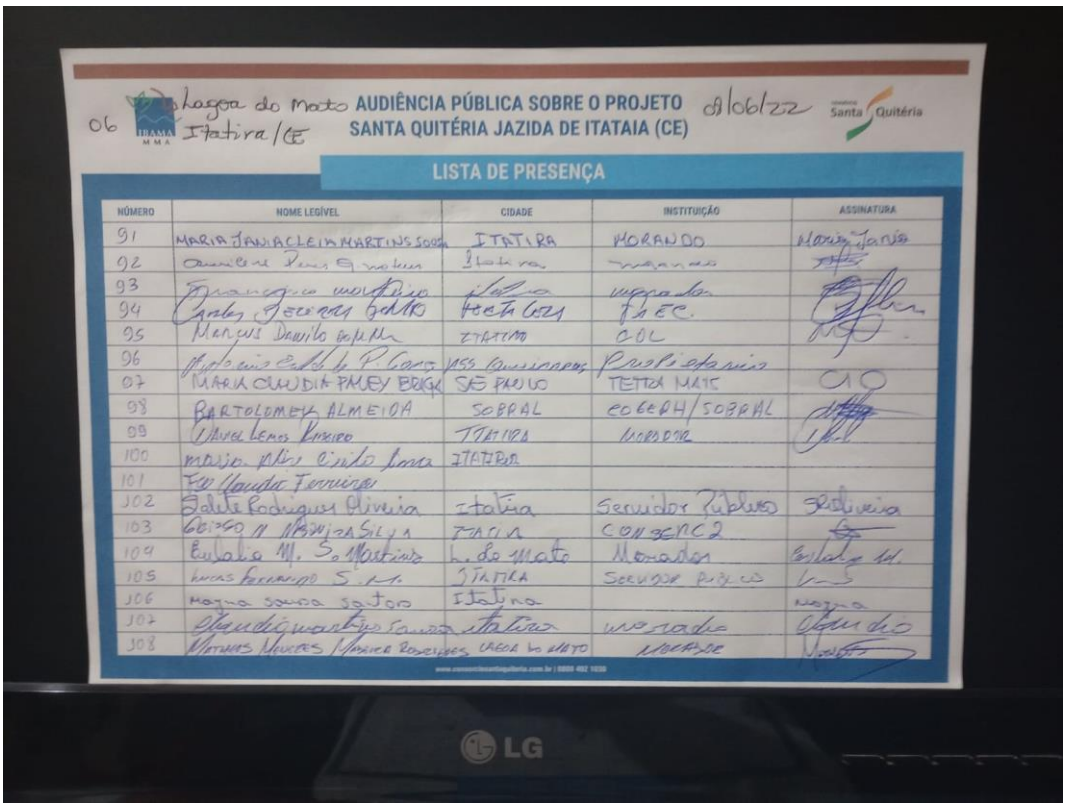
05 Lagoa do Mato Itatira/CE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
73	Antonio Domingos de Paiva	STA QUITERIA		
74	F.º Helo Dias Umbelino	Sta Quitéria		
75	Simone Soares Salgado	Brasília - DF	IBAMA	
76	Elvado Firmino Leão	ITATIRA	morador	
77	FRANCISCO JAIR SOUSA SILVA	ITATIRA	morador	
78	Anderson Nunes	Fortaleza	FAEC	
79	ANTONIO ALDO SALES	ITATIRA		
80	Idelson Cavalcante	Curitiba - PR	TETRA +	
81	FRANCISCO SÉRGIO GOMES FEITOSA	STA. QUITÉRIA	TETRA	SÉRGIO
82	Francisca Nimara Inácio da Cruz de Sousa	Itatira	IFCE	
83	José Rafael Nunes Filho	ITATIRA		
84	Maria Karolayne Isabel Magalhães	Itatira	Moradora	
85	Sergio Paulo C. Prado	Itatira	MORADOR	
86		Itatira	VEREADOR	
87	Francisco de Assis Gomes	Itatira		
88	Anon Luiz Lobo Jr Ronor	RR	CNEN	
89	JULIO R. B. CRUZ	FORTALEZA	CNEN	
90		MORADOR		

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.32 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 5)



06 Lagoa do Mato Itatira/CE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
91	MARIA JANIACLEIA MARTINS SOUSA	ITATIRA	MORADOR	
92		Itatira	morador	
93		Itatira	morador	
94		FORTALEZA	FAEC.	
95		ITATIRA	COL	
96				
97	MARIA CLAUDIA PAMPLONA BORGES	SÃO PAULO	TETRA MAIS	
98	BARTOLOMEU ALMEIDA	SOBRAL	COGERH/SOBRAL	
99		ITATIRA	MORADOR	
100		ITATIRA		
101				
102		Itatira	Servidor Público	
103		ITATIRA	CONSENSO	
104		L. do Mato	Morador	
105		ITATIRA	SERVIDOR PÚBLICO	
106		Itatira		
107		Itatira	morador	
108		LAGOA DO MATO	MORADOR	

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.33 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 6)

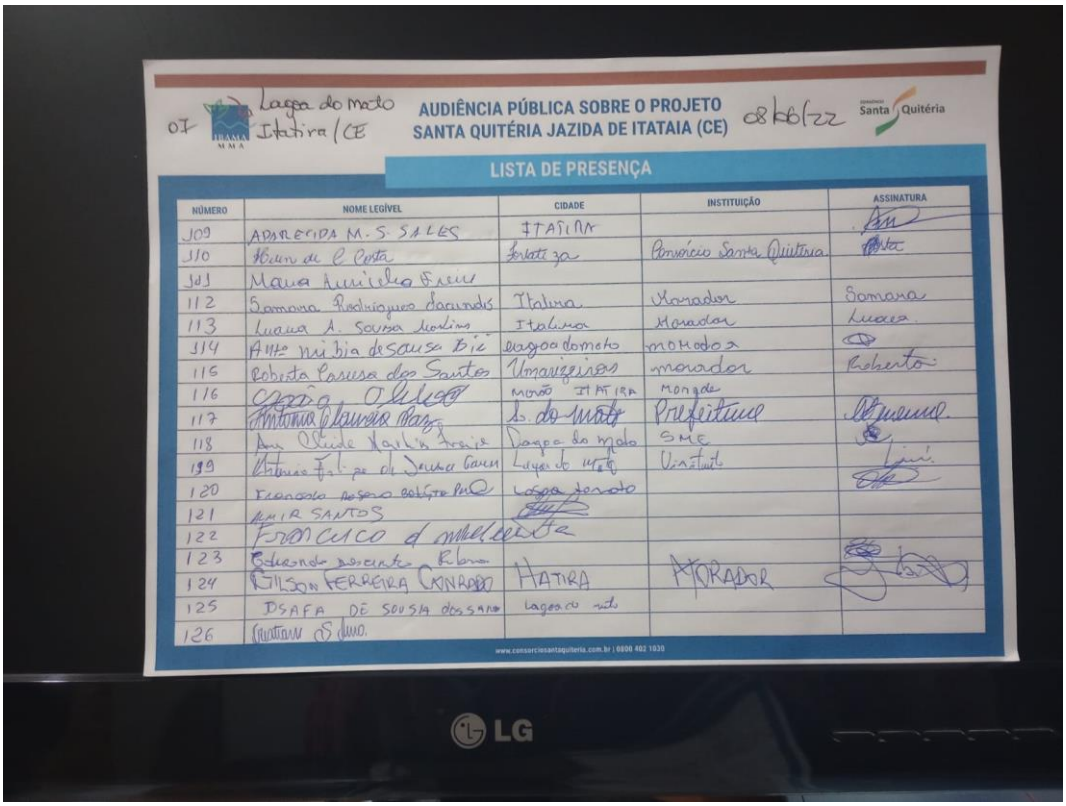


Figura 11.34 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 7)

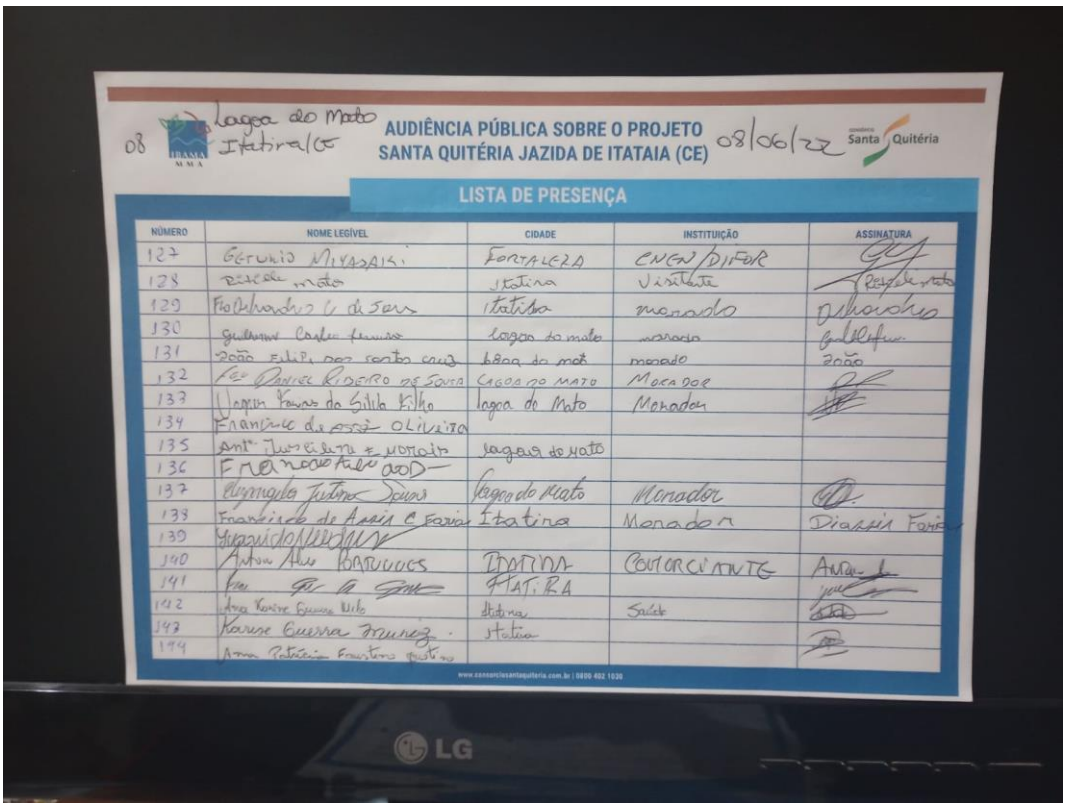


Figura 11.35 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 8)

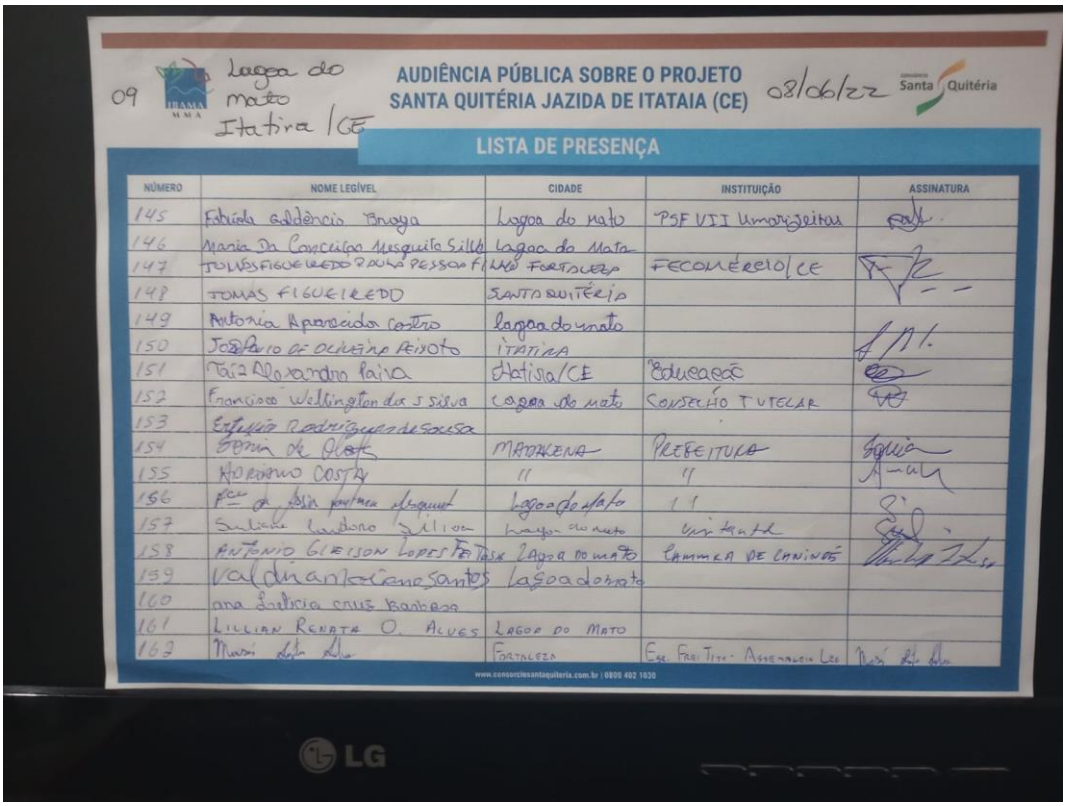


Figura 11.36 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 9)

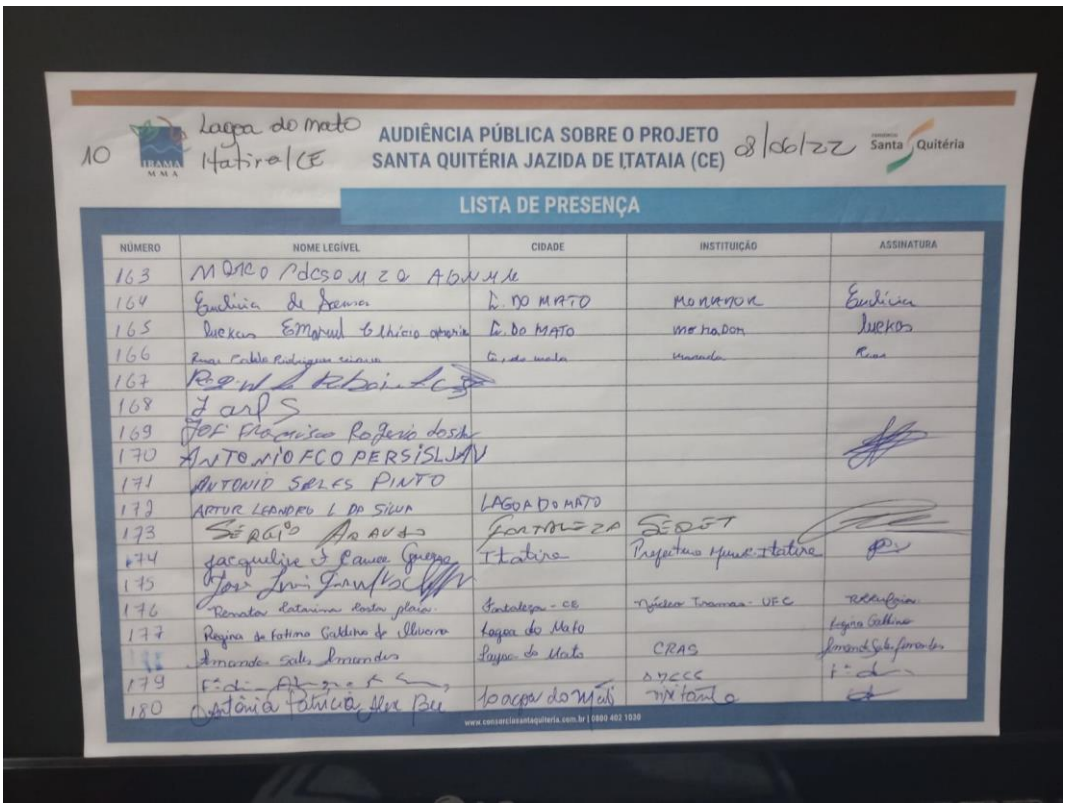


Figura 11.37 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 10)

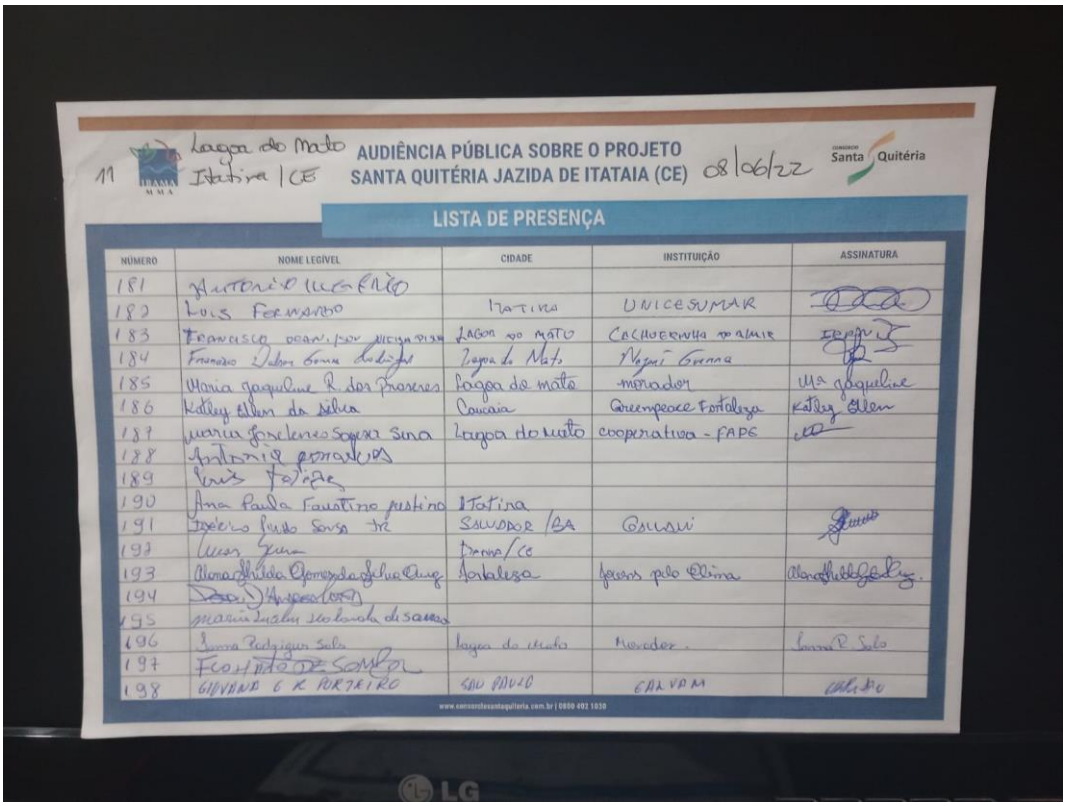


Figura 11.38 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 11)

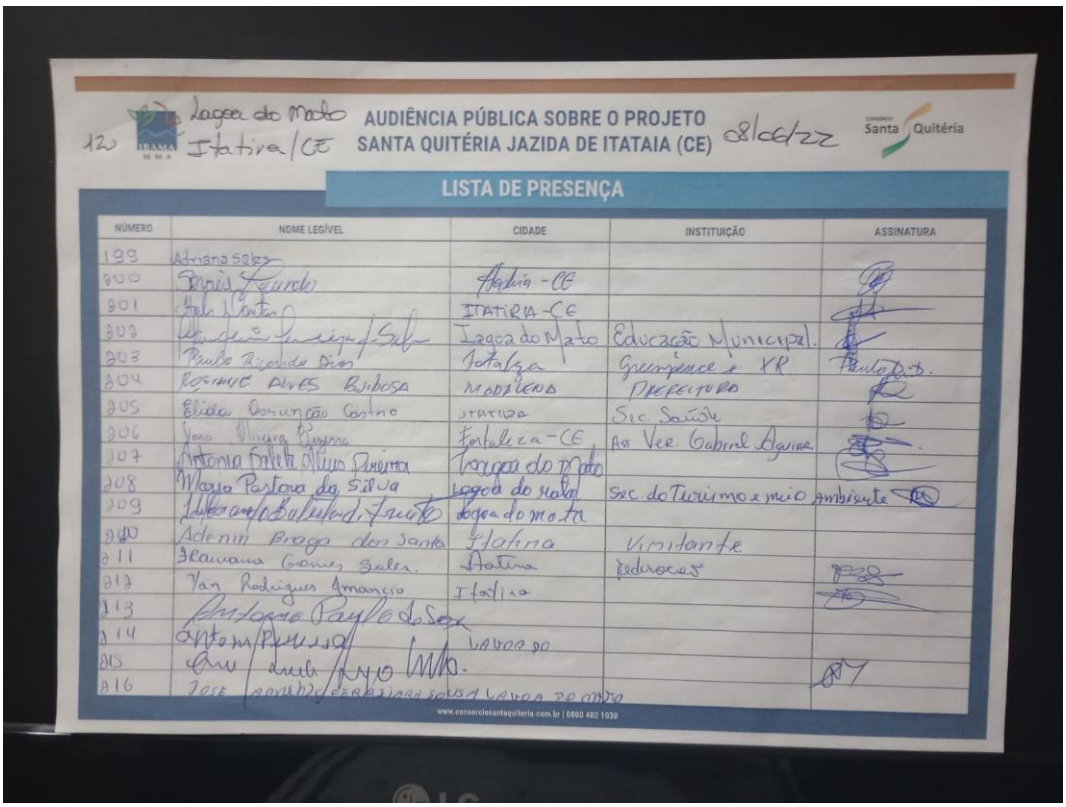
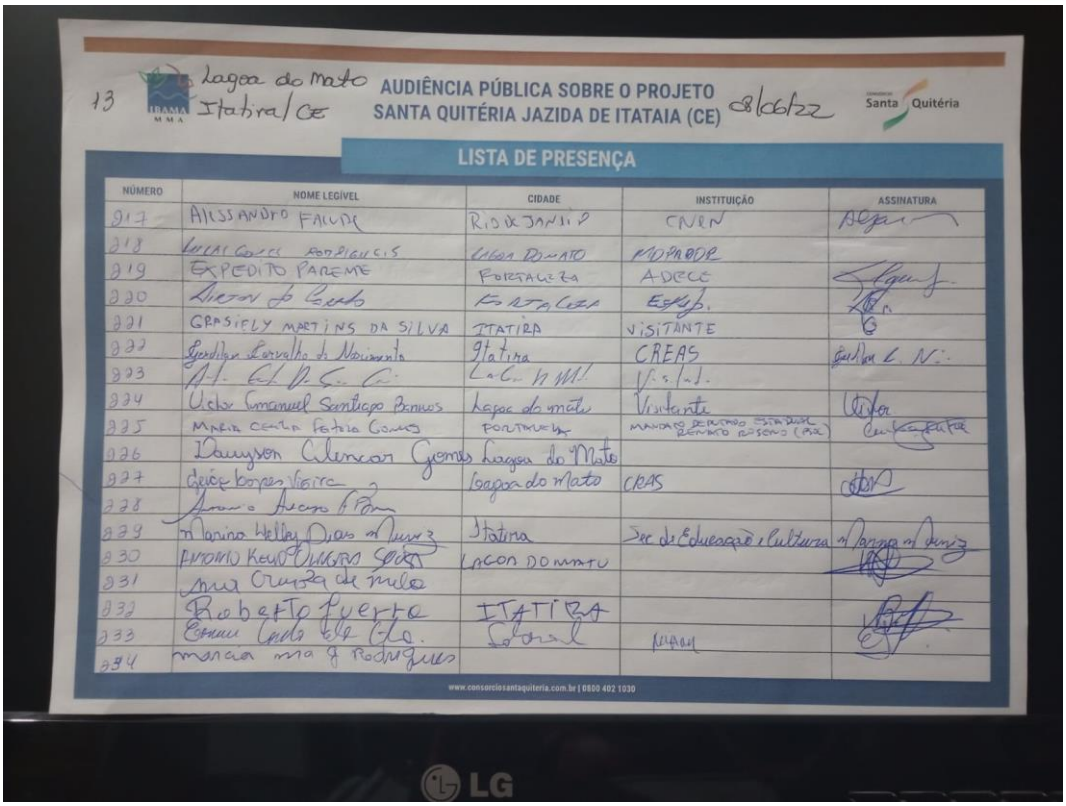


Figura 11.39 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 12)



13 Lagoa do Mato Itatira/CE

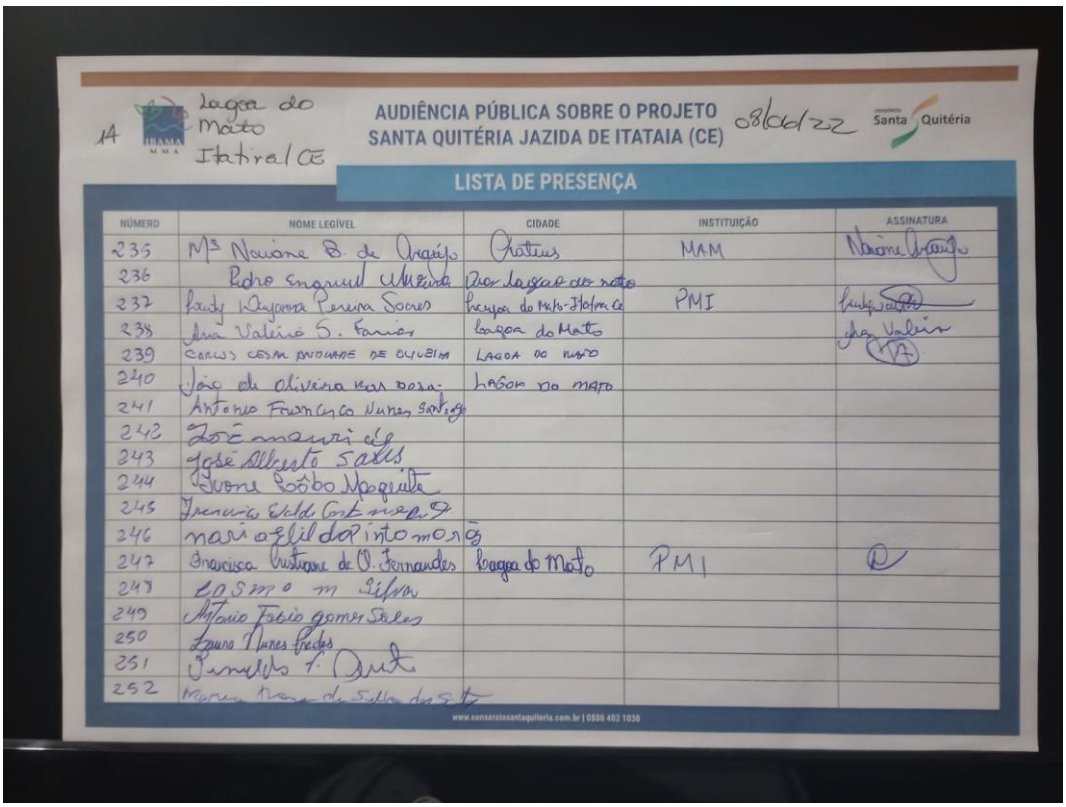
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 8/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
217	ALESSANDRO FALCÃO	RIO DE JANEIRO	CNEN	
218	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
219	EXPEDITO PAREMBE	FORTALEZA	ADECE	
220	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
221	GRASIELY MARTINS DA SILVA	ITATIRA	VISITANTE	
222	[illegible]	Itatira	CREAS	
223	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
224	Victor Emanuel Santiago Barbosa	Lagoa do mato	Visitante	
225	MARIA CECILIA FARIAS COSTA	FORTALEZA	MANDATO DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO (PSL)	
226	Dawyson Clemente Gomes	Lagoa do Mato		
227	[illegible]	Lagoa do Mato	CREAS	
228	[illegible]			
229	Marina Hellen Dias de Nunes	Itatira	Sec de Educação e Cultura	
230	[illegible]	[illegible]		
231	[illegible]			
232	Roberto Fuerte	ITATIRA		
233	[illegible]	[illegible]		
234	[illegible]			

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.40 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 13)



14 Lagoa do Mato Itatira/CE

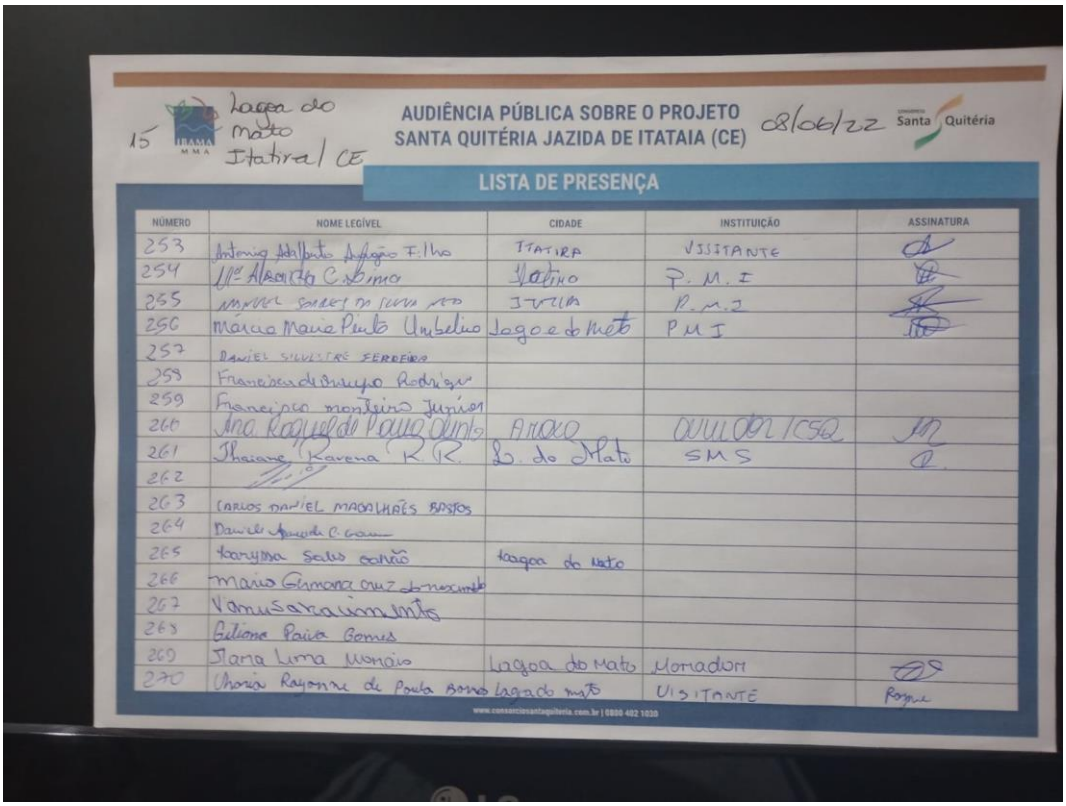
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 8/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
235	Mª Naviane B. de Araújo	Quixeramobim	MAM	
236	Pedro Emanuel Oliveira	Rio Lagoa do Mato		
237	Fredy Dayana Pereira Soares	Lagoa do Mato-Itatira Ce	PMI	
238	Ana Valéria S. Ramos	Lagoa do Mato		
239	CARLOS CESAR ANDRADE DE OLIVEIRA	LAGOA DO MATO		
240	João de Oliveira Rosa	LAGOA DO MATO		
241	Antonio Francisco Nunes Santiago			
242	José mauricio			
243	José Alberto Sales			
244	Ivone Sobo Nogueira			
245	Francisco Edil Costa [illegible]			
246	mariazelia dos santos moraes			
247	Francisca Gustavo de O. Fernandes	Lagoa do Mato	PMI	
248	Cosmo m Silva			
249	Antonio Fabio gomes Soares			
250	Laura Nunes Freitas			
251	[illegible]			
252	[illegible]			

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.41 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 14)



15 Lagoa do Mato Itatira/CE

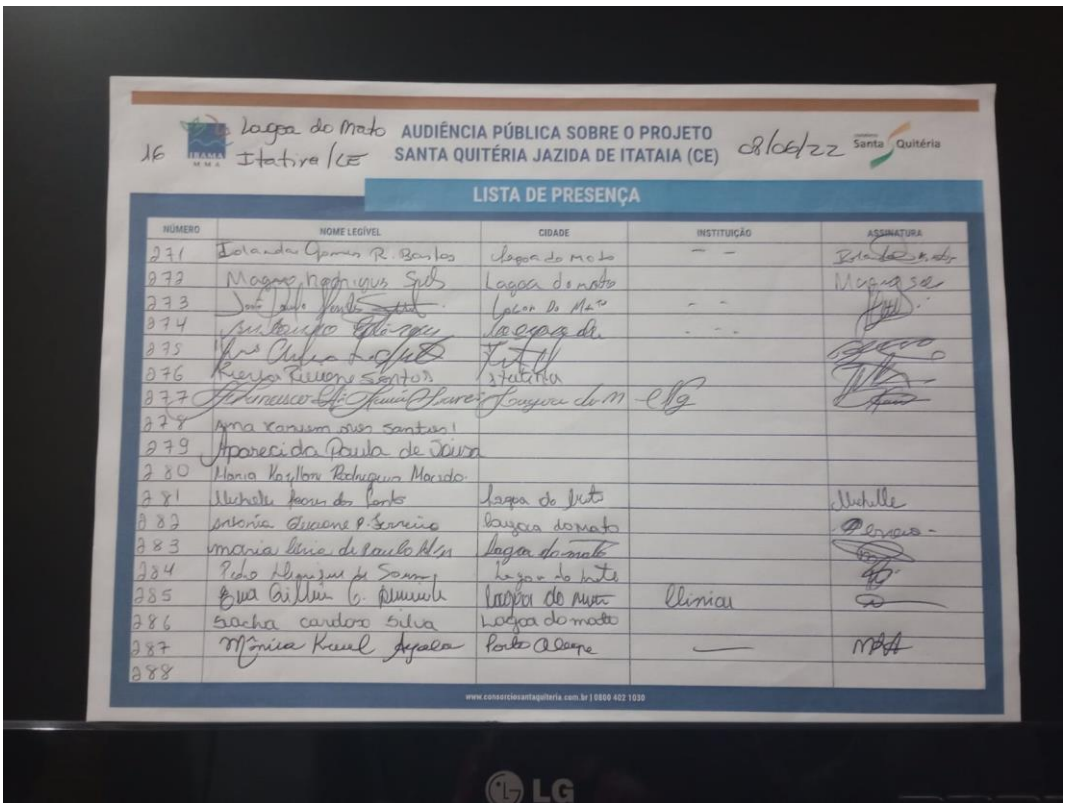
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
253	Antonio Adalberto Aragão Filho	ITATIRA	VISITANTE	
254	Ma Alexandra C Lima	Itatira	P. M. I	
255	[illegible]	ITATIRA	P.M.I	
256	Maria Maria Paula Umbelino	Lagoa do Mato	PMI	
257	DANIEL SILVESTRE FERREIRA			
258	Francisca de Araujo Rodrigues			
259	Francisco monteiro Junior			
260	Ana Raquel do Vale Alves	Amaro	Auxiliar ICSA	
261	Thaiane Kaveria R K.	Lo. do Mato	SMS	
262				
263	CARLOS DANIEL MAGALHÃES BASTOS			
264	Daniele [illegible]			
265	tanyssa sales santos	lagoa do mato		
266	Maria Simone cruz do nascimento			
267	Vanusa [illegible]			
268	Juliana Paiva Gomes			
269	Jana Lima Morais	Lagoa do Mato	Moradora	
270	Maria Rayanne de Paula Bomfim	Lagoa do mato	VISITANTE	Roque

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.42 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 15)



16 Lagoa do Mato Itatira/CE

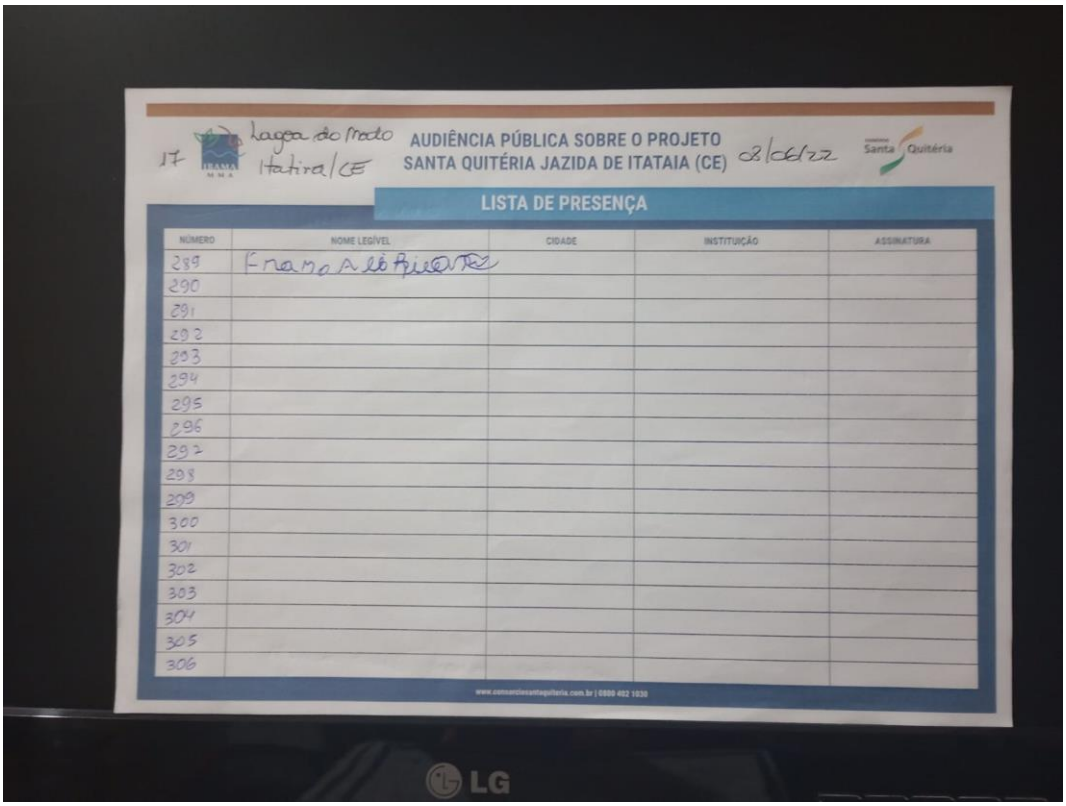
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
271	Iolanda Gomes R. Bastos	Lagoa do Mato	— —	
272	Magno Rodrigues Silva	Lagoa do mato		
273	[illegible]	Lagoa do Mato	- -	
274	[illegible]	Lagoa do	- - -	
275	[illegible]	Itatira		
276	Rieyla Ribeiro Santos	Itatira		
277	[illegible]	Lagoa do M		
278	Ana Karine dos Santos			
279	Aparecida Paula de Souza			
280	Maria Kaylane Rodrigues Macedo			
281	Michelle Karine dos Santos	Lagoa do Mato		
282	Antonia Elvane P Ferreira	Lagoa do mato		
283	Maria Lucia de Paula Melo	Lagoa do mato		
284	Pedro Henrique de Sousa	Lagoa do Mato		
285	Ana Gilliane C. Almeida	Lagoa do Mato	Clinica	
286	Sacha cardoso Silva	Lagoa do mato		
287	Mônica Raul Arpalo	Porto Alegre	—	
288				

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.43 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 16)



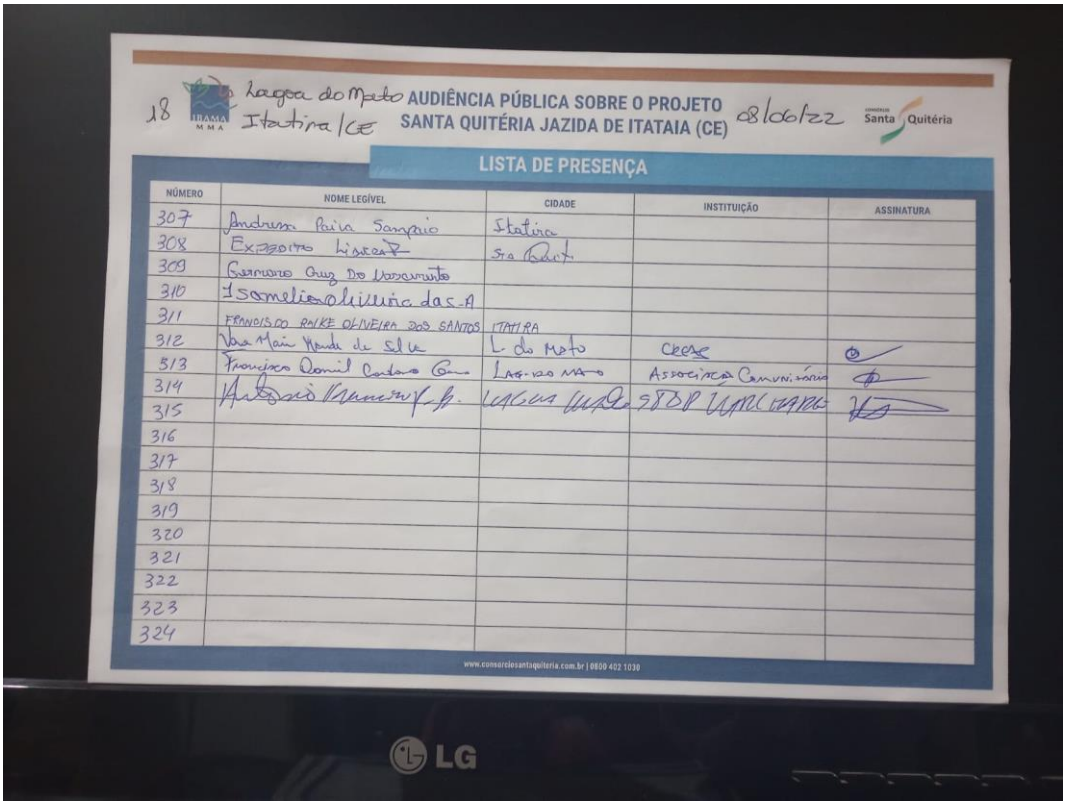
17 Lagoa do Mato Itatira/CE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
289	[illegible]			
290				
291				
292				
293				
294				
295				
296				
297				
298				
299				
300				
301				
302				
303				
304				
305				
306				

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.44 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 17)



18 Lagoa do Mato Itatira/CE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
307	Andreia Paiva Sampaio	Itatira		
308	Expedito Lisboa	Sra Penha		
309	Germano Cruz Do Nascimento			
310	Isamelia Oliveira das-A			
311	FRANCISCO RAIKE OLIVEIRA DOS SANTOS	ITATIRA		
312	Ana Maria Paula da Silva	L. do Mato	CEDAE	
313	Francisco Daniel Caetano Gomes	Lag. do Mato	Associação Comunitária	
314	[illegible]	Lagoa do Mato	SEDE	
315				
316				
317				
318				
319				
320				
321				
322				
323				
324				

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

Figura 11.45 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 18)

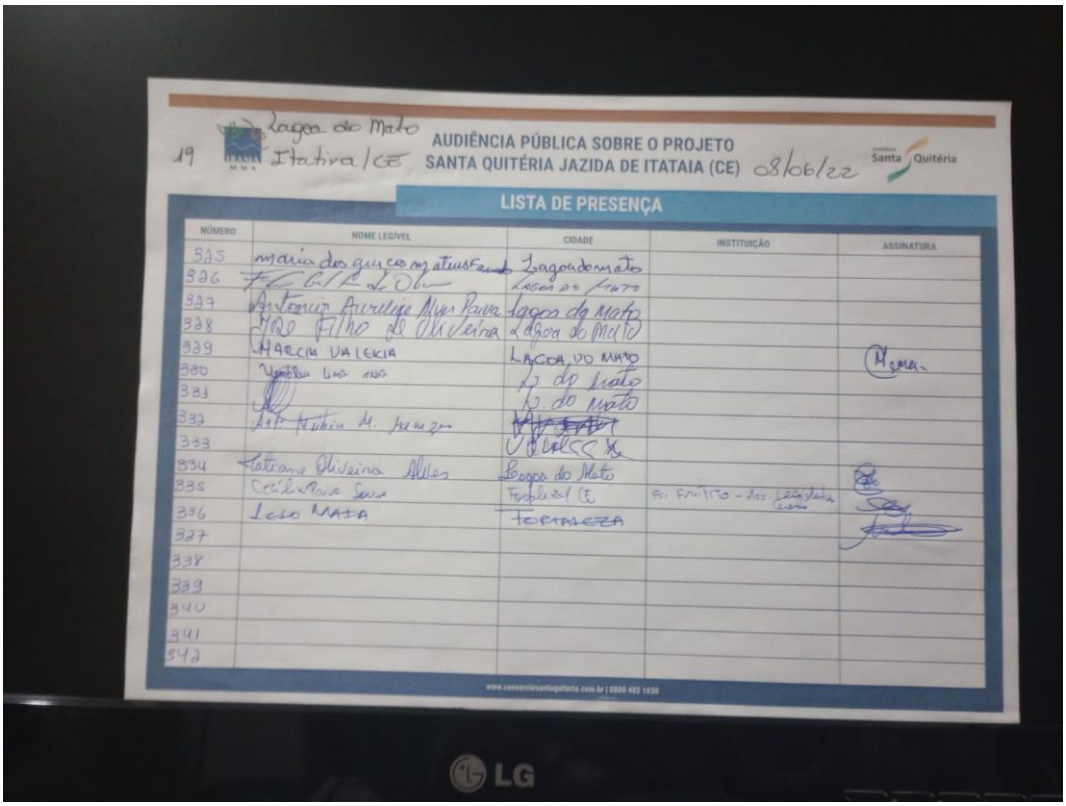


Figura 11.46 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 19)

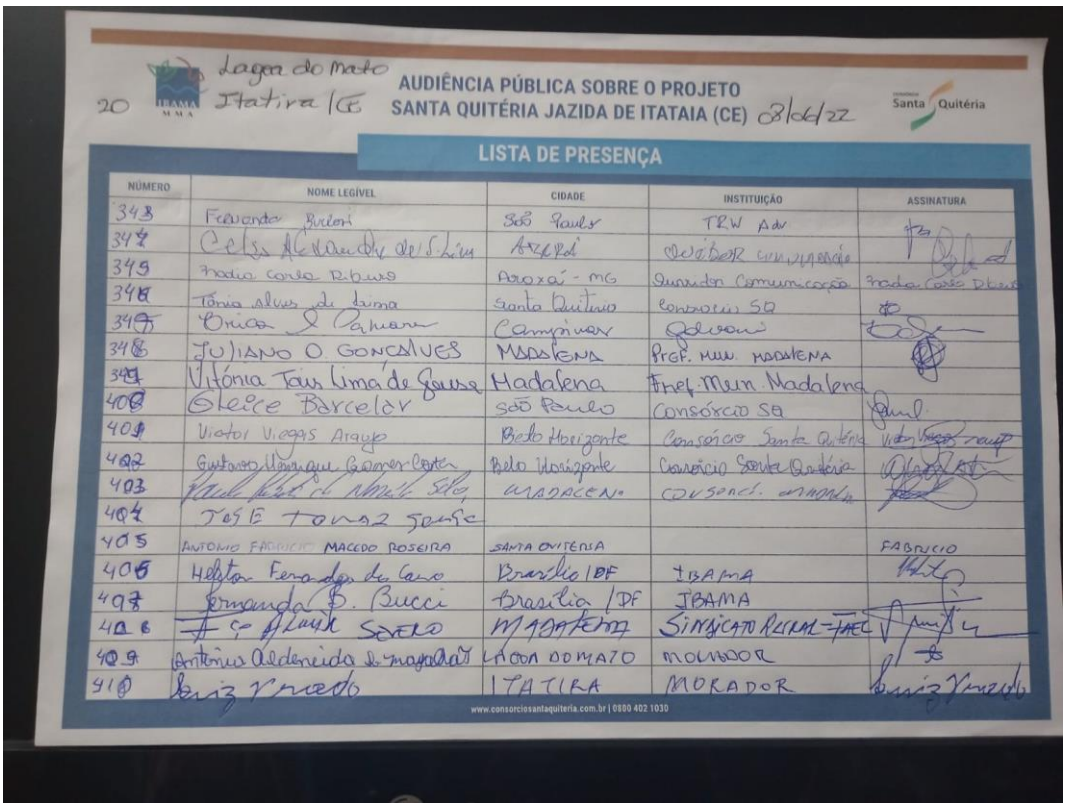
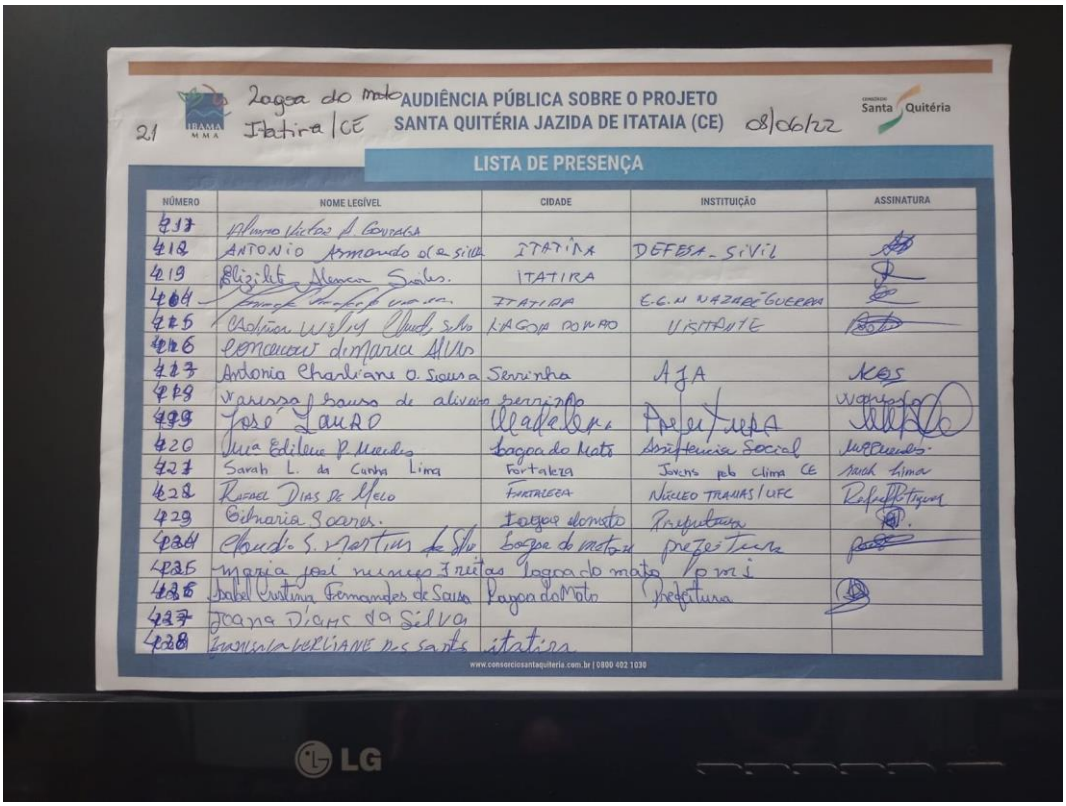


Figura 11.47 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 20)



Lagoa do Mato
21 Itatira/CE

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO
SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 08/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
417	Alfredo Victor P. Gonzaga			
418	ANTONIO Armando de Sousa	ITATIRA	DEFESA - SIVIL	
419	Elizilt Menezes Soares.	ITATIRA		
420	[illegible]	ITATIRA	E.E.E.M NAZARÉ GUERRA	
421	Cleiton Wiley Oliveira Silva	LAGOA DO MATO	VISITANTE	
422	Leonardo dimarcio Alves			
423	Antonia Charliane O. Sousa	Serrinha	AJA	
424	Vanessa Sousa de Oliveira	Serrinha		
425	José Lauro	Mafé Lagoa	Aprejuta	
426	Ana Edilene P. Mendes	Lagoa do Mato	Assistencia Social	
427	Sarah L. da Cunha Lima	Fortaleza	Jovens pelo clima CE	
428	Rafael Dias de Melo	Fortaleza	Nucleo Trahas / UFC	
429	Edinaria Soares.	Lagoa do Mato	Prefeitura	
430	Claudio S. Martins da Silva	Lagoa do Mato	prefeitura	
431	Maria José Nunes Freitas	Lagoa do Mato	pmi	
432	Isabel Cristina Fernandes de Sousa	Lagoa do Mato	Prefeitura	
433	Joana Dias da Silva			
434	Francisca BERLIANE dos Santos	Itatira		

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

LG

Figura 11.48 - Lista de Presença Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Folha 21)

Canindé

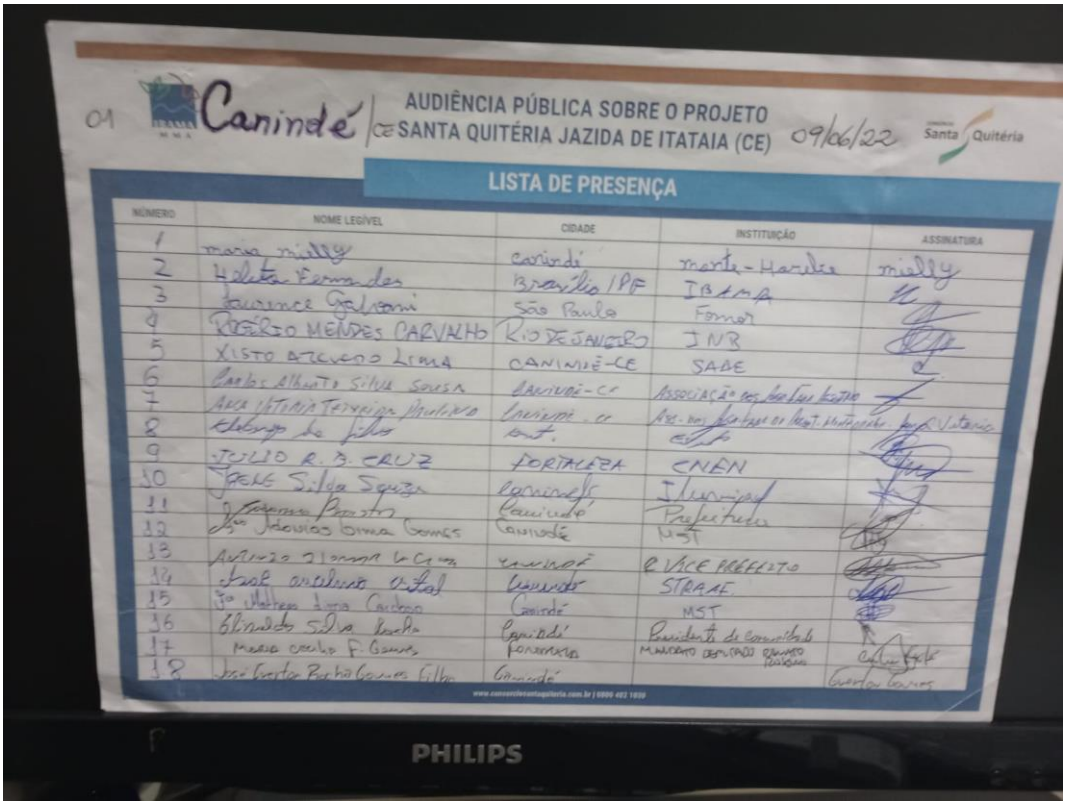


Figura 11.49 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 1)

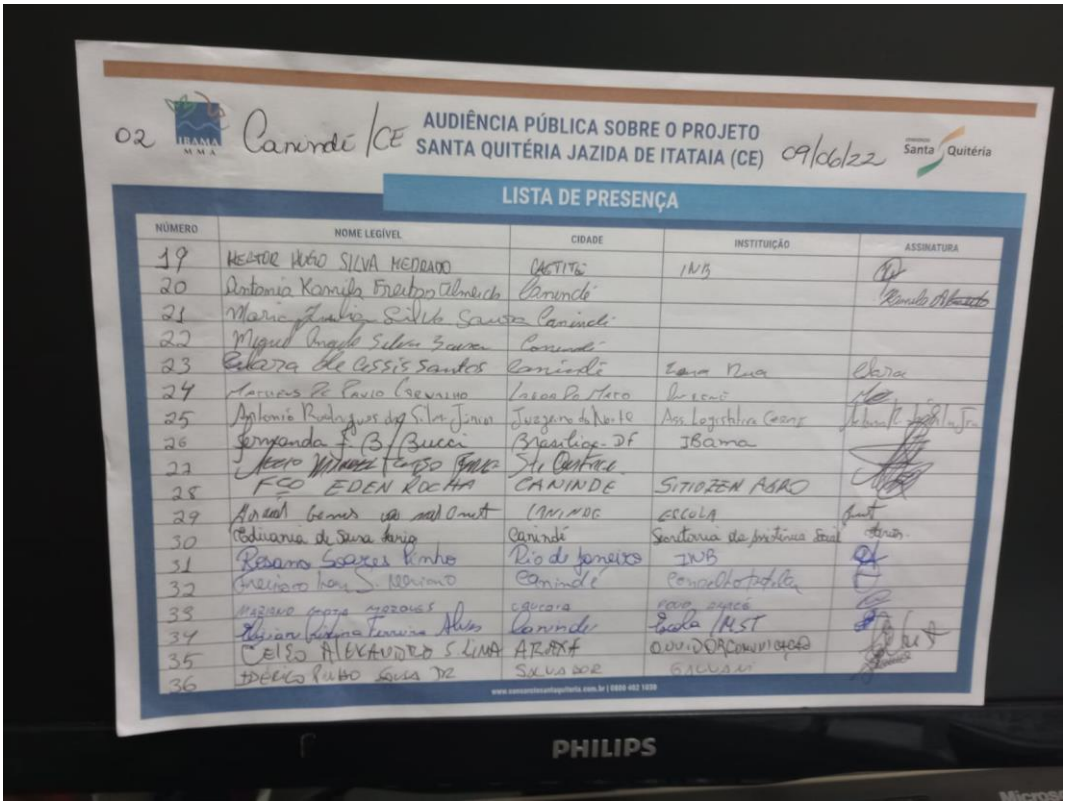


Figura 11.50 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 2)

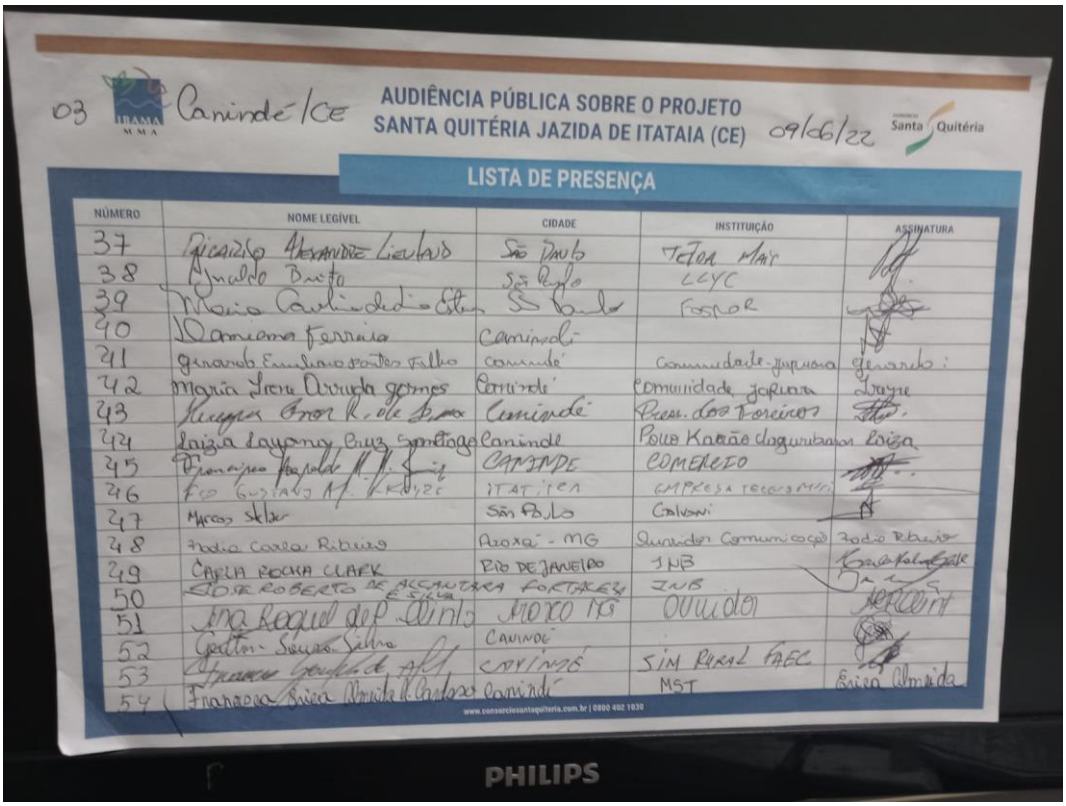


Figura 11.51 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 3)

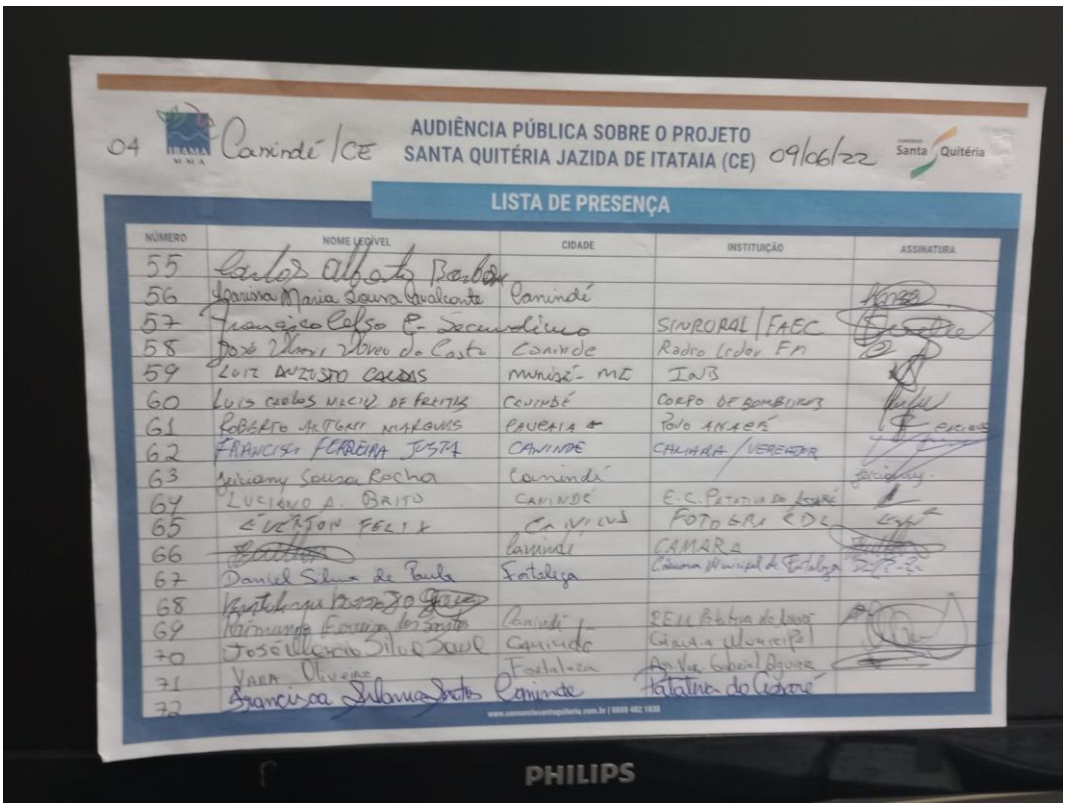
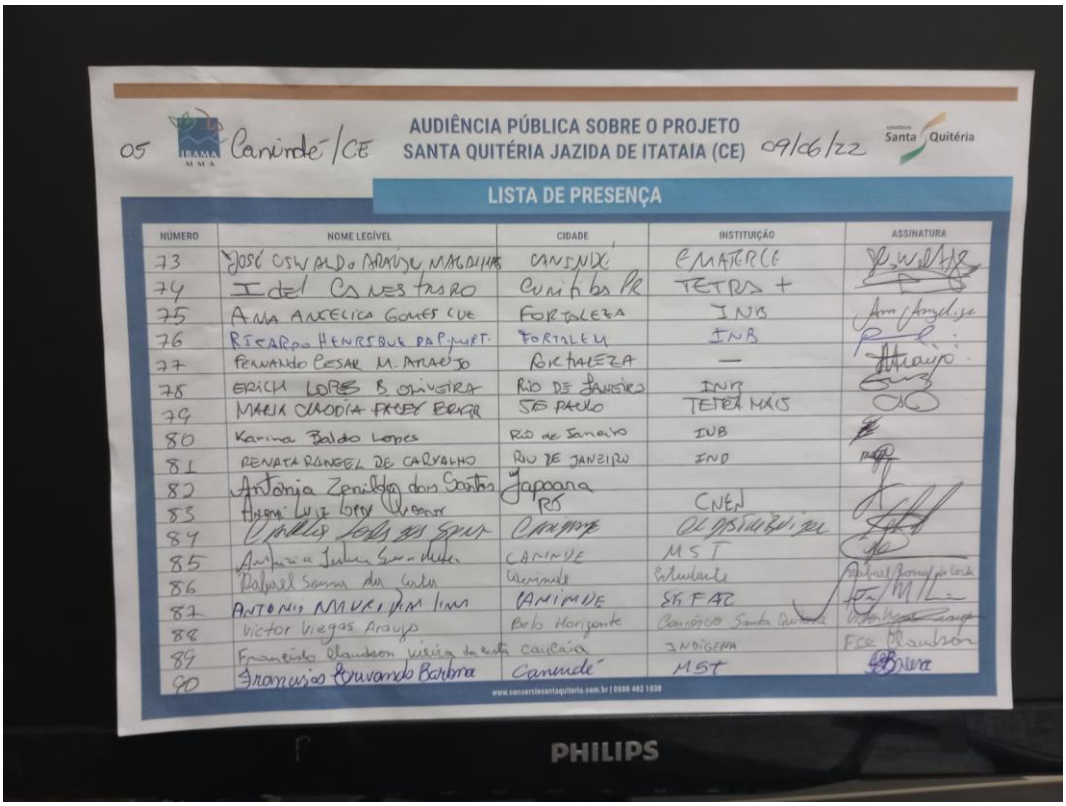


Figura 11.52 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 4)



05 Canindé/CE

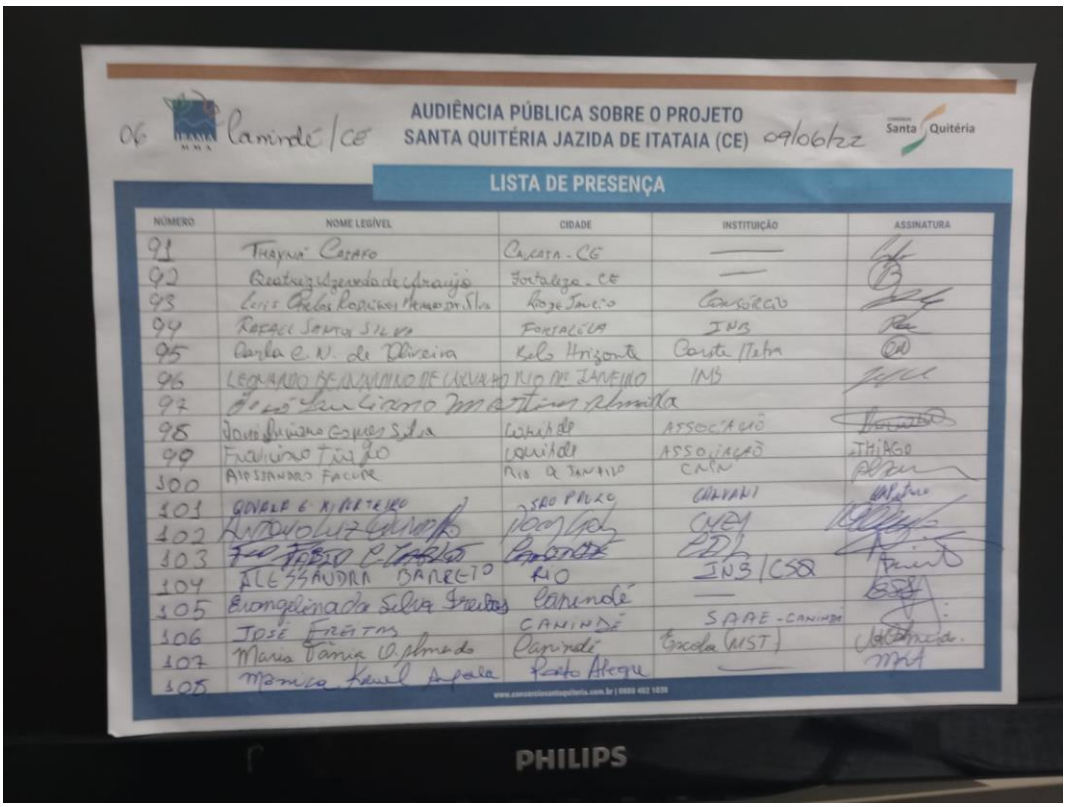
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO
SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 09/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
73	José Oswaldo [illegible]	Caninde	EMATERCE	
74	Ideu Cavalcante	Caninde	TETRA +	
75	Ana Angelica Gomes Cue	Fortaleza	INB	
76	Ricardo Henrique Pinheiro	Fortaleza	INB	
77	Fernando Cesar M. Araujo	Fortaleza	—	
78	Erich Lopes B. Oliveira	Rio de Janeiro	INB	
79	Maria Claudia Freire Berga	São Paulo	TETRA MAIS	
80	Karina Baldo Lopes	Rio de Janeiro	INB	
81	Renata Rangel de Carvalho	Rio de Janeiro	INB	
82	Antonia Zenilda dos Santos	Japoara RS		
83	[illegible]	[illegible]	CNEN	
84	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
85	[illegible]	Caninde	MST	
86	[illegible]	Caninde	Estudante	
87	Antonio Maria [illegible]	Caninde	SEFAC	
88	Victor Viegas Araujo	Belo Horizonte	Consorcio Santa Quitéria	
89	[illegible]	[illegible]	INDÍGENA	
90	Francisco Bruno Barbosa	Canindé	MST	

PHILIPS

Figura 11.53 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 5)



06 Canindé/CE

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO
SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 09/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
91	Thayna Castro	Caucaia - CE	—	
92	Beatriz Azevedo de Araujo	Fortaleza - CE	—	
93	[illegible]	Rio de Janeiro	Consórcio	
94	Rafael Santos Silva	Fortaleza	INB	
95	Carla C. N. de Oliveira	Belo Horizonte	Consórcio Santa Quitéria	
96	Leonardo Bernardino de Carvalho	Rio de Janeiro	INB	
97	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
98	[illegible]	[illegible]	ASSOCIAÇÃO	
99	[illegible]	[illegible]	ASSOCIAÇÃO	THIAGO
100	Alessandro Facure	Rio de Janeiro	CNEN	
101	[illegible]	São Paulo	CNEN	
102	[illegible]	[illegible]	CNEN	
103	[illegible]	[illegible]	PDI	
104	Alessandra Barreto	Rio	INB/CSQ	
105	Evangelina da Silva Freitas	Canindé	—	
106	José Freitas	Caninde	SAAE - CANINDÉ	
107	Maria Vania Olimedo	Caninde	Escola (MST)	
108	Monica Kawel Apala	Porto Alegre	—	

PHILIPS

Figura 11.54- Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 6)

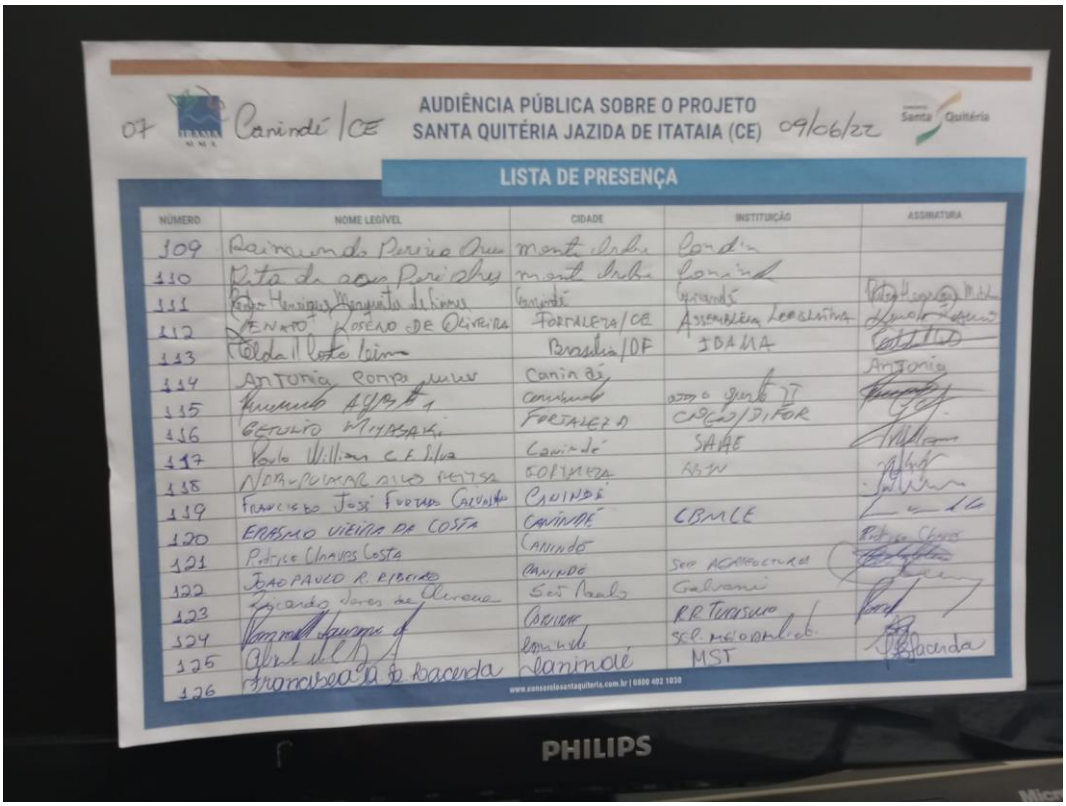


Figura 11.55 -Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 7)

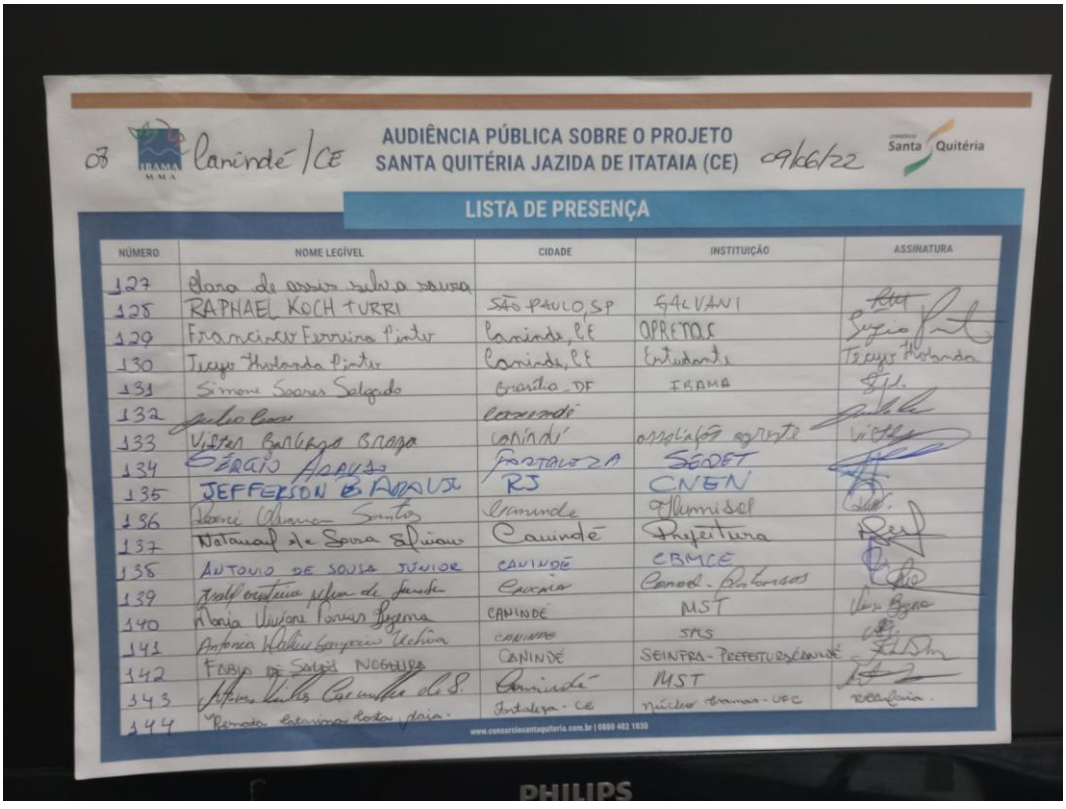


Figura 11.56 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 8)

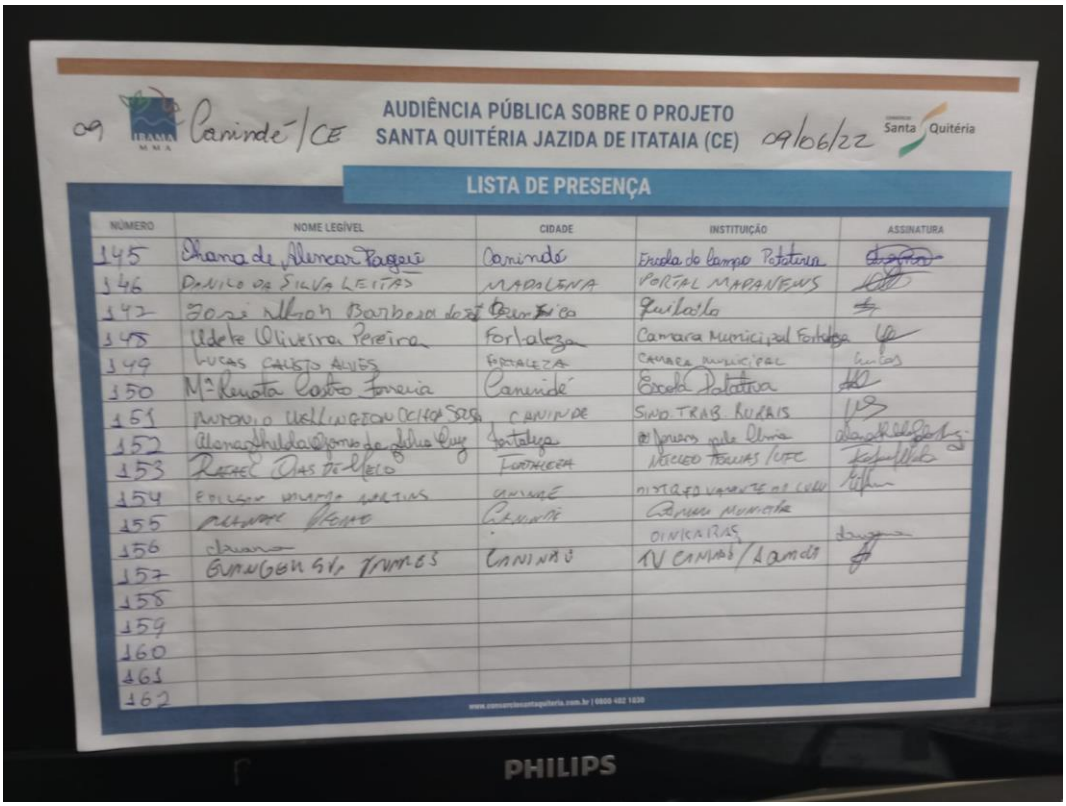


Figura 11.57 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 9)

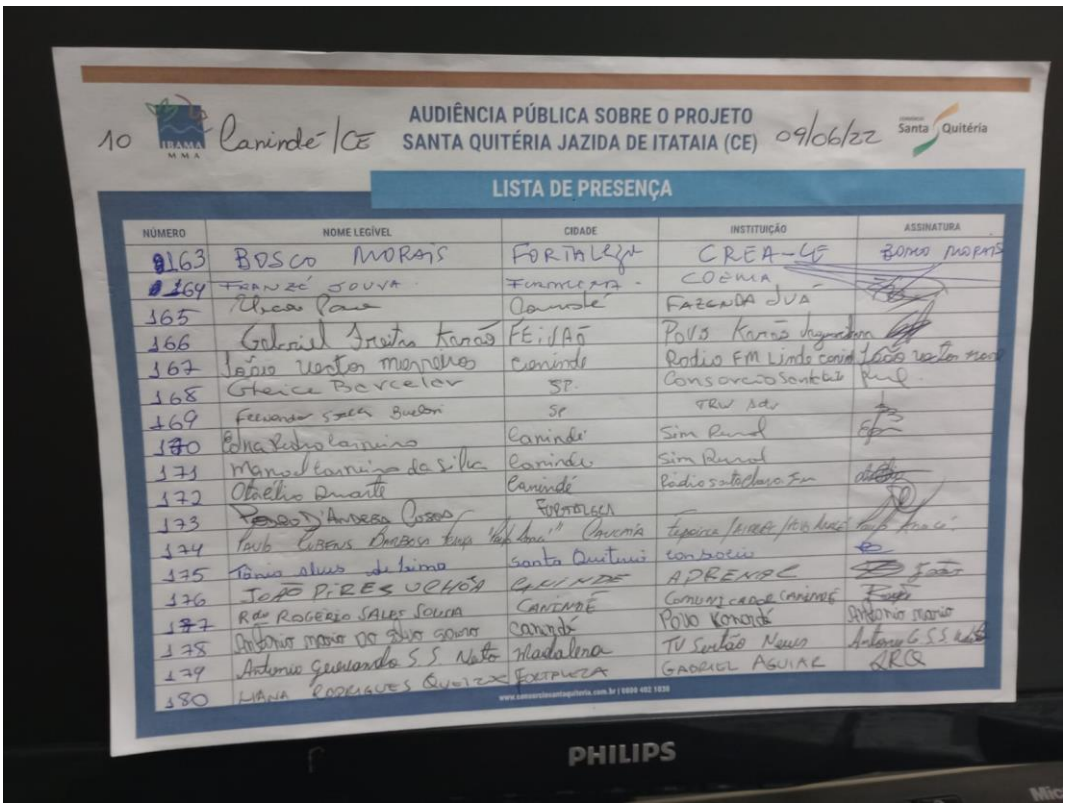
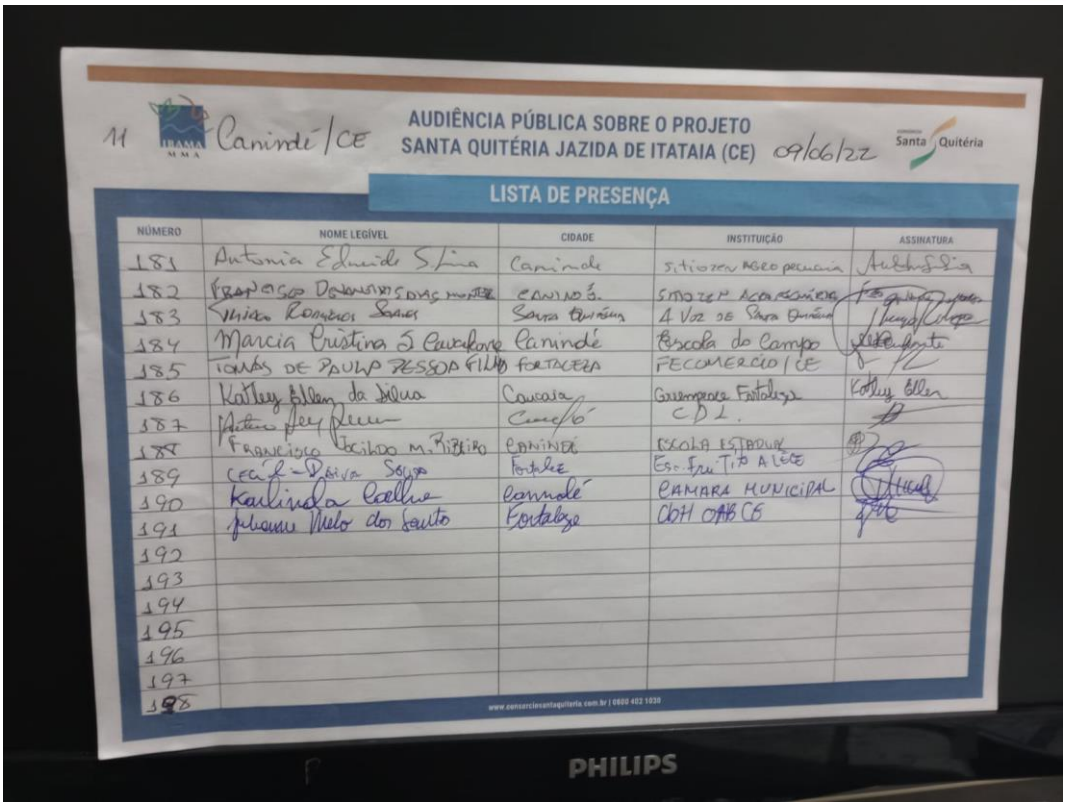


Figura 11.58 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 10)



11 Canindé/CE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 09/06/22

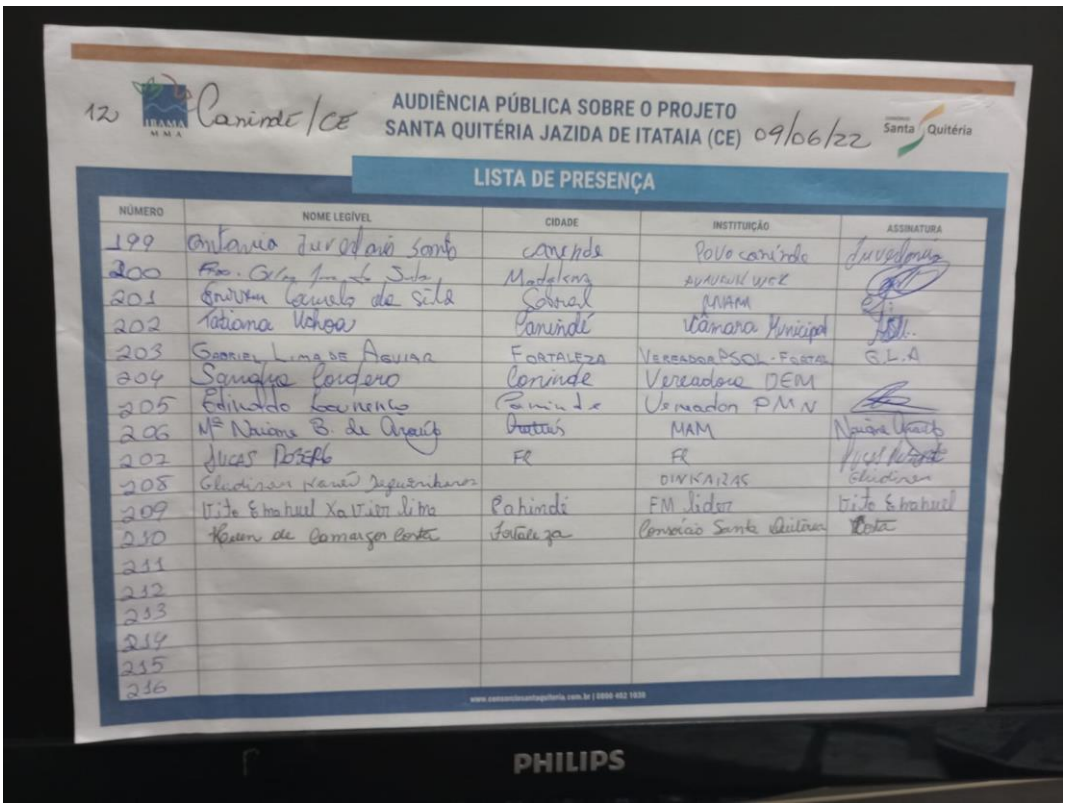
LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
181	Antonia Edmilde Silva	Canindé	Sitiozinho Agro pecuária	
182	Francisco Deivison Dias Monte	Canindé	Sindicato Agricultores	
183	Maria Romilda Soares	Santa Quitéria	A Voz de Santa Quitéria	
184	Marcia Cristina S Cavalcante	Canindé	Escola do Campo	
185	Ianna de Paula Pessoa Filho	Fortaleza	FECOMERCIO/CE	
186	Kathley Ellen da Silva	Caucaia	Guarnição Fortaleza CDL.	
187	Antonia Ferreira	Canindé		
188	Francisco Ivanildo M. Pitombeira	Canindé	Escola Estadual	
189	Cecília Maria Silva Souza	Fortaleza	Es. Fru Tito Aleite	
190	Karlinda da Costa	Canindé	Camara Municipal	
191	Juliana Melo dos Santos	Fortaleza	CDH OAB CE	
192				
193				
194				
195				
196				
197				
198				

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

PHILIPS

Figura 11.59 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 11)



12 Canindé/CE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO SANTA QUITÉRIA JAZIDA DE ITATAIA (CE) 09/06/22

LISTA DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME LEGÍVEL	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
199	Antonia Jurandaia Santo	Canindé	Povo canindé	
200	Fco. Gilvan Lima da Silva	Madalena	Juventude UFC	
201	Gerivan Carneiro da Silva	Sobral	MAM	
202	Tatiana Ushoa	Canindé	Câmara Municipal	
203	Gabriel Lima de Aguiar	Fortaleza	Vereador PSOL - Fortal	G.L.A
204	Sandra Cordeiro	Canindé	Vereadora DEM	
205	Edilardo Lourenço	Canindé	Vereador PMN	
206	Mª Naiana B. de Araújo	Quixeré	MAM	
207	Lucas Costa	FR	FR	
208	Gleidiane Nunes Siqueira		DIVINAIZAS	
209	Tito Emanuel Xavier Lima	Canindé	FM Líder	
210	Karen de Carvalho Costa	Fortaleza	Consórcio Santa Quitéria	
211				
212				
213				
214				
215				
216				

www.consorciosantaquiteria.com.br | 0800 402 1030

PHILIPS

Figura 11.60 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 12)

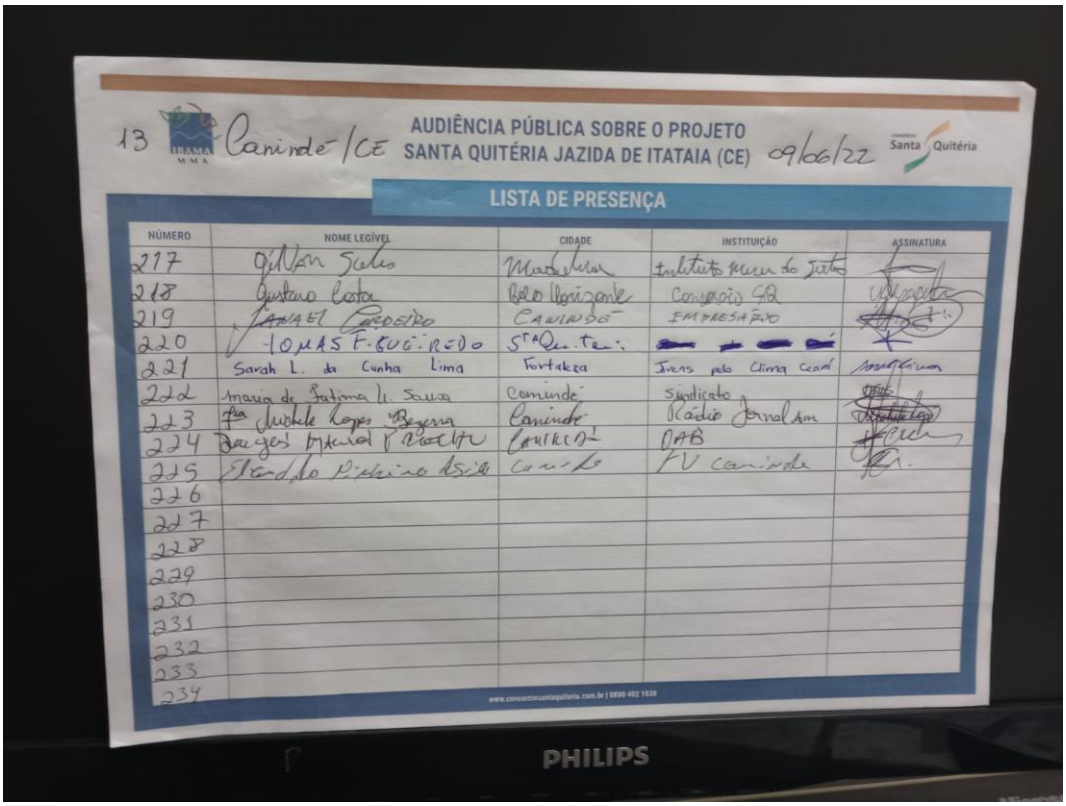


Figura 11.61 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 13)

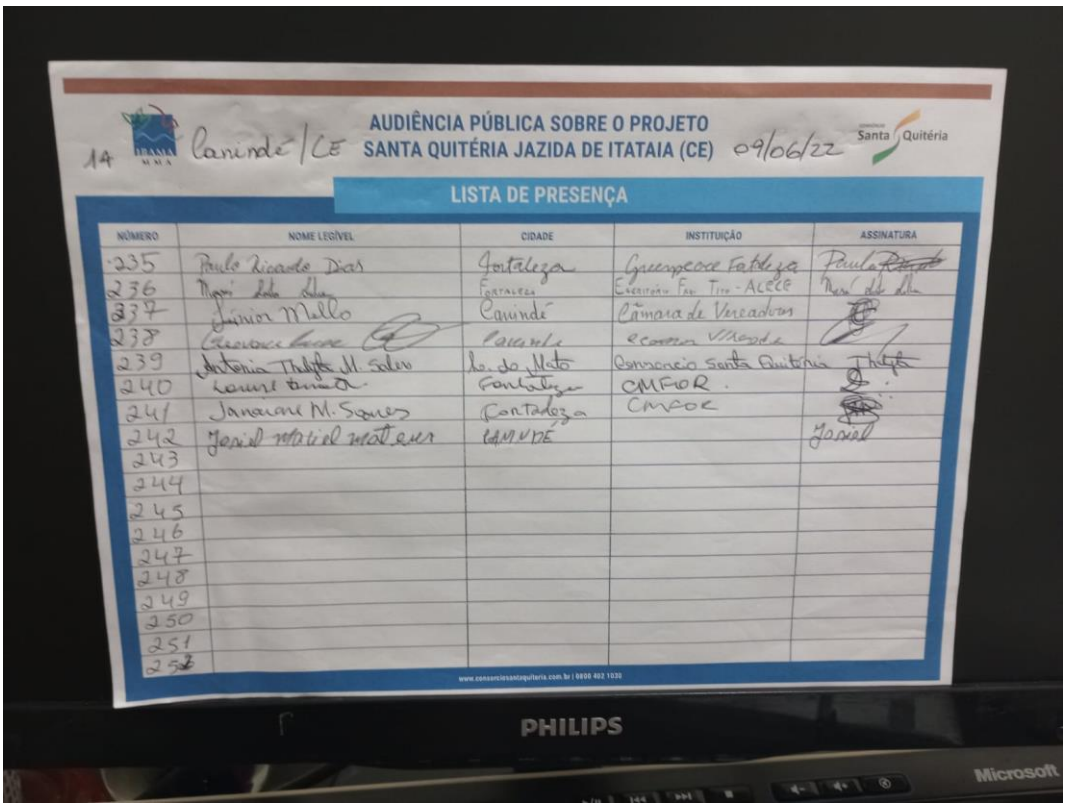


Figura 11.62 - Lista de Presença Audiência Pública Canindé (Folha 14)

11.2 Locais selecionados

Santa Quitéria

Local: Salão de eventos da CFR Academia (Skyler Club)

Data e horário: 7 de junho, a partir das 19 horas

Endereço: Rua Cel. Antonio Ernesto de Andrade, nº 134. Centro, Santa Quitéria (CE).

Lagoa do Mato (município de Itatira)

Local: Auditório da Escola de Ensino Médio Nazaré Guerra

Data e horário: 8 de junho, a partir das 19 horas

Endereço: Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/N, - Lagoa do Mato, Itatira (CE)

Canindé

Local: Salão do Hotel Jardineira Park Hotel

Data e horário: 9 de junho, a partir das 19 horas

Endereço: BR-020 Km 305 Jubaia, Canindé (CE)

11.3 Transporte para as Comunidades nos dias das Audiências Públicas

Foram disponibilizados ônibus e vans para transportar o público residente das localidades e assentamentos citados abaixo, conforme descrito no Plano de Comunicação:

Dia 07/06/2022 – Santa Quitéria

Riacho das Pedras, Saco de Belém, Assentamento Morrinhos, Queimadas, Cantina, Piabas, Rosely Nunes, São Cosmo e São Damiao.

11.3.1 A Listas de passageiros – Audiência Pública de Santa Quitéria

Morrinhos

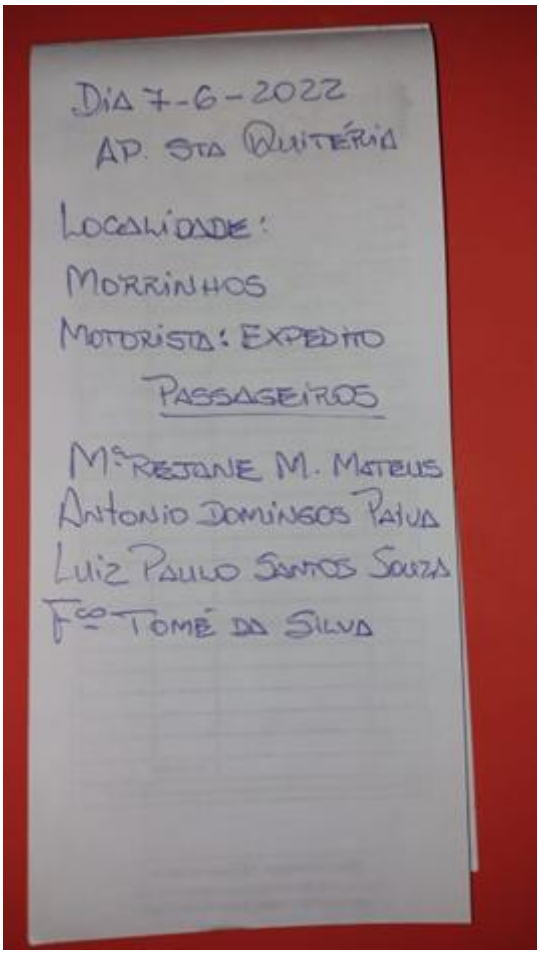


Figura 11.3.1- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 1)

Morrinhos, Queimadas e Cantina

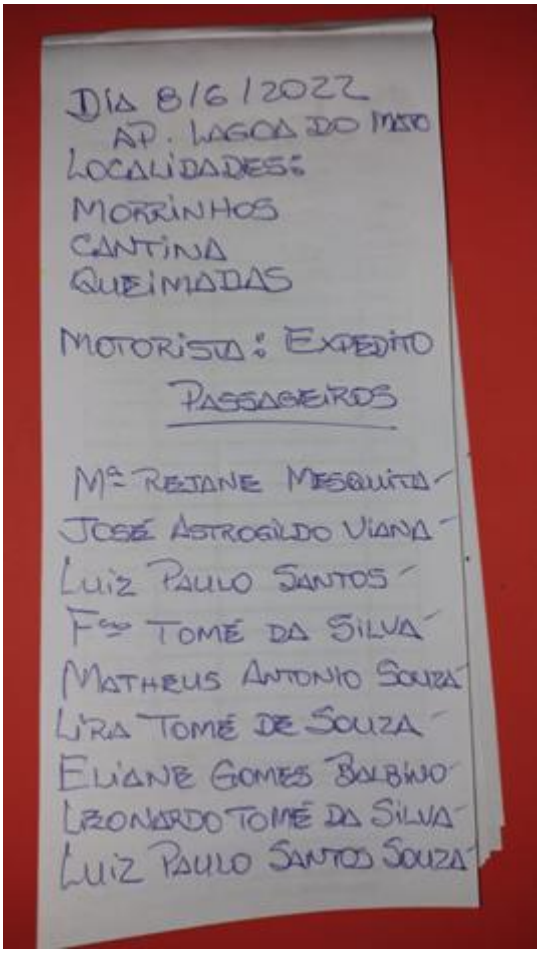
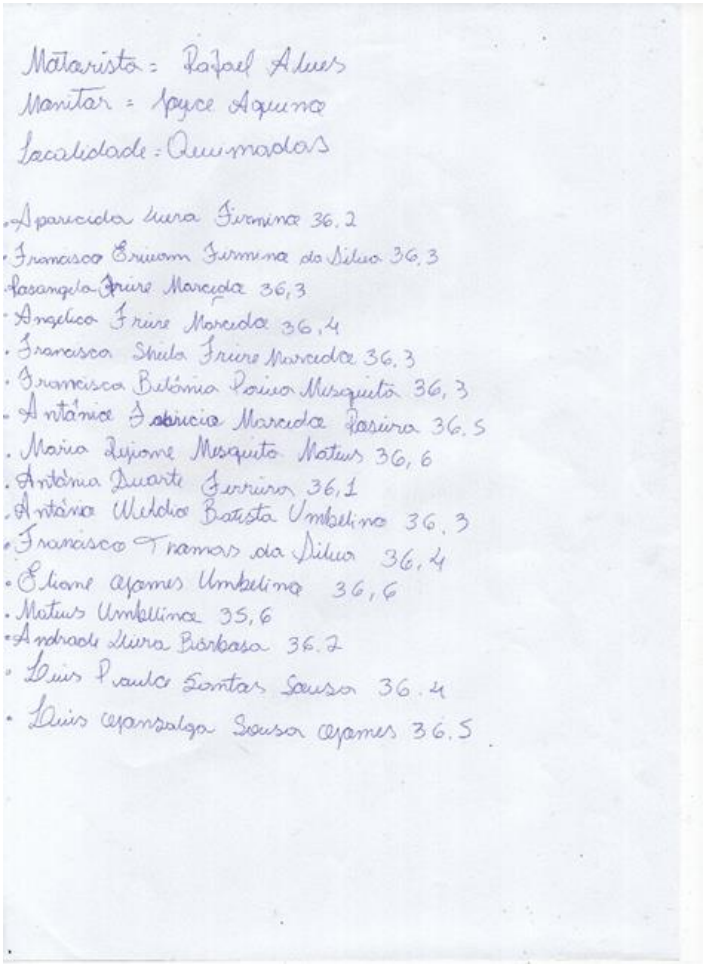


Figura 11.3.2 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 2)



Motorista = Rafael Alves
Monitor = Ipyce Aquino
Localidade = Quilombolas

- Aparecida Lima Firmino 36.2
- Francisco Brunam Firmino da Silva 36.3
- Rosangela Freire Macedo 36,3
- Angelica Freire Macedo 36.4
- Francisca Shila Freire Macedo 36.3
- Francisca Betânia Paiva Mesquita 36,3
- Antônia Fabricia Macedo Pereira 36.5
- Maria Lejane Mesquita Mateus 36,6
- Antônia Duarte Ferreira 36,1
- Antônia Melodia Batista Umbelino 36.3
- Francisco Tramas da Silva 36,4
- Eliane Apames Umbelino 36,6
- Mateus Umbelino 35,6
- Andrade Lima Barbosa 36.2
- Luis Paulo Santos Sousa 36.4
- Luis Leonardo Sousa Apames 36.5

Figura 11.3.3 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 3)

Riacho das Pedras

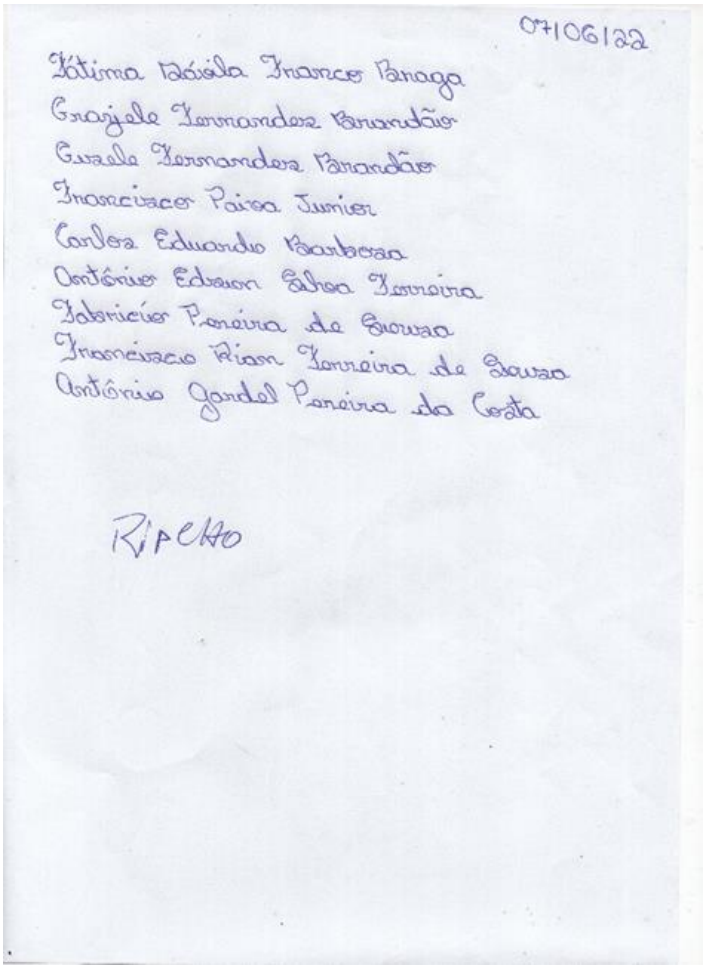


Figura 11.3.4 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 4)

Saco de Belem

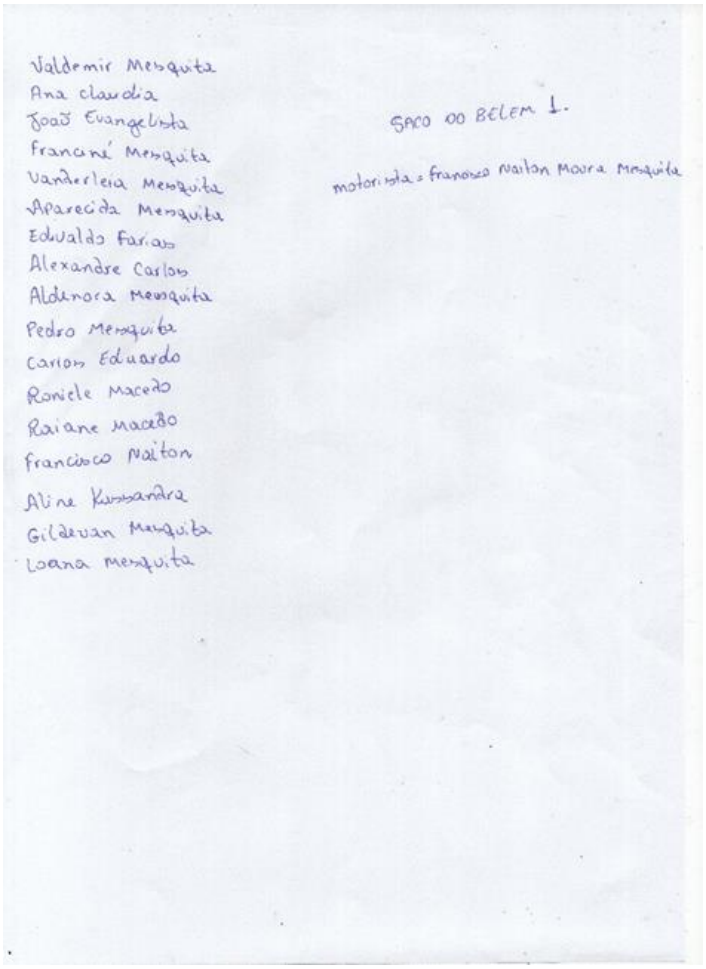
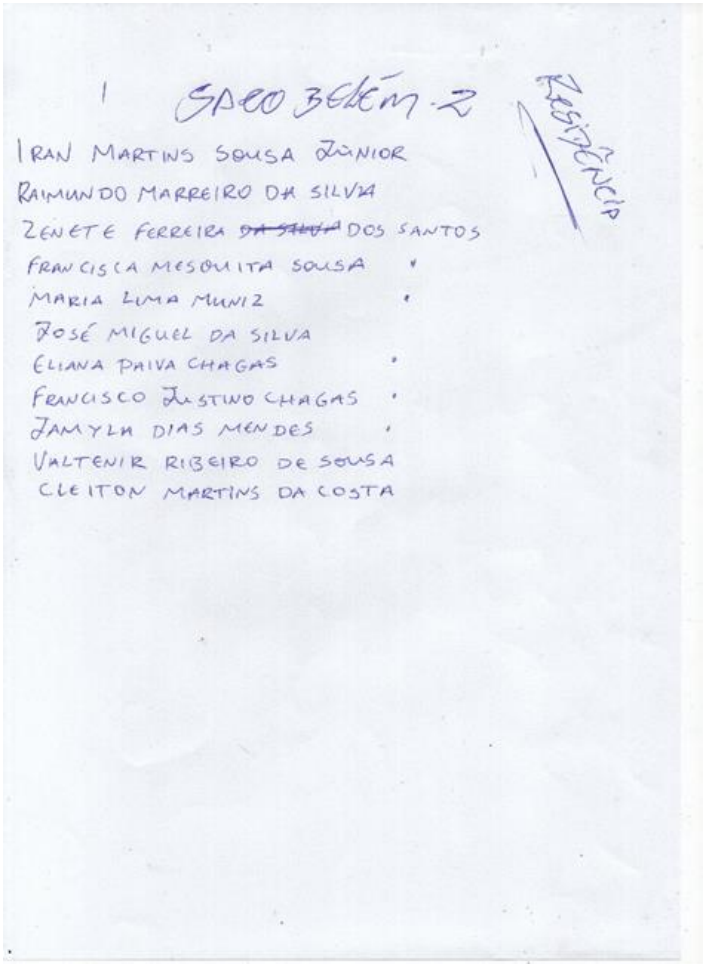


Figura 11.3.5 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 5)



1 SACO BEKEM - 2

RESIDÊNCIA

IRAN MARTINS SOUSA JÚNIOR
RAIMUNDO MARREIRO DA SILVA
ZENETE FERREIRA ~~DA SILVA~~ DOS SANTOS
FRANCISCA MESQUITA SOUSA "
MARIA LIMA MUNIZ "
JOSÉ MIGUEL DA SILVA
ELIANA PAIVA CHAGAS "
FRANCISCO JUSTINO CHAGAS "
JAMYLA DIAS MENDES "
VALTENIR RIBEIRO DE SOUSA
CLEITON MARTINS DA COSTA

Figura 11.3.6 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 6)

Piabas

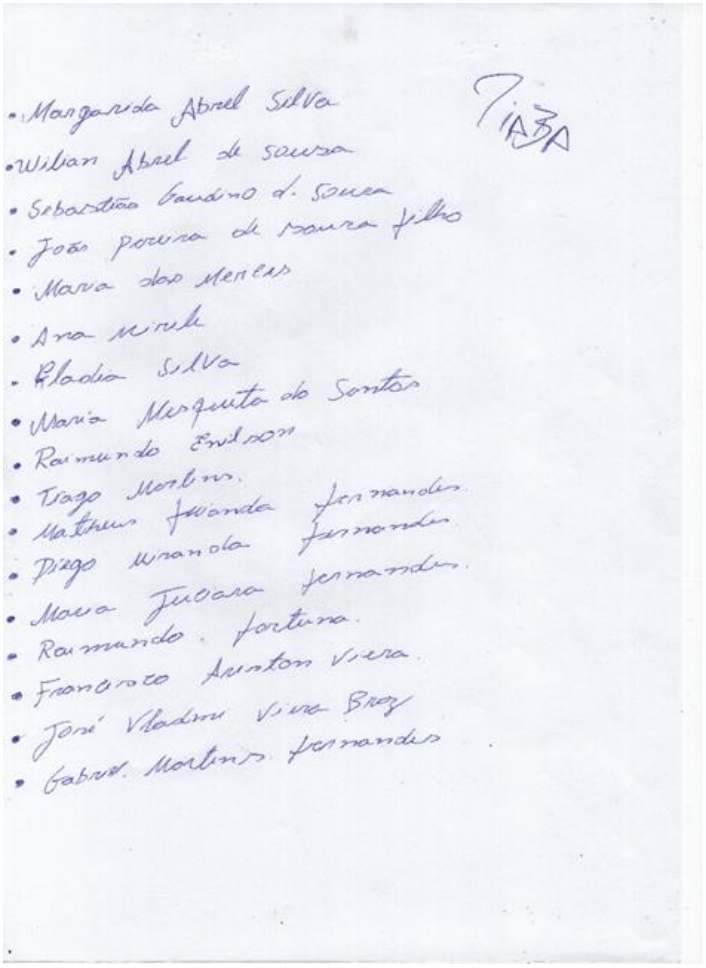


Figura 11.3.7 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 7)

Rosely Nunes

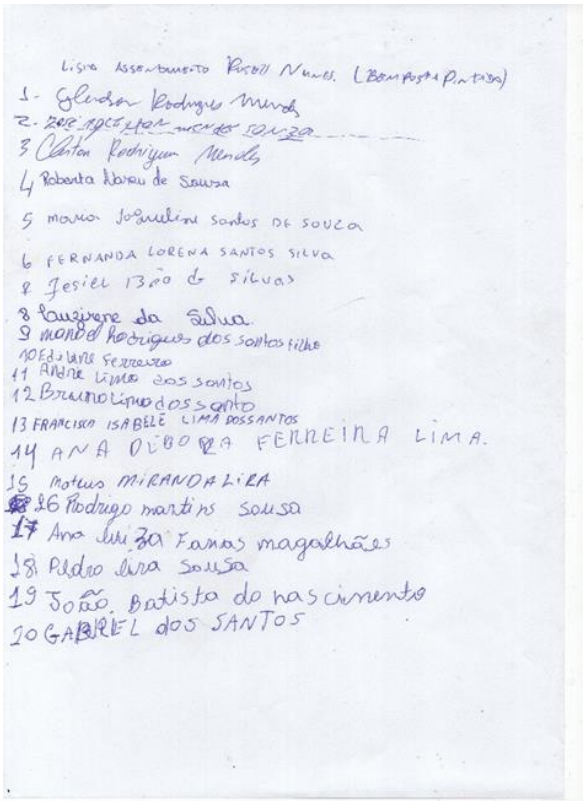


Figura 11.3.8 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 8)

São Cosme

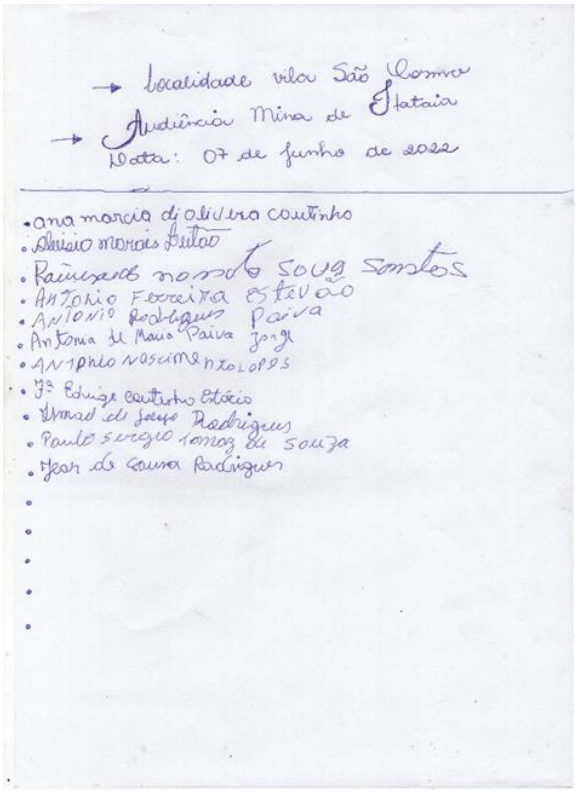


Figura 11.3.9 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 9)

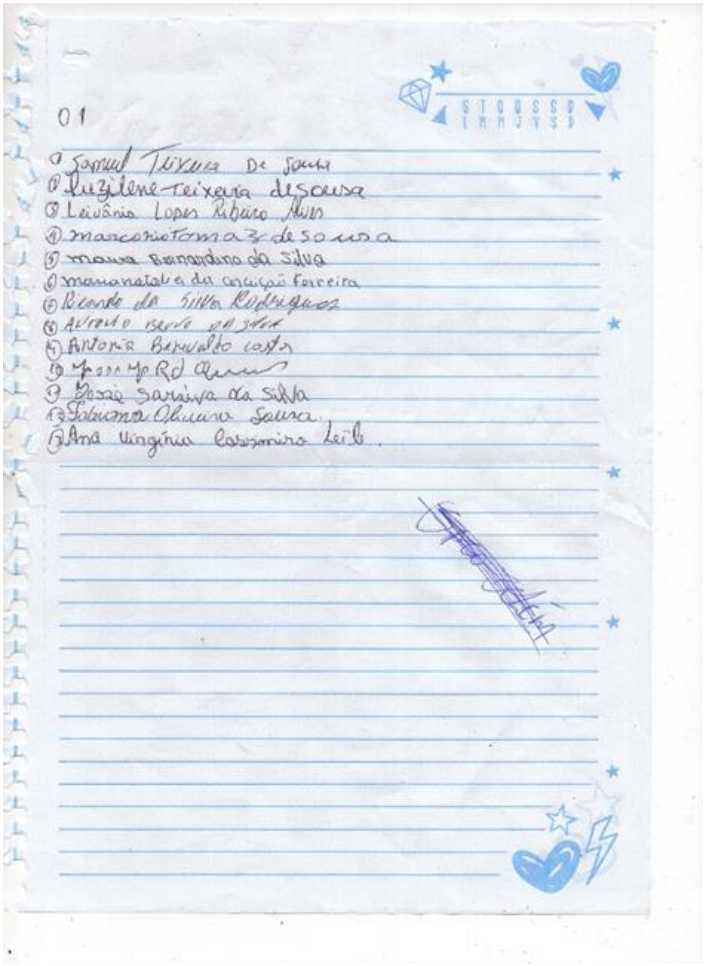


Figura 11.3.10 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 10)

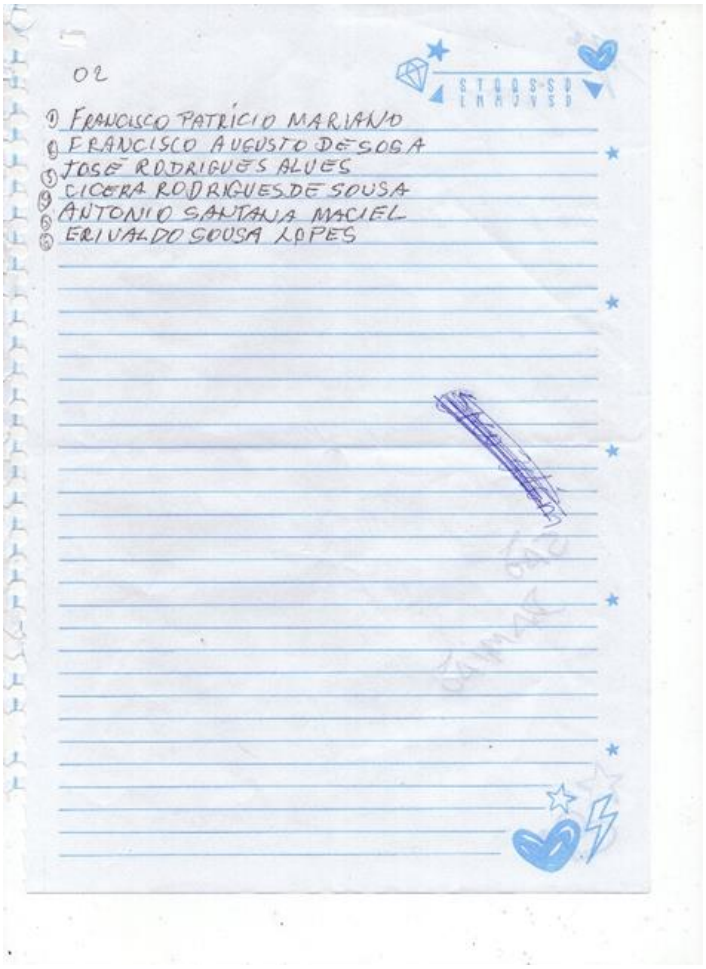


Figura 11.3.11- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Santa Quitéria (Parte 11)

11.3.2 A Listas de passageiros – Audiência Pública de Lagoa do Mato (Itatira)

Dia 08/06/2022 – Lagoa do Mato (Itatira) - Itatira, Madalena, Assentamentos Queimadas, Cantina,

Lista de Passageiros

Itatira

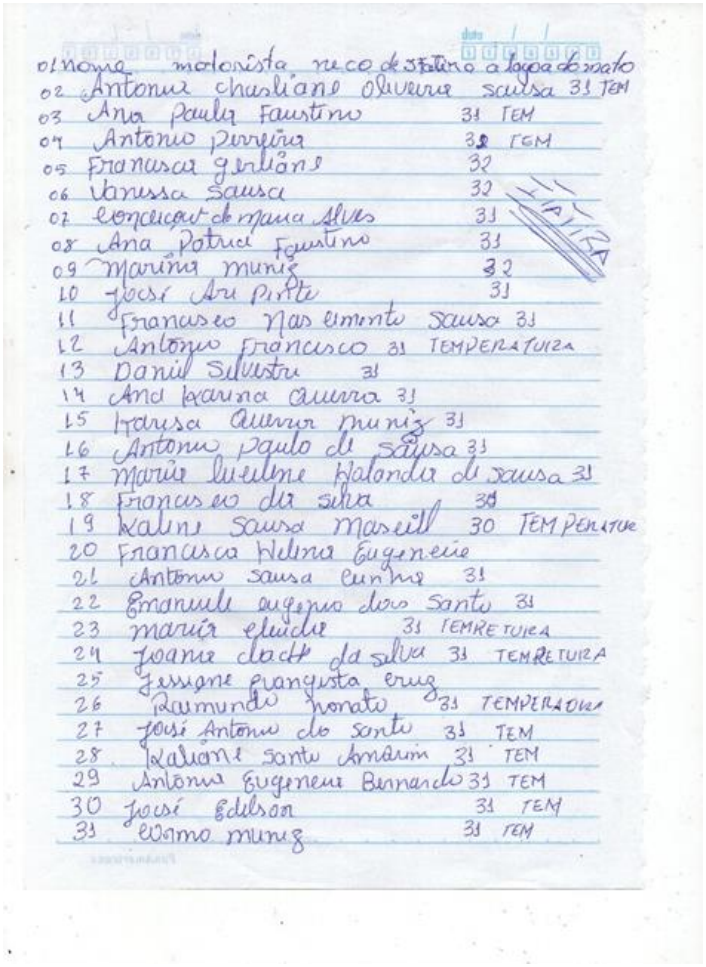


Figura 11.3.12- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Parte 1)

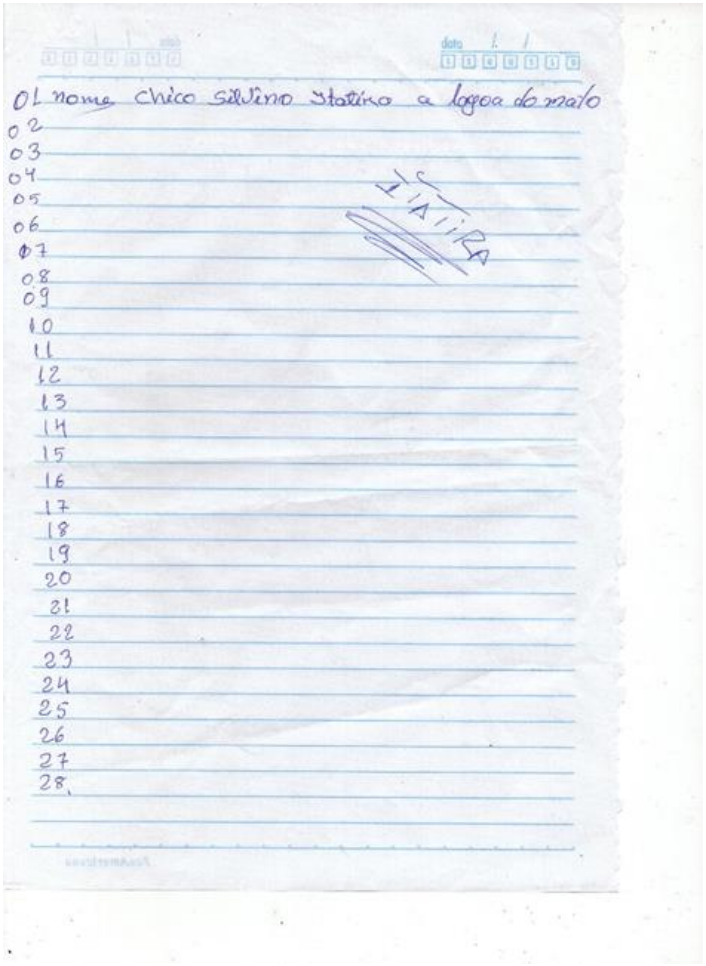


Figura 11.3.13 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Parte 2)

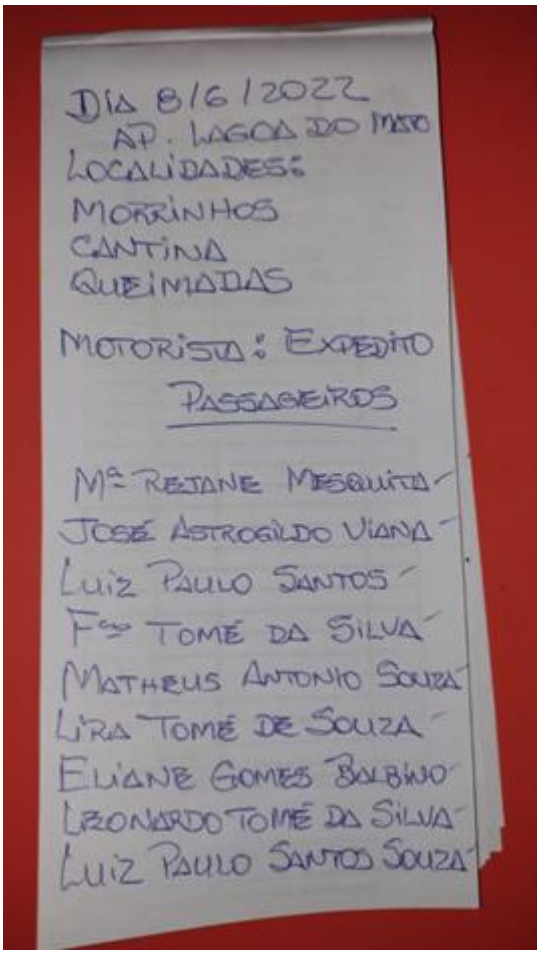


Figura 11.3.14 - Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Lagoa do Mato (Itatira) (Parte 3)

11.3.3 Registros fotográfico – Transportes para Audiência Pública de Santa Quitéria



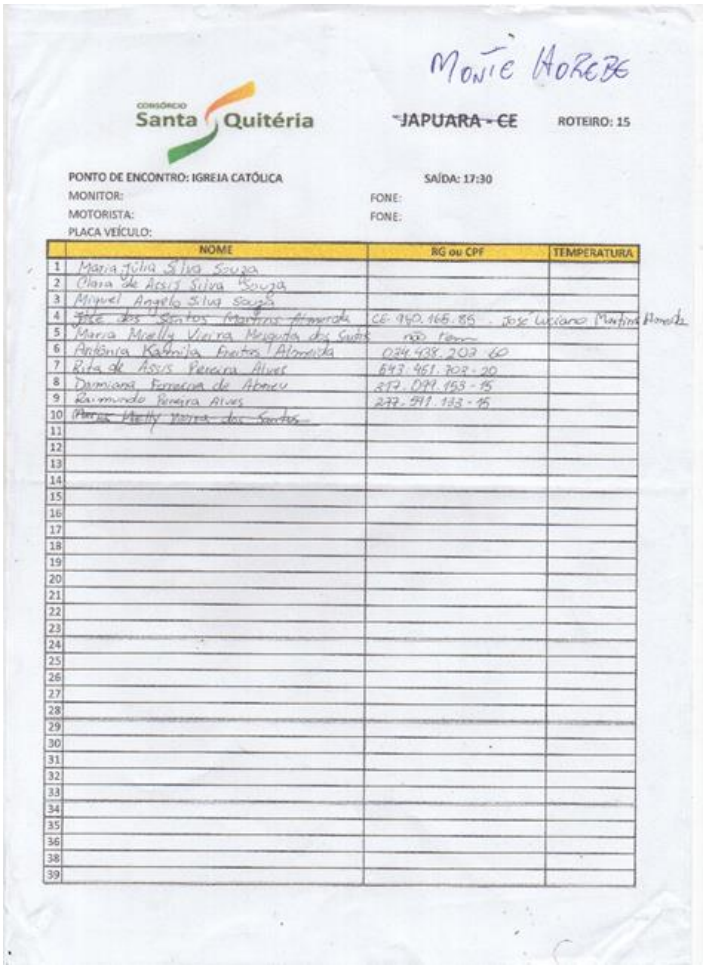
Figura 11.3.15 Registro Fotográfico dos transportes Santa Quitéria

11.3.4 A Listas de passageiros – Audiência Pública de Canindé

Dia 09/06/2022 – Canindé - Japuara, Distrito Iguaçu e Monte Horebe.

Os transportes de Japuara e Distrito Iguaçu vieram sem passageiros.

Monte Horebe



Monte Horebe

Consórcio Santa Quitéria

JAPUARA - CE ROTEIRO: 15

PONTO DE ENCONTRO: IGREJA CATÓLICA SAÍDA: 17:30

MONITOR: FONE:

MOTORISTA: FONE:

PLACA VEÍCULO:

	NOME	RG ou CPF	TEMPERATURA
1	Maria Júlia Silva Souza		
2	Clara de Assis Silva Souza		
3	Miguel Angelo Silva Souza		
4	~~Ana dos Santos Martins Almeida~~	CE-140.165.88 - José Luciano Martins Almeida	
5	Maria Mielly Vieira Nogueira dos Santos	não tem	
6	Antônia Kathrilla Freitas Almeida	034.438.203-60	
7	Rita de Assis Pereira Alves	643.461.703-20	
8	Damiana Ferreira de Abreu	272.079.193-15	
9	Raimundo Pereira Alves	277.991.133-15	
10	~~Maria Mielly Vieira dos Santos~~		
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
38			
39			

Figura 11.3.16- Lista de Passageiros Transportes Audiência Pública Canindé

11.3.5 Registros fotográfico – Transportes para Audiência Pública de Canindé



Figura 11.3.17 - Registro Fotográfico dos transportes Canindé

12. TRANSMISSÃO ON-LINE E EM TEMPO REAL DAS APS

Considerando a importância de comunicar o projeto ao maior número possível de públicos de interesse, eles estando, ou não próximos aos locais de realização das Audiências, foi oferecida a possibilidade de acompanhar os eventos por meio do Youtube oficial do Consórcio Santa Quitéria. Para isso, tomou-se como premissa os seguintes pontos:

- Utilização de plataforma de livre acesso e gratuita aos participantes;
- Utilização de ambiente livre de restrições aos números de conexões simultâneas;
- Gravação das Audiências Públicas, de forma que fiquem disponíveis para consulta posterior, até 20 dias após as suas realizações.

13. RELATÓRIO TÉCNICO FINAL DAS AUDITORIAS PÚBLICAS AO IBAMA

Confeccionamos este relatório técnico final com toda a documentação comprobatória da aplicação das propostas de divulgação, mobilização e realização do evento. O Relatório Técnico final proposto contém:

- Registro de evidências de todas as atividades de comunicação e relacionamento realizadas no período que antecedeu as APs e durante os eventos;
- Transcrição das APs;
- Link dos Vídeos com a gravação integral das APs:
    - Santa Quitéria: https://www.youtube.com/watch?v=OLSL_j-Cx0M
    - Itatira/Lagoa do Mato: https://www.youtube.com/watch?v=Gb99I7YQ6wY
    - Canindé: https://www.youtube.com/watch?v=5COLdujt5UE

- Lista de participantes;
- Recursos Gráficos utilizados;
- Evidências das publicações em jornais e mídias digitais.

13.1 Equipe Técnica Responsável

Lista das pessoas envolvidas nos eventos e na realização das Audiências Públicas.

GALVANI:

Alberto Magno de Castro – gerente de Projetos

Laurence Galvani – gerente de Engenharia

Raphael Koch Turri – gerente de SSMA

Giovana Kill Porteiro – gerente de Responsabilidade Social e Comunicação

Thiago Menezes Soares Silva – coordenador de Comunicação

Érica Sant Ana Palhares - analista de Comunicação

Helen de Camargos Costa – especialista Ambiental

Gildegleice Barcelar – especialista Ambiental

Idérico Pinho de Sousa Júnior – supervisor de Segurança do Trabalho

Jander Galvani – Tecnologia da Informação

João Januário de Souza Júnior – analista de Suporte

INB:

Edmundo de Aquino Ribeiro Filho - assessor corporativo de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade

Rogerio Mendes Carvalho - diretor de Recursos Minerais

Renata Rangel de Carvalho - superintendente de Engenharia, Projetos e Gestão da Qualidade

Leonardo Bernardino de Carvalho - físico da Diretoria de Recursos Minerais

Alessandra Costa Barreto - engenheira química da Coordenação de Licenciamento e Projetos

Karina Baldo Lopes - coordenadora de Licenciamento e Projetos

Erich Lopes Braitback de Oliveira - químico da Coordenação de Licenciamento e Projetos

Luis Carlos Rodrigues Machado da Silva - engenheiro da Coordenação de Licenciamento e Projetos

Ricardo Soares Ferreira - assessor especial da Presidência

Rosana Soares Pinho - coordenadora de Relações com as Mídias

Cláudia Maria Rangel Guimarães - gerente de Comunicação Institucional

Carla Rocha Clark - jornalista da Coordenação de Relações com as Mídias

Hector Hugo Silva Medrado - gerente de Segurança, Radioproteção e Ambiental

Jose Roberto de Alcantara e Silva - coordenador do Projeto Santa Quitéria

Ana Angelica Gomes Luz - geóloga da Coordenação do Projeto Santa Quitéria

Ricardo Henrique da Penha Martins - engenheiro da Coordenação do Projeto Santa Quitéria

Rafael Santos Silva - químico da Coordenação do Projeto Santa Quitéria

Juliana Salema Baronto Santoro - administradora da Superintendência de Administração

Roberta Cristina Martins Dias - geógrafa da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade

Luciana Barros Bastos - engenheira química da Assessoria Corporativa de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade

UP TIME:

Patrícia Corrêa – relações públicas e Marketing

Marcelo Corrêa – gerente Operacional e Logística

Mônica Kruel – atendimento de Comunicação e Marketing Estratégico

Reginaldo Dutra – coordenador dos Transportes

Andreia Galant - produção Executiva

Marcela Marquina - produção e Cerimonial

Adalberto Neto - produção de Campo

14. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

TIPO	SEI Nº	DATA	DOC.	ASSUNTO
ATA	12796226	07/06/2022	ATA SUCINTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA/CE
ATA	12808390	08/06/2022	ATA SUCINTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO MUNICÍPIO DE ITATIRA/CE
ATA	12819518	09/06/2022	ATA SUCINTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ/CE

15. CONCLUSÃO

O programa de comunicação, direcionado à preparação e execução das Audiências Públicas do Projeto Santa Quitéria - PSQ tem por objetivo promover a AP para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento, que está localizado no município de Santa Quitéria/Ceará, como parte integrante do processo de licenciamento ambiental federal.

A apresentação do Projeto Santa Quitéria, contou com uma série de ações de divulgação veiculadas através de rádios, jornais, cartazes, panfletos, cartilhas, faixas de rua, convites, entre outros, com grande investimento em mídias sociais, como já mencionado anteriormente.

O principal objetivo das ações de comunicação foi de divulgar data, hora e local de realização da Audiência Pública através de meios de comunicação eficientes, em lugares públicos e de grande visibilidade para garantir a efetiva representação de todos os públicos de interesse do empreendimento durante os eventos.

A utilização das mais variadas ferramentas teve como objetivo dar ampla visibilidade às Audiências, realizadas nos dias 07, 08 e 09 de junho do ano corrente.

16. TRANSCRIÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Em um documento independente, titulado **“TRANSCRIÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS”,** apresentaremos as transcrições das Audiências Públicas de Santa Quitéria, Lagoa do Mato (Itatira) e Canindé – CE.

Audiência Pública: PROJETO SANTA QUITÉRIA CE – REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Mais uma vez, eu desejo uma boa noite a todos e agora às dezenove horas e vinte e cinco minutos, horário de Brasília, desse dia sete de junho de dois mil e vinte e dois eu, Regis Fontana Pinto, analista ambiental do IBAMA e na qualidade de diretor de licenciamento ambiental substituto declaro aberta esta Audiência Pública relativa ao licenciamento ambiental do empreendimento PROJETOSANTA QUITÉRIA referente a explora, exportação e beneficiamento do minério Colofanito, formado de fosfato associado a Urânio, voltado a produção de fertilizantes e ração animal por meio da transformação de minério em ácido fosfórico, além do concentrado de Urânio da jazida de Itataia, localizada na Fazenda Itataia situada na zona rural do município de Santa Quitéria no Estado do Ceará, sob responsabilidade da Indústrias Nucleares do Brasil a INB.

Eu, Régis, estarei presidindo esta Audiência Pública sendo auxiliado e secretariado pela minha colega analista ambiental Telda Costa, responsável pelas análises pertinentes ao meio socioeconômico do projeto, que faz parte da coordenação de licenciamento ambiental de mineração e pesquisa sísmica terrestre a COMIPE, que é a coordenação responsável pelo licenciamento do projeto dentro do IBAMA, parte da nossa equipe responsável pelas análises operantes ao projeto dentro do IBAMA está aqui conosco, o analista ambiental Heliton Fernandes do Carmo que é o coordenador da COMIPE, se encontra ali na, na mesa auxiliar, também temos a analista ambiental Simone Salgado que é responsável pelas análises de fauna em cavidades, também tá ali ao ladodo Heliton e a analista ambiental Fernanda Boots responsável pelas análises de fauna terrestre na coordenação de mineração do IBAMA que também se encontra aqui conosco. Também fazem parte dessa mesa, que compõe a audiência, os senhores Ricardo Guterres da Comissão Nacional de Energia Nuclear a CONEN. E aqui eu já faço um pequeno adendo para esclarecer a todos os senhores que o PROJETO SANTA QUITÉRIA ele sofre um processa, um licenciamento duplo, existe um licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA e existe um licenciamento nuclear conduzido pela CNEN, e logo mais teremos uma pequena apresentação esclarecendo isso. Temos aqui também o Rafael Turri que é representante da empresa Galvani, o senhor Rogério Carvalho representando a empresa IMB, a senhora Cláudia Palei da consultora ambientalTETRAMAIS, que desenvolveu o, os estudos ambientais e o senhor Ricardo Lipo também da empresa TETRAMAIS que desenvolveu os estudos.

Para darmos início aos trabalhos eu convido a todos para de pé cantarmos o Hino Nacional.

Execução do Hino Nacional.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Para darmos continuidade aos trabalhos eu chamo a minha colega Telda Costaque irá ler o regulamento dessa Audiência Pública, o regramento que vai servir de base pro seguimento desse evento.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA: Boa noite a todos, sejam todos bem vindos. Esse evento vai ser um marco em nossas vidas no sentido de que hoje vamos compreender nossa cidadania e nos colocarmos nessa posição. Gostaria muito de que todos prestassem atenção no nosso regulamento, o regulamento ele pauta para as regras nímias necessárias para que todospossamos conviver e possamos nos manifestar nos momentos adequados, por favor. Então o regulamento da, dessa audiência Pública para discussão de relatório de impacto ambiental RIMA do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Artigo um, o presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados nesta Audiência Pública para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento, apresentação do projeto e licenciamento, como foi dito, PROJETO SANTA QUITÉRIA;
A Audiência será, artigo segundo, a Audiência será presidida por um representante do IBAMA e deverá contar com um secretário executivo servidor do IBAMA, para auxiliar o presidente na audiência;

Artigo três, a audiência será iniciada com o pronunciamento do presidente da audiência e o qual será esclarecidos os objetivos do evento e os procedimentos prestantes desse regulamento a serem observados durante a sessão;

Artigo quatro, caberá ao secretário executivo auxiliar o presidente da audiência da condução da Audiência Pública, assim como, na elaboração da ATA resumida da audiência;

O artigo quinto, o IBAMA apresentará o procedimento de licenciamento ambiental federal em até dez minutos, então cada apresentação vai ser feito esse cronograma de tempo para não nos estendermos, então i IBAMA fará apresentação do licenciamento ambiental em dez minutos, está a caso da nossaanalista ambiental Simone.

Muito bem, continuando a leitura, a Comissão Nacional de Energia Nuclear a CNEN apresentará o procedimento de licenciamento nuclear em dez minutos, também fará apresentação nesse tempo.

Artigo sexto, o representante do empreendedor realizará apresentação sobre atividade, o empreendimento objeto do licenciamento, seus objetivos, justificativa, com duração máxima de vinte minutos;

Artigo sétimo, a equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá oprazo de até trinta minutos para realizar a exposição sobre os estudos que foramdesenvolvidos;
Artigo oitavo, será concedido um intervalo de dez minutos, no qual se iniciará a inscrição dos interessados na discussão do RIMA e do projeto, o prazo de dez

minutos será o prazo total para a inscrição dos questionamentos, críticas e sugestões, será de trinta minutos a contar do início do intervalo podendo ser prorrogado caso necessário, com a devida permissão do presidente. Então, a partir do momento que se deu o intervalo de dez minutos, de dez minutos a trinta minutos será recolhida as perguntas que serão feitas, as perguntas que serão escritas e entregues aqui na mesa e também aqueles que querem se manifestar oralmente. Ainda dentro do artigo oitavo, os questionamentos, críticas e sugestões dos interessados apresentados ao IBAMA ou ao empreendedor, dever ser identificados de forma a possibilitar repostas extemporâneas. O IBAMA deverá recepcionar as manifestações e questionamentos dos interessados por e-mail institucional específico criado para o evento, pelo prazo de até vinte dias após a realização da Audiência Pública, então estará aberto para os questionamentos dos senhores até vinte dias após o término dessa Audiência Pública poderão ser feitas perguntas que deverão ser respondidas pelo empreendedor e no caso dirigida ao IBAMA igualmente. O empreendedor deverá repassar integralmente ao IBAMA as contribuições e questionamentos registrados nos canais de comunicação abertos para este fim, como e-mail, zero oitocentos em até quarenta e oito horas do recebimento das perguntas, caso haja alguma pergunta que não possa ser respondida durante a Audiência Pública o IBAMA deverá encaminha em até vinte dias após o recebimento do questionamento resposta formal sendo necessário que o interessado indique nome, endereço para que o IBAMA possa responder como e-mail para correspondência;

Artigo nono, o presidente estabelecerá os procedimentos para respostas aos questionamentos.

Parágrafo Único do artigo nono, os questionamentos poderão ser respondidos em blocos ou separados por temas a critério do presidente, no momento que foram feitas as perguntas elas poderão se juntadas em blocos para que a mesa possa responder.

O secretário, artigo décimo, o secretário executivo ao final do evento deverá lavrar a ATA sucinta ao qual deverá ser assinada por ele, pelo presidente da Audiência Pública e representante do empreendedor. A assinatura da Ata poderá ocorrer de modo virtual por meio de sistema eletrônico de informações SEI. Artigo onze, o encerramento será realizado pelo presidente da Audiência Pública que deverá declarar a validade da Audiência Pública. A gravação da Audiência Pública deverá ficar disponível no site do empreendedor por vinte dias, sendo esta disponibilização comunicada no momento da realização da Audiência Pública para manifestações posteriores, a gravação da Audiência Pública poderá ficar disponível em outras plataformas de compartilhamento de vídeo.

O empreendedor deverá protocolar no IBAMA no prazo de até trinta dias após realização da Audiência Pública a gravação de áudio e vídeo do evento, bem como, a respectiva transcrição integral em arquivos no máximo quinze mega bites.

A gravação, o vídeo e a transcrição da Audiência Pública, bem como, a lista dos participantes presenciais e todos os questionamentos públicos deverão compor

o processo administrativo do licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade. Artigo muito importante, tudo que foi falado aqui, tudo que foi manifestado, tudo que foi questionado, juntamente com as respostas fornecidas, tudo comporá o processo de licenciamento ambiental que está em curso no IBAMA, é importantíssimo, porque tudo fará parte da análise da equipe técnica que está analisando o projeto;

Artigo doze, caberá ao presidente da audiência decidir situações que impeçam a regular continuidade da Audiência Pública, bem como, deliberar em casos omissos nesse regulamento, neste caso nós estamos falando do presidente queé o senhor Regis Fontana. Muito agradecida e que tenhamos uma excelente noite, excelente Audiência Pública, boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Telda. mais uma vez eu desejo uma boa noite a todos, eu saúdo os colegas de IBAMA que estão ali, os colegas de mesa que estão aqui comigo e especialmente dou as boas-vindas a todos vocês que investiram o seu tempo,investiram a sua noite para estarem aqui presentes pra que pudéssemos conhecer, discutir, contribuir, manifestar sobre o licenciamento ambiental sobre
o PROJETO SANTA QUITÉRIA que este em licenciamento no IBAMA. Eu registro aqui, dou as boas-vindas as autoridades, ao prefeito de Santa Quitéria, senhor José Braga Barroso, o Braguinha, o ex-deputado federal João Alfredo, oex-prefeito de Santa Quitéria, senhor Chagas Mesquita, deputado estadual Daniel Oliveira, o ex-prefeito de Santa Quitéria, senhor Tomás Figueiredo, o ex-deputado Estadual Tomas Antônio de Paula Pessoa Filho, representando a FECOMERCIO e a vice-prefeita de Santa Quitéria, senhora Lígia Protázio.

Eu informo que, aliás antes, eu fico muito feliz de estar sendo, eu e a nossa equipe de estar sendo recebida por todos vocês aqui em Santa Quitéria, nos próximos dias estaremos em outros municípios cumprindo uma jornada de três Audiências Públicas para discutir esse RIMA e fico muito contente de ver a casacheia, de ver inclusive que tem gente de pé e para isso eu até pediria pra organização, que eu vejo que tem algumas cadeiras sobrando lá no fundo, se fosse possível pra gente disponibilizar pra que as pessoas possam sentar e ficarmelhores acomodadas.

Eu informo que o RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental do projeto, ele está disponível de forma física ali nas mesas, na, a esquerda de vocês, ele também está disponível de forma virtual no site do IBAMA www.ibama.gov.br, também de forma virtual no site da Audiência Pública www.consorciosantaquiteria, tudo junto, ponto com, ponto br, repito, www.consorciosantaquiteria.com.br e também nos locais, na superintendência do IBAMA no Ceará lá em Fortaleza, no, na sede do ICMBIO em Brasília, na sede do IPHAN, também em Brasília, na Secretaria de Meio Ambiente do Cearáem Fortaleza, no Instituto Nacional de Reforma Agraria, o INCRA, na sua sede em Brasília, na Procuradoria da República do Município de Sobral em Sobral, na Secretaria de Meio Ambiente de Santa Quitéria, aqui em Santa Quitéria, na Secretaria Municipal do Trabalho e Meio Ambiente de Itatira, no próprio governo

de Estado do Ceará em Fortaleza, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, também em Fortaleza, na Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, aqui emSanta Quitéria, na Prefeitura Municipal de Itatira, na Câmara de Vereadores de Santa Quitéria, na Câmara de Vereadores de Itatira e na Biblioteca Pública de Santa Quitéria.
Eu friso que essa Audiência Pública ela está sendo realizada no formato presencial com transmissão via internet para acesso daquelas pessoas que nãotiveram a oportunidade de se deslocarem até aqui, eu estou tomando a liberdade de não usar máscara para melhor compreensão da minha voz por parte de vocêse, embora o uso já não seja obrigatório, eu recomendo que todos os integrantesdessa assim como a equipe técnica nos bastidores e o público em geral usem amáscara como medida de segurança, para evitar novos casos de covid dezenovee também atenção ao protocolo treze, publicado no site da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará que está disponível, esse protocolo ele está disponível também de forma física ali na mesa a esquerda de vocês.

Aqueles que forem fazer pronunciamento e se sentirem a vontade também podem retirar a máscara para a melhor compreensão da voz.

A Audiência Pública será composta de basicamente dois momentos, um momento das apresentações, nós teremos quatro pequenas apresentações para apresentar o rito do licenciamento, tanto ambiental quanto nuclear, apresentar oprojeto pra vocês e também apresentar o estudo e depois o segundo momento, que eu considero o mais importante, que é o momento do debate, onde os senhores poderão se manifestar e encaminhar as suas perguntas. Já encaminharam algumas dúvidas aqui e eu já esclareço de pronto para vocês, todos devem ter recebido uma pequena cartilha, dentro dessa cartilha tem uma ficha pra que sejam feitas as perguntas, essas perguntas podem ser encaminhadas aqui pra mesa, como podem também ser feitas de forma oral e aquela pessoa que não tiver a intensão de fazer uma, uma pergunta, mas, meramente fazer a sua manifestação oral, manifestar se é contra ou se é a favor do projeto, basta escrever na ficha, manifestação oral, e colocar o se nome, queno momento certo nós chamaremos essas pessoas pra fazer a sua manifestaçãooral.

O púbico que está assistindo essa audiência de casa através do canal do youtube pode encaminhar as suas perguntas através do e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu vou repetir, o e-mail é psq.ap.sede@ibama.gov.br para encaminhar as suas perguntas para o IBAMA, assim como também pode encaminhar perguntas para o zero oitocentos, quatrocentos e dois, dez trinta, zero oitocentos, quatrocentos e dois, dez trinta ou o e-mail contato@consorciosantaquiteria.com.br, contato@consorciosantaquiteria.com.br, encaminhando as suas perguntas, elas não vão ser contempladas as respostas aqui durante a audiência, mas, ao longodos próximos vinte dias, além da, da audiência gravada ficar disponível as pessoas poderão fazer as suas perguntas e depois receberão as suas respostas, isso pra, repetindo, para as pessoas que estão assistindo a Audiência Pública através da internet.

Nesse momento eu vou chamar a minha colega Simone Salgado para a gente dar início as quatro apresentações que eu comentei, a Simone começaráapresentando sobre o Rito do licenciamento ambiental que ocorre dentro do IBAMA pro PROJETO SANTA QUITÉRIA. Simone, por favor.

Simone Salgado – **IBAMA:** Boa noite a todos. Vou fazer uma breve apresentação, né, o Regis já falou algumas coisas, e eu. Pode começar? Entãopode passando.

Bom a Audiência Pública então é pra exposição do relatório de impacto ambiental, o RIMA, do PROJETO SANTA QUITÉRIA, esse é o PROCESSO SANTA QUITÉRIA, que tramita no IBAMA. Pode passar. Pode passar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor, organização, tem um passador de slides, por favor?

Simone Salgado - **IBAMA**: Ela fala com alguém da mesa. Então gente, o IBAMA, o INSTITUTO BRASILEIRO, né, dos recursos, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS, o IBAMA, é uma autarquia federal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem sua autonomia do Ministério do Meio Ambiente, tem sua autonomia e tem o controle finalístico do ministério do meio ambiente e tem a missão de proteger ao meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e a assegurar sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Deve executar ações de políticas nacionais referentes atribuições federais, atribuições estaduais também relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, a autorização do uso de recursos naturais, a fiscalização que muitosconhecem, a maioria, o monitoramento e controle ambiental.

Então o IBAMA tem a presidência e as diretorias, que é a diretoria de licenciamento ambiental, a DILIC, a DIQUA, que é a diretoria de qualidade, a DIPRO, a diretoria de proteção, A diretoria de planejamento e orçamento e a DBFLOR que é de biodiversidade. Essa é a estrutura do IBAMA e eu vou apresentar mais a DILIC que é onde tá tramitando no processo de SANTA QUITÉRIA e licenciamento ambiental, diretoria de licenciamento ambiental é composta pela divisão de compensação ambiental, tá ali em cima e as três coordenações gerais, que é a CGTEF de licenciamento de empreendimentos fluviais pontuais terrestres, a coordenação geral de licenciamento de empreendimentos marinhos e costeiros e de empreendimentos lineares terrestres.

Dentro da coordenação da CGTEF, tem a COMIP, que é a coordenação de mineração e pesquisa sísmica terrestre, que é aonde está o PROCESSO DE SANTA QUITÉRIA, que os analistas estão analisando esse processo, analisando esse processo de pedido de licença, e dentro da COMIP tem a divisão da DTAP, divisão de empreendimentos agropecuários, Transposições, Pequenas Estruturas Terrestres, temos também a COHID, de hidrelétrica,

produção de petróleo e gás, que fica dentro da CGMAC, de transporte, transmissão de energia e a SERAD que é o serviço de regularização ambiental.

Então aqui é o organograma pra vocês terem uma noção de como funciona a estrutura do licenciamento ambiental, do IBAMA e do licenciamento ambiental, né, e o processo tá na COMIP e todos são, a equipe aqui toda, todos são da COMIP da mineração. É, poderia (ela fala com alguém).

Então, o que é uma Audiência Pública, né? A Audiência Pública é um espaço deabertu, de debate pra que todos participem, todos opinem, pra todos, diversos atores sociais, pra que todos participem mesmo, população, governo, né, são realizados, pode ser realizado a Audiência Pública pra definição de políticas públicas, elaboração de leis, realização também de empreendimentos, como SANTA QUITÉRIA que podem gerar impactos, a cidade, ao meio ambiente, a vida das pessoas, a qualidade, afetar de certa forma a qualidade, então é importante a Audiência Pública nesse sentido de debate. São garantidas na Constituição Federal de 1988, a nossa atual Constituição, regulada por leis federais, constituição estaduais, leis orgânicas municipais e do DF, lei Orgânica do Distrito Federal. O principal objetivo é apresentar então informações que impactam a vida da população, né, colher ideias, opiniões, sugestões, né, que serão utilizadas também para subsidiar a nossa análise do licenciamento ambiental, pra tomada de decisões também.

Bem, como vai ser apresentado, vou falar bem rapidamente. O PROJETO SANTA QUITÉRIA, vai ter apresentação da equipe de SANTA QUITÉRIA, que éum complexo mínero-industrial que contempla tanto a extração e beneficiamentode minério colofanito, urânio associado ao fosfato, a ser extraído na SANTA QUITÉRIA, na jazida da SANTA QUITÉRIA e é constituído por uma mina, duas unidades industriais, e uma pilha de estéril, uma pilha de cal fosfogesso e além da estrutura de apoio.

Bem, lembrando aqui que na Constituição Federal do artigo 225, diz que todos têm direito ao meio ambiente, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-seao Poder Público à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Então está assegurado na Constituição Federal,e seu parágrafo primeiro determina que incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora deimpacto, de impacto ao meio ambiente, degradação, estudo prévio de impacto ambiental, a que dará publicidade, então a importância da Audiência Pública.

E nas definições, a União no caso é responsável justamente por se tratar de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, armazenamento e material radioativo é que a União é responsável e o IBAMA é responsável pelo licenciamento do empreendimento.

Bem, o IBAMA ele solicita a empresa que elabore o estudo de impacto ambiental,né, e vai trazer o quê? Várias informações, do meio, do meio ambiente, do, do meio físico, biótico, social, todas as informações detalhadas e vai apresentar a previsão dos impactos, que podem ser positivos e negativos e também a

cumulatividade, né, dos impactos cumulativos. E o RIMA o relatório de impacto ambiental é uma versão resumida e mais acessível à população, com a linguagem mais fácil, de fácil entendimento, pra compreender melhor do que setrata o empreendimento.

Então com toda essa informação, o IBAMA com seus técnicos vai analisar os dados e vai emitir um parecer técnico que pode concluir ou não pela viabilidade ambiental do empreendimento, emitido, no caso, a licença prévia, se, se houver uma viabilidade ambiental ou não. E uma vez que foi detalhado o projeto inicial e definida as medidas e programa de proteção ambiental, pode ser requerida a licença de instalação, o empreendedor vai requerer uma licença de instalação eo IBAMA pode conceder, né, a autorização do início da construção do empreendimento e a instalação, né, de equipamentos.

Bem, se o empreendedor cumprir tudo certinho, se atender as condicionantes, se verificar que houve medidas de controle, aí sim, é que será emitida a licença de operação. Pode?

Então esses marcos temporais do processo junto ao IBAMA, em dois mil, em dezenove de junho de dois mil e vinte que houve abertura, do processo da fichade caracterização, no dia vinte e sete do oito de dois mil e vinte um que foi a emissão do Termo de Referência definitivo, né e aqui é o número do SEI, está tudo aqui especificado, e noventa e dois, novembro de dois mil e vinte e dois houve o protocolo do EIA/RIMA, né, foi protocolado o EIA/RIMA, via Sisglaf que é o novo sistema e dia, e dezoito de março de dois mil e vinte dois houve o aceitedo, do EIA, né, e foi publicado no dia vinte e cinco do três de dois mil e vinte e dois, né, do Diário Oficial da União, abrindo o prazo de quarenta e cinco dias para a solicitação de audiências públicas e em dois mil e vinte, é doze de maio de dois mil e vinte dois, foi, houve a publicação do Diário Oficial, né da realizaçãode três audiências públicas. Pode passar.

Que são essas, né, hoje, SANTA QUITÉRIA, amanhã será no mesmo horário em Itatira, né tá o endereço, Escola de ensino médio Nazaré Guerra e quinta- feira também as dezenove horas em Canindé e tem o endereço certinho, o hotelé Jardineira Park Hotel. Pode, pode passar.

Então o IBAMA ainda pode solicitar esclarecimentos, complementações em decorrência dessas audiências, é quando a gente vai captar todas as informações, as dúvidas sugestões, opiniões, ideias a gente vai juntar tudo e a gente pode sim solicitar, esclarecimentos, complementações. Após a audiência será aberto o prazo de vinte dias para as contribuições, as contribuições poderãoser encaminhadas as unidades do IBAMA tanto de Brasília como de Fortaleza ou por esse e-mail que tá aqui e estarão abertos para manifestação de toda população, então até vinte dias após a realização das Audiências Públicas.

Fim do prazo das contribuições, o IBAMA poderá solicitar esclarecimentos adicionais ou não pedir esclarecimentos, vai depender. A emissão do Parecer Conclusivo indicando a viabilidade ou não, né, ou inviabilidade do empreendimento.

Então a conclusão da análise, é de viabilidade ambiental e a emissão do Parecer Conclusivo com sugestões de encaminhamento serão então, é encaminhados na verdade à Diretoria de Licenciamento Ambiental para deferimento ou indeferimento da licença prévia definindo as medidas de controle ambiental a ser executadas pelo empreendedor nas fases posteriores em caso positivo em relação a viabilidade ambiental.

Então é isso. Aqui é o telefone, o e-mail da COMIP também, COMIP, da sede do IBAMA, qualquer dúvida, então, estamos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado, Simone.

É a gente sabe que é muita informação para todos vocês, mas é importante quea gente dê pelo menos uma passada, uma explicação de como funciona o processo, o rito o processo de licenciamento ambiental do IBAMA e ao longo dos debates a gente vai esclarecendo um pouquinho mais.

É agora eu convido o senhor Ricardo Guterres que é diretor de radioproteção e segurança nuclear da CNEM para fazer uma apresentação sobre o licenciamento nuclear do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Ricardo Guterres - Diretor de radioproteção e segurança nuclear da CNEM:
Boa noite a todos, boa noite senhoras, boa noite senhores. É um prazer, além de ser um dever, é um prazer de estar aqui compartilhando este momento com vocês e poder também apresentar um pouco do nosso trabalho na COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA
NUCLEAR é um órgão do governo federal responsável pelo licenciamento e fiscalização das instalações do setor nuclear no Brasil, é diferentemente do IBAMA que tem uma visão mais holística sobre o meio ambiente, o nosso foco é segurança, nós estamos focados na segurança dos indivíduos, face as exposições e as radiações ionizantes.

Nós temos. Então nós atuamos sobre trinta instalações nucleares no país, incluindo as usinas de ANGRA I e ANGRA II e a planta de mineração de urânio Caetité na Bahia, também somos responsáveis pelo cumprimento de acordos internacionais na área de salvaguardas. Também, também fiscalizamos cerca de três mil instalações que utilizam diversas fontes de radiação para diversos fins, por exemplo, na área de saúde, eu mesmo tive a oportunidade de atuar numa fiscalização aqui no estado do Ceará, numa clínica de medicina nuclear, na cidade de Barbalha. Além disso nós atuamos na fiscalização de trintainstalações de minero-industriais, instalação de mineração que tem uranitótio e não mineram, especificamente, mineram ferro, mineram ouro, mas, tem uranitório associado, nós temos cerca de trinta minas como estas no país, que ocaso aqui de Santa Quitéria, inclusive. Além disso nós atuamos na fiscalização do transporte, né, isso é muito importante, nós aprovamos o transporte de materiais que tenham materiais nucleares.

Bom, a nossa atividade, ela é uma atividade fortemente ancorada no, na área internacional, existe um órgão das Nações Unidas, que a Agência Nacional de Energia Atômica que elabora uma série de agendas relativas a proteção contra os efeitos nocivos das radiações ionizantes e estabelece aí uma série de instrumentos pra que seja efetiva essa agenda, né, são os acordos de salvaguardas, as convenções, por exemplo que o país é signatário na área de segurança nuclear, na área de resposta a emergências nucleares, também códigos de conduta e as atividades de cooperação técnica, há uma cooperação técnica internacional muito grande nessa área, então esse órgão ele desenvolveuma série de standards de padrões, de normas de segurança pra utilização da tecnologia nuclear e essas, esses standards, essas normas, né, eles acabam fundamentando a nossa regulamentação.

Nós temos então cinquenta e oito normas regendo a segurança nuclear da utilização das radiações ionizantes no país que são aplicadas pra diversos, pra diversos grupos, né, instalações nucleares, controle de material nuclear, proteção radiológica, controle de minerais nucleares, transporte, instalações radioativas, são as instalações médicas, industriais que eu falei pra vocês, certificações de pessoas, são os especialistas que atuam nessas áreas, rejeitos radioativos e as atividades de descomissionamento. Tudo isso é regulamentadopela comissão.

Bom, os principais instrumentos de atuação da comissão, é o licenciamento, o licenciamento é obrigatório, nenhum empreendimento pode utilizar fontes de radiação ou pode desenvolver atividade nuclear sem que haja o licenciamento prévio, além disso, nós reali, esse licenciamento ele não é cartorial, ou seja, não simplesmente uma apresentação de uma documentação para o órgão e esse licenciamento ocorre, há uma atividade de revisão e avaliação pala CNEM que faz exigências, pedidos de esclarecimentos e verifica o que a documentação de fato responde ao estabelecido na regulamentação, além disso, nós realizamos a fiscalização, nós temos um escritório, por exemplo, em Fortaleza, nós realizamos a fiscalização dessas atividades que são licenciadas. E se caso necessário para impor o cumprimento dos nossos requisitos, é existem instrumentos de coerção, como nós chamamos, que são multas e medidas cautelares.

Bom, o PROJETO SANTA QUITÉRIA, ele vai ser detalhado mais à frente, mas, ele basicamente se constitui de um projeto com uma instalação minero-industrialde obtenção de fosfato e uma instalação nuclear né, parte do processo é uma instalação nuclear, onde é obtido o concentrado de urânio, né.

Por favor. Aqui nós temos uma imagem, dá, esquemática, mas, então ocorre de fato pra nós dois licenciamentos, um licenciamento da instalação minero- industrial e o licenciamento da instalação nuclear.

Por favor. Na parte minero-industrial o que nós temos é a aplicação do estabelecido na norma 4.01, onde são estabelecidos os requisitos de segurança e proteção radiológica com vistas à obtenção da autorização para uso e armazenamento de minérios, matérias-primas e materiais contendo radionuclídeos das séries naturais do urânio e tório em instalações minero-

industriais, ou seja, há um processo de licenciamento associado a essa obtençãodo fosfato.

Por favor. Essa norma estabelece então uma categorização e a partir dessa categorização há o estabelecimento de requisitos específicos pro licenciamento.

Por favor. Então, o que está estabelecido no rito de licenciamento dessa norma é a necessidade de aprova, de apresentação de informações preliminares com o objetivo da classificação dessa instalação e o pedido de autorização, conformeeu já expliquei.

Por favor. Bom, é no caso da categoria dois, nós teremos como requisito a apresentação do programa de proteção radiológica, do programa de monitoração radiológica ambiental, gerencia de rejeito, e o plano preliminar de descomissionamento que deve ser implementado ao final da operação dainstalação. No caso da instalação, nesse momento a INB apresentou então umasolicitação.

Pode passar. Uma solicitação de proposta em, de interface né, de fronteira entre essas duas instalações e apresentou o relatório de informações preliminares com vistas à classificação da instalação. Bom, em relação a instalação nuclear, a parcela nuclear da instalação, nós temos um conjunto amplo de normas aqui, nós citamos três principais que regem o licenciamento dessa instalação em si.

Por favor. Esse licenciamento, ela, ele, ele basicamente ele inclui três etapas fundamentais, a aprovação de local, a licença de construção e autorização de operação.

Por favor. E em termos de aprovação de local, o que nós vemos é a influência da instalação no local e a influência do local na instalação, ou seja, fontes de riscos que podem estar associados ao local, por exemplo, atividade sísmica, por exemplo, a possibilidade de uma inundação, isso tudo é avaliado durante o processo de licenciamento. Na parte de construção são avaliados os sistemas intrínsecos, eu não vou aqui conseguir detalhar tudo isso, mas são avaliados nos sistemas intrínsecos de segurança que fazem parte da instalação, além disso são apresentados os planos preliminares de proteção radiológica, de monitoração ambiental.

Por favor. É, por fim, o relatório final de análise de segurança é apresentado comvistas à obtenção da autorização de operação, onde há todo um detalhamento de projeto e das medidas operacionais que são adotados e procedimentos que são adotados pra proteção do público dos trabalhadores que estão ali presentes.

Por favor. Bom, os tópicos são: o plano de proteção radiológica, o plano de segurança física, também a segurança física ela é avaliada, se, não podem haver intrusões não autorizadas nesse tipo de instalação, plano de emergências, plano de garantia da qualidade, enfim, um conjunto de planos que são avaliados durante esse processo de licenciamento. Nesse momento INB então apresentou o relatório de local com vistas a aprovação do local e essa documentação se encontra em análise pela CNEM.

Por favor. Bom, eu termino minha apresentação então somente mencionando que a radiação, ela faz parte das nossas vidas. É se nós comemos uma banana,nós nos expomos a uma dose de radiação, se nós viajamos no avião, nós nos expomos a uma dose de radiação, nós nos expomos normalmente no meio ambiente, existem fontes de radiação que nos expõe a radiação. Se nós nos submetemos a um raio X, a uma tomografia computadorizada, nós nos expomosa radiação. E o objetivo se nós pudéssemos sintetizar o objetivo do licenciamento nuclear é, assegurar que essa dose de radiação ela seja uma fração do limite do público que é estabelecido pela radia, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que ela é cerca de um décimo, inferior a um décimo do que nós estamos expostos no nosso dia a dia pelo meio ambiente. É inferior a uns vinte avos do que nós estamos expostos a fazer um exame de tomografia computadorizada, esse é um limite rígido, esse é um limite conservador que implementado pela comissão e cabe ao operador apresentar a demonstração e a garantia de que esse limite vai ser respeitado, e se essas garantias não forem suficientes a autorização simplesmente não é concedida. Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Ricardo, excelente apresentação. Queria só repetir algo da tua fala que é bastante importante, é, repetir pra vocês que o PROJETO SANTA QUITÉRIA, ele tá sofrendo dois licenciamentos, um licenciamento por parte do IBAMA, onde o IBAMA está avaliando todos os impactos ambientais que decorrem, que são oriundos da operação, da possível operação da, tanto da extração do urânio associado aos fosfato como também o seu beneficiamento nas instalações nucleares e isso a equipe do IBAMA está avaliando e somente depois que o IBAMA avaliar, identificar que existe uma viabilidade ambiental é que o IBAMA emite a sua primeira licença que seria a licença prévia e só depois a gente vai pra um segundo momento que seria a licença de instalação aonde de fato teríamos obras pra lá na frente a gente ter uma licença de operação pra realmente operar essa, essa, esse projeto, então assim, temos vários passos pela frente, esse aqui é o primeiro deles. E também o projeto sofre um licenciamento nuclear aonde a CNEM faz todo um licenciamento baseado em questões de segurança, de verificar os níveis de radioatividade que tanto as pessoas que estarão trabalhando na mina, quanto as pessoas que moram ao redor e as pessoas que moram num raio ainda mais afastado da mina, está, terão essas medidas radioativas licenciadas, verificadas pela CNEM, e é importante ficar claro pra vocês que isso é um dever tanto do IBAMA quanto da CNEM avaliar isso pra ter certeza que os senhores, principalmente pra quem mora perto, né, não terá risco tanto de impactos ambientais, como os riscos advindos de, do perigo que tem as questões de radioatividade.
É, e também uma fala que o Ricardo trouxe, que eu queria repetir, é de que esse licenciamento ele não é cartorial, não é algo que vai lá no site, preenche uma fichinha e já sai a licença, não, tanto o, licenciamento do IBAMA quanto o da CNEM, são licenciamentos longos, com critérios, com visitas, com vistorias, comanálises, ouvindo a população, tanto é que estamos aqui, a Audiência Pública ela não serve só pra cumprir um rito que tá na legislação, ela serve pra gente coletar as impressões de vocês, informações que vocês estejam trazendo e que por ventura o empreendedor não trouxe, estamos aqui para avaliar a percepção

que vocês têm do projeto, isso tudo faz parte do licenciamento e vai pra dentro do processo de licenciamento ambiental do IBAMA, que eu friso pra vocês, costumo dizer mais pro meio da audiência, mas friso pra vocês agora que é totalmente público, qualquer um de vocês, qualquer pessoa pode ter acesso ao nosso processo de licenciamento, basta encaminhar um e-mail informando o seuendereço de e-mail para que a gente dê acesso via, via internet, via sistema SEI para que tenha acesso integral ao processo.

Dando prosseguimento as nossas, as nossas apresentações, eu vou passar para apresentação do projeto propriamente dito pra INB, o Rogério Carvalho que vai fazer a apresentação, eu friso, pelo menos vai começar, né, Rogério?
E eu friso que vocês vão ter vinte minutos, mas a minha equipe também tá pedindo para dar um recado que várias pessoas têm perguntado, como é que faz para encaminhar as perguntas?

É quem, tá aqui presencialmente, recebeu uma cartilha, dentro da cartilha tem uma fichinha, nessa fichinha você pode encaminhar a pergunta ou escrever manifestação oral, seja para fazer pergunta de forma oral, seja para fazer a sua manifestação e isso no momento do debate que é no segundo momento da audiência que vai começar cerca daqui uma meia hora, um pouco mais e para quem está assistindo a audiência via Youtube pode encaminhar as suas perguntas pro e-mail: psq.ap.sede@ibama.gov.br, também para contato @ consorciosantaquiteria.com.br ou através do telefone 08004021030. Rogério, por favor.

Rogério Mendes Carvalho – Diretor de recursos Minerais – INB: Muito boa noite a todos. Meu nome é Rogério Mendes Carvalho, ocupo a função de diretor de recursos minerais da Indústrias Nucleares do Brasil, a INB, e sou um dos representantes legais do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA.

Eu quero citar e agradecer a presença do prefeito de Santa Quitéria, José BragaBarroso e também estendo o agradecimento aos ex-prefeitos que estão aqui presentes, doutor Tomás Figueiredo e Chagas Mesquita. Para iniciar nós vamospassar um breve vídeo, que eu pediria a mesa pra projetar, por gentileza.

Apresentação de vídeo

Rogério Mendes Carvalho – Diretor de recursos Minerais – INB: Dando então continuidade. Que momento é este, que nós estamos aqui reunidos nessa noite, nesta Audiência Pública? Este é um momento de falar, é o momento de apresentar o PROJETO SANTA QUITÉRIA e é também o momento de ouvir, queremos ter as percepções, queremos ter o comentário das pessoas e das populações.

Esse projeto então, ele é concebido com um propósito também de melhorar a vida das pessoas o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA é composto por duas empresas, a GALVANI que é uma empresa cujo negócio são os fertilizantes, é

uma empresa privada e a INB, Indústrias Nucleares do Brasil é uma empresa estatal e que consorciaram formando esse CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA, a INB é uma empresa pública, uma empresa estatal.

E quais são os princípios que nós temos dentro do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA e que queremos passar pra vocês, integridade, integridade vai muito além de honestidade. Integridade pressupõe conduta, pressupõe ética, pressupõe respeito, pressupões querer fazer o bem, pressupõe ética e transparência e por isso estamos aqui reunidos num processo de transparênciade apresentar o projeto.

Inovação, queremos ter uma cultura inovadora e um espírito empreendedor, apresentar o que há de melhor em termos de um projeto.

Envolvimento em criação de emprego, um trabalho junto com a sociedade, junto com as populações e também junto com o poder público, então essas, esses três princípios são fundamentais e tão dentro inerentes ao PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Queremos então com isso fazer uma construção de um projeto coletivo com participação, então tem uma efetiva das comunidades. Queremos então criar um projeto economicamente próspero, socialmente justo, ambientalmente sustentável e culturalmente diverso com a participação de todos.

E onde está localizado o PROJETO SANTA QUITÉRIA? Essa é uma jazida única, é uma jazida brasileira, uma jazida que está no estado do Ceará, é uma jazida que está no município de Santa Quitéria, então o projeto tem que ser desenvolvido nesse contexto, nas proximidades, no entorno da jazida Itataia.

Essa é uma imagem que mostra do lado esquerdo a Fazenda Itataia e a área ocupada pela Fazenda Itataia e o direito minerário, que é a concessão que o governo dá para as empresas pra poder desenvolver o projeto e pra poder minerar. E do outro lado está uma representação do projeto, que basicamente é uma mineração com as estruturas típicas e tradicionais de uma mineração, então nós teremos uma mina, nós teremos uma pilha de estéreo, uma pilha de fosfogesso e cal, e teremos uma área industrial, e uma área de infraestrutura envolvendo isso tudo, além de um complexo produtivo de beneficiamento de minérios. É importante ser dito que a área ocupada pelo projeto corresponde a somente nove por cento da Fazenda Itataia, e zero, zero quatro por cento da soma das áreas dos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena. Então nós estamos falando de uma área muito, muito pequena.

Quais são os produtos então que esse projeto vai gerar?

Vamos gerar três produtos, vamos gerar um fosfato para fertilizantes, então, os fertilizantes fosfatados são o primeiro produto, um milhão e cinquenta mil toneladas para a agricultura. Vamos gerar um segundo produto que é o fosfato bi cálcico, para ração animal. E vamos gerar um concentrado de urânio pra fins de geração de energia.

A área então de fertilizantes corresponde a noventa e nove, oito por cento de toda a massa de produtos gerados e esses produtos vão ser gerados livre de urânio, livre de urânio. E o concentrado que vai ser destinado para as usinas de Angra dos Reis correspondem a somente zero, dois por cento dos produtos gerados no projeto.

O projeto pressupõe uma logística ampla, ele atinge não somente o estado do Ceará, mas, ele atinge as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, vaiter uma ampla logística de distribuição desses produtos, de insumos e de produtos que são os fertilizantes. Os fertilizantes e os insumos eles usam rotas iguais, então há uma. Um uso muito grande frete retorno, que corresponde, comopode ser visto na imagem, cinquenta e um por cento dentro da, das cargas planejadas pelo consórcio e mais trinta e um por cento aproveitando o frete retorno.

Próximo. E quais são os benefícios desse projeto? Nós temos investimentos sendo realizados pelo consórcio de 2.3 bilhões de reais, nós teremos 3 bilhões de reais de melhoria na balança comercial, que é o resultado entre as exportações e as importações, então nós temos um benefício positivo de geração de uma balança comercial positiva para o país de 3 bilhões de reais, vinte e cinco por cento de todo o fertilizante necessários para as regiões Norte eNordeste vão ser fornecidos por este projeto e, no que diz respeito e fosfato bi cálcico para ração animal, vamos ter cinquenta por cento. Em termos de produção de concentrado de urânio esse projeto vai ser suficiente pra alimentar, para a bastecer mais de três vezes a necessidade de Angra I, mais Angra II, mais Angra III.

Em termos de empregos que são outros grandes benefícios, em termos de empregos diretos durante as obras o consórcio e o projeto vai gerar dois mil e oitocentos empregos diretos e cinco mil e seiscentos empregos indiretos, adicionalmente, durante as operações geraremos quinhentos e trinta e oito empregos diretos, e duas, e duas mil e trezentos empregos indiretos, durante asoperações, que vão durar vinte anos.

E os benefícios socioeconômicos? Observem nesses gráficos que em termos de massa salarial, em termos de arrecadação de impostos, e particularmente em termos do PIB, que é a geração de serviços, de bens e de serviços, a todas as somas de bens e serviços, nós vamos gerar cifras milionárias em reais, tanto nomunicípio de Santa Quitéria, quanto na região inteira de abrangência do projeto. Nós estamos falando em termos de bens e serviços, sair de zero, cinco bilhões de reais do PIB de Santa Quitéria e ir pra 4,9 bilhões de reais, imaginem a geração de emprego, de renda e de propulsão na economia local, vamos ter umaumento em Santa Quitéria em particular de 9,8 vezes a geração de riqueza e ageração de bens e serviços, isso pressupõe emprego pra todas as pessoas. E na região é como um todo, vamos ter um aumento de 3,6 vezes o que nós já temos hoje instalado na região.
Esse então é um projeto que está em comum acordo com o pensamento das populações, a Federação das Indústrias do estado do Ceará está desenvolvendoum conjunto com todos vocês, um plano de desejos e de vocações das cidades e o que as cidades querem, emprego, renda, distribuição, criação de um polo

turístico, uso dos recursos naturais e os recursos minerais é um recurso natural. Então o projeto está casado com os anseios da população e, por fim, é um projeto que eu deixo esse tema pra vocês todos pensarem, os senhores pensarem, uma nova era na produção conjunta de fosfato e de urânio e valorizando então as riquezas da nossa terra. Eu passo então a palavra para o Rafael, que vai dar continuidade.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Boa tarde sou o Rafael, sou o gerente de meio-ambiente, saúde e segurança da Galvani e eu venho nessesúltimos anos trabalhando aqui com a equipe em todo o diagnóstico ambiental que vem sendo feito na área e nos estudos que foram apresentados praavaliação do IBAMA e da CNEN. Antes de eu começar a minha apresentação agente vai passar um vídeo que explica um pouco, um pouco mais o projeto pra vocês.

EXIBIÇÃO DO VÍDEO

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Então pessoal eu vou mostrarpra vocês um pouquinho da mudança e da evolução tecnológica daquele projeto que vocês conheceram em dois mil e catorze e do projeto que foi apresentado então pra avaliação do IBAMA e da CNEN. Vocês conheceram esse projeto quetá aqui no lado esquerdo, aquele que tinha uma barragem, o que que houve? Houve uma grande mudança tecnológica e hoje o beneficiamento do minério eleé feito a seco, isso trouxe algumas melhorias em termos tanto do projeto, do processo, mas, também na gestão de riscos ao meio-ambiente e as pessoas, então a gente vai falar um pouquinho mais disso.

Uma das principais consequências da mudança da rota tecnológica do processoa seco foi a redução no consumo d'água, então o projeto novo ele traz uma redução de dezessete por cento no consumo d'água, além disso ele eliminou a barragem de rejeitos, o que que significa né, além da gente ter uma otimização no consumo d'água isso também traz uma melhor gestão de riscos e um sistemade águas totalmente fechado, significa que no novo projeto nós não temos descarte de água ou de efluente pro meio-ambiente. Uma outra estrutura importante é a pilha de fosfogesso e cal, justamente o material que antes ia pra barragem hoje ela vai pra pilha de fosfogesso e cal, vocês podem notar que o tamanho da pilha é o mesmo né, o que mudou é justamente o processo e uma maior compactação desse material na pilha, trazendo mais segurança a essa estrutura. Um outro ponto importante, vocês podem notar pela diferença do tamanho de um projeto e do outro, foi a redução da área ocupada e a redução da área de supressão vegetal, isso reduz como vocês vão ver na apresentação da consultoria ambiental, os impactos direto a fauna e a flora local.

Um outro ponto importante nesse projeto, o investimento é maior né, então todas essas melhorias elas trazem um investimento maior, mas, também elas trouxeram uma capacidade de produção também maior, isso significa melhor aproveitamento do recurso natural que tá na jazida de Itataia. E por fim um ponto

importante em termos de sustentabilidade, energia limpa, o projeto ele é capaz de autoproduzir noventa por cento da sua energia, como vocês viram no vídeo né, a partir da unidade de ácido sulfúrico. Então seguindo um aspecto importante desse projeto é justamente a parceria que existe com o governos do estado do Ceará. Esse tipo de parceria né, esse tipo de investimento do estado é uma prática do governo e ele ocorre quando o, existem projetos que trazem um desenvolvimento territorial como o Rogério apresentou, então nesse caso, no caso do projeto o estado entra com investimentos importantes estruturantes, o primeiro deles é a adutora de água, a adutora que vai ser construída e atualmente ela está em licenciamento pela CEMAS, vai ser construída desde o açude Edson Queiroz ou Serrote até o projeto. Um ponto importante desse projeto é justamente o abastecimento também de três comunidades né, Morrinhos, Queimadas e o Distrito de Riacho das Pedras.

Um outro projeto importante é o acesso rodoviário, então a Secretaria de Obras Públicas definiu que o transporte de cargas deve seguir pela BR 020, pela CE 366 no entroncamento de Macaó e a partir daí seria executado um contorno no Distrito de Lagoa do Mato e o asfaltamento de um outro trecho de dezessete quilômetros até a Fazenda.
A terceira obra de infraestrutura importante é a linha de transmissão que vai ser instalada desde aqui, da subestação de Santa Quitéria, até o projeto, e por fim duas medidas essenciais para que o projeto tenha sucesso, capacitação, educação e melhoria na urbanização e nos serviços públicos dos municípios. Então esse é um outro compromisso do estado do Ceará junto ao projeto, junto as prefeituras e junto à comunidade. Esse é um ponto importante né, a questão da disponibilidade hídrica e o consumo d'água, então, a Secretaria de Recursos Hídricos junto com a COGER emitiram um estudo ambiental, o estudo apresentado na nota técnica que trata na questão da disponibilidade hídrica e da projeção do consumo d'água pra todos os usos né, o uso humano, o uso na irrigação, o uso industrial e os outros usos, atestando que num longo prazo o projeto pode ser atendido pela infraestrutura do estado.

Então apresentando alguns números importantes, a água vem do açude Edson Queiroz, nós conseguimos reduzir dezessete por cento do consumo d'água e também uma eficiência no consumo d'água, hoje a gente produz mais produtos com menos água.

Bom, a CNEN apresentou como ocorre o licenciamento minero-industrial né, e o licenciamento da unidade de urânio, então vocês podem observar aqui nessa imagem que não é só a quantidade de produto fosfatado que é bem maior, mas, também a área da instalação nuclear ela é bem maior, da, da instalação minero-industrial ela é bem maior do que a área da instalação de urânio, e justamente em função dos cuidados, e do regramento, e das normas da CNEN esse projeto além, ele tem outros controles importantes relacionados à segurança, saúde dos trabalhadores, que é justamente o programa de proteção radiológica aos trabalhadores e o programa de monitoração ambiental pré-operacional, ele é feito minimamente dois anos antes da operação, ele continua depois nas fases de instalação e operação. Esse é justamente o programa de monitoração ambiental que tá sendo iniciado nesse mês e, como vocês podem ver aqui na figura, nós temos pontos de monitoração logo imediatamente na borda do

projeto, nós temos outros pontos dentro da fazenda e outros pontos que chegam na comunidade e avançam na bacia hidrográfica, então, esse é o programa que garante que os níveis de radiação na região não serão alterados, esse é o controle apresentado aqui pela CNEN pra monitoração do projeto.

Bom, falando um pouco sobre o ciclo de vida desse projeto né, justamente nesse momento nós estamos na fase de licenciamento ambiental e nuclear pela CNEN, então nós devemos cumprir todos o rito, como foi apresentado aqui pelo IBAMA e pela CNEN, pra aí sim conseguir iniciar as obras a partir da emissão das licenças de instalação, então dentro do nosso planejamento nós estimamos que as obras devem durar dois anos, nesse período seriam gerados cerca de dois mil empregos, dois mil e oitocentos empregos diretos, depois a vida útil do projeto cerca de vinte anos, esse dimensionamento ele é dado pela quantidade de minério na jazida de Itataia e também pelo dimensionamento do projeto da nossa planta industrial como vocês viram no filme. E por fim, uma etapa que ela não começa quando o projeto se finaliza, ela começa desde o início do projeto que é o que a gente chama de plano de fechamento, algumas estruturas como a pilha de estéril, a pilha de gesso e a mina, elas vão sendo fechadas gradualmente pra que no final desse período de vinte anos a gente tenha um período mais curto de encerramento das atividades.

Então em todas essas fases são gerados empregos diretos e indiretos como vocês puderam observar.

Bom pessoal, alguns de vocês já me conhecem, eu tive aí ao longo desses dois últimos meses fazendo diversas reuniões com vocês, não só eu, mas, a equipe do consórcio que está aqui representada, a gente teve a oportunidade de conversar bastante, esse é um, um período que nós iniciamos em dois mil e dezenove, nós tivemos uma intensidade maior nesse momento e ele continua né, nós estamos abrindo um escritório aqui em Santa Quitéria, um outro escritório em Lagoa do Mato. Então, eu gostaria que vocês aproveitassem essa oportunidade pra tirar as dúvidas, trazer pra cá os questionamentos de vocês, que a gente possa ter um momento importante aqui de conversa e debate, pra esse projeto avance em harmonia né, com os anseios aqui da população de Santa Quitéria e da região.

Antes de eu passar a palavra pra consultoria ambiental que vai falar sobre a viabilidade ambiental e social do projeto, a gente vai passar mais um vídeo, novamente eu agradeço a atenção de vocês e a oportunidade de tá aqui na casa de vocês, obrigado.

EXIBIÇÃO DO VÍDEO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradecemos ao Rafael e ao Rogério pelas, pela apresentação do, do projeto. Antes de passar a palavra pra TETRA só queria registrar a presença do senhor Amilcar da Silveira que é o presidente da FAEC, ele inclusive teve aqui falando comigo, mas, não sabia exatamente qual era o seu cargo e desculpa não ter citado a sua presença anteriormente, assim como, o senhor Eduardo Gipson

Martins, que é ex-juiz de direito aqui de Santa Quitéria. Eu sei que esse período das apresentações termina sendo um pouco longo, um pouco cansativo, mas, é importante a gente passar por ele, pra esclarecer, pra trazer as informações iniciais pra que a gente faça um debate de qualidade num segundo momento, então eu vou pedir a paciência de vocês mais um pouquinho, vou passar agora a palavra pra, pra Cláudia da empresa TETRAMAIS pra poder fazer a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental que está em análise pelo IBAMA.

Maria Cláudia Paley – TETRAMAIS Consultoria Ambiental: Alô, boa noite. Ah, agora sim. Bom antes de mais nada, agradeço pela atenção de vocês, meu nome é Maria Cláudia Paley e eu sou representante da TETRAMAIS Consultoria Ambiental, que é a consultoria responsável pela elaboração do estudo de impacto, é uma consultoria que atua em todo o Brasil, tem mais de noventa projetos realizados e contou pra esse trabalho com mais de cinquenta profissionais envolvidos né, é um amplo estudo, bastante robusto e que trata decada um dos impactos ambientais do projeto.

Já foi falado aqui, mas por que que esse estudo é necessário? Ele é necessário porque ele é uma base técnica para o IBAMA no processo de obtenção da licença prévia, né, ela é a base pra essa análise. E ele é um estudo que, por isso, ele, enfim, por tratar da licença prévia, ele tá na primeira fase desse processo delicenciamento que depois segue como já foi falado aqui. E o que é o empreendimento? Empreendimento é o PROJETO SANTA QUITÉRIA, que como vocês viram é um projeto de mineração que vai produzir fertilizantes e 1:50:30 (falha no áudio) pecuária e que hoje são importados e com essa oferta eles, a gente passa abastecer o mercado brasileiro com um produto aqui regional e além disso vai produzir urânio que está associado a rocha do fosfato pra geração de energia elétrica.

Esse projeto portanto, ele tem uma importância para o Brasil, ele tem uma importância nacional, ele tem uma importância regional, porque vai oferecer esses produtos pro desenvolvimento da agricultura e da pecuária nas regiões Nordeste e Norte do país e ele também tem uma importância local porque ele significa um investimento que vai trazer outros investimentos e infraestrutura no estado, na região, além de desenvolver oportunidades de trabalho, de formação profissional, de renda e dinamização da economia nos municípios aqui ao redor,né.

O RIMA, o Relatório de Impacto Ambiental, é uma peça importante do processo de licenciamento ambiental porque ele tem por objetivo comunicar de uma forma fácil, de fácil entendimento a todos sobre quais são os principais resultados do EIA, né, ele é uma peça importante (1:51:54 Falha no áudio) pra Audiência Pública, que é aqui conduzida pelo IBAMA, momento no qual o IBAMA está atento pra ouvir manifestações, (1:52:04 Falha no áudio), lideranças de organizações sociais moradores locais.

Então passado um.

Por que não vai? (ela fala com alguém).

Agora sim. Então o que é o EIA, o Estudo de Impacto Ambiental? Ele, o EIA é um processo de análise que envolve compreender o projeto e influenciar o projeto pra que ele se torne melhor.

Esse projeto ele é, ele, ele passa por modificações ao longo da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental que tem por objetivo evitar impactos negativos, reduzir outros que vão ocorrer ao mínimo aceitável, né, pra isso é necessário aquele conjunto de profissionais, cinquenta profissionais de diversas formaçõespra que possa analisar cada componente do ambiente natural e do ambiente social, da sociedade e entender cada alteração que pode ser desencadeada peloPROJETO SANTA QUITÉRIA na sua fase de planejamento, de implantação, deoperação até o seu encerramento.

Então cada impacto é analisado e pra cada um deles são propostas medidas que podem ser, no caso dos impactos negativos, medidas pra evitar, reduzir a intensidade do impacto, recuperar o ambiente ou compensar impactos negativos. Mas não são impactos negativos, tem transformações e alterações que são positivas, que são esperadas e que fazem parte daquilo que se espera com o projeto de produção mineral. Então essas medidas positivas, esses impactos positivos também podem ter a sua, o seu resultado ampliado e melhor a partir da proposição de outras ações e outras medidas que fazem parte hoje do empreendimento. Então assim com a conclusão do EIA o PROJETO SANTAQUITÉRIA não é mais só um projeto de engenharia, ele é um empreendimento que contempla o projeto de engenharia, o seu projeto melhorado com sistemas de controle e também um conjunto de ações que tão, que tão consolidadas em programas sociais e ambientais que passam a re, a se tornar um compromisso do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pra que o projeto se realize. Então de posse disso tudo a equipe responsável pelo estudo de impacto ambiental conclui pela viabilidade ambiental do empreendimento. E essa viabilidade é garantida por esse compromisso estabelecido no Estudo de Impacto Ambiental e que hoje é colocado aqui pra análise de vocês.
A partir dessa conclusão do EIA esse EIA é submetido ao IBAMA e o IBAMA farásuas análises pra julgar a viabilidade ambiental do empreendimento e se assim julgar, emitir a licença prévia, é isso que o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA espera e a partir daí é estabelecido um compromisso de continuidade do projeto, essa continuidade envolve o que?

Envolve detalhar esse compromisso no chamado PBA, Plano Básico Ambiental,detalhar o projeto ainda mais até o nível executivo e a partir daí então solicitar a licença de instalação que a partir de quando se dá o início a execução de PBA. Essa execução envolve a contratação e a mobilização de uma equipe local pra gestão, execução dessas ações, um compromisso de monitoramento continuo da qualidade ambiental e a partir daí, e a partir daí também estabelecer um canal.

INTERRRUPÇÃO: Manifestação do público, continua Maria Cláudia.

Maria Cláudia Paley – TETRAMAIS Consultoria Ambiental: Posso continuar? Bom, como eu vinha dizendo então, a partir da próxima etapa que seria a solicitação da licença de instalação é que pode se ter o compromisso da execução do projeto, né, estamos ainda na fase de licença prévia.

Eu agradeço pelo atenção de vocês, vou passar a palavra agora pro Ricardo que vai dar continuidade a essa apresentação. Muito obrigada.

Ricardo Lieutaud – Gerente TETRAMAIS: Boa noite pessoal, meu nome é Ricardo Lieutaud, eu sou gerente de projetos aqui da TETRAMAIS, hoje eu tenho aqui o prazer de apresentar um pouco mais desse projeto que a Cláudia já fez a introdução e representar também um pouco dessa equipe que a gente juntou né, reuniu pra poder desenvolver esse estudo.

Então como que começa o estudo ambiental? O primeiro passo é entender o projeto como um todo, é aí que a gente vai entender o que vai ser produzido, quais as estruturas que vão ser construídas, aonde elas vão ser construídas e como que vai ser todo funcionamento desse empreendimento.

O passo seguinte é comparar esse desenho com outras alternativas, justamente para viabilizar e possibilitar o menor impacto possível sobre o ambiente.

Então já foi apresentado, né, pelo empreendedor e a gente sempre tá vendo essa figura, mas, essa vai, vocês vão ver até o final da noite, bastante esses mapas.

Esse é o PROJETO SANTA QUITÉRIA, foi a alternativa escolhida, que causou o que resultou no menor, na menor interferência na área ocupada, na menor interferência em cavidades né, nas cavernas, menor número, menor área de supressão vegetal e menor interferência na áreas de preservação permanente. E uma vez definido o projeto a gente passa a definir a área de estudo, né, a área de influência desse empreendimento. Área de influência pro meio físico, físico e biótico, que aonde a gente faz a análise dos rios, das águas, do solo e do meio biótico a parte de vegetação e dos animais.

Então foi definido essa parte maior e rosa como a, uma parte da bacia do rio Groaíras como área de influência indireta. Área de influência indireta é onde a gente considera que vão, que os impactos vão ocorrer de uma forma reduzida ou com menor intensidade.

Já a área de influência direta que é essa representada no verde e aí vocês podem ver o que eu o que eu falei né, do projeto, do desenho dele, é foi considerada a sub bacia do rio Cunha-Moti, que ele passa próximo ao empreendimento.

Já pro meio socioeconômico que onde a gente faz os estudos aí da população, que a gente faz os estudos das finanças dos municípios, de como, né, o território se comporta como um todo.

Soltou tudo aqui Tiago (ele fala com alguém).

Então foram escolhidos como área de influência direta o município de Santa Quitéria e Itatira e como área de influência indireta o município de Madalena e Canindé.

Aqui eu queria reforçar também um pouco da fala da Cláudia, quando a gente fala de impacto e tudo isso, não é só, não são só os impactos negativos, expositivos também são considerados especialmente aí no território como um todo.

Então, como, pra que que serve essa definição, essa área de influência? É aí que a gente vai fazer o diagnóstico ambiental que é na verdade o, a fotografia da região, da do território, é como esse ambiente tá hoje frente, do ponto de vista tanto ambiental como social. Então pro maio físico, diversas normas e legislações definem os níveis de qualidade do ar, os parâmetros e os níveis aceitáveis de saúde, né, pra isso, então foi feito o estudo de análise da qualidade do ar , esse estudo foi distribuído em alguns pontos estratégicos considerando toda a questão do vento e da localização de comunidades, todos os parâmetros tão dentro do, da legislação, tão dentro dos níveis recomendados aí por essas normas que eu citei , além disso como eu falei a gente tá prevendo aqui um marco zero, né, ter a situação atual pra poder avaliar uns possíveis impactos. Então foi feito um estudo de modelagem que é na verdade, considero como o, a qualidade do ar tá hoje em cima do empreendimento operando com as chaminés, com as movimentações de máquinas tudo isso. E ainda assim o resultado considera que os níveis vão tá dentro de legislação aceitáveis, da legislação vigente, não há uma previsão de impacto sobre as comunidades do entorno, especialmente sobre Queimadas e Morrinhos.

O mesmo pra ruídos e vibração, é foi feito aí, foram analisados vários pontos pra ruído e vibração de forma que não houvesse nenhum receptor crítico que são as pessoas que podem ser afetadas pelo empreendimento ficassem de fora e os níveis também de ruído vão pra dentro do, do recomendado pelas normas técnicas.
Dessa forma a gente considera nesses dois temas, dois impactos principais, uma possível alteração dessa qualidade e um possível aumento dos ruídos e pra isso existem os programas ambientais, esses programas eles visam não só diminuir, mas também acompanhar e monitorar esses parâmetros que eu tô citando. Esses programas, eles são acompanhados de medidas de controle, sempre. Então aqui a gente apresenta alguns exemplos de como evitar e minimizar esses possíveis impactos. Então, por exemplo, pra parte de poeira, é o Consórcio durante a operação e as obras é prevista a umectação das vias, ou seja, a água que dentro do processo que foi apresentado pelo empreendedor, ela vai ser utilizada pra manter a, o material úmido e dessa forma não ter o levante de poeira ou dispersão desse material.

Quanto o solo da região e a geografia, o PROJETO a fazenda Itataia, ela tá numa área protegida naturalmente, ou seja, vocês conseguem ver no entorno, em cima, né, ao norte do empreendimento, tem a serra, tem a serra do Céu, ao leste aqui um pouco do lado direito, né, do, acompanhando a linha verde, a serra das

Laranjeiras que vai seguindo também toda parte da serra do Quati, isso daí dá uma proteção natural para o empreendimento. Além dessa proteção, dessas serras, né.

(Manifestação do público).

Ricardo Lieutaud – Gerente TETRAMAIS : Legal gente, voltando aqui, é o proje, como eu tava dizendo o PROJETO ele tá nessa situação , nessa proteção natural, né, e dentro dos impactos previstos pra esse componente a análise e todo o, todo a equipe técnica considera que os impactos eles são locais, ou seja, eles ocorrem unicamente dentro da fazenda Itataia, na área do PROJETO SANTA QUITÉRIA, não há uma previsão de dispersão e ainda assim há medidas e programas especialmente pra controlar, pra minimizar e pra dimi, prevenir o que esses impactos ocorram.

Quanto aos cursos d'águas, os principais cursos d'águas aqui da região eles são intermitentes, ou seja, durante a época de chuva eles têm o seu percurso, mas na época da seca eles entram nesse, na, junto com a água, a estiagem.

Aqui eu queria destacar que o PROJETO assim, apesar, como o empreendedor comentou, toda água dentro do PROJETO ela vai ser mant, segurada e recirculada, pro, pra fazer, pra operação do, da mina e do industrial.

Ainda assim não há uma previsão de impacto na drenagem natural do, da bacia, ela continua, aqui a gente pode, se vocês verem mais ao norte as drenagens e as cabeceiras, elas seguem e continuam sua, seu dreno aí pra, pro baixo Acaraú.

O mesmo pra água subterrânea, ela continua seu fluxo natural sem previsão de impacto direto sobre esse componente. Também todas as medidas de controle como o acompanhamento da águas que dentro de, do interior do processo o monitoramento da qualidade da água subterrânea, isso também tá sendo considerado isso, uma gestão de obras pra evitar possíveis assoreamento, né, movimentação de terra sobre os cursos d'água, então uma série de medidas praminimizar ao máximo os impactos.
Sobre as cavidades, aqui é um tema importante porque eu queria chamar a atenção sobre interfe, a relação do diagnóstico junto com a engenharia. Então foram feitos aí novos estudos das cavidades, que são as cavernas, né, da região que são estruturas importantes tanto pra questão geológica, como também pra parte da fauna servindo como abrigo, tem uma importância grande desse tema. Então durante o estudo foram feitos novos levantamentos, novas áreas de pesquisa, de caminhamento em todo o entorno aí da, do PROJETO SANTA QUITÉRIA, foram identificadas cento e vinte e seis cavidades das mais diferentes relevâncias e junto com isso e o PROJETO tem uma previsão de afetar apenas cinco cavidades, sendo que dessas, quatro de baixa relevância, ou seja, sem nenhum atributo de interesse conservacionista, de espécies de fauna ameaçadas e uma também de média que também não segue essa linha. E aqui o que eu queria destacar é a forma que o empreendimento, a engenharia e diagnóstico ambiental eles se conversam. Inicialmente havia uma previsão da pilha de estéril, que é essa estrutura aqui onde eu tô apontando o laser, mais ao norte, não sei se todos conseguem ver, ela ser reta, que nem essa figura da

direita do slide, então, ela seria reta, durante os estudos da, de, de diagnóstico foram identificadas essas cavidades apontadas aí, o amarelinho, esses pontos amarelos, são ca, as cavernas e toda área de influência dela que é aonde tem uma importante troca de material, importante área de vida de algumas espécies. Com isso a equipe técnica se reuniu com a equipe de engenharia pra apresentaresse dado, explicar toda a relevância, explicar toda a complexidade desses, dessas estruturas e foi definido esse contorno que é o ilustrado pra justamente minimizar e diminuir qualquer impacto sobre o ambiente, esse específico.

Ainda assim há um comprometimento, como eu disse, tem uma previsão de afetar cinco cavidades, essas cinco vão ser suprimidas pela implantação do empreendimento e outras diversos ai em programas ambientais que tão sendo previstos pra manter a integridade física e natural dessas cavidades, a ideia desses programas é justamente manter essas cavidades né, essas cavernas dojeito que elas tão hoje.

Já quanto ao meio biótico que trata aí a parte da vegetação e dos animais, o estudo identificou uma alta riqueza de espécies vegetais né, das árvores e dos arbustos aqui da região, a grande maioria da, da área de influência direta né, que é essa representada aqui no verde, ela é de uma caatinga arbustiva, que éum pouco, essa foto da direita da parte de cima né, com, com espécie mais dispersas, com os exemplares mais dispersos e essas manchas verdes mais escuras do mapa são, representam uma caatinga mais florestada, com exemplares maiores e mais aproximados. Essa área amarela meio laranja do mapa representa as áreas de uso antrópico, ou seja, é onde a população exploraesse território seja numa plantação como o milho, o feijão, que tá aqui representado, ou criação mesmo de, de, de bovinos e caprinos que tem, que é bem característico. Aqui eu queria destacar que essa, a maior parte do, dessa, essa área de uso da população ela tá distante do empreendimento né, ela não tem uma previsão de ser afetada, ela não tem, não foi considerado nenhum impacto sobre a produção da população, ainda assim os impactos eles vão ser monitorados, eles vão ser acompanhados, ele, existem programas aí, existe, existem programas.

Interrupção: MANIFESTAÇÃO POPULAR, (Mentira, mentira, mentira) – Continua com o Ricardo Lieutaud.

Existem programas aí, não só de monitoramento da po, da vegetação, mas, também de plantio compensatório pela supressão, do, de recuperação de áreas degradadas que é quando uma área utilizada, seja durante a fase de obra durante a fase de, de operação mesmo, ela não vai ser mais utilizada e o, o, esse programa ele recupera as características naturais desse, dessa área.

Quanto a fauna da região, é uma fauna rica, com espécies típicas do serrado, com ampla distribui, serrado, desculpa, da caatinga, ampla distribuição aí em todo o território. O estudo considerou técnica, diversos pontos de amostragem aí, justamente pra abranger o maior número de, de fito, de áreas possíveis, incluindo aí o, os pontos de interesse próximo a população, próximo a, as habitações em casos de por exemplo de insetos que foram avariados, também foram feitos os estudos com borboletas, formigas, todos os animais, além dos

tradicionais né, aves, os ratos, os lagartos, serpentes, tudo isso pra avaliar o, ter um compre, uma compreensão completa aí de todo o, esse componente do meio biótico pra poder propor e avaliar esses impactos. Os levantamentos eles consideraram todos os métodos e técnicas pra minimizar ao máximo os es, o estresse sobre os animais, são procedimentos aí que são autorizados previamente pelo IBAMA, então antes de qualquer trata, tratamen, é, atividade em campo é feito uma solicitação de uma licença e só após essa licença que é desenvolvida a atividade e o mesmo aí pro, pro, pra fauna aquática né, dos peixes e os micro organismos aí da região, que também foram estudados aí ao longo de toda área de influência.

Quantos aos impactos sobre esse componente, tem uma previsão do aumento do fluxo de caminhões, tem uma previsão de um aumento de ruídos ali durante a fase de obras principalmente, isso pode acarretar não só o ferimento de algunsanimais, como também o afugentamento e pra isso são previstos programas específicos pra minimizar e conseguir capturar esses animais, e principalmente os que tem uma menor capacidade de deslocamento né, pra que se possa transferir pruma área segura, que eles não corram risco durante toda essa atividade de obras. Além disso, há um monitoramento, tem um acompanhamento não só durante as obras, mas, ao longo de todo o, a vida útil do empreendimento, operação, tudo pra verificar possíveis alterações e, de, dos componentes da fauna silvestre.

Sobre as unidades de conservação, não há previsão de impacto sobre essa, essas unidades né, que são parques, que são as reservas naturais, mesmo a reserva do patrimônio, a reserva particular do patrimônio natural que foi identificada, ela tá a mais de quatro quilômetros do, da área de influência e onzedo empreendimento sem previsão de impacto sobre ela. Ainda há uma previsão de uma compensação ambiental por empreendimentos desse porte né, dessa natureza, a legislação tem um mecanismo de compensação ambiental, isso serve pra destinar uma parte, uma verba a justamente criação ou gestão de unidades de conservação e nesse caso é de aproximadamente dez milhões de reais.

Sobre o meio socioeconômico, os estudo aí considerou os quatro municípios queeu citei né, já, as dinâmica, não só régio, a dinâmica regional, mas, também as finanças públicas, a parte, a dinâmica econômica desse município e a boa notíciaé que tanto Santa Quitéria, Itatira, como Canindé e Madalena possuem bons índices de educação, bom há o desenvolvimento né, educação positivo nesses municípios, apesar ainda que, que a fase adulta há uma evasão numa baixa escolaridade da população né, essa, os índices tão acima e de forma positiva, isso é muito importante inclusive nos programas de capacitação que tão sendo previstos aí por, durante as obras e operação do empreendimento. Já o saneamento é basicamente aí o abastecimento da água pra Canindé é, ocorre aí de, pelo, pelo açude Souza, Madalena principalmente por poços e Santa Quitéria, tanto Santa Quitéria como Itatira ela já possui o plano de saneamento municipal né, esse é um ponto importante, porque também pode ser algo que em parceria aí com os programas que tão sendo propostos possa ser desenvolvido aí pela, pelo, pela gestão do empreen, com o empreendedor.

Da po, do ponto de vista da saúde o, os quatro municípios apresentam aí índicesdentro da normalidade do estado do Ceará né, não uma, um, um dado fora do normal e inclusive esse que eu comentei a questão do saneamento que pode serum ponto a ser desenvolvido nos municípios, podem ajudar na questão da saúde também né, evitando possíveis doenças ou outras questões aí relacionadas.

Quanto o município né, tanto Santa Quitéria, como Itatira possuem juntos aí, vinte e sete projetos de assentamento, vinte e três aqui né, de Santa Quitéria nas mais diferentes fases aí de implantação, há uma, uma, agropecuária muito forte principalmente aí com milho e feijão e a criação de caprinos também, e issomostra o alto número de associações comunitárias né, esse grande número de projetos envolve também aí a, noventa aqui em Santa Quitéria e oitenta e nova em Itatira, é um número considerável.

Bom, sobre os impactos sobre o meio socioeconômico, existe aí uma, uma, um possível aumento de demanda né, um aumento de população principalmente Santa Quitéria e Itatira, há essa previsão justamente durante a fase de obras, opico de obras, pra isso há um compromisso também do empreendedor pra priorizar a contratação local, isso aí diminui a necessidade de, de pessoas de fora virem pro empree, virem pras cidades, diminui essa demanda por novas residências, também diminui essa sobrecarga na condições do trafego e dos serviços públicos né. E pra minimizar isso há alguns programas que tão sendo considerados, eles, eles preveem a interlocução do empreendedor com o poder público municipal pra que esses, esses pontos sejam monitorados eacompanhados ao longo do tempo durante especialmente a fase de obra com maior aporte.

Do ponto de vista dos impactos positivos né, essa, esse, esse alto número de empregos que vão ser gerados, esse, essa ma, esse po, essa população com, com, com renda e, e o salário todo o mês, isso dá uma dinamização na economiae quando eu falo isso não é só os salários que tá entrando em cada trabalhador,mas, também nos serviços associados, então o por exemplo,

Interrupção: MANIFESTAÇÃO POPULAR – Continua com o Ricardo Lieutaud.

então por exemplo o, a borracharia vai ser beneficiada, vai ter maior demanda a os restaurantes, a, todos esses serviços do entorno.
Quanto as comunidades tradicionais a área do, o projeto seguiu o rito estabelecido pelos órgãos, pelos,

Interrupção: MANIFESTAÇÃO POPULAR – Continua com o Ricardo Lieutaud.

pelos, pelo, pelos órgãos responsáveis, a legislação pertinente e a comunidade quilombola mais próxima fica a cinquenta quilômetros, a mais de cinquenta quilômetros do empreendimento e a terra indígena homologada mais próxima, a mais de cem quilômetros do empreendimento.

Então gente finalizando aqui a minha fala, esse é um projeto, é um estudo que não começou agora, é um estudo que reúne informações de mais de dez anos,

ele vem sendo trabalhado, o projeto a engenharia mudou, o projeto, o diagnóstico ambiental acompanhou, avaliou os impactos sobre ele, é um diagnóstico longo, robusto, firme, que contemplou não só que foi só coletadas de campo, mas, toda a questão de sazonalidade, toda a parte de normas e legislações pertinentes. Então considerando o projeto apresentado, os programas que tão sendo propostos e todas as medidas de controle do empreendimento a equipe técnica do EIA/RIMA considera o PROJETO SANTAQUITÉRIA um empreendimento viável do ponto de vista socioambiental e apto pra análise aí do IBAMA.

Eu queria me colocar à disposição pra esclarecimento de dúvidas, colocar também a equipe da TETRAMAIS, que tô aqui representando, e dizer que a gente tá à disposição pra todos os esclarecimentos necessários. Muito obrigadoe boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Ricardo, obrigado Cláudia. A gente sabe que essa apresentação termina sendo longa, mas, ela é importante pra gente apresentar não só o diagnóstico, como identificar quais são os impactos e quais as mitigações propostas para os impactos oriundos do projeto.

Agradeço a paciência de todos vocês até aqui, agora a gente, nós já temos as nossas monitoras que estão recolhendo as fichas com as perguntas e também com a indicação de manifestação oral. A partir de agora nós teremos 30 minutosrecebendo essas perguntas e a indicação de manifestação oral, vãos partir agorapara o nosso intervalo, teremos dez minutinhos de intervalo onde está sendo oferecido um lanche aqui ao lado e voltamos em dez minutos pra parte das perguntas e respostas, é a parte mais importante o nosso debate.
Até logo.

INTERVALO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pessoal, vamos começar a voltar pra gente dar prosseguimento a audiência. Pessoal peço a todos que sentem, tomem os seus lugares para a gente poder dar continuidade.
Retomando os nossos trabalhos então, nós vamos para aquilo que a nossa equipe considera a parte mais importante que é a parte do debate, para a genteter um debate saudável, qualificado, é eu vou pedir pra que todos, tantos as pessoas que forem fazer as suas manifestações orais, quanto a equipe que tá aqui na mesa, todo mundo tenha o cuidado de procurar seguir 0s três minutos pra suas manifestações. Nós temos bastante gente inscritas, temos bastante, temos um público bastante grande aqui hoje, se todos quiserem fazer uma manifestação muito extensa a gente termina ficando até amanhã de manhã, eu acho que não é o objetivo, até porque temos outras duas audiências para fazer tanto no dia de amanhã, quanto na quinta-feira.

Vou pedir a todos que a gente prime pela educação, pelo bom trato, é acho quefaz parte desse espaço democrático a gente fazer manifestação e eu até o momento deixei que elas ocorressem e não pretendo cortar o direito de ninguém de fazer manifestação, mas eu peço que estas manifestações sejam de forma educada, de forma ordeira, que ela não se perpetue durante muito tempo para gente não investir né, muitas, muitas horas no nosso debate.

A gente tem aqui uma série de perguntas escritas também, a gente vai alternar entre as perguntas escritas e as manifestações orais e eu lembro para àquelas pessoas que estão assistindo a audiência pela internet, que elas têm ainda um período de vinte dias para fazer, para encaminhar suas perguntas através dos e-mails: psq.ap.sede@ibama.gov.br , através do e-mail: contato@projetosantaquiteria.com.br e através do 0800, através do 08004021030.

Então para iniciar o nosso período de debates eu vou chamar, eu vou começar chamando pra fazer a sua manifestação oral, a senhora Liduína Paiva de Riacho das Pedras. Senhora Liduína, por favor.Pode utilizar aquele ali, vê se ele tá funcionando. Dê uma batidinha. A senhora tem três minutos, a palavra é sua.

Liduína Paiva: Boa noite a todos!

Boa noite! (O público responde)

Liduína Paiva: Provavelmente eu vou, eu concluir antes dos três minutos. É, euvi aqui uma propaganda muito bonita sobre o PROJETO SANTA QUITÉRIA, e pouco ouvi falar aqui sobre as comunidades vizinhas, comunidade essa que na qual eu faço parte também.
A gente vê que na teoria da empresa é muito bonito, mas a partir do momento que for pra prática envolve vidas, e essas vidas merecem ser respeitadas, em momento nenhum a gente viu, eu ouvi, eu vi falar sobre as comunidades, as pessoas, o povo, gente e vidas. Se vê falar muito em desenvolvimento. Eu pergunto pra quem?

A nossa classe pobre, a nossa classe sofrida, qual é, o que é que vai sobrar pranós? Não temos terra pra negociar, não temos diplomas pra se qualificar e nenhum emprego, o que é que resta pra nós?
Um slogan muito bonito do PROJETO SANTA QUITÉRIA, valorizando a riqueza de nossa terra, mas, que seria bom também que a partir do momento que essa mina for instalada, que não é isso que a gente quer, mas que os entulhos que fique das riquezas, riquezas essas deixadas por nosso Deus criador, porque umbem natural é uma riqueza que já está lá. Então se o PROJETO vem pra valorizar as riquezas da nossa terra, a gente pergunta que riquezas? Porque pra nós agricultores riqueza é vida. E a partir do momento que sobrar entulhos lá na nossa região, que a empresa leve também o lixo e não só as nossas riquezas. Muito obrigada.

(Aplausos - o público aplaude)!

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradeço a senhora Liduína e parabenizo porque fez uma fala bastante importante elucidativa, mostrando o seu ponto de vista e não utilizou nem os trêsminutos. Parabéns senhora Liduína, tenho certeza que os seus pontos vão ser contemplados numa fala agora aqui da INB, aliás, por favor, Rafael.

Rafael???: Oi. Bom, boa noite!Oi Liduína, é nós tivemos oportunidade de se encontrar, né, na reunião que foi aqui na CDL em Santa Quitéria.

(O presidente de mesa fala com alguém ao fundo).

João Alfredo: Eu queria levantar uma questão de ordem pra mesarespeitosamente. Se pra cada pessoa inscrita a mesa passar para o representante da empresa ou da INB ou da consultoria, nós vamos pra seis horasda manhã, não é pra as duas da madrugada não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: ok.

João Alfredo: Então eu só, eu só.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: O seu nome, por favor?

João Alfredo: Eu sou João Alfredo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: João Alfredo.

João Alfredo: Sou ex-parlamentar, sou advogado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: : João Alfredo.

João Alfredo: Então eu sugiro que o povo fale, que a mesa anote as questõesque são levantadas e fale ao final, porque se não, nós não temos condição.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ok, a ideia seu João Alfredo, não, João Alfredo, não.

João Alfredo: João, João.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Perdão, João, a ideia não é passar manifestação por manifestação para a mesa, porque eu concordo plenamente com você.

João Alfredo: Pronto.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: A gente.

João Alfredo: Então vamos abrir pra pessoas que esperaram desde as sete horas da noite até as dez pra poder falar. Porque as pessoas da mesa gastaram mais de duas horas falando e não houve nenhum controle.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Seu.

João Alfredo: E agora nós estamos que a cada manifestação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Seu João Alfredo, ok.

João Alfredo: Pra voltar pras pessoas do governo ou da empresa.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Seu João, para gente manter a ordem eu esclareço. Pra gente manter a ordem, pra gente manter a ordem, eu esclareço, que o que foi falado foi uma apresentação e sim, nós cuidamos do horário, certo?

Mas, eu concordo com o senhor, eu vou fazer o seguinte, eu vou voltar atrás na minha decisão, eu vou pedir pra que a INB não se manifeste nesse momento, a gente vai passar maior quantidade de manifestações.

João Alfredo: Vamo ouvir o povo.

Manifestação popular - Aplausos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Vamos ouvir o povo e vamos anotar os principais pontos para que sejam respondidos em bloco, muito obrigado. Eu gostaria de passar a palavra para a senhora Juliane Melo da Comissão de Direitos Humanos.

Juliane Melo: – Boa noite, eu sou Juliane Melo da Comissão de DiretosHumanos da OAB Ceará, queria apresentar aqui alguns questionamentos, inclusive sobre o processo de realização dessas audiências públicas né. Esse empreendimento ele vem sendo licenciado há mais de dezoito anos, só que, dois desses licenciamentos tiveram a, seu procedimento questionado né, e nós temosde novo o terceiro licenciamento questionado. Uma série de insuficiências são observadas no EIA/RIMA, inclusive a constatação da insustentabilidade hídrica e energética desse, desse empreendimento, nessa terceira tentativa tivemos uma apresentação de uma primeira versão do EIA em apenas três meses depoisda elaboração do termo de referência do IBAMA, e é importante destacar que os EIAS são pagos pelo consórcio. Queria trazer também que o Conselho Nacional de Direitos Humanos se manifestou no sentido de indicar que ocorreu violação do direito a consulta prévia dos povos indígenas e tradicionais, que esse direito precisa ser respeitado, que há violação do direito a participação popular, porque, os estudos estão incompletos e que pra que o povo possa se manifestar é necessário que haja a garantia do direito à informação, o direito à informação verídica e completa, eu acho que é totalmente insustentável que o empreendimento chegue aqui e afirme que é a radiação de uma banana vai serigual a radiação emitida por esse empreendimento.

Manifestação popular - Aplausos

Juliane Melo: – É absolutamente inaceitável que isso aconteça. E aí a gente queria reforçar essas questões e apresentar que o direito a participação popular ele precisa ser respeitado, que essas audiências deveriam ter sido suspensas e que esse licenciamento precisa ser suspenso até que seja garantida a participação popular, a consulta prévia aos povos indígenas e tradicionais e um EIA/RIMA que contemple todas as questões, inclusive a sustentabilidade hídrica, a sustentabilidade energética e principalmente o licenciamento nuclear que vai trazer risco pra todo o estado do Ceará, não é possível que a gente tenha que aceitar que o empreendimento fale por cerca de duas horas, trazendo informações incompletas e sem uma escuta qualificada do povo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhora Juliane, eu vou passar a palavra agora para um representante do projeto Oito Patas de Santa Quitéria, para a sua manifestaçãooral.

Maria do Carmo – Projeto Oito Patas: Boa noite a todos, meu nome é Maria do Carmo eu represento, eu represento um projeto social, aqui do município, que cuida de animais e a minha pergunta é bem simples. Tendo em vista que o RIMA é apenas uma previsão dos impactos ambientais, como será feito o acompanhamento do meio biótico, dos animais na nossa região? Como será acompanhado? Será pela Galvani? Será pela INB? Será pelo IBAMA? Será um profissional em tempo integral para acompanhamento desse meio, no caso a fauna? Será um profissional local ou terá apenas um papel secundário, pitch? Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhora Maria do Carmo. Eu vou fazer um bloco então de cinco manifestações, para que a gente possa dar uma devolutiva, porque algumas são realmente perguntas e não só manifestações, tá certo?

Vou passar a palavra agora para o senhor Douglas Lira, vereador da câmara municipal de Santa Quitéria.

Douglas Lira – Vereador de Santa Quitéria: Boa noite a todos, meu nome é Douglas Lira, sou vereador e advogado aqui no município e já venho acompanhando há bastante tempo né, essas discussões a respeito da exploração da jazida de Itataia e a gente tem procurado se inteirar né, das informações tentando formar um juízo de valor a respeito de se posicionar favorável ou contra esse procedimento pra Santa Quitéria. Mas, o que a gente tem visto e ficou muito evidente aqui na, na fala dos senhores e aí ao levar até como forma de sugestão, porque acho que todos que estão aqui são cons, são conscientes né, que isso é, não depende de nós aqui, o que a gente tá tentando fazer é qualificar o máximo possível o projeto ou né, ver a melhor maneira é de ajudar o município de Santa Quitéria, mas, o que a gente percebeu foi apenas uma questão de uma fala de desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e eu acho que a empresa é, o consórcio tá esquecendo mais essa questão humanitária né, de como é a cidade vai reagir a todos os problemas inerentes a um desenvolvimento como esse, a questão da droga, a questão da vulnerabilidade social da região, a questão importante que eu escutei atentamente o senhor Ricardo falou que um dos temas que foram estudados que não conseguiu mensurar a questão da infiltração da água no solo né, foi, foram palavras do estudioso que disse que ainda não conseguia viab, é, mensurar essa questão da drenagem da água no solo e eu acho que é um dos prob, dos pontos mais importantes na questão da viabilidade desse projeto e outra coisa que nos preocupa é realmente essa questão da adutora, nós vivemos num município do semiárido onde nós temos problemas de escassez de água e não se foi se falado numa situação de por exemplo, se nós passarmos aqui três, quatro anos com um inverno irregular, de onde virá essa água pro consumo humano da cidade, o empreendimento vai parar? Entendeu? Então assim, são pautas importantes que precisam ser discutidas e eu acho que independente do projeto, do desenvolvimento econômico que qualquer empreendimento vá trazer a uma cidade a um estado, ele deve pautar o ser humano como o ponto principal e o que eu percebi na fala dos senhores é que tudo que for beneficiar aquela região

supostamente, com adutora, com a questão da malha asfáltica, com a questão da rede elétrica, não foram pela aquelas pessoas que estavam lá, mas, sim pelo empreendimento que vai tá alocado naquele local, então acho que o ponto crucial pra que possivelmente vocês possam ter esses projetos aprovados é que vocês coloquem o ser humano, aquelas famílias humildes que moram na região, as pessoas simples de Santa Quitéria em primeiro lugar, aí a partir desse momento eu acredito que vocês terão o apoio da população, o apoio da cidade,colocando as pessoas em primeiro lugar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado vereador. Passamos a palavra agora para Pedro Dandrea Costa.

Pedro Dandrea Costa: Vou tirar aqui o microfone, porque o povo falou tudo olhando pro povo, eu vou falar olhando pro povo também. Não vou ficar de costas do povo não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor, fique à vontade.

Pedro Dandrea Costa: Dá licença aqui. Bom eu queria já tá até dialogando contigo, meu nome é Pedro eu sou do movimento pela soberania popular na mineração, nós estamos organizados em dezessete estados nesse país e o quenós temos pra dizer aqui pra todo mundo que tá escutando a gente, pra todo mundo que tá escutando a gente aqui presencialmente e quem tá escutando a gente também na internet é que nós acompanhamos há bastante tempo a atuação da INB, das Indústrias Nucleares do Brasil nesse país, e o que eles tão colocando aqui não é verdade, porque estão representando um modelo de mineração que é o modelo de mineração que é predatório, o senhor tá falando de desenvolvimento econômico, a responsabilidade do desenvolvimento econômico, que essa narrativa do desenvolvimento econômico a gente escuta aonde a gente passa acompanhando os territórios em conflitos por mineração, eaí eu queria trazer um ponto sobre Caldas em Minas Gerais, INB minerou urânio em Caldas em Minas Gerais de mil novecentos e setenta e sete até mil novecentos e noventa e cinco, o empreendimento atingiu apenas vinte e sete porcento do que era previsto, sabem porquê? Porque deixou de ser vantajoso economicamente pra INB, oque que ela fez, ela foi embora do município de Caldsa e o que restou? Milhões de metros cúbicos de rejeito radioativo abandonados, o rapaz aqui, representante da CNEN disse que prum projeto seraprovado ele precisa de um plano de descomissionamento né, que é dizer comoé que esse rejeito vai ser tratado, sabe o que aconteceu? Em dois mil e dezessete no Jornal Nacional a INB disse que não tinha dinheiro pra descomissionar o rejeito que tá lá abandonado até hoje, os investimentos da INB pra construção do projeto foram de trezentos bilhões de dólares, sabe quanto custa pra tratar o rejeito que tá lá abandonado até hoje? quinhentos milhões de dólares e ela tem a cara de pau de ir no Jornal Nacional e dizer que não vai fazer

porque não tem dinheiro, que desenvolvimento econômico é esse vereador? É inadmissível um negócio desse. Por fim, em Calda, em Caetité na Bahia, a INB minera desde os anos dois mil e o que tem lá é um rastro de câncer na população, é um rastro de contaminação do solo, é um rastro de contaminação das águas, o Green Peace fez um estudo que indicou.

Manifestação popular – Aplausos.

Pedro Dandrea Costa: O Green Peace fez um estudo que indicou que as águas estavam sete vezes mais contaminadas com material radioativo do que o indicado pela OMS, como é que ela tem a cara de pau de dizer aqui que não vaicontaminar as águas se já contaminou em Caetité na Bahia? O que que é isso?Nós não somos besta não.

Olha aqui, câncer, os casos de câncer, vaza, os casos de vazamento, ó, vazamento de cinco mil metros cúbicos de licor de urânio, foram sete transbordamentos da bacia de rejeito em seis meses, sete transbordamentos dabacia de rejeitos em seis meses, duzentos e trinta e seis furos nas mantas de isolamento de bacia de finos que contaminaram os solos e as águas, mais? Tem mais, tem mais, aqui, entre dois mil e nove e dois mil e dezenove mais dez casosde vazamento de material, de licor de urânio, ácido sulfúrico, e derramamento de pó de urânio contaminando água e solo, e por fim o aumento de câncer, isso aqui não sou eu que tô dizendo não, quem disse foi a FIOCRUZ, foi o Ministério da Saúde e foi a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, que o aumento de câncer de cólon, reto, ânus, estômago, próstata, pulmão e leucemia nos municípios de Caetité, Lagoa Real e Livramento, que são os municípios que a INB minera. Então eu queria dizer pro representante da INB que disse aqui enquanto tava falando, que vai abrir um escritório da INB em Santa Quitéria, nãovai não, porque nós não vamos deixar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Pedro pela sua manifestação. Passando agora então prum, prumbloco de manifestação da mesa, eu queria iniciar só pontuando algumas palavras, especialmente da, da senhora Juliane que comentou a respeito dos dois processos da INB que foram arquivados, e eu acho que isso demonstra o quão criterioso é o licenciamento do IBAMA que por duas vezes já arquivou o processo de Santa Quitéria e está analisando um terceiro, e é importante dizer que o IBAMA ele não é, o IBAMA não e um órgão que é, que seja formulador de política pública, o IBAMA é um órgão executor de política pública, portanto, ao IBAMA não cabe dizer se a energia nuclear é melhor do que a energia hidrelétrica, ou que é melhor ou pior do que a solar, ou a eólica, cabe ao IBAMA analisar o projeto, os projetos que lhes são apresentados. A INB pode apresentar quinze projetos, se ela achar que deve apresentar quinze projetos ao IBAMA, e o IBAMA vai analisar os quinze, porque é seu dever analisar os quinze, claro quese o projeto for igual, o IBAMA não vai aceitar, quando há indicação de que o projeto ele tem alguma mudança ele, ele mudou, o IBAMA tem o dever de, de, de analisa-lo e é isso que vem ocorrendo, a gente analisou um, foi declinado, analisou o segundo, foi arquivado e estamos analisando o terceiro, se ele vai ser

aprovado ou não, são outros quinhentos. Nossa equipe está analisando, estamos aqui colhendo as percepções de vocês né, assistimos as apresentações da empresa e isso ainda está em análise, é importante que isso fique bem claro, nada está definido, estamos num processo de licenciamento, aí nos leva também a questão de as consultas livres, é importante dizer que o processo de licenciamento que o IBAMA conduz ele é pautado no que está na legislação e a legislação do Brasil, infelizmente, não regulamentou as consultas ao item um, meia, nove, o que existe regulamentado é a portaria interministerial sessenta, aonde diz que a FUNAI vai se manifestar em relação à questão indígena e o INCRA hoje, antigamente é a FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, vai se manifestar sobre a questão dos quilombolas, ambas as instituições foram questionadas, ambas as instituições responderam e está lá no nosso processo de licenciamento ambiental, de que não era necessário que fosse apresentado um estudo específico para os quilombolas e um estudo específico para questão indígena, isso não quer dizer que o IBAMA ao longo do seu processo de licenciamento ambiental não vai exigir que sejam apontados a presença e existindo a presença de indígenas ou quilombolas, que sejam verificados os impactos ambientais que estejam incidentes sobre essas comunidades, assim como, qualquer outra comunidade. E verificando que existe impacto o IBAMA vai exigir que sejam apresentadas mitigações, eu particularmente ainda não li o EIA, aliás, a posição que eu ocupo no órgão inclusive nem me permite eu pare pra ler todo o EIA, por isso que eu tenho uma equipe extremamente qualificada que vai fazer, que está fazendo isso, somente ao final dessa análise é que a minha equipe vai poder dizer assim, olha Regis embora a FUNAI tenha dito que não precisa de um estudo específico a empresa aqui apontou que tem uma comunidade indígena, que tem um impasse que tá propondo tal coisa, ou então pode dizer, olha Regis a gente sabe que tem comunidade indígena, porque a gente foi lá, porque a gente escutou a população, mas, a empresa disse que não tem nada, ou não apresentou mitigação, eu não sei se foi assim, porque eu não li o EIA, mas, é importante frisar, é importante que vocês saibam que isso passa sim pelo crivo do IBAMA, isso passa, é analisado dentro do processo de licenciamento ambiental e se isso não estiver lá no EIA ou não estiver a contento lá no EIA serão exigidas complementações, serão exigidos novos documentos pra que o processo prossiga, e se a gente entender que ele não deve prosseguir ele será arquivado mais uma vez, como já foi, inclusive dito por vocês, outras duas vezes.

Desculpa se eu me, me estendi, mas, acho que compete a mim como servidor do IBAMA e como presidente que está conduzindo essa Audiência Pública pontuar algumas questões e deixar elas bastante claras para todos. Eu vou passar a palavra pra, pra INB pra que ela possa fazer os seus comentários a respeito das manifestações e também vou pedir que seja respeitado o tempo de três minutos.

Rafael – INB: Ok, obrigado Régis. Bom, primeiro aproveitando a Liduína deu e o nosso vereador também, como eu tava dizendo antes, tive a oportunidade de encontrar a Liduína numa reunião da CDL aqui em Santa Quitéria, uma reunião que foi muito produtiva. E falando sobre as oportunidades de emprego pra comunidade, na nossa primeira etapa de obras né, que levaria dois anos, dos

dois mil e oitocentos empregos que serão gerados, mil e setecentos empregos são trabalhos pra operadores, trabalhadores da construção civil, eletricistas, mecânicos, operadores de máquinas e motoristas, somente cem dessas duas mil e oitocentas vagas é que são vagas de supervisão, engenharia e gerência, então, nessa primeira etapa eu tenho muita oportunidade pra população local emqualquer atividade, seja ela mais operacional, ou de liderança, então esse é umponto importante. Esses dois mil e oitocentos empregos vão trabalhar diretamente na obra, indiretamente como prestação de serviços em oficinas, hospedaria, restaurantes, enfim, todo o tipo de serviço a gente estima a geração aí de cinco mil e seiscentos empregos, então de fato tem oportunidade pra todomundo.

Com relação a melhoria da produção na lavoura e da produção de animais é importante quando chego numa empresa de produção de fertilizantes fosfatadose de ração animal, como é o caso do fosfato bi cálcico, isso gera, desencadeia uma cadeia produtiva de melhoria do agronegócio na região. Então a gente acredita e dentro da nossa perspectiva que os produtores rurais da, da, da regiãoterão grandes oportunidades, não só de melhoria da produção, mas, também devido do aumento do consumo, então, isso a gente pode observar no estudo que foi apresentado aqui pelo Rogério da FIEC, como que o PIB de Santa Quitéria vai crescer, vai ser das cinco maiores economias do estado né, passando o PIB de Sobral por exemplo, como é hoje. Então, a gente em termosde emprego, renda e oportunidades de negócios vai ter oportunidade tanto praspessoas que vicem na área urbana, como pras comunidades rurais próximas doempreendimento ou um pouco mais distantes.

Eu vou passar a palavra pro pessoal da consultoria responder a pergunta da Maria do Carmo.

Manifestação popular.

Rafael – INB: Então eu vou passar pra consultoria responder à pergunta da Maria do Carmo que diz como seria a dúvida dela, o acompanhamento da faunana região.

Ricardo Lieutaud – TETRAMAIS Consultoria: Dona Maria do Carmo, obrigado pela pergunta. A questão da fauna existem alguns programas específicos pra esse, esse acompanhamento e esse monitoramento, durante a fase de obras tem a previsão de uma equipe especializada acompanhar toda a frente de supressão fazendo aquele resgate né, que eu comentei durante a apresentação que é a retirada dos animais com menor capacidade de deslocamento e levando pra locais seguros onde não há previsão de, de serem impactados. Eu cito esses de baixa, menor capacidade de deslocamento, mas, qualquer animal nessa situação, havendo necessidade, será resgatado.

Além disso todo o monitoramento ao longo da fase de obras né, e de implantação, durante a fase de operação vai ser realizado normalmente, seguindo os parâmetros agora do diagnóstico, então você tem um, a

comparação dos dados de hoje, o que foi registrado durante os estudos e como esses dados vão se comportar ao longo do tempo. Ainda complementando essaminha resposta, durante o estudo foram definidas algumas espécies né, alguns animais chaves, aonde esses também são bioindicadores, ou seja, eles tem umacapacidade de indicar a qualidade ambiental da área, se ela tá, se ela, como é que, como é que se comporta né, a presença desses animais são um importante indicadores. Então todo esse, esse, esse, essas atividades né, esse, essa, esse trabalho vai ser realizado é apresentado ao IBAMA periodicamente esses programas por obrigação legal os relatórios devem ser apresentados pra avaliação e pro, pros questionamentos do IBAMA, a população local também né,eles é, inclusive durante o diagnóstico alguns, alguns trabalhadores ajudaram aía equipe técnica a fazer o trabalho, então também é uma possibilidade de emprego e qualquer necessidade de tratamento veterinário desses animais feridos ou necessidade de algum acompanhamento maior, isso também vai ser realizado pelo consórcio, obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Seguindo com as nossas manifestações orais eu queria passar a palavra pro Aruerê para fazer a sua manifestação.

Aruerê: Pessoal boa noite, PARTE FALADA EM DIALETOS INDÍGENAS, Tabajara, então assim, como vocês queiram me falar. Sou do povo Tabajara daSerra das Matas onde é um território em processo de demarcação, onde está um território que contempla cinco município Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Catunda, Santa Quitéria e Tamburiu, que tá ali. Então assim, pessoal é o seguinte, gostaria também agora de saudar a mesa que na pessoa do companheiro Regis Fontana Pinho tivemos com ele, os povos indígenas estiveram com ele sentado agora em Brasília no mês de abril, onde a gente achava que não ia ser recebido, então a gente foi muito bem recebido por, por o senhor, então trago aqui todo o respeito do povo indígena da Serra das Matas onde tem povos Tabajara, povo Gavião, povo Tubiva Tapuia e o povo Potiguara,são quatro povos. Se o companheiro puder projetar a imagem ia dar certo aí, sóse puder né, então assim, a gente protocolou um documento aqui que retrata em3:25:19(falha no áudio) retrata esse imagem, aqui ela tá de preto e branco certo,tá em preto e branco, mas, se o companheiro puder projetar lá colorido a gente mostra pro povo, só se puder, então pessoal aqui, vejam aí, vamo lá, vamo vê, que tá em preto e branco. Aqui representa a Serra das Matas que território, projetou pronto. Vamo lá pessoal, então, território, como é que a gente compreende território, território não é um espaço desses que nós estamos, que foi comprado, foi construído, território é tudo isso aí que vocês tão vendo, o rio, a água, o gavião, que representa o povo Gavião a espiritualidade, essas pinturas que estão mostrando representa as pinturas rupestres que está espalhada dentro do território, aquela pedrinha que vocês não consegue vê, vocês não consegue vê, mas, ela tá lá entre o sol e a terra, entre a lua que ainda ela não chegou, mas lá tem os nossos locais encantado a nossa espiritualidade, tem a aldeia Quixaba, que está a vinte e dois quilômetro da mina de Itataia onde a gente teve uma jornada muito forte lá com seu Zé Antoin que tá alí, que é liderança que vem sofrendo, tirando a noite de nosso dele lá, eu só estou aqui,

eu não sou a liderança tá, pra deixar pra você, eu não sou liderança, não sou cacique, não sou pajé, não sou nada eu sou apenas um indígena que venho representando todo o povo daquela região que as liderança tradicional tão lá perguntando se nós tamo bem né, perguntando se como é que nós tamo aqui devido toda a situação que o mundo, ele tá imundo, o mundo tá imundo, o mundoprecisa de amor, o mundo precisa de paz, nós num tamo aqui pra acabar com onegócio de ninguém, tira o interesse de ninguém, que todos os senhores que estão aqui perto de mim tem seus interesses, todos os senhores que vieram deBrasília, que vieram de Minas, tem os seus interesses, deixaram familiares em casa, então, nós estamos aqui também, somos indígena, esse território todo é indígena o Brasil é indígena o Ceará é indígena o Brasil é Pindorama. Dizer também que nós tamo dentro do processo de demarcação de terra indígena, não é um pedaço de papel que vai dizer que lá não é uma terra indígena, que a terra mais próxima tá a cinquenta mil quilômetros de distância, não é isso que diz, sea constituição aí, que a constituição, se eu não me engano, que é a sessenta aí,que só prevê um raio de oito quilômetro que vai ser impactada a mineração, issoaí num tá no meu poder, que eu não sou advogado, mas, é o seguinte, mas, pelo conhecimento que nós tem, que não é um conhecimento que foi aprendido pelo senhor vereador que é advogado aprendeu na instituição, esse conhecimento é um conhecimento ancestral, é um conhecimento que foi passado pro meu pai, pro meu vô, meu bisavô era conhecido como Cassimiro, meu tataravô, meu bisavô era conhecido como João Cassimiro, meu vô era conhecido como Chico Cassimiro, meu pai é conhecido como Dete Cassimiro, eu sou conhecido como Elvin, Aruerê, como você queira falar e eu tenho um filho que se chama Aruã Cassimiro, Gabriel Tabajara e ele tá vivendo lá, dentro dessa região nós temos o milho, a cabaça, a cioté, temos tudo, temos o mel, uma região que produz o mel puro que tá sendo exportado pra Europa, vocês não sabe disso, nós tem a casa do mel dentro da cidade de Monsenhor Tabosa e aí eu pergunto pra vocês,o que é terra e o que é território? O que é o raio? Pessoal vamos entender, as abelhas elas voam, elas trás o mel pra nos produzir, se a radiação, eu não sou estudante de radiação, eu tinha aqui perguntas para todos vocês, menos para o companheiro Regis e para a companheira, porque eles não palestraram sobre oassunto, era três minuto pra gente, nós fazemo uma matemática bem simples, três vez cinco, nós tem mais de dez pessoas que veio com nós lá, então nós fizemo uma negociação aqui, se eu tiver falando muito, vocês me interrompa certo.

Então nós fizemo uma matemática que se eu pegasse três minuto pra cada povoque vim representando, ali o povo Tabajara que tá em Tamboriú, o povoPotiguara que está em quase setenta por cento do território né, o povo Tubira Tapuia ??? e o Gavião, nós ia passar o dia todo falando sobre o território aqui. Então eu gostaria de encerrar minhas palavras, agradecer a todo o povo do, da região semiárida. Indígena, quilombola, assentado, todos os povos que vão ser afetado e os povos também que vão ser beneficiado, então pessoal eu agradeço,eu não tô aqui pra aparicer, não vim pa ficar, nós já estamos indo em volta, mas,se for preciso nós voltar, veio só eu, lá são quatro mil e quinhentos indígena que mora lá, lá tem o velho, tem a criança e eu tô vendo aí companheiro que a consulta aí, se for ter, só se for ter, precisa essa consulta ser considerado a língua que tá em processo de, de revitalização, a língua ela está viva em quasetodo, não é só lá na Serra das Mata não pessoal, vou tirar essa máscara, ela tá

presente no Ciará todo, mais de setenta por cento dos município de Monsenhor Tabosa tem a língua tupi, Ipu, eu tive no Ipu agora, Ipu, só isso, Ipu. I, I, posso falar no I ou posso falar no Y, o Y vem da origem do tupi antigo I, ele refere a tudo que é água, acaraú, a água do acaraú, a água da lagoa, água, I, Ipu, pu, óo pu, meu vô falava assim e eu não sabia porque ele falava pu, o pu é uma queda, pu, caiu, então, queda de que? Queda da água, então isso aí tá tudo pacair em cima de nois, se acontecer isso aí.

Então pessoal, muito obrigado, gostaria de agradecer *(entoou cantiga: As matas virgens estava escura quando o luar clareou, mas, quando eu vi a águas do meu povo aqui chegou, porque? Porque ele é rei, ele é rei, ele é rei, porque ele é rei na nossa terra, território, ele é rei).*

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Aruerê pela sua manifestação. Eu queria registrar que assim como eu recebi lá no IBAMA sede o Aruerê e recebi dele também alguns documentos que foram recepcionados dentro do nosso processo de licenciamento ambiental, eu friso mais uma vez pra vocês que o processo de licenciamento ambiental do IBAMA ele é público, qualquer pessoa pode ter acesso, pra esse mesmo e-mail que eu repeti algumas vezes aqui, vou repetir mais uma vez psq.ap.sede@ibama.gov.br, qualquer um dos senhores pode encaminhar uma solicitação pedindo acesso ao processo SEI do PROJETO SANTA QUITÉRIA e será concedido o acesso para que vocês acompanhem todo o processo, qualquer documento que o IBAMA produza, qualquer documento que o consórcio protocole, qualquer documento que a CNEN se comunique com o IBAMA e vocês mesmos podem peticionar, seja apresentando algum estudo, apresentando a sua manifestação escrita, qualquer manifestação pode ser recepcionada dentro do processo de licenciamento ambiental porque ele é um processo público e que exige a participação de vocês, só deixando isso claro mais uma vez. Eu gostaria de chamar agora pra fazer a sua manifestação oral odeputado estadual Daniel Oliveira.

Deputado Estadual Daniel Oliveira: Me dê licença aqui pra ficar aqui de costasaqui pra vocês. Bom, eu vou tentar resumir aqui ao máximo possível, então vou cumprimentar aqui todas as lideranças municipais em nome do meu amigo Tomás Figueiredo, cumprimentar a todos aqui que fazem da mesa em nome do Regis Fontana Pinto, cumprimentar a todos que vieram de Morrinhos, das Queimadas, cumprimentar o grande amigo João Alfredo que é importante sempre participar dessas batalhas pra que possa acompanhar aquilo que é mais precioso numa reunião como essa, audiências públicas são fundamentais pra que a gente levante as preocupações e as precauções que nós devemos ter em cada projeto. Aqui muito se foi falado e eu fazia as minhas anotações ali, muito se foi falado do impacto financeiro que terá aqui para o município de Santa Quitéria, isso todos nós sabemos, e todos nós sabemos a importância que tem, mas, pouco foi se falado e aí a Liduína trouxe essa preocupação e, eu já tinha aqui anotado Liduína até algumas sugestões que quero fazer, até fazendo uma cobrança, porque a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará não foi convidada pra essa audiência pública, e nós merecemos participar até como

órgão fiscalizador aqui do estado do Ceará, o Ministério Público não vi presente,também não sei se foi convidado, mas a Assembleia eu sei que não foi convidado, e já fica aí obviamente até de sugestão para as próximas audiênciaspúblicas.

E eu queria aqui destacar que o que paira aqui sobre essas pessoas, sobre essacidade é a preocupação, como condenar uma mãe de família, um pai de famíliade estar preocupado com seus filhos? Nós vimos crianças aqui se manifestando,nós vimos aqui muita gente se manifestando de forma ordeira, de forma pacíficae respeitosa, embora a preocupação seja aquilo que tá hoje corrompendo, massacrando o coração dessas pessoas, preocupação essa, como trouxe o Pedro, salvo engano no nome, de, do município de Minas Gerais, de que houve aí manifestações que passaram no Jorna Nacional, me lembrava ali Tomás Figueiredo, e que é uma verdade de que houve desastre lá que trouxe muito malefício a saúde pública e essa é uma preocupação e uma garantia que o povode Santa Quitéria quer da INB, da Galvani, do IBAMA, a garantia de que isso que nós vimos aqui hoje seja uma realidade, porque ninguém vai lutar contra o progresso, todo mundo quer geração de emprego, todo mundo quer renda, todomundo quer ver o filho mais educado, todo mundo quer saúde, mas, a preocupação aqui são dos exemplos que aconteceram, pra que não aconteça em Santa Quitéria essa é a preocupação desse povo e nós temos que respeitar,por isso eu trago, além dessa indagação desse pedido de convite pra que a Assembleia participe efetivamente dessas reuniões pra que a gente possa fiscalizar, fiscalizar de que tudo isso que está no papel possa virar de fato uma realidade.

Eu tinha uma preocupação muito grande aqui hoje, a preocupação com o descarte da água, dirimiu muito minhas, minhas dúvidas em relação ao descarteda água, sou honesto com vocês, é uma preocupação que nós temos que ter porsaber do quanto a água pode ser aí contaminada prejudicial a população de todaa região. Mas, eu vou aqui às sugestões, a primeira sugestão que eu escrevi aqui é de que os empregos comece primeiro pelas comunidades que são mais atingidas, que façam obviamente esse escritório que vocês disseram que vão fazer e procure primeiramente as comunidades do Morrinho, a comunidade das Queimadas, vai estendendo por Santa Quitéria pra poder obviamente essas pessoas que são impactadas diretamente possam ter o benefício da geração de emprego e de renda, outro é na compensação, nas compensações que eu vi queterão aí durante toda a obra, que construam escolas nessas comunidades, que construam postos de saúde pra atender essa população, esta é a melhor forma que tem de um empreendimento como esse atender a comunidade e compensar a comunidade pelos transtornos que serão causados, essas são algumas das, das, das manifestações que eu quero fazer e dizer que nós da Assembleia Legislativa participamos lá em, no ano de dois mil e vinte ao lado mais uma vezde Tomás Figueiredo assinando um protocolo de intensão de vocês no governo do Estado do Ceará, muito foi prometido, muito foi prometido, inclusive a estradaque vai ligar lá a CE 366 passando por Itataia, o que eu quero aqui é que nós nos una, todos os vereadores de Santa Quitéria, as lideranças pra que a gente possa também cobrar, pra que esses benefícios possam vir para a população deSanta Quitéria, meu muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado deputado. Gostaria de passar a palavra, aqui não, não tem o nome especificamente, mas, é o presidente do Comitê da Bacia do Acaraú, o e-mail é zmvasconcelos.

Presidente do Comitê da Bacia do Acaraú: Senhoras e senhores boa noite, quero dizer pra vocês que essa é um momento histórico pra que a gente possa ter a capacidade de discernimento voltado basicamente naquilo que o bom Deussempre deixou pra gente, cuidar das pessoas e cuidar da natureza, cuidar da nossa casa comum como bem diz o Papa Francisco, e nessa, nessa perspectiva eu tive lendo o material e fiquei muito preocupado em relação a questão da capacidade hídrica verdadeiramente para dar o suporte a esse empreendimento, porque serão oitocentos e cinquenta e cinco metros cúbicos d'água por hora, quase um milhão de litros d'água por hora, esse estudo levou em consideração a quadra chuvosa e a situação de semiárido que nós vivemos? Nós tivemos recentemente praticamente sete anos de seca e a comunidade Santa Quitéria sentiu isso na pele, inclusive agora o reservatório do qual abastece o município tá também com índice abaixo do esperado, então é preciso que a gente analise isso com bastante cautela pra depois a gente não pagar uma conta muito cara, eu duvido que esse empreendimento no momento em que precisar de água e vai deixar que a população fique sem a água ou vai dar prioridade ao empreendimento? Essas questões precisam ser bem claras e precisa também dizer que não há minha gente, não há estudo nenhum comprovatório de que essas ações e essas degradações feita por esse processo de degradação ambiental tenha havido uma recuperação de cem por cento, é preciso que a gente use o princípio da cautela, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Nós que agradecemos a a manifestação e eu chamo o vereador Pé de Mola prafazer sua manifestação.

Vereador Pé de Mola: Senhoras e senhores boa noite, primeiro eu quero dizerque eu sou antes de vereador assentado, pai de família lá do assentamento Grossas, distrito Saco de Belém. Vou falar também olhando pra aquela câmeraali pra que a gente, vocês possam também conseguir visualizar melhor.

Algumas posições que foram colocadas pelo consórcio né, e que eu fiz aqui algumas anotações e que possam também servir para que seja feita essa avaliação.
Primeiro que nós, a gente tá num processo para que haja as licenças prévias, beleza, as normas as quais o próprio IBAMA colocou aqui pra que nós possa, pra que nós visualizássemos todas essas normas elas são realmente vindouras, realmente são de cuidados com a, com a população, mas, nenhuma dessas normas foram capazes de conter aqueles grandes acidentes que tiveram em Brumadinho, que tiveram em as cidades que nós pudemos acompanhar lá durante vário período histórico no nosso país onde foram vários desastres

Brumadinho, Mariana e todas essas normas que foram colocadas ali elas tavamtambém sendo executadas lá, inclusive pelo IBAMA, isso tem que ser revisto.

Aí nós em Santa Quitéria temos que aceitar um projeto de um consórcio que trazdados, muitas vezes até tentando ludibriar as pessoas, e eu quero citar como exemplo aqui a questão dos empregos, que a mesma quantidade de emprego que é dita que será viabilizada pra Santa Quitéria também é dito lá em, lá em, em, em, em Itatira é dita em Madalena, então, e a população de Santa Quitéria ela tem que tá realmente apta e buscar os seus conhecimentos.

Foi dito também aqui nas apresentações de que são assim gerados dois mil e oitocentos empregos diretos na fase de construção, beleza, e após isso? Nós vamos ter quinhentos e trinta e oito míseros empregos onde terão que ser divididos entre essas três cidades. E Santa Quitéria, não, não se deixe enganar, não se deixe enganar, nós não temos pessoas capacitadas para exercer funçõesonde lá o máximo que poderá acontecer é essas mesmas perderem a vida. Então nós estamos aqui pra defender a classe trabalhadora do município de Santa Quitéria, nós não podemos se omitir, eu como parlamentar dessa cidade não posso me omitir de garantir a dignidade, o direito da produção agrícola, da produção ecológico, o direito à vida realmente do nosso povo, não temos mais condições de ficarmos calados, nosso parlamento, nosso legislativo tem que tomar posições, nós temos que tomar posições e a nossa posição é tá do lado do povo, as várias políticas de Santa Quitéria onde vários defensores do projeto de mineração aqui já se foram os políticos, nós temos que também ter essa visão, não dá mais pra nós ficarmos só ouvindo, não dá pra nós ouvirmos que será tirado vinte e quatro milhões de litros de água do açude Edson Queiroz pordia para abastecer o processo de mineração em nossa cidade e nós ficarmos calados, não dá pra aceitar isso, não dá para nós aceitarmos o consórcio dizer que já há o processo de liberação pela COGER pra que essa água seja disponibilizada, enquanto nós um agricultor quando precisa de uma outorga de água pra usar um poço profundo para produzir um alimento pra comercialização, nós num podemos ter, isso é vergonhoso, isso é uma vergonha né, isso é que tem que ser visto, isso é que nós temos que colocar em nossas cabeças, nossa mente, que Santa Quitéria precisa de mais amor, mais compaixão, mais respeito pela classe trabalhadora dessa cidade e não nós ficarmos se omitindo, dizer quenão estamos aqui pra defender o povo, mas, na época de pedir o voto nós estamos todo mundo lá batendo na porta e pedindo, então a hora é agora, é ounós abraçar a causa do povo ou nós esquecer o povo.

Processo de mineração não é viável pra o nosso município, infelizmente eu tenho a dizer aos senhores que nós temos que ter mais cautela e nós temos que observar mais. Santa Quitéria pode gerar emprego de outras formas. Senhores deputados que estão aqui presentes pode destinar recursos e a emenda parlamentar e Santa Quitéria irá abraçar com todo prazer, pra construir adutora como tá sem construir lá nos Burrinhos através de emendas que os deputados mandaram pra Santa Quitéria e que não necessariamente será possível tirar água do Edson Queiroz pra abastecer aquela comunidade, porque nós temos políticos também comprometido e com responsabilidade pelo povo de Santa Quitéria e o mais é véisse, e dizer ao deputado, ao nobre deputado que me antecedeu que, nós não temos compensação, nós não temos compensação pra

o projeto de morte, nós queremos é viver e viver dignamente em Santa Quitéria,meu boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito, muito obrigado vereador. Antes de eu passar pro consórcio fazer a sua manifestação eu queria só pontuar algum, algumas questões especialmente ao, ao deputado Daniel. Deputado, eu tenho aqui no processo, a gente havia recebido de um, de um outro deputado um, um pedido pra a realização da audiência pública e também alguns questionamentos e na época nós respondemos e convidamos em específico aquele deputado, realmente não saiu um documento específico para a Assembleia Legislativa embora a divulgação das audiências públicas ela ocorra não só através de convites ela, ela ocorre principalmente através do edital, através do Diário Oficial da União, e também a partir de um plano de divulgação, um plano de comunicação que é apresentadoao IBAMA pelo, pelo empreendedor e do qual o IBAMA analisa e aprova, e aí inclui inserções de rádio, TV, internet, faixas, enfim, as mais variadas, os mais variados tipos de divulgação, inclusive importante esclarecer que essa divulgação ela depois é apresentada ao IBAMA sob forma de relatório e o IBAMAavalia se ela foi ou não bem divulgada pra fins do, de licenciamento ambiental, pra verificar se ela realmente, se a audiência é válida para aquele fim, então só para esclarecer que de fato não saiu um convite específico para a Assembleia, mas a Assembleia de alguma forma soube da audiência e aí eu friso que mais uma vez, o IBAMA é um executor de políticas públicas e as câmaras municipaisdos quais os vereadores fazem parte e as Assembleias Legislativas dos quais né, os deputados estaduais fazem parte, assim como também o Congresso Nacional, esses sim são instituições formuladoras de políticas públicas e eles né, essas instâncias, assim como também o executivo através das diversas prefeituras também tem o dever de prezar pelo meio ambiente e aí eu chamo atenção especialmente das prefeituras, porque embora o IBAMA expeça as licenças ambientais para que o projeto possa operar, as prefeituras também sãoresponsáveis por expedir alvarás e outras autorizações que são de sua competência e que devem também primar por avaliar se aquele empreendimento pode ou não se estabelecer em determinado local né, assim como o IBAMA faz
o seu licenciamento, a CNEN faz o licenciamento nuclear, a prefeitura também tem as suas autorizações, eventualmente tem o, o seu plano urbano e que isso pode influenciar ou não aí na instalação desse projeto ou de qualquer outro projeto certo?

Sobre compensações, importante a gente ter claro, existem vários tipos de compensações, uma das, das formas de compensação é a compensação que tálá na, na lei 9.985, que todo empreendimento deve pagar para unidades de conservação certo, é a compen, chamada de compensação ambiental, isso tá previsto em legislação e o empreendedor tem que arcar com esse custo. Existe também compensações, por exemplo, no caso de supressão vegetal, aonde o empreendedor tem que repor aquela vegetação que porventura ele teve que suprimir e existem compensações que são oferecidas no caso de impactos ambientais que existam e que não possam ser mitigados, aí é exigido do empreendedor uma compensação, eu digo isso só pra gente ter claro de qual compensação que o vereador por exemplo estava se referindo.

Eu vou pedir agora pro consórcio pontuar algumas questões sobre os empregos,criação de empregos que foi comentado aqui, sobre,

Manifestação popular ao fundo: Sem clareza na captação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Sobre água.

Manifestação popular ao fundo: Sem clareza na captação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente, eu vou pedir pra vocês um pouquinho de paciência, mas, tal qual vocês se manifestaram, vão continuar se manifestando é importante que a empresa fale o que eles têm pra falar sobre empregos, afinal de contas alguns empregos são destinados para a população.

Manifestação popular ao fundo: Sem clareza na captação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Nós ouvimos. Eu combinei de fazer blocos de cinco gente, eu vou pedir que eles se atenham a três minutos pra pontuar sobre empregos e sobre água, tá certo?

Rafael - INB: - Obrigado. Bom, na outra fala eu falei um pouco mais sobre os empregos na fase de implantação, mas, o que é importante destacar na fase de operação, esses quinhentos e trinta e oito empregos assim como eu falei da implantação é uma maioria de operadores e trabalhadores né, ao longo de vinte anos esses empregos serão sustentados e ao ano isso gera uma massa salarial de cem milhões de reais, esses cem milhões de reais eles geram outros empregos, no consumo, nos serviços de Santa Quitéria, de Itatira, Canindé e Madalena né, obviamente o empreendimento está no município de Santa Quitéria, também tá mais próximo de Itatira e o que que é importante né, a empresa ela tem um plano de durante a fase de implantação não concentrar seus trabalhadores em uma única localidade, isso vai trazer oportunidade pra todos os municípios.

Com relação a disponibilidade hídrica, é um ponto importante, nós recentemente começamos a participar de algumas reuniões do Comitê da Bacia do Acaraú, o consórcio ele se preocupa com esse assunto, nós mostramos pra vocês o quanto

reduzimos o consumo da água, o quanto a gente traz eficiência no consumo daágua pra nossa produção e a importância que teve a mudança de processo na exclusão da barragem de rejeitos e na total reutilização de efluentes tratados sem descarte ao meio ambiente. A diretriz de disponibilidade hídrica ela é dada com muita clareza pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela COGER, nesse documento a nota técnica é apresentado um planejamento ao longo dos próximos vinte anos da expansão do consumo do abastecimento humano, da irrigação, dos outros usos, são usos difusos e da indústria, e nesse planejamentoé assegurado que esse sistema aonde o Edson Queiroz ele tá inserido, tem capacidade de suprir o aumento de todas as demandas, o que que é importante?

Manifestação popular ao fundo: Gritos e vaias.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: O que é importante destacare ficar bem claro, a prioridade no consumo d'água é o abastecimento humano e em segundo lugar a alimentação dos animais, 03:53:13 – falha no áudio, animale se faltar água num cenário muito crítico mesmo de escassez hídrica o empreendimento ele reduz a operação, existe um plano de contingência e no limite ele paralisa a operação, isso é importante, é importante ser dito e é importante ser entendido por todos, existe uma priorização no uso d'água e o empreendimento ele possui um plano de contingência pra lidar num cenário de crise, então esse plano ele, ele faz parte do estudo, ele foi apresentado pra avaliação do IBAMA e já é um procedimento que a operação seguiria ao longa das, da, ao longo do projeto.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado pelo esclarecimento Rafael. Eu vou passar a palavra agora para Cecília Feitosa, pra sua manifestação oral.

Cecília Feitosa - : Boa noite né, a todas e todos aqui à mesa, aqui presente, saudar todo mundo que tá aqui até agora, meu nome é Cecília Feitosa sou bióloga de formação, eu faço parte da, do programa de pós graduação de uso sistemático e o uso e conservação da biodiversidade da UFC, também faço parte do laboratório de ecologia aquática da universidade Federal e também componho a assessoria do deputado estadual Renato Roseno é que, não está aqui nesse momento, deve participar de alguma das audiências, não pode vir hoje, mas, estou aqui o representando.

Bom, eu queria começa fazendo aqui algumas colocações entorno da questão do EIA, muito entorno da questão da biota, é, foi apresentado aqui pela empresa e tá bem no estudo do relatório de impacto ambiental um conjunto de informações e eu queria muito brevemente assim é, relatar assim, a gente vem de um processo do planeta que é a distinção em massa das espécies né, é, sãocem vezes a taxa de extinção maior do que a taxa natural e nós estamos aqui

no Ceará é, o bioma caatinga que tem ocorrência na maior parte, ele predominano estado do Ceará, o bioma caatinga ele foi historicamente negligenciado do ponto de vista dos estudos de conservação, não só bioma caatinga considerado pobre, seco por conta do regime hidrológico, mas, também do ponto de vista da sua biota, dos, do, da sua biota que tá presente nos rios e riachos né, a biota que tá presente na água doce, porque que eu tô colocando essas questões? Porque é também do ponto de vista né, dos estudos foram feitos, sobretudo, nos últimos anos descoberto que o grau de endemismo de espécies que só ocorremnesse bioma que um bioma único no planeta, só acontecem aqui, se a casa delasdeixar de existir elas não podem deixar de existir no planeta, é um elevado graude endemismo porque elas só ocorrem num determinado lugar, o caso oendemismo que eu tô me referindo é o endemismo no bioma caatinga, ou seja, só ocorre no bioma caatinga, a gente tá aqui no estado do Ceará numa região que é a ecorregião da caatinga médio nordeste que também ocorre no Piauí e ocorre no estado do Rio Grande do Norte, porém, a gente tem um relato, e aí o estudo de impacto inclusive ele fala de setenta espécies né, no Estado, foi atualizado um documento a partir da secretaria muni, é, estadual de meio ambiente no ano de dois mil e vinte e um, que são mais de oitenta e cinco espécies nativas, o estudo fala de setenta só, e ele usa também, por exemplo, us, as amostragens do Acaraú, da bacia do Acaraú e também do Jaguaribe, é oque que a gente pode dizer em relação a isso, né?
Eu tô aqui também além do, EIA, né, tô aqui com o relatório de impacto ambiental, se eu for lá pra parte de peixe na página dezenove do relatório, aliás,página cinquenta e um, ele diz assim: na área do empreendimento foram encontradas dezessete espécies na maior parte de hábitos generalista, mas nenhuma é considerada migratória, nenhuma é considerada rara e nenhuma é considerada endêmica, e ai coloca entre parênteses, relacionada alguma doença. Não existe relação, nexo, cau, relacional, endemismo e doenças certo? Não tem nada a ver o conceito de endemismo com o conceito de uma espécie que, enfim, pode ocasionar doenças, não existe simplesmente. Eu tô colocando isso, porque isso é um dos estudos que foi feito pra ser divulgado pra população.

É bom, isso não é o mais grave, o mais grave, bom ele também fala assim, quenão existe espécie ameaçada de extinção. Eu imagino que tá falando em relação aos peixes, mas o estudo que foi feito e aí eu tô falando dos dados secundários que foram levantados no estudo de impacto, por exemplo, em relação a fauna de peixe, certo?

A fauna de peixes que foi encontrada, tem alguns grupos, por exemplo, o grupo parotocinclus, ah é um número muito estranho, não foi identificado ainda em nível de espécie. Existem três espécies desse gênero que ocorre só no estado do Ceará, apenas no estado do Ceará. Na literatura as áreas de ocorrência são só no estado do Ceará, uma delas é uma espécie na lista vermelha ameaçada de extinção, ou seja, você não pode atestar se você não entrou no mérito da identificação da espécie pra dizer se ela de fato é uma espécie ameaçada ou não, porque você só classificou do ponto de vista do gênero e dentro desse gênero têm espécie que tão sim, na lista da fauna ameaçada, mas eu não querofalar só dos peixes não, que inclusive são dos grupos que são potencialmente mais preocupantes do ponto de vista da disseminação de doenças. Porque elesestão no topo da cadeia alimentar, geralmente os organismos que estão no topo

da cadeia alimentar são aqueles que são maiores, são predadores. Os seres humanos estão no topo da cadeia alimentar, eles vão, com, né, a fauna se alimenta dos vegetais que por sua vez essa fauna maior vai se alimentando assim por diante.

O processo na natureza, existe um fenômeno chamado de magnificação trófica, aqueles organismos, principalmente no caso dos peixes são grupos específicos que eles podem acumular substâncias no organismo e essa substancia se acumulam e tentar em cima no topo da cadeia. O ser humano tá lá no topo, entãono ser humano onde se acumula mais.

A gente sabe que o PROJETO SANTA QUITÉRIA, a área do empreendimento, a área de influência do empreendimento tá colocado inclusive sobre rios e riacho, alguns inclusive, né, tava aqui retomando aqui, por exemplo, o rio, o riacho Cunha-Moti ele desagua no rio Groaíras, o rio Groaíras por sua vez tem um barramento que constrói o açude Edson Queiroz. O açude Edson Queiroz alimenta o município de Santa Quitéria, então você tem o riacho que ele passa na área do empreendimento, ele pode desaguar, bom, desagua no Groaíras que por sua vez desagua no Edson Queiroz, ou seja, o potencial de contaminação de radionuclídeos e a partir da cadeia de decaimento do urânio, o urânio tem osfilhos, né? Na cadeia de decaimento, que são radioativos. Eles se dispersam naforma, dos ventos, mas também nas águas.

A população de Queimadas, de Morrinhos, aquela população que tá ali no entorno da região da mina é uma população que é alimentada, por exemplo, por cisternas, que acumulam água das chuvas.

Os ventos, por sua vez, são levados pra aquela região, os ventos que passam na região do empreendimento, que podem se depositar nos telhados das casas, que por sua vez podem ser carregados pelas chuvas pra cisternas. Os reservatórios onde as criações que inclusive entram na área da mina. O pessoalque tá lá de Queimadas, de Morrinho que tá aqui sabe. Vai pegar sua criação, seu bode, sua cabra, lá em cima nas locas de pedra, lá em cima, inclusive ondenasce os rios que desaguam na bacia do Acaraú.

Esses animais que se alimentam, inclusive podem ter contato com esse pó dos radionuclídeos, que podem se contaminar e que alimentam a população.

Qual é? Bom, eu não vi no estudo a contenção em relação a essa possibilidade desses contaminantes na água, no solo, no ar, na telha, no telhado das casas, que pode contaminar e que se acumula no organismo e leva a produção de câncer, de tumores. Já alguns colegas já colocaram aqui.

Pro IBAMA também uma pergunta, certo?

A gente tá numa região e eu quero concluir com isso, muita rapidamente, é se uma pessoa que, qualquer pessoa, um assentamento aqui for querer caçar avoante, além de crimes ambientais, diz que ele paga uma multa de quinhentosreais por avoante, porque avoante é uma espécie que tá ameaçada. Nós tamos falando aqui, no estudo inclusive atesta isso, aí eu quero falar da fauna agora.

Fauna, fauna, mastofauna que é mamífero, avifauna, né, vocês conhecem. Temanimais dentro do estudo que o próprio estudo que a TETRA + preparou que estão na lista vermelha da fauna ameaçada de extinção, ou seja, se for suprimidaa casa dessas espécies elas podem deixar de existir e aí eu quero, que eu queriaperguntar aqui agora, né. Bom, é o colega falou que são cinco cavidades que podem inclusive ser, não ter grandes danos se forem suprimidas e ai eu queria dizer que o próprio estudo fala que tem espécies de morcegos patrimônio espeleológico riquíssimo dessa região que não foram descritas pela ciência, se essas espécies que não foram descritas e que estiverem nessas cavidades quevão ser suprimidas, que não foram descritas, certo? Que não foram descritas é menos importante a existência delas? Elas podem ser suprimidas das cavidades, elas podem deixar de existir? Porque não foram descritas e podem, bom, não existem estudos, então não se sabe inclusive qual é o grau de vulnerabilidade aque estão dispostas, qual é o grau de distribuição delas na natureza? Quais sãoos locais de ocorrências dessas espécies.

É vou falar de outras aqui. Bom, essa espécie que eu tô falando inclusive tá na lista vermelha da fauna ameaçada, o furipterus horrens, é uma espécie na lista que tá classificada como vulnerável, espécie vulnerável, espécie em perigo, elas são espécies que estão muito próximas, na beiradinha, certo? De deixar de existir. Tô falando aqui dessa, furipterus horrens.

Vou falar aqui de outra, Torri.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Cecília, deixa eu lhe pedir um favor.

Cecília Feitosa -: Pois não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: As suas perguntas, eu tô percebendo que elas são bastante técnicas. Eu vou tesolicitar vou te solicitar que você apresente elas por escrito, que a gente vai passar inclusive pra nossa equipe técnica.

Cecília Feitosa -: Certo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pra eles poderem te responder especificamente sobre esses pontos.

Cecília Feitosa -: Ok, eu queria só terminar então pra concluir aqui. Eu falei da avoante, mas eu tô falando aqui do tatu-bola, o tatu-bola inclusive que está na lista vermelha numa categoria de ameaça menor do que a lista estadual,secretaria estadual de meio ambiente acabou de publicar uma lista de espécies ameaçadas, local e que coloca algumas espécies inclusive num grau de

possibilidade de ameaça de extinção muito maior do que as listas nacionais, porque são estudos específicos, feitos só no Ceará.

Bom, então eu tô colocando isso, porque eu tô falando aqui de pelo menos, tô falando aqui de pelo menos seis espécies, pelo menos seis espécies. A gente vai formalizar esses questionamentos sobretudo porque do ponto de vista das amostragens que foram realizadas num período muito curto de tempo, a diversidade alfa, não foi possível de ser atingida justamente porque essa amostragem foi feita num período muito curto, por exemplo, pra herpetofauna. Então existe uma série de questionamentos que o estudo ele não deu conta de responder e na verdade ele tergiversa, na verdade ele condescende com a possibilidade inclusive de atuar, de se implementar no local muito rico, basta as primeiras chuvas chegarem, a gente vê como explode de vida, né, a caatinga e que podem deixar de existir por conta da implementação do empreendimento nesse local onde está o empreendimento projetado, o empreendimento SANTA QUITÉRIA. Então eu creio que pro IBAMA esses temas são muito importantes do ponto de vista da conservação e aí sobre tudo pro o IBAMA a quem eu queriadirecionar as perguntas sobre o processo de licenciamento que pode implicar naameaça e na extinção dessas espécies que tão nessas categorias de ameaça na natureza.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Cecília. Eu queria chamar agora, o senhor Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará.

Amílcar Silveira- Presidente da Federação de Agricultura do Ceará: Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar ali o Tomás Figueiredo, que eu sei quevocê tem uma luta por essa mina de Itataia aqui e venho me somar a sua luta Tatá. Calma pessoal, calma, calma.

Cumprimentar aqui os meus companheiros, parceiro Junior, a Rubinho, ao ex- prefeito senhor José Francisco, a Carlos Bezerra.
Primeiro eu queria dizer pra vocês e pra todos que vieram de longe pra conhecerum pouco da realidade do Ceará. Nós temos vinte e dois por cento da populaçãodesse estado que mora em áreas rurais e infelizmente sessenta e seis por centoda pobreza. Essa luta por essa mina de Itataia ela não é só de Santa Quitéria, não, ela é de todos os cearenses. E eu vim aqui porque eu represento trezentase noventa e cinco mil estabelecimentos rurais. Nós importamos fertilizantes, importamos e custa muito pra nós, somos o maior produtor individual de melão do mundo. E trazemos fertilizantes do Marrocos, da Rússia e tamos pagando caro pra isso. Somos o maior produtor de acerola. Só um minutinho. Educaçãomanda lembrança pra vocês aí.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente, só um pouquinho.

Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará: Somos o maior produtor.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Seu Amílcar só um minutinho. Eu vou pedir a todos, até agora todo mundoescutou todas as manifestações, eu acho que é importante nós respeitarmostodos os pontos de vista. Então eu vou pedir que ao longo da fala do senhorAmílcar ele possa se expressar sem que a gente tenha gritaria, tá certo gente? Agradeço desde já a compreensão.

Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará: Somos o maior produtor de acerola desse país, em dois mil e dezessete nós do dez maiorprodutor de leite estado, três estavam aqui e um inclusive em Madalena, da fazenda Teotônio e precisamos do fosfato de cálcio.

Você sabe qual é dragão que vai ter nessa mina, que ela vai matar? É dragão da fome, da fome do produtor rural que taí.

Então eu vim pedir aos senhores e a todos que tão aqui e dizer que vou vir aquiquer queira ou não queiram, nós vamos vir aqui pra inaugurar essa usina que vaiser montada em Santa Quitéria. Vocês vão instalar torcendo pelo desenvolvimento da nossa cidade e nosso estado. Obrigado a vocês.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado senhor Amílcar. Agora eu chamo o senhor José Braga Barreto, senhorprefeito de Santa Quitéria.

José Braga Barreto - Prefeito de Santa Quitéria: É, boa noite a todos! Eu quero, quero cumprimentar aqui a mesa, a pessoa do presidente aqui, da, dessaAudiência, doutor Regis Fontana Pinto, saudar o público presente aqui na pessoa dos quiteriense, dos nossos colaboradores, dos nossos vereadores aquina pessoa do senhor Douglas Lira. Eu quero dizer pra vocês que o, nós como representante do município, como prefeito municipal entregamos para ser protocolado, para ser posta em Ata, senhor Regis, um documento em que nós mitigamos, nós apresentamos as contrapartidas do município de Santa Quitéria, sejam elas área de proteção ambiental, seja saneamento básico, seja benfeitorias para a saúde. Tem muitas, vamos dizer assim, muitas compensações que seja postos na Ata para ser analisada pelo IBAMA.

Eu sei, cita-se aqui muito nos efeitos negativos, tem sim, tem também os efeitos positivos, na geração de emprego e renda. Na geração de emprego e renda, no desenvolvimento do nosso município, mas é preciso também que se acredite que se faça um estudo de responsabilidade e aí nós cobramos do IBAMA. O IBAMA que é responsável, não é o gestor, não é ninguém que vai autorizar ou

negar a exploração da mina, eu espero que todo mundo analise com muita competência os efeitos sejam positivos, sejam negativos, para que se faça. Ah é porque existe isso, não se tente, se esbarre, eu sei que cada dia surgem tecnologias novas que sejam capazes, não tô querendo dizer aqui que vai ser autorizado, já foi negada, acho que duas vezes já.

Então espero que o IBAMA com muita responsabilidade analise e se for viável que explore, e se for negativa que não autorize.

Então esta noite acompanhamos uma das mais, das mais etapas do processo de licenciamento ambiental da mina de Itataia, que há muito tempo se discute com cautela e prudência devido aos riscos ambientais decorrentes da atividade de mineração e mais ainda diante da presença do mineral radioativo.

Sabemos que todas as atividades produtivas implicam em algum risco ao impacto ambiental e entendemos nessa necessária a cautela e prudência especial desse processo de licenciamento, pois o que se busca é avaliar os riscos e danos e determina as formas de redução desses impactos no meio ambiente e especialmente para a população.

O PROJETO SANTA QUITÉRIA anuncia um incremento da atividade econômicalocal é o licen, e o licenciamento busca equilibrar as forças para que esse crescimento econômico não seja a qualquer custo, posto que, o que se busca proteger vidas e o meio ambiente equilibrado não tem preço.

Assim conforme o princípio do desenvolvimento sustentável o crescimento econômico deve preservar o bem-estar social, bom como, a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial, essencial a sadia qualidade de vida, pois os presentes e futu, para as presentes e futuras gerações.

Destacamos que o IBAMA e a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR são os órgãos federais responsáveis pelo licenciamento dos empreendimentos, sendo a decisão de competência do Governo Federal, mas que o município acompanha cada movimento desse projeto, não medindo esforços para proteger os interesses da população quiteriense, seja buscando amenizar os riscos na área diretamente afetada, bem como, na capa, captação de contrapartidas, investimentos necessários para o desenvolvimento regular e seguro da atividade proposta.

Assim ciente que os órgãos competentes estão conduzindo o licenciamento de forma correta, com cuidado e cautela necessária, entendemos que a decisão que for tomada será afe, acertada e terá a contribuição do Poder executivo municipal, na defesa dos interesses de sua população visando o desenvolvimento econômico regional de forma a preservar o meio ambiente e garantir o bem-estar social, a saúde e a vida de nossa população. Esta é a minhamensagem para vocês.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Prefeito Baquinha, Braguinha, eu agradeço suas palavras e em seu nome eu agradeço toda a população de Santa Quitéria que nos acolheu aqui hoje para essa Audiência e pela grande participação que tem sido ao longo da Audiência Pública que vai fazer parte pro nosso licenciamento ambiental. Deixo também registrado que a nossa equipe já recebeu ali o seu documento vai fazer parte do nosso processo de licenciamento ambiental. Queria chamar agora o senhor Tomás Figueiredo pra fazer a sua manifestação oral.

Tomás Figueiredo: Boa noite a todos, queria saudar a mesa em nome do doutor Regis Fontana Pinto, meus senhores, minhas senhoras. Boa noite a todos, queria aqui saudar o deputado João Alfredo, o deputado Daniel, a meu amigo Amílcar presidente da FAEC, aos vereadores Geciane Viana, Aures Mendes, Miúdo, o mãezinha aqui representando a sociedade, os empresários de Santa Quitéria. Obrigado a equipe pela oportunidade.

Eu queria aqui primeiro dizer aqui até com o João Alfredo, né, que essa é a terceira Audiência que nós participamos e eu queria aqui, ouvir muitas palavras, muitas pessoas falando, mas uma coisa tem que acontecer. O Brasil precisa das reservas minerais do município de Santa Quitéria.

Há uma manifestação do público.

Tomás Figueiredo: E eu luto, eu luto a trinta e dois anos por essas reservas minerais, e são, nós tamos na terceira, tamos talvez no quarto EIA/RIMA, tamo no quarto EIA/RIMA, tamo no quarto EIA/RIMA que já tivemos o anterior na época do, na época do presidente Figueiredo que o ministro era o Cesar Cali que era o cearense que foi que fez as primeiras galerias e aqui tem o Zé Roberto que é o engenheiro da INB que acompanha esse projeto há mais de trinta anos e é necessário pra nós brasileiros, eu consegui em dois mil e quatro a primeira Audiência Pública no Riacho das Pedras que é a Liduína bem falou aqui que foiesquecida, o Riacho das Pedras e algumas comunidades de Santa Quitéria, foras esquecida, mas nós conseguimos naquela época que fosse explorado o fosfato independente do urânio, porque infelizmente onde tem fosfato tem uma quantidade mínima ou de qualquer coisa de urânio. Eu acho que os senhores do IBAMA sabem disso.

E eu vi aqui algumas colocações, por exemplo do Zé Maria, Zé Maria, o açude Cerrote foi construído para atender a mina, a mina de Santa Quitéria.

Ele foi construído pra atender a mina de santa Quitéria e os oitocentos e cinquenta, e os oitocentos e cinquenta litros por segundo que vão subir nessa adutora, a metade vai atender a humano, a metade é pro Riacho das Pedras, a metade é para o Morrinho, a metade é lá pras Queimadas, ele vai atender a isso. Agora a COGE, a COGE deveria construir o poço cumprido, que é um açude o dobro, o dobro do Cerrote que nós quiteriense lutamos há mais de trinta anos pela construção do açude Poço Cumprido do rio do Macaco. E eu a última vez

que tive na prefeitura de Santa Quitéria, me lembro muito bem em dois mil e dezenove com a escarces de agua, aí o COGE liberou mil e duzentos litros de água por segundo pra atender o Baixo Acaraú e eu entrei na justiça, eu entrei na justiça e a justiça me concedeu apenas setecentos e cinquenta litros por segundo naquela época, porque o Cerrote é de Santa Quitéria, não é pra atender o Baixo Acaraú não, nós precisamos, nós precisamos da construção do Poço Cumprido,eu acho que os nossos lidere políticos que tão aqui hoje deveriam tá torcendo pelo Poço Cumprido que vai atender não só Sobral como o Baixo Acaraú. E vimos muitas outras coisas, mas a única coisa que eu tenho certeza que o Brasil,o Ceará precisa das reservas minerais de Santa Quitéria. O meu muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor Tomás.

Manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Dando continuidade, eu chamo para a sua manifestação o senhor Alex da prefeitura municipal de Santa Quitéria. Senhor Alex. Aqui está como PM Santa Quitéria, imagino que seja prefeitura municipal, senhor Alex.

(Alguém o responde ao fundo).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Já foi? Ok. Anota aqui.

Ele fala com alguém ao fundo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: A gente vai registrar aqui que a pessoa fez a mani, solicitou a manifestação, mas infelizmente não pode permanecer. O senhor Gleidson Mendes, do assentamento Roseli Nunes.

Gleidson Mendes - Assentamento Roseli Nunes: Boa noite companheiros e companheiras! A gente saúda a todos em nome das comunidades dos assentamentos de reforma agrária.

Dizer aqui que é momento de manifestar opiniões e que eu queria manifestar opinião do lado da reforma agrária, dos lados dos assentamentos, das comunidades que tão no entorno da mina e que seja visto sim, o que é colocado no território aqui de Santa Quitéria através dessa Audiência Pública, os

interesses maiores, que é o interesse do povo. E aí fundamento a minha fala nesse sentido.

Companheirada, Santa Quitéria, ela vive uma era de prosperidade, de soberaniaalimentar do cumpadi, da cumadi, do dia a dia na comunidade no assentamentode reforma agrária, livre de uma estrutura que vai comprometer a vida, comprometer a estrutura produtiva, comprometer a estrutura do dia a dia nos processos educativos, nos processos culturais, nas comunidades em todo de modo geral, não só Santa Quitéria, mas por onde vai a radiação do urânio.
Companheiros, o nuclear já tá comprovado no mundo que ele é inviável para a humanidade. Quantas décadas futuras isso vai ser utilizada? Que eu creio que não, não há necessidade. Qual é o argumento e a justificativa do uraniocompanheirada?

Brasil produz, dois por cento da energia brasileira é movida a reator nuclear quetenham possibilidades de mudanças climáticas sem destruir o reator nuclear em ANGRA I e ANGRA II no Rio de Janeiro, agora construindo ANGRA III, né?

Então as possibilidades de mudanças climáticas pra fazer uma destruição dessa como aconteceu em Fukushima, no Japão, como aconteceu em Chernobyl, na Ucrânia em oitenta e seis, é só a gente pesquisar companheirada a inviabilidade, a contramão do destino da questão nuclear.

E companheiros, Santa Quitéria, ela tá em uma fazer que tem que ser trabalhada o processo da consciência pra o entendimento que a população tem que, tem cair em campo nos estudos, pra que a população se manifeste e não só com a informação trazida pela empresa, presidente do IBAMA que eu me esqueci o nome, mas é dizer que eu acho uma irresponsabilidade o estado permitir que uma instituição que regula, é a mesma que fiscaliza, não tem sentido. Você elege, você constrói a lei e ao mesmo tempo fiscaliza, a CNEM é uma estrutura que precisa ser avaliado no estado, é uma estatal. E é uma irresponsabilidade o estado permitir que ela vai fazer o estudo do relatório de impacto ambiental, ela mesmo quem faz e al mesmo fiscaliza. Então dentro da estrutura do estado issotem que ser visto.

Então chegar aqui companheiros e companheiras na estrutura que tá sendo pautada pelo agronegócio no Nordeste, nós tem que discutir o seguinte companheirada. O que que gera emprego e renda num país?

Aqui em santa Quitéria nós pode ter uma certeza, o mundo passou por uma deportação social de mudança cultural do campo pra industrialização na cidade.Isso tem que ser ao contrário agora.

Quer gerar emprego? O estado brasileiro quer gerar emprego? Realize amplo processo de reforma agraria nesse Brasil, que vai sim, gerar emprego e renda em todas as regiões desse Brasil.

Então companheiros dizer que o mundo, o Brasil, setenta e quatro por cento da alimentação que é consumida aqui dentro, ele vem da agricultura familiar e camponesa, não vem do agronegócio não. O agronegócio pra produzir

Commodities pra exportar pra fora pra gerar simplesmente juro pros empresários brasileiros e estrangeiros também. Então, então companheiro dizer que quer gerar emprego, faça a reforma agrária, acabe com os grandes fazendeiros que só produz pra exportar pra fora e bote a terra na mão do povo que aí gera emprego e renda. Não é simplesmente quinhentos empregos que vai ser colocado na mina aqui pra dividir pra três municípios.

E a pergunta que a gente faz pra empresa que não, eu não tenho dúvida nenhuma, mas uma pergunta que eu faço pra nós quiteriense, pra nós cearense,Santa Quitéria, o que vai ser de Santa Quitéria pós vinte anos de desenvolvimento econômico e progresso que tão dizendo tudo que é mentira, ultrapassa Sobral e vinte anos depois vai ser o que, uma sociedade fantasma? Uma sociedade de baratas? Porque só baratas consegue resistir à radiação atémil vezes mais a que o ser humano consegue, então não tem sentido, sentido econômico pra que e pra quem? Porque pra Santa Quitéria não tem. Aí Braguinha, prefeito Braguinha, é isso o que que vai ser de santa Quitéria vinte anos depois? É essa sociedade que nós quer? A sociedade quem, só o que vai ficar no resto duvidas companheiros, só com os desastres ambientais que vai ser trazidos pela mineração. Então é dizer é momento de a população de SantaQuitéria se manifestar e se mobilizar e colocar os seus interesses e as suas propostas realmente de geração de emprego e renda e que dizer que os assentamentos, as comunidades precisão sim de recursos pra se desenvolver, de pra investir no processo cooperativista, o processo coletivo de produção com base na alimentação saudável companheirada, nós quer arrancar um minério da terra pra poder fazer adubo químico, fazer fertilizante que futuramente só vaicriar mais câncer na humanidade. A gente vive numa sociedade doente não é por outra coisa não, é pelo que come. Se não, o adubo que nos precisa companheirada é aquele que vem lá do curral, da criação, do gado, o adubo orgânico e esse aí pra agronegócio não serve, só serve pra nós. Então companheiros dizer que um boa noite pra nós e que essa Audiência está sendomuito importante que tamo ouvindo e dá pra perceber num tom muito agudo e que Santa Quitéria não quer essa mineração, com certeza.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Gleidson. Eu gostaria de passar agora a palavra pra tecer alguns comentários especialmente sobre a elaboração do EIA pro pessoal da TETRAMAIS e para abordar especialmente a questão do diagnóstico da ictiofauna e de morcegos, especialmente também relacionados as cavernas.

Ricardo Lieutaud – Gerente TETRAMAIS: Bom, boa noite. Obrigado Regis, obrigado também a Cecília que fez as perguntas, as considerações.

Começando pelas cavidades, tá? O estudo ele fez, ele fez toda, todos os levantamentos, as especeis que você citou foram furipterus horrens foi identificado dentro de cavidades, essas cavidades são, foram consideradas inclusive de máxima relevância, elas tão fora da área do empreendimento, da área PROJETO SANTA QUITÉRIA, elas serão conservadas, um dos exemplos que eu dei, não se se lembra da apresentação? É o contorno da mina pra

justamente não afetar a área do, de cavidades. Então todo esse cuidado foi levado em consideração, especificamente dessa espécie, ela também foi identificada fora de cavidades, então a gente teve dois levantamentos de que, de quirópteros, de morcegos, o de cavidades para o estudo de relevância propriamente dito e a fauna terrestre, a fauna convencional que pegou os pontosque eu apresentei no mapa e também tá no RIMA.

É sobre a questão das cinco cavidades. O porquê elas vão ser suprimidas? Duasdelas tão na área da mina, isso você tem uma rigidez locacional, ela a mina você não consegue alterar ou modificar, ela tá lá porque a natureza, a geologia colocou ela lá. Essa cavidade também todos os estudos de relevância foram feitos, não há os quatros componentes, os critérios que definem a máxima relevância, então não foram identificados animais ameaçados de extinção. A parte de, da, de patrimônio espelholó, é, arqueológico dessas cavidades tambémnão foram significativos, não foram registrados, a parte da geologia, todo o aporte de nutrientes. Então por isso que elas são de baixa relevância. Das cinco, quatro de baixa relevância, sendo que algumas, elas nem tem o tamanho, o delineamento linear de cinco metros, o que configura aí já todo o estudo topografia de acordo com a legislação.

Sobre a espécie que você citou sobre a, o leucofila né, eu citei esse tópico sobre só o gênero, ela foi identificada sim, no estudo, é uma espécie que tá em processo de descrição pra ciência, ela abrange, ela ocorre na caatinga, no bioma caatinga como um todo, específico de uma região ou outra do bioma de forma geral.

A leucofila, leucofila. (Ele fala com alguém).

Isso também tá sendo considerado e apresentado. Todos os grupos de fauna estudado foram avaliados de acordo com a lista nacional a IN 446 do MMA, a lista internacional de fauna ameaçada, então todos os dados, tão apresentados descritos como eu citei pra dona Maria do Carmo, existem algumas espécies chaves que tão sendo monitoradas de perto com, como indicadores de qualidadeambiental.

Passando aqui pra parte da ictiofauna e da limnologia, o estudo ele, ele tem uma abrangência espacial, ele considerou os pontos principais pra justamente fazer essa caracterização do impacto ambiental. Então foram sim, considerados, os,o endemismo, do, da de todas as espécies, então ao final de cada capítulo do EIA se tiver oportunidade, você vai ver quais são os grupos, as espécies ameaçadas, os grupos endêmicos de interesses médicos veterinário, interesse conservacionista, ligado também a parte de, ameaçada e de interesse comercial ou médico veterinário que eu já citei. Então todos esses grupos avifauna, mastofauna incluindo o quiróptero, ictiofauna, leve em consideração essa análise, tem programas específicos e os regastes. Eu só queria destacar que a área a ser afetada do empreendimento, hoje ela tá de trezentos e oitenta hectares, isso equivale a cerca de nove por cento de toda a área fazenda Itataia. Se tiver também a gente pode, é seria legal trazer esse dado, o, toda conectividade não há uma previsão de impacto sobre isso, foi feito o estudo de análise da paisagem, dois por cento apenas de toda a AID vão sofrer alterações

quanto a supressão vegetal. Então espero ter respondido e fico à disposição também. Obrigado Régis.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Eu gostaria de fazer aqui um bloquinho de duas perguntas escritas que tratam sobre questão de saúde que eu gostaria muito de aproveitar a presença do Ricardo aqui da CNEM para, para poder fazer um esclarecimento que eu acho importante.
A gente tem aqui uma pergunta que diz assim, por que explorar a mina se ela pode causar muitas doenças as pessoas?

A pessoa não se identificou. A outra pergunta é a pergunta da, do Naltenir Ribeiro, ele pergunta, gostaria de saber onde ficará os rejeitos do urânio e qual forma de armazenagem? E explicar de forma mais entendível aos leigos sobre a diferença de radiação do urânio no seu estado normal e no seu estado de rejeito, que é bem mais prejudicial à população entorno da mina. Eu queria então que o Ricardo pudesse esclarecer a respeito desses dois pontos.

Ricardo Guterres – CNEM: Obrigado Régis. Bom, eu vou tentar tratar esses pontos, primeiramente eu gostaria de reiterar as palavras do Regis, à COMISSÃO DE ENERGIA NUCLEAR, na atuação diretoria de radioproteção de segurança nuclear não visa promoção da energia nuclear, mas visa sua fiscalização o licenciamento observando parâmetros como eu falei, são estabelecidos a nível internacional, então nós não estamos inventando, estamos simplesmente buscando aplicar os parâmetros de fiscalização e licenciamento e segurança que são estabelecidos no nível internacional.

E novamente como o Regis colocou, caso o empreendedor não apresente as garantias necessárias para que esse empreendimento seja seguro, ele simplesmente não vai ser licenciado, não vai ter sua autorização emitida.

Bom, esse primeiro ponto eu acho muito importante frisar, e eu gostaria de mencionar também que tem se repetido uma fala associando a exposição à radiação a câncer, essa fala no meu entendimento é uma fala imprudente, pra usar a palavra mais leve, isso é uma matéria cientifica que é abordada em diversos estudos, é muito difícil estabelecer esse tipo de correlação, como vocês viram aqui nos dados apresentados, a taxa de doenças oncológicas em município vizinhos, ela varia muito, ela tem uma variação muito grande, por que que varia? São diversos parâmetros que são colocados, é muito difícil você estabelecer. Então essa correlação não, nos nossos, no nosso entendimento não é possível para um empreendimento corretamente licenciado fazer essa associação entre enfermidade oncológicas e a, e a instalação em si. Agora do, a pergunta, quando você tem a modificação do meio ambiente, veja bem, existem locais que tem doses de radiação natural vinte e cinco vezes maiores do que, por exemplo, que nós temos aqui em Santa Quitéria, no Irã, tem localidades onde a radiação natural é maior, tem vezes, tem locais que são dez vezes maiores, quinze vezes maiores, tem lugares que são vinte e cinco vezes maiores, depende do local, mas quando você modifica o meio ambiente você pode criar

rotas que levam a eventual exposição da população e por isso, foi citado aqui o caso da poeira, o caso, é por isso que existe o estudo de impacto ambiental, háum estudo sobre isso, que não é um estudo que é feito, apresentado e tudo bem,é um estudo que é aplicado, ele é considerado, ele é avaliado e somente após aavaliação dele, é avaliado, é validade que verifica que de fato esse impacto ambiental ele, ele é abaixo dos limites estabelecidos internacionalmente por exposição e caso isso seja verificado, então nós podemos assegurar que essa correlação entre a atividade e doenças oncológicas, por exemplo, não é, não é possível ser estabelecida.

Esse é um ponto que eu gostaria de mencionar e por fim só mencionar aqui de fato a questão de Caldas, é um passivo ambiental, mas não há abandono, não há abandono, é uma instalação da INB e nós temos um laboratório, diretor de laboratório aqui de Poços de Calda está aqui presente, nós temos uma inspetoria residente que atua diuturnamente fiscalizando a instalação de Caldas que precisa de uma solução que está judicializada, que tem um termo de ajuste de conduta firmado com o ministério público, cujo a comissão é fiadora desse termo, então assim, eu acho que nós precisamos ser preciso na informação pra não causar confusão, acho que existem questões que são, que foram colocadas aqui, que são importantes, que estão sendo consideradas no âmbito do licenciamento, mas outras eu acho que são imprudentes, pra usar uma palavra bem leve pra serem tratadas da forma como foram tratadas. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Vou passar pra mais uma rodada de manifestações orais, eu queria chamar a senhora Louise Santana, vereadora de Fortaleza.

Louise Santana – Vereadora: Boa noite a todos e a todas, boa noite a população, quero aqui saudar a população que está aqui e dizer que é louvável a resistência desses trabalhadores, dessas trabalhadoras que com certeza passaram o dia na luta, na lida e ainda se encontram aqui por saberem a importância desse processo para a vida, para o futuro para as famílias de você, então eu gostaria de saudá-los em nome dessa saudação inclusive apresentar, já que foi apresentado que vai haver outras audiências, sugestionar que o tempo de fala empresa, que o tempo de fala do consórcio seja de fato cronometrado pra que a gente não submeta essa população nos outros lugares a estarem de forma tão tardia fora de suas casas e muitas vezes vão voltar em terrenos que a gente sabe que é atingidos pelas chuvas, são estradas carroçal, as vezes a gente já começa a colocar essas pessoas em risco a partir das audiências, então não é prudente que a gente faça esse tipo de condução. E aí eu gostaria de iniciar explicando porque que estamos aqui, eu sou Louise Santana, sou vereadora de Fortaleza pela mandata coletiva Nossa Cara, estive, estamos acompanhando esse processo e por que que alguém de Fortaleza esta acompanhando esse processo? Porque hoje nós temos em Fortaleza uma situação crírtica quando se trata de população de rua mais recentemente nós inclusive tivemos infelizmente um incidente grave em que um morador rua de Fortaleza que era um trabalhador acabou inclusive se envolvendo em uma situação criminosa co0ntra agente de segurança, Fortaleza atravessa uma

situação crítca com relação a saúde pública, Fortaleza atravessa uma situaçãocrítica com relação as medidas de acompanhamento socioassistenciais e por que falar disso aqui? Porque Fortaleza é a capital desse estado, e porque Fortaleza conta com as unidades e os complexos de saúde que tem a obrigação de receber quando há sobrecarga em municípios vizinhos ou circunvizinhos, aspessoas que são encaminhadas com processo de adoecimento ou com questões sociais. E eu senti falta, inclusive quero aqui ressalta a importância devocês tyerem feito esse documento pra apresentar a população, é muito importante, mas inclusive nesse documento não há previsão de resolução para esses conflitos que podem existir e que já existiram. Fortaleza, por exemplo vivenciou um projeto de uma mega construção com a ampliação do estádio do castelão e o que nós vivenciamos no entorno daquela produção foi o afastamento das famílias, uma disputa que inclusive ainda hoje nós temos famílias que não receberam as suas casas, as sua moradias que estão disputando inclusive o aluguem social ano ano, o aumento da prostituição infantil, o aumento do uso de drogas, a dificuldade de nós termos políticas públicas paraa juventude e é essa a nossa preocupação quando nós olhamos pra cá.

Nos preocupamos porque nós estamos interligados, eu, por exemplo, estou vereadora em Fortaleza, mas sou professora da cidade de São Gonçalo e a cidade de São Gonçalo enfrenta problemas também advindos de interferências no espaço natural e inclusive a cidade de São Gonçalo está prevista no Projeto para fazer parte desse processo. Lá nós temos crianças e pessoas idosas que atravessam adoecimentos, inclusive por conta da fumaça do carvão, temos processos sociais e problemáticas sócias que se agravam dia a dia e é por isso que o nosso apelo, o meu apelo enquanto representante da câmara de vereadores de Fortaleza é que a análise seja feita, também dos impactos sociais e da distribuição do que vai ser construído aqui. É preciso a gente entender que nós estamos todos interligados e que nós precisamos ter responsabilidade quando propomos algo desse tamanho para cá.

E quero fechar dizendo inclusive que essa responsabilidade ela precisa se estender em todas as etapas, quando, por exemplo, a gente pensa duas mil e oitocentas pessoas empregadas no início e apenas quinhentos e trinta e oito ao final, cerca de um quinto, a minha pergunta é, quais os direitos para as cercas de duas mil e trezentas pessoas que vão estar desempregadas depois desse início? Qual é a cobertura social e a cobertura de saúde que vai ser ofertada para esses trabalhadores? Qual o plano de saúde que esses trabalhadores vão receber? Qual é a proteção social e de saúde para a família desses trabalhadores?

A gente precisa ter essa responsabilidade, porque se você dia que você vai ficar apenas com um quinto e ai já foi falado e reiterado várias vezes aqui que esses trabalhadores iniciais serão técnicos, serão na verdade operadores e não técnicos, o corpo técnico, se eu não me engano, o número que deram aqui seráem torno de cem pessoas.

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: Boa noite eu sou Renata, sou pesquisadora de Núcleo 5:00:20- falha no aúdio, assim, assim, pra contemplar ambos. Sou pesquisadora do Núcleo Trabalho, Ambiente, Saúde da Universidade Federal do Ceará e inicialmente peço licença aos povos indígenas e as demais comunidades que tão aqui presentes e também aos seres não humanos que os acompanham, pra, pra ver algumas questões importantes pro processo de licenciamento que a gente tá hoje em uma das fases.

O Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelo CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA ele aponta que não existem povos indígenas, comunidades quilombolas, e povos e comunidades tradicionais nas áreas que podem ser afetadas, nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, e aí como pesquisadora e como também membro um grupo de pesquisa da universidade pública que precisa cumprir com sua função social, eu preciso apresentar essa denúncia aqui a vocês, essa informação está equivocada, existem diversos povos indígenas, quilombolas, povos de terreiros e outras comunidades tradicionais que podem ser diretamente afetadas pelo projeto SANTA QUITÉRIA, queria apresentar aqui, há imprecisões na definição das áreas de influência apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental inclusive porque não existem dados suficientes como os dados que fazem parte do licenciamento quetá sendo conduzido no âmbito da CNEN pra avaliação desses impactos. Mas, mesmo que a gente desconsidere isso, se a gente olhar só pro que o Estudo de Impacto Ambiental apresenta ele apresenta como área de influência direta os municípios de Santa Quitéria e Itatira, a gente tem terra indígena aqui em Santa Quitéria, a terra indígena Serra das Matas da qual o Elvis, inclusive, faz parte, a terra indígena Serra das Matas contempla o município de Santa Quitéria também, as aldeias Quixaba e Lagoa dos Guinutos, estão em Santa Quitéria, inclusive as habitações da Aldeia Lagoa dos Guinutos estão dentro do município de Santa Quitéria, dentro dos limites territoriais. A área produtiva da Aldeia Quixaba tá dentro de Santa Quitéria também e a terra indígena não tem essas caixinhas que a gente as vezes costuma utilizar, então a área produtiva faz parte da terra indígena também. A terra indígena Serra das Matas ela é um território compartilhado pelo povo Potiguara, povo Tabajara, povo Tubiba Tapuia e ela contempla Santa Quitéria, mas, também contempla Monsenhor Tabosa, Tamboril, Catunda e Boa Viagem. Além da terra indígena Serra das Matas que tem mais de quarenta e cinco aldeias, mais de quarenta e cinco aldeias que compartilham esse território a gente também tem em Canindé que vocês consideram dentro do critério socioeconômico como a área de influência indireta o povo Canindé, o povo Canindé de Canindé, que também tá em Aratuba, povo Canindé de Aratuba, a gente tem a aldeia Gameleira lá, esse povo existe, existe e em Canindé existe um outro povo indígena Caraã Jaguaribara, com mais de cinco aldeias, que ocupa não só Canindé, mas, também Aratuba, Capistrano, Baixo do Baturité e outros municípios.

No caso da terra indígena da Serra das Matas ela tá em estudo de identificação e delimitação no âmbito da FUNAI, no caso do povo Caraã Jaguaribara a demanda já tá qualificada, de reinvindicação fundiária. No caso do povo Canindé tá em 5:04:03??? – falha de áudio, de qualificação e se a gente olhasse também pros municípios que estão contemplados na rota de transporte do concentrado

de urânio que sequer é citada como área de influência nem mesmo indireta equivocadamente no estudo, os municípios que vão passar, por onde vai passar o concentrado de urânio não são apresentados, mas, eu queria trazer um destaque pra dois deles, o município de Caucaia e o município de São Gonçalo do Amarante, esses dois municípios também tem povos indígenas que podem ser afetados pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA, o povo Tapeba por exemplo tá dentro de uma terra já declarada inclusive de posse permanente do povo Tapeba pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública desde dois mil e dezessete, mais de vinte aldeias Tapeba existem compondo o território deste povo. Além disso o povo Anacé que tá em São Gonçalo do Amarante e que também tá em Caucaia, existem aldeias Anacé em estudo de identificação e delimitação também e existe uma reserva indígena já constituída, inclusive uma reserva indígena chamada Taba do Anacé que foi constituída e Caucaia por causa dos impactos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém sobre os povos indígenas, no caso sobre o povo indígena Anacés especificamente, esse povo foi desterritorializado pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, justamente o espaço que vocêsestão apontando que é por onde vai passar, é por onde vão chegar os caminhões pra fazer o processo de exportação do concentrado de urânio.

Além dos povos indígenas eu queria mencionar que existem comunidades quilombolas, porque que elas não aparecem no estudo apresentado? Há uma comunidade quilombola inclusive em Canindé, eles chamam Quilombo Benfica e há outras comunidades quilombolas na área que pode ser afetada pelo projeto, inclusive Tamboril onde também estão os indígenas que compõem a terra indígena Serra das Matas, mas, também tem comunidade quilombola em Sobral, também tem comunidade quilombola em Caucaia. Além das comunidades quilombolas eu queria falar de outros grupos, os povos de terreiro. Os povos deterreiro gente também entram na história, eles também existem, ele também tem uma formulação diferenciada e específica com seus territórios, se a gente olhar só os municípios que vocês estão citando, percebam, eu nem tô fazendo aqui a avaliação, que merece ser feita, de que as áreas de influência apresentadas no Estudo de impacto Ambiental elas estão tecnicamente com problemas, inclusive por falta de informações, mas, se a gente olhar aqui só pra o que tá apresentado lá já tem equívocos importantes, já tem irregularidades importantes, porque existem comunidades de terreiro também em Santa Quitéria, também em Itatira, área de influência direta, de acordo com o consórcio, assim como no Canindé, assim como em Madalena, que de acordo com o consórcio também, dentro do critério socioeconômico, compõe aí a área de influência indireta do projeto. Alémdos povos de terreiro em Caucaia por exemplo, em Sobral e em outros municípios, além deles a gente tem comunidades camponesas, o estudo da Lívia Ribeiro e do Rafael Dias de Melo por exemplo aponta que só em Santa Quitéria e em Itatira a gente tem mais de cento e cinquenta comunidades, eles falam em cento e cinquenta e seis comunidades camponesas. Eu tô citando esses vários exemplos que são de fato exemplos, essa não é uma análise taxativa, pra colocar pra vocês que existe uma diversidade desse território, existem povos camponeses, indígenas, quilombolas, de terreiro, existem também pescadores inclusive na parede do açude Edson Queiroz, e eu gostaria de saber porque eles não aparecem no Estudo de Impacto Ambiental? Então há uma, uma questão importante, que precisa ser colocada aqui, precisa ser registrada na ATA desta audiência que a ausência dos estudos de componente indígena, quilombola e

tradicionais previstas na legislação em relação ao PROJETO SANTA QUITÉRIA, esses estudos não foram realizados, o Estudo de impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental apresentados apontam que não existem povos e comunidades tradicionais, mas, eles existem, estão vivos e ocupam tradicionalmente essa região, inclusive são territórios, no caso dos povos indígenas, territórios originários, e há uma questão importante porque isso não se confunde à perspectiva do estudo de componente indígena é uma coisa, mas, isso não se confunde com o outro direito que tá sendo desrespeitado, desconsiderado também nesse processo de licenciamento ambiental que é o direito a consulta livre prévia informada, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que é um documento ratificado integralmente pelo Estado Brasileiro ela aponta que os povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que tem relações específicas e diferenciadas com os seus territórios tem o direito de serem consultados diante de qualquer medida administrativa ou legislativa que possa afetá-los diretamente. Essediploma internacional que é ratificado, que é confirmado pelo Estado Brasileiro ele tá sendo descumprido diante de qualquer medida a convenção aponta, qualquer medida administrativa ou legislativa que possa afetar esses povos, a consulta precisa ser livre, precisa ser prévia, precisa ser informada, e ela não foirealizada até este momento.

É muito grave que a gente esteja hoje numa audiência pública quando sequer houve consulta aos povos indígenas, quilombolas e aos demais comunidades que podem ser afetadas diretamente por esse empreendimento. Eu queria colocar isso pra vocês com muita tranquilidade, porque nós estamos num espaço importante que é o da audiência, mas, a audiência não é consulta livre, prévia e informada, ela não é. A consulta livre, prévia e informada exigem procedimentos específicos, exige procedimentos que vão inclusive ser diferentes, porque eles vão ser formulados a partir da realidade de cada povo indígena, quilombola, de cada povo pescador, ribeirinho, cigano, de cada povo envolvido que possa ser impactado por um determinado projeto ou um determinado programa, porque a consulta ela não tá restrita ao licenciamento ambiental, ela é autônoma inclusiveao processo de licenciamento e nós temos diversas decisões, queria assim também compartilhar, porque o representante do IBAMA apontou algumas questões em relação a consulta, a consulta tem plena eficácia, inclusive imediatano Brasil, diversas decisões importantes agente tem uma jurisprudência bastante farta, na Justiça Federal, Tribunal Regional Federal, e também no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O caso de Belo Monte por exemplo, nós temos uma medida cautelar estipulada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos apontando a necessidade de consulta, no caso de Belo Sun a JustiçaFederal também solicita a realização de consulta livre e prévia informada aos povos, no caso do Porto do Lago do Humaitá, da mesma forma, a Justiça Federal solicitou a suspensão do licenciamento pra que houvesse a consulta livre, prévia, informada aos povos, a Usina Hidrelétrica São Luiz Tapajós, da mesma forma, então existem, eu tô citando aqui alguns exemplos de casos em que o próprio Poder Judiciário tem suspendido o processo de licenciamento ambiental pra determinar a consulta aos povos indígenas, quilombolas e a todos os povos e comunidades tradicionais que possam ser afetados diretamente por um determinado empreendimento ou por um determinado projeto de desenvolvimento ou por um determinado de política pública, isso existe. Além

das decisões Judiciais a gente tem também importantes instrumentos aí extrajudiciais, aí eu destacaria a atuação do Ministério Público Federal no Brasile também na Defensoria Pública da União, eles têm recomendações importantes, existem procedimentos ainda numa fase administrativa com essas recomendações, então eles também informam a necessidade de realização de consulta, e aí.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Renata, vou pedir pra você concluir.

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: Certo, eu tô, tô concluindo. Eu queria colocar também que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Porque que eu tô dizendo isso? Porque existe aqui, me parece, uma certa, vamos chamar incongruência em relação ao que dispões a portaria interministerial número 60 de 2015 e o direito a consulta livre, prévia, informada. A portaria número 60 de 2015 ela regula a atuação da administração pública federal no caso, dentro dos processos de licenciamento ambiental, a consulta livre, prévia e informada é aplicada, ela é autônoma ao processo de licenciamento ambiental ela, inclusive, já deveria ter acontecido muito antes deste momento aqui da audiência pública, inclusive na definição do termo de referência do PROJETO SANTA QUITÉRIA, só pra vocês terem uma ideia do quão grave é nós estarmos aqui hoje sendo que um procedimento importante, normas de caráter supralegal estão sendo desrespeitadas como acontece no artigo 6º da Convenção 169 da OIT.

Importante apontar também que a portaria Interministerial número 60 de 2015ela apresenta uma série de questões que já tão sendo também ventiladas noJudiciário, inclusive, ela própria afirma, que os limites lá estabelecidos eles sãoparâmetros, o limite por exemplo de oito quilômetros e no caso aqui de dezquilômetros nos casos de empreendimento que envolvem mineração, sãoparâmetros, mas, podem ser exigíveis a partir da análise de cada caso concretoe o IBAMA inclusive os empreendedores podem dialogar sobre isso, podem serexigíveis outros limites, porque tem só um processo de uma mineração porexemplode carvão ede uma mineração de urânio, são processoscompletamente diferentes, a portaria estabelece o mesmo limite fixo, mas, ajurisprudência aponta que o limitede dez quilômetros, no caso de empreendimentos que envolvem mineração fora da Amazônia Legal, ele não éabsoluto, há uma diretriz nessa portaria de caráter administrativo, mas, osempreendimentos tem que ser avaliados a partir do caso concreto e por isso étão importante o Estudo de Impacto Ambiental, porque se é comprovado porexemplo a existência de impactos para além disso dos limites que sãoestabelecidos lá, isso deve ser levado em consideração pelo órgão licenciador. Então eu tô trazendo esses elementos pra vocês pra colocar aqui em síntese, euvou aproveitar essa fala pra dizer que existe um desrespeito dentro do processoem curso, porque não houve consulta livre, prévia e informada, esse é um ponto,essa é uma irregularidade e isso enseja a suspensão do processo de licenciamento do PROJETO SANTA QUITÉRIA, esse é um ponto, além disso

existe uma outra violação, a ausência de estudos de componente indígena, quilombola, de povos e comunidades tradicionais dentro do EIA/RIAM, essa violação tá dentro do processo de licenciamento ambiental também e ela precisaser sanada.

Essa mulher aqui ela foi feita pelo Alcides Potiguara da terra indígena Serra dasMatas, ele é artesão e ela é muito representativa, é uma mulher carregando águana cabeça, os povos indígenas das terras indígenas Serra das Matas eles recebem água também através de carros pipa e água pra consumo humano as vezes não é suficiente, eu nem tô falando da água pra produção e eles produzemmuito, esse mel que eu tô segurando aqui é um mel produzido na Aldeia Quixaba, a Aldeia Quixaba fica em Santa Quitéria e em Monsenhor Tabosa, pega os dois municípios, os povos indígenas não tem essa questão das sua fronteiradelimitada não, a ocupação dos povos indígenas ela é originária, ela é anterior a própria constituição do Estado Brasileiro, os direitos dos povos indígenas, os direitos territoriais eles são originários. Portanto, a regularização fundiária de uma terra indígena, o ato de uma homologação de uma terra indígena ele é meramente declaratório e isso a própria constituição no direito constitucional que se baseia no indígena natu reconhece isso, o ato é só declaratório ele não é constitutivo, isso significa que a existência desses povos já faz que eles sejam sujeitos do direito a consulta independentemente da fase do processo de regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas tá lá previsto no artigo 231 da constituição e no decreto 1775 de 96. Então esses povos inclusivetão lutando pelo processo de regularização fundiária das suas terras e eles precisam ser levados em consideração.

Vou concluir minha fala pra que outras pessoas também possam falar, mas, apontando essas duas irregularidades e colocando uma terceira, que é o fato deque a definição das áreas de influência apresentadas no EIA ela tem insuficiências técnicas importantes no que diz respeito a desconsideração da bacia hidrográfica, inclusive do Acaraú, e queria também deixar registrado em ATA que a nascente do Acaraú fica na terra indígena Serra das Matas e pode ser comprometida pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Então é preciso ampliar a avaliação apresentada pelo Estudo de impacto Ambiental e pelo relatório de impacto ao meio ambiente pra incluir o que que significa esse empreendimento pra toda a bacia do Rio Acaraú e pra sub bacia do Rio Groaíras que são imprescindíveis pra essas mulheres, pra esses homens, pra esses jovens que todo dia carregam lata d'água na cabeça, que dependem de carros pipa pra viver, que dependem de carros pipa pra conseguir produzir eque produzem, produzem mel, esse mel aqui que seu Zé Antônio trouxe da Aldeia Quixaba a Associação de Apicultores de Monsenhor Tabosa, da qual a Aldeia Quixaba faz parte, produziu vinte e oito mil toneladas de mel só em dois mil e vinte e um gente, imagine se eles tivessem acesso a políticas públicas pra produção, pra água, então tem indefinições importantes na área de influência e é preciso levar em consideração tanto o licenciamento nuclear, os dados do licenciamento nuclear, tem que ser levado em consideração pelo IBAMA dentro do EIA/RIMA, e também os dados referentes a infraestrutura hídrica que está fragmentada né, que está agora sendo licenciada pela SEMACE, essa é uma outra irregularidade, os dados referentes a esse processo precisam ser

integrados, essa adutora ela pode ter o título de que é pras comunidades, mas, na verdade ela é para o PROJETO SANTA QUITÉRIA, que prevê aí um consumode oitenta e nove carros pipa de água por hora, enquanto essas comunidades das quais eu estou falando aqui de agricultores, de indígenas, de quilombolas, muitas vezes sobrevivem com seis, oito, dez carros pipa por mês.

Os dados referentes ao licenciamento nuclear e os dados referentes ao licenciamento da adutora, parte integrante do PROJETO SANTA QUITÉRIA, precisam fazer parte do EIA/RIMA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Renata?

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: Pra que haja uma correta avaliação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor.

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: De impacto ambiental. Obrigada. Desculpa, é porque é pouco tempo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Dando prosseguimento, eu vou chamar o senhor Chico Froésio do Assentamento Morrinhos.

Chico Froésio -: Boa noite a todos e a todas que tão aqui presente, o meu nome é Francisco Câmara Silva, conhecido como Chico Froésio do Assentamento Morrinho. Cheguei lá com seis anos naquela região e, portanto, eu acho muito bom naquela região.

O que que acontece, hoje eu tô aqui representando a comunidade do Assentamento Morrinhos porque nós, nós do, da região nós não queremos este empreendimento que aqui pra Santa Quitéria vai ser bom, que vai alimentar os cofre público e parabenizar também esse vereador, que botaram a cara aqui e falaram sobre mais ou menos por a gente que é contra, a gente diz que é contra porque, a gente vê os exemplo que tem acontecido em, em Brumadinho, em Malhame, em Caetité, é porque naquele tempo a mídia não apresentava muito, mas, agora nós tem a mídia pra apresentar e outra coisa, esse que é produzidona nossa região, isso aqui lá em Caetité eles não querem, pois o que é produzidolá porque, o que que acontece, tudo contaminado e isso gente que tem gente

que visitou Caetité e di, e viu lá com os próprio zolho o que é que acontece em Caetité e nós não queremos isso pra nós em Morrinhos e nem na região de SantaQuitéria, porque, o Rio Camotim bota dentro do Goaíra e abastece o, o açude Edson Queiroz que, que abastece Santa Quitéria e nós não queremo isso pra nossa região, e nós dissemo não a exploração de mina de Itataia, porque lá pra nos só via ficar o rejeito, o que é que eles vão oferece a nós? Na nossa comunidade não vão oferecer nada, porque capacidade pra operar uma máquina daquela, vai vim todo mundo de fora, a gente já viu inxempri lá na explora réia, só em pesquisa, gente que morreu queimado nos mato, naquele tempo era diferenciado, mas aconteceu isso, esse, vem o pessoal de fora quando chega eles quere tomar de conta da região no que mora, tem uma região bem quieta, eles querem açoitar os próprio pessoal lá que isso aconteceu na Lagoa do Mato, e nós não queremo isso pra nossa região, porque é uma região muito boa, é onde a gente produzi, mais é o criatório e agricultura, o meu pai criou eu, os meu avôre ele e nunca perto de suas fertealizante porque eu tô com sessenta e dois anos não sei nem o que é isso. Pra nossa região aqui é o, é o esterco de gado e, e de criação, pra nós aqui não precisa de fetealizante, isso aí é pra, pras grandes indrústia é aí pro lado de Goiás essa região, mas, pra nós aqui eu não conheço, não conheço não pessoal pefitualizante não, é a primeira vez que eu tô vendo falar e nós não queremo isso, isso tem mais lá é urânio, não é, não é fosfato não. E meu muito obrigado e desculpe alguma palavra errada aí.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu Chico. Eu queria chamar aqui a Regiane Mateus do Assentamento Queimadas.

Regiane Mateus -: Boa noite a todos e a todas, eu queria frisar que quilambolos mora a cinquenta e dois, sessenta quilômetros da jazida de Itatira, se fala muito dos povos e as comunidades que moram a cinco quilômetros da jazida de Itatira? Assentamento Queimadas, Assentamento Morrinhos, Fazenda Tapera, a gente mora lá em cima, e porque que nós não somos mencionados nem no próprio projeto? Eu queria saber o IBAMA, são frases do meu pai Evaristo Mateus, que vive lá da agricultura familiar, o IBAMA protege vidas, certo ou tô errada? E nós, nós não somos vida? Porque não somos nem mencionados.

O projeto de Brumadinho, tenho certeza eu que ele foi projetado pra ser cem por cento eficaz, ele foi? O projeto Santa Quitéria está projetado pra ser cem por cento eficaz, como é que vão me dar essa certeza se ele ainda não foi executado? Como que eu posso ter essa certeza, ah é um projeto novo, é, mas, quando fizero os demais eles tinham a certeza que ele seria eficaz, e é era um projeto novo também. Nós, diretamente afetados, nós moramos lá a cinco quilômetros, vai gerar emprego, já tá gerando, tem uma empresa terceirizada fazendo perfuração de poços, tão usando as pessoas que moram lá, tão, mas, eu pergunto, porque que a empresa que estava lá com as pessoas que trouxeram de Fortaleza, de Quixeramobim, chegou um representante da empresa INB e tirou eles de lá, porque não era lugar pra eles ficarem e, porque que é lugar pra nós? Porque que não tem nada que nos favorece, qual a garantia

que esse projeto tem pra essas comunidades? Eu ainda posso ter uma vida lá fora, e o meu pai? O Chico Frásio? Que não tem, que nasceram, que lutaram, se o governo sabia que essa jazida ia ser explorada, porque que ele liberou pra ser assentamento? Se sabia. Os assentamento lá gente eles não tem cinquenta anos não, eles tem vinte anos, quantos anos faz? Que essas empresas vem tentando liberar a jazida? Então o próprio governo, olha as falhas. Porque um assentamento é do INCRA e outro é do IDAS, se sabiam que ia ser explorado, é cinco seis quilômetro do máximo, isso lá do urânio, mas, é um quilômetro e meio pra entrada. Como é que nós vãos ficar? Nossa água, nosso solos, nossos animais? A gente vive da agricultura. Vão usar as pessoas de lá, mas, pra burro de carga, porque ninguém é especializado, ninguém tem especialização pra ir pra dentro do escritório pra usar os EPIs, eu Rejane já pedi, obrigatoriamente as empresas vão levar a medicina ocupacional lá pra dentro, porque que eles não pegam, escolhem algumas famílias e faz os exames periodicamente e nos apresentam? Porque vão lá, pega amostra de água, pega amostra de ave, cadê as resposta que nunca trazem pra nós? Porque que eles não trazem isso pra nós? Nós moramos lá. E a nossa vida, e o nosso criar?

O impacto, só falam dos impactos, que impactos são esses? Se for impacto negativo, vão parar se der errado por nossa causa? Se não falam de nós nem agora, imagina depois que tiver funcionando? Nós somos cinza pra eles, porque a infraestrutura é maravilhosa, pra eles, pro grandes.

Outro dia eu usei o exemplo de Caetité pra uma representante da INB, eu falei que as pessoas dos assentamentos foram lá e viram o lado negro, vocês sabe mo que que ela me respondeu? Procuraram as pessoas erradas. Quem são as pessoas erradas pra ela, nós que vivemos lá, que vamos viver a mesma vida que as pessoas de Caetité? Nós que não temos condições de sair de lá? Nós que lutamos por um pedaço de terra que nós temos?

Se for preciso nós sair de lá, o que já ouvimos foi que ninguém vai ser indenizado não, porque não precisa, não precisa? E a nossa saúde? E a nossa vida? E a nossa segurança?

Porque vocês já viram que se você somar dá aí três mil empregos diretos, quantas pessoas que vão vir praquele lugar, prostituição, a droga, e a nossa paz, e a nossa tranquilidade, cabô. Alguém tá olhando pra nós? O projeto tá olhando pra nós? Claro que não tá. Porque nós pra eles nós não somos nada, nós não representamos nada, toda vez que vão lá a gente fica, só faz as pergunta e não tem as respostas, nós queremos repostas por que? Eles não tem como me garantir que o projeto vai ser cem por cento eficaz, se ele nunca foi executado? Eu não posso garantir, eu sei que os outros também era pra ser cem por cento eficaz, eles não foram, houve falhas. Se vão levar tudo, alguém aqui já falou, se vão levar tudo, porque que não levam o rejeito também? Porque que tem que deixar lá?

Aí se imagina essa terra lá que há vinte anos, enquanto tá executado, maravilha, vão deixar pra nós o que? Tudo o que não presta.

Primeiro que as pessoas que vão vir de fora vão se estalar, vão formar as suas famílias e depois, como é que vão ficar? Resumindo, pra nós não tem nada, pra nossas comunidades, pode não me atingir, mas, vai atingir o meu neto, os meusfilhos, certo?

Essa é a nossa preocupação, como diz o meu pai, o IBAMA ele protege as avoantes, lá nós somos prova viva, na, na própria terra da jazida tem lá, proibidocaçar, e porque que agora eles estão caçando as nossas vidas? Porque isso é caçar nossas vidas, porque não dá nenhuma segurança concreta pra nós, e é isso que a gente quer, a gente quer segurança em todos os aspectos, segurança.Muito obrigada a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa
Obrigado Rejane. A gente vai passar agora prum bloco pra dar devolutivas sobrealguns pontos que eu anotei, inicialmente eu quero passar pra minha colega Telda e, e depois pro Ricardo da CNEN, pra abordar sobre os rejeitos nucleares,especialmente a questão do gás carbono e do acúmulo de polônio.

Telda Costa – Analista IBAMA: Boa noite novamente, eu vou ser bem rápida pra dar atenção a todos que se for possível.

Rejane, vou começar por você. A grande preocupação do IBAMA é a comunidade entorno, e o IBAMA está iniciando a análise do EIA/RIMA e se essascomunidades não tiverem sido cara, caracterizadas, se os impactos não tiveremsido caracterizados sobre essas comunidades com certeza o EIA/RIMA será devolvido e vai ter que ser refeito. Tá, é uma preocupação direta do IBAMA, as comunidades mais próximas e elas não são invisíveis pra IBAMA, tá, inclusive oIBAMA marcou uma vistoria na área pra visitar todas as comunidades possíveis nossa vistoria, claro que não vamos abranger todas. E essa fala também ela serve para a colega Renata, que ela falou muito da questão das comunidades tradicionais que não são mencionadas no EIA/RIMA, algo que o IBAMA vai verificar, não se preocupe Renata, isso não vai passar em branco. Agora, tem algumas questões que a Renata trouxe que não só, não depende só do IBAMA,nossos temos chamados órgãos intervenientes que hoje remanescentes quilombolas é o INCRA e nós temos a FUNAI inserida no pro, no processo, temoso IPHAN e outros. Lembrando que esses órgãos foram todos convocados a estaraqui hoje e poderiam responder melhor ainda do que eu sobre esses temas, elescategoricamente nos informaram que não existia corroborando com ainformação que a empresa tinha trazido, que essas comunidade não tinha sido identificadas, mas, o IBAMA não vai se, se satisfazer só com essas respostas dos órgãos intervenientes, o IBAMA também vai verificar em campo essas comunidades e achando elas e a gen, e a Renata fez uma fala que eu achei muito importante, porque a portaria interministerial 60 de 2015 ela traz uma, é uma referência sim, ela é uma referência que ela não é limitadora, ela é uma referência que o IBAMA tem, que os órgãos tem para impactos diretos sobre ascomunidades tradicionais né, e isso é importante sermos dito, nós temos processos de licenciamento que essa referência ela se expandiu sim, porque foi provado. Nós temos empreendimentos que a empreendimento não alcançava a

terra indígena, mas, alcançava a área que eles faziam o extrativismo, então sim houve todo um cuidado sobre isso. Então, essas questões serão verificadas em campo também viu? Gostei de falar tanto com a Rejane como pra Renata, e o IBAMA está olhando com cuidado sobre isso, muito obrigada.

Ricardo ??? – CNEN: O comentário sobre a questão do radônio é muito interessante né, ele traz esse, esse aspecto ná, da, da, da produção do gás radônio e é um problema que na, em escala mundial ele é considerado né. No Brasil ele é relativamente pouco considerado porque ele tem muito a ver com confinamento né, com casa confinadas, mas, existem limites hoje estabelecidos na Europa pra concentração de gás radônios em habitações, que são bastante restritivos e tem que ser considerado porque há uma acumulação desses gases em função da ausência de ventilação nesses locais né.

É certamente uma, um ponto que tem que ser considerado na, na avaliação do impacto que nós chamamos de, de impacto ambiental, que na verdade considera a perspectiva do impacto das rotas né, de exposição aos indivíduos, do público, dos trabalhadores lá, mas, eu diria que, veja bem, é até uma, uma questão relativamente lógica né, a origem do radônio é o urânio e o urânio está presente no local, então, há uma produção natural de radônio que se dissipa na atmosfera e essa produção não tende a aumentar, porque você não vai criar urânio né, não tende a aumentar porque você tá fazendo a mineração ela pode localmente né, se houver algum tipo de galpão, se houver algum tipo de local onde, onde há acumulação desse material ela pode localmente ser um problema, mas, esse problema ele normalmente está associado a exposições ocupacionais dos trabalhadores onde tem que haver cuidados específicos ali pra eles né. Mas, em termos de público em geral essa não é uma rota que aumenta a exposição da população.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Eu queria passar pro consórcio, pra consultoria, pra que abordassem sobre o diagnóstico social e também sobre a questão que a Luíse tinha trazido sobre os impactos relacionados a empregos após a obra.

Consórcio: Bom, obrigado Regis, obrigado as perguntas. Sobre a questão do, das áreas de influências que a Renata comentou. Tanto pro meio socioeconômico como pro meio físico e biótico essas áreas de influência elas foram delimitadas de uma, de um pros, num primeiro momento, feito o diagnóstico e revalidado essa pós avaliação dos impactos né, eu citei durante a apresentação a maioria dos impactos de forma local, de forma pontual, em alguns casos dentro do, do, do, do projeto e as comunidades de entorno sim, especialmente Morrinhos, Queimadas, Riacho das Pedras foram avaliadas, foram consideradas dentro do nosso estudo e os, os impactos, eventuais impactos sobre essas comunidades foram tão também apresentadas e com, com medidas de com, é, de controle e programas especiais. Então só concluindo

minha fala é, a, não há previsão de impactos sobre, sobre essas comunidades, em nenhum dos casos do, do, da questão tanto do meio físico né, questão da, da, do ar, da água, da, do, do, do solo, como do meio biótico também, obrigado.

Em relação a pergunta da vereadora Luísa Santana. É muito importante nós caracterizarmos as duas fases do empreendimento, a fase da implantação e a fase da operação, se por um lado existem dois mil e seiscentos empregos gerados durante a construção, eles são efetivos e são empregos justos e honestos e que vão capacitar essas duas mil e seiscentas pessoas, essas duas mil e seiscentas pessoas sejam os mais jovens, sejam as pessoas que saem com meia idade, sejam os mais experientes, eles vão participar efetivamente da construção, e os mais jovens vão aprender com os mais velhos, então é uma benefício, um benefício de aprendizado. Além disso quando a fase de implantação terminar, fica a fase de operação e uma parcela das pessoas que trabalharam na implantação vão pra operação e a operação vão ser vinte anos, então se nós fizermos uma, uma conta bem simples né, pegar quinhentos e trinta e oito pessoas multiplicarmos por vinte anos nós estamos falando dez mil postos de trabalho sendo gerados, que vão se beneficiar da mineração, do empreendimento e que vão ao longo do tempo se capacitar dentro do empreendimento pra exercer outras funções também, então é um ganho social enorme, é um ganho trazido na mineração e a mineração a gente sempre costuma dizer que é a indústria que gera matéria prima pra todas as outras indústrias, inclusive a mão de obra.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Só complementando a questão do impacto sobre os empregos que serão criados nas obras e que não vão ser perpetuados durante a operação, é importante a gente pontuar que nós estamos no momento de licenciamento prévio, onde a gente vai atestar a possível viabilidade ambiental do projeto, no próximo passo né, caso saia a licença prévia, caso vá pra o, o próximo momento que seria de avaliação da licença de avaliação, o empreendedor é obrigado a apresentar o que a gente chama de PGA, de o Programa de Gestão Ambiental, com todos os programas ambientais que serão desenvolvidos ao longo da instalação e depois da operação e é nesse momento aonde o IBAMA vai exigir um detalhamento maior dos programas sociais voltados justamente para a contratação e depois desmobilização dessa mão de obra, nesse momento agora prévio ele faz uma indicação disso, mas, o detalhamento é na próxima fase, então na próxima fase o IBAMA vai se debruçar com mais detalhe sobre aquilo que vai ser apresentado pelo empreendedor na próxima fase.

Passando pra mais uma rodada de perguntas escritas. Bom todos já ouvimos muito a respeito de vários benefícios que esse projeto de exploração irá trazer, eu gostaria de saber se haverá algum impacto de forma negativa que possa vir a atingir a população?

A gente já falou bastante sobre alguns impactos, mas, eu gostaria que a empresa, especialmente a TETRAMAIS, fora a questão dos, eu acho que a gente tem discutido ao longo da audiência bastante sobre os impactos relacionados a

radiação né, a questão radioativa, mas, eu gostaria de saber outros impactos ambientais, especialmente os negativos, que foram previstos ao longo do estudo.

Consórcio: Bom, eu vou passar Régis por blocos tá, eu acho que fica mais fácil apresentar. Dentro do meio físico a gente tem algumas questões aí de, de, de possíveis assoreamentos né, do, de curso d'água, tem de possíveis deslocamento de terra né, soltura de blocos, Willian depois pode me complementar em alguns pontos, mas, os impactos do meio físico tá muito mais associados a parte de, de instalação, com a movimentação de terra, terraplanagem, com a exploração da mina, com a alteração do relevo né, da configuração natural. Já o meio biótico tem o impacto direto que é o mais conhecido que é a perda da cobertura vegetal, a possível perda de indivíduos de fauna terrestre né, de, durante a fase de obras principalmente a alteração aí de comunidade planctônicas né, da biota aquática, da, da ictofauna. Do meio socioeconômico a gente pode citar aqui o aumento do tráfego, a atração de mão de obra né, o aumento da população, a gente pode citar também a, uma sobrecarga, possíveis sobrecargas sobre os se, o sis, os serviços públicos, seja de hospital, seja de educação e de infraestrutura também, então, e ressaltando que todos esses impactos pensados foram apresentados também aí as medidas de controle né, pra acompanhamento, os programas de gestão sobre eles, sejade mitigação, ou de, de acompanhamento, de monitoramento.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ok. Fazer mais um, um bloco de manifestações orais, gostaria de passar a palavra pro senhor João Alfredo.

João Alfredo -: Bom, bom dia né? Já é quase uma da madrugada é, eu vou mepermitir aqui senhor presidente dessa Audiência Pública em fazer três homenagens tá, me permita aqui. Primeiro eu queria homenagear os povos indígenas na pessoa do Aruerê Tabajara, amanhã, amanhã não, logo mais, hojeàs catorze horas em Fortaleza lá na OAB por ocasião da Semana do Meio Ambiente, nós vamos fazer um ato solene de homenagem aos povos indígenas. Porque efetivamente, creio que vocês conhecem esses dados, pelo menos o pessoal do IBAMA, a maior proteção da nossa natureza é feita pelos povos indígenas, quilombolas, tradicionais, um dado do Instituto ACATU é fantástico, qual é, os povos indígenas no mundo todo ocupam cinco por cento do território do planeta, aliás não, são cinco por cento, ocupam vinte e seis por cento e preservam oitenta e dois por cento da nossa biodiversidade. Eu tô querendo dizer isso porque é um modo de vida que tá sendo ameaçado por esse projeto, aqui é muito claro, não vamos dourar a pílula, são os interesses do grande capital, do capital minerário, do agronegócio e os modos de vida das populaçõesoriginárias tradicionais, é luta de classes, desculpa eu tenho que falar é nisso, luta de classes esse é o nome. A segunda homenagem vai pro MST, que é o maior produtor orgânico de arroz ou produtor de arroz orgânico da América Latina e eu não vi ninguém do MST aqui dizendo que queria essa mineração pra

ficar com os fosfatos porque tão importando ou deixaram de importar um fosfato da Rússia, da Ucrânia ou da Argélia, porque eles fazem agroecologia, eles não poluem e essa é uma questão que a gente tem que debater aqui. E a terceira homenagem vai pra vocês servidores públicos, Bruno Pereira, eu acho que vocês sabem dessa história, servidor da FUNAI, tá desaparecido há três dias naAmazônia, há três dias na Amazônia e o genocida, o crápula, o canalha que tá sentado na cadeira da presidência dizer assim, ele foi prum canto perigoso. Vamo ver a história dele, do Bruno Pereira, ele foi afastado da FUNAI porque tava investigando a invasão de terras Ianomâmis, ninguém sabe mais dele. Então, quando eu olho pra vocês servidores públicos com respeito muito grande é porque eu espero, honestamente, que eu espero que vocês possam tomar umadecisão, não para atender ao lobby, mas, pra entender a nossa legislação, aí mepermita Regis reforçar o que falou, uma bela fala da minha colega, advogada, pesquisadora a Catarina, eu vi no começo você falar que a portaria não tratava da consulta livre, prévia e informada, a consulta livre, prévia e informada é um tratado e que o Brasil é parte e o artigo quinto da constituição brasileira diz que os tratados, que num caso como esse, que foi referendado pelo congresso, elestem um peso, uma importância de emenda constitucional, isso quer dizer que eletá a cima da lei, ele tá acima do decreto, ele está acima da resolução, ele tá acima da portaria, tá aqui, ó aqui a portaria, aqui a portaria, tá aqui a emenda constitucional, tá aqui, tá aqui a convenção 169 da OIT. Então nós não podemosaceitar de maneira nenhuma, por mais que seja importante essa Audiência Pública, por mais que vocês estejam conduzindo pra ouvir todo mundo, isso não substitui a consulta livre, prévia e informada.

Segunda questão ou terceira, a questão da água, eu ouvi o pessoal aqui da empresa dizer que, não porque se faltar água, tá certo, a gente suspende, suspende. Conversa fiada, vou dar um exemplo, vou dar o exemplo porque eu acompanhei na minha tese de doutorado, Pecém, que alguns aqui elogiaram o Pecém, dess, o do lado do capital o Pecém, Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Companhia Siderúrgica do Pecém, que foi elogiada aqui, que polui e causa doença praquelas comunidades, consumiu durante dez anos mil e quinhentos litros por segundo, por segundo, mil e quinhentos litro, a outorga caiudepois de dez anos pra mil litros. As termelétricas, setecentos e cinquenta litrospor segundo, o Ceará experimentou uma seca centenária, centenária, comparada a de cem anos, a de mil novecentos e quinze em dois mil e quinze, faltou água pra essas empresas? Nunca, nunca, faltou água pro povo de interior, faltou até carro pipa pro pessoal de Boa Viagem que teve que queimar pneu naestrada porque não tinha água pra beber, não tinha água pra beber, mas, não faltou um litrinho d'água, um litrinho d'água pra siderúrgica e nem tampouco pra termelétrica, aí a empresa vem dizer, nós diminuímos, dezessete por cento, dezessete por cento, parece assim que eles diminuíram cinquenta por cento do consumo da água, parece que diminuíram trinta, quarenta, dezessete por cento. Era oito bilhões, bilhões de litros por ano, passou pra quase sete bilhões.

Que conversa é essa pessoal? Vocês que são aqui de Santa Quitéria, imaginemse nesse período da seca a mina tivesse funcionando? Com o açude Edson Queiroz chegou, que chegou no seu volume morto, aí vem dizer que se isso faltarágua porque a lei 9.433 de 97, que eu conheço muito bem, que é lei da política de recursos hídricos, garante o direito humano a água, garante, mas, o capital

fala mais alto do que a lei no nosso estado, no nosso país. Falta água, segurança hídrica, que devia ser, como vocês disseram, abastecimento humano, dessedentação animal como prioridades, aqui não, é siderúrgica, é termelétrica, é usina, não é a população, o que a 5:53:15 falha de áudio, tem que dizer é isso, não há nenhuma garantia. Vocês aqui, e me lembrava o professor Emerson, e ninguém fala nisso o pessoal da empresa. Nós estamos em época de emergência climática ou eu tô inventando alguma coisa? Alguém lê pelo menos o que tá acontecendo no IPCC? Alguém leu o painel brasileiro de mudanças climáticas que disse que no Nordeste a disponibil, a disponibilidade da água vai ficar entorno de cinquenta por cento? E as pessoas ficam projetando tudo como se nada disso fosse acontecer.

Um, um, um empreendimento desses que vai sair umas, umas adutoras, só quea empresa, ela consome cem vezes mais do que a população e se tiver alguma dúvida, no momento que faltar pra um ou pra outro a gente já sabe o que resolve, não é sério senhores da empresa vim passar filminho aqui chovendo dinheiro em cima do povo, que vergonha, como é que vocês fazem um negócio desse? O povo foi pra Caetité, eu disse assim, vão pra Caetité. Mas, o povo foi pra Caetité, conversar com as pessoas erradas, quem? Os trabalhadores, conversaram com os pequenos agricultores, porque que não foram conversar com os empresários? Porque que não forma conversar com o prefeito? Que certamente diria que tavatudo lindo e maravilhoso. Foram conversar com as pessoas que tão sofrendo. Vocês erraram, não é? Foi lá, pela pusição deles vocês erraram. E aí vem com história de filmim caindo, vão lá pra Poços de Caldas onde tem um lago de água ácida e não sabem o que fazer, como disse o Pedro aqui, a questão do descomissionamento. E vamo acabar com essa conversa fiada de compensação, quem fala em compensação tá na sua casa boa ou mansão, tá certo? Tá com seus filhos vivendo muito bem nos melhores bairros e querem dizer, não, mas, vão compensar. Vamos ver o que é que a gente resolve, não há compensação pra contaminação da água, não há contaminação, compensação pra contaminação do solo, não há compensação para o câncer senhor Ricardo, o senhor Ricardo disse que não é científico falar em câncer nesses casos, diziamisso dos agrotóxicos também senhor Ricardo, até que houve o caso do Vanderlei Matos em Limoeiro, que cuidava da calda de agrotóxico de uma empresa multinacional chamada Delmonte, que morreu completamente tomado pelo câncer causado pelos agrotóxicos, ou a deformação dessas crianças.

Vamo, vamos ser sério pessoal. Muito bem disse, disseram o pessoal das comunidades, pra empresas o lucro, para o exterior, pra usinas nucleares o yellow cake, o fosfato para o agronegócio, pra população local o rejeito, o lixo nuclear e a contaminação das suas águas.

Eu espero honestamente, honestamente, não tô fazendo nenhuma demagogia, honestamente, porque eu sei o que ser um servidor público num governo que desrespeita o servidor público todo dia, todo dia. Eu espero honestamente, não espero nada de vocês da empresa, de consultoria, nada, mas, eu espero honestamente que o IBAMA cumpra o seu dever.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: João, eu agradeço a confiança depositada em nós e, e tenho certeza que nós vamos fazer o nosso melhor pra fazer o melhor trabalho que a gente pode em relação a esse projeto. Eu gostaria de passar a palavra para o senhor Daniel de Paula para a sua manifestação oral.

Daniel de Paula -: Olá, boa noite a todos e a todas, sou Daniel de Paula, sou assessor parlamentar do vereador Gabriel Aguiar de Fortaleza e também sou estudante de biologia na UFC, trabalho com fauna e conservação. E eu gostaria ne, de fazer e trazer aqui algumas preocupações né, que a gente tem em relação as questões ambientais que vão afetar diretamente a população, as comunidades não é, e trazer aqui ao exemplo, porque a empresa que vai vir aqui se instalar em Santa Quitéria, mas, que nós vamos impedir, já tem uma vasta experiência em fazer coisa errada em fazer coisa ruim. Aqui eu tenho alguns, alguns dados né, que a gente fez um levantamento, que tá disponível na internet pra todo mundo ver. E aí o pessoal de Santa Quitéria, tem um bucado de gente aqui, empreendedor que acha que vai ganhar rios e rios de dinheiro, mas, não vai não.

A empresa, em dois mil e dose, sofreu ali um vazamento de cem mil litros de ácido sulfúrico. Nos anos dois mil cinco milhões de litros de licor de urânio transbordaram para o meio ambiente, o licor de urânio que eles mostraram agora no vídeo que eles conseguem separar bem bonitinho, mas só no vídeo. Dois mil e nove, vazamento de quarenta mil litros de licor de urânio. Dois mil e dez, tubulação se rompe despejando novecentos litros de licor de urânio no solo.
São vários, são várias coisas aqui que a gente tem, que a gente trouxe né, de informação que tá aí disponível, mas, que nenhum, 5:59:50 falha no áudio, aqui apresentou, eles só apresenta a parte boa, que nem é boa. Mas, eu vou trazer aqui algumas perguntas né, que eu consegui formular aqui diante as falas.

Vocês falaram de uma rica fauna né, uma rica flora, mas não entraram em detalhes sobre quais são as espécies e tudo mais, isso foi uma fala de certa forma superficial. Mas vocês sabem, né, e foi até elencada aqui pela Cecília que existem espécies endêmicas, espécies ameaçadas de extinção, assim como espécies migratórias e aí a minha pergunta, o que vocês farão sobre essas espécies? As ameaçadas de extinção vão induzir logo para a extinção local e as espécies migratórias, vão deixar levar contaminação nuclear pra outros estados ou até mesmo outros países? É outra pergunta.

Vocês falaram que somos expostos a radiação todos os dias, o que é até verdade, mas existe uma diferença gigantesca que foi inclusive já colocada, e absurda entre a radiação não ionizante e a radiação ionizante e aí eu peço pra que seja colocado aqui, qual desses dois tipos de radiação será emitida tanto pela, por todo processo, como o professor Emerson colocou e aí eu coloco aqui essa outra pergunta. Vocês citaram ainda que os animais podem entre aspas, se ferir com o impacto na mina, por acaso vocês têm receio de assumir que serão mortos diretamente e indiretamente pela atividade da mina? E por último vocês citaram né, as rotas de transporte do urânio, mas como vão fazer, né, mesmo

pra evitar a contaminação nuclear durante todo esse transporte? Como vai ser feito esse processo?
A área de influência direta não deveria ser então bem maior já que afetaria toda a zona de transporte? Essas são as minhas perguntas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Daniel. Eu gostaria de chamar para a sua manifestação o senhor Luís Paulo da Associação Morrinhos.

Luís Paulo - Associação Morrinhos: Bom, eu vou ser o primeiro a desejar o bom dia, né, que já tamos no dia seguinte, o meu bom dia a todos e a todas, saudações a mesa, saudação maior as comunidades que se deslocaram, que estão vencendo o sono pra poder estar aqui, né, pra todas as entidades, dizer também que é isso que nos representa, é a agricultura familiar, é esse produto que saiu das comunidades pra estar aqui, certo?

É só uma colocação, não lembro agora quem falou que tinha ficado muito feliz porque as barragens de rejeito teriam sido sanadas, né, foi tirado as barragens de rejeito, não, foi tirado o nome, agora vai ser chamado lagoa, né, mas a função vai ser a mesma. Então assim, eu me apresento como professor, mas tenho muito orgulho de ter essa ligação da agricultura familiar, sou agricultor familiar também com muito orgulho, que é uma herança que vem de pai pra filho até chegar a minha pessoa que também vou repassar ao meu filho, né, essa ligação que nós temos com a terra, com a luta, só entende quem tem essa ligação com a terra, quem não tem nunca vai entender, vai sempre pensar que o capital está acima de tudo, né.

Então foi falado muito, não sei quantos milhões que vai gerar muitos empregos, agora imaginem, né, mais de quinhentas comunidades que ficam, quinhentas famílias, perdão, quinhentas famílias que ficam ali no entorno da jazida, cada família, não arrisco dizer, né, mas com certeza cada família produz mais de duas toneladas de alimentos entre milho, feijão, jerimum, melancia, o que a gente pode presenciar aqui. Agora imagine se a gente fosse comprar esse alimento? Como seria? Já teria morrido gente de fome, porque esse empreendimento não vem favorecer as famílias, se querem saber o valor real da terra, da produção pra gente, temos que imaginar o alimento que nós produzimos, é isso que coloca comida na nossa mesa de forma direta, certo?

Então assim, é uma preocupação das comunidades com certeza, é eu fico triste quando eu vejo pessoas dizendo assim, o povo não tem vez e não tem voz, vocês não podem, a gente tá provando o contrário. Se nós não tivéssemos vez e nem voz o PROJETO já teria vencido, né?

Então fica aqui essa minha fala, representação das comunidades que ficam ao que ficam do entorno, né, da comunidade, fica uma pergunta que eu acho que já foi até respondida, mas eu quero que a empresa responda. O Pedro falou muito bem, né, a pergunta é essa, quando não vai ser se acontecer, vai ser quando

acontecer. Quando as nossas terras tiverem contaminadas, as águas, né, a quem a gente recorrer, a quem a gente vai culpar?
O Pedrão respondeu que em Caetité tiveram diversos vazamentos, né, nenhum foram sanados, tá na justiça lutando e lutando e nada conseguiram, então a hora da gente parar esse dragão é agora, depois que ele acordar não adianta mais a gente tentar colocá-lo pra dormir.

Então fica aqui essa minha pergunta pra vocês responderem e também uma colocação, a empresa falou muito bem, caso vá acontecer alguma mudança na vida dos animais, né, dos pequenos animais, do calango que mora ali, da abelha, do pássaro, vão dar um jeito de deslocar e as comunidades, que ninguém falou? E relatam que não vai ter nenhum impacto, né, mas só voltando, quando acontecer a quem que a gente vai procurar? Pra fechar a minha fala porque eu sei que tem muita gente pra falar ainda, quando a empresa levar as comunidades a sério a gente pode levar esse PROJETO a sério, mas até lá, xô nuclear.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor Luís Paulo. Eu chamo agora o senhor João Bosco Bastos, da Rádio Itataia. Não se encontra, senhor João Bosco?

João Bosco Bastos - Rádio Itataia: Uma hora da manhã, cansaço tá chegando, vou ser bastante rápido, muita gente conhece a minha voz, né, mas eu tenho o prazer de fazer um pequeno relato histórico, muito rápido.

É eu sou diretor da Rádio Itataia de Santa Quitéria, foi fundada pelo ex-prefeito Aroldo Martins, e o nome da nossa emissora é Rádio Itataia. Foi decidido na década de oitenta quando nós recebemos a concessão pelo um grupo de liderança de Santa Quitéria, Aroldo Martins, o Parente, Afonso Tavares todos eles tão no andar de cima, mas foi um nome que foi visto como futuro, como uma revolução, como a independência econômica, tudo que existia de bom foi visualizado neste nome. Então tá ai Rádio Itataia de Santa Quitéria, trinta e cinco anos a serviço do povo. E hoje nós recebemos uma aula, eu vim aqui pra apenas comparecer, mas estou extremamente realizado porque recebemos uma aula do que significa o, o, os indígenas, o que significa o espaço dos quolombolas, o que significa, é foi dado uma aula aqui pela professora da universidade e nós estamos visualizando apenas, eu visualizo apenas os papeis que nós temos. O papel do grande empreendedor que alimenta com fertilizante, um agronegócio, que contribui positivamente pra balança comercial brasileira, a soja, a exportação do agronegócio, alta produtividade do agronegócio no Brasil. Esse tem o seu papel de querer se libertar da importação de fertilizante. Nós temos o IBAMA, um papel preponderante que nos transmite confiança e que a gente acredita muito no IBAMA, né.

E nós temos o papel de pessoas que defendem o seu torrão natal. Não é brincadeira você chegar a cinco quilômetros, morar ali e ver a fundação como tá acontecendo, poços profundos, aquela movimentação. E chegou a pessoa muito humilde, a minha pessoa, eu comentei alguns momentos pela falta d'água do

açude Cerrote, que já foi bastante explorado aqui. Oitocentos e cinquenta metros cúbicos por hora, eu já fiz cálculo com a COGE, a coisa mudou, né.

Foi dito aqui que o açude Cerrote foi feito pra alimentar a mina. Mas já triplicou, já quadruplicou a quantidade de usuários que usa a água do açude Cerrote. Então o açude cerrote hoje tem duzentos e cinquenta, a projeção dele, a capacidade máxima, duzentos e cinquenta milhões de metros cúbicos, com todo esse inverno, com toda essa bonança, com toda essa grande precipitação pluviométrica, açude Cerrote não ultrapassou a cinquenta por cento.

Então é uma grande responsabilidade do papel daqueles que residem, daqueles que defendem, é sem nenhum radicalismo, sem por objeção, mas mostrando enfaticamente como fez o deputado João Alfredo e nós depositamos então em nome da Rádio Itataia, em nome de Rádio Comunitária do Hotelino, em nome do Marcelo Magalhães, em nome do Thiaguinho, em nome do toda a imprensa que a gente vem esclarecendo e vem, vem fazendo um trabalho de base pra que a população participe.

IBAMA de parabéns, foi um ensinamento pra nós e pra mim eu vejo os papeis muito bem definido. É o capital contra a exploração, é a exploração se rebelando contra o capital que utiliza a guerra pra dizer que nós não temos fertilizante por causa da guerra da Ucrânia, né.

E o fertilizante do mundo todo, ele ao terminar esta guerra que vai ter que ter um fim, volta à normalidade. Agora, a normalidade não volta quando nós teremos um risco grande e daí que tem que existir registrado em cartório, tem que existir a confiança que é um trabalho, é um trabalho gigantesco da empresa de convencer a população que é um bom negócio.

Pra finalizar, uma, uma reflexão, é bom o investimento, é ótimo, a circulação do dinheiro, a riqueza do município, o emprego, a renda, mas melhor mesmo é a nossa saúde. Obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado, senhor João Bosco, agradeço mais uma vez a confiança depositada na instituição que eu estou representando aqui e espero atuar à altura da confiança depositada. Eu chamo o senhor Antônio Édio, do Assentamento Morrinhos para fazer a sua manifestação.

Antônio Édio - Assentamento Morrinhos: Quero saudar uma boa noite a todos, bom dia né? Como o companheiro Luís Paulo já mencionou. Sim a minhas poucas palavra, né, é a minha resistência quanto comunidade entorno em menos de quatro quilômetros, da jazida de Itataia, né, e esse anseio ele causa de cento e cinquenta família que mora entorno. Tem comunidade que mora em menos de três quilômetros, quer dizer que essas pessoa ela tem que ter um estudo mais rigoroso, mas autêntico, né.

A consulta prévi, live, era pra ter acontecido já pra a vistoria dessas pessoas, asvidas que estão entorno, né, diferente de animais que estão dentro da área. Mas vida humana que tem que ser vista, né, como ator principal da história.
Nosso direitos humano tem que consultado para que a gente possa viabilizar todos os projetos, né, na vida acima de tudo. Queremos dizer que é melhor prevenir do que remediar, melhor consultar pessoa formal do que dizer que vai colocar médico em tudo, vai garantir saúde, vai garantir a água, né, em tudo.

E são pessoas resistentes na comunidade que sobrevive da agricultura, na pecuária, né, que se sente ameaçado e preconceito até para o próprio consumo,preconceito de venda de seus produtos, que mora entorno. São realidade de Caetité, né.

Quem quiser acessar a documentário Caetité vai conhecer tudo, toda a realidade. Empresa que deixou estrago em Caetité, minerar, vai minerar no Ceará, né.

E é isso que a população de Santa Quitéria tem que ser debatido, tem que ser de bom senso, pra que isso não aconteça, né.

O que tem lá em Caetité, estrago, não queremos para Santa Quitéria. Isso é queo povo luta, o povo luta com sua resistência pra que outras vez não podemos estar aqui com audiência novamente, porque não, não tem só os recursos sociais, mas os impactos, a vida humana que tem que ser a cima de tudo.

E eu queria formar aqui um ensaio com a turma, né, dizendo comigo: IBAMA não licencie, xô nuclear.

IBAMA não licencie, xô nuclear. O meu obrigado a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado seu Antônio. Passando para a próxima manifestação, o senhor João da Cooperativa Agropac.

João - Cooperativa Agropac: Bom dia a todos. Tá de noite, mas tamos na parteda manhã. Pessoal eu tô vendo que vocês estão meio desanimados. Boa noite a todos.

Ele fala com o público e há manifestação.

João - Cooperativa Agropac: Ah, sim. Pessoal, é o seguinte, eu já vi muita pessoa se identificando aqui, já falou advogado, já falou professor, já falou, quetodas as áreas já falou. E a área que realmente vai ser prodijicada tá, vai falar agora, um pouquinho. Eu sou um agricultor, filho de um agricultor e represento uma cooperativa.

O pessoal do, dos assentamento aqui do município de Santa Quitéria, tem muito assentamento e produzem nesse terreno de baixa, baixio que o pessoal chama,

na beirada dos rio. O que que a gente se preocupa? É porque tão falando muito em emprego, mas só que as pessoa que vão ser prodijicada já tem seu emprego. Tá trabalhando lá sossegado, no meu caso, eu me capacitei pra trabalhar organicamente e não é só eu não, eu não conheço ninguém aqui do município que trabalhe usando química pesada, tipo o que vai ter na mineração aí. Então esse produto vai sirvi pros grandes, lá fora no sul do país. Eu não vejo beneficiamento nenhum pra agricultura familiar aqui do município, aonde nós produz, tá aqui. O que nós produzi e se alimenta todo mundo é de isso aqui. Feijão, milho, jerimum conhecido, a negadas chamam abóbora, mas isso aqui pra nós é jerimum, mel. Pois é, aí eu como agricultor e representando uma cooperativa, sou conselheiro fiscal da Agropac, nós vende pras merendasescolar. Eu tenho uma preocupação grande, viu? E não é só eu, é porque, ó, da multidão que tinha aqui, um só tá se representando como agricultor.

Tem muitos agricultores no município, é mais de cinquenta por cento é só de agricultor e quero falar pra vocês, nós tamo predijicado, tá o pessoal da cidade também. Porque nós produzi lá, vende pra cidade. Vamos que tem um vazamento, se nós não tem aparelho nenhum pra medir a radiação, a radiação é invisível, o que é, aí nós contamina muita gente, samo contaminado. O que é que a empresa fala ou tem a responder prum agricultor tipo eu, representando os outros. O que que elas têm a responder pra mim se eu for contaminado, tiverminha área contaminada? Porque acontece, não existe mineração de urânio cempor cento sem ter perigo, não existe isso. Que a gente sabe, todo mundo sabe disso, que tem os risco.

Quem vai me danizar, que vai dar, sustentar minha família? A empresa vai fazer isso? Pois é, é isso pessoal, é o que eu tenho pra falar representando os agricultores do município de Santa Quitéria. Valeu.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu João. Eu gostaria de fazer uma devolutiva agora passando pro, pro CONSÓRCIO pedindo para eles abordarem especialmente essa questão do monitoramento da área da radioatividade na área.

Ricardo Lieutaud – Gerente INB: Senhor João de forma a dar o conforto e os esclarecimentos necessários ai em relação a contaminação de alimentos e aos controles, eu vou chamar aqui a Renata que vai fazer uma breve explicação de,dessas questões.

Renata- Superintendente de Projetos - INB: Boa noite, meu nome é Renata, sou superintendente de projetos da INB, e a pergunta do seu João é muito importante pra, pode ser a dúvida de muitas pessoas. Os produtos da região, as pessoas podem ficar tranquilas, não vai haver uma contaminação de produtos, não vai haver contaminação de água.

Há uma manifestação do público.

Renata- Superintendente de Projetos - INB: Sim, mas por que? Não adianta, não é só porque eu estou dizendo. Os dados têm que provar isso pra vocês. Então o que que nós vamos fazer? Antes de começar a operação os dados vão ser, a amostra vai ser coletadas e monitoras, o que que é isso? A gente vai pegaras amostras, fazer as análises em laboratório, pegar esses dados avaliar e enviarpro órgão, tanto IBAMA quanto a CNEM. Eles avaliam esses dados, certo?

Então eles comprovam que os dados estão corretos, depois esses dados são divulgados. Então a população tem que ficar segura de que os dados que vão ser gerados pela empresa, são validados pelos órgãos e depois divulgados, ok.

Então é isso que eu gostaria de dizer que todo o histórico de dados que vai ser gerado, eles vão mostrar que não há contaminação, não haverá contaminação de água, de solo, de ar e de produtos.

Há uma manifestação do público.

Renata- Superintendente de Projetos - INB: As análises elas são feitas antes de começar a operação, durante a operação e após a operação, porque aí a gente compara com o dado anterior e mostra que esses dados não vão ser alterados, ok?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Renata pelo esclarecimento. Eu gostaria de chamar aqui a senhora Cecília Paiva do escritório Frei Tito.

Cecília Paiva - escritório Frei Tito: É, oi gente, bem cansada, né, aqui como todo mundo. Não é que eu sou um pouco mais alta, eu acho. (ela fala com alguém).

É primeiro me apresentar, me chamo Cecília, sou advogada do escritório Frei Tito de Alencar, nós somos um escritório vinculado à Comissão de Direitos Humanos, Assembleia Legislativa do Estado e primeiro fazer uma correção que na verdade a Assembleia Legislativa se manifestou pra estar na mesa de abertura e teve o pedido negado pelo IBAMA, certo?

É o deputado acredito que já foi embora, né, então é dizer que a gente participa ativamente desse procedimento e tenta sim estar presente, mas infelizmente nem sempre o IBAMA deixa.

É certo, sobre quando a gente coloca que a INB mente, meu povo, eu acho que é importante a gente pontuar o seguinte, as informações que têm no licenciamento são completamente insuficientes pra gente entender os impactosreais desse empreendimento. Então por isso que, por exemplo, na apresentação do pessoal da consultoria, a questão da radiação simplesmente não aparece, porque ela não está no licenciamento. Então não adianta o prefeito aqui da

cidade ter essa fé, essa fé esquizofrênica nesse licenciamento quando ele não vai ter essas respostas. Porque o licenciamento ambiental tá sendo completamente esvaziado. Porque a questão hídrica tá sendo tratada na, estadualmente pela adutora e a questão nuclear os estudos nem apresentados foram. Então assim, eu sei, vocês nem tem como ter dados porque eles ainda não foram feitos e ainda nem tem licenciamento propriamente dito com relação à questão nuclear. Então a gente tem um licenciamento ambiental que vai tratar gente, a gente tem um negócio nos impactos que fala, é, dos banheiros dos canteiros de obra, pra vocês terem noção de quão especifico é. O impacto dos banheiros nos canteiros de obra. Mas a gente não tem o impacto da radiação em qualquer aspecto da vida das pessoas, isso é completamente absurdo.

Então assim, a gente coloca pro IBAMA, ah, vocês são órgão técnico, certo? Mas a tecnicidade estaria em vocês dizerem que não têm informações suficiente pra realizar uma audiência como essa, essa audiência não deveria estar sendo realizada e o IBAMA errou nisso, certo? E eu acho muito contraditório justamente uma pessoa que trata de, é dizendo que a gente foi imprudente em alguns tiposde termos, querer dizer que a questão da radiação está da mesma forma do que quando você pega, quebra blocos daquele, do urânio, brita, é a mesma exposição para as pessoas, assim, eu acho que é vocês quererem tratar as pessoas como tolas, certo?

Eu acho que assim, que vocês querem trazer questões técnicas sobre a questão de radiação, tragam. Porque eis a questão, não tem, não, não tem como ter licenciamento ambiental sem isso, tá certo?

Então isso é uma questão que nós do escritório estamos atuando ativamente junto aos órgãos de justiça. A preocupação sobre esse licenciamento não é só nossa, nós estamos sós, certo? E aí eu acho que vocês têm que se preparar melhor mesmo dentro do licenciamento pra isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua opinião Cecília. Eu gostaria de chamar senhora Germana Aragão, sindicato dos Servidores, pra fazer sua manifestação.

(alguém fala com ele ao fundo).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Já foi? Lembrando gente só respondendo que cansou de esperar, cansados todos nós estamos, eu estou aqui lendo todas as manifestações, dando oportunidade pra que todo mundo possa se manifestar, inclusive a gente tem aqui um bocado de perguntas escritas que a gente tá fazendo uma triagem paraverificar, grande maior parte delas já de alguma forma respondida e abordada aqui ao longo da audiência e a gente muito provavelmente vai optar por responder elas diretamente para as pessoas que apresentaram elas por escrito justamente para privilegiar aqueles que estão aqui presencial e se manifestaram pela vontade de fazer a sua pergunta, a sua manifestação de forma oral. Eu chamo agora a senhora Josi da cooperativa Agropac. Já foi também?

(alguém fala com ele ao fundo).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Aqueles que já, já foram, eu agradeço se vocês realmente me passarem que a gente vai informar, aqui deixar registrado que a pessoa se inscreveu, mas que em virtude do horário a pessoa terminou indo embora. O senhor Erivam do MAMde Crateus.

Erivam - MAM de Crateus: Bom dia a todos e a todas. Primeiro eu queria dizer ao companheiro do IBAMA que a Audiência Pública deveria ser oito horas da manhã pra gente passar o dia todinho e o pessoal também aqui né, seria ótimo.Porque começar uma audiência quase oito horas da noite gente, significa dizer já deixar uma deixa pra o pessoal não participar até o final. Isso é uma reclamação que eu acho que a gente começou a fazer desde o princípio, né.

A segunda coisa, eu não queria nem falar isso, mas eu vou ter que falar gente, é o seguinte, comparar a radiação de uma banana, companheiro com a maior mina de urânio da América Latina, me desculpe, mas seus estudos poder estar super atravessados, você como representante da CNEM? Dizer uma besteira dessa aqui, pelo amor de Deus, vamos estudar mais um pouquinho, né?

Nós iremos entregar aqui o companheiro Rafael, depois vai entregar um parecer técnico de estudiosos e estudiosas da universidade Estadual Vale do Acaraú, da Universidade Federal do Ceara, da Universidade Estadual do Ceará também, que nós não temos nenhuma dúvida mais. Eu entrei nesse movimento aqui, tá com dez anos e eu já aprendi muito, inclusive com os outros e com as outras que foram me ensinado ao longo do tempo e pelas leituras que a gente vai fazendo dos artigos científicos que eu acredito que o senhor também lê. Mas simplesmente não expressa a realidade aqui pra todos e todas, não é?

Nós não temos mais nenhuma dúvida de que as comunidades camponesas que estão ao redor da mina, ao senhor presidente da mesa, nós não temos nenhuma dúvida que elas podem sim ser atingidas por um banho radioativo. E que essas pessoas ninguém falou aqui gente, e que essas pessoas podem sim adoecer de câncer. Os dados de Caetité não mentem. Caetité hoje na Bahia é uma das cidades de maior índice de cânceres naquelas comunidades camponesas da Bahia que eu tive oportunidade de ir lá pelo menos três vezes e conversei com os camponeses e com as camponesas. Elas conversaram comigo também. E não deixa eu mentir, gente. As pesquisas cientificas da Fio Cruz, as pesquisas cientificas de um instituto francês que veio fazer pesquisa lá, o Zirac constatam isso. E como é que a pessoa vem comparar aqui a radiação da maior mina da América latina com uma banana. É fazer a gente de tolo de fato, viu companheira, viu? Que me antecedeu aqui.

A segunda coisa que eu queria dizer é que esse processo como um todo do EIA/RIMA que tá sendo analisado aqui hoje, infelizmente não tão analisado, porque a gente tem pouco tempo de fala e etc.

Nós já derrotamos ele duas vezes gente, e aqui eu queria resgatar a fala da Juliane, que falou aqui primeiro. Nós derrotamos em dois mil e quatro, que inclusive senhor IBAMA em dois mil e quatro quem analisou foi a CEMACE, porque o CONSÓRCIO queria burlar a lei e dizer que o principal minério da minade Itataia seria o fosfato e aí enviaram o estudo de impacto ambiental pra CEMACE e a CEMACE não pode fazer uma análise do urânio porque só a federação, no caso o IBAMA pode fazer isso, que tem competência pra isso. Perderam, o João Alfredo tá aqui pra comprovar, entrou-se com uma ação civil pública e caiu por terra a licença prévia inclusive já estava expedida. Mentirosos, mentirosos, mentiu uma vez a segunda vez, mentiram também, a partir de dois mil e dez começaram a fazer outro estudo de impacto ambiental, foi apresentado nesse local aqui em dois mil e quatorze, em dois mil e dezenove o IBAMA arquivou novamente, por dois motivos gente, inviabilidade hídrica. Aí o pessoal vem dizer aqui hoje que, não, mudou algumas coisinhas, mudou nada. Sabe porque que não mudou nada gente? Porque em três meses eles disseram que escreveram mais de quatro mil páginas. Foi um copia e cola, gente. Vocês sabem o que é copia e cola? Ctrl C e Ctrl V. Porque muitos das informações que têm nesse EIA/RIMA já estavam naquele de dois mil e quatorze. E a população de Santa Quitéria não pode se deixar enganar e aqui eu apelo também pro senhor IBAMA, pra dizer o seguinte, se vai se fazer uma análise séria eu não tenho dúvidas de que esse projeto vai ser arquivado novamente.

E pra gente ser de fato sério principalmente com as comunidades que são centenas de comunidades que estão no entorno da mina, esse projeto tem que ser arquivado. Vocês não falam de gente rapaz, vocês fala de empregos, vocês fala da quantidade que vai desenvolver não sei onde, mas não fala de gente. Não tem dinheiro no projeto Itataia que pague uma vida, gente. Imagine todas as, as vidas que estão nas comunidades do entorno. Então eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida de que esse projeto mais uma vez vai ser arquivado e se não for arquivado, eu também não tenho dúvida que poderá acontecer a maior injustiça hídrica que o Ceará já teve. Isso sem comparar o Complexo Industrial Portuário do Pecem, que também o pessoal sofre injustiça hídrica lá. Então nós não temos dúvidas, as comunidades também não têm dúvidas de que. Eu conheço aquelas comunidades, desde de dois mil e dez que eu ando por lá, Morradas, Queimadas, Saco do Belém que são assentamentos da reforma agrária. O assentamento Saco do Belém que não está inclusive na área de influência, ele está a cinco quilômetros da mina, lá existe pelo menos, trezentose setenta famílias. E as pessoas virem dizer aqui, falar de uma comunidade, duas, três que pode ser impactada diretamente. Tem centenas de comunidades, vamos botar isso no papel e mandar pra lá, vamos botar isso no papel e aí a gente analisa de fato. Mas enquanto isso não dá pra gente dizer que o que está escrito no EIA/RIMA atualmente é uma mentira, é uma mentira. E eu não tenho dúvida que o IBAMA vai analisar isso com todos os cuidados, inclusive analisando o que nós temos pra entregar pra vocês também e não é pra complementar não, gente, porque o que está no papel não vale. Nós vamos apresentar argumentos pra dizer que esse projeto tem que ser estagnado desse território, Santa Quitéria pode viver de outras iniciativas econômicas e não só mineração, mineração desde de mil novecentos e setenta e seis, jamais. E pra finalizar gente, todas aquelas comunidades que estão no entorno da mina de Itataia que como eu já falei, são mais de centenas, e eu andei lá, por exemplo,

tem a maioria delas vivem de poços profundos e de águas de chuva que a pessoa capta no telhado que cai dentro de uma cisterna. E aqui eu queria dialogar com a radioatividade que infelizmente nesse estudo não tem dados. A companheira acabou de falar, não existe um estudo do impacto nuclear, cadê o estudo? Ele tá onde? Quando é que nós vamos analisar ele? Quando é que nósvamos começar a falar de radioatividade? Que pode, e aí é assim tem muita gente dizendo o seguinte, ah, mas agora não vai ter poeira não, não sei o que, gente, em Caetité tem poeira, chega na casa das pessoas e a mina é pelo menosquatro vezes menor do que a daqui. E aí vocês acha que uma mina a céu abertonão vai gerir poeira pra cair sobre as casas? Pra essa poeira inclusive radioativa cair dentro cisternas que as pessoas consomem diariamente essa água? Em Caetité é comprovado isso, foi lacrados poços artesianos, poços profundo como a gente chama aqui, que as pessoas consumiu e foram lacrados. Porque tem, na época tinha um alto índice de radioatividade. Aí a, chega aqui dizendo, ah não vai ter radioatividade, mostra esse filminho bonitinho das pessoas juntando dinheiro e não fala de radioatividade, é uma mentira isso gente. Nós temos que falar de radioatividade sim, e radioatividade mata, radioatividade adoece, radioatividade é um câncer na vida da sociedade. O programa nuclear brasileirotem que ser extinto gente, ele não serve pra nada, pra nada e muito menos pro Ceará e muito menos pra Santa Quitéria. Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Nós que agradecemos sua manifestação senhor Erisvam e eu chamo agora a senhora Rossana.

Rossana: Boa noite! Eu ia dizer boa noite, mas primeiro a gente tem que dizer, bom dia. Bom dia pras comunidades que tiveram a coragem de sair de seus lugares e ainda permanecerem aqui, né, porque quem vem de Morrinhos, quem vem lá de Queimadas sabe o quanto tá difícil trafegar nessas estradas de barro depois desse período de chuva, né, então todas essas comunidades que estiveram aqui, que tiveram algumas que saíram, tava o assentamento Grossas, assentamento Nova Brasília, assentamento Morrinhos, Queimadas, todas essas comunidades de assentamentos estavam em Santa Quitéria e Santa Quitéria é um dos municípios que tem mais assentamento de reforma agrária, são vinte e três federais e nove estaduais.

Então todas essas comunidades, elas sobrevivem do que a agricultura produz sem precisar do agrotóxico, não vai precisar desse fosfato que vai ser explorado,que se diz que vai ser explorado nessa mina de Itataia. Por que? Porque os pre,os agricultores sabem a importância que tem de cultivar a terra, de respeita a mãe natureza como se deve ser, né. E assim, falar desse empreendimento como ex-prefeito de Santa Quitéria falou e frisou tão enfaticamente que eu pensei que ele ia dar até um troço, né, que, com tanta raiva que ele tava dentro dele. De que faz tempo que tá se tentando explorar e quando João Bosco Bastos veio falar aqui, fez aquela história da rádio Itataia, eu me levantei e fui parabe, ô, prabenizá-lo não, dizer no ouvido dele queele troque o nome da rádio Itataia, né.

E assim, é nós de Santa Quitéria, sou filha de Santa Quitéria e tenho muito orgulho de ser filha de Santa Quitéria e filha de agricultores, né, morei nas comunidades. Hoje moro na cidade porque meu pai dizia que não queria que a gente fosse criado sem saber ler. Porque a pior cego é aquele que não sabe ler, aquele que não tem estudo, aquele que não tem uma consciência crítica pra saber discernir o que tá sendo apresentado aqui. Porque quando começaram essas falas, principalmente quando essa, teve uma mulher aqui que foi falar aqui da, do, não sei se foi da radiação, não sei como foi, eu fiquei pensando aqui, será que eles pensam que nós somos abestados, né? Porque da raiva de ouvir tanta mentira, é muita mentira pra gente tentar engolir e eles tentarem fazer com que a gente acredite, meu povo é triste. É triste também a gente vê também as, as pessoas, as autoridades Santa Quitéria, cadê? Já foram embora.

A maioria das pessoas que tão aqui, eu acho que eu nunca vi na vida, né. Há os outros que nós temos aqui são as comunidades, mas os que ficaram aqui não nos representa, né.

Há uma manifestação do público.

Não, eu tô falando das pessoas aqui, que estavam antes aqui defendendo esse Projeto e como o Erivam falou infelizmente essa audiência de ser colocada nesse horário é muito crítico, as pessoas não podem participar, é muito difícil a participação, por que? Quem vem do interior, quem vai se deslocar voltar lá para o Morrinhos? O perigo de vida que estão correndo, né.

E assim, é quando se falou aqui na questão da Audiência Pública, que ela desobedeceu a não ter feito a consulta prévia nas comunidades, eu me lembrei aqui que foram respondido, né, essa questão dizendo que as reuniões que estiveram com o conselho municipal de Santa Quitéria que tinha vinte e uma pessoas, lá no assento, assentamento Morrinhos tinha vinte e nove, Queimadas dezesseis, Saco do Belém vinte e seis, olha aí, Saco do Belém vinte e seis, uma comunidade que tem mais de trezentos pessoas, Câmara dos dirigentes da CDL, trinta participantes e em síntese, houve trezentos e noventa e sete pessoas participando dessas reuniões que eles acharam que isso seria a consulta prévia. E eu pergunto isso foi consulta prévia? Nós no nosso município em dois mil evinte pelo IBGE diz que nós temos quarenta e três mil setecentos e onze habitantes, onde é que que trezentos e noventa e sete pessoas nos representam, né?

E mais assim, outra coisa que eu fico a pensar quando se fala na água. Já foi muito falado sobre isso, debatido, a questão, nós vivemos no semiárido, nós aqui de Santa Quitéria, tem dias que falta águas nas torneiras. Esse ano o açude não pegou quase água e aí o açude do Edson Queiroz eu sempre sabia que esse açude tinha sido feito pra extração dessa mina, o ex-prefeito de Santa Quitéria em alto e bom tom disse com veemência que ele tinha sido feito pra ser usado na exploração da mina urânio, e nós? Nós vamos beber da onde? Vamos morrer de sede, todo mundo, com certeza. Porque como já foi dito aqui, quando essa mina começar a ser explorada a água ela vai primeiro lugar pra mina, não vai ser pra nós e nós que somos gente, somo pessoas, a gente tem que ter essa

capacidade de não nos calar diante das adversidades, diante do que estão tentando impor pra nós.
A gente tem que ter essa convicção de lutar e não desistir, não desistir, porque só a gente lutando, a gente não, vai conseguir barrar esse empreendimento. Se passar, eu tenho certeza que nas comunidades nós somos capazes de nos reunir e fazer manifestações pra impedir que esse empreendimento, ele vá à frente. Tchau, avante.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua manifestação senhora Rossana. Eu esclareço tanto pra senhora quanto pro seu Erisvam de que é vontade do IBAMA de inovar dentro do que a legislação permite em relação as audiências públicas, mas em geral o que nós temos é uma problemática de que realizar a audiências públicas em horário comercial é, impede que as pessoas participem por cumprir jornadas de trabalho, né, e seus outros afazeres.

E por isso, se sempre se privilegia o horário da noite que seria em tese o horário que as pessoas têm livre pra poder participar e infelizmente ou felizmente né, esse projeto, é um projeto bastante polêmico que atrai bastante atenção e polarização, termina tendo uma grande participação das pessoas a ai é inevitável que a gente termine estendendo a audiência por um tempo bastante grande e aíé natural também que as pessoas terminem também se ausentando principalmente no final d audiência por conta do horário avançado.

Mas é ideia do IBAMA e isso vem sendo discutido da gente inovar e trazer novas ideias de como fazer a audiência de uma forma que possa atender a população nos mais variados horários, principalmente no sentido de esclarecer sobre os dados que são apresentados no EIA, sem deixar de atender a esse formato de audiência pública onde as pessoas podem vir se manifestar e a gente responder as perguntas encaminhadas. Mas isso ainda está em discussão e não é uma coisa fácil de se resolver.
Eu queria chamar o senhor Chagas Mesquita, ex-prefeito pra fazer a suamanifestação.
Acredito que já tenha ido.

Senhor Arilson da AACE. (ele fala com alguém).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradeço a informação. Senhora Iara das Dunas.

Iara das Dunas: Boa noite gente. Bom dia, né, na verdade. Me apresentar, sou a Iara das Dunas né, mas enfim, é um nome de guerra, de luta. Sou assessora também parlamentar, né, assessora do vereador Gabriel Aguiar que também já justificando não pôde estar aqui por questão de agendas em Fortaleza. Mas estamos aqui fazendo essa representação.

Queria saudar a mesa, né, os presentes, articulação, né e todas, e todos os povos que aqui se encontram ainda mesmo num horário tão avançado, né, enfim,

estamos todos cansados, cansadas, né, o horário realmente é bem complicado e enfim, vamos resistir até o fim, né, meu povo?

Eu queria colocar, né, que a literatura cientifica ela é bem ampla, né, e ela informa sim, de forma farta que a energia emitida pela cadeia de decaimento do urânio altera as células vivas e essas células vivas, né, que somos nós, ela ocasiona um efeito, né, no nosso corpo e o que é isso?

É câncer gente, é câncer sim, né, e não só isso, significa aborto, é mal formação congênitas, depressão do sistema imunológico, leucemia e vários outros tipos de câncer, não é.
Além de um retardo físico e mental, né, que afeta sobretudo as crianças, porque essas crianças elas são sim quarenta vezes mais sensível em relação aos danos desses contaminantes, né.

Nós que somos de Fortaleza e aí já, acho, já ratificando né, mas, me senti muito contemplada na fala da, da atual vereadora Louise Santana, porque que a gente lá de Fortaleza está preocupado e preocupadas com esse projeto né, é, esse projeto ele não afeta só Santa Quitéria não é, não só Itatira e não só os outros municípios da região, mas, também todo o, o, o percurso né, com o transporte desse, desse, desse minério radioativo, então existem né inclusive vários riscos no que tange a questão do próprio transporte desse, desse minério radioativo e que nos preocupa bastante, nos preocupa bastante.

E falando desse questão né, também de, de, como foi colocada aqui, a questão econômica do local né, aqui em Santa Quitéria né, sobretudo, e nos municípios vizinhos, Itatira, Madalena, Canindé e outros muitos que serão atingidos não é, a situação é bem dramática né, acho que o termo é bem dramático mesmo e aqui eu gostaria inclusive de colocar uma questão que foi colocada pela mesa epela empresa, sobre a ética não é, que ética seria essa né, de desconsiderar centenas de povos né, que es, que serão diretamente atingidos por esse projetoné, de destruição? E não considerar né, como a Renata já tinha, havia colocado vários povos que estão no raio de influência do projeto, inclusive de influência direta né, são os assentamentos, vamos chamar aqui de os assentamentos, são vinte e sete projetos de assentamento né, que estão localizado dentro dessa área de influência direta sendo, quatro de Itatira né, e vinte e três de Santa Quitéria. Essas, e essas populações né, elas vem manter viva né, a tradição daagricultura familiar não é, e elas que realmente são as pessoas que respeitam omeio ambiente não é.

Bom, e aí voltando aqui pra questão econômica né, de novo. Além dos pro, dos povos tradicionais existem vários outros né, de, de, distintos onde as populações é, fazem um comércio né, de produtos de agricultura familiar e geram, o que geram um trabalho digno não é, pra essas famílias e que são as principais fontes né, e as mais importantes fontes de renda e aí eu coloco aqui né, são oitenta e se, são oitenta por cento né, em comércios rurais de Itatira, de Itatira e setentae sete por cento em Santa Quitéria que inclusive eles podem ter o impacto negativo com um empreendimento nessas áreas né, porque, vamos lá, é uma pergunta né, você companheiro, companheira compraria produtos produzidos dentro de cidades que você sabe que pode influenciar, que pode ter é, é, é, a

influência radi, di, uma influência radioativa? Essa é uma pergunta não é, que eudeixei aí pra gente refletir.

A gente, isso é uma questão muito grave né, porque afeta diretamente a, a economia local dessas pessoas. O seu pequeno comércio né, assim senhora Maria né, que empreende na, nessas cidades, pode ter sim o seuempreendimento impactado de forma negativa com a presença de um empreendimento desse.

É isso gente é, a, a última coisa que eu queria colocar é que a gente tem um contexto de mudanças climáticas né, nós estamos em emergência climáticos, como já foi falado aqui né, isso não é coisa tirada da nossa cabeça não é, é algoque a gente está vendo e sentindo na pele. A minha geração fica impactada não é, com, com a destruição né, que esse capital está realizando no nosso planetae com a nossa vida né, inclusive prejudicando o futuro das gerações não é, e deoutras gerações, do seu filho, do seu neto, do seu bisneto.

Então é isso eu queria colocar isso daqui, pra vocês poderem refletir né, e, e, pensarem é, até que ponto essa ética é colocada né, e é maleável quando se fala em projetos de destruição e projetos que possam fazer um, um, um futuro melhor, uma geração melhor de, de, de, enfim, é isso pessoal, obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhora Iara. Eu chamo a senhora Sara, Jovens Pelo Clima.

Sara – Jovens Pelo Clima: Bom dia a todos e a todas. É, eu quero pontuar aquiuma questão que não foi citada em nenhuma das falas das empresas durante a audiência pública, que não está também no relatório de impacto ao meio ambiente, somente no impacto, somente no EIA, que é a queima do coque de petróleo. Pra quem não sabe e não tá por dentro, porque enfim, isso não foi neminformado as pessoas é, a mineradora, as minas pretendem queimar coque de petróleo que que é um combustível extremamente sujo que ele vem dos restos de petróleo, pra geração de energia pra alimentar a mineração. E nessa queimade coque de petróleo vão ser emitidos dois gases que são uns dos principais gases de efeito estufa que é o CO2, dióxido de carbono, e o M2O, que o óxido nitroso, e o óxido nitroso inclusive ele tem um potencial de duzentos e sessentae cinco vezes mais de aquecimento do que o CO2. Então a gente percebe entre inúmeras coisas que foi abordada aqui com relação a mineração que também a mineração é inimiga do clima, que o PROJETO SANTA QUITÉRIA é inimigo doclima, porque atualmente os discursões giram em torno da gente reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, a gente vive num cenário.

O MICROFONE PARA DE FUNCIONAR – Sara retoma a fala do ponto em que estava.

Pronto. Então continuando, a gente vive num cenário de emergência climática, então não dá pra continuar investindo em projetos que comprometem o presente e o futuro das gerações, não dá pra gente contribuir ainda com um projetos que emitem quantidades exorbitantes de gases de efeito estufa, sendo que a gente vive aqui no Ceará em uma das regiões que são as mais, é uma das regiões mais vulneráveis as mudanças climáticas, e como consequência a gente vai ter eventos extremos, cada vez mais frequentes como secas, como ondas de calor, a disponibilidade hídrica vai diminuir e não vão ser vocês por exemplo da INB eda Galvani que vão sentir esses impactos, não vão ser vocês.

Todo o mundo vai sentir esses impactos, mas, uns vão sentir mais rapidamente do que outros. Muitos já atualmente sentem esses impactos, como é o caso das pessoas que moram em Santa Quitéria e que moram no semiárido do Ceará. Então isso é inadmissível do ponto de vista climático.
De acordo com o painel intergovernamental de mudanças climáticas IPCC, os próximos três anos vão ser cruciais pra que a gente consiga diminuir as nossas emissões em até cinquenta por cento em dois mil e trinta.

Foi apresentado aqui no início das audiências que o empreendimento tá comprometido com o desenvolvimento sustentável até dois mil e trinta, isso é uma mentira, porque dois mil e trinta é daqui há oito anos, daqui a oito anos a gente precisa reduzir as emissões em cinquenta por cento e com a queima do coque de petróleo as emissões do Ceará podem aumentar de dois a três por cento.

Então são informações, são ações incompatíveis, são coisas que não tem lógica e a gente percebe isso, porque a gente não é ignorante, a gente é informado, a gente lê, a gente estuda, a gente pesquisa, então a gente sabe o que a gente tá falando.

Então a mineração vai contra, vai na contramão do mundo, vai na contramão dos acordos internacionais, vai na contramão da política nacional de mudanças climáticas, na contramão da política estadual de mudanças climáticas. Então, além de tudo que já foi citado aqui ela ainda é um absurdo nesse ponto.

E aí eu quero trazer mais uma indignação, que a noite inteira a gente passou aqui escutando inúmeras informações falsas, inúmera, omissão de informações e a gente tá falando aqui pessoal é de vida, é de pessoas e também isso impacta a vida de vocês que querem aprovar esse projeto, voc, a, ninguém aqui come minério, ninguém aqui se alimenta de dinheiro, ninguém aqui respira e nem bebe dinheiro, nem minério ou pelo menos não deveria né?

Então, todo mundo aqui vai ser impactado por isso, e a gente precisa, vocês precisam ter responsabilidade sobre isso, são vidas, a gente tá falando sobre vidas, a gente tá falando sobre vidas que vão ser reduzidas e que vão ser impactadas pelo câncer, a gente tá falando de pessoas que vão sofrer de câncer e que vão morrer antes por causa de um empreendimento que vocês querem aprovar, então isso é inadmissível, isso vai contra todos os direitos humanos, isso vai contra em inúmeras legislações, então é inadmissível em todos os pontos, inclusive do ponto de vista climático e como eu reforço aqui, não foi em

nenhum momento abordado, mas que consta no estudo de impacto ambiental, e é isso, obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado senhora Sara. Eu gostaria de passar a palavra pro consórcio pra abordar que de fato é a primeira vez ao longo que, que é, que apareceu o questionamento a respeito da queima do coque e eu gostaria que fosse abordado.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Eu gostaria de só fazer um primeiro comentário em relação ao mencionado pelo Erivan né, do, do MAM. Definitivamente não é um projeto que nós podemos falar que, como mencionado é um, no, no rito de, de estudo do EIA/RIMA seja um control C, control V. E porque não? Porque o projeto utilizou toda a informação passada e adicionou novos estudos. A estrutura do projeto é diferente, as recuperações dos produtossão diferentes, o estudo e o adicional trazido pela TETRAMAIS mostra u, uma preocupação e um estudo realmente diferente do anterior.

Pra mencionar em relação as questões de radioatividade e radioproteção eu voupedir para o Hector Hugo fazer alguns comentários é, genéricos gerais, específicos até se for caso é, sobre essas questões relacionadas ao, a radioproteção e também em relação as águas.

E em relação ao transporte, eu já também adiciono um comentário. O transporte do concentrado de urânio seja em qual projeto for ele é feito é, seguindo uma norma absolutamente definida, com todo cuidado e com todo acompanhamento, então é imobilizado um time enorme de, de pessoas de entidades que acompanham esse transporte. Então eu vou passar pro Hector Hugo pra complementar.

Hector Hugo – Consultoria: Bom dia eu sou Héctor Hugo, atuo como gerente de radioproteção, meio ambiente e segurança na unidade da INB em Caetité. Então foram alguns, foram levantados muitos pontos e eu sai anotando pra né, se, se fosse necessária a nossa contribuição. Vou citar pontualmente algumas falas que foram ditas, porque a gente não tem suficiente pra discorrer sobre todas elas.

Não há poços contaminados na região de Caetité, existem poços que a concentração de urânio e de outros elementos radioativos estão acima do legislado, isso é fato não é, Caetité é uma província uranífera, existe lá um quadrilátero de vinte por trinta quilômetros onde as concentrações de urânio sãonaturalmente maiores do que em outras regiões onde não há esse mineral, esseé o primeiro ponto.

O segundo ponto, sobre os efeitos da radiação no corpo humano, a radiação causa câncer, a, alguém falou sobre a depressão imunidade das pessoas, principalmente em crianças, a radiação realmente ela é um dos motivos da causade câncer quando há uma exposição inadequada, os outros efeitos que foram

citados né, como depressão no tecido homa, homa, hematopoiético, série de plaquetas, e diminuição da, da imunidade, esses efeitos são pra doses muito altas de radiação, nós na mineração de urânio nós não temos essas doses, então não é possível ser atingir esses efeitos com as doses que são praticadas.

E sobre o câncer né, que, que é um, uma narrativa que sempre chega até a gente, foram citados alguns estudos, nós também temos conhecimentos desses estudos né, a FIOCRUZ fez um estudo entre dois mil e oito e dois mil e trezes, durante cinco anos, com bases do SUS e o estudo ele não conseguiu definir nexo causal da atividade de mineração em Caetité com o aumento dos casos decâncer e de mortes por câncer naquela região.
Acho que eu, bem é isso, basicamente um resumo do, dos pontos que foram abordados. Obrigado.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: É, eu vou passar pro Laurence nosso gerente de engenharia pra ele comentar um pouco sobre as emissões atmosféricas e os controles da nossa unidade de calcinação a onde vai ser utilizado o coque.

Laurence – Galvani: Boa noite meu nome é Laurence, sou responsável pelos processos industriais pela Galvani.

A nossa ideia com relação ao coque de petróleo é realmente poder gerar energiasuficiente pra que nós possamos processar o concentrado é, de, de fosfato, quetem uma presença grande de carbonato e depois esses carbonatos vão ser recuperados na forma de carbonato de cálcio purificado. Isso deve ser uma forma de, de mitigação de CO2, outras formas de mitigação de, de emissão de CO2 é alternativas com relação a utilização de combustíveis alternativos ou umaforma híbigra, híbrida de, de consumo de, diminuindo de forma gradativa o uso do coque no queimador desses fornos calcinadores. Então essas são as iniciativas iniciais que nós temos pro, com relação ao coque de petróleo. Eu devolvo a palavra pro, pro Rafael.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradeço Laurence, agradeço Rafael. É, pro último bloco de perguntas de manifestações orais eu vou chamar o senhor Rafael Melo, da Universidade Federal.

Rafael Melo – Universidade Federal: Boa noite a todas, a todos a todas, bom dia já né? Vou também fazer essa dobradinha aqui me dirigindo a mesasaudando.

MICROFONE PAROU -

Rafael Melo – Universidade Federal: Deu certo, obrigado. É, também a todos, todas presentes. Meu nome é Rafael Melo, eu sou biólogo, sou pesquisador do

Núcleo Trabalho, Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Ceará, do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará e também do Painel Acadêmico Sobre os Riscos da Mineração de Urânioe Fosfato no Ceará, e venho aqui em nome deste painel acadêmico que solicitou através de oficio enviado pela Assembleia Legislativa do Ceará, na, através do seu escritório Frei Tito de Direitos Humanos solicitou presença na mesa para apresentar o seu estudo.

Nós também nos debruçamos desde o termo de referência apontando necessidade de complementações ao termo de referência que embasou o atual Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e novamente apresentamos um parecer técnico sobre as insuficiências e asomissões que constatamos a partir da análise do Estudo de Impacto Ambiental e do Relato, do RIMA.

Estamos aqui para protocolar neste momento, para subsidiar a análise técnica feita pelo IBAMA, estamos também com cópias deste parecer para a representantes do Ministério Público Federal, representantes da Defensoria Pública da União, a representantes das prefeituras municipais de Santa Quitéria, Itatira e Canindé, então tenho aqui todas as cópias, caso estejam presentes, porfavor venham ao encontro pra que a gente possa fazer oficialmente essa, essa apresentação e essa entrega.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Rafael, desculpa eu te interromper.

Rafael Melo – Universidade Federal: Tudo bem.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Mas, só, esse estudo é o mesmo que já foi protocolado via sistema SEI e junto ao IBAMA?

Rafael Melo – Universidade Federal: Não Regis, esse estudo é completamentenovo, ele analisa o Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA, nas suas insuficiências e omissões.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Tá ok. É porque eu tinha a impressão que a gente já tinha uma, uma cópia desseestudo no processo e aí eu ia abdicar da gente estar recebendo ele agora. Mas,daí eu vou pedir que a minha equipe pegue uma cópia pra gente depois inserir no, junto ao processo de licenciamento.

Rafael Melo – Universidade Federal: Perfeito. Nesse estudo nós apresentamos a partir do trabalho de uma equipe interdisciplinar reunindo profissionais das

diferentes áreas do conhecimento, professores e professoras pesquisadores e pesquisadoras, um estudo sobre principalmente né, um foco muito grande na dimensão dos impactos potenciais a saúde humana, um estudo sobre a insuficiência da caracterização do meio socioeconômico, do meio biótico, dados aqui apresentados também por companheiros, companheiras, pesquisadores, pesquisadoras que me antecederam. Temos também uma análise sobre a ausência de consulta prévia livre e informada, argumentando a partir dos textosjurídicos a irregularidade da realização das audiências e os impactos sobre as águas que esse projeto oferece, seus potenciais impactos.

E aí, trouxe aqui junto comigo também um CD em que nós anexamos uma série de estudos que embasam todos os nossos estudos, aqueles mais importantes estão dentro desse CD, também cópias impressas que vamos entregar nesse momento para o IBAMA, e dentro das cópias impressas da discussão que nós tivemos aqui percebo a importância dela né, dela e de algumas delas. E aí eu vou destacar alguns pontos mais importantes dialogando com falas que surgiramaqui durante esta audiência pública.

Primeiro a respeito da questão da relação entre radiação, exposição as radiações ionizantes e o câncer, infelizmente, não a palavra não é infelizmente né, e também não é imprudência, ou é imperícia, ou é má fé, e essa questão da boa-fé é importante para a relação CNEN, IBAMA, porque se não houver boa-fé desta relação CNEN, IBAMA, como fornecer um parecer que subsidie a análise do IBAMA na relação do impacto ambiental? A CNEN fica prejudicada em relação a isso. Porque nós temos a partir de dados da Agência Internacional de Pesquisa Sobre o Câncer, a IARC, que fez uma revisão a partir de um grupo de cento e sessenta cientistas de estudos, revisões sistemáticas e periódicas de todo o mundo e ela elabora monografias em que são definidos cinco grupos de carcinogênicos, esses cinco grupos são distribuídos desde carcinogênicos parahumanos com evidências suficientes até aqueles que provavelmente não são carcinogênicos para humanos e nós temos dentro dessa tabela da IARC a radiação Gama, e a localização dos distintos tipos de câncer provocados por essa radiação, a radiação Alfa, a radiação Beta instal, depositada internamente nos tecidos, nós vamos ter também uma portaria interministerial do ministério dasaúde.

FALA AFASTADO DO MICROFONE – Sem captação clara.

Rafael Melo – Universidade Federal: Do ministério da

FALHA NO MICROFONE.

Rafael Melo – Universidade Federal: Do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, a portaria número 9 de 7 de outubro de 2014. E esta portaria apresenta uma relação de agentes confirmados como carcinogênicos para humanos, e nesta portaria o que que nós temos? Radiações X e Gama, o Rádio 226 e seus produtos e decaimentos, Radionuclídeos emissores de partícula Alfa e Radionuclídeos emissores de partícula Beta internamente depositados dentre outros que estão correlacionados com as, as séries de decaimento natural tanto

do urô, urânio quanto do tório, que teremos em maiores concentrações nessa jazida.

Então, referir aqui que não há uma relação entre exposição à radiação ionizantee câncer, trata-se de uma questão de imperícia, se a gente olha para a prática usual da INB, inclusive dentro deste processo de licenciamento, vou retomar aqui um documento enviado pela INB para o IBAMA neste, no curso deste licenciamento. É o ofício que está localizado pelo SEI-10205890, esta, e foi re, mencionado na nota técnica de número 2 de 2021 da COMIP/DILIC. E nesta nota técnica o que é que nós identificamos? A INB afirma par ao IBAMA. É importante observar que na atividade de mineração do PROJETO SANTA QUITÉRIA tanto o indivíduo ocupaci, o ocupacionalmente exposto como indivíduo do público, das comunidades, do entorno entre parênteses, estarão somente submetidos aos níveis de radiação natural aqueles das rochas expostasna natureza, fecha parênteses.

E aí a gente tem uma questão básica definida pela própria CNEN nas diretrizes básicas de radioproteção, de proteção radiológica, me desculpem, a CNEN NN-301 e que ela coloca dentre as suas definições básicas a necessidade de definir com clareza o que é a exposição ambiental natural local, o que é uma exposição derivada de um processo produtivo, chamada de exposição normal, o que é uma exposição ocupacional, o que é uma exposição potencial, cujo a ocorrência não pode ser prevista com certeza, mas, que pode resultar de um acidente envolvendo diretamente a fonte de irradiação. Porque que eu cito isso? Porque constantemente na análise, e nós nos debruçamos sobre os histórico das indústrias nucleares no Brasil, tanto em Caetité como em Poços de Caldas nós observamos um tanto crucial que traz uma grande dificuldade para o paradigma da gestão ambiental dos riscos, que é a indistinção entre o que é a radiação na natural do ambiente e o que é aquela radiação provocada pelas operações. Na medida que você não distingue o que é o acréscimo produzido a partir da operação do empreendimento você invisibiliza as contribuições que estão colocadas ali a partir do empreendimento e desresponsabiliza, isso para a INB é muito interessante, para os indivíduos do público, que são expostos sem obter né, sem as devidas proteções, é um péssimo negócio, e aí me encaminhando pra finalizar. Dentro dessa pasta da proteção radiológica em nosso parecer destacamos que, embora a proteção radiológica historicamente ela tenha um viés mais voltado para a proteção dos seres hu.

FALHA NO MICROFONE.

Rafael Melo – Universidade Federal: Dos seres humanos, tem já sido acumulado dentro é, de diferentes órgãos, inclusive dentro da, da CNEN a gente tem uma parte importante de rádio ecologia, os estudos sobre impacto radiológico sobre a biota, a medida que a gente tem emissões desses pro, dos processos produtivos né, tanto da, das minerações e produções de fosfato, como daquelas do ciclo do combustível nuclear envolvendo urânio, a gente vai ter emissões e isso interfere sobre a radiação ambiental e pode prejudicar a biota, nós não vemos nesse estudo nada sobre como que essa radiação emitida para o ambiente vai prejudicar a biota não humana, e porque não vemos isso? Porquehá aqui uma fraude técnica. Sem apresentar dados sobre a eficiência dos

sistemas de controle das emissões, sem apresentar estudos sobre como que essas tec, tecnologias apresentadas como capazes de controlar as emissões produzidas pelo processo produtivo né, sem apresentar os métodos, as avaliações, os graus de incerteza que estão envolvidos neles as emissões, nãoocorrerão emissões atmosféricas, isso é uma fraude.

Esse processo vai ocorrer, porque diz a consultoria que ele ocorrerá sem emissões de radiação para o ambiente né.

E aí para finalizar quero trazer um ponto que traz, que é muito importante pra gente, que foi colocado aqui também e que diz respeito a questão das lagoas né.

As alterações no processo produtivo entre o projeto apresentado em dois mil, emdois mil e catorze e este atual projeto né, eles trazem uma alteração com relação a barragem de rejeitos, se o anterior apresentava pilha de estéril, pilha de fosfogesso e barragem de rejeitos, como os principais depósitos de rejeitos do processo produtivo, o atual apresenta não só as pilhas de fosfogesso e cal, a depilha de fosfogesso, mas, ao invés de eliminar e resolver esse problema da barragem de rejeitos por completo ele traz um incremento de cinco lagoas de coletas de efluentes líquidos e drenagem pluvial contaminada, segundo o que diz a TETRAMAIS, esse é o volume um do Estudo de Impacto Ambiental, páginaduzentos e um.

Então é, é equivocado afirmar que a barragem de rejeitos foi eliminada por completo, porque a gente tem uma fragmentação desses rejeitos em cinco lagoas e essas cinco lagoas sofrem com.

FALHA NO MICROFONE.

Rafael Melo – Universidade Federal: De dispersão de contaminantes e isso precisa ser evidenciado dentro do Estudo de Impacto Ambiental, e aí elas não estão completamente protegidas entre a Serra do Céu e a Serra da Laranjeira, formações geológicas com plano de cotas com mais de mil metros de altitude né, porque aí está localizada uma região em que a gente tem fortes possibilidades no cenário de mudanças climáticas de eventos extremos, de carreamento de sedimentos de fortes vazões sobre esse relevo, sobre a estrutura da pilha de fosfogesso e fortes possibilidades de extravasamento dessas lagoas de captação.

Todos os dados que nós apresentamos aqui como críticas consolidados dentro desse parecer técnico que nós gostaríamos de protocolar agora e que este IBAMA na análise do Estudo de Impacto Ambiental que discutimos nesta noite possa levar em consideração também este parecer técnico, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Rafael é, embora a gente vá receber o documento eu peço que ele também seja protocolado via, no formato digital, via sistema SEI, tá certo?

VOZES AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA.

Gente com licença, eu queria aproveitar o momento pra protocolar também os requerimentos de várias comunidades e povos originários com relação a consulta livre, prévia e informada, tá bom?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Dando prosseguimento, chamo a senhora Naiane Araújo.

Naiane Araújo - : Show. Tá dando pra me ouvir? Bom dia.

RESPOSTA DO PÚBLICO – Bom dia.

Naiane Araújo -: Porque não é mais boa noite né? Já são quase, deixa eu ver, duas e meia da manhã? Duas e vinte e cinco, se estendemos pra caramba? Bom, mas, por um lado é positivo porque foi um espaço onde teve muitas pessoas, teve muita participação e que foi possível ouvir muita coisa né, e me apresentando é, eu sou Naiane Araújo, militante do MAM, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, também sim, como outros companheiros que já me antecederam eu vou fazer uma fala muito rápida né, não vou me estendermuito, até pelo decorrer do horário também e eu já estou muito cansada assim como todos vocês é, que foi mensurado em relação a todos os povos, indígenas, quilombolas, pesqueiros, mas, dentro disso tudo também estão as mulheres, aolongo do tempo, ao longo da história as mulheres, pegando aí mais desde o período feudal, as mulheres colocadas em um processo de submissão ao trabalho doméstico e quando a gente chega no sistema capitalista ele é mais pesado ainda pra nós mulheres, porque além de estarmos inseridas em um sistema que visa o lucro acima da vida as mulheres estão nesses espaços e sofrem muito principalmente quando há processos de desastres ambientais, socioambientais e de crise climática né, as mulheres tem sido muito afetadas pormegaprojetos, e a mineração é um deles, a mineração não deixa de ser um megaprojeto que vai atingir a vida das mulheres.

Quando a gente começa a refletir sobre esses impactos que já foram muito falados aqui como a contaminação da água, contaminação do solo, o pó radioativo que vai para as casas das pessoas, quem é que vai limpar tudo isso? As empresas é que não né, infelizmente no sistema, na sociedade que nós estamos esse trabalho, do zelo da casa, fica para as mulheres, além de ter umasobrecarga de trabalho intenso do cuidado com os filhos, cuidado doméstico, cuidado com o lar, vai aumentar o trabalho, vai triplicar o trabalho das mulheresnesse espaço, e aí a gente reflete né, em outros, outros territórios que nós já passamos que aí a gente também já tem aprendido um pouquinho é, quando você começa a lavar uma roupa você tá mais sujando do que lavando porque tem sujeira de pó de ferro, de cal, enfim, de vários tipos de minério lá e aí ao invés de limpar você tá sujando mais. E aí essa sobrecarga de trabalho vem pra

cima de nós mulheres, dentro da perspectiva social e também de ser mãe quando, quando você tem a dinâmica já né, de ser mãe é claro, você tem um cuidado maior com os seus filhos então, você tem uma preocupação a mais com seus filhos pro eles adoecerem, como que vai ficar a saúde e tantas outras coisas que a gente vem vivendo o atual desgoverno, isso que nós estamos vivendo não é um governo é um desgoverno porque pra além de colocar em risco todas as vidas é um desgoverno que não prioriza políticas públicas para as mulheres e muito menos mulheres camponesas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres pescadoras, o qual hoje no território cearense comunidades pesqueiras tem sofrido muito pelo reconhecimento, aliás, pela falta de reconhecimento de serem pescadores.

Hoje antes de vir pra cá eu vi uma jovem pescadora artesanal publicando que oficialmente tinha recebido a sua carteira de pescadora artesanal, e o quanto que ela tem sofrido pra ser reconhecida como uma jovem mulher pescadora e que também é atingida pela mineração de ferro do município de Quiterianópolis, e aí a gente reflete, como que isso vai pra além? Durante esses vinte anos que se pretende extrair esse tal de urânio e esse tal de fosfato aqui no território as mulheres vão estar sendo pensadas, e aí eu olho pra mesa eu fico um pouco feliz porque tem duas mulheres, mas, ao mesmo tempo triste porque a maioria é homens, poderia ser metade, metade né? Cinquenta por cento mulheres e cinquenta por cento homens, pelo menos isso, nesse espaço. E uma outra coisa que eu percebi, nas falas também, que nas falas as mulheres, pelo menos hoje conseguiram ter um pouco mais de vez de voz neste espaço e aí né, eu finalizo mesmo fazendo esses questionamentos em relação a essa dinâmica das mulheres nesses espaços e como eu já coloquei e não vou me prolongar mais tanto, porque eu acredito que eu sou a última fala e agradeço pelo espaço.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado pela sua fala Naiane é, ainda temos algumas, temos duas manifestações. Senhor Paiva Júnior de Riacho das Pedras.

RESPOSTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: E senhor Hildegarde.

RESPOSTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Então de fato a senhora Naiane estava certa. Eu vou passar a palavra pra, pro consórcio pra manifestar especialmente em relação a alteração de projeto mencionada pelo, pelo Rafael.

Ricardo Guterres - Diretor de radioproteção e segurança nuclear da CNEM: Obrigado Regis. Bom, falando um pouquinho dos controles que o projeto vai ter

na operação relacionado a emissões atmosféricas e controle de efluentes líquidos, trazendo um esclarecimento né, a de fato o processo de concentração mineral ele foi alterado substituindo o uso da água na flotação que demandava a implantação de uma barragem de rejeitos, o processo atual por meio do forno de calcinação ele eliminou a barragem de rejeitos, eliminou a necessidade de lançamento de água nessa barragem o que permitiu a implantação de um circuito de águas completamente fechado, então é, quando vocês avaliaram o projeto e verificaram lá cinco tanques ou lagoas, ou reservatórios é muito importante esclarecer que são lagoas de os reservatórios de estocagem d'água bruta que vai chegar da adutora e outros tanques da etapa de tratamento de efluentes, então é muito importante que todos saiam daqui com essa clareza de que não está sendo substituída a barragem de rejeitos por tanques ou reservatórios de rejeitos tá. São tanques que fazem parte da etapa de tratamento de efluentes etodo o material sólido decantado lá ele é produto, ele volta pro processo, não tem ali disposição de resíduo tá, ou rejeito, então essa é a primeira observação importante.

Então também é importante deixar claro isso, o sistema de águas ele é fechado ele é pra dentro e pra fora, o que que significa isso? A água que entra no sistema ou ela evapora ou ela fica no produto ou ela recircula no processo e a água que chover dentro do projeto também ela contribui pra esse balanço hídrico, o que permite na época de chuva que a fecha, fecha a torneira né, da adutora e consuma menos água tá, esse é um outro ponto importante e a água que chover fora do projeto ela não, ela não entra ela simplesmente drena sem ter contato com a operação.

Então isso tudo tá descrito no projeto tá, eu acho importante a avaliação que todo mundo fez, as contribuições que tão sendo entregues aqui pro IBAMA, que vai analisar, em paralelo ele ainda também tá analisando o nosso estudo e acho que a opinião de vocês ela é, ela é importante de ser considerada, nós consideramos tudo o que tá sendo colocado aqui é válido pra análise crítica do consórcio é válido pra análise que o IBAMA vai fazer pro parecer técnico, e nós aqui do consórcio a gente tem esse objetivo de dialogar né, não de mentir, não de omitir ou de alterar dados né, o relatório entregue, o projeto entregue ele é feito sob responsabilidade técnica das pessoas né, é uma equipe de consultores que tem autonomia e responsabilidade técnica, uma equipe de engenharia de processo, que vem trabalhando há muito tempo né, quarenta anos, tem pessoas aqui que participaram da primeira campanha de pesquisa.

Então, não é um projeto novo, é um projeto antigo que vem sendo melhorado ao longo do tempo, trabalhado e a gente tem a segurança de que o que tá sendo apresentado aqui em termos de engenharia e mineração é o estado da arte, ele traz todas as lições aprendidas do que foi colocado aqui em termos de infelizmente os acidentes que ocorreram na mineração, então todo o processo a seco traz esses, essas melhorias na questão de gestão de riscos, de melhoria operacional, eficiência operacional. Então isso tudo tá escrito no projeto né, e que tá sendo analisado agora pelo IBAMA.

Falando um pouco sobre emissões atmosféricas, todos os sistemas de controle das emissões atmosféricas, seja um material particulado, o CO2, o NOX, o SOX,

são sistemas consagrados que apresentam um nível de eficiência de noventa e nove, noventa e nove por cento. O estudo que demonstra é uma modelagem atmosférica esse estudo ele foi apresentado na íntegra em anexo do projeto e do estudo, ele demonstra numa pior condição climática né, de dispersão, numa pior condição de emissões atmosféricas aonde que essas partículas chegam e vocês podem verificar pelas plumas que foram a presentadas o atingimento delas, elas ficam restritas a área do projeto. É isso que traz a segurança da gente dizer que não haverá poeira radioativa chegando nas comunidades, não é só a modelagem, não são só os controles apresentados, mas principalmente o que vai garantir esse monitoramento que vai ser feito é uma malha muito intensiva de pontos, que vem desde a, do muro do projeto, entre a propriedade e a divisada propriedade, nos assentamentos e extrapola ainda pra bacia hidrográfica. Então esses são os controles e os monitoramentos que o projeto tem em termos de emissões atmosféricas e material particulado, poeira.

A questão da radioatividade, é um assunto que já foi tratado aqui, então eu tô falando mais do aspecto físico do, da partícula que pode se dispersar né, pela força do vento. Um outro ponto relacionado as mudanças climáticas são muito importante de dizer no balanço nacional né, no inventário nacional de emissões.Tem as emissões industriais dos processos industriais na qual se insere a emissão da queima do coque elas representam menos do que cinco por cento das emissões nacionais, todo mundo que estuda o assunto, e eu sou um deles,a gente sabe que a questão do Brasil e os compromissos do Brasil na redução nas emissões dos gases do efeito estufa elas estão relacionadas a mudança deuso do solo não é, a mudança de uso do solo é a questão do desmatamento, é a taxa de desmatamento, essa é a grande taxa de emissão de gases de efeito estufa é a grande contribuição do Brasil é a redução do nível de desmatamento. Os processos industriais e a matriz energética brasileira elas são um exemplo pro mundo né. A nossa taxa de industrialização infelizmente é baixa, mas, a matriz energética é um exemplo pro mundo. Então esse é um ponto importante, o consórcio se preocupa sim com essa questão das mudanças climáticas, principalmente pela questão da escassez hídrica e a gente vem trabalhando fortemente pra aumentar essa redução né, se a gente pode falar assim, mas, esse é o fato, a gente vem trabalhando e justamente aquele sistema de lagoas, reservatórios e tratamento total dos efluentes sem descarte, é uma medida, é um investimento pra que isso aconteça. Então importante aqui é a gente ter esses espaço né, democrático, eu tive a oportunidade de estar lá no Assentamento deQueimadas, eu tive a oportunidade de estar no Assentamento de Morrinhos, tive a oportunidade de estar no Distrito de Riacho das Pedras procurando o diálogo pra conversar, a gente não foi lá fazer uma, simular uma consulta pública, não foi esse o objetivo, o objetivo, nós fomos lá conversar, conversar apresentar as mudanças do projeto, ouvir as preocupações das comunidades, pra levar pra dentro da empresa, do consórcio e poder discutir o que a gente pode melhorar no projeto pra reduzir essas preocupações, avaliar o que que a gente pode trabalhar em termos de responsabilidade social né, pra tá mais próximo dessas comunidades, todas elas né, todas elas são importantes e importante dizer, os nossos impactos ambientais diretos estão restritos a área de projeto a propriedade da INB.

Então, isso tudo está colocado no, no Estudo de Impacto Ambiental que foi apresentado e de novo eu reforço o compromisso aqui do consórcio com o diálogo, com a verdade e com uma base técnica que é o que subsidia essa equipe que vem trabalhando né ao longo de todos essas anos, como a gente falou, não é um estudo de, de poucos meses não, é um estudo de décadas que tá sendo cada vez mais melhorado, acho que esse é o grande benefício do tempo que esse projeto vem levando, ele vem melhorando, vem reduzindo riscos e vai, vem sendo mais eficiente é o que a gente espera e a gente se coloca sempre aqui a disposição pro diálogo.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: É, bom gente eu não vou me alongar muito, eu só não queria deixar o Daniel, é, o vereador Daniel sem a resposta.

Você fez o questionamento sobre o ferimento dos animais né, e se a mina e a operação da mina causaria isso. Na verdade, quando eu citei essa, o tratamento que vai ser feito em todo o resgate isso é muito mais ligado a obra e as atividades é, de construção propriamente dito, ou de supressão vegetal. É importante que uma equipe técnica capacitada possa acompanhar essas atividades pra evitar qualquer problema com a fauna local, seja na supressão, seja no, no, no tráfego de, de tráfego de caminhões, do, de qualquer atividade relacionada a isso.

Você também perguntou sobre os animais endêmicos e ameaçados, isso daí eu já comentei um pouquinho na, na pergunta da colega, mas, eu só vou repetir também. Todos esses animais eles foram considerados, eles foram listados, são apresentados no estudo e também tem os programas de monitoramento além da seleção das espécies chaves pra, pra esse monitoramento e acompanhamento ao longo do tempo.

Sobre a, eu queria também trazer um pouco da fala do Rafael quando ele fala do risco do, do, da fauna. Queria ressaltar que o Estudo de Impacto Ambiental ele considerou e apresenta conceitos de risco ecológicos justamente pra fauna silvestre, então tem alguns animais que foram selecionados pra ser esse, esse, pra ter esse controle, esse monitoramento, inclusive avoante é uma de, é um desses animais por fazer um deslocamento regional, então toda esse, essa questão, esse cuidado também tá sendo feito e apresentado na parte deprogramas.

Por fim é isso, eu queria também e repetir um pouco essa questão da RT que todos os profissionais envolvidos assinam com a sua responsabilidade técnica e é um estudo com muita, muito cuidado e ele não foi feito em poucos meses né, algumas falas dizem aí que o TR foi emitido e poucos meses depois, três meses, o estudo foi protocolado. Na verdade, o estudo ele começou a mais de dose, dose meses, foi mais de um ano trabalhando nele com TR, um termo de referência, uma minuta de termo de referência onde ainda assim houve, houveram algumas complementações, algumas inclusões de tema e esse te, esse TR foi finalizado em agosto, setembro, se eu não me engano, e aí sim comessa verificação geral avaliando o pleno atendimento desse termo de referência o, o, a gente apresentou o estudo e o consórcio protocolou o EIA/RIMA.

Então eu agradeço a atenção de todos e me coloco a disposição também pra qualquer esclarecimento adicional, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Rafael, obrigado Ricardo.

A gente tá se encaminhando pro final, mas, eu ainda tenho duas perguntas escritas aqui que eu gostaria que fossem respondidas, porque é um assunto que ainda não foi tocado, mas, antes disso eu queria registrar que eu tomei um puxãode orelha aqui da minha equipe e queria compartilhar com vocês, especialmente pra, me referindo a fala da Naiane de que o IBAMA está representado por três mulheres e dois homens aqui e que na equipe que vai analisar o EIA são quatro mulheres e três homens, então as mulheres estão bastante representadas nesse processo de licenciamento ambiental, destaco que a nossa especialista em cavernas é uma mulher e acho que é importante frisar na questão da representatividade de que a nossa técnica responsável por analisar a questão socioeconômica, que eu acho que é a principal questão nesse empreendimento é uma mulher é a Telda que tá aqui do meu lado e é uma pessoa que tem, além de todas as qualidades de ser mulher, de ter um olhar bastante sensível, bastante acurado pra questões sociais ela é uma pessoa extremamente sensível, uma pessoa que passou a noite toda aqui anotando pontos que vocês falaram e que ela vai redobrar o cuidado na hora de reler o EIA, ela já leu, está analisando e eu tenho certeza que ela vai redobrar o cuidado com vários pontosque ela anotou aqui.

As duas perguntas escritas que ainda não foram tocadas são referentes a estradas, a primeira é o senhor José Francisco de Paiva, comenta que. O que precisamos que o consórcio, o Estado e a União assumam um compromisso de construir o açude Poço Comprido, e o ponto que eu especifico é, e a estrada CE 366, que liga Santa Quitéria a Mina Itataia.

E o senhor Henrique Júnior ele comenta que a construção da CE que liga SantaQuitéria a Lagoa do Mato é de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa região, como um projeto desse porte pode deixar de fora orçamento pra essa obra tão vital par nós?

Os Romanos dominaram o mundo porque fizeram estradas, a CE é fundamental, e ele agradece.

Eu gostaria que o consórcio abordasse a questão se está prevista algum reforço, melhora em acessos relacionados ao empreendimento.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Legal, obrigado Régis. Suas perguntas são importantes né, em termos de infraestrutura pra aumento da disponibilidade hídrica, de fato a Secretaria de Recursos Hídricos e a COGER nessa nota técnica no estudo apresentado de longo prazo eles colocam três projetos estruturantes com uma condição de aumentar muito a capacidade desse

sistema de açudes, o primeiro dele é o Projeto Malha de conexão dos açudes, tem também o açude Pedregulho e o Poço Comprido né, a gente sabe que issotá no plano de médio e longo prazo do Estado, inclusive vem sendo discutida essas obras aí nas reuniões que a gente vem participando do comitê de Baciase aí depende realmente do, dos investimentos tanto do Estado quanto do Governo Federal nesses empreendimentos pra aumentar a capacidade dosistema de açudes aqui no Ceará.

Com relação as estradas a diretriz então da Secretaria de Obras Públicas pro transporte de cargas do projeto é justamente o caminho pela BR 020, entrando na CE 366 ali em Macaoca, um trecho de vinte e nove quilômetros que já é asfaltado, mas, vai ser alargado e o asfalto reforçado né, todo esse traçado quehoje já é asfaltado então vai sofrer essa melhoria, vai ter também um contorno no Distrito de Lagoa do Mato, que vai conectar a estrada, o acesso hoje de terrade cerca de dezessete quilômetros até a Fazenda Itataia, então todo esse traçado, desde o trevo de Macaoca até a Fazenda Itataia vai seguir o mesmo perfil né, rodoviário, o mesmo estrutura da BR hoje, então vai ser alargado, reforçado, com acostamento.

A questão da diretriz do asfaltamento aqui desse trecho entre Santa Quitéria e aFazenda Itataia, eu acho que essa é a principal reivindicação do, dos representantes do comercio, da prefeitura, das pessoas de Santa Quitéria que querem se sentir mais próximas do projeto e aí, a partir daí tem o benefício né, da circulação dos serviços, produtos e acesso ao projeto, então essa reivindicação vem sendo feita né, vem sendo feita pela prefeitura com apoio de deputados estaduais e também a câmara dos vereadores vem se mobilizando pra esse assunto, mas, aí é um assunto também é, que precisa entrar no planode obras do Governo do Estado né, junto do Governo, junto da Secretaria de Obras Públicas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Rafael pelo esclarecimento. Bom gente, nós ainda temos aqui dezesseis perguntas escritas que eu avaliei junto com a equipe que são perguntas que já foram de alguma forma contempladas ao longo das, das falas ao longo da audiência, portanto, a gente não vai ler essas perguntas agora até um virtude do avançado da hora e em virtude de que amanhã temos outra audiência pra realizar é, então essas, essas perguntas elas vão ser respondidas diretamente aos interessados, praqueles que tiverem o, que tiverem deixado o contato, de qualquer forma né, eles, elas vão fazer parte do processo de licenciamento ambiental, e aí não havendo mais nenhum questionamento eu registro que tanto essas perguntas que não foram respondidas, quanto as outrasque foram respondidas, dúvidas, as manifestações que foram aqui apresentadas, os documentos que foram aqui protocolados, assim como a gravação da audiência pública, a ATA sucinta que tá sendo lavrada junto pela, da minha equipe e depois a ATA transcrita de toda a audiência, de tudo que foi dito na, na audiência, conforme o regulamento da audiência eles serão todos incorporados ao processo de licenciamento ambiental em curso no IBAMA do PROJETO SANTA QUITÉRIA que é o processo 02001014391/202017, eu repito 02001.014391/2020-17 e, portanto, agora as 02:54 minutos da manhã desse dia

08 de junho de 2022 eu Regis Fontana Pinto na qualidade de Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto declaro encerrada e válida essa Audiência Pública para fins de instrução do processo de licenciamento ambiental do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA. Eu agradeço aos colegas de IBAMA que estiveram aqui me apoiando, eu agradeço aos componentes da mesa que estiveram aqui respondendo, debatendo junto com vocês, eu agradeço a equipe de apoio que atuou nos bastidores pra que pudesse acontecer essa audiência e em especial eu agradeço a todo o público que desdeo princípio e os resistentes que ficaram até o final que estiveram aqui e discutiram, e debateram, e manifestaram a respeito do projeto qualificando o processo de licenciamento ambiental e trazendo as suas percepções que serão todas consideradas durante as análises do projeto. Agradeço de coração a todos, desejo um bom descanso e um bom dia que se avizinha a todos vocês.

Até logo.

Tempo da audiência: 7:58:01
Transcrição feita por Jucilene Silva e Marcio Ricardo Braga.
Revisão: Helbe Ladeira Tuttman
Interconnections Excelência em Idiomas Ltda.

OBS: Tivemos alguns momentos a qualidade de áudio ruim, que prejudicou algumas falas e que estamos, conforme CONTRATO, fazendo a transcrição literal, “sem correção gramatical e com repetição de vícios de linguagem”.

Audiência Pública: PROJETO SANTA QUITÉRIA CE – REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022 em ITATIRA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Mais uma vez boa noite a todos! Agora de fato vamos começar a nossa Audiência Pública.

Agora as dezenove horas e vinte minutos, horário de Brasília do dia oito de junho de dois mil e vinte dois, eu Régis Fontana Pinto Analista Ambiental do IBAMA e na qualidade diretor de Licenciamento Ambiental substituto, declaro aberta essa Audiência Pública relativa ao Licenciamento Ambiental Federal do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA referente as exploração e beneficiamento do minério colofanito formado de fosfato associado ao urânio, voltado a produção de fertilizantes e ração animal por meio da transformação deminério em ácido fosfórico além do concentrado de urânio na jazida de Itataia, localizada na fazenda de Itataia, situado na zona rural do município de Santa Quitéria, estado do Ceará, sob a responsabilidade das INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL a INB.

Eu Regis estarei presidindo essa Audiência Pública sendo auxiliado e secretariado pela analista ambiental Telda Lima, responsável pelas análises pertinentes ao meio socioeconômico do PROJETO e faz parte da coordenação de licenciamento ambiental de mineração e pesquisa sísmica terrestre que tem a sigla COMIP, que é a coordenação responsável pelo licenciamento do projeto dentro do IBAMA. Parte da nossa equipe responsável pelas análises referentes ao PROJETO está presente aqui, são os analistas Heliton Fernandes do Carmo que é o coordenador da COMIP, se encontra na nossa mesa auxiliar a direita dos senhores, Simone Salgado que é responsável pelas análises de faunaem cavidades e a analista ambiental Fernanda Bouth responsável pelas as análises de fauna terrestre todos três se encontram na naquela mesa auxiliar a direita e estarão nos auxiliando ao longo da Audiência Pública.

Também fazem parte aqui da mesa o Ricardo Guterres, da COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR a CNEN, Rafhael Turri do CONSÓRCIO
SANTA QUITÉRIA representando a empresa GALVANI que tá aqui a minha esquerda, o Rogério Carvalho, que é representante da INB e a Claudia Paley e o Ricardo Lieutaud que são representantes da empresa consultora que desenvolveu o EIA, representando a empresa TETRA MAIS.
Para darmos inícios aos trabalhos eu convido a todos para de pé cantarmos o Hino Nacional.

Execução do Hino Nacional.

Houve uma falha no áudio e eles fazem alguns testes.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente, vamos tentar retornar, acho que já resolvemos o problema técnico. Dando continuidade então a Audiência Pública, eu vou passara a palavra agora para a minha colega Telda Lima, que irá ler o regulamento que vai regrar essa Audiência Pública.

Telda Lima – Analista Ambiental do IBAMA: Boa noite mais uma vez, gostaria de que todos neste momento pudessem interagir conosco prestando atenção no Regulamento, hoje será exposto o tempo de cada um, de cada fala pra que a gente não extrapole o nosso tempo, não fique até mais tarde e dar a oportunidade para que todos possam se manifestar.
Então o regulamento desta Audiência Pública, ela é:

Artigo primeiro, o presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados nessa Audiência Pública para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA do empreendimento e apresentação do projeto e licenciamento ambiental, o PROJETO SANTA QUITÉRIA;

A Audiência será presidida por um representante do IBAMA que é o senhor Regis Fontana aqui presente e deverá contar com o secretário executivo que sou eu, Telda Pereira Costa Lima, servidores do IBAMA para auxiliar o presidente da mesa.

A Audiência, Artigo terceiro, a Audiência terá iniciada com o pronunciamento do presidente da audiência no qual serão esclarecidos os objetivos do evento e os procedimentos constantes desse regulamento a serem observados durante a sessão;

Artigo quarto, caberá ao secretário executivo auxiliar o presidente da Audiência na condução da Audiência Pública, assim como, na elaboração da ATA resumida da Audiência;

O artigo quinto, o IBAMA apresentará o procedimento de licenciamento ambiental federal em até dez minutos;

Artigo quinto A, a Comissão Nacional de Energia Nuclear a CNEN apresentará o procedimento de licenciamento nuclear também em dez minutos;

Artigo sexto, o representante do empreendedor realizará apresentação sobre atividade, o empreendimento objeto do licenciamento ambiental, seus objetivos, justificativas, com duração máxima de vinte minutos;

Artigo sétimo, a equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá o prazo de até trinta minutos para realizar a exposição sobre os estudos desenvolvidos;

Artigo oitavo, será concedido um intervalo de dez minutos, no qual se iniciará a inscrição dos interessados na discussão do RIMA e do projeto, o prazo total para

inscrição dos questionamentos, críticas e sugestões, será de trinta minutos a contar do início do intervalo podendo ser prorrogado caso necessário, com a devida permissão do presidente da mesa;

Os questionamentos, críticas e sugestões dos interessados apresentados ao IBAMA ou ao empreendedor devem ser identificadas de formar a possibilitar respostas extemporâneas.
O IBAMA deverá recepcionar manifestações e questionamentos dos interessados por e-mail institucional específico criado para o evento, pelo prazo de até vinte dias após a realização da Audiência Pública, este e-mail é psq.ap.sede@ibama.gov.br.

O empreendedor repassará integralmente ao IBAMA as contribuições e questionamentos registrados nos canais de comunicação abertos para este fim, como e-mail, zero oitocentos em até quarenta e oito horas, caso haja alguma pergunta que não possa ser respondida durante a Audiência Pública o IBAMA deverá encaminhar em até vinte dias após o recebimento do questionamento, resposta formal sendo necessário que o interessado indique nome, endereço para resposta, e-mail para correspondência;

Artigo nono, o presidente estabelecerá os procedimentos para respostas aos questionamentos;

Parágrafo Único, os questionamentos poderão ser respondidos em blocos ou separados por temas à critério do presidente da mesa;

Artigo dez, o secretário executivo ao final do evento deverá lavrar a ATA sucintaao qual deverá ser assinada por ele, pelo presidente da Audiência Pública e representante do empreendedor. A assinatura da ATA poderá ocorrer de modo virtual por meio de sistema eletrônico de informações SEI.

Artigo onze, o encarregado será realizado, o encerramento da Audiência Pública será realizado pelo presidente que deverá declarar a validade da Audiência Pública. A gravação da Audiência deverá ficar disponível no site do empreendedor por vinte dias, sendo esta disponibilização comunicada no momento da realização da Audiência Pública para manifestações posteriores.

A gravação da Audiência Pública poderá ficar disponível em outras plataformas de compartilhamento de vídeo.

O empreendedor deverá protocolar no IBAMA no prazo de até trinta dias após realização da Audiência Pública a gravação de áudio e vídeo do evento, bem como, a respectiva transcrição integral em arquivos de no máximo quinhentos mega bites.

A gravação, o vídeo e a transcrição da Audiência Pública, bem como, a lista dos participantes presenciais e todos os questionamentos públicos deverão compor o processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade.

Caberá ao presidente da Audiência Pública decidir situações que impeçam a regular continuidade da Audiência, bem como deliberar em casos omissos nesseregulamento.

E que tenhamos todos uma boa participação e que possamos sair daqui com todas as informações necessárias. Gostaria só de destacar quem for fazer perguntas escritas, coloque o nome e um, um contato, que seja um e-mail, porque nós ontem tivemos várias perguntas escritas que era pra ser respondida posteriormente, mas não tem o nome das pessoas que fez a pergunta e nem o contato, por favor, na hora que forem fazer a pergunta escrita, coloque o nome e o contato, caso não dê para ser respondido durante as audiências será respondida por o IBAMA até vinte dias.
Agradeço muito e bom pra todo mundo esse momento de comunicação, este momento que todos estamos aqui dispostos a ouvir, a escutar e interagir, muitoobrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Telda. mais uma vez eu saúdo os colegas que estão aqui comigona mesa, saúdo os meus colegas de IBAMA, saúdo a esquipe técnica que tá nos bastidores promovendo, ajudando a promover a Audiência Pública e em especialeu saúdo todos os vocês em especial a população aqui de Lagoa do Mato que nos recebeu calorosamente, logo mais cedo e que está enchendo aqui o ginásio para poder conhecer, discutir, contribuir, manifestar as suas impressões sobre olicenciamento ambiental do PROJETO SANTA QUITÉRIA que tá em curso no IBAMA.

Eu registro também e dou as boas vindas as autoridades presentes, o senhor Leon Miguel, vereador de Itatira, senhor Fernando Cedes, vereador de Itatira, aprefeita Sônia de Madalena, prefeita de Madalena, o senhor Tomás Figueiredo ex-prefeito de Santa Quitéria, o senhor Tomás Figueiredo Filho, representante da FECOMÉRCIO e o senhor Amílcar Oliveira presidente da federação de agricultura do Ceará, o senhor Leon Miguel de Itatira, já havia dado as boas vindas e repito.

Eu vou pedir a compreensão de todos os senhores, como já aconteceu hoje a gente está com um probleminha técnico, eventualmente pode acontecer de voltar a cair a energia e aí a gente vai ter que trocar por um gerador, espero quenão aconteça, mas se acontecer os senhores já estão avisados que a gente vaiprecisar de um cinco ou dez minutinhos pra fazer a troca do equipamento.

Eu informo que o Relatório de Impacto Ambiental, o RIMA do PROJETO ele está disponível para consulta de vocês lá na entrada do ginásio, ele está disponível de forma virtual no site do IBAMA, www.ibama.gov.br, também no site da Audiência Pública no www.consorciosantaquiteria.com.br, www.consorciosantaquiteria, tudo junto, .com.br e o EMA, O EIA , tanto o EIA quanto o RIMA também foram disponibilizados de forma física na superintendência do IBAMA no Ceará lá em Fortaleza, no, na sede do ICMBIO em Brasília, na sede do IPHAN, também em Brasília, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Ceará em Fortaleza, na

sede do INCRA em Brasília, na Procuradoria da República do Município de Sobral, na Secretaria de Meio Ambiente de Santa Quitéria, na Secretaria Municipal do Trabalho e Meio Ambiente de Itatira, na sede do governo de Estado do Ceará em Fortaleza, na Assembleia Legislativa do Estado também em Fortaleza, na Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, na Prefeitura Municipal de Itatira, na Câmara de Vereadores de Santa Quitéria, na Câmara de Vereadoresde Itatira e na Biblioteca Pública de Santa Quitéria.

Eu friso que essa Audiência Pública ela está sendo realizada na forma presencial com transmissão via internet para o acesso das pessoas que não puderam se deslocar até aqui e que também podem estar participando do processo de licenciamento do PROJETO. Em determinado momento pode ser que eu retire a minha máscara para melhor compreensão da minha voz, mas, eu recomendoque todos, tanto aqui da mesa quanto os senhores na plateia façam o uso de máscara, embora ela não seja mais obrigatória para a gente evitar novos casosde covid dezenove e também atenção ao protocolo número treze publicado pelaSecretaria de Saúde do Estado do Ceará que também tá disponível lá na mesade entrada e também pode ser acessada através do site na internet.
Essa Audiência Pública ela será composta de basicamente dois momentos distintos, um primeiro momento que são das apresentações e cada uma das instituições que estão aqui na mesa pra que vocês conheçam um pouco do PROJETO e do licenciamento ambiental do PROJETO e depois um segundo momento após o intervalo que é o momento que eu considero mais o importante que é o momento do debate aonde todos os senhores poderão encaminhar as suas perguntas aqui pra mesa ou fazer o uso da palavra pra fazer a sua manifestação oral.

Aproveito já para indicar que os senhores todos devem ter recebido uma pequena cartilha, dentro da cartilha se encontra uma ficha onde podem fazer assuas perguntas e como a minha colega Telda comentou, eu peço que coloquemo seu nome e um contato de e-mail para que qualquer dúvida a gente possa trocar mensagens com os senhores ou mesmo no caso da gente não conseguir passar por todas as perguntas aqui ao longo da Audiência, a gente possa responder elas num momento oportuno.

Também esclareço que as pessoas que quiserem apenas fazer uso da palavra, fazer a sua manifestação de forma oral, não precisa necessariamente escrever a sua pergunta, basta indicar, manifestação oral e a nossa equipe, vai, vai chamar no momento do debate após o, o intervalo.

Para aquelas pessoas que estão assistindo via internet, elas também poderão encaminhar suas perguntas os seus questionamentos, as suas dúvidas, esses questionamentos eles não vão ser lidos aqui ao vivo durante a Audiência, mas dentro de um prazo de vinte dias a nossa equipe ou a equipe da empresa vai encaminhar a resposta para essas perguntas que chegarem. E essas perguntaspodem ser encaminhadas para os seguintes contatos o e-mail do IBAMA psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu repito, ps, psq.ap.sede@ibama.gov.br ou para contato@consorciosantaquiteria, tudo junto.com.br, contato@consorciosantaquiteria.com.br ou através do telefone 08004021030. 08004021030, qualquer pessoa que esteja assistindo pela internet ou mesmo os

senhores que estão na plateia que quiserem encaminhar seus questionamentos através desses contatos em vinte dias a nossa equipe vai tá respondendo, informo também que a gravação dessa Audiência Pública ela vai ficar disponíveldurante vinte dias no canal do You Tube para consulta e para qualquer pessoa vir a assistir.

Agora iniciando o período das apresentações o IBAMA vai fazer uma pequena apresentação sobre o rito do licenciamento ambiental e para tanto eu chamo euchamo a minha colega Fernanda Bouth que vai fazer a sua apresentação, ela terá em torno de dez minutos para passar as informações.

Fernanda Bouth: Boa noite a todos, sejam muitos bem-vindos, é eu queria só esclarecer que o instituto Brasileiro de meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, ele é uma autarquia federal e ele é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e nós não somos aqueles que elaboram as políticas públicas, somos os executores dessas políticas, né, e a gente tem uma missão interessante que é proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental, assegurar sustentabilidade no uso dos recursos naturais, é por isso que a gente tá aqui hoje.

E o nosso órgão, ele tem uma presidência e ele é composto de cinco diretorias e a diretoria responsável pelo licenciamento é a DILIC, e essa DILIC ela tambémé composta dentro dela de três coordenações gerais e a nossa coordenação geral é a CEGETEF, e é essa CEGETEF é a nossa particular dessa equipe aquié essa, cadê? Opa.

Essa aqui gente olha, COMIP, a gente trata de empreendimentos de mineração e é por isso que nós estamos hoje aqui.

E o que que acontece, é essa, é importante vocês perceberem porque que a gente faz audiência pública. É muito importante a gente compreender que as audiências públicas são um espaço pras falas, é um espaço tanto pra comunidade, pras populações, para os empreendedores, para os consultores, pra eles exporem aquilo, as suas necessidades, as suas dúvidas e ela é super importante de ser realizada dentro do processo de licenciamento ambiental porque é um momento que a análise técnica pode ficar refinada, entende?

Então, o que que acontece, dentro do contexto do licenciamento ambiental o IBAMA ele precisa de avaliar os estudos ambientais que são elaborados né? Então para que esses estudos possam ser, essa audiência também, ela é garantida pela nossa constituição federal, né, ela é um direito do, das pessoas, é um direito do cidadão, dele se manifestar, seja a favor ou contra uma atividade,um empreendimento ou um projeto que está sendo realizado dentro do, da localidade que ele mora, certo? Então esse é um direito que todos tem, isso é importante, e o que que acontece, o que é legal disso. O que a gente gostaria que todo mundo entendesse é que existe um rito, uma legislação que normatiza todo esse procedimento do licenciamento ambiental, então o empreendedor eleentra, ele abre um processo dentro do IBAMA pra solicitar licenciamento ambiental daqueles empreendimentos que tem um potencial impacto, um

significativo impacto ambiental certo? O IBAMA elabora um termo de referência, o que que é esse termo de referência? É um, é um norte, é um guia do que que é que aquela empresa precisa estudar, precisa apresentar para que a gente avalie se esse empreendimento é viável ambientalmente, se ele faz uso dos recursos de forma sustentável né, qual é o nível de impacto desses empreendimentos, e aí a partir desse termo de referência que é elaborados é, essa empresa elabora então os estudos que é o EIA que é Estudo de Impacto Ambiental que vem acompanhado de um relatório o RIMA, e esse RIMA é um relatório sucinto, ele é um, é um relatório que ele retira do estudo que vai ser resumir todo o diagnóstico, então o EIA ele vai ter diagnóstico da situação, de como está o lugar, de toda a situação ambiental, socioeconômica daquele lugar, e do meio físico, é como se fosse uma fotografia e depois ele vai prognosticar, ele vai avaliar os impactos que vão acontecer, sejam eles positivos ou negativose depois vai dar um prognóstico, ou seja, ele vai mostrar o que que ele pode fazer pra diminuir os impactos certo? Ou potencializar os impactos positivos, então esse é o EIA, é o estudo que o IBAMA avalia, certo? Nesse caso em particular a gente vai avaliar a área ambiental e a CNEN ela vai cuidar da parte radiológica, já que esse empreendimento envolve um bem que o urânio, um bemda nação.

A partir dessa avaliação do Estudo de Impacto Ambiental o IBAMA então ele vai, se ele entender que houve viabilidade ambiental né, depois dos estudos, ele vai emitir a primeira licença ambiental que é a Licença Prévia, certo? A LP, isso se a gen, se os estudos e toda avaliação da equipe entender que aquela localidade foi aprovada, então a LP autoriza a localização da atividade, tá certo? E aí depois que caso tenha ocorrido esse entendimento de viabilidade, que a gente também pode entender que não é viável, então essa licença não é emitida e o processo para por aí, mas, se eles receberem a Licença Prévia, essa licença vem com uma série de condições e agora uma nova etapa se inicia, que é o detalhamentodos programas e dos projetos que vão ser desenvolvidos para que a obra né, que a instalação se inicie, então antes de iniciar a obra eles tem que fazer né, uns estudos, aprofundamento dos programas, de pequenos projetos, adequação dos projetos, porque nesse momento até então, toda a participação popular é importante e antes da emissão Licença Prévia as audiências públicas são essenciais, porque? Porque é o momento antes da, da equipe técnica do IBAMA terminar a análise técnica ela precisa ouvir as pessoas, ela vai ouvir as secretarias de meio ambiente dos municípios, vai ouvir outros órgãos intervenientes, então a gente vai ouvir a CNEN, a FUNAI, Aa FUNDAÇÃO PALMARES, a AGENCIA DE SAÚDE né, a gente vai envolver outros órgãos e a população também pode se manifestar, as ONGs, as Comunidades, a Sociedade em Geral, as Prefeituras né, os vereadores, o Ministério Público, todo mundo pode se manifestar, e todas essas manifestações se somam a avaliação do, da equipe técnica do IBAMA, todo é levado em consideração, então é muito importante que antes que a equipe finalize o seu parecer técnico para a emissão da primeira licença é importantíssimo que a gente ouça a população, é importantíssimo que as audiências públicas se façam.

E aí então se esse procedimento continua é, o IBAMA emite a segunda licença que a Licença de Instalação, só então a obra pode começar, então as obras se iniciam, também sob uma fiscalização, sobre uma monitoração, os programas

então se dão, dão início, porque eles vão ter que monitorar a situação antes de iniciar a obra e depois que a obra se dá, e depois que a, a instalação termina o IBAMA avaliando se tudo ocorreu bem ele emite a última licença que é a Licença de Operação, e essa licença de operação é, ela autoriza então que ele o, que o empreendimento possa funcionar bem.

E aí, aqui a gente só fez um, um marco temporal aí né, que esse processo atual iniciou dentro do IBAMA em dois mil e vinte, então o TR foi emitido em dois mil e vinte e um, e agora a gente tá no momento das audiências públicas, então a gente tá, a gente ainda não emitiu o parecer técnico para a emissão ainda da primeira licença, então a gente tá bem no começo.

E aí o que que, o que que é importante a gente entender pra esse empreendimento então, é o IBAMA né, entendeu que serão feitas três audiências públicas, aconteceu uma ontem em Santa Quitéria, essa de hoje e haverá uma amanhã em Canindé. E aí o que que é bem relevante vocês entenderem, toda, todo mundo tem até vinte dias depois desta audiência pra entregar perguntas, fazer questionamentos, encaminhar ao IBAMA suas questões, protocolar alguma coisa que entenda necessário pra que se some ao nosso parecer né, que é quando a gente vai fazer um parecer técnico, porque a gente avalia então a viabilidade ambiental da atividade e a localização dela. E assim aqui olha, a gente tem um endereço né de e-mail que vocês pode encaminhar ao IBAMA as questões né, que serão aquelas que não forem respondidas aqui, eventualmente vão ser respondidas também pela nossa equipe pra vocês, então por isso que é muito importante que vocês coloquem o contato de vocês nas perguntas e assim é, o IBAMA também ele pode solicitar estudos complementares se ele entender que os estudos que foram apresentados não foram suficientes certo? Porque quando a gente aprova a gente recebe um Estudo de Impacto Ambiental, a gente faz um procedimento que chama check list, a gente analisa apenas a forma, a gente não entra no mérito do estudo, no conteúdo dele, a gente avalia só se o, se o estudo foi apresentado com os tópicos que foram exigidos no Termo de Referência, então assim, nós pedimos lá X coisas, a gente avalia se todas aquelas coisas estão no formato né, os itens estão constantes, mas, a gente não avaliza esse estudo. Então essa é a fase de aceite, uma vez ele aceito, ele completou essa etapa, agora a gente parte pra análise do mérito, do estudo mesmo em si. Então é extremamente válido esse, esse momento né, é o momento aonde a gente tá analisando e muitos de vocês já fizeram algumas análises que vão contribuir também conosco, tá bom? E aí fica aí o recado pra vocês, que essa conclusão é, que são os próximos passos agora desse momento né, após as audiências públicas, o IBAMA então vai finalizar sua análise, vai emitir um parecer técnico conclusivo e vai encaminhar pra diretoria então pra decidir se defere ou indefere essa licença prévia, tá bom?

E aqui tá o nosso contato, estava agora mesmo o contato, aí tá o contato do IBAMA tá bom? A gente tá à disposição para os questionamentos e novamente reforço que vocês são muito bem vindos e que nós desejamos que esse momento também seja um momento de troca, que é um momento da fala da comunidade, dos empreendedores, da empresa de consultoria, todos aqui tem vez e tem voz, tá bom? Muito obrigada gente, bom trabalho a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Fernanda.

Ao público a gente sabe que é um bocado de informação, e se restou alguma dúvida sobre o rito do processo de licenciamento ambiental eu coloco a nossa equipe ao total dispor dos senhores pra ao longo da audiência pública tirar qualquer dúvida sobre o rito. Agora, uma vez que como a Fernanda havia esclarecido o licenciamento do PROJETO SANTA QUITÉRIA ele sofre um, um licenciamento duplo, um licenciamento ambiental por parte do IBAMA e um licenciamento nuclear por parte da CNEN e por isso a gente convidou pra tá integrando aqui a mesa e fazer uma apresentação o senhor Ricardo Guterres, que é o diretor de radioproteção e segurança nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear que vai fazer também uma pequena explanação sobre o licenciamento radiológico, o, o, licenciamento nuclear do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Ricardo, por favor a palavra é sua.

Ricardo Guterres – DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA – CNEN: Boa noite a todos é um prazer, é mais do que um dever estar aqui compartilhando dessa oportunidade de mostrar um pouco do trabalho da Comissão Nacional de Energia Nuclear no que tange o licenciamento nuclear da planta de Santa Quitéria.

Enquanto o IBAMA tem uma visão mais holística, mas ampla sobre os impactos que planta pode ter no meio ambiente o foco da Comissão Nacional de Energia Nuclear é o impacto na saúde do público, na saúde dos trabalhadores da instalação.

Bom, nós vamos então fazer uma breve apresentação. Então, a comissão ela é o órgão regulador da, do setor nuclear brasileiro, ela, como eu disse, está focada na questão da segurança e nós licenciamos cerca de trinta instalações, nós temos cerca de trinta instalações nucleares no país, incluindo as plantas de produção de energia nucleoelétrica de Angra dos Reis. Também licenciamos instalações que nós chamamos de instalações radioativas, instalações que utilizam fontes de radiação, instalações médicas que utilizam a radiação pra tratamento oncológico por exemplo, eu mesmo tive a oportunidade de estar aqui no estado do Ceará fiscalizando uma instalação de medicina nuclear no sul do estado, em Barbalha, então existem cerca de mil instalações médicas que utilizam fontes de radiação e também existem instalações industriais, laboratórios de universidades que utilizam fontes de radiação, essas também são licenciadas pela comissão.

Além disso nós temos cerca de trinta instalações minero-industriais, são minas que não prospectam urânio ou tório né, ou minério nuclear, mas, que prospectam outros minérios, mas, tem pequenas quantidades de urânio, tório associados, essas também são reguladas pela comissão.

Bom, essa atividade é uma atividade com um, um vínculo muito grande internacional tá, existem acordos de salvaguardas, acordos de não proliferação, acordos para o uso pacífico né, da, da energia nuclear que foram assinados pelopaís, existem é, convenções de segurança na área que, que normatizam por exemplo, os parâmetros de segurança na área no plano internacional, existem também convenções na área de resposta a emergência, códigos de conduta e atividades de cooperação técnica entre os países tá.

Essa atividade então ela tem um hub, ela tem um ponto de, de, de, dispersão dessa informação que é a Agência Internacional de Energia Atômica que tem a sede em Viena é uma Organização das Nações Unidas e que elabora uma série de, tem uma série de atividades, mas, entre elas elabora uma série de standards, de normas de segurança, que vão essas normas basear as nossasregulamentações.

Nós temos então cinquenta e oito normas de segurança cobrindo diversos aspectos de segurança né. O licenciamento de instalações nucleares, Controle, Proteção Radiológica, a parte de Minero-industrial, a parte de transporte é muitoimportante mencionar aqui que a parte de transporte também é regulada pela comissão, a parte de instalações radioativas, rejeitos e descomissionamento também é uma atividade que nós regulamos.

Então esse conjunto de normas estabelece milhares de requisitos de segurança que são verificados durante o processo de licenciamento como nós estamos vendo aqui, nós temos instrumentos pra exercer a nossa atividade, primeiramente o licenciamento é obrigatório, nenhum operador ele pode fazer uso de fontes de radiação sem que ele seja ap, sem que ele esteja licenciado pra isso, esse licenciamento não é cartorial, ele é um licenciamento que conta com uma etapa de verificação e avaliação, ou seja, não é que o requerente simplesmente apresenta um documento pra gente, um estudo pra gente e nós ficamos satisfeitos, não esse estudo avaliado em detalhe, é verificado, é checado, é questionado e a partir de uma veri, duma aprovação desse estudo é que são emitidos os atos regulatórios.
Também existe uma atividade de fiscalização, nós res, nós realizamos centenas de fiscalizações por ano nessas instalações que eu mostrei pra vocês, nós vamos nas instalações, nós levamos os nossos monitores, nós fazemos medidas pra assegurar o cumprimento do que tá estabelecido na nossa regulamentação. Além disso nós realizamos o que nós chamamos de coerção, ou seja, caso seja verificado que há um determinado desvio nós aplicamos então as medidas cautelares e agora, com a nova lei de criação da autoridade nacional de segurança nuclear, há previsão também de multas caso seja verificado um desvio do que está estabelecido na nossa regulamentação.

Bom o projeto de Santa Quitéria é um projeto particular, porque ele contempla dois tipos de instalação, uma instalação minero-industrial ligada a extração do fosfato e uma planta nuclear como nós podemos ver desse esquema, não, não vamos entrar aqui em detalhe, mas, uma planta nuclear onde é obtido oconcentrado de urânio.

Então, existem dois licenciamentos concorrendo, um licenciamento minero-industrial e um licenciamento nuclear da, da, da planta onde se obtém oconcentrado de urânio.

Da parte minero-industrial então nós temos uma regulamentação específica e estabe, que estabelece um rito de licenciamento né, pra as plantas minero- industriais e é, pode passar, esse licenciamento ele contempla uma etapa de classificação, os requisitos não são os mesmos pra todo tipo de instalação minero-industrial e posteriormente é feita também, pode passar, a, o licenciamento propriamente dito né, submetido a documentação propriamente dita para a obtenção da autorização relativa a planta minero-industrial né. Podepassar, e então nós temos aí descritos os documentos para o grupo, dos grupo que a princípio está classificado a planta minero-industrial de Santa Quitéria, são cobrados os seguintes documentos, o plano de proteção radiológica ocupacionalrelativo aos trabalhadores do, do sítio, o plano de monitoração radiológica ambiental, plano de gerência de rejeitos radioativos, e o plano preliminar de descomissionamento né.

Pode passar, bom o que que, em que estado nós estamos desse licenciamento minero-industrial? Então, foi proposto né, pela, pelo operador, pela INB uma interface né, um, uma definição da interface da entre os do, as dois, as duas instalações. Essa proposição foi avaliada, foi questionada, foram apresentadas pontos a serem corrigidos, modificados, adequados, mas, essa proposta finalmente foi aceita e foi submetido então um relatório de informações preliminares com vista à classificação da instalação como instalação do grupo dois, essa classificação é uma classificação precária né, que ela tem, pode ser verificada, pode ser revisada no futuro a partir do momento que de fato o materialfor sendo extraído, mas, a princípio ela foi aceita, então nós estamos indo pra efetiva apresentação da documentação relativa a autorização da instalação minero-industrial.

No que tange a instalação nuclear nós temos então um conjunto mais amplo denormas tá, aqui a gente cita as principais relativas ao licenciamento da, da, da planta e ao controle do material nuclear da instalação, mas, outras normas também são aplicadas aqui. Por favor, essa, esse processo de licenciamento é um processo um pouco mais complexo, ele basicamente contempla três etapas,a aprovação de um local, a licença de construção e a licença de operação, é um00:51:40 - falha no áudio. Também como no caso do IBAMA é um licenciamentofracionado né, e é interessante nós observarmos que nós estamos no início desse licenciamento, por favor, é no caso da, do, da aprovação de local é, o queque, o que que nós estamos olhando né, nós estamos olhando a influência do local na instalação e a influência da instalação, sob o ponto de vista radiológico,sob o ponto de vista de risco, da instalação no local, então são verificados questões relacionadas a geografia, demografia, a geologia, geotécnica, sismologia, se há algum problema em relação sismologia, hidrologia, riscos associados a hidrologia e ecologia.

Quando na segunda etapa né, nós teríamos então a, o, relatório preliminar de análise de segurança com vistas a obtenção da licença de construção, nesse caso né, nós estaríamos olhando os sistemas intrínsecos de segurança da

planta, os sistemas que estão associados a parte construtiva da planta né, e fazendo uma primeira revisão dos procedimentos operacionais que estão orientados para a segurança da operação da planta. Finalmente, no momento que é submetido o relatório final de análise de segurança com vistas à autorização de operação é feito uma avaliação então desse procedimentos operacionais além de, pode passar, além do plano de proteção radiológica, do plano de segurança física, é verificada que o sítio né, ele não pode sofre ali incursões não autorizadas, do plano de emergência, do sistema de gerência de qualidade, gerência de rejeitos, enfim, uma série de tópicos operacionais já no nível já de procedimentos de operação.

Bom em que estado nós estamos? Então foi recentemente foi submetido pra avaliação da CNEN o relatório de local com vistas à emissão então do primeiro ato tá, esse relatório está sendo avaliado pela comissão nesse momento e nós estamos entrando num processo de revisão e avaliação.

Eu termino aqui minha apresentação mostrando um pouco uma figura pra vocês que ilustra um fato tá, é um fato, o ser humano ele está exposto as radiações ionizantes. Ele está exposto por fontes naturais né, o urânio de Santa Quitéria éuma fonte natural, ele está lá né, nós temos outras fontes naturais, nós temos inclusive a presença de radionuclídeos em alimentos né, que nos expõe a pequenas doses de radiação, na banana por exemplo nós temos Potássio 40, que nos expõe a uma dose muito pequena, então assim, ao, ao ingerirmos determinados alimentos, ao estarmos expostos ao meio ambiente nós nos expomos a radiação ionizante e nós nos expomos a radiação ionizante tambémpor fontes artificiais né, por exemplo ao irmos fazer um Raio X, nós nos expomos as radiações ionizantes né, dentro dessa, dessa perspectiva, aqui eu não faço, isso não é uma comparação tá, o que eu tô simplesmente ilustrando é o licenciamento nuclear, o licenciamento minero-industrial ele exige que o operador apresente garantias de que as doses de radiação a que são submetidos o público e os trabalhadores estão numa, numa faixa ambiental, ouseja, elas correspondem a valores inferiores a um terço do limite para público a valores é, inferiores ou cerca de um décimo da dose de radiação que nós recebemos do meio ambiente e por exemplo inferiores a um vigésimo do, da dose de radiação que nós recebemos num exame de tomografia computadorizada é, e essas garantias tem que ser verificadas por nós, é, são fiscalizadas por nós e a partir da nossa atividade regulatória que nós asseguramos que essa prática licenciada ela de fato contribui com esse tipo devalor de dose, caso as garantias apresentadas pelo operador não sejam suficientes pra que nós atestemos esse, essa situação o licenciamento não é bem sucedido ele malogra tá. Então ele é uma condição, essa situação é uma condição pra o licenciamento seja bem sucedido, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Ricardo, bastante elucidativa a sua apresentação, eu sou um quevolta e meia fico com dúvida sobre o licenciamento nuclear e é sempre bacana a gente poder ver a ilustração, poder ver como funciona na, na, na prática, muitoobrigado.

Antes de passar a palavra para o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pra fazer a sua apresentação eu queria registrar a presença do senhor Sérgio Araújo, que éCoordenador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e trabalho do Estado do Ceará, registrar também a presença do senhor Expedito Parente Júnior, Diretor de Infraestrutura da Agência de desenvolvimento do Estado do Ceará e o senhor Gleisson Feitosa vereador de Canindé.

É, passando agora para as próximas apresentações, eu vou chamar o, o RogérioCarvalho que é diretor de Recursos Naturais da INB e o Raphael Turri que é o gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Galvani, e eu abro um parêntese aqui pra elucidar para todos os senhores que o, a INB junto com a Galvani eles formam um consórcio que é o consórcio que tá aí na tela o nome, CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA, mas, perante o IBAMA o processo de licenciamento ambiental ele está vinculado integralmente somente a empresa INB, então todo o processo de licenciamento ambiental corrente no IBAMA ele é, perante o IBAMA, da INB, embora pra divulgação do trabalho, pra representação da empresa ela é identificada como CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA.

Então eu passo a palavra primeiro pro Rogério depois pro Raphael, eles vão tero tempo de vinte minutos pra fazer a apresentação do projeto para todos vocês.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: Muito boa noite a todos, meu nome é Rogério Mendes Carvalho, sou diretor de recursos minerais da Indústrias Nucleares do Brasil, INB, e representante, um dos representantes legais do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA. Pediria a mesa então pra iniciar com um pequeno vídeo pra apresentação e demonstração de todos.

APRESENTAÇÃO DO VÍDEO.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: Dando continuidade, retomando a apresentação. Por que estamos e reunidos hoje? E que momento é esse, dessa Audiência Pública? É um momento em quenós queremos falar, nós queremos apresentar o PROJETO pra todos vocês e éum momento também que nós queremos ouvir, ter os esclarecimentos, ter as dúvidas, ter os comentários, esse é o propósito.

Quais são os princípios do PROJETO? E quais são os princípios do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA? Queremos trabalhar com integridade, integridade não significa simplesmente honestidade, vai muito além disso, significa ética, compromisso, tranquilidade, companheirismo, amizade, desenvolver realmente um PROJETO junto, inovação.

O mundo está mudando a cada momento, então precisamos entender que os nossos postos de trabalho estão mudando de uma forma contínua e queremos

implementar uma cultura vencedora e também um espírito de empreendedorismo.

Envolvimento é isso que nós estamos hoje vivenciando aqui, um momento de conversar sobre emprego, de tratar com a sociedade e tratar com o Poder Público. Então queremos fazer uma construção coletiva e participativa do PROJETO, ter um PROJETO economicamente próspero, um PROJETO socialmente justo, um PROJETO ambientalmente sustentável e por fim, um PROJETO culturalmente diverso.

Onde está localizada a jazida de Santa Quitéria? A jazida de Itataia?É uma jazida brasileira, uma jazida que está no estado do Ceará, no município de Santa Quitéria.

Esse slide, essa transparência, essa imagem mostram de um lado o direito minerário e os limites da fazenda e do lado direito a gente pode visualizar a áreado empreendimento e a área ocupada em relação à fazenda Itataia. O que é importante ser dito é que o empreendimento, a área industrial ocupa nove por cento da fazenda Itataia somente e zero vírgula, zero quatro por cento da soma da área dos quatro municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena.

Quais são os produtos que vão ser gerados? Três produtos, fertilizantes fosfatados, fosfato bicalcico para ração animal e concentrado de urânio. O queé importante ser dito novamente. É que os produtos fosfatados vão ser gerados livre de urânio e que correspondem a noventa e nove, vírgula oito por cento da massa de produtos gerados. E o concentrado de urânio? Representa somente zero vírgula dois por cento dos produtos, duas mil e trezentas toneladas de concentrado por ano.

Em termo de logística esse é um proje, um PROJETO de uma ampla logística de distribuição que envolve as regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com uma utilização intensiva de fretes retorno, que significa que os produtos vão e voltam utilizando as mesmas rotas, os fertilizantes e os insumos na sua grandemaioria.

Próximo, por favor. E quais são os benefícios em termo de resultados? Vão ser investidos dois ponto três bilhões de reais pra construção, pra implementação do PROJETO, em termos de melhorias da balança comercial, em termos de diferenças entre importações e exportações vão ser gerados positivamente mais de três bilhões de reais, vinte e cinco por cento das demandas atuais de fosfato, de fertilizante de fosfato bicalcico que vão ser supridas por PROJETO, vinte e cinco por cento na área de fertilizantes e cinquenta por cento na área do fosfato bicalcico, mais de três vezes a demanda futura de concentrado de urânio para aalimentação de ANGRA I, ANGRA II e ANGRA III. Vão ser gerados dois mil e oitocentos empregos diretos e cinco mil seiscentos empregos indiretos durante a fase de obras e também durante a operação, quinhentos e trinta oito empregosdiretos e dois mil e trezentos empregos indiretos.

Em termos de benefícios socioeconômicos, Santa Quitéria e toda região se beneficia, se beneficia em termos de massa salarial e vocês podem visualizar no

gráfico, vários milhões de reais sendo gerados tanto em Santa Quitéria quanto na região como um todo o que envolve todos os municípios ao redor do PROJETO. Uma arrecadação total que também vai ser crescente em Santa Quitéria e nas, e nas outras cidades incluindo Lagoa do mato, Itatira, Canindé eMadalena e o PIB que é a geração de riqueza, que é a soma dos bens e serviços,cresce em toda a região.

Santa Quitéria aumenta o PIB de zero vírgula cinco bilhões para quatro vírgula nove bilhões de reais e na região como um todo que é muito importante que causa um impacto para todos vocês que estão aqui nos ouvindo, o PIB cresce de um vírgula oito bilhões para seis vírgula quatro bilhões, o que significa um aumento de três vírgula seis vezes.
Fica então uma mensagem, é um PROJETO construtivo, que nós queremos desenvolver uma nova era na produção conjunta de fosfato e urânio valorizandoas riquezas da terra.
Eu passo então a palavra para o Raphael.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Boa noite! Sou Raphael, gerente de meio ambiente, saúde e segurança da GALVANI, antes de começar a apresentação a gente vai passar um vídeo sobre o PEOJETO e o processo do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

TRANSMISSÃO DE VÍDEO.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Então pessoal a gente traz aqui uma informação importante, é justamente a comparação entre o PROJETO que foi apresentado em dois mil e quatorze do lado esquerdo da figura e o PROJETO que encontra-se em análise pelo IBAMA e pela CNEN.

A primeira evolução do PROJETO, melhorias tecnológicas que aconteceram foi justamente a substituição do processo de beneficiamento mineral a úmido pela seca, esse processo ele permitiu uma redução no consumo d'água da ordem dedezessete por cento. Um outro ponto importante também foi na gestão de riscos, então eliminou a necessidade da implantação da barragem de rejeitos, também o material que ia para barragem de rejeitos hoje ele seria compactado na pilha de fosfogessical e também devido a uma mudança no processo o fosfogesso produzido ele traz uma compactação e uma segurança maior para essa estrutura, vocês podem verificar que a área em amarelo continua sendo a mesma do PROJETO anterior e do novo PROJETO. Também houve uma redução importante no, ocupação da área e também na supressão vegetal, issoreduz os impactos ambientais no meio ambiente, na fauna e na flora.

Tudo isso demanda investimento, é um investimento mais alto e como consequência dessa tecnologia a gente tem uma produção maior, a gente consegue extrair mais fosfato, mais urânio da mesma jazida que antes era perdida na barragem, né.

E por fim, o PROJETO também traz uma, um requisito importante de sustentabilidade, que a geração própria de energia. Hoje nós conseguimos ser noventa por cento autossuficiente na produção de energia. Um destaque importante do nosso PROJETO é a parceria com o Governo do Estado do Ceará, o Governo do Ceará ele tem essa prática com projetos que trazem um desenvolvimento em termos regionais e que é o caso do PROJETO SANTA QUITÉRIA. Então nesse caso o PROJETO SANTA QUITÉRIA vai receber uma estrutu, uma infraestrutura do governo, primeiro a adutora de água que vai ser uma obra feita desde o açude Edson Queiroz até o PROJETO e no caminho ela também vai abastecer três comunidades, né, os assentamentos de Morrinhos, Queimadas e o distrito de Riacho das Pedras, tem também o acesso rodoviário, o acesso rodoviário definido pelo Estado pro transporte de cargas vem desde a BR 020, entra no trevo de Macaoca, segue pela CE 366 que hoje já é pavimentada, faz o contorno aqui em Lagoa do Mato e segue os dezessete quilômetros até a fazenda, todo esse trajeto vai ter um leito compatível com o daBR, significam vias largas com acostamento e um asfalto reforçado. Também vai ser feito uma nova linha de transmissão desde a subestação de Santa Quitéria até o PROJETO. E dois aspectos muito importantes, o primeiro relacionado à educação e capacitação da mão de obra e o outro relacionado a urbanização e melhoria dos serviços públicos. Então esses são compromissos do Governo do Ceará associados ao desenvolvimento do PROJETO.

A questão da disponibilidade hídrica, ela é confirmada e atestada pela SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS e pela COGERH que no seu
planejamento de longo prazo apresenta um plano que atende o crescimento do consumo humano, o crescimento do consumo da irrigação de outros usos e também o industrial.

Nossa parte, o que nós fizemos na evolução do PROJETO, foi conseguir reduzir o consumo d'água, aumentar a produtividade, produzir mais com menos água eaumentar a nossa produção, essa eficiência que a gente traz z e que a gente não cansa de buscar mais até o detalhamento do PROJETO que vai serapresentado mais adiante.

Trazendo um pouco do que a CNEN apresentou, todo contorno rosa é justamente a delimitação da instalação minero-industrial e vocês podem ver pelo desenho que a instalação de urânio aonde existe a concentração do urânio é uma área muito pequena desse PROJETO e é justamente aonde a gente tem além de todos os controles de saúde e segurança que são práticas, né, da atividade mineração e industrial, a gente tem também controles adicionaisrelacionados a essa atividade que são regulados pela CNEN e nós temos também um , com, um programa muito amplo de monitoração ambiental que começa a ser feito nesse mês de junho, esse programa ele tem pontos imediatamente na, no muro do PROJETO, na borda do PROJETO, na fazenda Itataia, nas comunidade e na bacia hidrográfica.

Como já foi falado nós estamos na fase de licenciamento ambiental prévio depoisde toda etapa como a equipe do IBAMA apresentou, de licenciamento ambientalprévio e depois da obtenção da licença de instalação, nós poderíamos começar

as obras, esse período de obras planejado levaria dois anos, o período de operação mais vinte anos e por fim, o período de fechamento, descomissionamento mais sete anos. É importante que a atividade ela começa a ser recuperada, ela começa a ser descomissionada ao longo da operação, esses sete anos seriam só pro fechamento final da operação.

Uma parte mais importante de todo esse processo, é o diálogo, nós estamos dialogando e conversando com a comunidade já há muitos anos. Esse PROJETO ele é novo, não é de hoje, ele já tem aí quarenta anos, né, desde oúltimo processo apresentado em dois mil e quatorze até agora nós sempre mantivemos o contato com as comunidades daqui do entorno, nós ao longo desse ano reforçamos essa comunicação, atingimos muitas pessoas e a gente continua aqui aberto nesse momento de diálogo e conversa pra ouvir a comunidade e para sempre melhorar o PROJETO, é nessa conversa que a gente vai conseguir implantar esse empreendimento e trazer todos os benefícios e impactos positivos esperados.

Então pessoal eu agradeço, agradeço a oportunidade que vocês dão de a gentevir aqui à casa de vocês conversar sobre o PROJETO e antes deu passar para consultoria ambiental eu vou transmitir mais um vídeo sobre o PROJETO. Obrigado.

TRANSMISSÃO DE VÍDEO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradeço a apresentação do Rogério e do Raphael e agradeço o esforço da empresa em cumprir o horário, o tempo estabelecido para apresentação do PROJETO, eu sei que a gente termina correndo um pouco com apresentação, mas depois a gente ganha mais tempo para o debate e qualquer dúvida que tenha ficado ao longo do, da discussão a gente pode voltar a abordar.
Agora eu queria passar a palavra para a Cláudia e pro Ricardo que vão fazer a apresentação do EIA/RIMA propriamente dito, do estudo ambiental que foi desenvolvido pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA, os dois fazem parte da consultoria TETRA MAIS.
Cláudia a palavra é sua.

Maria Cláudia Paley – TETRA MAIS: Alô, agora sim. Boa noite, meu nome é Maria Cláudia Paley, eu sou a responsável técnica pelo Estudo de Impacto Ambiental e estou aqui representando a TETRA MAIS CONSULTORIA, que foi a consultoria que elaborou esse estudo, é esse estudo ele foi elaborado envolvendo mais de cinquenta profissionais especializados em suas áreas de conhecimento, profissionais que pertencem, que são originários de vários estados brasileiros incluindo aqui na região. Então eu começo com esta introdução e depois passo a palavra pro Ricardo.

O Estudo de Impacto Ambiental como já foi falado pelo IBAMA, ele é uma base importante e ele tem o conteúdo das análises técnicas pra dar base pra obtenção

da licença prévia que a primeira etapa do licenciamento ambiental e ele trata de analisar o empreendimento, o empreendimento é o PROJETO SANTA QUITÉRIA que vocês acabaram de conhecer e que é um PROJETO de mineração que tem por objetivo é fornecer produtos para agricultura e pecuária que são os fertilizantes e o produto pra ração animal que hoje são importados e que vão se destinar principalmente a região Nordeste e Norte do país, além da produção do urânio pra geração de energia. Ele tem uma importância pro Estado do Ceará para a região porque ao chegar ele atrai investimentos em infraestrutura, como é o caso da adutora e das estradas e também tem uma importância para os municípios porque vai contribuir pro desenvolvimento local e quando associado as ações e medidas previstas no Estudo de Impacto Ambiental se garante que esse desenvolvimento se dá em base sustentável.

O RIMA é relatório que traz as principais conclusões do EIA e tá disponível em linguagem acessível para vocês conhecerem um pouco mais sobre o PROJETO em qualquer momento e estamos aqui na Audiência Pública para fornecer esclarecimentos e ouvir contribuições e sugestões.

A o que é o Estudo de Impacto Ambiental? Aqui é importante a gente entender do que ele se trata, é um documento com dez mil páginas que trata em primeiro momento de entender o PROJETO SANTA QUITÉRIA, entender quais os elementos desse PROJETO que são capazes de provocar impactos ambientaispra então sugerir mudanças dar contribuições pro aperfeiçoamento desse PROJETO, isso foi feito ao longo desse ano, desse último ano de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental sabendo que o PROJETO já tinha passado por outas modificações. Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental indica o sistemae as medidas de controle ambiental necessárias para reduzir impactos ambientais que não puderam ser evitados.

E por que tantos especialistas envolvidos? Porque cada especialista vai entender cada componente do ambiente natural e do ambiente socioeconômico pra prever e analisar quais os impactos que podem, que podem ser desencadeados em cada fase do PROJETO, na fase de planejamento, na fase de implantação, na fase de operação e até do encerramento. Pra poder propor em que medida e de que maneira esses impactos estarão sob controle. Eles podem ser reduzidos ao mínimo, eles podem ser monitorados para verificação da sua intensidade e eles podem ser ainda compensados ou desencadear um plano de recuperação ambiental.

Dessa maneira é montado um Estudo de Impacto Ambiental olhando pros os impactos negativos com esse enfoque e também olhando pros impactos positivos que são a razão do empreendimento ser realizado. Então esses impactos positivos também contam com medidas para que eles possam trazer os benefícios o máximo possível para o desenvolvimento local. E assim também o Estudo de Impacto Ambiental foi feito e com esse conjunto de medidas é então estabelecido um compromisso que está gora apresentado para o IBAMA, que compreende o compromisso do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pararealização desse PROJETO.

Dessa maneira se concluí com esse conjunto de compromissos perla viabilidadeambiental do empreendimento. E agora esse empreendimento é submetido junto com essas ações medidas e trinta e cinco programas socioambientais a Audiência Pública.

Por fim acho que já foi falado do processo de licenciamento ambiental, portantoessa é a primeira fase e o que eu quero destacar aqui é que esses programas, essas medidas ainda não estão completamente detalhados. Eles são uma primeira fase, que é a fa, que é o que compreende a licença prévia e após recolhimento de contribuições e ainda pedidos adicionais que podem ser feitos pelo IBAMA, que são chamadas condicionantes ambientais ou essas condiçõesadicionais, é detalhado o plano básico ambiental que vai conter esse compromisso em detalhes, assim como, na próxima etapa o PROJETO é detalhado e aí então se estabelece antes da instalação a realização desse PBA,o que que é isso? A realização do PBA envolve a contratação, estabelecimento de uma equipe responsável pela sua execução que vai tratar de fiscalizar, acompanhar e realizar esse conjunto de medidas e que tem por obrigação relatartudo que vem sendo realizado ao IBAMA de modo a dar base para fiscalização,ou seja, o IBAMA continua acompanhado o processo ao longo de toda a sua vida.

Então isso envolve também monitoramento dos impactos e as ações de recuperação e compensação ambiental.

Eu concluo então a minha fala explicando esse, esse final do processo e as próximas etapas do PBA e passo para o Ricardo que vai apresentar sobre o EIA,Estudo de Impacto Ambiental. Muito obrigada.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Bom pessoal, boa noite, meu nome é Ricardo Lieutaud, sou gerente de projeto da TETRA MAIS, hoje eu tô aqui representando toda a equipe técnica que participou, uma parte está aqui com a gente hoje e qual que é a primeira etapa desse estudo? É quando a gente, a equipe técnica envolvida no EIA/RIMA recebe do, do, da engenharia, do empreendedor o projeto e aí ele começa a entender o que vai ser esse projeto, qual, o que que vai ser produzido, como que vai ser exploradoesse minério, quais as estruturas e aonde que elas vão ser instaladas na fazendaItataia, nesse caso.

E também aí esse projeto estabelecido, ele feito uma comparação, ele é comparado com outras alternativas pra que isso? Pra ver justamente qual o menor impacto possível no meio ambiente, no território, dessa forma essa planta já foi apresentada, né, um empreendedor já comentou e vocês vão ver esse desenho aí ao longo da apresentação é o projeto, é o PROJETO SANTA QUITÉRIA, é o layout dele.

E para que que a gente precisa disso? Em cima desse, desse desenho a gente define a área de estudo, que a gente chama da área de influência, essa área deinfluência pro meio físico e biótico é que são os rios, as águas, o ar, a vegetação, a fauna, no caso do PROJETO SANTA QUITÉRIA a área de influência indireta,

que aonde a gente prevê o menor impacto ou um menor, ou os impactos com menor incidência no ambiente, tá representado pra essa, essa cor rosa aqui do mapa, ela é composta aí por parte da bacia do rio Groaíras, né, ele ela incorporaa AID que é a área de influência direta do empreendimento. E o que que isso significa? A influência direta é onde a gente tem a previsão dos impactos mais fortes mais incisivos dentro do, do ambiente. Esses impactos pra área de influência indireta, foi considerado a sub bacia do Rio Cunha Moti né, e em cimadesse, desta, desse desenho foi desenvolvido o plano de amostragem que eu vou comentar um pouco mais pra frente.

Sobre o meio socioeconômico que é a, o estudo né, é o componen, é a área quea gente estuda, não só os municípios a parte do, da dinâmica da população, de como as comunidades pro, pro, pra área de influência direta foi considerado os municípios de Santa Quitéria, Itatira, hoje aqui, aqui, e de influência indireta os municípios de Canindé e Madalena.

Então pra que que é importante essas áreas? É aí que a gente vai definir o, a amostragem, aonde a gente vai fazer os estudos propriamente dito.

Então pro meio físico agente começou, foi, foram levantados diversos temas e pra cada tema a gente segue normas como o IBAMA já consi, apresentou aqui, são normas e leis que regem todo, todo os parâmetros que devem ser seguidos, pra qualidade do ar por exemplo é quando a gente, a gente faz uma variação em cima dos parâmetros já estabelecidos pra verificar qual o nível de, da atual da, do ar né, dos parâmetros estabelecidos pela legislação e essa legislação define o nível aceitável pra, pra saúde humana, até quando, qual a taxa pode fitar na, caracterizado aí no, no ambiente pra ter, que causa algum dano sobre apopulação de forma geral.

Os resultados dessa amostragem apresentam os níveis dentro dos parâmetros exigidos, dentro da legislação atendendo. De forma também pra verificar o que que pode acontecer né, quais os possíveis impactos do empreendimento foram feitos alguns estudos aí de modelagem atmosférica, é quando a gente pega esses parâmetros estudados que eu comentei, considera o projeto e as medidas de controle e projeta o futuro né, pra entender o projeto operando se vai ter alguma alteração significativa que possa ter algum impacto direto na saúde da população, principalmente das comunidades do entorno. Esse estudo também éapresentado no EIA, tá detalhado e também apresenta que não haverá impactodireto ou indireto sobre a população de entorno da mina quanto a qualidade do ar.

O mesmo a gente pode considerar pra ruídos e vibrações né, então, uma malhaampla e entorno de todo o, dos principais receptores né, que são a população, as comunidades, os projetos de assentamento no entorno do PROJETO SANTAQUITÉRIA, foram feitos os levantamentos, feito também uma projeção considerando a operação né, e também os níveis que continuam dentro do normal do que já foi registrado hoje.
E então considerando esses dois itens que eu apresentei agora a gente chega aí com alguns impactos que foram identificados e que podem ocorrer no empreendimento, e pra cada impacto desse existem os programas que eu tô

apresentando ali**,** e importante dizer que esses programas eles tem como objetivo não só minimizar, mas, também controlar ou monitorar esses, esses possíveis impactos. E essas, e as medidas de controle que esses programas apresentam também são muito importantes, é nisso que a gente vai conseguir ter o acompanhamento, ter o, o, a segurança do que a gente tá apresentando que não causará o impacto, então aqui a gente apresenta dois modelos que é o filtro que isso daí é um mecanismo incorporado nas chaminés pra assegurar a qualidade do que vai ser emitido e também, os caminhões com a água que, quevão ser, que vai ser coletada dentro do projeto pra que possa umedecer, umidificar o material e evitar poeira ou o material particulado em suspensão.

Quanto o solo da região, o projeto, a Fazenda Itataia ela tá numa região que todomundo conhece bem prote, protegida naturalmente, aqui eu tô apontando ao norte que tem a Serra do Céu, ao lesta aqui a Serra das Laranjeiras, Serra do Quati, isso oferece uma proteção natural ao, ao projeto como um todo, e com isso os impactos e a avaliação feita dentro desse componente do solo, eles vãoagir de forma local, dentro da Fazenda Itataia, não há previsão de qualquer impacto sobre o solo, seja na questão aí de alteração da qualidade ou qualquermovimentação de solo pra fora da Fazenda Itataia e ainda assim são propostos diversos programas de compensação, de com, é, de recuperação em eventuaisutilização do solo durante a fase de obre. Tem o monitoramento da qualidade do ar que é um tema importa, da qualidade do solo, que é importante pra verificar asituação atual e acompanhar isso daí ao longo de todas as fases do projeto.

Quanto aos recursos hídricos aqui da, do projeto, o estudo fez um levantamentotanto da qualidade como dos principais cursos d'água da região. São rios intermitentes que isso, o que que isso quer dizer? Durante a época de chuva eles correm e na, na, nas, na, seguindo, seguindo essa linha né, pro, em direçãoaqui a parte do Rio Groaíras e uma, um ponto importante que, que vale destacar é que o projeto ele não afeta a drenagem da região, ele tá incorporado as demaiscabeceiras aqui elas vão ser mantidas e elas seguem fazendo com que toda a drenagem corra ali pro baixo Acaraú. O mesmo, o...

INTERROMPIDO POR MANIFESTAÇÃO POPULAR – Gritos ao longe sem captação clara do áudio.

O mesmo ocorre pra água subterrânea, o fluxo será mantido, não há previsão deimpactos sobre esses componentes. Como impacto ambiental ainda a gente tá propondo um monitoramento, como o empreendedor comentou agora cedo, há pontos específicos em todo redor ali do, da Fazenda Itataia pra ser monitorado, tanta o, os cursos d'água, as águas superficiais e a água subterrânea em caso, caso necessário. Pro, o estudo considerou também uma avaliação aqui do, dascavernas né, das cavidades locais foram identificadas cento e vinte cavida, centoe vinte e quatro cavidades ao total, o projeto tem a previsão aí de suprimir cincodelas, sendo que uma de, de média relevância e quatro de baixa relevância.

E aqui eu queria destacar um ponto importante, como o projeto de engenharia e o diagnóstico ambiental eles devem se conversar pra visar aí o menor impacto, inicialmente essa estrutura da pilha de estéril que já foi apresentada aqui

anteriormente, ela tinha esse com, essa com, essa forma reta né, durante as atividades de campo, durante os levantamentos da equipe especializada foram identificada algumas, as cavidades, esses pontos amarelos né, são as cavernase foram identificados e definido a área de influência dessas cavidades, dessas cavernas, isso quer dizer aon, qual a área que deve ser mantida pra manter a integridade física dessas cavernas.

A equipe técnica e a engenharia discutiram, chegaram cada um colocou seu ponto, demonstrou a importância da manutenção, depois então realizado esse contorno do, pra se, salvaguardar essas cavidades, pra manter e conseguir afetar, não afetar essas também. Ainda assim considerando aí todo o fluxo e o número alto de cavernas na região é considerado aí um comprometimento do patrimônio, são progra, tem diversos programas que vão ser realizados incluindo aí a gestão desse patrimônio espeleológico né, da cavidade.

E sobre o meio biótico, o meio biótico eu não comentei, mas, é a vegetação, é a fauna, são os animais aqui que todos nós admiramos né, a região é composta éde caatinga né, e a predominância né, a formação vegetal mais característica da região é a arbustiva que demostrada nessa foto de cima lá do lado esquerdo, com espécies de menor porte, com mais espaçadas e representada no mapa desse, nessa cor verde mais clara, o verde mais escuro é a vegetação florestada né, a savana florestada, ela também tem um porte maior, árvores mais próximas e eu queria destacar essa parte mais laranja do mapa, essa é a parte antrópica, é aonde a população né, a, a, os, os assentamentos, toda, toda a população realiza seu uso de forma mais incisiva né, seja pra plantação, criação, e ela segue também se observar essa linha azul são os rios, e ela segue também essefluxo.

Quanto aos impactos na vegetação, há uma perda da, há uma redução da cobertura vegetal, há perda né, de habitat, e uma possível alteração de biodiversidade e pra isso são propostos os programas não só de monitoramento, mas também o de controle das obras, o programa de recuperação da área de, de, degradada, existe re, um programa específico de resgate de material vegetalque inclui não só sementes, mas, também mudas, a serapilheira né, é o materialque fica no solo pra poder manter o banco de sementes da vegetação dali da Fazenda Itataia.

Já a fauna da região é uma fauna rica, típica de caatinga com mais de trezentasespécies aí identificadas no estudo entre não só as aves, os mamíferos, mas, também os insetos que foram estudados, a área amostral, os levantamentos, os estudos feitos abrangeram uma ampla área pra justamente te o maior potencial, o maior conhecimento da, da fauna da, da região, foram utilizados métodos que evita e garante o menor estresse a todos os animais, esses levantamentos foram feitos de acordo com as autorizações emitidas né, antes do, do trabalho de campo a empresa submete ao IBAMA pra avaliação do IBAMA um plano que subsidia a autorização de manejo de fauna né, e o mesmo pra fauna aquática, que foram feito aí os estudos não só dos peixes da região, mas, também dos microrganismos lá, das algas, do, da, da dos, dos planctos né, dos microrganismos aí da regi, da, do entorno aí, dos cursos d'água.

Então como o impacto aí sobre a fauna da região tanto aquática como a terrestre há a possibilidade de alguma, de perda de alguns indivíduos principalmente durante a fase de obras né, haverá uma movimentação de caminhão mais, maior. A perturbação de fauna também pela questão do, do aumento de barulho, de ruídos ali da região, seja pela obra em si ou pelo tráfego de, de veículos, a perda de habitat aquático pela, pela configuração da, dos cursos d'água dali da, da Fazenda Itataia e pra isso são propostos os programas, os programas eles envolvem não só o monitoramento, mas, também o resgate, é assegurar que qualquer problema, qualquer animal que, que porventura tenham uma capacidade de desenvol, de deslocamento menor ele possa ser resgatado ne, capturado e transferido ali pra uma área segura e sem a interferência das obras. Então, não só isso, também a questão por exemplo, os ninhos, caso sejam encontrados, se houver, se algum animal ferido for identificado ele também é resgatado, encaminhado pruma clínica veterinária, vai se, vai ser acompanhadopra ter, assegurar toda a salvaguarda.

Quanto as unidades de conservação o projeto não prev, o projeto não prevê impacto em nenhuma dessas unidades, tanto as unidades como os parques federais, estaduais, municipais ou reserva, ou em reservas legais de outras, tanto da Fazenda Itataia ou qualquer outra no entorno.

Pela legislação atual projetos desse, desse porte de significativo impacto ambiental como foi comentado pelo IBAMA na apresentação ele tem o compromisso de compensação ambiental, esse é um valor que é destinado a gestão e a criação de unidades de conservação então, pro PROJETO SANTA QUITÉRIA foi feito um cálculo que ainda será avaliado, esse valor ainda tá entorno de dez milhões e oitocentos mil reais.

Já o meio socioeconômico que é a parte aqui do, do, da população como um todo, do, das cidades, das comunidades. Os municípios, tanto Canindé e Madalena como Santa Quitéria e Itatira, apresentam bons índices de, da educação, essa é a notícia boa né, ela, eles tem uma aprovação, uma nota, segundo o IDEP boa, apesar que ao, que o, o, a escolaridade da população adulta acaba sendo baixa.

Já o saneamento, o abastecimento da água em Canindé é principalmente ali pelo açude Souza, já Madalena por poços, e Santa Quitéria e Itatira já possuem o plano de saneamento municipal né, então há uma e eu queria aqui chamar a atenção pro programa de, o memorando de entendimento com o estado, há uma previsão aí de benfeitorias de desenvolvimento, principalmente em serviços públicos e esse é um dos programas ambientais previstos nesse tema, no meio socioeconômico de articulação interinstitucional que pode ai também ter uma interface com o governo junto com esse memorando.

A saúde dos quatro municípios segue aí o padrão, da, da, do estado do Ceará né, a, existe aí né, a questão dos leitos associados dependentes do SUS, os índices tão dentro da normalidade e o estudo dentro identificou aqui vinte e sete projetos de assentamentos rurais aqui tanto do município de Santa Quitéria como de Itatira, sendo vinte e três em Itatira e quatro, é, desculpa, vinte e três em SantaQuitéria e quatro em Itatira.

A produção né, o desenvolvimento a agricu, agropecuária é muito forte nesses é, nos dois municípios aqui estudados, tanto a produção de feijão e milho, como a criação de caprinos e bovinos, isso explica esse alto número de associações comunitárias, em Santa Quitéria são mais de noventa e em Itatira oitenta e nove, as principais aí ligadas a agropecuária local.

Sobre os impactos, as obras né, durante toda a fase aí de, de obras ou operação há uma previ, uma previsão aí de uma, de um aumento de população né, e isso pode ocasionar uma procura maior por habitação, então pode ocorrer um fluxo, um, um aumento de custos sobre possíveis aluguéis, também há uma, há uma previsão de um fluxo maior de veículos então pode ter uma sobrecarga, alguns ato, é possível que ocorra atropelamentos, acidentes com animais de criação e pra isso há também o compromisso do consórcio em priorizar a contratação da mão de obra local, justamente pra minimizar essa atração, esse aumento de população, é, o monitoramento não só da fauna silvestre que eu comentei, mas, também dessa fauna atropelada pra também verificar quais as possíveis medidas de controle e mitigação.

A comunicação social, esse é um programa interessante que é quando o empreendedor conversa com a população e a população conversa com o empreendedor, seja com críticas, elogios, dúvidas muitas vezes, então é um projeto importante pra, pra esse desenvolvimento, pra esse bom relacionamento tanto da, do empreendedor, como da população. E os impactos positivos que são previstos aí pro meio socioeconômico. Há uma previsão de aumento da, da atividade econômica e da renda da população né, foi comentado aqui na apresentação do empreendedor a geração de empregos, da massa salarial, o aumento da oportunidade de negócios locais, isso é importante dizer porque não só o, o número de empregos direto né, o, o número de pessoas que vão trabalhar ali na Fazenda Itataia durante as obras ou operação, é tudo que um projeto desse porte desenvolve no arredor, então não é somente só, a gente tem a questão de borracharia, de posto de gasolina, de restaurante, então tem uma série de serviços associados que vão, que vã, tendem a se desenvolver junto com o empreendimento.

E aí também, o aumento do emprego e da renda, o maior dinheiro circulando nos municípios e das receitas municipais, e como isso daqui, é, quais os pontos pra desenvolver e otimizar e cada vez poder potencializar esses impactos positivos? Tem o programa de comunicação social que eu comentei agora há pouco, mas, também a mão de obra, a gestão da mão de obra local que tem previsão de capacitação dos profissionais dentro do, não só, do, do, canteiro, mas, também para o trabalho é, o programa também de, de monitoramento de infraestruturas de serviços públicos, aonde isso daí acompanhou os índices e as ocorrências do estado, do, dos municípios pra poder desenvolver junto com o estado do Ceará.

Quanto as comunidades tradicionais o estudo segui o rito estabelecido pela legislação, os órgãos, tanto o INCRA como a FUNAI foram consultados, eles manifestaram dentro do processo junto ao IBAMA e, o estudo não identificou impacto direto em nenhuma das comunidades tradicionais, nem em terra indígena, nem quilombola. A terra indígena homologada mais próxima fica a mais

de cem quilômetros do empreendimento, sendo que a, os quilombos mais próximos ficam a mais de cinquenta quilômetros.

Bom eu falei um pouco sobre cada impacto né, em cada componente aqui eu apresento um resumo disso, pro meio físico das três, de todas as fases do empreendimento são considerados vinte e sete impactos dentro do, não só os impactos, quando eu falo impactos são tanto os positivos como os negativos, são vinte e sete que eles se repetem em algumas fases, pro meio biótico são dez impactos e pro meio socioeconômico vinte e um nas diferentes fases do empreendimento.

O EIA considera oito programas de relacionamento que é um pouco dessa comunicação social, educação ambiental ou os plan, o plano interinstitucional, vinte e três programas de monitoramento e controle, dois programas de mitigação, que é quando a, dimi, a, visa a diminuição do, dos impactos e dois programas de compensação, um aquele de dez milhões que eu comentei mais cedo, de compensação ambiental e outro de plantio compensatório pela supressão vegetal.

Então por fim esse EIA/RIMA não foi, ele foi desenvolvido em mais de um ano, vem sendo realizado, ele não começou do zero, foram considerados dados nãosó científicos, como teses, artigos científicos, teses de, de pós graduação, mas, também os dados e os diagnósticos realizados ao longo desses anos todos, hámais de dez anos.

É um estudo que atende a as normas e as legislações ambientais, atende ao termos de referência emitido pelo IBAMA, foi considerado por mim e por toda a equipe técnica um projeto viável ambientalmente e é considerado apto aqui praavaliação do IBAMA.

Eu queria agradecer a atenção de todos, me colocar e colocar a equipe da TETRAMAIS também a disposição pra esclarecimentos de dúvidas e boa noite, muito obrigado.

MANIFESTAÇÃO POPULAR:

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu, eu agradeço a apresentação da Cláudia e do Ricardo, é importante a genteter essa apresentação ainda que rápida, ainda que sucinta sobre o estudo ambiental que foi elaborado, eu lembro que essas mesmas informações elas estão apresentadas sobre a forma de um relatório de impacto ambiental que é oRIMA que tá disponível pra consulta aqui no espaço além também de estar disponível em ambiente virtual tanto no site do IBAMA quanto no site do consórcio, e eles refletem de uma forma mais simplificada aquilo que tá no EIA né, no estudo completo de impacto ambiental que foi apresentado ao IBAMA e que também está disponível para consulta, tanto aqui no espaço quanto nos ambientes virtuais, e agradeço também o empenho da, da TETRAMAIS em respeitar o limite de tempo que foi determinado pra sua apresentação.

A todos vocês que nos acompanharam até aqui eu agradeço a, a paciência, o interesse e a atenção, a gente sabe que é um processo um pouco demorado, mas, é importante pra compreensão e debate, e discussão do projeto que a gente tem essas informações iniciais.
Agora a gente vai fazer um pequeno intervalo e nesse período é o período pra que todos vocês possam preencher as suas perguntas, lembro de colocarem os seus nomes, endereços de e-mail e as nossas equipes, as monitoras vão tá recolhendo essas fichas pra gente fazer o debate posterior, praquelas pessoas que quiserem apenas fazer o uso da palavra sem necessariamente apresentar uma pergunta podem apenas escrever manifestação oral e nós vamos chamar a todos pra que possam se manifestar, eu lembro apenas que praquelas pessoas que estão em grupos pra que a gente foque em temáticas diferentes pra que a gente não tenha temáticas repetidas ao longo da noite pra gente não estender demais a nossa audiência pública, eu também lembro que praquelas pessoas que estiverem nos assistindo no ambiente virtual através do canal do You Tube podem encaminhar questionamentos que não serão agora, serão respondidos posteriormente, mas, serão considerados dentro do processo de licenciamento ambiental, podem encaminhar seus questionamentos para os e-mails psq.ap.sede@ibama.gov.br, repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br ou para o e-mail contato@consorciosantaquiteria.com.br, repito, contato@consorciosantaquiteriatudo junto . com.br, ou ainda pelo telefone 0800 402 1030, 0800 402 1030.
Então eu convido todos a desfrutar dum pequeno lanche oferecido pelo processo Santa Quitéria que tá sendo oferecido lá no fundo e voltamos dentro de dez minutos, o meu muito obrigado até aqui.

INTERVALO PROGRAMADO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Espero que todos tenham aproveitado o intervalo, nós vamos agora retomar os nossos trabalhos, vamos para parte que eu considero mais importante da Audiência Pública, é o momento do debate da discussão, é quando a gente vai responder as perguntas da população relacionados ao PROJETO, eu repito que todos vocês receberam fichas aonde puderam colocar suas perguntas, a gente solicita que tenha sempre o nome e um e-mail de contato, aquelas pessoas que quiserem fazer a sua manifestação de forma oral basta escrever manifestação oral, para s pessoas que estão assistindo a Audiência Pública por meio da internet, no canal do You Tube, nos informamos que durante vinte dias além de estar disponível a gravação da própria Audiência nós estaremos recebendo perguntas, questionamentos, comentários, manifestações de forma geral através do e-mail, psq.ap.sede@ibama.gov.br, repetindo, psq.ap.sede@ibama.gov.br, também pelo e-mail, contato@projetosantaquiteria.com.br, repito, contato@consorcio., consorciosantaquitéria.com.br ou ainda pelo telefone 08004021030, 08004021030.

Para o momento do debate nós vamos fazer blocos de perguntas e manifestações tanto orais quanto escritas, blocos de três a cinco perguntas, estaremos tentando aglutinar por assunto, cada pessoa vai ter um momento de fala para as manifestações orais de três minutos, assim como também as

pessoas na mesa na hora das suas respostas também terão o tempo de três minutos para sua manifestação.

E eu peço a todos que tenham o respeito aos três minutos para que a gente nãotenha uma audiência pública que se estenda até as três da manhã como aconteceu ontem, faz parte, acontece, mas se acontecer estaremos firmes e fortes até esse horário, mas eu acho que a gente pode, todos nós em respeito a todos, é tentar se expressar dentro dos três minutos e também procurar não fazer perguntas repetidas ou manifestações repetidas, esse aqui é um espaço democrático, é um espaço aonde o IBAMA vem para coletar as percepções, asmanifestações da população, mas é importante que a gente não se repita em respeito a todos. Também vou pedir o cuidado para as pessoas que utilizarem o microfone, para que permaneçam utilizando máscaras. A gente continua num período de pandemia do covid, embora a máscara não seja absolutamente obrigatória, mas a gente pede esse cuidado para a segurança dos senhores mesmo, para não se eventualmente se infectarem com a doença.
Começando então o nosso debate, eu vou chamar o meu colega Heliton Fernandes que tem uma pergunta bastante pertinente a respeito de recuperação de áreas degradadas, Heliton, por favor, você tem no máximo três minutos.

Heliton Fernandes: Alô, boa noite a todos. Eu queria perguntar pra empresa e pra consultoria ambiental, é considerando que a Constituição Federal determina que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, eu queira que vocês explicassem pra população e até pra gente também detalhamento melhor e especialmente se foi feito esse detalhamento no EIA/RIMA quantos os impactos ambientais associados as instalações das estruturas, né? E como se dará a recuperação das áreas, especialmente os tanques e as pilhas de rejeito? E se a empresas já prevê o orçamento de recuperação dessas áreas? Se já foi feito algum orçamento pra ver quais são os custos de recuperação tanto dos tanques, da pilha e do empreendimento como um todo?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu vou passar já essa fala para a Consultoria, uma vez que veio pergunta diretamente do IBAMA, depois a gente vai abrir os blocos com três a cinco manifestações.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Bom, boa noite. Obrigado pela pergunta, o EIA ele considera o programa de recuperação de área degradadas, é um programa que vais ser deso, ele inicia no, na fase deobras, ele percorre toda a fase até de descomissionamento do empreendimento,né, e ele visa a recuperação da estrutura natural, né, não recompor propriamentedito, mas fazer com que as condições naturais seja de absorção da água da chuva, toda a drenagem, ela possa ser recomposta em determinados locais ali que por, por durante fase de obra ou alguma eventualidade tenha que ser ocupada no empreendimento. Além disso também há o plano de descomissionamento, né, que incorpora as ações do, do programa de

recuperação de área degradada ele vai, ele também acompanha em fases todo o PROJETO SANTA QUITÉRIA, ele é, ele tem como finalidade e entregar a fazenda Itataia numa estrutura, com uso futuro que será determinado ao longo do PROJETO e com ambientalmente viável, né, correta, de uma forma correta. O Raphael quer complementar aqui a minha fala, só um minuto.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Bom complementando o que o Ricardo explicou, essa etapa de recuperação, ela começa já no, na fase de obras, né, num, todo o material que a gente chama da cobertura de solo orgânico da supressão vegetal, esse material todo ele é estocado pra que a gente comece imediatamente, logo após a obra a já utiliza-lo na recuperação de algumas áreas utilizadas pros canteiros de obras, depois durante a operação esse material também é utilizada na revegetação das pilhas, ne, pilhas de fosfogessical e também a pilha de estéril, além do taludes da mineração, como a mineração ela vai sendo escavada em dermas, em de dez metros conforme avançando na mina, essas áreas ela já vão sendo recuperadas também pra conter o processo de erosão. Durante toda a operação do empreendimento, esses vinte anos é feito um provisionamento contábil, esse provisionamento ele vai guardando, é como se fosse uma poupança dentro do PROJETO pra etapa final de fechamento, uma estimativa, foi apresentada no EIA/RIMA, mas isso também conforme apresentado aqui, né, no detalhamento dos programas ambientais e depois no detalhamento do projeto executivo, ele também tem uma reavaliação desses valores e desseprovisionamento.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Raphael, Ricardo. É a gente vai começar com um bloquinho de perguntas escritas, privilegiando as escritas, uma vez que ontem a gente deu, agente fez bastantes manifestações orais, e essas perguntas aqui que é um bloquinho sobre questões de saúde.
A Ana Cruz, a letra está um pouquinho de difícil compreensão, mas ela pergunta, esse PROJETO é seguro para a população da nossa estrada?

E nós temos também a pergunta do senhor Almir, ele pergunta, em relação a saúde dos operários e da população local, local e adjacentes será implantado um hospital aqui na Lagoa do Mato? E ele também pergunta, a extração do produto no ato do manuseio das máquinas não compromete a saúde da população?

E por fim, nós temos a pergunta da Maria do Socorro que comenta, tendo em visto, em vista o grave perigo iminente de contaminação do trabalhador que estará diretamente em contato com mata, material radioativo, que tipos e assistência a saúde e plano de saúde terão esses trabalhadores?

Eu passo então para o CONSÓSRCIO SANTA QUITÉRIA para que possam responder a respeito.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Obrigado Regis, então falando primeiro sobre as questões da operação do PROJETO, os controles ambientais. Todo o PROJETO na parte decontrole de emissões atmosféricas, todas as instalações industriais, em cada ponto de chaminé ou um ponto, de, que emi, chaminé que emitem os gases e os pontos de controle de material particular do poeira eles vão ser dotados de equipamentos específicos de controle de poluição, tem principalmente dois equipamentos que são vastamente utilizados na indústria e na mineração, um dele é o filtro de mangas, o filtro mangas, ele tem um princípio similar à de um aspirador, né, ele possui as mangas, que é justamente similar ao saco de uma aspirador, ele fica nos pontos, então tanto na chaminés, como em pontos de transição do material capturando o pó gerado e aí esse controle é feito, todo material capturado que é produto volta pro processo e a gente garante no pontoda chaminé que tá sendo atendido o padrão de lançamento. Essa garantia ela é dada por moni, é equipamentos de monitoramento em cada chaminé e também pelo plano de monitoração que nós apresentamos aqui, que depois vai ser acompanhado tanto pelo IBAMA como pela CNEN.

Com relação aos outros gases, o outro equipamento utilizado se chama lavadorde gases, esse equipamento tanto o lavador de gases como o filtro de mangas, ele tem uma eficiência na retenção desses elementos de cerca de noventa e nove vírgula cinco por cento, então ele é muito eficiente e o lançamento que ocorre ele atende os padrões legais.
Falando um pouco sobre o controle de águas efluentes, o PROJETO todo como foi apresentado, ele não tem mais uma perda de água que ocorria antes é como pela barragem, então o processo a seco ele permitiu que a gente feche o nossocircuito, o que significa isso? Toda água que entra no sistema, seja água da adutora ou seja água do, de chuva, ele fica dentro do sistema, fica dentro do PROJETO sem nenhum descarte de águas ou efluentes pro maio ambiente, então isso garante a segurança operacional do PROJETO, garante o gerenciamento de riscos e garante a questão da qualidade das águas subterrâneas, as águas superficiais e solo do entorno. Isso tudo também deve ser demonstrado e como que vai ser demonstrado? Por meio do relatório de monitoramento que vai ser apresentado tanto pro IBAMA como pra CNEN.

Falando um pouco da questão de saúde pública, é como foi apresentado existe um memorando de entendimentos onde o Estado do Ceará entra com uma parcela importante, né, no investimento social da região, então toda a necessidade de ampliação dos serviços públicos vai ser tratado peloCONSÓRCIO em conjunto com o Estado e em conjunto com as Prefeituras, então toda essa demanda, toda essa necessidade vai ser articulada e é um compromisso conjunto dessas três instituições.

Sobre a questão do impacto a saúde, né, do trabalhador e da comunidade, eu vou pedir ajuda da Renata, a Renata, desculpa, o Hector, o Hector ele é o gerente de meio ambiente, saúde e segurança de operação da INB.
Por favor, Hector.

Hector Hugo – GERENTE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA – INB: Boa noite, eu sou Hector Hugo, gerente de meio ambiente, segurança e proteção radiológica da INB. Como qualquer outra atividade vão ser necessários os controles sobre a saúde do trabalhado, né, pra isso como acontece em outras unidades será executado no PROJETO SANTA QUITÉRIA um plano de controle de medicina ocupacional onde todos os exames, todos os controles relativos aos riscos do trabalhador, seja ele trabalhando na área de mineração ou na área industrial, vão ser executados.

Quanto ao medo de contaminação, a gente tem várias ferramentas pra prevenir isso, né, as pessoas elas vão receber um equipamentozinho que fica medindo radiação que a gente chama de dosímetro, as pessoas vão portar isso e esses dados são enviados com o CPF da pessoa para.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor, eu vou pedir a todos. Por favor eu vou pedir a todos, é importante termos respeito na hora da fala dos colegas, tanto de quem estiver fazendo a sua manifestação oral quanto as respostas, por favor.

Hector Hugo– Gerente Meio ambiente e Segurança e Proteção Radiológica – INB: Obrigado Regis. Então tem o dosímetro que a pessoa vai utilizar como forma de controle a exposição, a radiação, as pessoas quando saírem das áreas elas serão devidamente monitoradas pra que não corra o risco de ninguém sair de lá com contaminação remanescente. Então todos esses controles desde o plano de contro, o plano de controle de medicina ocupacional quantos os controles da área radiológica, eles vão garantir, né, foram, serão, foram concebidos para garantir que as pessoas não terão prejuízos à sua saúde, quer seja por causa de poeira, quer seja por causa de radiação. Obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Hector. Passando então para um bloco de manifestações orais, é eu vou pedir, vou passar a palavra para o senhor Tomás Figueiredo Filho, representante da FECOMÉRCIO. Senhor Tomás, peço que se atenhas aos seustrês minutos, por favor.

Tomás Figueiredo Filho - REPRESENTANTE FECOMÉRCIO: Obrigado. Quero saudar a mesa em nome do Raphael, do Regis, perdão, e saudar a todosos presentes aqui de Itatira, da comunidade, de Santa Quitéria também, de onde eu venho e ressaltar aqui que a gente sabe da importância do PROJETO, é umPROJETO mais do que conhecido, nós já estamos aqui no terceiro ciclo de audiências públicas, né, esse PROJETO em termos recentes é um PROJETO que já vem desde de mil novecentos e setenta e seis, mas em épocas recentesdesde o inícios dos anos dois mil que ele vem sendo maturado e esse processo é muito importante, principalmente para o esclarecimento de dúvidas e as colocações da comunidade, pra que a comunidade entenda como vai ser a

relação dela com o empreendimento, né, e aí como federação do comércio do Estado do Ceará, a gente que já convive com outros empreendimentos de grande porte no estado, como a COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECEM, lá em São Gonçalo do Amarante, queremos trazer uma proposta concreta pra a população e também pra o PROJETO que é o desenvolvimento de fornecedoresno território. A COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECEM, trouxe esse modelo, pediu apoio as entidades e a FECOMÉRCIO participa de um programa de desenvolvimento de fornecedores, chama território empreendedor que já está noseu está no seu terceiro ciclo e com isso hoje a gente cerca de trinta por cento das compras realizadas pela COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECEM feitas dentro do Ceará, a COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECEM ela adquiri cerca de quinze milhões de reais por ano em alimentação, em lavagem de veículos, em combustíveis, em serviços dos mais diversos, né, desde de serviço de manutenção, manutenção de estruturas e desses serviços todo hoje já trinta porcento são feitos no Ceará e dentro do Ceará sessenta e nove por cento naquelaárea de influência direta do empreendimento e é essa expertise, é esse programa que a gente quer trazer, que a gente quer oferecer pra comunidade, além disso um suporte de capacitação técnica através do serviço nacional de aprendizagem comercial, o SENAC pra que essa mão de obra fornecedora de bens, serviços e turismos também na região, o turismo de negócios possam sercapacitados e qualificados pra que a gente possa reter o máximo dos bônus que o PROJETO venha trazer para s comunidades e para s pessoas aqui da região.Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor Tomás. Gostaria de passar a palavra pro senhor AmílcarSilveira, presidente da federação de agricultura do Ceará.

Amílcar Silveira – FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA DO CEARÁ: Já estamos acostumados com essas ingnorâncias aí, essa falta de educação. Bom, boa noitea todos, eu queria só atentar duas coisas, nós estamos aqui no sertão do Ceará, região que os governos passaram erroneamente fizeram os planos errados de desenvolvimento, um deles é o industrial. Aqui no Ceará nós temos uma renúnciafiscal de um bilhão e duzentos bilhões de reais por ano, sabe por que? Porque não temos as matérias-primas das indústrias que instalam aqui no Ceará, nós temos trezentos mil hectares irrigados no Ceará, dentre eles cinquenta e quatro mil em perímetros irrigado e nós podemos ter a nossa matéria-prima aqui vizinho, pudemos desenvolver os nossos produtores, se você, se os senhores olharem, e aqui eu quero agradecer ao ministro Joaquim que nos recebeu lá levando pra ele a nossa necessidade do nosso, do fertilizante, se o senhor observarem, nós temos mais produtores e trabalhadores rurais, recebendo auxílios emergencial de que de carteira assinada, o nome disso é miséria no campo, é falta de emprego e aí eu vi que essas senhoras muito educadamente tavam protestando aqui e falaram do dragão, eu me lembrei de ontem, nós vamos acabar o dragão da fome no Ceará, por isso, por isso, nem todo cearensetem essa falta de educação aí não, por isso, por isso que eu venho aqui pedir atodos que ajude a diminuir a pobreza nesse Estado, fertilizante é importante pra quem produz, fertilizante é importante e principalmente o fosfato que nós temos

aqui no Ceará três milhões de cabeças de ovinos e caprinos e dois milhões e cem de cabeças de bovinos, nós somos centos e dois mil produtores de ovinos nesse Estado, nós precisamos de condições, às vezes tem um impeditivo, que é a questão hídrica em muito estado, mas o fertilizante, o fosfato podem nos ajudar a ser melhor produtores. Agradeço a vocês e quero dizer uma coisa pra vocês, daqui há dois vamos tá inaugurando essa usina aqui, se Deus quiser.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor Amílcar. Eu gostaria de, eu gostaria de chamar para sua manifestação, o senhor Tomás Figueiredo, ex-prefeito de Santa Quitéria.

Tomás Figueiredo - EX-PREFEITO DE SANTA QUITÉRIA: Boa noite a mesa na pessoa do doutor Regis, doutor Regis nós estamos aqui na Lagoa do Mato, essa vila tem aproximadamente trinta ano e ela foi construída nas perspectivasdessa mina em dois mil e quatro, eu fui prefeito de Santa Quitéria em noventa etrês, dois mil e um a dois mil há oito, dezesseis a vinte, nós somos vizinhos, tamos aqui a sessenta e cinco quilômetros de Santa Quitéria, dezessete quilômetros da mina e essa vila principalmente de dois mil e quatro quando nós tivemos o primeiro licenciamento que foi autorizado, o primeiro licenciamento dedois mil e quatro nós conseguimos autorização pra exploração do fosfato através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a CEMACE, mas a justiça infelizmente depois foi suprimida essa, essa licença e Lagoa do Mato acho que todos estão aqui, tem uma perspectiva alguns de sim, alguns do não, aspreocupações com o câncer, mas eu acho que a, toda a Lagoa do Mato esperaesse empreendimento e como falou o Amílcar é uma solução do fosfato, o urânioé uma consequência, os senhores sabe que a maioria das reservas de fosfato mundiais, ela contém urânio, uns com as quantidades maiores e outro com as quantidades menores, a quantidade de urânio aqui é quase insignificante para omontante que nós vamos produzir. Aqui também tá previsto uma ferrovia que sai da cidade de Nova Russas, que nós deixamos o projeto pronto, inclusivechegamos a dar entrada no IBAMA, ela sai da cidade Nova Russas pra a cidade de Quixeramobim ligando a, o eixo norte ao eixo sul da transnordestina, pra quea gente possa fazer o transporte para o maranhão, Piauí pro Norte do país.

Então é um empreendimento que nós estamos aqui lutando por esse empreendimento. O meu pai Chico Figueiredo foi que participou da desapropriação dessa propriedade no ano de mil novecentos e setenta e seis, tivemos as construções das galerias, as construções que o Zé Roberto está aqui, no, no governo Figueiredo, do ministro Cezar Cale que era um cearense, foi quenós começamos, fizemos as galerias dessa mina e que hoje estão aí e a Lagoado Mato que essa, isso é um distrito, aqui é o distrito da cidade, do município deItatira.

Toda essa população que o senhor tá vendo aqui tá na expectativa aguardando esse empreendimento, tamos aqui com a FAEC, tamos aqui com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na pessoa do Sérgio, é uma perspectiva do Estado do Ceará, é uma reserva que o Estado do Ceará, e o Estado do Ceará. E não adianta vaiar que nós vamos ter que explorar a mina de Santa Quitéria.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado prefeito.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: É eu gostaria de chamar para sua manifestação senhor padre Ricardo, por favor.

Padre Ricardo: Só leia as minhas perguntas que está na folha.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Como? Ah, as suas perguntas? Claro, é que tava aqui como solicitação oral aí eu lhe passei a palavra, mas o senhor quer que eu faça as perguntas?

Padre Ricardo: Sim.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: É ele encaminha para o IBAMA e para a CNEN e pergunta. É por que não tem uma camada de ozônio sobre a Antártica e que proteção oferece a camada de ozônio?

Padre Ricardo: Pronto, só isso, eu quero uma resposta.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ricardo, quer começar?

Ricardo Guterres – DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA – CNEN: Olha a questão da cama da de ozônio me parece que está muito mais relacionada a temática dos gases de refrigeração do CF6, né, do que com a questão nuclear, eu particularmente desconheço essa correlação entre o buraco da camada de ozônio, né que me parece que inclusive se reduziu bastante a partir da adoção de outros gases pra refrigeração e a atividade nuclear.

Padre Ricardo: Só isso? Tem mais, tem mais razões, como a falta, falta de camada de ozônio afeta a vida de todo esse planeta e por que não tem ozônio fazendo os testes nucleares atmosféricos clandestinos praticados até o tempo

de, de presidente, aquele presidente americano? Kennedy. Então essa é a minharesposta a sua, o que você tem que dizer, obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor. Gostaria de chamar a senhora Renata Catarina Costa Maia para sua manifestação oral. Renata, eu vou lhe pedir que tente, se esforce para usar os seus três minutos.

Renata Catarina Costa Maia: Tá certo, vou me esforçar, qualquer coisa. Boa noite gente, sou Renata, sou pesquisadora do núcleo trabalho ambiente e saúdeda Universidade Federal do Ceará e queria discutir aqui hoje com vocês um temaque me parece central, por isso, eu trago mais uma vez o alci, Alcides Potiguara e essa mulher carregando lata d'água na cabeça, o tema da águas, as águas centrais pra povos e comunidades que inclusive tão aqui hoje, assentamentos Morrinhos, assentamento Queimadas, Riacho das Pedras, Saco do Belém. Pra esses povos e essas comunidades as águas são sagradas, cada água que brotaé o sangue dos que viveram aqui, essa é uma frase da Rosilene Potiguara, e elaé reproduzida por diferentes povos e comunidades de outras maneiras pra dizerque a água por ser sagrada, por ter centralidade, ela é importante não só pros seres humanos, mas também pros seres não humanos. Pra os animais, pra reprodução da vida, pra reprodução da esperança, pra reprodução do movimento. A água também é central pro PROJETO SANTA QUITÉRIA, mas de uma lógica bem diferente, bem diferente, porque pro PROJETO SANTA QUITÉRIA a água é só um insumo prum processo produtivo, a perspectiva do PROJETO SANTA QUITÉRIA é de consumir oitocentos e cinquenta e cinco mil litros de água por hora, isso corresponde a oitenta e nove carros pipa de água por hora, as comunidades que estão aqui recebem as vezes vintes carros pipa de água por mês, existem aldeias indígenas muitos próximas daqui que recebemseis carros pipa de água por mês e que não tem água suficiente nem mesmo proabastecimento humano, que dirá pra produção de alimentos e elas têm diferente tecnologias de convivência com o semiárido e seguem aqui há muito maisde vinte anos que é o que vocês querem ficar, elas estão aqui de uma maneiraancestral e a água também é central pro processo de licenciamento ambiental que a gente tá discutindo aqui no âmbito do IBAMA. Se a gente observar os trêsprocessos que já existiram, o primeiro processo que foi anulado judicialmente em dois mil e doze, ele teve sim um documento importante, um Parecer do IBAMA de dois mil e cinco informando que não havia sustentabilidade pro PROJETO SANTA QUITÉRIA por causa da insustentabilidade hídrica, na segunda tentativa de licenciamento ambiental que aconteceu no âmbito do IBAMA entre dois mil e treze e dois mil e dezenove a gente tem vários Pareceres importantes do próprio IBAMA de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis apontando uma preocupação com a questão hídrica em relação ao PROJETO SANTA QUITÉRIA, inclusive o PROJETO foi arquivado por inviabilidade hídrica em dois mil e dezenove, existe inclusive um laudo técnico da quarta câmara de coordenação e revisão do Ministério Público Federal, uma câmara especializadaem meio ambiente patrimônio cultural informando também que não havias dadossuficientes sobre a viabilidade hídrica e que havia uma possibilidade de conflitospelo uso da água dentro da bacia hidrográfica pela legislação nacional é o

abastecimento humano que é a prioridade a dessedentação dos animais que é prioridade também. Além desses aspectos eu queria colocar aqui, a água segue sendo central pro atual processo de licenciamento e é importante a gente denunciar que no atual processo de licenciamento que começou em dois mil e vinte, agora a gente tá em uma parte dele, existe uma nota técnica do próprio IBAMA, nota técnica quatorze de dois mil e vinte em que a equipe técnica do IBAMA aponta uma preocupação, a preocupação de que não haja uma fragmentação do licenciamento entre IBAMA e CEMACE, a preocupação de que não haja uma fragmentação do licenciamento em relação ao abastecimento hídrico pro PROJETO SANTA QUITÉRIA. Essa nota foi contrariada, a nota do próprio IBAMA, da sua equipe técnica, foi contrariada pelo próprio IBAMA, que aceitou que houvesse uma fragmentação irregular do processo de licenciamento ambiental entre IBAMA e CEMACE.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Renata, eu peço que conclua.

Renata Catarina Costa Maia: Certo, tô quase concluindo. Eu queria colocar pra vocês a fragmentação do processo de licenciamento ambiental, ela é irregular e ela fere inclusive a lei complementar de número cento e quarenta de dois mil e onze, segundo a qual os empreendimentos devem ser autorizados ou licenciado ambientalmente falando apenas por um ente federativo. A água, a estrutura que tá sendo dita aqui equivocadamente que é pras comunidades, se a gente for olhar o processo de licenciamento da adutora que hoje está correndo irregularmente no âmbito da CEMACE, a gente vai ver que o título dele é sistema adutor de Itataia ou sistema adutor do PROJETO SANTA QUITÉRIA e a finalidade dele lá no papel é atender Morrinhos, Queimadas e Riacho das Pedras, mas se vocês forem avaliar o conteúdo dele, a principal vazão é pro PROJETO SANTA QUITÉRIA de aproximadamente um milhão de litros de água por hora, então existe uma finalidade equivocada dentro do processo de licenciamento da adutora que está correndo no âmbito da CEMACE.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Renata, por favor.

Renata Catarina Costa Maia: Tá parecendo que é pras comunidades, mas não é, tás l´as o título que é pro PROJETO SANTA QUITÉRIA e se vocês avaliarem por dentro do processo ver isso, isso é ilegal, isso é irregular. Tô com quase concluindo.
Então é necessário que o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA apresente estudos apontando quais são os impactos desse empreendimento sobre a bacia hidrográfica do rio Acaraú e sobre a sub-bacia hidrográfica do rio Groaíras, é imprescindível que esse estudo de impactos do PROJETO SANTA QUITÉRIA seja apresentado no que diz respeito as variáveis qualitativa e quantitativas em relação à agua e também considerando o cenário de mudanças climáticas que a gente tá vivendo. Também é imprescindível a gente denunciar aqui que é

preciso haver uma desfragmentação do processo de licenciamento ambiental, a água é fundamental pro PROJETO SANTA QUITÉRIA, sem a água não vai ter como PROJETO SANTA QUITÉRIA, a tentativa de retirar isso do IBAMA e passar isso pra CEMACE é uma tentativa ilegal de fazer esse processo passar de qualquer jeito, isso precisa ser denunciado, o IBAMA é o responsável, então a gente pede que esse licenciamento seja integrado, e que a infraestrutura hídrica seja sim incorporada ao processo de avaliação da viabilidade ambiental do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Renata. Eu gostaria de chamar para sua manifestação oral, senhora Rejane Mateus. Rejane vou pedir que você se esforce para cumprir os seus três minutos.

Rejane Mateus: Boa noite a todos e a todas. É uma coisa que me chamou a atenção aqui na geografia do PROJETO é que a jazida de urânio, ela é protegidapor três serras, né, é a serra do, a serra Céu, a serra do Quatis e as Serra de Laranjeiras, mas eu não sei se vocês observaram que as três serras protegem nessa direção e fica totalmente aberto pras nossas comunidades, eu sou moradora do assentamento Queimadas que fica a cinco quilômetros da jazida aproximadamente, lá existe o assentamento Morrinhos, o assentamento Queimadas, a fazenda Tapera e cantina, que a cantina, um passo, você já está nas terras federais. Eu acredito que isso pra gente é uma grande preocupação, por que? Tudo vai contra nós, chaminé, ela vai jogar o vento pra onde? Pras comunidades. A água da chuva cai no nosso telhado, ela vai pra nossas cisternas, posso lhe a firmar com certeza que as famílias diretamente atingida éas que menos estão sendo observadas que somos nós. Quando se diz que a população de Lagoa do Mato está ansiosa por esse PROJETO é porque elas moram do lado de cá, elas não moram do lado de lá. Eu tenho certeza que se elas morassem lá onde nós moramos, elas estariam com o mesmo propósito que nós estamos, porque lá nós vivemos da agricultura familiar, lá nós temos o nosso criar, lá nós temos a nossa plantação e com certeza também tudo isso vai ser atingido, nós vamos ser atingido, por que que o governo liberou pra ser assentamento se sabia que a jazida poderia um dia quiçá ou não ser liberada, porque os assentamentos, é assentamento federal e assentamento estadual, tem vinte anos apenas esses assentamentos.

Então eu peço, eu peço ao IBAMA encarecidamente, como diz o meu pai Evaristo Mateus, um grande agricultor familiar, o IBAMA protege vidas e nós somos vidas, se matar uma avoante é quinhentos reais de multa e por que é quetão querendo matar nós agora?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigada Rejane. É eu gostaria de passar a palavra agora pra sua manifestação, senhor Chiquinho do peixe do assentamento morrinhos.

Chiquinho do peixe – assentamento Morrinhos: Boa noite a todos e a todos,é o pessoal que faz aqui a mesa, meu nome é Francisco Tomé da Silva, do assentamento Morrinhos, há cinquenta e cinco anos que eu moro lá, que eu era de, sou itatirense, mas eu fui pra lá com seis anos de idade, sete anos e portanto nós acha muito bom aquela região, o que que acontece? Esse empreendimento que vem aí pessoal, ele não vem favorecer nós do nosso assentamento na nossa região, o que vai ter lá pra nós é, quando explorar as mina ali que vão jogar o pó, vão jogar em cima da nossa casa que vai contaminar a nossas águas que já é pouca, nossas águas já é muito pouca, quando, tem uma escarces as vezes três pipa, tem mês que só é três pipa que bots, e aí o que que acontece, o quea gente pensa lá hoje é porque, se esse empreendimento for conseguir ser realizado pra nós é muito ruim pessoal, fala muito em emprego, mas pra nós não tem emprego, pessoal, não tem, pra nós que não tem emprego e nem pro pessoal da Lagoa do Mato, por que, o que que acontece? Não tem pessoa aqui que tem capacidade de operar umas máquinas que eu vi lá em Caetité, que antigamente lá, o rico focou mais rico e o pobre ficou mais pobre, pessoal e isso é um empreendimento e lá, lá em uma mina de caivão e aqui é urânio, é radiativo pessoal, é uma coisa que traz morte, que eu assistino, eu, pessoal eu sou analfabeto, eu sou de carteirinha, mas eu vi um, passando na, na mídia que a mina mata mais do que o corona vírus pessoal, e aí o que que acontece? Isso aí é uma coisa que nós não queremos pra nossa região, nós queremos vida. Nós trata como um dragão adormecido, porque? Ele tando debaixo da terra, ele não tá contaminando nada, mas, o próprio instante que mexer com ele, ele vai contaminar a nossa região, a nossas água, vai poluir tudo, os impacto que vai dá, e vai passa aqui dentro da Lagoa do Mato, essas pessoa que foi a favores abra o olho diga quinem um dizer da minha avó, bom é ter uma pulguinha detrás da oreia, porque isso aí não vai ser bom pra nossa região e outra coisa, eu gostaria de dizer pro pessoal de Santa Quitéria que os político, é claro que eles clere, porque vai favorecer os cofre público pessoal, mas, pra nós pobi não vai, não vai vim nada, não vai vim nada, só contaminação, daqui há vinte ano eles vão embora e fica só os rejeito, pra quem? Eu já tô da minha idade e pode já termorrido, mas, tem as criança que tão nascendo hoje e isso é o nosso preocupação que nós temos com a região, que não seja explorado essa mina de Itataia, porque isso aí pra nós não vem nada e só vai vim rejeito, daqui há vinte ano vai ficar os rejeito em cima da terra, porque eles disse que não vai ter ipé, é, pilha de rejeito, mas, vai ter sim porque, onde é que eles vão butar esse material, vão enterrar debaixo do chão? Isso aí só vem coisas ruim pra nós. Meu muito obrigado e desculpa alguma palavra, porque eu sou um matuto de carterinha, muito obrigado pessoal.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu Chiquinho.

MANISFESTÇÃO POPULAR

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Dando continuidade é, a gente vai fazer um bloquinho aqui de devolutivas, eu vou iniciar comentando a respeito da fala da Renata tentando esclarecer a todos que sim, é uma preocupação pra, para o IBAMA a, a questão hídrica, a questão da disponibilidade hídrica pra operação do projeto. Isso já havia sido uma preocupação no, no projeto apresentado anteriormente, que foi arquivado, e continua sendo uma preocupação a que o IBAMA vai avaliar dentro do seu processo de licenciamento. No entanto é importante que fique claro que outorgade disponibilidade hídrica para o empreendimento não é uma competência do IBAMA, é uma competência do Estado, se fosse um, um corpo hídrico é, Federal, ainda assim não seria competência do IBAMA, seria uma competência da ANA expedir a outorga de disponibilidade hídrica pro projeto, então é importante que isso fique claro que não é o IBAMA que define isso. Quanto a instalação de uma adutora, a adutora é uma é um empreendimento separado do projeto Santa Quitéria, são duas coisas diferentes, embora uma esteja sendo apresentada como dependente da outra. Então a adutora é um empreendimento que é licenciado pelo Estado e o IABAMA não tem competência para licenciar, a competência é do Estado, o PROJETO SANTA QUITÉRIA por ser um projeto nuclear esse sim tem o licenciamento ambiental Federal conduzido pelo IBAMA aonde o IBAMA vai avaliar dentro do licenciamento a, a questão hídrica o que está sendo proposto como solução, se existe outorga, se não existe outorga, e isso tudo será avaliado dentro processo de licenciamento do IBAMA, e se o IBAMA entender que a forma como está sendo apresentada não existe viabilidade ambiental por questão hídrica o IBAMA não vai expedir a licença prévia e vai dar pela inviabilidade do projeto.

É, vou passar a palavra pro consórcio pra que eles coloquem o ponto de vista deles sobre a questão hídrica também.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Obrigado Régis. Bom, nós apresentamos aqui a mudança, a diferença entre o projeto anterior de dois mil e quatorze e o novo projeto. Esse projeto em função da tecnologia de beneficiamento do minério ele utiliza menos água né, a gente já chegou numa redução de dezessete por cento, mas não é só isso, a gente produz nesse projeto mais com menos, significa que a gente utiliza melhor o recurso mineral da jazida de Itataia, produz mais produto fosfatado e concentrado de urânio usando menos água, além disso o tratamento e a reutilização dos efluentes e da água de chuva também permitem que nesse período de chuvas a gente reduza o nosso consumo, outra coisa importante a ser destacada é o respeito a outorga emitida pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela COGERH do empreendimento ficar restrito ao que foi autorizado, essa outorga ela foi renovada recentemente também pelo, pelo órgão estadual. Então essas são medidas que o projeto traz, que ele se prepara e a gente vem trabalhando né, desde o protocolo de estudo ambiental pra melhorar essa eficiência, também a gente vem participando do Comitê de Bacias do Acaraú, a gente vem participando pra entender as discussões, ver como que nós podemos contribuir tanto na gestão como no gerenciamento da bacia. Então o consórcio tem esse compromisso de ser mais eficiente no uso da água.

Bom é, um outro ponto que o seu Francisco falou e acho que é importante destacar, eu tive a oportunidade de ter dois encontros lá na comunidade de Morrinhos e até de entender o ofício do seu Francisco como cozinheiro, então eu queria destacar que principalmente pra essa área de serviços de restaurantes, fornecimento de alimentação esse é um setor que, que o pessoal da região de Itatira e de Lagoa do Mato pode se preparar porque a demanda vaiser alta, não só na parte de cozinha como a hotelaria, os serviços gerais eles vão ser muito importantes pra fase de obras e pra fase de operação do projeto.

A questão da geração de empregos também ela é importante na estrutura de recursos humanos do projeto a gente tem diversas funções pra cada tipo de especialidade tanto de ordem prática, aquela que a gente aprende fazendo, como aquela que demanda um nível de escolaridade mais elevado, mas, sem dúvida nenhuma vai ter oportunidade pra todo mundo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Raphael, eu só queria voltar na questão que a senhora Rejane comentou a respeito das comunidades, ontem a gente já havia comentado a respeito, mas, eu dou uma devolutiva pra vocês, pra o público que tá aqui hoje de que é uma preocupação para o IBAMA também e o IBAMA já verificou que parece que existem algumas incongruências a respeito da indicação das, de comunidades sejam elas tradicionais ou não, num raio mais próximo do empreendimento, isso vai ser um ponto de atenção do IBAMA, a Telda que é responsável pela parte de Socioeconomia já fez vários apontamentos no dia de ontem e isso com certeza vai ser olhado com muito cuidado quando da análise do EIA.

Eu vou fazer um bloquinho aqui de duas perguntas escritas, elas estão bastante relacionadas, uma delas é da senhora Raquel Maria, ela pergunta. Se a INB é a responsável pela exploração e licenciamento, no caso de um acidente oudesastre, quem será a responsabilidade, responsabilizado pelo IBAMA, a única responsável legal pelo descomissionamento junto ao IBAMA é a INB?

E a senhora Maiara Melo pergunta para o IBAMA e para a CNEN. Em que medida o histórico de responsabilidade ambiental das empresas e suas práticasde gestão ambiental em empreendimentos outros é avaliada pelos órgãos licenciadores? E como é avaliada a capacidade da empresa a cumprir com as medidas de gestão ambiental apresentadas no EIA/RIMA.

Eu começo respondendo em relação a responsabilidade, no caso de um, de umacidente ou um desastre na verdade em relação a qualquer descumprimento decondicionante ou qualquer irregularidade que seja detectado ao longo do processo de licenciamento seja LP, LI ou mesmo na operação perante o IBAMA o responsável primeiro é a INB a Indústrias Nucleares do Brasil, isso não excluia possibilidade de uma penalidade contra a empresa Galvani ou contra o CONCSÓRCIO SANTA QUITÉRIA né, no caso de uma irregularidade o IBAMA vai avaliar quem foi o responsável e vai verificar se cabe ou não a responsabilidade a, a corresponsabilidade em autuar, ou multar, ou embargar uma ou outra empresa, lembrando que isso é sob o ponto de vista do IBAMA,

mas, o projeto ele está sob regulação de N entes né, o IBAMA, a CNEN, a ANN que é quem regula a, o, o polígono de exploração né, o direito de exploração, a própria Prefeitura, o Estado, então são vários entes que tem o dever de fiscalizar, cada um dentro da sua competência, o PROJETO SANTA QUITÉRIA.

É, em relação ao histórico sim, o IBAMA vai levar naturalmente em consideração, embora isso não seja uma questão obrigatória, o que o IBAMA deve fazer é na hora de analisar os programas ambientais apresentados, assim como também o EIA apresentado, o IBAMA vai tomar os devidos cuidados na análise daqueles pontos aonde eventualmente a gente tem alguma recorrência de irregularidades, mas eu gostaria também de ouvir o Ricardo a respeito da, do posicionamento da CNEN.

Ricardo Guterres – DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA – CNEN: É, do ponto de vista do licenciamento nuclear as responsabilidades com relação a eventuais acidentes, descumprimentos dos requisitos regulatórios como o Regis colocou aqui, de uma forma mais ampla recaem sobre o titular da licença né, o titular da licença então ele é o responsável não só pelo cumprimento dos requisitos regulatórios como por responder pelas questões associadas a operação da planta. Também ele é responsável pelo cumprimento dos ritos de licenciamento, e a etapa do descomissionamento é uma etapa intrínseca do licenciamento da instalação, então o titular da instalação ele vai também responder por essa, por essa atividade. É, por fim a questão do histórico ela é condicio, ela é considerada no âmbito do processo de instalaçã, de licenciamento da instalação, então a partir do momento que são verificadas condicionantes específicas essas, essas condicionantes elas são pesadas né, e as ações de coerção são aplicadas em função do histórico de incidência dessas, e decumprimento ou descumprimento do estabelecido na regulamentação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Ricardo e parabéns a Maiara e Raquel, muito boas perguntas, acho que enriquece bastante o processo de licenciamento quando a gente tem a oportunidade de esclarecer questões como essa. Eu chamo pra fazer a sua manifestação oral o senhor Leon Miguel, vereador de Itatira.

Leon Miguel –VEREADOR DE ITATIRA: Boa noite a todos, queria comprimentar aqui a todos da mesa em nome do representante do IBAMA, comprimentar as autoridades aqui presentes, evidente que semana alguns já foram embora, comprimentar o representante do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA, os visitantes que estão hoje aqui por ocasião da audiência e a comunidade Itatirense que estiveram muitos aqui presentes de forma mais particular vi mais os comerciantes.

É, dizer aos senhores que a Câmara Municipal de Itatira criou uma Comissão Especial para acompanhar esse movimento no sentido de implantar o PROJETO SANTA QUITÉRIA.

É bem evidente que numa comu, numa região como a nossa, Sertões de Canindé, a região mais pobre do estado do Ceará, uma região castigada pela seca, pela falta de emprego, um representante da, do povo, como eu e outros vereadores, me parece que tem só mais um aqui hoje, que todos os dias recebe pessoas pedindo um emprego, pedindo uma oportunidade e de repente você aparece com uma proposta da geração de três, quatro, cinco mil oportunidade, então não tem como a gente não ser, não ficar entusiasmado, não ficar vendo a possibilidade de resolver o problema da região mais pobre do estado do Ceará através da geração de emprego e renda, sem antes ressalvar também algumas procupações que aqui foram falada, como a questão hídrica, a questão da segurança, a questão da saúde que já é precária para a comunidade hoje sem o empreendimento e respeitando a opinião de todos né, e esse projeto criou muitos aspectos no decorrer desses quarenta anos e é evidente que nem o tempo nem a minha capacidade técnica me aventuraria a falar sobre eles, mas, também não poderia deixar de dizer da expectativa do município de Itatira, da câmara de vereador, porque temos ouvido, conversado, eu converso principalmente com as pessoas que pensam contrário, que o empre, o empreendimento não é positivo, converso os comerciantes, com as pessoas que entendem que é positivo e a gente vai respeitando as opiniões das pessoas e procurando entender a possibilidade de um empreendimento nesse porte, desse tamanho para os sertões de Canindé pensando na possibilidade da geração do emprego e da renda e com, respeitando o que as comunidades falaram aqui, esquecendo que a dignidade da, das pessoas, que o desenvolvimento das pessoas está na possibilidade das oportunidade. Então era mais nesse sentido, não poderia deixar de fazer essa fala e dizer que me parece aqui a grande responsabilidade na competência técnica, histórica que temos no IBAMA em analisar a viabilidade do projeto. Então era isso e obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado vereador. É, em respeito ao nosso regulamento eu informo que a partir de agora qualquer pergunta ou manifestação ela não será lida aqui presencialmente embora ela seja acostada ao processo de licenciamento e a gente vai enviar a resposta depois diretamente pro interessado.

Agora pra fazer a sua manifestação oral eu chamo o senhor Positemis da Cooperativa FAPE, Lagoa do Mato. Vou pedir desculpas por ter errado o seu nome, depois eu vi que tem um e-mail aqui como Josi, Josi você tem três minutos pra sua manifestação.

Positemis - COOPERATIVA FAPE DE ITATIRA: Boa noite a todos, é, pessoal eu sou a Josi é, muitos gostariam de taraqui mas, porém, não tem corage de vim aqui manifestar o que acha e o que pensa sobre o empreendimento. Então eu sou da Cooperativa Sertaneja FAPE, a gente nasceu em dois mil e dose, desde então a gente comercializa agricultura familiar aqui nesse município e municípios vizinhos, já chegamos a comercializar em Santa Quitéria também e Madalena, Canindé, Caridade, Paramoti, então a gente abrange essas município com a produção da agricultura familiar, e assim, é, o no, a nossa preocupação é sobre a contaminação, porque por mais que a empresa diz que não vai contaminar, vai

sim, porque a mesma empresa que minerou em Caetité é a vai minerar aqui aí como é que em meses já teve vazamento de toneladas de urânio? Aí vem me dizer que num vai contaminar, eu não acredito e não podemos aceitar. É muito bom pro senhor Tomas Figueiredo, que eu não sei se ainda se encontra aqui, dizer que vai sim explorar porque ele não mora em Santa Quitéria ele vem eventualmente em Santa Quitéria, e quando diz que o, não vai ser contaminada as águas, vai sim. O riacho Cunha nasce dentro do empreendimento e essas água, ele desagua no Rio Groaíras que onde se encontra a maior produção de mamão e banana do município de Santa Quitéria e sendo esse tio contaminado, quem é que vai querer? O próprio empreendimento vai aí em Morrinhos não toma água de lá, porque? Se não contamina, se hoje já tá contaminando, então, três minuto é muito pouco pra minha indignação, pelo um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Josi. Dando continuidade eu chamo Mateus Alves da Pastoral da Juventude da Diocese de Quixadá.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Boa noite, eu não vou fazer o advogado do diabo porque também já seria demais é, meu nome é Mateus, sou da Pastoral da Juventude ao mesmo tempo da Pastoral da Juventude da Diocese de Quixadá, mas, também passivo do CNA Jovem, Conselho Nacional da Agricultura e Pecuária voltado mais a uma comissão da juventude ligada ao agronegócio.

A desculpa que apresentaram aqui sob a questão dos fertilizantes é, a gente lida com negócio, veja bem, eu sou formado em administração de empresa e estudoengenharia da computação na UFC, também tenho cadista em construção civil pelo Instituto Federal de Roraima e nesse ponto eu abordo aqui, eu só vou fazer uma pergunta po pessoal da Tretamais né, se são vocês dois que assinam o documento, porque? Porque ao mesmo tempo que eu que assino o documento são responsáveis legais também nisso aí, a minha família mora há vinte e dois quilômetro daqui, na propriedade da minha família. Minha família sempre foi ligada à igreja católica, desde o começo, e nesse sentido a gente faz parte dos oitenta e seis por cento dos pequenos produtores do Brasil, eu não vou defender aqui os dez por cento do agronegócio, porque já é demais, mas, eu to defendendo ao mesmo tempo nós juventude, porque nós é que vamo herdar toda essa sucessão familiar, eu vejo muita gente aqui de cabeça branca, eu tenho vinte e sete ano, moro aqui, daqui há alguns ano eu vou ter que assumir essa responsabilidade, o bucho que isso vai gerar, veja bem, eu sou filho de produtor ao mesmo jeito que tá o pessoal do MAPE, o pessoal dos agricultores, do MST, tá todo mundo aqui, eu penso em negócio porquê? A planta baixa queeu analisei rapidamente as duzentas e trinta e três página e o outro, trezentos e trinta e cinco, mas, eu não pude mais analisar porque eu tinha que estudar pra prova de engenharia de computação, eu analisei que tem alguns erro, o mapa de Madalena tá perdendo algumas área de território eu não sei porque, não sei se foi alguma doação de terra para Itatira, eu não sei, mas, também olhei a planta baixa da, da chaminé, analisei alguma coisa que tá alguma coisa que vocês tem

que analisa, porque? Tudo isso tem um contexto, no futuro a água que abastecea união, a minha comunidade, a comunidade da minha família ela vem de poço profundo, ela não vem de açude e o rejeito a qual vocês vão colocar toda alimentação, todo aquele ponto ali, a água onde vai estar ela é coberta de cal, mas, eu quero saber no futuro, tem algum perigo da água vazar contaminar o lençol freático? Porque eu tomo banho todo dia com a água de poço profundo, eaí?

Veja bem, uma coisa que eu aprendi dentro da igreja, a igreja é braço da sociedade mundial, se eu hoje quisesse dar uns telefonemas, mandar uma carta, eu conseguia que uma carta chegasse no Papa, mas, pra que?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Mateus? Peço que você conclua

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Então encerrou.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu peço que você conclua.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Tá ok, eu só queria perguntar mesmo ao pessoal da Treta, valeu.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu gostaria de passar a palavra para o consórcio pra a empresa TETRA, pra que abordem a questão da água mais uma vez, que é uma questão sensível e recorrente ao longo das audiências.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Obrigado Mateus pela pergunta, pergunta relevante, importante. Primeiro ponto sobre a assinatura do, do documento, existe uma responsável técnica geral que é a Cláudia aqui ao meu lado, cada profissional participante né, cada membro da equipe técnica também assina a responsabilidade técnica de acordo com o seu grupo ou sua área de conhecimento, então eu assino como gerente do projeto, o Elson como coordenador, os demais especialistas também, cada um na sua área e sua responsabilidade técnica.

Sobre a sua pergunta sobre a contaminação do lençol freático, tem alguns pontos que eu gostaria de destacar antes de passar a palavra pro Wiliam, porque ele é especialista em hidrogeologia, é, primeiro o, o empreendimento o rio que percorre na, na área ele não vai ser afetado na questão da qualidade da área, da água, a água que percorre dentro no interior da, da área operacional ela é capturada, ela é tratada, ela volta pro sistema e não é despejada, como foi apresentado aqui pelo empreendedor, nos rios do entorno, ela fica contida na área, passa pelo tratamento e depois utilizada pelo sistema, agora Wiliam se

você puder só complementar sobre a questão do, da contaminação do lençol euagradeço.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Boa noite a todos. Quanto a contaminação da água existem alguns aspectos que devem ser ponderados, é, você comentou da contaminação da água subterrânea né, hoje em dia a gente já tem lá algum tipo de contaminação da água subterrânea, relação da água a nitrato por exemplo, aonde devem esse nitrato, urina de animais, fezes de animais, essas coisas assim, a questão da operação do empreendimento existeuma possibilidade assim como por exemplo quando você compra um carro existeuma possibilidade de você ter um acidente, pra você evitar isso o que que vocêfaz? Você toma medidas preventivas e determinados cuidados, quais seriam osriscos que a gente teria lá de uma contaminação? Um vazamento durante o abastecimento de um caminhão por exemplo, um vazamento de um efluente sanitário por exemplo, vamos supor que rompa uma tubulação né, isso existe essa possibilidade, só que esses eventos eles são pontuais e muito pequenos, o nível da água subterrâneo lá tá entorno de quinze a vinte metros atualmente, pra você ter uma, por exemplo, vazamento dum, dum banheiro, de um tanque combustível de um caminhão, alguma coisa assim, ele não vai causar um impacto significativo pra esse, pra, pra, pra essa água subterrânea, tem os outrospontos de vistas vamos dizer radiológicos né, que são tratados por outras empresas, mas, se você se lembrar daquele desenho que passaram da área a questão radioló, a unidade radiológica ela era um quadradinho amarelinho bem pequenininho dentro do terreno, você lembra dessa.

ALGUÉM DA PLATÉIA O INTERROMPE FALANDO COM ELE.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Oi? Não entendi.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: No volume do diagnóstico, essa. É a imagem que ele passou ali.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: No segundo.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Bem peque, é uma área bem pequenininha. Essa área ela por ela ter, é uma operação de risco radiológico,

ela, ela tem um controle operacional de um padrão internacional, então ela tem impermeabilização, os produtos são estocados com muito cuidado, pra você justamente evitar esse tipo de contaminação. Então dá pra dizer pra você que sempre que você tem uma atividade industrial, você tem um risco, porém, se você tomar todos os cuidados necessários você minimiza esse risco.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Não, existe a possi...

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente eu peço que quando houver tréplica que a gente use o microfone, porquesenão a gente não fica sem, sem entender. Eu vou lhe, vou lhe dar a devolutivae aí a gente segue com as.
Pode.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: A questão é, existe uma possibilidade? Existe, se essa contaminação acontecer pelas questões que são foras do, da questão radiológica a probabilidade é muito pequena, porque você não tem atividades de grandes impactos, entendeu?

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Agradeço pela tréta.
Mais é porque é isso desse, esse detalhe, a contaminação há risco mesmo de fato que mesmo que minimize, mas, a vê. Porque assim, minha, o gado bebe água e se bebe água ele vai também produzir leite, São José da Macaoca é BR020, onde tem um ??? 3:29:53 - falha no áudio, de leite onde vai ter o leite que vem produzido na região que vai ser levado pra ser vendido, aí agora eu pergunto, se tiver alguma contaminação no leite ele vai ser aceito pelo mercado?Porque se não for aceito pelo mercado fica difícil vender.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor agora.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Entendeu, por isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agora é a vez do Wiliam responder.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Que é sempre é que tem que ser isso em comunidade. Pronto, tá certo vai.

Wiliam – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Então vamos lá especificamente a criação animal, a criação animal na região, ela não usa subterrânea, ela usa água de açude. Ali na área, na área do empreendimento você não tem o uso da água subterrânea pra dessedentação animal na área de influência do empreendimento. Você não tem o risco, você não tem, o risco da contaminação radiológica devido aos dispositivos de segurança que você utiliza,o que eu quis dizer é o seguinte, se você tiver a possibilidade de algum evento que cause algum impacto, ele vai ser mínimo e pontual, não vai chegar a afetara água que o seu gado bebe, tá claro?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu vou agradecer a resposta e nós temos aqui uma pergunta que se trata justamente sobre questões de acidentes e a gente vai voltar a abordar essa questão.

É agora eu vou fazer um pequeno bloco com seis perguntas todas elas relacionadas a transporte para que agente que a gente possa responder, a primeira é do senhor Daniel de lagoa do Mato, ele pergunta, como será o escoamento dos minérios extraídos da mina? Por quais ruas e avenida? E se tem alguma avenida de Lagoa do Mato será feito esse escoamento?

Uma pessoa que não se identificou como nome, pergunta, de qual forma se transportado, se caçamba ou outro tipo de implemento rodoviário os materiais fosfato, urânio, calcário saindo de Itataia para o Porto de Pecém? Sobre a logística se já tem a empresa, o transporte dos materiais, se o caminhão será baú ou carroceria?

O senhor Almir, pergunta, o transporte do produto até o destinatário não corre risco para a população? E aí ele fala sobre uma outra questão, se água da chuva não compromete a saúde da população, no caso ao redor da jazida?

Esse a gente já abordou e vai abordar novamente.

A senhora Ravena Ribeiro pergunta, como será realizado o transporte de uonio, urânio, será transportado via BR 020, ou será construído uma via alternativa? Os minérios passarão por dentro da cidade de Lagoa do Mato? E quanto aos demais resíduos tóxicos para onde serão destinados, tendo em vista a escassez de água em nossa região, de onde será remanejado esse recurso e como será o processode reutilização do mesmo?

Senhor, José Pessoa de Carvalho, é pergunta, como o urânio vai sair? Se é pordentro da cidade ou uma rota alternativa? Quais medidas vão ser adotadas no social quando o empreendimento for embora? Quais vão ser primordiais na fauna, flora? Porque todos sabemos o grande impacto desse tipo de mineração.

E por fim, senhor Ail, Airton Gomes pergunta, Madalena será rota de entrada e saída no percurso de exploração? Por que não foi contemplada a Audiência Pública?

Eu vou começar respondendo que as audiências públicas, é todo projeto que é um projeto de grande porte e é necessário o licenciamento através do EIA/RIMA,o IBAMA é obrigado por lei a abrir um prazo de quarenta e cinco dias aonde qualquer pessoa ou qualquer instituição pode solicitar a realização de uma audiência pública, em geral o IBAMA de praxe sempre pede ao menos uma audiência pública, principalmente para desses empreendimentos que a gente chama de pontuais, diferentes daqueles empreendimentos que são lineares como rodovias, linhas de transmissão. E aí a partir das solicitações o IBAMA avalia se vai afazer uma, duas, três audiências e também avalia os locais aonde vai fazer essas audiências públicas. No caso do PROJETO SANTA QUITÉRIA a gente recebeu uma porção de, de pedidos de audiências e avaliamos que três seriam suficientes para abranger a maior parte da população possivelmente impactado e se definiu esses três locais, Santa Quitéria, Canindé e aqui Lagoa do Mato. Eu não vou saber agora de memória, saber se o município de Madalena chegou a solicitar formalmente uma audiência pública, até peço que a nossa equipe depois verifique se foi solicitado ou não, de qualquer forma a gente faz essas três audiências pensando em abranger todo esse público e também a partir da pandemia a gente passou a utilizar um recurso, né, uma nova tecnologiaque é a transmissão a partir da internet, a gente sabe que perde-se um pouco da participação, mas também é um canal aonde a pessoa pode participar do licenciamento ambiental encaminhando as suas perguntas, os, as suas contribuições. De qualquer forma, eu ressalto que a participação popular ela não se encerra na audiência pública, o processo de licenciamento ambiental do Ibama ele é totalmente público e qualquer pessoa pode acessar via sistema SEI,desde que encaminhe um e-mail pro IBAMA solicitando o seu acesso. Então basta mandar lá para psq.ap.sede@ibama.go.br e pedir acesso ao processo de licenciamento do PROJETO SANTA QUITÉRIA que a gente vai conceder o acesso e aí a pessoa pode encaminhar as suas contribuições, documentos, além de poder olhar, consultar o nosso processo de forma integral não só agora no período do licenciamento prévio como se eventualmente o processo prosseguir a pessoa continua podendo acessar o processo e participar do processo.

Eu vou passar a palavra, pro, pro consórcio para que aborde as questões relacionadas ao transporte.

Raphael Turri – GERENTE DE MEIO AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA DA GALVANI: Sobre transporte nós mostramos um mapa na apresentação que dáuma visão de integração regional entre rotas rodoviárias, barcaças e portos. Isso é importante toda movimentação de caminhões ela vai ocorrer pelas estradas eaqui no trecho das CE 366 o contorno de Lagoa do Mato até a chegada da fazenda, toda essa via ela vai ser todas restruturada, alargada, né, no padrão da BR, significa que a pista é mais larga, tem dois acostamentos e a condição do asfalto também ela suporta a carga mais pesada, esse transporte ele vai ser feito primeiro, né, transporte dos produtos fosfatados, são caminhões graneleiros, as vezes bitrem, né, transporte seguro de um material inerte, também a matéria

prima que a gente vai usar na produção, na matéria prima ela virá do Porto do Mucuripe, assim como, os produtos fosfatados serão transportados daqui para o Porto de Mucuripe onde eles vão ser distribuídos até a região norte por barcaçase dali distribuídos até a região centro-oeste por caminhões.
A rota de escoamento do concentrado de urânio por sua vez, ela vai seguir a mesma rota, né, daqui do PROJETO indo por todo esse trecho de estrada nova,até a BR 020 e de lá até o Porto do Pecém. O que é importante destacar é que diferente das outras cargas o concentrado de urânio, ele vai ser estocado nos tambores como foi apresentado no vídeo, quando tiver o estoque suficiente pra programar um comboio, esse comboio vai ser programado, serão aproximadamente seis comboios ao ano, significa um comboio a cada dois meses, então esse transporte ele é pontual, ele é feito por batedores, ele é aprovado pelo IBAMA, pela CNEN e pala Polícia Rodoviária Federal. Então é um transporte muito seguro, é um transporte que é feito anos e a décadas pela INB tanto no Estado da Bahia quanto no Estado do Rio de Janeiro, nunca houve nenhum incidente. Então é muito importante destacar que esse transporte ele é feito periodicamente e vai ocorrer sempre que tiver o estoque suficiente numa média aí de seis comboios ao ano.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Raphael. Eu também destaco que o licenciamento do transporte do material nuclear que ele não é acobertado por esse licenciamento especificamente, né, o transporte do material radioativo ele passa por um outro tipo licenciamento, também um licenciamento duplo, tanto pelo o IBAMA quanto da CNEN, e no caso do transporte nuclear o IBAMA não avalia especificamente os impactos ambientais, uma vez que a gente entende que o mero trafegar de um caminhão é o mesmo impacto que um carro pequeno.

O que o IBAMA vai avaliar é o risco associado a isso, inclusive está em curso uma tratativa entre o IBAMA e a CNEN pra nós tenhamos uma legislação regrando especificamente esse transporte, hoje em dia já é feito o licenciamento, mas ele inclusive termina envolvendo um trabalho duplo, né, um, um investimento de tempo e de recurso de dinheiro público duplicado, porque a CNEN faz, o IBAMA faz e os dois nesse caso terminam avaliando quase que a mesma coisa. Não sei se o Ricardo quer complementar alguma coisa sobre essaquestão?

Ricardo Guterres- DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA - CNEN:
Não só mencionar que de fato há essa, a partir da nota técnica conjunta elaborapelo, pela CNEN e pelo IBAMA, tá sendo desenvolvida aí um instrumento comumde, de regulação de transportes de material nuclear.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Ricardo. É eu vou aproveitar o gancho da, do comentário que nós tínhamos aqui sobre a audiência pública em Madalena e eu verifique que a gente tem outras duas perguntas sobre o mesmo assunto. É do senhor Juliano Oliveira, sobre, que é da prefeitura de Madalena, como Madalena compõe a área e

impacto direto e indireto do PROJETO SANTA QUITÉRIA, por que não foi organizado audiência pública como nas demais cidades da composição de exposição? E como governo municipal questiono, qual o canal correto para a solicitação dessa demanda?

E o senhor Ivanildo Neris perguntas, por que houve necessidade de uma audiência pública no município de Canindé, se a cidade diz estar cerca de cem quilômetros do local de onde fica a mina?
Bom, em relação a audiência em Madalena, como eu havia dito, né, foi publicado um edital abrindo prazo para a solicitação, foram diversas solicitações e a genteentendeu que o município de Madalena já estaria contemplado nessa Audiênciaaqui em Lagoa do mato por uma questão de proximidade. E a audiência públicaem Canindé, a equipe entendeu que havia necessidade de ter uma audiência naregião, na área de influência direta da parte do componente socioeconômico porCanindé ser um polo regional aonde vai terminar se utilizando a sua infraestrutura principalmente durante o período de instalação do empreendimento, né, essa infraestrutura de escola, hospitais , é eventualmentede hotéis, alugueis de casas, são todas questões que terminam também influenciando em Canindé e por isso se escolheu esse polo local pra ter uma audiência pública.

Eu gostaria de fazer um bloquinho agora de questões, manifestações orais e gostaria de chamar a senhora Iara Oliveira, assessora do vereador Gabriel Aguiar. Iara vou lhe lembrar para tentar cumprir os três minutos.

Iara Oliveira: Oi gente, boa noite, boa noite a mesa, boa noite a todos que se encontram aqui até as onze horas da noite, né?

Gente eu vou aqui fala, né, e aqui vou direcionar a minha fala mais pras pessoas das comunidades, né, principalmente aqui de Lagos dos Matos, pra dizerpessoal, primeiro me apresentando, eu sou Iara, faço parte de assessoria do vereador Gabriel Aguiar, mandato ambientalista de Fortaleza, sou advogada e ativista ambiental. Queria, fiz uma pequena fala porque se eu vou falar aqui tudo que eu quero, vou passar muito mais do tempo que eu gostaria. Vou pedir permissão aqui.

Pessoal o urânio, né, ele é um material radioativo instável, né, que no seu decaimento ela vai se transformar em outros materiais, outros elementos radioativos, certo? E que esses elementos eles vão modificar, alterar as nossas células vivas, né, que quando tocados no nosso corpo, né, eles vão gerar uma alteração nessas células e aí em poucas palavras, né, na verdade uma única palavra, isso significa câncer, né, isso significa câncer pessoal, câncer depulmão, câncer de tireoide e muitos outros, não só. É e assim, não só isso, né, não só o câncer causa, ele vai causar também abortos espontâneos, então você jovem, moça que deseja um dia ser mãe tome cuidado, fique de olho nesse empreendimento, porque ele pode causar esses abortos espontâneos nessa exploração. E não só isso pessoal, as mães de plantão, né, com suas crianças devem tomar cuidado também porque esse material, né, ele afeta quarenta vezes mais as crianças, né. Então as nossas crianças, as suas crianças

mãezinhas elas vão, elas vão sentir quarenta vezes mais o dano dessa radioatividade.

E gente é nessas crianças também que vão se mostrar as malformações, as malformações, né, e também deficiências, né, isso vão se mostrar nessas crianças que vão ser as primeiras impactadas com esses elementos radioativos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Iara, eu peço que conclua, por favor.

Iara Oliveira: Gostaria de colocar para vocês, pessoal também que na primeira tentativa de licenciamento desse empreendimento, né, o urânio, isso foi em dois mil e doze, por meados de dois mil e dez o urânio nem se quer foi considerado, né, não foi considerado no meio da história, né, inclusive não foi o IBAMA que, que não era pelo IBAMA que estava sendo passado esse processo, né, porque justamente a, a quando se tem urânio ele passa pra uma outra instancia, então há uma tentativa da empresa de burlar o procedimento.

Bom, nós que somos lá de Fortaleza, né, e aqui já justificando a minha intervenção, por que que o pessoal de Fortaleza vem, né, até Lagoa dos Matos pra fazer intervenções de fala aqui nessa Audiência?

Nós estamos extremamente preocupados com a questão do transporte desse material, né, que não vai mais como foi dito aqui, passar em Fortaleza, porque queriam colocar lá por Porto do Mucuripe, né, e nós fizemos na câmara justamente um projeto de lei visando impedir essa, a passagem desse material dentro do município de Fortaleza. Então jogaram pro porto do Pecém, né? Ondetudo já se pode, né?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Iara, eu peço que conclua, por favor.

Iara Oliveira: Tá, tô perto de concluir. Então a gente fica extremamente preocupados, mas aqui gente em Itatira, em Santa Quitéria, em Madalena a situação, ela é muito mais dramática e sabe por que? Porque o empreendimento ele está deixando de fora, né, está desconsiderando mais de cento e cinquenta comunidades, mais de cento e cinquenta comunidades, pessoas, né, comunidades com muitas famílias.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Iara, muito obrigado pela sua manifestação.

Iara Oliveira: E aqui gostaria de deixar uma pergunta, né, por que?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu gostaria de chamar o senhor Sérgio Araújo para fazer a sua manifestação, por favor.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Nós temos três minutos para cada pessoa, você já utilizou seis minutos.Iara Oliveira

se manifesta longe do microfone.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Não, não estamos, nós estamos oportunidade para que todos pudessem falar. Iara eu vou lhe conceder mais dois minutos e senão eu vou cortar o microfonenovamente, tá certo?

Iara Oliveira: Ok.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Combinado? Então tá.

Iara Oliveira: Bom pessoal, fui aqui cerceada do meu direito de fala numa Audiência Pública onde as pessoas têm que ser ouvidas, né, e tive a minha falacortada, né, por essa mesa que inclusive o IBAMA participa, que isso? Que issocerceando a fala das pessoas? Enquanto a empresa tem duas horas para falar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: A empresa estava apresentando para toda população o PROJETO, você falou ontem, todo mundo falou hoje, você tem dois minutos.

Iara fala ao mesmo tempo.

Iara Oliveira: todas as falas com mais meio, mais bem mais de meia hora emtodas as falas. Vou aqui voltar pra minha fala pessoal.

Bom muito se fala na questão da economia, né, pra região e aqui gente vocês sabem como o colega falou, que estava aqui, não está mais, tem muitoscomércios que fazem a produção produtos de agricultura familiar, né, e aí eu pergunto, um empreendimento desse na cidade, né, quem é que vai querer comprar produtos das cidades, dessas comércios, desses comércios, né, onde tem a exploração desses materiais radioativos?

Quem são? Eu tenho certeza que a mesa não vai comprar, a mesa não vaicomprar, as pessoas que estão a minha esquerda não vão comprar e muito

provavelmente quem está aqui na frente à minha direita também não vaicomprar. E é isso pessoal, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Iara. Eu gostaria novamente de chamar o senhor Sérgio Araújo pra fazer a sua manifestação oral.

Sérgio Araújo: Boa noite a todos, saudar a mesa em nome do doutor Regis Pinto, os demais, boa noite. Bom, aqui no momento eu represento o Governo doEstado do Ceará e nós estamos ratificando, o nosso apoio a esse PROJETO daforma que foi dito aqui tanto na construção da adutora, né, assim como a questãoda estrada, não é de adaptar a estrada pra fazer toda movimentação de vinda esaída e também uma questão da energia elétrica, não é, toda a ENEL, o PROJETO já está lá e está, tudo tá sendo encaminhado, né, no seu time, no seutempo.
Bom, então vocês podem perguntas, mas por que não começou ainda a estrada?Por que não começou a questão da adutora? Por que não começou, é toda a questão do sistema elétrico? Obviamente é o Governo aguarda que o IBAMA obviamente libere a licença prévia, libere a licença de instalação nesse momento,eu garanto que os recursos já estão todos reservado, que não vai haver esse, essa quebra, né, como foi já esse, com esse termo de compromisso, é nós chamamos memorando de entendimentos, ele foi assinado no ano de dois mil evinte então tá valendo e o apoio é, tá garantido.

Um tema muito importante também a questão da capacitação, nós escutamos toda hora as pessoas se excluindo, né, que não vão ter oportunidade de trabalhar porque nós não temos capacidade, não é bem assim, aliás, não é nada disso. Toda secretaria de educação, né, toda secretaria de ciência e tecnologia tem osIFCEs o que a empresa, né, a GALVANI e a INDUSTRIA NUCLEARES DO BRASIL vão apresentar qual é a capacidade de capacitação e essa capacitação vai ocorrer durante a construção então na hora que começa a construção ele vão mostrar o que nesse, qualquer é a demanda que eles vão precisar de capacitação e nesse memorando de entendimento está claro, tá dito que a preferência é exatamente da área afetada diretamente. Então era só ratificar esse nosso apoio. Muito obrigado, boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu Sérgio. Eu gostaria de...Ele

é interrompido por alguém do público.

Pedro: Boa noite é só uma questão de ordem, por favor. Queria te fazer uma pergunta, sei que o presidente, o presidente Régis tá conduzindo a Audiência Pública.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Podia falar mais próximo ao microfone, não estou lhe ouvindo.

Pedro: Porque tá baixo aqui. Essa, essa, essa Audiência Pública é um espaço democrático, correto?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Perfeito.

Pedro: E é um espaço destinado principalmente pros trabalhadores, trabalhadoras residente aqui de Lagoa do Mato que gostariam de entender um pouco mais sobre o PROJETO e portanto ter o direito de se expressar, correto?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Perfeito.
Alguém do público: Eu queria entender, por que então a fala de um professor que tava trabalhando dando aula tá sendo cerceada porque ele teve o direito de se inscrever negado? O professor Magnlson chegou aqui as dez horas da noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Até o momento, desculpa.

Alguém do público: Porque tava trabalhando.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Até o momento ninguém, foi cerceado a fala de ninguém, todo mundo que se inscreveu falou.

Pedro: Pronto. Acho que você pode ir diretamente no presidente da mesa se inscrever, botar o seu papelzinho. Ele entregou pra alguém, algum representante aqui da empresa terceirizada que tá conduzindo o processo, chegou dez horas porque tava trabalhando, ele entregou a ficha.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ok.

Pedro: Devolveram a ficha pra ele dizendo que não podia.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Desculpa, eu não lembro o seu nome.

Pedro: Pedro.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro, é a gente coloca no regulamento trinta minutos a partir do intervalo pro recebimento, a gente ficou mais de horas recebendo, mas eu entendo perfeitamente e a gente vai receber, sem problema algum.

Pedro: Ótimo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Porque eu concordo contigo que é um espaço justamente pra gente discutir.

Pedro: Ótimo, o trabalhador tá trabalhando, né, ele vem aqui pra poder falar, tem o direito de falar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Claro, perfeitamente, sem problemas. Mas eu queria chamar agora a senhora Naiane Araújo, a senhora Naiane na Audiência de ontem foi a última pessoa a falar e hoje eu até tava no final de novo d apilha, mas eu resolvi privilegia-la para não ser novamente a última se expressar. Dona Naiane se tem três minutos, porfavor!

Naiane Araújo: Ainda bem, né que me colocaram pra não ser a última. Boa noite, boa noite a todas, todes e todos. É uma alegria poder estar aqui mais uma vez participando desse espaço democrático e eu começo a minha fala bem breve, me solidarizando com a companheira Iara, porque se fosse um homem branco empalitozado aqui na frente, o microfone seria cortado mesmo passando do tempo? Independente de qualquer coisa se fosse um homem aqui na frente teria sido cortado o tempo? E diante disso é que eu vou trazer mais profundamente pra além do que eu coloquei ontem, né, do impacto da mineraçãona vida das mulheres.

Vou me apresentar brevemente, sou Naiane Araújo pra quem não participou ontem, militante do MAM movimento pela soberania popular na mineração. Um dos principais impactos da mineração enquanto um megaprojeto na vida das mulheres, ele é muito forte, por que? Há exemplos de outros espaços e territórios que aconteceram esses projetos, a vidadas mulheres, os corpos das mulheres, os nossos corpos tem sidos, tem sido muito devastado, tem sido mortos, assassinados, mutilados, verdadeiramente ceifados, porque nós simplesmente somos mulheres e pra além disso o impacto na saúde mental também é muito forte, o índice de abuso sexual tem sido muito, muito intenso, principalmente em

áreas onde já aconteceram processos minerários, a região da Amazônia, por exemplo, há pouco tempo saiu um noticiário que os garimpeiros pra além da dinâmica e das gramas de ouro estavam sorteando mulheres.

Naiane Araújo: Como assim a mulher entrar como um prêmio pra satisfação sexual de um homem? Isso é muito sem lógica. O que é que tem sido feito coma nossas vidas? Apenas utilizadas como esses objetos sexuais? E pra além disso, né, que eu tenho percebido muito que o próprio setor mineral, já eu concluo, o próprio setor mineral, ele é dominado por homens e mais uma vez eureforço que a mesa só está sendo composta por duas mulheres brancas, a maioria é homem e apesar de que as mesmas mulheres vêm ao longo tempo tentando desmistificar isso, ainda é muito árduo, porque os mesmos homens que estão nesse setor abusam psicologicamente e sexualmente essas mulheres e isso existem dados que comprovam, eu não estou aqui apenas falando besteira,existem dados que comprovam isso né.
Enfim, e pra muito além disso, né, nós carregamos esse peso da estigmatização, do desprezo e do confinamento enquanto mulheres também no processo de quea prostituição em territórios minerados, territórios em processo de mineração vãoaumentar muito mais, se essa mineração de urânio vir pra cá, nós mulheres continuares a margem mais além do que já tá e essa margem virá transportadaprincipalmente com a prostituição, com o avanço do trabalho doméstico das mulheres e isso nós não queremos, e pra finalizar e pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Naiane. Dando continuidade, eu peço, eu dou oportunidade de fala para o senhor Juliano Oliveira, do Governo de Madalena. Senhor Juliano Oliveira. Não se encontra?

É, dando continuidade então, é eu chamo o senhor Roberto Guerra da fazenda São Lourenço, pra fazer sua manifestação oral. Senhor Roberto, lembra dos trêsminutos.

Roberto Guerra – Fazenda São Lourenço: Boa noite a todos, eu vejo que o PROJETO ITATAIA é um fato se já não consumado, mas há se consumar, entãoquando a gente não tem como reverter o que vai acontecer, vamos nos tornar parceiro e tentar levar ele pro lado bom das coisas. Eu tenho dois questionamentos a fazer, primeiro é sobre a questão hídrica. Eu moro na sede do município, tenho uma pequena propriedade e a sede do nosso município elaé completamente desprovida de abastecimento hídrico, temos abastecimento defaz de conta e não resolve nada, não estamos em crise horrível agora devida à quadra chuvosa que tá sendo muito boa e escutei os senhores falando que a adutora vinda do açude Edson Queiroz vai abastecer Riacho das Pedras, onde eu conheço muito bem, Morrinhos, Queimadas e tal. E a minha sede no município fica a dezoito quilômetros em linha reta aonde já poderia ser integradoo abastecimento e quero deixar aqui a minha reivindicação como um cidadão que luto e trabalho pela minha terra e quero ver ela melhorar e eu sei que é o

intuito de vocês é ver essa terra melhorar. Apesar de alguns problemas que estão sendo relacionados, mas eu sei que intuito de vocês não é chagar aqui e saquear o município, os quatro municípios e ir embora não. Vocês têm por obrigação moral e sem que ninguém os force, tenho certeza que vocês tão dispostos a ter contrapartida social pra nossa terra que é muito pobre. E nós estando a dezoito quilômetros de onde vai chegar a adutora eu gostaria de deixar aqui o meu pedido encarecido em nome de milhares de pessoas humildes que não têm água, tem dias que não tem água pra nada na Itatira, nada, nós não temos abastecimento continuo de forma alguma, que vocês levassem isso em conta e dentro das beneficies que vocês estão propondo a dar a região que seja uma delas levar, eu gostaria que o prefeito municipal tivesse aqui, mas não está pra ela refazer essa reivindicação. Pra que o povo da Itatira tenha condição hídrica, pois não temos de maneira nenhuma e com a adutora vindo do cen, do açude Edson Queiroz, é um açude de duzentos e cinquenta milhões de metros cúbicos, ele tem pano pras mangas. E outra coisa meu tempo tá acabando, mas quero só outra pergunta a respeito da formulação do fertilizante. Se vai ser apenas o fosfato, vai sair daí ou vocês já vão praticar a formula do NPK? Porque se houvesse o NPK pronto aqui na região ia favorecer e ajudar demais a agricultura familiar, o pequeno produtor, o médio e o grande com a ajuda do fertilizante, pois nossa região, a nossa agricultura, a nossa pecuária precisa de insumos, precisa de amparo e essa fertilização se fosse feita aqui, o NPK completo, nitrogênio fósforo e potássio ia nos viabilizar muita coisa na nossa produção. É isso que eu tenho a dizer e agradeço.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado senhor Roberto. E, fazendo um bloco, fazendo um bloco de devolutivas para as manifestações, eu passo a palavra pro CONSÓRCIO.

Raphael Turri – GERENTE DE MEIO AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA DA GALVANI: Obrigado. Bom, seu Roberto essa questão, né, acho que o senhor trouxe dois pontos importantes aqui. Nas reuniões que nós fizemos aqui no município de Itatira surgiu, né, essa demanda, esse ponto aí colocados pelo senhor também da, do abastecimento hídrico pro município. Os vereadores eles vêm se mobilizando pra isso, né, no intuito de buscar junto do Governo Estadual essa melhoria da infraestrutura do abastecimento hídrico, então a gente identifica também essa necessidade, né, do diagnóstico feito, ambiental apresentado no EIA, também foi identificado a questão da necessidade da melhoria do saneamento básico no município, então isso faz sim parte da agenda que o CONSÓRCIO vem conduzindo aqui de ouvir quais são mais necessidades, poder fazer essa, esse meio de campo junto do Estado e aí junto da prefeitura e dos vereadores buscar um a solução, né.

Com relação a melhoria da produção do cultivo aqui na região. Sempre que uma indústria de produtos fosfatados se instala numa região, ela gera toda uma cadeia produtiva, favorável ao agronegócio e realmente o que o senhor colocou é uma verdade, existe muito potencial de melhoria da produção da lavoura, da pecuária, do gado e equilíbrio com a agricultura familiar, né, aqui não tem

desequilibro ou não tem uma competição entre uma agricultura de maior porte e agricultura familiar, todas elas, elas podem coexistir de forma harmônica tendo consumidor pra ambos tipos de produção. Inclusive com relação ao consumo daprodução local, o próprio CONSÓRCIO durante a fase de obras e operação ele vai ser um grande consumidor desses produtos locais e a população, né, que vai ter uma renda melhorada, toda essa massa salarial que vem pra região também tende a aumentar o consumo e a possibilidade do aumento da produção tanto de maior escala como a produção local. Eu queria passar aqui pro Rogério, ele vai falar um pouquinho mais.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS - INB: Em relação à pergunta da Naiane, eu gostaria de dizer que o PROJETO SANTA QUITÉRIA ele vai propiciar oportunidades para as mulheres naturalmente isso já acontece, já existem programas no mundo inteiro e no Brasil em particular chamados Mulheres na Mineração, isso acontece em todos os lugares e as mulheres trabalhando em todos os cargos, locais onde a família inteira trabalha na mineração e em relação à questão da ética, o respeito às mulheres, isso é um princípio, nós falamos da questão da integridade, da ética e do respeito, isso ai está dentro dos nossos valores.

E em relação a Iara, eu gostaria, desculpa, é Iara Oliveira exatamente, que o Hector pudesse fazer um depoimento rápido sobre a questão das compras dos produtos e o testemunho que ele tem a respeito desse assunto.

Hector Hugo– GERENTE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA – INB: Bom, boa noite de novo a todo, como eu me identifiqueimais cedo, atuo como gerente de segurança meio ambiente e radioproteção da INB e moro Caetité há dez anos, né, sou natural da região.

Os produtos agropecuários de Caetité, ele não são contaminados por radionuclídeo, a gente não diz isso da boca pra fora, não diz isso tirando da nossa cabeça, existem dados de mil novecentos e oitenta e nove até o momento que comprovam isso da gente, o consumo desses produtos nas feiras livres, nossupermercados de Caetité, é um consumo normal, não existe assim medo, esse temor que é dito em todos os lugares, eu particularmente consumo tanto a água de Caetité quanto os produtos agropecuários que são produzidos no entorno damina lá da nossa cidade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado, Raphael, Rogério, Hector. Fazer um pequeno bloco com algumas perguntas escritas, todas elas relacionadas a questão radiológica e segurança esaúde, eu vou ler as perguntas e aí eu peço que o CONSÓRCIO se manifeste sobre os principais pontos, alguns já foram inclusive abordados aqui e aí também tem uma questão direcionada a CNEN, eu vou pedir pro Ricardo também se pronunciar.

A Lívia Ribeiro pergunta, no EIA entregue ao IBAMA e disponibilizado para a sociedade consta a informação de que não havia sido identificado instituição capaz ou habilitada para a realização das análises do programa de monitoração radiológica ambiental pré-operacional, todavia na apresentação de hoje o CONSÓRCIO informou que durante, que o monitoramento será iniciado em julho de dois mil e vinte dois, solicito a apresentação da empresa, órgão ou entidade selecionado para realizar as análises.

A senhora Marjorie Serma, pergunta, em caso de um acidente nuclear como a INB pretende fazer a contenção? Qual o nível de preparo para cuidar, pra lidar com a proteção das pessoas, dos solos, das águas? O serviço de proteção socialespecial é de alta complexidade, PNAS? Que inclui o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Tem previsão orçamentaria do PROJETO SANTA QUITERIA? Qual a capacidade do sistema de saúde pra acolher casos de câncer e malformação congênita?

O senhor Claudenir Ferreira perguntas, com relação a radioatividade presente no processo de extração do minério, quais os riscos que podem ocorrer ao meioambiente de forma direta e indireta, bem como para população em pequeno médio e longo prazo?

Uma pessoa de Lagoa do Mato que não se identificou pergunta, qual a melhoriaque este urânio pode trazer pra nós itatirenses?

A senhora Nimara Cruz do instituto Federal do Ceará, pergunta, qual o raio em quilômetros pelos estudos realizados até o presente momento que a radiação irá atingir após explorada a mina? Na fala de Ricardo Guterres, sofremos radiação por várias fontes, sim, porém não tanto radiação como após exploração dessa mina. Isso poderá aumentar amplamente os riscos diversos de cânceres, doenças respiratórias dentre tantas outras patologias?

É o senhor doutor Paulo Sérgio de Lagoa do Mato, como se trata de grande projeto e várias facetas multissetoriais com riscos de diversos a saúde dos trabalhadores, haverá implementação de serviços especializados deatendimento à saúde da comunidade e para os trabalhadores de CONSORCIO?

Sabemos que nossa região não dispõe de estrutura adequada para atendimentopreventivo e emergencial adequado a grandeza desse PROJETO.

Por fim, senhor Magno pergunta, quais os principais impactos de urânio diretamente em Lagoa do Mato em termos ambientais e com a saúde da população?

Tendo em vista em que todas as perguntas estão de alguma forma relacionadase já foram abordadas, eu defiro cinco minutos para a abordagem pelo CONSÓRCIO para essas perguntas.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS - INB: Iniciando pela questão da Marjorie, que faz uma pergunta aqui em caso de

acidente nuclear como a INB pretende fazer a contenção, importante ser dito quecomo já foi mencionado, nós vamos fazer a extração do minério onde o urânio ocorre na sua forma natural e depois fazer a concentração desse urânio a partir do ácido fosfórico, então não existe esse risco, esse potencial de acidente nuclear como foi mencionado, a gente não está tratando com urânio enriquecido,né, e também não estamos tratando com elemento combustível ou a utilização do elemento combustível na central termonuclear, nas centrais de Angra, então essa questão de acidente nuclear inexiste na questão do, trabalharemos sim naquestão dos controles como já foi mencionado, controle ao longo de toda cadeia produtiva, seja na mineração, seja no beneficiamento, seja no enriquecimento, seja na fase final aonde o concentrado vai ser entamborado.

Em relação a radioatividade presente na extração de minérios e os riscos que podem ocorrer ao meio ambiente, já foi debatido aqui também de uma forma bastante extensa, mas eu gostaria que Renata fizesse o comentário de como é que o meio ambiente de formas direta e indireta pode ser afetado e também para a questão da população no pequeno, médio e longo prazo.

Renata Salgado - INB: Boa noite, meu nome é Renata eu sou a supervisora de proteção radiológica, superintendente de processo da INB, vou falar um pouquinho então sobre as dúvidas, né, que a gente tem recebido várias vezes sobre os possíveis impactos que podem ter pra população eu vi uma questão, não sei se ele ainda tá aqui, acho que foi a Rejane que comentou sobre as populações bem próximas. Quando a gente faz um p projeto a gente da área deproteção radiológica se preocupa exatamente com as pessoas, com os trabalhadores e as comunidades que tão no entorno, então a gente verifica onde que a direção do vento, pra onde que vai a água, existe uma estação meteorológica dentro da fazenda Itataia que verifica pra onde o vento aponta e a TETRA MAIS falou do modelo que eles fizeram, da previsão, da poeira e essapoeira ela não sai de dentro da área da fazenda, mas mesmo assim, mesmo comos cuidados que vão ser feitos, pra batimento de poeira, pra não ter gerações de poeira da fazenda, do empreendimento para as comunidades, nós vamos fazer as monitorações pra confirmar esses valores. Então essas monitorações são o quê? Antes de começar a operar a gente vai avaliar a poeira que já existe hoje nas comunidades, quanto que tem de urânio e outros elementos nessa poeira. E quando tiver operando nós vamos continuar fazendo essas medições de formaa poder comparar e demonstrar que esses valores não subiram, eles não podemsubir, existem limites pra isso e esses dados em seguida vão ser enviados pro órgão.

E com relação a água, há aos cuidados que já foram comentas de impermeabilização, todos os tanques ficam dentro de contenções de concreto, pra que se tiver algum vazamento ele cai na contenção, dentro da contenção elepode voltar pros tanques ou ser, ir para uma estação de tratamento recircular a água. Então tudo é concebido pra que não haja uma infiltração, um vazamento que possa contaminar as águas e como que a gente vai comprovar que elas, as águas não vão estar contaminadas? Com os resultados das análises dasamostras que vão ser coletadas antes, durante e após a operação. Obrigado.

Raphael Turri – GERENTE DE MEIO AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA DA GALVANI: Obrigada Renata. Mais duas perguntas só pra fechar aqui, doutor Paulo perguntou como seria o atendimento de emergência no PROJETO, então no PROJETO nós temos um ambulatório pra atendimento de emergências, também teremos ambulâncias, né, e a parte de melhorias dos serviços de saúde da região vai ser discutido junto com a prefeitura e o Estado do Ceará. Um outro ponto como a Renata falou o plano de monitoração ambiental pré-operacional, como eu falei na minha apresentação vai ser iniciado em junho, esse plano foi aprovado pela CNEN e nós nesse momento estamos fechando a contratação da empresa pra que ela possa começar a atividade em junho, assim que, esse contrato for formalizado a apresentação da empresa vai ser feita pra CNEN.

Telda Lima – Analista Ambiental do IBAMA: Passo uma das perguntas escritas aqui para o analista da CNEN responder, dois minutos, ok?

Ricardo Guterres- DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA - CNEN: Então aqui há uma pergunta sobre a área afetada, né, pelo empreendimento após a exploração da mina.

Bom, é interessante observar que o empreendimento está em licenciamento, ou seja, a questões relacionadas ao impacto desse empreendimento estão sendo nesse momento, estão sendo avaliadas, o que nós podemos dizer e que a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR estabelece limites, tá, esses limites são conservadores, são limites baixos e que cabe ao operador demonstrar que esses limites não vão ser atingidos, na verdade, deve ser considerado ainda uma restrição de doses, ou seja, o que vai ser considerado como parâmetros é uma fração do limite estabelecido pela comissão. Então nesse momento, o operador tá apresentando a documentação tanto que demonstra a segurança do empreendimento, quanto o sistema de monitoração que comprova que esse modelo desenvolvido, ele de fato está funcional. O que nós vamos fazer é avaliar esse, esse sistema como um todo e verificar a integridade dele, né, a performance, a efetividade dele, né, a partir daí se pode dizer então que de fato os limites estão sendo respeitados e que a área externa ao empreendimento, ela é afetada no máximo dentro de uma fração do limite estabelecido para o público, né.

Telda Lima – Analista Ambiental do IBAMA: Vamos fazer mais uma rodada de manifestações orais. Gostaria de chamar Cecília Feitosa, por favor.

Cecília Feitosa: Boa noite a todas e todos, é saudar aí todo mundo que ficou, conseguiu ficar até agora. Meu nome é Cecília, eu sou bióloga, eu trabalho na assessoria do deputado estadual Renato Roseno e também sou vinculada ao laboratório de ecologia aquática da universidade federal do Ceará. Eu tenho algumas questões assim pra colocar do ponto de vista até resgatando alguns elementos de ontem, né, do debate, que eu acho que a gente embora seja um

momento novo que a gente tem aqui coma população de Itatira de Lagoa do Mato, mas assim, a gente tá discutindo o processo do licenciamento.

Bom, o Brasil é signatário de um conjunto de convenções dentre elas a convenção da diversidade biológica, né, conhecida pela que foi aquele evento da ECO 92 e recentemente dos signatários também, é de pare, de tratados vinculadas a questão climática, a conferências das 4:24:42 – falha no áudio, sobre o clima. Bom, tudo isso balizou e aí sobre tudo a convenção da diversidade biológica, a criação do programa nacional de conservação de espécies ameaçadas de extinção, esse programa nacional ele é vinculado ao ministério do meio ambiente e a partir dele foi lançado o plano de ação nacional de conservação de especeis ameaçadas. A última lista que era dois mil e quatorze publicada pelo ministério do meio ambiente, foi atualizada inclusive ontem, entãoo estudo que foi apresentado pela empresa, ele já está desatualizado porque saiu a nova publicação que lá atualiza por um conjunto de especialistas as espécies que estão na lista vermelha da fauna ameaçada, fauna e flora, no caso,né, mas eu queria me referir a fauna. Além disso a gente também tem no Estadodo Ceará a lista vermelha das espécies que foi publicada recentemente pela CEMA, a lista de mamíferos, por que eu tô trazendo essas questões aqui? Porque do ponto de vista do estudo de impacto, e aí eu queria trazer algumas questões de questionamento ao IBAMA inicialmente.

Bom, esse plano de ação que é o PAN, hoje ele abarca setenta e cinco por cento das espécies que estão na lista vermelha, ele não abarca todo mundo, mas é um número razoável. Esses planos nacionais de ação, eles são, têm como objetivo ordenar e priorizar ações pra conservação da biodiversidade dos ambientes naturais daquelas espécies que constam na lista vermelha nacional, mas também espécies que estão quase ameaçadas, especeis que tão na lista estadual, nas listas estaduais que inclusive são prioritária porque são, o locus doambiente local que você vai analisar do ponto de vista da ocorrência daquelas espécies sobre tudo as que estão em situações, né, as vezes tá na lista estadual, mas não tá na nacional, né, quer dizer a estadual tem potencial de conseguir efetivar possibilidades de análise mais razoáveis, inclusive mais detalhadas do que as nacionais. E o estudo inclusive não aborda essas listas estaduais né, e também, bom, as espécies migratórias.

Eu sei meu tempo acabou, peço um pouquinho de paciência na mesa só pra concluir o raciocínio e fazer a pergunta.

Bom, diante disso tudo, desse preambulo aqui da fala, é, existe uma portaria do ministério do meio ambiente, que é a Portaria 445, que foi, a de dois mil quatorze inclusive, que ela determina que as espécies que estão na lista vermelha da fauna ameaçada, e aí eu queria muito brevemente aqui também fazer a leitura do artigo, artigo segundo que diz assim, dessa portaria, as espécies que estão constando na lista vermelha desta portaria, da publicação, portanto a espécies com a lista vermelha, que constam como extintas nanatureza, criticamente em perigo, em perigo vulnerável, e vulneráveis, são as espécies justamente próximas à extinção, são gradações que trabalha essa lista,elas ficam protegidas de modo integral, incluindo entre outras medidas a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo,

beneficiamento e comercialização. Artigo primeiro diz assim, a captura, transporte e armazenamento, guarda e manejo de exemplares de espécies de que trata esse caput, somente poderá ser permitida para fins de pesquisa ou para conservação da espécie mediante autorização do Instituto Chico Mendes de conservação da espe, da biodiversidade, o ICMBIO.

Quando a espécie está na lista vermelha da fauna ameaçada ou enfim, qualquerespécie, é necessário instituir o PAN, que é esse plano de ação para proteção dessas espécies, no estudo de impacto que foi apresentado constam várias espécies, o estudo aborda a lista global do 4:28:23 – falha no áudio, e aborda também a lista nacional do ministério do meio ambiente embora desatualizada, porque foi uma nova publica ontem.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Cecilia, peço que conclua.

Cecília Feitosa: É pra concluir. Então diante disso, diante disso e da inexistência de PANs para as espécies que estão apresentadas no estudo como espécies vulneráveis, né, sobretudo vulneráveis, eu listei pelo menos sete espécies nessa categoria, existe a possibilidade até de ser mais, porque ontem o no debate, o Ricardo, né? O Ricardo falou que existe uma espécie de peixe, que ela na verdade não é espécie, tá como gênero lá, não tá classificada como espécie, mas é, bom, falou que tava sendo descrita a espécie, embora tenha dito que elaocorria em outros lugares. Eu sinceramente não entendo como é que a espécieestá sendo descrita e ela já tem lu, ocorrência em outros lugares, se ela não descrita, ela nem existe ainda efetivamente, então não ficou muito evidente pra mim esse ponto. Então era isso, eu queria perguntar pra o IBAMA sobretudo como é que o IBAMA considerando que existem várias situações de embargos e obras, as vezes de uma espécie que está na lista vermelha da fauna ameaçadae o IBAMA não avança com processo de licenciamento por que é justamente área de ocorrência dessas espécies. Então a pergunta é justamente essa, o queum processo como esse de licenciamento o IBAMA faz quando constam espécies na lista vermelha da fauna ameaçada? E a segunda pergunta e essa pergunta é pra empresa, pra o CONSÓRCIO, eu queria ter trazido aqui um estudo, mas não foi permitido o transporte pra facilitar inclusive e mostra a página, mas você pode aí observar, é o volume quatro página quarenta e quatroe quarenta e cinco, o colega ontem o Ricardo falou que tão previstas de patrimônio espeleológico a explosão de cinco área de cavidades que não eramaéreas de relevância, inclusive do ponto de vista da biodiversidade, aí lá nessa página quarenta e quatro, quarenta e cinco, vocês usam como critério uma tabelaque fala da sensibilidade, né, pra o tema da biodiversidade e justamente colocalá na categoria que tá apresentada na tabela. Alta.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Cecilia, por favor.

Cecília Feitosa: Pra concluir, alta, quer dizer a sensibilidade muito alta pra cavidades na área onde o empreendimento está previsto, isso aqui é que tá lá no documento, certo? No volume quatro, página quarenta e quatro quarenta e cinco, segundo o programa PROBIO, então, eu é que eu tô entendendo, que foifeita uma informação que as áreas de cavidades foram consideradas menos relevantes na apresentação que foi feita, mas o estudo mostra segundo o PROBIO que são áreas de alta relevância, inclusive são áreas que vão ser implodidas que tão na área de ocorrência do empreendimento, e aí queria que vocês pudessem falar mais sobre inclusive o que eu tô entendendo que há uma contradição com o que tá no estudo que foi apresentado. Obrigada, desculpe o tempo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Cecília. É diante do assunto relevante primeira vez nessa Audiência que se abordou de uma forma mais detalhada sobre a questão de fauna, eu já vou abrir a resposta da mesa, é iniciando pelo próprio IBAMA.

O IBAMA quando tem, quando tá fazendo licenciamento ambiental de qualquer projeto, quando existe uma, a indicação de extinção de alguma espécie, isso é um critério, é um critério levado em conta pra se atestar a inviabilidade do processo, do projeto, agora isso vai ser analisado ao longo do EIA, é ao longo das informações, do diagnóstico que foi, que foi trazido dentro do estudo, a gentevai verificar a qualidade dessa informação, pra verificar se isso é motivo pra gente de imediato dar inviabilidade ou se a gente precisa de uma complementação de informações para poder caracterizar de fato essa inviabilidade. De qualquer forma eu queria passar a palavra para, para a Fernanda dá, Fernanda Bouth - ANALISTA AMBIENTAL - IBAMA: - ANALISTA AMBIENTAL - IBAMA: que é nossa especialista de fauna, que é quem faz a análise de fauna terrestre no PROJETO SANTA QUITERIA para ela abordar a questão.

Fernanda Bouth - ANALISTA AMBIENTAL - IBAMA: Oi, boa noite, tudo bom? Adorei sua fala Cecilia, brigada, viu? É isso mesmo, queria só alertar uma questão, os PANs, os planos de ação nacional, eles são construídos com coletividade, tá? Então assim, há mais de quarenta planos de ação nacionais pravárias, grupos de espécies, né, que Instituto Chico mendes, ele coordena essa pasta, não é o IBAMA especificamente, mas os PANs eles são construídos junto com todos os especialistas da área, né? É um movimento, os planos de ação eles são construídos juntos comas universidades, com as instituições de pesquisa, né? Uma vez que no estudo ambiental se identifica uma sensibilidadecomo essa que você tá falando, certamente esses parceiros e as instituições que acompanham, que são parceiras também do IBAMA, elas se reúnem pra gente também poder trabalhar de uma forma mais detalhada, dessa, com essa questão, inclusive há casos que a gente até sugere pra câmara de compensaçãoque se crie unidade de conservação pra proteção de algumas espécies, né?

Então assim, queria tranquilizar que a gente tá em análise, as listas que são produzidas, que são atualizadas sistematicamente, elas são consultadas, elas

são alvos de análise, né? Então quando a gente identifica ou há alguma suspeita, a gente consulta os especialistas, gente vai atrás, a gente faz uma, uma, um levantamento bibliográfico e tudo que tá em regra a gente costuma consultar, tá?Então inclusive se você se disponibilizar, manda um e-mail pra, pro endereço que foi disponibilizado, pra gente até poder trocar figurinha, é muito bom quando existe a disponibilidade dos pesquisadores, das pessoas da área a contribuíremconosco, tá bom? Então é só isso que eu queira te tranquilizar, tá bom? E eu também vi que a Portaria 444 e 443, e 445 foi atualizada ontem. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Fernanda. Eu passo a palavra para a TETRA MAIS.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Obrigado Regis, obrigado Cecília. Eu não vou repetir aqui o que a Fernanda falou, eu queria te trazer também Cecília, sobre os programas de monitoramento que tão sendo propostos no EIA/RIMA, né, eles consideram essas espécies, não só as ameaçadas, mas também as espécies chaves, todo o, todos os grupos de fauna abordado no diagnóstico, eles trouxeram as informações de edenismo, de espécies ameaças, de espécies de interesse médico e veterinário, obviamente que essa portaria atualizada ontem ainda não foi, né, não foi considerada no estudo e a lista do Ceará também, porque foi amea, publicada posteriormente ao protocolo, foi no, agora em dois mil e vinte e dois, se eu não me engano fevereiro ou março, não tenho a data de cabeça. E sobre o volume quatro que você mencionou da relevância das cavidades, essa página que você mencionouaqui, no, na tua fala ela trata sobre a análise integrada do estudo, que um dos critérios pra definir a fragilidade da área como um todo foram, foi a relevância dessas cavidades de alta, de, de máxima, qual a relevância. O estudo sim identificou diversas cavidades de máxima relevância com espécies de fauna ameaçada no seu interior, ó que o projeto de engenharia e a mina não afeta nenhuma delas, na apresentação eu mostrei o contorno, né, que foi adotado pela engenharia justamente pra ma, manter e preservar a integridade natural de cavidades, essas cavidades de máxima relevância tão fora da área do, área diretamente afetada, né, área que será ocupada, tá fora da área de buffer de segurança, que são duzentos e cinquenta metros além dessa área que vai ser ocupada, então não há previsão nem de alta, nem de máxima relevância de cavidades a serem afetadas. Espero ter respondido tua, tuas duvidas e agradeçopor elas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Ricardo. Eu chamo para sua manifestação oral a senhora Sara, Jovens pelo clima. Senhora Sara, eu relembro os seus três minutos.

Sara – Jovens pelo Clima: Boa noite a todo mundo. É novamente eu venho fazer a minha fala com relação a queima ao coque de petróleo, que eu falei ontem na Audiência também, e aí hoje eu quero abordar um outro ponto sobre a queima do coque de petróleo. No EIA/RIMA apresentado do empreendimento

diz que o coque de petrole, de petróleo ele é composto por hidrocarbonetos aromático policíclicos, um nome bem complexo, basicamente pra dizer que esse é um composto tóxico e que causa câncer nos seres humanos, além de metais pesados entre vários eles, chumbo, arsênio e mercúrio e todos esses componentes que eu citei, eles são tóxicos e eles causam câncer nos seres humanos. E esse coque de petróleo ele vai ser queimado. São previstas mais de cento e noventa mil toneladas de coque de petróleo queimado. E esse coque vai ser transportado por mais de quatro mil caminhões por ano indo e voltando de Fortaleza até mina. E aí eu quero trazer com relação a isso, uma fala que foi feita aqui pelo CONSÓRCIO SANTA QUITERIA de que na mina a poeira não vai sair pras comunidades. E aí eu querias entender como é que essa poeira de coque de petróleo e de várias outras substancias que vão tá lá, não vão sair da mina, só tem duas, na minha cabeça só tem duas possibilidades ou vocês vão barrar o vento da região, que eu acho que é uma coisa meio impossível de se acontecer ou vocês vão construir um muro gigante, não sei, pra impedir que essa poeira voe, porque na minha cabeça eu não consigo compreender como é que vocês vão barrar essa poeira de voar pra cima das comunidades com os ventos. E aí eu trago aqui também fazendo um paralelo a situação do assentamento da parada que fica nos fundos da TERMELÉTRICA DO PECÉM, lá em São Gonçalo do Amarante. As TERMELÉTRICAS DO PECÉM elas queimam carvão mineral e aí nesse processo de queima muitos gases tóxicos são liberados além da poeira do carvão e atualmente várias famílias já tiveram que sair das suas casas por causa do pó de carvão entrando nas suas casas. Então as famílias na região ocatam sacos mais sacos de pós de carvão, a comida é contaminada por pó de carvão, a água e contaminada por pó de carvão e eles alegam que esse pó aumentou casos de doenças de pele, doenças respiratórias. Então eu trago mais um aspecto desse PROJETO que é inconcebível, que é a queima do coque de petróleo que vai trazer poeira, poeira e vai também queimar componentes tóxicos desse coque de petróleo, que vai trazer câncer pra população. Então a gente tem um exemplo aqui do lado.

Aqui no Ceará desse, disso também acontecendo de um combustível fóssil sendo queimado e tirando as comunidades de seus territórios por causa da poluição, da toxicidade, dos gases tóxicos que são liberados e da poeira. Então é isso que eu tenho pra falar sobre esse ponto também que mais uma vez não é abordado, né, falei ontem sobre esse tópico em mais um momento, outra Audiência Pública onde vocês têm a oportunidade de pelo menos pontuar coisas que a gente traz anteriormente, mas isso de novo foi omitido nas apresentaçõese sequer citado, então é isso. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Sara. Eu convido a Cecilia Paiva Souza, para, do escritório Frei Tito de Alencar para fazer a sua manifestação oral. É a senhora Cecilia Paiva Souza. Cecília, eu peço que se atenha aos seus três minutos, por favor.

Cecilia Paiva Souza: Certo, tava no, desculpa. Gente, assim, queria pontuar, já tá bem esvaziado, né, assim, o tempo infelizmente faz com que o pessoal que tem que trabalhar amanhã tem que ir embora. Eu sou do escritório Frei Tito de

Alencar, advogada, o escritório existe há mais de vinte anos e atua na defesa dedireitos humanos e tá vinculado a assembleia legislativa do Estado, certo.

Assim, a gente sempre fica num debate, acho que desde ontem a gente tá traçando ele, em que a gente fica nessa batalha da mínima, minimização da radiação ou máxima, maximização dela. Ao mesmo tempo que banana pode emitir radiação a gente podia ficar trazendo exemplo, por exemplo, dos cadernosda Marie Curie que estão em caixas chumbo e não podem ser mexidos em mais de mil anos, assim, não sentido isso e a questão que a gente traz enquanto escritório é principalmente. Gente é porque eu corri e aí eu tô om pouco ser ar, certo, que a insuficiência dom licenciamento ambiental com relação à questão da radiação, que ela não é tratada e aí a gente entra numa questão que as vezestodas as perguntas, muitas perguntas são sobre isso e todas as respostas eu sinto que a gente acaba tratando de mera especulação, porque os estudos sobreisso ainda não foram feitos, então a gente fica, ah vai ter uma barreira de contenção, acho que um das funcionários da TETRA colocou isso, mas qual barreira? De que forma? Qual material? Isso não tá sendo apresentado, isso não tá no estudo. Então eu acho que a consultoria nem devia mencionar isso, já que ela não estudou a respeito, entende? Então assim pergunta sobre a questãoda radiação a consultoria não foi, não estudou isso e o IBAMA legitimou essa decisão, nós da articulação antinuclear fizemos um parecer falando do termo de referência e pontuando a necessidade de que esse rito tivesse a questão da radiação, porque não faz sentido a gente discutir os impactos desse empreendimento sem discutir essa questão, entende, não faz sentido mesmo, assim, acho que se tem algo que essas audiências têm mostrado é esse ponto,né, então o IBAMA acredito que tem que rever sua decisão com relação ao termo de referência em si, né. Acho que isso é um problema inicial que vinculastodos esses autos do licenciamento. É eu acho que isso nem envolve a CNEN, porque a CNEN tá no procedimento dela, tá tudo ok, o nego, o estudo ainda vaiser apresentado, tá tudo certo, mas a gente aqui, não. O licenciamento tem andado, a gente já está nas audiências públicas, a poderia até existir uma licençaprévia sem a gente estudar isso, e esse é o anseio da população, entender quaissão impactos que isso pode ter e é irresponsabilidade dizer que não vai ter ou que não pode ter qualquer tipo, parece assim, que a gente vive num mundo ideal em que nenhum tipo de contaminação pode acontecer. Isso é absurdo e ridículo,entendeu? Então assim, parece que vocês ficam sempre negando porque não teme o estudo e não tem questões técnicas pra vocês apresentarem enquanto a gente vai dizer não, tem que, que ter alguma coisa gente. O IBAMA não pode emitir uma licença prévia sem entender esses aspectos, isso é, isso é bizarro, assim, então porque assim a CNEN não vai estudar os efeitos da radiação na flora e na fauna, não vão, ne´. Então assim, quem vai estudar isso? O IBAMA vai fazer uma licença prévia a partir, sem essas questões, não faz sentido, certo. Outro ponto que a gente já coloca.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Cecilia, eu peço que caminhe para a sua conclusão**.**

Cecilia Paiva Souza: Eu vou realmente concluir.

É certo, o licenciamento ele já tá incompleto também sobre outros aspectos, e isso não sou eu que tô falando, o MPEF já determinou, emitiu, é recomendação de ontem, na, falando que o IBAMA, pra que o IBAMA determine que a INB complemente os estudos com relação as populações e comunidades tradicionais, né, e que a licença prévia não seja concedida até momento que a consulta prévia seja realizada. A violação a essas populações também já foi atestada pelo conselho nacional de direitos humanos que também emitiu, recomendação pra que o IBAMA não tivesse rea, realizado essas audiências, porque a gente não tem material suficiente pra fazer essas audiências, né, a gente tá falando de impactos que são secundários, principalmente com relação aos anseios da população. Então assim, eu acho que isso novamente não só somos nós, articulação antinuclear e nós do escritório Frei Tito que estamos falando, são vários sujeitos que estão preocupados com essa situação, então não adianta tratar as preocupações como algo mínimo ou algo, ah, gente não vaiser perfeito, de repente tem todas as tecnologias mágicas que vão evitar qualquer tipo de contaminação, isso é , fingir que existe risco, isso é falta de informação e transparência, a gente quer um debate técnico qualificado que vocês exponham as reais questões do debate e obvio que o risco existe. Quais são? Como pode, como seriam contornados? Isso não pode ser simplesmente ignorado, certo? Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Cecília, muito obrigado. Antes da gente fazer um bloco de devolutivas eu queriachamar o Rafael Melo para fazer a sua manifestação.

Rafael Melo: Olá, boa noite a todos e todos, meu nome é Rafael Melo, eu sou pesquisador do núcleo trabalho saúde e ambiente da universidade federal do Ceará. E trago aqui a busca de um diálogo, uma contribuição, buscando aqui dialogar com os profissionais de segurança, professores, professoras de Lagoa do Mato, de Itatira, moradores aqui dessa região. O PROJETO apresentado nesta noite, ele traz uma série de impactos à saúde e dentre desses impactos gostaria de nesta, neste memento destacar processo que estão mais relacionados aos fluxos migratórios induzidos por grandes empreendimentos, quando a gente traz esse proce, esses processos a gente tem um perspectiva que com a vinda de um grande número de pessoas o aumento nos processos de violência, a difusão do tráfico e do uso de drogas, o aumento da exploração sexual, da gran, da gravidez indesejada e de adolescentes, a pressão sobre os valores de aluguel. Aqui em Lagoa do Mato, me parece pelo o que eu conheço da região a questão da, do abastecimento hídrico, do distrito é uma problemática que tende a ser agravada neste momento e aí com as mudanças socioambientais na rotina uma série de impactos psicossociais, aumento de casos de depressão, aumento de casos de ansiedade, aumento de casos de sofrimento, outros transtornos psíquicos. E aí olhando para um outro aspecto doimpacto à saúde que muito e muito nos preocupa dentro dos estudos, dentro decampo da saúde, estão relacionados, são os impactos relacionados à exposição ampliada aos radionuclídeos. Nós estamos falando de um processo de mineração que irá lavrar cento e dezoito, vírgula oito bilhões de toneladas de minério com o alto teor de urânio, tório e outros elementos das cadeias de

decaimentos destes minerais radioativos. Esse processo ele ocorrerá pela escavação mecânica, pela, pelo uso de explosivos. Esse material retirado do solo ele aumenta pelo próprio processo de detonação, pelo próprio processo de escavação mecânica, gera poeiras que serão dispersas pelo vento aumentando a disponibilidade, a mobilidades destes radionuclídeos para o ambiente e isso expõe mais as pessoas as radiações ionizantes, seja através da inalação dessesmateriais, seja através da ingestão, consumo de água, de alimentos e diversos tipos de câncer estão relacionados a maior exposição desses, a esses radiaçõesionizantes, como, por exemplo, os câncer de pulmão, digestivo, a ingestão, cânceres, leucemias, sarcoma ósseo.

Peço só mais um instante pra finalizar. E aí com relação a essa dimensão dos, da maior exposição dialogando, também aqui com o representante da CNEN, com a consultoria, o modo de vida, os trabalhadores rurais, o modo de vida camponês, ele é muito mais exposto do que um público em geral, um público decentros urbanos. Isso acontece pela própria dinâmica de contato mais intenso com o solo, com a terra, o consumo mais intensivo de alimentos de origem do próprio local, a criação de animais pelo pastoreio, a gente tem uma exposição que inclusive trabalhos muito interessantes feitos por técnicos do instituto de dosimetria e radioproteção da própria CNEN simulando esses, esse cenário de exposição dos trabalhadores, trabalhadoras rurais. Para o caso de exploração do PROJETO SANTA QUITÉRIA apontam que há a possibilidade de ampliar emduas vezes e meia acima do limite para a exposição do público a exposição à radiação dessa população que vive próximo ao local jazida e que trabalha no campo, isso no período de dez anos, podendo chegar a quase três vezes os limites de exposição em um período de setenta anos. Então esse cenário de exposição a que estão submetidas as populações que vivem no campo e próximas as jazidas, eles não podem ser desconsiderados e é sobre isso e aí reforço o que ta, a Cecília Paiva falou aqui agora, a gente quer ter assim como,e avaliamos, né, é uma questão de , avaliamos que para a identificação dos impactos a saúde é necessário conter dentro de uma metodologia que esteja claramente apresentada, quais são os resíduos de radionuclídeos que estarão tanto nos derivados fosfatados de um modo geral. O que que, são quantidades desprezíveis, desprezíveis quanto? Quanto? A eficiência dos sistemas de filtragem é de noventa e nove virgula nove por cento, eu quero, nós precisamoscompreender esse zero, zero virgula um por cento que escapa e como que ele vai se comportar meio ambiente? Como ele vai se concentrar? Como ele vai passar pelos diferentes compartimentos ambientais?
A negação dessa informação é uma decisão política que aumenta, amplia, né, as incertezas da população que estará exposta a uma série de impactos desse empreendimento sobre citar o IBAMA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Rafael.

Rafael Melo: Agradeço ao Régis pelo tempo maior, solicito que essas questõessejam consideradas pra que a gente não tenha essas omissões, essas incertezas ampliadas para a população, que a gente possa ter uma avaliação

séria, rigorosa sobre potenciais impactos a saúde da população, porque da formacomo está não é possível e por isso, é necessário integrar os dados sobre a questão do licenciamento nuclear e a questão do licenciamento ambiental. Muitoobrigado, boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Rafael. Iniciando um boco de devolutivas, eu gostaria de abordaralgumas questões sobre o ponto de vista do IBAMA. É como eu já havia falado ontem, hoje eu acho que eu já comentei e repito mais uma vez. É o IBAMA, a gente está no processo de licenciamento ambiental, esse processo ele, né, existem várias fases, a gente ainda está na fase bastante inicial, é expedimos um TR, recebemos um EIA, verificamos que, como a Fernanda falou mais cedo, a forma dele estava correta ou não, se continhas as informações que nós havíamos pedido ou não, e agora estamos numa fase em que nós estamos fazendo uma análise de mérito, nós estamos analisando se aquelas informações estão lá? De que forma elas estão? Se elas procedem? Se elas não procedem, se elas são suficientes ou se elas não são suficientes? Esse período a gente tementre seis meses e um ano pra fazer essa análise e ao longo dessa análise costumam-se ocorrer justamente as audiências públicas, aonde o IBAMA não sótem contato com a percepção da população, mas ele também recebe informações da população e é exatamente isso que está ocorrendo, nós temos recebido uma gama bastante grande de informações. Ontem a Telda não parava de escrever, hoje ela está quietinha porque basicamente, né, ela já anotou tudo que tinha para anotar ontem, mas realmente preocupa o IBAMA muita, muita a questão de impactos sociais e isso vai ser analisado com muito cuidado ao longo da análise do EIA e aí eu me reporto também especialmente a questão das populações tradicionais que ontem foi bastante repetido, hoje um pouco menos, mas também veio à tona. É importante lembrar que existem outros órgãos que são intervenientes ao longo do processo, para as questões indígenas, nós temosas FUNAI, para s questões quilombolas, nós temos o INCRA, esses dois órgãos foram instados a se manifestar e foram convidados a participar também da Audiência Pública, ambos os órgãos informaram quer terras indígenas e terras quilombolas oficialmente demarcadas não sofrem impacto do empreendimento e também declinaram a sua participação na Audiência Pública.

Isso não afasta o fato de que podem se existir, populações quilombolas, populações indígenas e outras comunidades tradicionais outros povos tradicionais que vivam próximo ao empreendimento e possam ser impactados pela instalação e operação desse empreendimento.

Essas informações o IBAMA espera que esteja no EIA, se ela não estiver no EIA o IBAMA vai pedir complementação de informações, se essas informações não vierem e a gente identificar que existe um diagnóstico falho, que não traga informações suficientes para o IBAMA atestar uma viabilidade socioambiental, oque o IBAMA vai fazer é novamente arquivar o processo. Mas isso ocorre ao longo do processo de licenciamento, especificamente quanto as oitivas da OIT 169, ela no Brasil, elas infelizmente não são regulamentadas e são regulamentadas no âmbito da FUNAI e do INCRA. E como eu falei essas instituições declinaram a sua participação no processo, uma vez que, a

regulamentação a princípio seria para as terras oficialmente demarcadas. De qualquer forma, eu repito, tanto as populações indígenas, os quilombolas comooutras populações tradicionais, assim como qualquer população que o IBAMA identifique que esteja de alguma forma sendo impactada pelo, pela instalação ouoperação do projeto o IBAMA vai sim exigir um diagnóstico e posteriormente umapossível mitigação ou compensação para o impacto causado ou se entender que esse impacto é grave demais pode dar pela inviabilidade do projeto, eu queria apenas ressaltar esses pontos e aí vou passar para o consórcio se manifestar durante três minutos e depois também gostaria de ouvir o Ricardo da CNEN também dando o prazo de três minutos.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Ok. Então comentando um pouco sobre o uso do coque no forno de calcinação, o coque ele é, é vastamente utilizado na indústria e o que ocorre dentro do forno de calcinação é a sua queima perfeita, significa que nas chaminés o único tratamento necessário é o do material particulado por meio dos filtros de manga onde a gente tem uma eficiência muito alta de no, noventa e nove, virgula, nove por cento, então é, a população do entorno pode ficar tranquilo porque essa é uma tecnologia muito conhecida, dominada na indústriae que não traz riscos à saúde da população, também os estudo de modelagem atmosférica demonstra a, o nível de lançamento nessa chaminé e a, a dispersãono ar desses efluentes. Então esse é um ponto importante aqui a ser colocado e também o transporte do coque ele é feito de forma segura, o coque ele é um material de certa forma diferente do carvão é um material diferente, então não pode ser associado ao carvão ou pó de carvão também como foi colocado aqui. Acho que uma coisa importante colocada também é o aumento da população induzida pelo projeto, na verdade como a gente tem aqui um compromisso fortede contratação de mão de obra local a gente tende a reduzir essa preocupaçãoe esse risco né, tem que lembrar que não é só aqui o Distrito de Lagoa do Matoque tem a necessidade de absorver essa demanda né, pela demanda que vai ser gerada isso já vem sendo tratado pelo consórcio em parceria com a FIEC, o estudo que a gente vem desenvolvendo é, pelo observatório da imprensa traz pra gente uma perspectiva e essa mão de obra ela pode ser muito bemdistribuída nos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena, sem sobrecarregar nenhuma das, das, das estruturas dos quatro municípios.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: E complementando o que o Raphael mencionou é importante dizer ao Rafael Neri né, da pergunta que o consórcio vai trabalhar junto aí né, com o poder público no que diz respeito ao primeiro bloco de questões levantadas por ele, principalmente a questão da, segurança em relação aos impactos ciclo sociais, o consórcio deverá implementar a, dentro da empresa as questões de saúde e segurança ocupacional pra acompanhar os empregados, fazer o acompanhamento pelas áreas médicas com exames periódicos e toda essa quentão. Em relação a questão dos radionuclídeos, abatimento de poeira na mina vai ser uma prática, já foi mencionado aqui durante as apresentações, os equipamentos são equipamentos apropriados pra esse tipo de operação, vão serutilizados equipamentos de proteção individual, os empregados vão usar

dosímetros pra o, o controle efetivo, vão ser implementados todos os controles que já foram mencionados e aí se houver necessidade a gente poderia de novo dar uma complementação a partir do Hector. Hector, se você puder fazer um sumário rápido pra dentro do tempo.

Hector Hugo – CNEN: Rafael, uma pergunta técnica né, bom da gente responder. Tudo o que você explicou né, a gen, dos compartimentos ambientais,a poeira sai da mina, migra pela atmosfera, chega lá na pessoa, a água e caminha e a pessoa pega molha o vegetal, a vaca vai lá e come, ela produz o leite e a pessoa acaba consumindo isso tudo, isso são as vias de exposição quesão consideradas num cálculo de impacto radiológico, então é, isso tudo que você descreveu é o, o estudo conceitual, é o cenário que a gente estabelece pra pensar como esses radionuclídeos irão migrar e chegar até as pessoas, porquepelo que você, como você falou, isso vai acontecer né, mas, ela vai acontecer em que extensão? Até que valor? Porque não é a partir só do conceito que eu posso afirmar que as pessoas serão impactadas não é, eu desconheço o, o estudo que você citou que é re, que foi realizado pelo IRV, realmente não conheço, mas, as informações que nós temos até o momento é que com a dispersão atmosférica, com os controles aplicados, com o cenário de vida das pessoas que moram no entorno da mina é que os cálculos de impacto, tanto da instalação minero-industrial quanto da instalação de urânio, eles não vão exceder o limite de res, o limite não, o valor de referência de restrição de dose pra indivíduos do público que é de zero, vírgula três mil no ano. Então, embora o, o modelo conceitual é, seja exatamente esse que você falou a gente precisa fazer uma extensão, valores numéricos pra dizer, não, vai causar impacto acimado limite ou, não vai causar impacto com base no limite que é estipulado pela CNEN.

Maria Cláudia Paley – TETRA MAIS: Bom é, eu queria complementar só com alguma informação sobre as comunidades do entorno e os, e os impactos nestas comunidades. Queria dizer que no Estudo de Impacto Ambiental estas comunidades estão bem caracterizadas né, um exemplo disso é que se a gente considerar Lagoa do Mato, Morrinhos, Queimadas, Riacho das Pedras e Saco de Belém, só em termos percepção ambiental foram aplicados duzentos questionários nessas comunidades, isso traz uma informação muito relevante pra se dar base pros programas sociais que estão previstos e também uma base de informação para o IBAMA, então essa caracterização existe e toda analise deimpactos feita pelo, pela consultoria tomou bastante cuidado olhar pros impactosnessas comunidades, e a partir daí então se prevê que são oito programas sociais previstos pra diversas etapas do projeto.

Esses programas eles têm basicamente dois público alvo, dois tipos de público alvo, um público alvo são moradores, pessoas, eles são bem direcionados prum tratamento específico dessas comunidades do entorno, por exemplo na comunicação social, por exemplo na educação ambiental que tem por foco o público escolar e também comunidades próximas, mesmo quando essas comunidades não contam com uma escola por exemplo, além dos trabalhadores. Então esses programas todos tem por objetivo evitar conflitos né.

Quando a gente fala de fluxos migratórios e os impactos que isso pode trazer a gente já vem ouvindo bastante aqui sobre a contratação de mão de obra local, sim, isso é importante, mas, isso foi avaliado pela consultoria em termos da sua viabilidade, porque? Porque existe um dado de que a população adulta tem baixa escolaridade, apesar do ensino ser de boa qualidade, então o que que se propôs? Se propôs educação de jovens e adultos no canteiro de obras, é uma forma de se viabilizar a contratação da mão de obra local, então não é só uma intensão, mas, houve uma análise dessa viabilidade, uma proposição de ações complementares pra que isso se torne real, e sim é verdade, hoje a mulher tem cada vez mais aumentado sua presença dentre as, as pessoas que trabalham em obra, em construção civil e também na mineração, aqui num, num tem porque ser diferente, mulher qualificada tem espaço nessas operações e esse espaço vem aumentando a cada dia e além do que sobre os outros pro, eu falei sociais que tem por foco população, mas, tem um outro grupo que são quatro programas, que tem por foco as instituições, porque o empreendedor não consegue resolver sozinho questões sociais, ele precisa de uma parceria com a prefeitura e essa parceria tá colocada em termos do monitoramento de ocorrências pra saúde e o tratamento dessas variações que podem acontecer, o empreendedor não resolve isso sozinho, mas, ele resolve em parceria com a prefeitura.

E tem outros programas envolvendo inclusive capacitação de funcionários públicos das prefeituras pra acesso a outros recursos pra viabilizar outras ações que a prefeitura sim vai ter que fazer pra que esses benefícios sejam melhorados, então, ações de educação, saúde e segurança tão, estão previstas nesses programas que hoje eles são gerais, mas, eles já têm um foco em comunidades locais e eles serão mais, serão detalhados a diante, era isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Cláudia. É, eu queria passar a palavra pro Ricardo da CNEN.

Ricardo Guterres – DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA – CNEN: Bom é, esses pontos são muito interessantes, muito, muito importantes né, e eu acho que a gente tem que te, tentar ser o mais claro possível a esse respeito, eu vou tentar ser bem preciso. A Comissão Nacional de Energia Nuclear não vai aceitar a operação do empreendimento caso haja doses para público superior ao limite estabelecido pela própria comissão, ela não vai aceitar isso.

É, e como é que é, como é que isso funciona no âmbito do licenciamento? O empreendedor apresenta uma modelagem do, do, do, das vias de, de exposição exatamente como foi colocado aqui pela INB e a, associado a isso há um plano de monitoração ambiental que assegura não é, por limites derivados que aquele modelo tá, tá funcionando, o que que nós fazemos? Nós escrutinamos esse modelo, nós usamos o, o IRB por exemplo que é um instituto de suporte técnico pra nossa atividade que vai contribuir pra avaliação do impacto ambiental isso vai ser considerado e nós avaliamos se o modelo está correto, se os parâmetros considerados estão corretos e se o programa de monitoração ambiental de fato

ele assegura que a, a, a robustez né, a efetividade do modelo está sendo garantido, então a partir de, a partir daí a gente pode sim dizer que o, o, sistemaapresentado pelo operador ele assegura a preservação não do limite, mas, como foi colocado, do, do valor de restrição de dose né.

Então é isso que eu queria colocar, quer dizer, no passado já houve tentativas de licenciamento que malograram que o operado não foi capaz de demonstrar robustez do seu sistema é, de manutenção dos limites de dose né, e se isso acontecer novamente, novamente o licenciamento vai malograr como o Regis tem insistido aqui né, é um processo em curso e nós vamos fazer o nosso trabalho.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Eu queria rapidamente ler três perguntas escritas e que eu considero que já foram respondidas na última fala do consórcio, especialmente sobre as questões de, de mão de obra para o projeto. É, pergunta do senhor Vitor Emanuel. Quais os principais impactos na, na natureza e nas comunidades,nós já abordamos.

FALHA NO VÍDEO – Durante a fala do presidente da mesa, o senhor Regis Fontana, no tempo de 5:14:22, o vídeo salta para o tempo de 5:14:27 adiantandoem 05 segundos, porém, ao aparecer a próxima cena observa-se que no seu tempo de fala já se passaram mais e 02 minutos. A pessoa que não foiidentificada.

???: em Itatira ou nesses municípios que ficam proximamente de Itataia pode ocorrer contaminação por radioatividade, porque em Caetité aconteceu, vocês sabem muito bem disso, vocês sabem que vazou mais de vinte mil litros de licores que inclusive tinha radioatividade neles que foi se infiltrou-se no lençol freático, vocês sabem disso.

Sabe o que é que vocês não fazem, não falam sobre isso? Porque vocês queremenrolar o povo com essa romanticidade de vídeozinho de tatuzinho andando, entendeu? Mas, isso é uma coisa concreta e o que vocês falam eu digo da mesma forma que ontem, vocês mentem.

E a última coisa Regis é o seguinte, isso a população aqui de Lagoa do Mato deveria ficar sabendo, mas, infelizmente eles já foram embora né, e eu acho queé porque talvez eles não gostaram do tema eu acho que o tema não foi tão chamativo assim que eles foram embora, mas, a última coisa pra finalizar Regisdo, um segundinho só é, a INB foi condenada em Caetité, isso com relação a trabalho, foi condenada em Caetité porque ela fez uma diferenciação entre os, os trabalhadores que são diretamente contratado pela INB e os tra, e ostrabalhadores que são contratados pelas terceirizadas, foi condenada é assim que a INB pode tratar os trabalhadores na mina de Itataia gente, esse lancezinhode emprego que vai ganhar não sei o que, que vai aumentar a economia, e nesse, aí eu finalizo Regis dizendo o seguinte, a mineração no Brasil é o setor que mais adoece e mata, são três vezes a mais, quem diz isso é o Observatório

do Ministério Público do Trabalho, são três vezes a mais do que qualquer atividade humana, aí vem uma pessoa aqui dizer que a, a atividade da mineraçãosó gera emprego, só gera riqueza, vamos ser mais transparente com a comunidade gente, vamo colocar que poderia pelo meno acontecer algo de errado, aí vocês chegam aqui com essa romantiz.

FALHA NO VÍDEO – A imagem salta para outro momento.

MANIFESTAÇÃO POPULAR – Falas ao fundo sem captação clara.

Pedro – MAM: Senhor presidente antes de começar o tempo, só um minutinho dá uma pausa ali por favor, antes de começar o tempo é, eu gostaria que fosse registrado em ATA a lamentável forma de condução do senhor na Audiência Pública de hoje. Existem várias formas de cerceamento da participação popular de espaços que se dizem democráticos como esse, todos nós acompanhamos há bastante tempo audiências públicas em todo o país não só sobre mineração então nós sabemos exatamente como esse tipo de atividade, esse tipo de espaço funciona, lamentável porque existem diversas formas de cerceamento da participação popular a principal delas é no que momento que é dito de debate,é a diferença de distribuição do tempo pra quem tá aqui disposto a falar, e a diferença do tempo que é dado pra cada um desses representantes aqui CNEN,os dois da INB, os vários da INB que tão aqui e os vários representantes de azul da empresa contratada pra fazer fala. O povo fica cansado, a maior, o maior retrato disso é que hoje onze horas da noite a gente já tinha um cenário muito próximo que esse, diferente do que aconteceu ontem, não sei porque isso aconteceu hoje não faço ideia, a verdade é essa, acho curioso, curioso.

Então não é só quando a companheira tenta falar e tem o seu raciocínio funcionando né, com essa diferença de tempo entre um e outro né, e aí se diz que ela tem que terminar de falar, isso não é só, isso é só mais uma de cerceamento de participação popular, não é só o trabalhador que sai do seu trabalho e chega aqui dez horas tenta se inscrever e diz pra ele que não pode porque tinha que ser sido inscrito as oito e meia da noite, mas ele tava trabalhando, qual é a disposição de fato que ele tem de chegar aqui pegar o microfone na frente de um bando de gente e poder falar sobre algo que ele quersaber que o afeta. Então eu queria que deixasse registrado a lamentável condução do senhor presidente da Audiência Pública de hoje, porque, me pareceque ela foi construída pra chegar justamente nessa condição pra que o povo nãotivesse tempo e desculpe o termo, saco, pra tá aqui até essa hora da noite tendo que acordar cedo amanhã, disto isso eu vou começar a minha fala.
Bom é, pra quem resta.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro eu vou só pedir que o pessoal zere o cronômetro pra que você tenha.

Pedro – MAM: Obrigado presidente.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ter os seus três minutos além do que já foi colocado.

Pedro – MAM: Obrigado presidente. É, bom é, algumas questões sobre mineração de maneira geral, eu represento o Movimento pela Soberania Popular da Mineração, soberania popular da mineração e aí te trago um, um debate que é central não dá pra fazer ele com profundidade aqui, nós não somos contra a mineração nós somos contra o modelo de mineração que se torna dependente do mercado financeiro e que funciona a partir de uma lógica que é determinadaa partir da variação do preço desses minérios no mercado financeiro né, só somos contra esse modelo de mineração que é esse modelo de mineração quehistoricamente a INB funciona que é o rebaixamento da nossas condições de fim, de fato definirem o ritmo de exploração desses minérios e que a gente se torna historicamente desde o século dezessete, do século dezoito né, um espaço destinado aos rejeitos enquanto os proveitos são destinados ao mercado externo.

Essa mineração é esse papo todo de que a mineração contribui né, com o desenvolvimento nacional, é mentira a INB sabe disso, é mentira. Mil novecentos e noventa e sete a lei Kandir tirou a reponsabilidade...

FALHA NO VÍDEO – O vídeo adianta 32 segundos, registrado no cronômetro público.

Pedro – MAM: do valor de produção gerado pelo setor mineral no país dois ponto nove por cento, a cada cem reais, valor de produção da mineração, ela pagou trinta centavos de CFEM mentira, mentira, eu queria saber....

FALHA NO VÍDEO – O vídeo adianta 36 segundos, registrado pelo cronômetro público.

Pedro – MAM: de mineração de alumínio sessenta e nove por cento domunicípio vive com um salário, de domicílios vive um salário, menos de um salário mínimo.

Em Conceição do Mato Dentro os alugueis subiram trezentos por cento, porquea cidade aumentou em um terço da sua população. Qual é a projeção, uma pergunta, qual é a projeção do EIA/RIMA do aumento populacional em decorrência da instalação do empreendimento? Qual é a projeção?

Bom, sobre Caetité chegando à conclusão eu vou fazer algumas perguntas bemobjetivas, eu vou na, na linha do que o companheiro Erivan colocou aqui, que aíeu gostaria que os representantes da INB pudessem responder, se esquecer euvou ficar aqui bem do ladinho é só sim ou não, é bem rapidinho viu?

Ocorreu durante toda a fase de operação da INB em Caetité, ocorreu o vazamento de cinco milhões, cinco mil metros cúbicos de licor de urânio? Primeira pergunta.

Segunda pergunta. Houveram sete transbordamentos da bacia de rejeitos em seis meses?

Terceira pergunta. Houveram duzentos e trinta e seis furos nas mantas de isolamento da bacia de finos?

Quarta pergunta. De dois mil e nove a dois mil e dezenove houveram mais de dez acidentes nas instalações da INB envolvendo vazamento de licor de urânio e ácido sulfúrico e derramamento de pó de urânio?

São cinco perguntas, é sim ou não, é bem simples, bem simples, não é se eu como ou se eu não como alimento, tá ou não tá, se contaminar vai contaminar pouquinho a água o seu boi não vai sentir, não é isso, é sim ou não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro, é.

Pedro – MAM: Obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: A gente vai finalizar o bloco de orais e aí eu passo pras respostas. Obrigado pela sua manifestação.

É, eu queria chamar o senhor Antônio Édio pra fazer a sua manifestação. Senhor Antônio Édio já foi então, muito obrigado pela informação. É, o senhor Luiz Paulo do Assentamento Morrinhos.

RESPOSTA DA PLATÉIA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado pela informação. A senhora Alana Shelda, Jovens Pelo Clima. Alana perdão eu não consegui entender o seu sobrenome, tá certo? Informo que você tem três minutos pra sua manifestação.

Alana Shelda – JOVENS PELO CLIMA: Obrigada, Alana Shelda.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Poderia repetir?

Alana Shelda – JOVENS PELO CLIMA: Alana Shelda.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:: Shelda?

Alana Shelda – JOVENS PELO CLIMA: Olá pessoal boa noite, tô muito feliz de finalmente estar aqui, uma hora da madrugada, embora não tenha mais tanta gente pra ouvir o que eu vou falar.

O que já se falou sobre água né, mas eu queria só falar um pequeno relato de experiência e eu sei que muitos de vocês provavelmente nunca passaram por isso é, eu sou violinista sou formada pela UFC e sou ativista ambiental pelo GREEN PEACE que é o JOVENS PELO CLIMA, mas, antes de tudo isso metadeda minha vida eu morei em uma localidade bem pequenininha que não tinha nemcem pessoas, era uma localidade no interior e.... ???? 5:24:10 falha no áudio, cheguem aqui com promessas de emprego, empregos exploratórios, empregosque pagam mal, empregos que abusam, empregos que não dão dignidade, que não dão poder de lazer e vocês queiram colocar isso como no centro e tire da gente tudo que a gente tem de reserva natural aqui e que depois de quererem consumir mais de oitocentos mil águas, de litros de água por hora, vão querer dizer o que? Que a gente não tem água e que a gente tem que fechar a torneirabem? Que a gente não pode ficar cinco minutos tomando banho porque a culpada falta de água e a gente não pode ficar cinco minutos tomando banho porquea culpa da falta de água são das pessoas?

A gente tem relatos, a gente tem fatos da INB em Caetité e contra fatos não há argumentos, contra fatos não há, ah a minha mentalidade é diferente da sua, vocês não sabem, talvez vocês nunca viram porque vocês devem tá nosapartamentos de vocês, o que, lá no Alfa Vile? Ou nem em Fortaleza, talvez vocês não saibam né, mas, eu vou dizer pra vocês.

Só em nove anos, entre dois mil e dois mil e dezenove, e do, e dois mil e nove, em Caetité tiveram mais de cinco vazamentos de urânio, mas, vocês não sabemdisso e vocês também não sentem, porque vocês não estão lá, porque quando o pau começa a comer sabem quem vai sentir? É o seu João e a dona Maria quemoram lá, que moram lá nas localidades onde tem aquelas placas enormes assim, ah investimento de um milhão prum posto, dez anos atrás, que o posto nunca foi construído, são essas pessoas que não vão ter acesso nenhum a saúde quando o câncer, quando os tumores começarem a surgir, eles não vão ter. Muito obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Alana. Eu queria começar um bloco rápido de devolutivas até prapoder responder as perguntas do, do Pedro, mas, antes disso eu queria só é, com, eu queria só comentar Pedro que é, eu respeito totalmente sua, a sua manifestação e em relação a minha condução da Audiência Pública, eu só queria

registrar que, primeiro eu concordo com você é, uma audiência que se estende até uma da manhã, como essa, anteontem foi até as três da manhã é, não é, não é uma coisa produtiva, como eu falei ontem eu repito hoje, o IBAMA tem buscado implementar ações que tornem a audiência pública uma coisa mais atrativa, uma coisa mais moderna menos maçante, isso tá em discursão internadentro do órgão, mas, a gente é regrado pela legislação e a gente tem que obedecer a legislação e aí a gente ontem se estendeu bastante porque várias pessoas passaram do, da, do tempo das suas falas, hoje a gente adotou a estratégia de colocar pra todos no telão também o, o cronometro e eu pessoalmente havia conversado com as pessoas da mesa pra que a gente primeiro fizesse as apresentações iniciais de forma mais rápida e você mesmo me confirmou numa conversa rápida no intervalo de que eles cumpriram é, é , esse tempo, só que a audiência pública ela claro é um espaço democrático, como tu falaste, e eu também já repeti isso aqui é, mas, ele não pode ser somente fala de um dos lados principalmente quando muitas vezes essas falas elas terminam somente é, elas não, é, é, elas estão expondo opiniões que são importantes, mas, opiniões que muitas vezes se tornam repetitivas e que não agregam novas informações pro processo e aí toda vez que tem uma pergunta com uma, uma questão mais técnica, uma questão que merece ser respondida eu trago pra mesa pra que a mesa possa também dar a sua devolutiva, teoricamente pra cada manifestação a mesa também poderia fazer a sua manifestação, ontem eu não fiz isso, hoje eu não fiz isso é, eu peço inclusive desculpas a Iara por ter cortado a fala dela, mas, se vocês observarem eu pedi várias vezes, tudo bem, você não precisa aceitar as minhas desculpas Iara, mas, eu pedi várias vezes que concluísse e infelizmente não concluiu e a gente precisava dar vazão pra, pra audiência. Mas, eu aceito a crítica e prometo que vou tentar melhorar é, e aí eu só queria ilustrar sobre é, o fato deu ter podado o professor Magnilson é, eu posso mostrar minha letra pra dizer que não, não foi eu que fiz, mas, no momento que o Pedro falou sobre o, o professor fazer a sua inscrição, que é essa daqui, essa outra aqui já estava na minha pilha. Então não foi podada a fala dele né, já estava aqui pra mim e sim segundo o regulamento a gente tenta bloquear um momento pra recepção de perguntas porque senão a gente vai até as seis da manhã respondendo, mas, tá aqui o seu Magnilson é, vai fazer a sua inserção só que como chegou por último ele terminar, vai terminar ficando por último é, e ainda a respeito disso é, eu concordo com você, teve pessoas que fizeram falas e foram embora, eu esperava né, eu acho que um bom debate todas as pessoas interessadas tinham que tá aqui, não somente um grupo, parabenizo vocês por isso né, e gostaria que realmente a gente tivesse uma casa cheia até uma da manhã pra que pudéssemos fazer um debate técnico e puder trocar impressões e saibam que tudo o que vocês tem, tem falado tem sido anotado, tá gravado e vai pro processo de licenciamento né, o espaço é esse mesmo, ele é democrático, mas, ele tem que servir pra todo mundo, não somente pra um grupo. Por falar nisso eu passo a palavra pra Telda que quer fazer uma pequena manifestação a respeito disso também.

Telda Costa – IBAMA - SECRETÁRIA DA AUDIÊNCIA: É rapidinho e pelo avançado da hora eu queria falar as questões que o Pedro trouxe aqui é, Pedro uma, uma das questões de análise do IBAMA é essa questão porque há uma propaganda muito grande sim sobre os benefícios dos grandes

empreendimentos que é sempre o carro chefe o número de empregos, aumento é, dos impostos, taxas né, enriquecimento para o município e muitas vezes não é bem assim que ocorre.

Muitas vezes você vai comparar as informações na verdade há atração prum grande empreendimento faz trazendo pessoas de fora, enche o município e os empregos não são permanentes, no momento que vai passar de fase de licençade instalação pra operação há vários postos de trabalhos, há vários é, é, há umaumento muito grande de desemprego e muitas vezes essa conta fica para o município, por isso que não tem como só o IBAMA falar isso ou aquilo, tem que ser um licenciamento conjunto comunidade, governo e empreendedor, se quer que aquele empreendimento seja instalado na região. Porque não tem como o empreendedor trazer mil, dois mil, três mil, quatro mil pessoas pra trabalhar e não ter uma contrapartida para o município, não tem como fazer isso, por isso é uma conversa conjunta e esta análise de atração, de migração de trabalhadores é algo que o IBAMA analisa muito e é algo que é muito considerado, inclusive para exigir do empreendedor as contrapartidas, mas, o município ele tem que participar e a população tem que participar também como forma de fiscalização, porque muitos dos recursos que o IBAMA obriga o empreendedor a dar como contrapartida e também ao município, ele se perde que o município faz muitas coisas outras que não é só favorecer as comunidades, então é algo extremamente complexo essa análise e ela é feita pelo IBAMA sim, na parte deSocioeconômica. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Telda. É, eu gostaria, vou conceder três minutos pra que o consórcio aborde as questões que embora não façam parte desse licenciamento, foi abordado na audiência de ontem, hoje novamente, então é, eu gostaria que fossem abordadas as questões relacionadas a Caetité que foram aqui com, comentadas e também respondidas as perguntas que o Pedro fez menção específica.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: Então, começando pelas questões levantadas pelo Erivan e o Pedro André.

No aspecto genérico em geral a mineração, junto com o agronegócio são as atividades que mais geram emprego, elas geram mais de trinta vezes os empregos gerados em outras áreas, em outras atividades, então os dois juntos são muito maiores do que qualquer outra cooperação de geração de empregos, e quando se compara a mineração com o agronegócio a mineração tem a capacidade de gerar comparativamente até mais vagas de trabalho, mais postos de trabalho que o próprio agronegócio que é o grande negócio do Brasil. E a mineração também o é, assim como outros países tradicionais como África do Sul, como o Canadá, como a Austrália.

Em relação à questão de empregos, gerasse sim empregos é, dignos e não que não tem dignidade, porque os empregos gerados são de carteira assinada, ele tem plano médico, tem benefício de alimentação, os salários são atraentes e ao

que ocorreram no passado até situações aonde existia demanda pelo trabalho enão existia mão de obra pra poder ocupar as posições, então a mineração é competitiva pra poder levar emprego digno para a população.

No que diz respeito a, as, as questões de Caetité, nós temos que pensar que é uma é, primeiro que são negócios diferentes, foi mencionado aqui, a operação é diferente, a empresa é diferente, nós estamos falando aqui de um consórcio é, então as ocorrências quando ocorrem né, as ocorrências são ocorrências operacionais, essas ocorrências são contidas, quando elas ocorrem e quando ocorrem elas são, a atividade é paralisada pela CNEN até que se resolva a questão, de forma que quando ocorrem os eventos que foram informados esses eventos se restringem e ficam contidos dentro da unidade até a empresa contorne e volte a condição operacional normal tudo sobre regulação do, da CNEN e do IBAMA e eu peço ao Hector Hugo pra complementar algumas questão particular em relação essas questões de transbordamento de furos de manta, que como eu disse, são ocorrências operacionais normais, usuais e de controle por parte do time de operação da unidade.

Hector Hugo – CNEN: Boa noite novamente, bem, como o Rogério já adiantou é, o, os eventos que ocorreram em Caetité eles ficaram todos restritos a área da instalação e como é que, eu não tô dizendo isso da boca pra fora de novo né, nós temos um programa de monitoramento ambiental que é executado por força de, por força do licenciamento nuclear num raio de vinte quilômetros, só que nós vamos ainda além disso, nós monitoramos um raio muito maior que chega a atingir quarenta quilômetros e os dados de análise do período pré-operacional de oitenta e nove a do, a dois mil eles mostram que não houve relação das concentrações de radionuclídeos nesses compartimentos ambientais, então e sobre a, o questionamento do Erivan, dos poços contaminados né, os últimos poços que foram lacrados eu participei dessas atividades, esses poços eles foram lacrados não porque foram contaminados por ações da INB, um desses poços fazia parte do programa de monitoramento ambiental da INB numa, numa comunidade que fica antes da INB né, quando a gente fala a montante, antes dos, do, antes no caminho das águas, ou seja, a INB não tinha como contaminar esse poço. Então nós monitoramos, achamos urânio nesse poço e informamos as autoridades competentes, Ministério da Saúde, informamos a Companhia de Saneamento Básico da Bahia, informamos ao IBAMA, informamos a CNEN e aí o Ministério da Saúde pediu que a Secretaria de Recursos Hídricos de Caetité lacrasse o, o poço em decorrência da segurança das pessoas que moravam ali, esse poço não tem, não tem possibilidade de receber nenhuma contribuição de lançamentos da INB, a mesma coisa aconteceu em dois mil e quinze num poçoque fica há quinze quilômetros da unidade e outra sub bacia, ou seja, as águas da INB não teriam como chegar lá e esse poço, é bom pontuar, ele não fazia parte do programa de monitoramento ambiental, ele foi um pedido da comunidade já que a INB dispões de um laboratório muito bem equipado, pra que analisasse esse poço, ele tinha sido perfurado há mais de quinze anos, nãotinha água e depois de dez anos o proprietário resolveu verificar se a, se ele tinha tido uma recarga boa e se a qualidade era boa, então nós fomos lá, coletamos no primeiro momento apareceu urânio e outros elementos que normalmente aparecem na geologia local da unidade de Caetité falamos com o senhor, olha vamos esperar mais tempo porque pode ser uma água velha e

repetimos a coleta e os resultados se confirmaram, então a gente subiu de novo a informação e aí o Ministério, o Ministério da Saúde pediu que o poço fosse lacrado em virtude da saúde das pessoas. Então essa é minha fala é um, é um testemunho do que é o trabalho que a gente tem né, e acompanhei, esses dois últimos casos

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Héctor.

Pedro – MAM: Questão de ordem presidente, as questões não foram respondidas, nenhuma delas. Elas foram contornadas pelo senhor Rogério e nãoforam respondidas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: É.

Pedro – MAM: Eu gostaria que elas fossem todas respondidas, é simples, aconteceu ou não aconteceu, é muito simples. Isso é um ponto, segundo ponto, na frente do Ricardo Gutierres da CNEN Telda Costa do IBAMA e do senhor presidente do IBAMA, Regis Fontana Pinto, Rogério Carvalho acabou de dizer nessas palavras que perfuração de manta e transbordamento são questões normais e operativas do funcionamento da INB.

Tá gravado, o senhor disse isso Rogério Carvalho. Ele fala ao fundo sem captação clara de áudio.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Rogério.

Pedro – MAM: É sobre essa empresa que nós estamos falando da instalação aqui do presidente do IBAMA, representante da CNEN, dois representantes do IBAMA e representante da CNEN. Então por favor eu vou repetir as cinco perguntas.

Qual é a projeção de aumento populacional pra região em decorrente, em decorrência da instalação do empreendimento? Essa é uma, a outra. Houve o vazamento de cinco mil metros cúbicos de licor de urânio? Segunda pergunta. Houveram sete transbordamentos da bacia de rejeitos? Terceira, essa é a terceira, quarta. Houveram duzentos e trinta e seis furos nas mantas de isolamento da bacia? É sim ou não camarada, não é testemunho, é sim ou não é simples.

E houveram entre dois mil e nove e dezenove dez acidentes envolvendo vazamento de licor de urânio, ácido sulfúrico e derramamento de pó de urânio? É simples, eu gostaria presidente que essas questões fossem respondidas, é outro empreendimento, é outra operação, mas a empresa que quer se instalar há dezesseis quilômetros daqui é a mesma. É lamentável, eu imagino que deva ser considerado pela CNEN no processo de licenciamento, eu imagino que isso deva ser considerado pelo IBAMA no processo de licenciamento, ela tem um histórico de passivo ambiental, o senhor mesmo ontem disse que está sob júri, é, enfim, há um processo jurídico instalado sobre a atuação da CNEN em Poços de Caldas, então é muito simples.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro.

Pedro – MAM: Nós estamos falando de outro empreendimento, mas, a empresa é a mesma, eu gostaria por favor né, são uma e trinta da manhã.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro eu agradeço por repetir as perguntas, Rogério alguma coisa a colocar?

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: A resposta já foi dada, eu, o que eu informo é que todos os eventos operacionais são informados seja ao IBAMA, seja a CNEN, existem os registros de todos os eventos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Rogério.

MANIFESTAÇÃO AO FUNDO SEM CLARA CAPTAÇÃO DO ÁUDIO.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro você fez uma pergunta ele respondeu, não cabe, não cabe a mim como presidente da audiência avaliar a resposta dele tá certa ou não, o que cabe ao IBAMA é, no processo de licenciamento avaliar as informações que foram trazidas e claro, como eu comentei em outro momento, avaliar o histórico da empresa pra verificar a maior restrição e detalhamento de programas que o IBAMA vai exigir, mas, durante a audiência não cabe a mim fazer juízo da resposta dele.

MANIFESTAÇÃO AO FUNDO SEM CLARA CAPTAÇÃO DO ÁUDIO.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu não, eu não tenho condão de obriga-lo a responder, ele deu a resposta que ele acha que é a melhor e basta.

Eu vou pedir, vou dar a oportunidade ao senhor Cláudio Martins da rádio de Lagoa do Mato pra fazer a sua manifestação oral, se ele se ainda se encontra. Doutor Paulo Molo, se ainda se encontra? Se não, a última manifestação oral édo professor Magnilson.

Professor Magnilson -: Tem palmas pra mim não né? Boa noite. Antes de me darem os minutos que sobraram, por favor presidente, eu queria falar como representante do Município de Itatira, eu acho que do horário que eu cheguei, sevocês pudessem dar uma pausa no tempo só por uma questão de, porque como o meu nome foi citado aqui duas vezes, acho que mais que a palavra urânio, pelo menos da hora que eu cheguei não foi citado presidente.

Mas, antes de vocês, acho que o tempo ainda tá correndo. Mas, eu ouvi um representante que se diz representante, citar aqui na, na, no município de Itatiraquando eu cheguei ele citou, eu esperava que ele fosse aguardar a minha fala, porque ele me conhece, um vereador do município, estava aqui a secretária do meio ambiente do município e eu vou pedir licença, eu vou até me dirigir aqui pra câmera pra que vocês representantes do município de Itatira saibam que eu um dia na sala de aula como estudante eu ouvi a palavra urânio eu comecei a estudar e a secretária do meio ambiente do município de Itatira hoje em ??? 5:44:48 falha de áudio, que eu fui entendendo e hoje eu agradeço a vocês que são do movimento antinuclear por estar reforçando isso, represento aqui nessa escola que eu trabalho mais de oitocentos alunos que não sabem ainda os impactos negativos que esse projeto vai trazer, então, porque que eles não sabem? Porque que eles não estão aqui? Porque essa audiência, desde o dia que foi publicado aqui na frente da escola uma placa de divulgação, eles começaram a me questionar, professor porque que isso vai acontecer professor?O que que eu posso fazer? E porque que eles não estão aqui? Por conta do horário, por conta dos transportes públicos que eles precisam pra estar aqui e éobvio que eles não estariam e eu estou aqui na último, no último minuto do últimominuto do, do tempo que foi me dado pra dizer que no município de Itatira, e que conste isso, eu gostaria que o pessoal do IBAMA registrasse, município de Itatira não foi ouvido, não é ouvido com essas questões, estamos já por aqui representantes dessa empresa que vai explorar, dizendo pra nós esse romantismo que estão apresentado, e já foi citado aqui que vai ser somente benefícios pra Itatira.

Então eu gostaria de agradecer o espaço, eu tinha um discurso pra falar baseadono que eu tenho acompanhado da audiência lá de Santa Quitéria, fiquei até uma hora da manhã acompanhando pra eu entender, elaborei um texto, desconsidero achei totalmente desnecessário, mas, eu gostaria de reforçar que os

representantes do município de Itatira que já realizaram encontro às escondidas entre eles, sem consultar o povo, sem colocar o povo do município de Itatira prafalar, revejam e eu gostaria que vocês registrassem apenas isso, povo de Itatiranão foi ouvido, não foi ouvido, e os que se dizem representantes fizeram do jeitodeles e tanto que nós temos aqui pessoas já do município privilegiadas, fazendo parte já do projeto, de alguma maneira contratado aí pela empresa, não sei como funciona e eu gostaria que as pessoas do município fossem ouvidas.

Muito obrigado, agradeço muito a vocês do movimento, o espaço da escola amanhã vai estar pra vocês ajudarem esses jovens a entenderem o eu como professor não consegui apresentar, porque eu reconheço o meu limite. Muito obrigado presidente, de verdade eu agradeço pelo espaço e a todos. Bom dia jápra vocês.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado professor. As manifestações orais foram encerradas temos ainda oito perguntas, e eu gostaria de rapidamente passa-las antes da gente encerrara audiência.

Temos aqui a pergunta do senhor Aldo Sales, ele pergunta. Em que o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pode ajudar no abastecimento de água da Lagoa do Mato e comunidades vizinhas que hoje já é extremamente precário e com a possível é, um, um possível aumento da população por causa desse empreendimento?

E. Como será fornecida a água que será utilizada no projeto? Embora os dois pontos tenham sido passados eu gostaria que a empresa abordasse isso mais uma vez.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Ok. Então, a, a água pro empreendimento ali vai ser fornecida por meio da adutora, da adutora que vai ser, é um projeto da Secretaria de Recursos Hídricos e da COGERH e também vai abastecer os assentamentos de Morrinhos, Queimadas e o Distrito de Riacho das Pedras. Com relação amelhoria do sanea, do saneamento básico em Itatira, nós tínhamos comentado também que pode ser uma iniciativa do município junto ao governo do Estado eque nós do consórcio temos é tratado desse assunto nas reuniões que fizemos com os representantes da prefeitura e da câmara dos vereadores.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ok, muito obrigado. É, tem um bloco aqui com quatro perguntas, todas elas relacionadas a impactos, possíveis impactos sociais.

Senhora Júlia pergunta. Que tipo de investimentos será feito nas cidades de influência da mineração voltada para os trabalhadores e familiares?

É, senhor Almir pergunta. Com certeza a população da Lagoa do Mato irá aumentar, será tomada alguma medida sobre o assunto, será implementada alguma base policial, será implantado um Corpo de Bombeiros em Lagoa do Mato?

Senhor Almir também pergunta. Sabemos o progresso que irá trazer, mas, juntocom ele se, porventura, vier também o aumento da prostituição, drogas e outros, há alguma medida a ser tomada sobre o assunto?

E a senhora Jaqueline. Quanto aos moradores que vivem nos arredores, de que forma serão atendidos, haverá algum bom amparo, espero que não seja como em Caetité na Bahia, uma devastação total.

É, eu pra o consórcio abordar esses temas em três minutos, por favor.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Ok. Bom, pra gente avaliar todos esses impactos na região a gente vem desenvolvendo um trabalho com a FIEC que ajuda justamente a avaliar os indicadores sociais e econômicos atuais de, de cada um dos municípios e projetar esses indicadores sociais e econômicos, econômicos a partir da projeção da economia do desenvolvimento gerado pelo projeto. Com base nisso, esse é um, é um trabalho participativo ele vem sendo feito em conjunto com o representantes das prefeituras, das quatro prefeituras, representantes aqui da, das associações, do comércio e também as lideranças comunitárias, então todo mundo vem participando, essa é uma primeira etapa né, desse trabalho ele é umtrabalho voluntário, é um trabalho de inciativa do consórcio, não é um trabalho, um projeto imposto pela legislação, nem pelo IBAMA, nem por nenhum outro órgão público então é uma iniciativa que tá associada a responsabilidade social que o consórcio tem e de entender né, as fragilidades de cada local e de procurarpotencializar o que cada município pode ter de proveito ou de vocação pra suportar esse crescimento né, como a gente falou não existe aqui a intensão com consórcio de concentrar toda a população né, no município de Itatira, nem no Distrito de Lagoa do Mato, existe uma avaliação que vai ser feita de distribuição dessa mão de obras nos municípios, mas, o que atenua muito a chegada e o crescimento populacional é o nosso esforço de contratação local, esse é um outro compromisso do consórcio que vai ser feito e que permite inclusive né, a questão da educação ser reforçada, treinamentos específicos pra esses trabalhadores poderem se capacitar pra etapa de obras e depois pra etapa de operação, lembrando que se a licença de instalação fosse dada no ano que vem, nós iniciaríamos a obra, teríamos dois anos de obra pra iniciar a operação somente em dois mil e vinte e cinco, então tem bastante tempo pra que tudo isso aconteça pra que os municípios estejam melhores estruturados e que a gente possa desenvolver o projeto com mais segurança e tranquilidade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Raphael.

Tem uma pergunta que eu considero que já foi respondida do senhor Moisés. Porque a empresa, empreendimento, deixou de considerar mais de cento e cinquenta comunidades que estão próximas a mina? A gente já abordou que esse é um tema que o IBAMA é, já anotou pra verificar de forma bastante detalhada a respeito da identificação ou não de comunidades é, na área de influência do empreendimento.

Por fim eu tenho um questionamento da Diocese de Quixadá, da Pastoral da Juventude, acho até que o Mateus esteve aqui e fez a sua manifestação, mas, tem aqui uma por escrito, são cinco perguntas e eu achei elas todas bastante pertinentes e eu gostaria que a, o consórcio abordasse as cinco perguntas, a primeira é. Quanto tempo durou a análise do empreendimento da mineração é, projeto, pleno de negócios?

O urânio em Itataia, só existe em quantos locais do mundo?

Esse o urânio vai ser usado no enriquecimento de urânio para fins pacíficos?

As indenizações as pequenas propriedades da região afetada vão ser indenizados?

E qual vai ser a contribuição para com a juventude?

São cinco perguntas ao todo, eu passo aqui pro Raphael, se quiser falar especificamente.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Bom, o plano de negócios né, a viabilidade do projeto vem sendo estudado há quarenta anos, não é desde que a pesquisa mineral foi iniciada e os primeiros testes com o minério também foram avaliados, como foi falado aquio empreendimento ele já passou né, por algumas etapas do licenciamento e desde então nós mostramos também o quanto o projeto foi evoluindo, absorvendo novas tecnologias né, e é, continua sendo viável né, o mais importante é que o projeto atual ele requer um investimento mais alto, mas ele também traz controles mais eficientes, uma operação com um menor risco e produção maior dos dois minérios né.

O urânio ele existe em diversas áreas do globo né, o que é importante destacaré que com produção conjunta de Caetité e Santa Quitéria o Brasil passa a ser um dos cinco maiores produtores mundiais de urânio, isso é importante, é importante porque dá uma segurança não é, pra produção de energia e reduz ocusto da energia né, que afeta todos nós né, o custo da energia.

Esse urânio no Brasil é pra uso pacífico é o único uso que o Brasil tem é pra isso,isso tá de acordo com a constituição então não tem nenhuma outra intensão ouuso que não seja a utilização pacífica do urânio.

E por fim a Fazenda Itataia ela é uma propriedade de quatro mil hectares que respeita a divisa com todos os vizinhos né, todos os vizinhos, assentamentos, então a propriedade bem grande né, o projeto só vai ocupar trezentos e oitenta hectares é menos de dez por cento, então o desenvolvimento do projeto e a operação ela não demanda nenhum tipo de indenização ou de aquisição de terras né, todas as divisas são respeitadas e o projeto ele vai ser implantado bemno centro da propriedade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Raphael. É, eu gostaria de frisar que pras pessoas que estão assistindo através do canal no youtube na internet, mas, também para as pessoas que, porventura, ainda estejam aqui e não tenham feito as suasperguntas elas podem ser encaminhadas ainda nos próximos vinte dias para oscontatos de e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br, também o contato de e-mail contato@consorciosantaquiteria, tudo junto .com.br, eu repito, contato@consorciosantaquiteria.com.br e também pelo 0800 402 1030, 0800 402 1030. Durante vinte dias essa Audiência Pública permanecerá grava, disponibilizada no canal do youtube e poderão ser encaminhadas perguntas que depois serão remetidas as respostas para os interessados.

E não havendo mais questionamentos é, orais ou escritos ao longo dessa audiência eu registro que todas as perguntas, dúvidas, manifestações que foramaqui apresentadas, a gravação, a ATA sucinta, que vai ser lavrada logo após o encerramento e a ATA Transcrita conforme o regulamento dessa audiência serão incorporados ao processo de licenciamento ambiental do PROJETO SANTA QUITÉRIA, que é o processo 02001.014391/2020-17, processo 02001.014391/2020 e dígito 17, e eu repito que o processo do IBAMA é um processo público, qualquer pessoa pode ter acesso a ele encaminhando e-mail para os contatos que eu passei anteriormente e, portanto, agora a uma hora e trinta e dois minutos desse dia nove de junho de dois mil e vinte e dois eu Regis Fontana Pinto na qualidade de diretor de licenciamento ambiental substituto declaro encerrada e válida essa Audiência pública para fins de instrução do processo de licenciamento ambiental do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Eu agradeço a todos participantes que tiveram a paciência, a dedicação de estarem aqui e contribuírem até esse horário com o processo de licenciamento, eu agradeço a minha equipe do IBAMA que esteve aqui presente dando o apoio, eu agradeço aos colegas de mesa que estiveram aqui fazendo o debate, eu agradeço a equipe de apoio do consórcio que teve aqui também pra responde às perguntas, agradeço em especial também a equipe da Up Time que deu todoo suporte nos bastidores, desejo a todos uma boa noite, um bom descanso e atémais.

Tempo da audiência: 06:02:06

Transcrição feita por Jucilene Silva e Marcio Ricardo Braga.

Revisão: Helbe Ladeira Tuttman

Interconnections Excelência em Idiomas Ltda.

OBS: Tivemos alguns momentos a qualidade de áudio ruim, que prejudicou algumas falas e que estamos, conforme CONTRATO, fazendo a transcrição literal, "sem correção gramatical e com repetição de vícios de linguagem".

TRANSCRIÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA – CANINDÉ

09.06.2022

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Um, dois…

Boa noite a todos! Eu gostaria que fossem tomando seus assentos. Em cinco minutos nós vamos começar nossa audiência pública.

Mais uma vez eu dou boa noite a todos e agora às dezenove horas e quinze minutos, horário de Brasília desse dia nove de junho de dois mil e vinte e dois, eu Régis Fontana Pinto, analista ambiental do IBAMA e diretor de licenciamento ambiental substituto, declaro aberta está audiência pública relativa ao licenciamento ambiental do empreendimento denominado Projeto Santa Quitéria, referente a explotação e beneficiamento do minério de colofanito formado de fosfato, associado a urânio voltada a produção de fertilizante e ração Animal por meio da transformação do minério em ácido fosfórico além do concentrado de urânio na jazida de Itataia localizada na fazenda Itataia na zona rural do município de Santa Quitéria, estado do Ceará, sobre responsabilidade das indústrias nucleares do Brasil a INB.

Eu Regis estarei presidindo essa audiência sendo auxiliado e secretariado pela analista ambiental Telda Costa que está aqui ao meu lado que é responsável pelas análises pertinentes ao meio socioeconômico do projeto e que faz parte da coordenação de licenciamento ambiental de mineração e pesquisa sísmica terrestre, a COMIP, que é a coordenação responsável pelo licenciamento do projeto dentro do IBAMA.

Parte da equipe do IBAMA responsável pelas análises referente a esse licenciamento está presente aqui, são os analistas ambientais Heliton Fernandes do Carmo, que é coordenador da COMIP, está sentado na nossa mesa de apoio à esquerda de vocês; Simone Salgado, que é responsável pelas análises de fauna em cavidades também está na mesma mesa, e a analista ambiental Fernanda Blut, que é responsável pelas análises de fauna terrestre referentes ao projeto, se encontra também aqui nos auxiliando. Fazem parte dessa mesa além de mim e Telda, o senhor Ricardo Guterres que é o diretor de radioproteção e segurança nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear, a CNEN, que é o órgão responsável pelo licenciamento nuclear do projeto. É… temos também, Raphael Turri representando a empresa Galvani que faz parte do consórcio Santa Quitéria tá aqui ao meu lado. O senhor Rogério Carvalho representa a empresa INB e representando a empresa TetraMais que é a empresa consultora que elaborou o estudo de impacto ambiental, temos a Claudia Paley e o senhor Ricardo Lieutaud.

Para darmos início aos trabalhos eu convido a todos, para de pé cantarmos o hino nacional.

[HINO NACIONAL]

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Agora eu passo a palavra pra minha colega Telda Costa que irá ler o regulamento dessa audiência pública.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Boa noite mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos!

E que hoje nós possamos todos juntos entender, compreender e contribuir para que seja o melhor processo de licenciamento ambiental desse que se apresenta hoje para todos nós.

O regulamento é uma exigência do rito de licenciamento ambiental e é necessário que ele seja atendido. Então gostaria que os senhores, as senhoras, que todo mundo neste momento pudesse se atentar ao que será lido.

O regulamento dessa audiência ela é composta por vários artigos. Artigo primeiro, o presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados nesta audiência pública para discussão do relatório de impacto ambiental EIA/RIMA do empreendimento e apresentação do projeto e licenciamento ambiental projeto Santa Quitéria. A audiência… Artigo segundo, A audiência será presidida por um representante do IBAMA que é o senhor Regis Santana Pinto e deverá contar com um secretário executivo que serei eu, servidor do IBAMA para auxiliar o presidente da audiência.

Artigo terceiro, a audiência terá início com um pronunciamento do presidente da audiência no qual serão esclarecidos objetivos do evento e os procedimentos constantes deste regulamento a serem observados durante a sessão. Artigo quarto, caberá ao secretário executivo auxiliar o presidente da audiência na condução da audiência assim como na elaboração da ata resumida da audiência.

Artigo quinto, o IBAMA apresentará o procedimento e licenciamento ambiental federal em até dez minutos. Artigo quinto A, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, apresentará o procedimento de licenciamento nuclear também em dez minutos. Artigo sexto, O representante do empreendedor realizará apresentação sobre a atividade ou empreendimento, objeto licenciamento ambiental, seus objetivos e justificativas com duração máxima de vinte minutos.

Artigo sétimo, A equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá o prazo de até trinta minutos para realizar a exposição sobre os estudos desenvolvidos. Artigo oitavo, será concedido o intervalo de dez minutos no qual se iniciará a inscrição dos interessados na discussão do RIMA e do projeto. O prazo total para inscrição dos questionamentos, críticas e sugestões será de trinta minutos a contar do início do intervalo podendo ser prorrogado caso necessário com a devida permissão do presidente.

Os questionamentos, críticas e sugestões dos interessados apresentados ao IBAMA ou ao empreendedor devem ser identificados de forma a possibilitar respostas extemporâneas. O IBAMA deverá recepcionar as manifestações e questionamentos dos interessados por e-mail institucional específico criado para o evento pelo prazo de até vinte dias após realização da audiência pública. O e-mail institucional é psq.ap.sede@ibama.gov.br.

Este é o e-mail institucional do IBAMA que vamos receber todas as contribuições. O empreendedor deverá repassar integralmente ao IBAMA as contribuições e questionamentos registrados nos canais de comunicação abertos para este fim como e-mail o zero oitocentos (0800) em até quarenta e oito horas. Caso haja alguma pergunta que não possa ser respondida durante a audiência pública, o IBAMA deverá encaminhar em até vinte dias após o recebimento do questionamento resposta formal, sendo necessário que o interessado indique nome,

endereço para resposta, e-mail para correspondência. Artigo nono, O presidente estabelecerá os procedimentos para resposta aos questionamentos. Parágrafo único do artigo nono, os questionamentos poderão ser respondidos em blocos ou separado por temas, a critério do presidente.

Artigo dez, o secretário executivo ao final do evento deverá lavrar a ata sucinta a qual deverá ser assinada por ele, pelo presidente da audiência pública e representante do empreendedor. A assinatura da ata poderá ocorrer de modo virtual por meio do sistema eletrônico de informações, SEI.

Artigo onze, o encerramento será realizado pelo presidente da audiência pública que deverá declarar a validade da mesma. A gravação da audiência pública deverá ficar disponível no sa, no sítio do empreendedor por vinte dias, sendo essa disponibilização comunicada no momento da realização da audiência pública para manifestações posteriores. A gravação da audiência pública poderá ficar disponível em outras plataformas de compartilhamento de vídeo. O empreendedor deverá protocolar no IBAMA no prazo de até trinta dias após realização da audiência a gravação a gravação de áudio e vídeo do evento bem como a respectiva transcrição integral em arquivos do máximo quinhentos megabytes. a gravação, o vídeo e a transcrição da audiência pública bem como a lista dos participantes presenciais e todos os questionamentos públicos deverão compor o processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade. Caberá ao presidente da audiência decidir situações que impeça a regular continuidade da audiência pública bem como deliberar em casos omissos neste regulamento. Importante, quando forem fazer as perguntas escritas, colocar o nome e o contato. No caso, se não houver tempo disponível durante a audiência para respondê-las e ela será respondida nesse prazo de até vinte dias.

Eu agradeço muito o comparecimento de todos e que tenhamos um excelente evento. Boa noite!

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado, Telda!

Mais uma vez eu dou as boas-vindas a todos, saúdo os meus colegas de IBAMA. que estão aqui me apoiando, saúdo a mesa do composta pela CNEN, pela INB, a Galvani, a empresa Tetra Mais, mas dou especial boas-vindas a todos vocês que se dispuseram a investir o tempo dos senhores pra vir aqui conhecer, discutir, contribuir, manifestar a respeito do licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria que tá em curso no IBAMA.

É… eu dou as boas-vindas também e registro a presença das autoridades, senhor Deputado Estadual Renato Roseno, O senhor Sérgio Araújo, coordenador de atração de empreendimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do estado do Ceará; O senhor Bosco Morais, representante do CREA do Ceará; E o senhor Franzé Souza, engenheiro agrônomo, representando o Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Eu registro para todos senhores que o que iremos discutir aqui hoje o RIMA, Relatório de Impacto Ambiental baseado no estudo de impacto ambiental está disponível para consulta nas tendas lá no… na entrada do espaço, também está disponível no formato virtual no site do IBAMA www.ibama.gov.br, também no site da audiência pública no www.consorciosantaquiteria.com.br e presencialmente de forma física nos seguintes locais: Na

Superintendência do IBAMA no Ceará em Fortaleza, na sede do ICMBio em Brasília, na sede do IPHAN em Brasília, na Secretaria Munici… Secretaria de Meio Ambiente do estado do Ceará em Fortaleza, na sede do INCRA em Brasília, na Procuradoria da República do município de Sobral no Ceará, na Secretaria de Meio Ambiente de Santa Quitéria, na Secretaria Municipal do Trabalho e Meio Ambiente de Itatira, na sede do governo do estado do Ceará em Fortaleza, na Assembleia legislativa do estado do Ceará em Fortaleza, na Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, na Prefeitura Municipal de Itatira, na Câmara de Vereadores de Santa Quitéria, na Câmara de Vereadores de Itatira e também na biblioteca pública em Santa Quitéria.

Eu friso que essa audiência pública está sendo realizada de forma presencial com transmissão via internet para acesso das pessoas que não puderam se deslocar até este local, é… eventualmente vou estar tomando a liberdade de não usar máscara pra melhor compreensão da minha voz por parte de vocês, e embora o seu uso não seja obrigatório nós recomendamos em consonância com o protocolo treze da secretaria de saúde do estado que pode ser acessada através do seu site, nós recomendamos que todos os integrantes da mesa assim como a equipe técnica de de apoio nos bastidores e o público em geral permaneça usando uma máscara como medida de segurança para evitar novos casos de COVID-19.

Essa audiência pública ela será composta de basicamente dois momentos distintos, esse primeiro momento de apresentação do projeto e apresentação do estudo de impacto ambiental para os senhores e um segundo momento após o intervalo onde se fará discussão a respeito desse relatório de impacto ambiental e do projeto como um todo.

O público que tá assistindo via internet poderá encaminhar as suas perguntas, comentários, contribuições através do e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br ou para o e-mail contato@consorciosantaquiteria.com.br, repito, contato@consorciosantaquiteria (tudo junto). com.br ou ainda pelo 0800 4021030, 0800 4021030. Essas perguntas poderão ser encaminhadas por meio, durante ainda vinte dias após a realização dessa audiência que deverá ficar gravada e disponível pra consulta durante vinte dias também. Para o público que está aqui, vocês receberam uma pequena cartilha onde dentro tem uma ficha pra preenchimento pra encaminhamento das perguntas ou por escrito ou se desejarem fazer ela de forma oral basta escrever manifestação oral e no momento do debate nós chamaremos cada um dos senhores pra fazer a sua manifestação.

Agora vamos passar para o momento das apresentações, iniciando com uma apresentação do rito do licenciamento ambiental pelo IBAMA, quem vai fazer essa apresentação é o meu colega Heliton do Carmo.

Heliton cê tem dez minutos pra fazer a apresentação.

Heliton do Carmo – Coordenador COMIP:

Boa noite a todos! É… Agradeço a presença de todo mundo que tá aqui na audiência pública. Vou fazer uma breve, uma breve explicação sobre como que tá o rito né a fase do processo administrativo do licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria. É… meu nome é Heliton Fernandes, sou analista ambiental do IBAMA desde dois mil e treze e eu sou coordenador da coordenação que licencia o empreendimento de mineração.

Esse projeto específico dos … Projeto Santa Quitéria, ele… é um projeto de competência do IBAMA né, a gente tava fazendo um licenciamento então o IBAMA ele é um instituto né que foi…

que tá realizando o licenciamento ambiental do projeto e tem a missão né de… de proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. O IBAMA é composto por diversas diretorias né, e a gente é da diretoria de licenciamento ambiental.

A nossa coordenação específica é a COMIP que é a coordenação de mineração né e pesquisa sísmica terrestre. Então, aqui é uma audiência pública né, as audiências públicas são uns espaços né de debate de vários (INAUDIVEL) sociais, entre elas populações geral ou governo pra discutir políticas públicas né e principalmente que é o nosso objetivo hoje né que é tá discutindo os impactos ambientais e a divulgação do empreendimento do projeto Santa Quitéria. Pra tá ocorrendo essas… os debates pra poder divulgar né os impactos e… gerar impactos as cidades e à vida das pessoas e ao meio ambiente. Então nosso objetivo aqui hoje né, é tá colhendo informações da população, a percepção da população sobre o projeto.

As audiências públicas né, ela vem… tem todo um regramento de legislação federal, estadual, municipais pra tá é… pra tá ocorrendo né.

E como o IBAMA autoriza a construção do empreendimento? É… primeiro o IBAMA solicita à empresa interessada, no caso a INB pra poder tá fazendo, elaborando o estudo de impacto ambiental e elaborando o EIA/RIMA. É… O EIA traz diversas informações como se como se encontra o meio ambiente da área, considerando os aspectos: meio físico, biótico e socioeconômicos. Apresenta a previsão dos impactos positivos ou negativos, é… na região da, de construção e depois elaborado o RIMA né, que é o relatório de impacto ambiental, é versão resumida e de fácil entendimento do EIA.

E depois de apresentação da entrega do EIA/RIMA né, com toda informação o IBAMA através de seus técnicos né da minha … da coordenação da nossa equipe técnica, é… analisa né os dados apresentados e emiti um parecer é conclusivo pelo viabilidade do empreendimento ou não. Em caso positivo é emitida a licença prévia.

E os próximos passos? Se pra caso o empreendimento tiver biounidade ambiental e ser emitida no LP, próximo… o próximo passo é o detalhamento do projeto e os programas ambientais né, e o empreendedor solicita pro IBAMA o requerimento de licença de instalação que caso seja concedido, é… o IBAMA avalia e emite a licença de instalação do empreendimento que aprova o início da construção de todas suas instalações. Após o, finalização da instalação, o empreendedor requer a licença de operação que autoriza o funcionamento do empreendimento de fato.

Aqui a gente apresenta um pouco do marco temporal do projeto né. O projeto iniciou-se em dois mil e vinte lá no IBAMA, meados de dois mil e vinte o empreendedor apresentou projeto pra gente né, a intenção do projeto, é… e alguns meses depois o IBAMA emitiu o termo de referência, a minuta do termo de referência para elaboração dos estudos e somente em agosto de dois mil e vinte e um que foi emitido o termo de referência definitivo pra INB poder concluir os estudos ambientais. É… Em novembro de dois mil e vinte e um foi protocolado no IBAMA o EIA/RIMA que a empresa consultoria junto com a INB conseguiu, finalizou o estudo e apresentou pra pro IBAMA. E em março, março desse ano foi… a gente deu aceite no estudo ambiental. Em vinte e cinco do três, de março agora, a gente publicou no Diário Oficial né, a abertura, o prazo de quarenta e cinco dias pra solicitação das audiências públicas. E somente no dia doze do cinco né, foi realizado…foi publicado no Diário Oficial a realização, a… as três audiências públicas com as datas pra… tá sendo realizado. Dia sete, terça feira foi realizado a primeira audiência, ontem foi realizado a segunda audiência em Mato Dentro, a primeira foi realizada lá no município de

Santa Quitéria, a segunda foi realizada no distrito de Mato Dentro em Itatira e hoje aqui na… em Canindé tá sendo realizada a terceira audiência pública pra estar discutindo o projeto Santa Quitéria.

Então, os próximos passos que o IBAMA vai tá realizando após as audiências, a gente vai estar dando prazo de abertura de vinte dias a partir de, da finalização das audiências pra tá recebendo contribuições caso a pessoa… caso a população não pôde tirar suas dúvidas hoje, ou não haja tempo ou queira… dar uma lida melhor no estudo ambiental.

As contribuições poderão ser encaminhadas pro e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br, e ao fim das contribuições, dos vinte dias, o IBAMA poderá solicitar né a… os mais esclarecimentos adicionais pro empreendedor ou pedir…ou não pedir esclarecimentos adicionais. Então após a realização da análise do EIA/RIMA, o IBAMA poderá… vai emitir né, o seu parecer conclusivo indicando a viabilidade ou não do empreendimento.

É… conclusão da viabilidade ambiental do empreendimento… nossa coordenação emiti o parecer final conclusivo sobre a…. com sugestões de encaminhamentos para diretoria de licenciamento ambiental. E após essa análise da diretoria, é deferido ou indeferido a licença prévia e caso seja deferido né, é… definido né as medidas de controles ambientais a ser executados pelo empreendedor nas fases posteriores no caso, caso haja inviabilidade ambiental.

Por fim, deixo o contato do IBAMA, o telefone, o e-mail da nossa coordenação caso alguém queira tirar alguma dúvida sobre o… sobre o projeto, pode estar encaminhando e-mail pra gente ou e-mail da superintendência do… de Fortaleza né, superintendência em Fortaleza.

Reforçando, o e-mail também… o e-mail de contribuições após os vinte dias podem estar utilizando o e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br. O EIA/RIMA tá disponível, além dos locais que foram distribuídos né, ele tá disponível no repositório do IBAMA através desse link.

Agradeço a presença de todos e passo a palavra pro presidente da mesa.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado Heliton!

É… a gente sabe que… a gente vai passar uma série de informações talvez nem todas fiquem bastante claras, mas a nossa equipe fica à disposição dos senhores e senhoras, qualquer um que tiver alguma dúvida pode se dirigir a nossa equipe que nós vamos elucidar qualquer questionamento.

É… queria aproveitar pra registrar outras autoridades presentes, o senhor Coronel Souza Júnior do Corpo de Bombeiros, Capitão Erasmo, o senhor Luís Carlos Maciel de Freitas do Corpo de Bombeiros, o Vice-Prefeito Ilomar Vasconcelos, João Paulo Ribeiro da Secretaria… Secretário de Agricultura, senhor Celso Crisóstomo Vice-Presidente regional da FAEC, senhor Josuel… José Oswaldo Magalhães da EMATER, o Vereador senhor professor Ewelton Xavier, Vereador Chico Justa, o senhor Alexsandro da Costa Justa Secretário de Meio Ambiente de Canindé, a senhora Maria do Socorro Rocha Bastos Secretária do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Canindé e também a Vereadora senhora Tatiana Ochoa.

Agora gostaria de passar a palavra pro diretor de radioproteção da CNEN, senhor Ricardo Guterres que fará sua apresentação sobre o licenciamento nuclear do projeto.

Ricardo, dez minutos pra sua apresentação, por favor!

Ricardo Guterres – Diretor Radioproteção CNEN:

Boa noite a todos! É mais do que um cumprimento do dever, é um prazer estar aqui com vocês. Meu nome é Ricardo Guterres, eu sou diretor de radioproteção e segurança nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear e nós vamos abordar… apresentar um pouco do nosso trabalho, da nossa atividade regulatória no que tange o licenciamento de Santa Quitéria.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear ela é um órgão responsável pelo licenciamento dos… das instalações do setor nuclear, esse licenciamento focado na área de segurança. Então segurança nuclear, proteção radiológica né, o IBAMA tem uma visão ampla né e nós estamos na verdade, focados ali na proteção do indivíduo e do material nuclear que está associado a instalação. É muito bem, nós licenciamos cerca de trinta instalações nucleares no país, incluindo as usinas de Angra um e Angra dois em Angra dos reis. Também licenciamos cerca de três mil instalações que utilizam fontes de radiação, instalações médicas por exemplo, instalações de pesquisa, instalações industriais, instalações de radioterapia, estações de medicina nuclear, eu mesmo participei aqui duma inspeção no estado do Ceará, município de Barbalha, de uma estação de medicina nuclear e nós temos uma atividade muito intensa nessa área. Por favor!

Também licenciamos cerca de trinta instalações minero-industriais, são minas né, como no caso de santa Quitéria que mineram né, extraem um mineral específico, que não o minério nuclear, não Urânio nem tório, mas sim um outro mineral, mas há quantidades pequenas de Urânio e Tório associadas a essas minas. Nesse caso também há um rito de licenciamento, nós vamos ver aqui mais a seguir também relacionada essas instalações. Além disso, também licenciamos as atividades de transporte, transporte de material nuclear ele é regulado, licenciado e fiscalizado pela comissão. Por favor!

Bom, esse… essa atividade não é uma atividade que nasce né da nossa, vamos dizer assim, da nossa concepção não é…não é porque a gente quer, é na verdade uma atividade que tem um vínculo, que tem… que está ancorada em acordos internacionais. O país é signatário, por exemplo do Tratado de não proliferação que garante o uso pacífico da tecnologia nuclear, da energia nuclear, das convenções de segurança né são internalizadas na forma de lei, as convenções de segurança do uso da tecnologia nuclear, também das atividades de resposta à emergência nuclear, códigos de conduta, instrumentos diversos que são internados… internalizados na nossa legislação e que fazem então esse arcabouço né esse sistema global de segurança nuclear. É um sistema que também conta com uma grande cooperação técnica internacional. Por favor!

Bom, essa… essa atividade ela está… ela tem um ponto focal, ela tem um hub na Agência Nacional de Energia Atômica que é um órgão das Nações Unidas que dentre as várias atividades desse órgão, elabora standards, embora padrões, normas de segurança cobrindo as diversas áreas né. Cada quadradinho desse aqui mostrado, é um standard de segurança cobrindo as diversas áreas das aplicações da tecnologia nuclear. São standards internacionais, portanto.

A nossa regulamentação, por favor, ela está baseada na… nesses standards. Nós publicamos cinquenta e oito normas, algumas resoluções também específicas cobrindo os diversos aspectos né que nós regulamos. Então a parte de instalações e licenciamento de instalações nucleares, o controle do material nuclear, proteção radiológica, a parte das instalações minero-industriais,

transporte, instalações radioativas, certificação de especialistas, rejeitos e as atividades de descomissionamento. Tudo isso está coberto por uma regulamentação específica.

Bom, os principais instrumentos regulatórios da atividade reguladora foram recentemente, inclusive atualizados. O licenciamento obrigatório, nenhuma instalação pode desenvolver atividades sem que esteja licenciada. A atividade de revisão e avaliação, então esse licenciamento não é um licenciamento cartorial. Ele pressupõe que o operador vai apresentar então uma documentação que sustenta o licenciamento e essas… essa documentação vai ser revisada e avaliada. Nós também fiscalizamos as instalações, nós temos é inspetorias residência em Angra dos Reis, em Resende, em Caitité na Bahia. Então temos uma atividade, realizamos mais de quinhentas fiscalizações por ano e a atividade de correção, então temos é…dispositivos de correção pra impor os nossos… os nossos requisitos né que são medidas cautelares e inclusive agora temos as multas previstas também para nossa atividade regulatória.

O projeto de Santa Quitéria, indo mais especificamente pra esse tema, é um projeto particular. Ele contempla duas tipos de instalação então uma instalação minero-industrial de onde se obtém fosfato que tem um licenciamento específico, e uma instalação nuclear que é um apêndice da instalação minero-industrial que está licenciada segundo rito nuclear da onde se obtém o concentrado de urânio. Por favor!

A instalação minero-industrial então observa uma regulamentação específica que estabelece a necessidade de uma autorização para que essa atividade seja desenvolvida, é a norma quatro ponto zero um (4.01). Por favor!

Bom, essa norma estabelece então uma classificação né nós temos três grupos de instalações que estão cobertos por essa… por essa norma em função da concentração de material nuclear nos minérios né. Por favor! É… o rito de licenciamento de uma instalação minero-industrial contempla basicamente duas etapas, a apresentação de informações preliminares que permite a classificação da instalação num desses três grupos que eu falei pra vocês, e finalmente, a solução… a solicitação da autorização específica pra instalação. Por favor! No caso da categoria dois então que é a princípio a classificação precária aqui da instalação de Santa Quitéria, nós temos como requisito a necessidade de para que seja dada a autorização pra instalação, seja apresentados o programa de proteção radiológica ocupacional, monitoração radiológica ambiental, gerência de rejeitos e o plano preliminar de descomissionamento da instalação. Por favor! Nesse momento então, a INB ela apresentou uma proposta que delimita os limites da instalação… A fronteira entre a instalação minero-industrial e a instalação nuclear e apresentou então seu relatório de informações preliminares, propondo uma classificação que está sobre avaliação da CNEN. Por favor!

A instalação nuclear ela observa um número grande de de normativas aqui nós citamos as principais dela mas a outras que são aplicáveis no licenciamento nuclear. Por favor! Esse licenciamento ele contempla basicamente três etapas e é um licenciamento similar ao licenciamento do IBAMA. Ele contempla três etapas, a aprovação de local, a licença de construção e finalmente, a autorização de operação. Há etapas aí intermediárias, mas essas são as principais.

No caso da… da aprovação de local, o que nós estamos interessados é em verificar o impacto da instalação no local e do local na instalação são avaliados diversos fatores: geografia, demografia, geologia, sismologia, hidrologia, ecologia. Quer dizer, nós verificamos se o local está adequado, se não há risco grande de inundações por exemplo, riscos sismológicos associados a operação da planta. No caso das… da licença de construção é apresentado um relatório preliminar de

análise de segurança onde são descritos os sistemas intrínsecos de segurança, os sistemas mecânicos associados a planta especificamente detalhada essa planta né que ela vai ser autorizada para construção e também os planos preliminares de proteção radiológica é, medidas de proteção do meio ambiente e o sistema de gerência de de rejeitos. Finalmente né, quando o operador vence essas duas etapas ele solicita uma autorização da operação de operação, é… que contempla além do detalhamento desses… desses procedimentos operacionais, toda os planos específicos, por favor, relativos à proteção radiológica, segurança física da instalação, plano de emergência e sistema de garantia da qualidade.

Bom é até o momento a… a INB em relação a Santa Quitéria apresentou seu relatório de local, com vistas a obtenção de aprovação de local esta isto tá em avaliação. eu termino então minha apresentação mostrando pra vocês um esquema onde nós vemos que estamos sujeitos por estarmos no meio ambiente a exposição as radiações ionizantes né nós temos a radiação presente nos alimentos a castanha do Pará por exemplo é um alimento que tem um material radioativo a banana se nós olharmos o nosso copinho da água aqui vamos ver que ela é fracamente radioativa está indicada no rótulo ou seja nós temos a radiação cósmica nós temos as fontes artificiais de radiação que nos expõe a radiação ne o nosso objetivo no licenciamento se eu puder indicar pra vocês é verificar que de fato a… o sistema de proteção radiológica proposto pelo operador assegura que essas doses vão ser da ordem das doses ambientais ou seja nunca superior ao limite estabelecido pela CNEN, nunca superior a uma fração do que nós recebemos do meio ambiente e uma fração ainda menor do que nós recebemos das fontes artificiais das fontes é por exemplo na área de saúde ao fazermos uma tomografia computadorizada nós recebemos uma dose né então nosso objetivo do licenciamento é esse é verificar que o operador tem sistemas que asseguram esse esse esses limites a observância desses limites e caso não seja possível verificar esse essa essa condição simplesmente o licenciamento não é dado.

Bom eu agradeço a vocês a atenção é um prazer de novo, novamente estar aqui.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado Ricardo! É… Queria agradecer a casa cheia É bastante importante a participação popular e fico feliz também de ver bastante representada a casa legislativa do município eu registro a presença do senhor Edinaldo Lourenço vereador senhora Sandra Cordeira Vereadora senhor Marcio Souza Vereador também o ex-Prefeito de Santa Quitéria senhor Tomás Figueiredo o senhor Tomás Figueiredo Filho representando a Fecomércio é o senhor Antônio Alves Pereira Presidente da CDL eu vou passar agora então pra gente ter a apresentação do projeto pro senhor Rogério Carvalho diretor de Recursos Naturais da INB e o senhor Raphael Turri gerente de saúde segurança meio-ambiente da Galvani aqui eu abro um parênteses para elucidar a todos que embora a gente ao longo da audiência se refira ao consórcio Santa Quitéria mas perante o IBAMA e o processo de licenciamento ambiental é de responsabilidade da empresa INB certo senhores, vocês tem vinte minutos pra fazer apresentação do projeto.

Rogério Mendes Carvalho – Diretor Recursos Naturais INB:

Muito boa noite a todos meu nome é Rogério Mendes Carvalho eu cubro a posição de diretor de recursos minerais na indústria nucleares do Brasil, INB e sou um dos representantes legais do

consórcio Santa Quitéria e nós vamos então iniciar com um breve vídeo que eu pediria mesa pra projetar.

Vídeo:

(Você sabia que no Ceará existe uma jazida que contém um mineral especial valioso e muito importante para economia do país chamado colofanito. trata-se de um fenômeno da natureza que resultou em uma rocha fosfática associada ao urânio e o projeto Santa Quitéria surgiu justamente para encontrar uma forma viável de extrair este mineral separar seus elementos em gerar produtos para o consumo da humanidade O fosfato será transformado em fertilizante e em ração para o gado e o urânio é em energia elétrica nas usinas nucleares de Angra dos reis no Rio de Janeiro. e duas empresas estão consorciadas para esta operação a INB Indústrias Nucleares do Brasil, detentora dos direitos minerários da jazida e a Galvani a quem caberá fazer o investimento necessário e será responsável por todo o processo industrial e agora você já sabe um pouco do Projeto Santa Quitéria.)

Rogério Mendes Carvalho – Diretor Recursos Naturais INB:

Dando continuidade então que momento é esse que nós estamos vivenciando hoje aqui nesta audiência pública é o momento de falar o momento de apresentar o projeto Santa Quitéria e o momento de ouvir ouvir as opiniões ouvir os comentários das populações das pessoas.

O consórcio Santa Quitéria tem princípios O primeiro princípio integridade através da integridade que vai muito mais que vai além de honestidade tem a ética a transparência e a inovação o mundo está mudando de forma constante e nós pensamos e repensamos esse projeto de forma a melhorar a vida das pessoas inovação cultura vencedora espírito empreendedor envolvimento das pessoas criação de empregos trabalho com a sociedade trabalho com o poder público queremos então construir de forma coletiva um projeto economicamente próspero socialmente justo Ambientalmente sustentável e culturalmente diverso.

A jazida de santa Quitéria é uma jazida brasileira está localizada no estado do Ceará no município de santa Quitéria a jazida Itataia

Nós podemos ver nessa imagem do lado esquerdo o limite de propriedade e o limite do direito minerário e do lado direito uma representação do complexo industrial o que vai ser montado que é constituído de uma mina e de toda a infraestrutura em volta o que é muito importante ser dito é que nove porcento somente da área da fazenda Itataia vai ser ocupada pelas áreas pela área industrial e somente zero vírgula zero quatro porcento da soma da área dos municípios de Santa Quitéria Itatira Canindé e Madalena. Esse projeto vai gerar três produtos os fertilizantes para agricultura o fosfato bicálcico para ração animal e o concentrado de urânio para geração de energia. Um milhão e cinquenta mil toneladas de produtos fosfatados, duzentos e vinte mil toneladas de fosfato bicálcico e duas mil e trezentas toneladas de concentrado de urânio e aqui é muito importante que se veja a proporção noventa e nove vírgula oito por cento dos produtos são os produtos fosfatados livre de urânio e zero vírgula dois porcento da massa de produtos produzidos constituem o concentrado de urânio, portanto muito pequeno. A logística, uma ampla logística de distribuição que envolve nordeste norte e centro-oeste do Brasil com uso de

transportes dedicado e uso intensivo de frete retorno o que significa que as mesmas rotas são utilizadas para ir e voltar com os fertilizantes e com os insumos.

Esse projeto traz benefícios significativos dois pontos três bilhões de reais vão ser investidos três bilhões de reais na melhoria da balança comercial, uma redução na importação de fertilizantes e também vai contribuir com vinte e cinco porcento da produção das necessidades do Nordeste em termos de fertilizantes e cinquenta porcento no fosfato bicálcico. Em termos de concentrado de urânio e de energia é suficiente para alimentar para abastecer três vezes a necessidade das usinas de Angra Um, Angra Dois e Angra Três no estado do Rio de Janeiro.

vai gerar empregos dois mil e oitocentos empregos diretos durante as obras, cinco mil e seiscentos empregos indiretos durante a obra e durante a operação quinhentos e trinta e oito empregos de forma direta e duas mil e trezentos vagas de operação de emprego nas operações

Gera benefícios socioeconômicos muito expressivos E aqui nós podemos ver os grandes ganhos tanto pra santa Quitéria quanto pra região em termos de massa salarial em termos de arrecadação de impostos e de geração de riqueza traduzido pelo PIB que é a soma de serviços… de produtos e serviços o que significa que em termos de Santa Quitéria teremos um aumento do PIB de nove vírgula oito vezes, quase dez vezes o aumento da geração de produtos e serviços na cidade e para região nós teremos um aumento de três vírgula seis vezes quase quatro vezes de aumento essa visão é uma visão construída em conjunto com a FIEC é que a Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que interfacea, que comunica com as populações, e ver o desejo das populações de ter um polo industrial, de ter turismo, de ter a participação de recursos naturais e o recurso mineral é um recurso natural, essa é uma visão de consenso que a região deseja.

Por fim, fica uma mensagem, queremos ter uma nova era na produção conjunta de fosfato e urânio valorizando as riquezas da nossa terra.

Vou passar a palavra para o Rafael. Muito obrigado!

Raphael Turri – Gerente de Saúde e Meio Ambiente Galvani:

Obrigado!

Boa noite eu sou Raphael, gerente de saúde segurança e meio-ambiente da Galvani. Então antes de eu começar a apresentação a gente vai passar um vídeo sobre o projeto e o nosso processo de produção.

Vídeo:

(Jazida de Itataia, município de Santa Quitéria estado do Ceará.

Vamos conhecer as principais etapas de produção do Projeto Santa Quitéria. Tudo começa com a mineração que será feito a céu aberto as rochas contendo fosfato e urânio são retiradas da mina, britadas e depois moídas Em seguida passam por um processo chamado Calcinação que separa os minerais e resulta num concentrado de rocha fosfática. Este concentrado é misturado à água e ao ácido sulfúrico. com esta operação são obtidos o fosfogesso e a cal que serão estocados de forma segura, e o ácido fosfórico.

Uma unidade industrial produzira o ácido sulfúrico essencial para se obter o ácido fosfórico a próxima etapa é a purificação do ácido fosfórico que separa integralmente o urânio do fosfato isso é feito por meio de um processo especialmente desenvolvido para atender a este projeto o resultados são dois novos produtos o ácido fosfórico sem urânio e o licor de urânio o licor vai para instalação de urânio onde é transformado numa pasta que depois de seca ver um pó este produto é o concentrado de urânio que será embalado em tambores especiais e transportado de forma totalmente segura até o Porto do Pecém de onde seguirá para outro país. De volta ao Brasil na fábrica da INB no Rio de Janeiro E depois de submetido a outros processos industriais o urânio é utilizado na fabricação do combustível que gera energia nas usinas nucleares o ácido fosfórico vai para unidade de fosfato é com ele que serão fabricados ali mesmo fertilizante para as plantas e um composto usado para nutrição animal estes produtos se destinam agricultores e pecuaristas das regiões do Nordeste e Norte do país uma coisa muito importante as águas usadas no empreendimento serão reaproveitarás internamente economizando esse recurso tão precioso e mais a adoção do processo de separação a seco permitiu eliminar a necessidade de barragem de rejeitos. Além disto o projeto foi desenvolvido para gerar mais de noventa porcento da energia elétrica que precisa para funcionar. Em todas as etapas há controles ambientais eficientes para que a saúde dos nossos trabalhadores e das comunidades vizinhas seja preservada o projeto santa Quitéria vai produzir anualmente mais de um (1) milhão de toneladas de fosfatados.

Entre fertilizantes e produtos para alimentação animal e duas mil e trezentas toneladas de concentrado de urânio para geração de energia elétrica. durante as obras serão criados mais de dois mil e oitocentos empregos diretos na operação serão aproximadamente duas mil e trezentas vagas de trabalho direto e indireto por ano será gerada uma massa salarial de mais de cem milhões de reais o que representa uma grande injeção de recursos na economia local assim o projeto Santa Quitéria vai contribuir para a melhoria da vida dos moradores e o desenvolvimento de toda região com mais empregos oportunidade de negócios e recursos para o poder público.

Consórcio Santa Quitéria valorizando as riquezas da nossa terra.)

Raphael Turri – Gerente de Saúde e Meio Ambiente Galvani:

Bom pessoal primeira informação importante que a gente traz como vocês puderam observar no vídeo é justamente a mudança do processo industrial de beneficiamento do minério. No processo anterior que vocês que vocês conheceram em dois mil e catorze esse a esquerda existia o processo de beneficiamento por meio da flotação, que utilizava mais água nesse processo a seco como foi apresentado no vídeo a gente consegue ter uma redução no consumo da água da ordem de dezessete porcento e por consequência nós conseguimos eliminar a barragem de rejeitos que traz mais segurança operacional e também deficiências no nosso processo o material que antes ia pra barragem de rejeitos agora ele é disposto na pilha na pilha de fosfogesso e cal e como vocês podem observar não houve uma mudança na dimensão da pilha na área ocupada o material agora ele é mais compactado tornando a pilha também mais segura em termos operacionais

Um uma outra informação importante Como vocês podem notar é o tamanho da área ocupada então isso reduz os impactos diretos tanto na vegetação quanto na flora e um grande benefício desse novo processo industrial é justamente o melhor aproveitamento do minério a gente consegue extrair mais minério de fosfato e de urânio que antes era perdido e ficava acumulado

na barragem e por fim um requisito importante de sustentabilidade é justamente a auto produção de energia em torno de noventa porcento da nossa demanda então todas essas medidas tornam o projeto muito mais seguro e sustentável.

Um Ponto muito importante É justamente a parceria com o governo do estado do Ceará essa é uma prática que o governo tem com relação a projetos que trazem o desenvolvimento territorial para uma região que é o caso do projeto Santa Quitéria então tem um memorando de entendimento assinado entre o consórcio o governo e a primeira obra importante desse memorando é justamente a adutora de água que vai abastecer não só o projeto mas três comunidades as comunidades de morrinhos queimadas e riacho das pedras vão ser beneficiadas por essa obra. Além disso, tem também um acesso rodoviário pras cargas do projeto esse acesso ele vem da BR020 entra no trevo de Macaóca e aí segue pela CE-366 fazendo um contorno em Lagoa do Mato até chegar na fazenda um trecho de dezessete quilômetros que hoje é de terra então todo esse percurso vai ser pavimentado na mesma eixo e padrão da BR uma pista larga com acostamento e um asfalto mais reforçado a terceira obra de infraestrutura importante é a linha de transmissão que vem da estação… da subestação em santa Quitéria e por fim, também outra medida muito importante relacionada a educação, capacitação da mão de obra

Interrupção do público

Bom, tava falando justamente um ponto importante da educação, então é… um dos principais… uma das principais medidas que o governo do Ceará vai proporcionar na região é a educação e a qualificação da mão-de-obra. Além disso também medidas pra melhoria da urbanização e dos serviços públicos de saúde e segurança pública. Bom um requisito muito importante é justamente a disponibilidade hídrica essa disponibilidade hídrica é dada pela secretaria de recursos hídricos e pela COGERH por meio de um estudo apresentado numa nota técnica que demonstra a disponibilidade hídrica do açude Edson Queiroz para atendimento do projeto e também pro aumento da demanda decorrente do crescimento populacional irrigação e de outros usos bom importante destacar a nossa contribuição também no melhor uso do recurso reduzindo o nosso consumo melhorando a eficiência da produção a gente vai produzir mais com menos água aumentando nossa produção reduzindo o consumo da água bom como foi apresentado aqui pela CNEN o nosso empreendimento ele é dividido em duas instalações a instalação minero-industrial e a instalação de urânio vocês podem observar que a instalação minero-industrial essa área delimitada na cor rosa é muito maior e aonde ocorre a concentração do urânio somente nessa área destacada em amarela é justamente a área que a CNEN apresentou onde demandam os maiores controles né com relação aos cuidados com a saúde dos trabalhadores e também com relação ao monitoramento ambiental e o monitoramento ambiental ele é feito por uma estrutura muito robusta de pontos de monitoração de qualidade do solo das águas e do ar da cadeia alimentar daquilo que é produzido no campo e das criações também feitas então esse monitoramento ele começa dois anos antes da operação é um monitoramento do que nós estamos começando agora no mês de junho e ele vai seguir pela vida toda do projeto durante a fase de obras e operação.

Como foi apresentado pelo IBAMA e pela CNEN, nós estamos na fase de licenciamento ambiental e nuclear então esse licenciamento ele tem as etapas de aprovação prévia e depois a emissão da licença de instalação dada a licença de instalação da CNEN e do IBAMA nós temos uma um período de obras estimado em dois anos e depois de um período de operação de vinte

anos essa vida útil de vinte anos ela é dada pelo pela capacidade da jazida né pela reserva mineral e pelo dimensionamento do projeto. Ao longo dessa operação nós já começamos a fazer a recuperação de algumas áreas degradadas que depois O fechamento total do empreendimento é estimado em sete anos essa é uma etapa muito importante que a gente está vivendo hoje a oportunidade de conversar dialogar de forma democrática a gente vem vivendo um trabalho aqui de comunicação social ao longo ao longo dos últimos anos foi mais intensificado a partir do momento que o IBAMA deu o OK no estudo o aceite e começou a análise a partir desse momento nós começamos a conduzir diversas reuniões é eu tenho participado nesses últimos dois meses de grande parte dessas reuniões tem uma equipe grande também trabalhando aqui nos quatro municípios E esse é um processo que segue segue agora em diante até todas etapas do ciclo de vida e a gente agradece a oportunidade de estar aqui em Canindé na cidade de vocês apresentando o projeto tendo a oportunidade de conversar um pouco mais e dialogar com todos vocês então muito obrigado eu vou antes de passar pra consultoria a gente vai passar mais um vídeo e aí a Claudia vai fazer apresentação do estudo de impacto ambiental muito obrigado.

Vídeo:

(Vamos falar a verdade todo empreendimento do menor ao maior causa impactos ambientais por isso antes de serem instalados os projetos percorrem um longo processo de licenciamento que incluem a análise de órgãos reguladores que avaliam todas as possíveis consequências. No caso do projeto Santa Quitéria o licenciamento é de responsabilidade do IBAMA e da comissão Nacional de Energia nuclear estudos de impacto ambiental são apresentados pelos empreendedores e a comunidade é ouvida em audiência pública e se tiver de acordo com as normas ambientais aí estão são expedidas as licenças para que o empreendimento possa ser construído com segurança respeitando o meio ambiente e a saúde das pessoas este é o Projeto Santa Quitéria.)

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Agradeço Rogério e Raphael pela apresentação do projeto e eu passo agora a palavra pra Claudia Paley e Ricardo Lieutaud pra apresentação do estudo de impacto ambiental, é… os representantes da Tetra Mais terão trinta minutos pra fazer sua apresentação.

Maria Claudia Paley – Consultora Ambiental Tetra Mais:

Boa noite! Meu nome é Maria Claudia Paley eu sou responsável técnica pelo estudo de impacto ambiental estou aqui representando a equipe que trabalhou na elaboração desse estudo é essa equipe é formada foi formada por mais de cinquenta profissionais especializados em diversas áreas que fazem parte do estudo de impacto ambiental e esses profissionais eles são é originários de vários estados do Brasil incluindo aqui da região é eu vou fazer uma primeira parte da apresentação e depois vou passar a palavra pro Ricardo que vai falar mais detalhadamente sobre o estudo de impacto ambiental. Esse EIA ele é uma base necessária pra primeira fase do processo de licenciamento ambiental que é a fase da licença prévia como já foi falado pelo IBAMA né e assim ele se ele trata do empreendimento santa Quitéria que é uma mineração de fosfato e o urânio né o fosfato destinado a produção da agricultura e da pecuária e destinado

principalmente ao desenvolvimento dessas atividades produtivas na região Nordeste e Norte do país e o urânio que tem por objetivo aí a produção de energia então é um empreendimento de importância pro… pro Brasil, pro estado, pra região e pros municípios do entorno ao atrair e dinamizar empregos e atrair desenvolvimento de outras atividades associadas é… o relatório de impacto ambiental está disponível e ele trata dos principais resultados do EIA numa linguagem acessível para que todos possam conhecer mais sobre o projeto. E enfim, por fim as audiências públicas que são esse momento importante de comunicação mas o que que é o EIA/RIMA o que que é o estudo de impacto ambiental primeiro ele e a equipe se dedica entender o processo o projeto de engenharia e pensar maneiras que ele possa ser aperfeiçoado para evitar impactos e reduzir impactos ambientais negativos isso foi feito na sala do Rafael foram apresentados alguns temas mais importantes sobre isso como a questão da água entre outros e também ele ele se dedica a previ avaliar o sistema de controle ambiental a partir daí cada um daqueles especialistas compreende as características da região em termos da sua do seus aspectos naturais e os aspectos sociais sócio econômicos para avaliar cada alteração que poderá ser desencadeada pelo projeto santa Quitéria na suas fases de planejamento que é essa fase que estamos agora ou na fase de obras ou na fase de operação ou na fase de encerramento pra cada alteração significativa que é chamado impacto ambiental são prevista medidas e essas alterações elas podem ser negativas ir pra aí suas medidas tem que dar conta de reduzir o impacto negativo ou recuperar o ambiente ou compensar outros impactos mais limpa a também alterações positivas pra isso projeto ele ele se dedica e essas alterações positivas elas também ganhou medidas que se destinam a trazer benefícios para região né na qual o município de Canindé se insere. Então de posse do entendimento do projeto das características ambientais e dessas medidas é que se formam os programas sociais e ambientais que fazem parte do eia rima e hoje compõem junto com projeto de engenharia o que é chamado de empreendimentos Santa Quitéria e esse empreendimento que ela vai avaliado em termos da sua viabilidade ambiental da equipe responsável avaliou isso e concluiu pela viabilidade ambiental do projeto Santa Quitéria considerando todas essas condições esse conjunto esse compromisso estabelecido nesses programas sociais ambientais que hoje compõem o projeto. É… Por fim, concluindo a minha fala eu queria dizer que a próxima etapa ela compreende a partir da conclusão do IBAMA sobre essa viabilidade se for emitida licença prévia o detalhamento desse compromissos desses programas sociais e ambientais incorporando o que o IBAMA solicitar como adicional que são as chamadas condicionantes sócio ambientais e também tratando de descrever mais detalhes sobre o projeto pra só então se solicitar a licença de instalação e o detalhamento do PBA também irá envolver ainda na fase de planejamento estabelecer é Uma equipe destinada a fazer a sua gestão e de relatar o IBAMA desses relacionamento de compromisso de monitorar uma série de componentes desse ambiente também de desencadear de ações de recuperação ambiental e compensação ambiental então esse é o seria a próxima etapa de detalhamento desse compromisso de programas sociais e ambientais bom eu concluo aqui e passar a palavra pro Ricardo muito obrigado pela atenção.

Interrupção do público

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

Bom boa noite pessoal meu nome é Ricardo Lieutaud eu sou gerente de projeto da tetra mais Itu representando aqui também a equipe que participou desse eia e qual que é a primeira etapa

do estudo onde a gente começa a debruçar entender um pouco mais as a característica ambiente aqui é quando a gente recebe o projeto é quando a equipe técnica começa debruçar entender quais as características como que vai ser produzido aonde cada estrutura vai ser alocada na região e esse estudo esse projeto é comparado com outras outras plantas né com outros desenhos pra ver justamente qual o menor impacto que O empreendimento vai causar sobre ambiente então é feito uma comparação não só do tamanho da área que vai ser ocupada mas também a supressão vegetal quando elas seria se matado suprimido a interferência quilos de áreas protegidas de uma forma geral em cavernas também os espectros sociais feito isso definido então a área de silêncio que é onde a equipe vai avaliar vai desenvolver os estudos dos levantamentos em campo né na região na fazenda ali em torno dela é onde também esperado os impactos ambientais e sociais quando a gente fala impacto não é só impacto negativo existe os impactos positivos também e é isso que a gente vai falar aqui ao longo da apresentação.

então pro meio físico e biótico que compreende aí os rios o ar a vegetação a… os animais foi definido como área de influência indireta que é onde é previsto impacto de menor intensidade de forma indireta né como próprio nome diz que é a parte da bacia do rio Groairas essa área rosa do mapa já área de influência direta que é quando se espera um… impacto mais mais é predominante né mais forte foi a parte… o riacho cunha… o sub-bacia do riacho cunha-moti essa parte verde ali do mapa e ali destacado em vermelho a área do projeto Santa Quitéria

pro meio socioeconômico os municípios de santa Quitéria e Itatira são considerados como área de influência direta né e Canindé e Madalena área de influência indireta. Só reforçando o pessoal a meia socioeconômico é quando é o meu o que é avaliado a economia dos municípios as comunidades a população de forma geral que que a gente define isso a partir desse momento que a gente tenta fazer o diagnóstico ambiental que é Queen line a equipe vai pra cliente coleta dados pra tirar uma fotografia do momento para registrar o que é situação qual a situação atual do ambiente do território de uma forma geral e em cima disso fui menção de impactos então pelo meio físico foram realizados diversos estudos dos componentes a qualidade do ar foi avaliada é importante dizer que existem normas e legislações específicas desse tema que determinam qual o parâmetro e a quantidade desses parâmetros minimamente exigidos pra qualidade e segurança das pessoas o o atual né o resultado demonstra que todos os parâmetros estão atendidos né e também de uma forma E foi feito também um estudo que se chama modelagem atmosférica esse estudo considera o padrão atual né os resultados levantados e o empreendimento pra que? Pra ver, durante a operação, durante a fase de obras e operação como que vai ser essa qualidade do ar e qual a probabilidade de

Alteração esse estudo também demonstrou que a os resultados desses estudos demonstraram que também a qualidade do ar é atendida ceando aqui os principais as principais alterações ficam ali dentro da fazenda Itataia que é a área do projeto o mesmo a gente pode dizer pros ruídos e vibração então os foram avaliados foram medidos diversos pontos aí é… nos principais receptores né, é a população que pode sentir algum popossível incômodo, o entorno do empreendimento, quais os níveis atuais e o que o projeto pode causar sobre essa população. Então também os níveis atuais demonstram em alguns pontos foram acima, mas muito associado as vozes, ao carro passando em determinados momentos, a chuva, a chuva e vento no microfone né que é onde é feito essa medição e também a avaliação é que não haverá impacto de ruído sobre a população local.

Interrupção do público – gritos - Mentira

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

Então Com isso foram feitas as avaliações e propostas as medidas de controle e programas de monitoramento esses programas eles tem como objetivo não sou acompanhar mas também propor possíveis alterações caso seja feito alguma seja constatado alguma alteração e dentro dessas medidas eu queria destacar aqui esses caminhões que estão umidificando a a terra o minério justamente que é uma das medidas para evitar a poeira né que seja transmitida que seja propagada aí pelo ar e esse filtro que se chama filtro manga que também é um dos Das medidas que estão sendo propostas se estou sendo considerados no projeto de engenharia pra evitar e controlar as emissões atmosféricas

Quanto ao solo da região e o relevo o projeto Santa Quitéria essa parte vermelha ali do mapa ela ela está numa região geograficamente encaixada né essa parte mais ao norte aqui onde o laser tá apontando é a Serra do Céu aqui em seguida pela Serra das Laranjeiras Serra do Quati, isso dá uma proteção natural no empreendimento e ainda assim os impactos previstos dentro desse componente tá dentro da… Eles são locais eles se restringem a área do empreendimento de forma...

Interrupção do público - gritos

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

de forma ainda a acompanhar E monitorar esses esses essas possíveis alterações são propostas diversos programas e medidas de controle também como foi o monitoramento da qualidade do solo a planta jogo compensatório que de um outro eu vou falar um pouco mais lá na frente, mas também o monitoramento de taludes e outras outros programas também. Quanto a água foram feitas ao analisar e da qualidade da água em toda toda a área de estudo é o empreendimento não não terá lançamento direto então não não é considerado impacto sobre os cursos da água em torno de um empreendimento é uma característica de São cursos da águas intermitentes isso quer dizer que durante o período específico tem água durante a seca né com a diminuição da chuva ela não tem é… eu queria destacar que o projeto também não prevê impacto na drenagem aqui da sub bacia do Baixa Caraú. O mesmo pode ser dito pra qualidade da água subterrânea que também a previsão é de manutenção do fluxo normal os impactos inimizades agir com as medidas de controle não estava com essa agência colação da água, mas também com a a o tratamento de influentes do programa monitoramento dessa dessa da água tanto fez superficial uma captação da água que passa dentro da área do projeto então são diversas medidas que estão sendo consideradas. quanto as cavidades né que são as cavernas, um importante componente aí da… do ambiente, o estudo considerou aí um novo levantamento foi percorrido uma área grande aí em torno dessa dessa área laranja do mapa foram identificadas aí 124 cavidades. É o projeto prevê a supressão de quatro cavidades… cinco cavidades, sendo quatro delas de baixa relevância e uma de média. Eu queria destacar aqui também A importância do diálogo entre a equipe técnica e aí engenharia inicialmente essa área onde eu estou aprontando aqui no laser ela tinha esse contorno né ela vinha reta. Durante as atividades de campo de levantamentos realizados aí pela equipe técnica especializada, foram identificadas algumas cavidades foi definida a área de influência dessa cavidade né que é um componente

importante aí para manutenção e em conjunto com a engenharia foi ajustado o desenho de forma que fosse mantido o padrão da características naturais dessas cavidades.

O… os programas de acompanhamento e monitoramento também dessas possí…desses possíveis comprometimentos nessas possíveis alterações do patrimônio espeleológico eles tem como função a manutenção da característica natural ter… manter da forma que tá hoje essas cavidades. Quanto ao meio biótico né que é a vegetação, que é a fauna são os animais é o estudo identificou essa parte verde mais clara aqui do mapa essa parte é a ela é caracterizada como savana arbustiva que são que é ilustrada aqui nessa foto mais ao norte aqui mais no lado esquerdo superior, são árvores mais espaças né mais distantes uma da outra com menor altura e a parte mais escura do mapa é caracterizada como savana florestada, que é com porte maior árvores mais conjuntas. A parte laranja representa o uso da população ali da região é onde a plantação é onde a agricultura familiar onde há também o a cultura a criação do de bovinos e caprinos é importante dizer que essa essa área também segue os cursos da água que é onde estão mais próximas e aonde tem maior ocupação justamente por isso é dos impactos sobre a vegetação é prevista e a redução né pela supressão pela implantação do empreendimento, uma possível perda aí de alguns habitats aí principalmente pra fauna...

Interrupção do público - gritos

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

E há também aí os programas não só de controle das obras pra minimizar ao máximo

Interrupção do público - gritos

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

Possíveis…

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Gente, eu vou por favor pedir que não interrompam a apresentação do colega em respeito a fala dele, da mesma forma como eu vou pedir que na fala de qualquer pessoa não seja interrompida, ta certo? Entre uma fala e outra eu acho que esse é um espaço democrático e a gente pode sim se manifestar, mas durante a fala eu peço que a gente tenha respeito. Muito obrigado!

Interrupção do público - gritos

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Gente!

Muito Obrigado! Por favor, pode continuar Ricardo!

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

Obrigado Régis!

Interrupção do público - gritos

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

Obrigado!

Então voltando gente, sobre a redução da cobertura então a previsão do plantio compensatório A questão aí também do resgate do material o que isso quer dizer as sementes o Banco de sementes que fica ali no solo as mudas o possíveis orquídeas que ficam lá no topo das árvores também vou ser resgatadas vão ser transferidas aí pra pra viveiro e com isso no porte certo é plantadas nos locais adequados. quanto a fauna da região, a fauna é caracterizada por uma fauna rica foram mais de trezentas espécies identificadas os levantamentos de Campos foram exaustivos foram diversos grupos avaliados não só os tradicionais como as aves os morcegos os mamíferos de grande e médio porte mas também os pequenos os anfíbios… os sapo, as cobras os lagartos ai (?) de forma geral, mas também os insetos né considerar um aí foram levantadas borboletas formigas insetos de forma geral e por isso aí nós duas campanhas inicial do número de registros é as amostragens também foram espalhadas em pontos estratégicos aí visando a… pegar todas aquelas formações de vegetação que eu falei um pouco antes e todos os estudos foram realizados com métodos e metodologias que visavam o menor estresse possível aos animais. Antes de qualquer atividade foi… feito uma proposta de trabalho ao IBAMA para subsidiar A emissão da autorização de manejo de fauna após a validação dessa desse plano e a emissão de licença e os trabalhos foram iniciados e o mesmo pra vegetação pra pra fauna aquática que envolve não só os peixe mas também os microrganismos e as algas que foram também analisado quanto aos impactos previstos na também foram consideradas medidas de controle principalmente durante a fase de obras que podem ocorrer alguns… alguns ferimentos com os animais com o aumento do trafego de caminhões por exemplo, com o afugentamento com o aumento da geração de ruídos na fase de obra é pra isso são proposto não só os programas de monitoramento mas também programas de mitigação que é quando por exemplo uma equipe técnica especializada acompanha cada frente de obra pra salvar pra resgatar né pra retirar alguns animais que possam ter uma uma locomoção mais dificultada uma locomoção que eles não tenham a rapidez de um mamífero por exemplo uma perereca e transfira para uma área segura onde não serão afetados. quanto as unidades de conservação que envolvem aí os parques as reservas, incluindo aí as reservas legais não há previsão… o projeto não tem a previsão de impactar nenhuma unidade de conservação é…inclusive por ser um empreendimento significativo como foi mencionado anteriormente há a previsão de pagamento de uma compensação ambiental de acordo com a legislação de dez ponto oito milhões de reais.

Pro meio socioeconômico que que como eu falei um pouco mais cedo e quando a gente estuda a população economia local estudo apresentado demonstra um bom desempenho da educação né isso é uma notícia bacana os índices estão acima da média tanto pra Canindé e Madalena

quanto Santa Quitéria Itatira apesar que pra população adulta gente vê uma baixa escolaridade ainda. Quanto a saneamento também, o abastecimento principalmente aqui de Canindé é feita pelo açude Souza né, Madalena por poços já Santa Quitéria e Itatira eles possuem já o plano municipal de saneamento também onde há essa previsão de parceria com o governo do estado do Ceará para desenvolvimento. A saúde mantém também a parte… os índices tradicionais aí segue o modelo aí do estado do Ceará sem apresentar grandes alterações. Os projetos de assentamento pros Municípios de Santa Quitéria e Itatira foram identificados vinte e sete projetos, vinte e três em Santa Quitéria, quatro em Itatira eles tão associados aí… a predominância… a predominância econômica é agropecuária né principalmente com a produção de milho e feijão e também a criação de bovinos e caprinos. Isso mostra esse alto número de associações comunitárias né pra Santa Quitéria foram identificadas 90 e 89 pra Itatira é… bom um pouco sobre os impactos do meio socioeconômico, o projeto aí preve né como tem essa tendência de um alto número de funcionários há uma possível alteração de custo de moradia e vai ter uma procura maior por esse serviço há também uma possível um possível aumento do tráfego de veículos devido aí ao trânsito de caminhões e pra isso também são propostos os os controles do monitoramento a conversa com o poder público né pra que isso possa ser acompanhado monitorado e minimizado. Tem um programa que é importante destacar que é o de comunicação social esse é um programa que não só transmite a mensagem do empreendedor pra população pra comuni… as comunidades do entorno e toda população dos municípios, mas também escuta as sugestões as dúvidas as críticas e esse é um dos programas que começa não só na fase… começa na fase de planejamento e percorre toda a vida útil do empreendimento incluindo comissionamento. quanto aos impactos positivos que estão sendo previstos existe aí a dinamização da economia né um projeto como esse ele traz um alto número de trabalhadores principalmente durante a obra é esse número essa esse dinheiro circulando maior ele desenvolve aumenta né a oportunidade de emprego e renda não só do desses trabalhadores mas de todo entorno ele favorece aí a… por exemplo a borracharia vai ter uma demanda maior os restaurantes os hotéis então tem uma série de serviços que ocorre no em torno e pra isso tem os programas de de otimização né de possibili… incentivo e propor mais otimizar esses esses impactos positivos. quanto a comunidades tradicionais é importante dizer que o estudo seguiu o rito estabelecido né de acordo com licenciamento e a legislação… seguiu também a legislação vigente foram feitas consultas aí aos órgãos responsáveis...

Interrupção do público – grito

Ricardo Lieutaud - Consultora Ambiental Tetra Mais:

A FUNAI… a FUNAI foi consultada, a Incra também, a fundação Palmares e dentro desse cenário. É a terra indígena homologada mais próxima fica aí a mais de 100 km e os quilombos há mais de 50 km do empreendimento. Então um resumo de forma geral aí desses impactos eu fui falando um pouco de cada um Pro meio físico são esperadas nos 27 impactos esses impactos ele se repetem alguns casos estão sendo considerados duas vezes porque as vezes ele tem numa fase de implantação na fase de obras e ele é o mesmo na fase de operação então ele é considerado também nesse total pro meio de óticos são 10 empates e variados e 21 pro mail socioeconômico quantos programas ambientais são 35 ao total 23 desse programa de controle e monitoramento oito de relacionamento e esse de relacionamento estão diretamente ligados com a população

diretamente ligados com a com as comunidades e com o poder público É dois de mitigação que é justamente aquele exemplo que eu dei do resgate da fauna e dois de compensação que tem aquele valor que eu comentei de 10. 8 milhões e também de plantio compensatório que envolve… diretamente o plantio duma área equivalente a suprimi-la.

Bom pra finalizar e concluir a minha fala em importante ressaltar aqui que o empreendimento que eu estudo considerou aí tese científicas artigos obrigados diversos estudos além da região pra compor esse estudo não só os dados realizados nesse durante esse desenvolvimento desses mais de quase mais de um ano que foi realizado mas também os estudos anteriores os diagnósticos já existentes da área da fazenda Itataia é um estudo robusto um diagnóstico bem detalhado que fica disposição de todos atende todo termo de referência e a equipe técnica considerando o diagnóstico realizado as medidas de controle consideradas também no projeto e os programas ambientais propósitos entende que é um pro projeto viável Ambientalmente projeto viável socialmente agradeço atenção de todos coloco me coloco a disposição para esclarecimento de dúvidas toda equipe da consultoria também está à disposição uma boa noite a todos!

Interrupção do público - grito

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Eu agradeço a equipe da Tetra Mais pela apresentação! Eu queria registrar aqui a presença do senhor Sérgio Pinto e do senhor João Carucaá representantes Associação da Preservação da Natureza e Cultura Popular do Sertão Central, a APRENAC. Registrar também a presença do senhor Vereador Manuel Deodato, da senhora Carlinda Coelho Presidente da Câmara de Canindé e do Vereador senhor Júlio Melo.

Gente eu queria fazer um parêntese aqui é de que eu sou servidor público tal qual os meus colegas de IBAMA meu colega da CNEN e eu não tenho de forma nenhuma a presunção de querer mandar em ninguém eu estou aqui imbuído de uma função de coordenar uma audiência pública que faz parte do rito de licenciamento ambiental estipulado em legislação e o que eu estou aqui em primando por a gente ter um ambiente respeitoso e democrático para ambos os lados para os múltiplos lados para as múltiplas formas de pensar e acho que como um todo cidadão e cidadã civilizados e educados a gente pode conviver dentro de um mesmo espaço manifestando as nossas opiniões sem necessariamente podar a fala dos outros isso vale pra todos eu só queria fazer esse registro aqui eu já vi audiências públicas em que não é permitido fazer manifestação e eu sou absolutamente contrário a isso esse é um espaço público aonde as pessoas podem manifestar da forma educada como estão fazendo nesse momento né como estão mostrando faixa e cartazes acho que um grito ou outro ele faz parte pra manifestar eu só peço isso cuidado que a gente não interfira na fala do outro certo.

Interrupção do público – grito - por favor bebam a água que nós tiramos do poço lá

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Por favor, me alcance a água. Eu saúdo a todos pelo bom clima e uma ótima audiência a todos! Dando continuidade à nossa audiência é a gente vai partir momento do debate eu relembro que as pessoas que estão assistindo audiência por meio da transmissão da internet elas podem encaminhar a suas contribuições perguntas através dos e-mails psq.ap.sede@ibama.gov.br, repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br esse é um e-mail do IBAMA aonde as perguntas podem ser encaminhadas e serão respondidas dentro dos próximos 20 dias. também existe o e-mail contato@consorciosantaquiteria.com.br repito contato@consorciosantaquitéria.com.br e através do 0800 4021030 repito 0800 4021030. Essas perguntas serão respondidas… Poderão ser recepcionadas nos próximos 20 dias e posteriormente serão respondidas lembrando que a gravação dessa audiência fica disponibilizada no canal do YouTube por pelo menos 20 dias. para os senhores que estão aqui presentes eu repito que temos uma cartilha que dentro existe uma ficha aonde vocês podem incluir… a sua pergunta a respeito do empreendimento e aqueles que quiserem fazer a sua pergunta de forma oral ou fazer sua manifestação de forma oral basta escrever “manifestação oral”. de qualquer forma pedimos que coloquem o seu nome e o seu contato de e-mail pra que a gente possa dar devolutivas depois caso a gente não consiga dar todas as respostas durante a audiência pública.

agora nós teremos um pequeno intervalo de 10 minutos onde estará sendo oferecido um pequeno lanche e por uma questão de de falta de espaço um espaço que está reduzido eu peço aos senhores que possam descer a escada que nós temos aqui na lateral esquerda dos senhores aonde estará sendo servido o o coffeebreak ali na área da piscina, não é isso?!

Eu agradeço a paciência, atenção de todos até aqui e um bom lanche voltamos em 10 minutos muito obrigado.

INTERVALO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Então dando sequência a nossa audiência pública eu gostaria de mais uma vez frisar para aquelas pessoas que estão nos assistindo a partir da transmissão via canal do YouTube na internet de que essas pessoas também podem participar da audiência pública encaminhando seus questionamentos suas dúvidas seus comentários suas contribuições através dos e-mails

psq.ap.sede@ibama.gov.br, repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br, é um e-mail do IBAMA e também pelo e-mail contato@consorciosantaquiteria (tudo junto). com.br, repito contato@consorciosantaquitéria.com.br, esse é um e-mail do consórcio e também através do 0800 4021030, 0800 402 10 30.

Durante vinte dias essa… A gravação da audiência pública vai estar disponível na internet e durante esses vinte dias as pessoas poderão encaminhar os seus questionamentos para que sejam respondidos, tanto pelo IBAMA quanto pelo consórcio. É… Agora nós vamos passar pro bloco de discussão, de debate é a parte que o IBAMA considera mais importante é onde a gente vai poder sentir a percepção da comunidade, da população aonde a gente também vai poder ter a oportunidade do consórcio esclarecer as dúvidas né poder fazer esclarecimentos da mesma forma a empresa que desenvolveu o estudo ambiental vai poder dirimir algumas algumas dúvidas. eu volto a pedir a todos por uma questão de educação e pra que a gente não tenha uma audiência que se estenda até o meio da madrugada que todos respeitem os três minutos

de fala para as manifestações orais e que a gente evite fazer comentários em cima da fala dos dos companheiros que estiverem fazendo a suas manifestações por uma questão de educação. É… começando então a gente deve fazer como a grande maior parte das inscrições são para manifestação oral a gente deve fazer blocos de três a cinco manifestações conforme o caso pra que a gente possa não se estender tanto. eu chamo então pra primeira manifestação o senhor Sérgio Araújo que faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Economia e Trabalho do estado do Ceará.

Senhor Sérgio, o senhor tem três minutos, por favor.

Sérgio Araújo:

Muito obrigado! Alô, alô, alô… OK.

Obrigado, boa noite a todos! Muito obrigado doutor Régis pela atenção, saúdo a mesa em nome dele!

Bom, estou aqui exatamente pra mostrar e ratificar o apoio do governo do estado a esse Projeto Santa Quitéria. os temas que estão neste memorando de entendimento que foram… que foi assinado entre o governo do estado e diversas secretarias

É os principais foram a construção de uma adutora que vai atender as localidades de morrinho, riacho das pedras e perdão Queimados né e também vai atender o empreendimento também o governo do estado vai construir uma rede de… de transmissão para poder que se opere esse empreendimento como também além da adutora e do Sistema elétrico também ne vai ser construída vai ser digamos adaptada né pra questão industrial um trecho da estrada… os recursos já estão garantidos

E Exatamente o governo espera né que obviamente os órgãos licenciador, IBAMA libere a licença prévia e posteriormente a licença de instalação pra que essas obras sejam indiciadas. Um outro tema importante é a questão da capacitação, não é?! Que vai ser dada a população através da (INAUDIVEL) através da secretaria de educação então o Consórcio Santa Quitéria vai passar quais são os profissionais que ele deseja com que nível de qualificação que é necessário. Pra que durante esses próximos dois anos que é o período de construção seja… haja uma capacitação dessa mão-de-obra. Bom, esse era o primeiro recado. O segundo recado ele trata o porquê que o Ceará está apoiando entendimento desse em nosso estado. Pra vocês terem uma ideia, é o segundo maior empreendimento privado no estado Ceará. O primeiro foi o projeto do complexo da siderúrgica do complexo do Pecém que não precisa comentar O nível de riqueza que é hoje São Gonçalo e Caucaia e o segundo projeto é exatamente esse aqui do consórcio Santa Quitéria que vai exatamente… como foi dito aqui ele não vai aumentar em 10% o Pib Santa Quitéria ele vai multiplicar por 10 o PIB de Santa Quitéria então é uma oportunidade que o estado do Ceará não pode perder nós temos que muito pelo contrário absorver e apoiar esse empreendimento pro nosso estado. Muito obrigado!

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado, seu Sérgio!

Gostaria de chamar pra fazer sua manifestação oral, o senhor Pedro Dandrea.

Pedro Dandrea:

Boa noite todos, todas, todes. Boa noite principalmente a toda a classe trabalhadora aqui do município de Canindé presente, meus companheiros e companheiras. Antes de iniciar minha fala eu queria dar um recado pro senhor ex-prefeito Tomás Figueiredo, Tomás Figueiredo o senhor fez uma fala irresponsável ontem na audiência pública o açude Édson Queirós não foi construído na sua fazenda portanto você não pode dizer que a água do Açude Édson queirós é destinada a mineração de santa Quitéria a água do açude de Edson Queiroz e destinada pro povo de Santa Quitéria, você não tem o direito de dizer o que o senhor disse ontem.

Bom pra começar eu queria desmistificar muito do que foi dito por esses senhores vestidos de branco aqui que representa um modelo mineral brasileiro predatório que concentrar renda modelo mineral tem muita sede depende de muita água depende de muita terra e esse… todo esse discurso aqui inclusive que o trabalhador da secretaria de desenvolvimento disse é mentiroso é falacioso em 1997 a Lei Kandir do Fernando Henrique Cardoso retirou a obriga obrigatoriedade do setor primário em pagar o ICMS que é o principal imposto destinado aos estados brasileiros no ano passado 89% da arrecadação dos estados veio do ICMS a mineração não pague ICMS então não venha com esse discurso de PIB porque esse dinheiro não vai pro povo trabalhador em 2020 a mineração ganhou 269 bilhões de reais só passou dois. 9% ao ano União aos estados ao município a cada R$100 que a mineração ganhou ela passou três reais divididos entre união estado e município isso não vai pro Município de Canindé Santa Quitéria e Lagoa do Mato enfim não vai isso é mentira outra coisa que foi dito ontem aqui pelo Rogério Carvalho é aquela gera muito emprego não gera muito emprego é outra mentira em 2019 a gente tinha 1 milhão de trabalhadores no setor mineral 800.080% dos trabalhadores eram terceirizados aí e me be tem um processo que foi condenado em Canindé pelo tratamento diferenciado dado pelos trabalhadores de carteira assinada e os trabalhadores pelos trabalhadores terceirizados são os aplicativos de entrega comida e de transporte tem um milhão e quatrocentos mil trabalhadores geram mais empregos

? Sub emprego do que o setor mineral então não gera trabalho é mentira mais do que isso esse trabalho gerado em 2017 um estudo feito pela casa Civil da União identificou que o setor mineral mata cinco a mata e adoece cinco vezes mais esses trabalhadores terceirizados e de carteira assinada então o trabalhador que vai trabalhado nessa mina vai estar condicionado a esse modelo de exploração de sub emprego de adoecimento de morte e Mariana por exemplo essa questão do PIB avalie a Samarco teve uma arrecadação 22 vezes maior do que toda arrecadação do município isso gera uma menina e dependência e dependência econômica política e social em que a mineração esse entendimento passa uma controlar a política do município. Em Oriximiná por exemplo O município do parar que tem a mineração de alumínio 40 anos de mineração 40 anos de mineração e depois de 40 anos de mineração 69% dos domicílios vivem com menos de um salário mínimo e se a concentração de riqueza e geração de pobreza é um absurdo numa situação brasileira em que a gente tem 125 milhões de brasileiros vivendo em situação de insegurança militar alimentar o povo esses representantes daí ele se aproveitarem dessa conjuntura pra dizer que vão gerar trabalho e renda pro município é mentira pro estado é mentira esse mesmo modelo mineral não vai fazer isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Pedro, eu peço que você conclua.

Pedro Dandrea:

Fechando, pra concluir. E além disso, além de toda essa concentração o que a gente observa por exemplo nos municípios mineradora em Minas Gerais é uma redução drástica da área plantada temporária permanente por exemplo em Conceição do Mato Dentro dia a gente tem um mineiro duto do mundo que consome 2,6 milhões de litros de água por hora a redução da área plantada caiu 65% da área de lavoura temporária Caio 45% os companheiros da MST vamos trazer aqui a importância da agricultura familiar e da reforma agrária para economia ir para a soberania alimentar desse manifesto que serão seriamente destruídos a partir da implantação de um projeto como esse.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Pedro, por favor!

Pedro Dandrea:

Por fim, O estudo não traz um elemento importante e que não foi respondido ontem na audiência em Lagoa do Mato, Itatira, o adensamento populacional que ocorre a partir da instalação de projetos como esse Conceição do Mato dentro uma um município saltou de 17.000 pra 23.000 pessoas isso gerou um aumento de 300% no preço do aluguel do município um aumento de demanda de 70% pela infraestrutura de saúde o que será de Canindé o que será de Santa Quitéria o que será de Itatira e de Madalena com esse adensamento populacional com essas estruturas precárias de saúde o estudo não aponta qual será esse adensamento populacional nenhum desses pra fechar a mineração depende da reprodução do racismo estrutural da reprodução do racismo ambiental da reprodução do racismo institucional que a gente vê aqui quando a Funai diz que não existe povos indígenas né quando o INCA disse que não existe território Quilombolas na área atingida pelo projeto é racismo estrutural quando a gente olha Minas Gerais em brumadinho 60% das procurações que vivem próximo de barragens são negras 85% das pessoas atingidas pela barragem de Morgadinho zeram negras 60% das pessoas atingidas pelas barragens da (INAUDIVEL) eram negras. Nós da classe trabalhadora sentimos o cheiro do discurso de patrão representado por esses dois aqui e nós em três dias de audiência pública não viu um trabalhador uma trabalhadora seja de qual classe foi que veio aqui pegou a seguir o telefone e se declarou favorável a esse projeto esse projeto não nos representa e nós não permitiremos que ele seja aprovado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado Pedro pela sua manifestação. Eu peço que as pessoas que forem fazer as manifestação oral permaneçam de máscara pra uma questão de de proteção ta certo eu vou passar a palavra agora pra sua manifestação oral o senhor Tomás Figueiredo.

Tomás Figueiredo:

Boa noite a mesa, a pessoa do doutor Régis, boa noite a todos e a todas aqui presentes. Como foi citado meu nome, primeiro eu desconheço o senhor que falou aqui a pouco nunca o vi em algum lugar sou prefeito de santa Quitéria por quatro vezes a primeira vez em 1993 acompanho esse projeto desde 1975 a barragem serrote foi construída no governo Figueiredo para atender a mina Itataia a época o meu pai Chico Figueiredo conseguiu descê-la da localidade abaixo do riacho das pedras e colocar para servir também como água pro Município de Santa Quitéria como nós te amos água e essa e essa barragem tenho 38 anos que ela teve a primeira sangria e durante 38 anos nunca faltou água suficiente para o abastecimento da cidade e pra irrigação e todos os ciclo que foi levantada e todos os ciclo e agora com a redução de 17% em todos os ciclos dela ela sempre teve preparada para atender a mina de Itataia então nós temos ainda duas barragens da bacia do Acarau o poço comprido no Rio do macaco Com 360 milhões de metros cúbicos que tá pronto pra se iniciado E a barragem de Pedregulho do Rio Jacuí produto de 100 milhões 100 milhões de metros cúbicos então não vai faltar água para baixo da Carol bom então agora eu suficiente e a água também vai atender vai atender a doutora ela vai atender hoje acha das pedras não salve acha da pedra como um leão queimada é muito outras muitas outras comunidades que ela vai passar por dentro dela algumas propriedades então problema de carro pipa será definitivamente erradicado dessa região já foi falado ontem aqui aí eu queria colocar alguma coisa que eu acompanhei a prefeito em audiência de 2004 depois da companhia de 2014 e um dos fatos que me surpreendeu nessa nessa audiência pública foi a presença de índio porque eu nunca vi… eu sou prefeito pela quarta vez conheço todos os assentamentos de Santa Quitéria participei do assentamento morrinho participei do assentamento queimada fizemos convênio com um com o inca disse que estaria dar ele com todas as comunidades eu estive presente presente presente presente presente e eu nunca vi um vídeo no Município de Santa Quitéria estou vendo pela primeira vez essa manifestação hoje aqui e não tem influência nenhuma em lugar nenhum a outra coisa que se discutiu a outra coisa que se discutiu no último licenciamento foi o problema das cavernas Líbano a adutora Quênia o Jônatas na era não era o diretor geral de mineração acompanhou amado acompanhando esse processo conosco e uma das colocações foram os cadernos que foram altamente estudados nesse momento agora então acho que os estudo que foi feitos das cavernas são suficiente as proteções que foram feitas e mostradas aqui

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Concluindo doutor Tomás...

Tomás Figueiredo:

São suficientes pra atender o projeto E o outro problema que ontem foi citado o provável problema de pó que possa vir está e também não está discutindo isso e colocar no filtro pra esse cara que ele andamento tá certo então esse é um questionamento que nós tínhamos em 2004 o Cristiano aumento que nós tínhamos em 2014 todos eles estão claramente atendidos nesse projeto queria parabenizar a tetra aí INB e a CNEN pelo trabalho muito obrigado.

Interrupção do público – gritos

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado senhor Tomás eu chamo agora pra fazer sua manifestação oral o senhor Erivam. Seu Erivam, eu lhe lembro que o senhor tem três minutos pra sua manifestação.

Erivam:

Boa noite a todos e a todas as trabalhadoras e os trabalhadores, boa noite gente! Eu queria começar essa minha fala dizendo que nós estamos na terra de São Francisco E se ele fosse vivo eu tenho certeza que a mina de urânio não seria implantado no Sertão Central a segunda coisa que eu não tenho dúvida e queria dizer mais uma vez e também vai ser a última vez que esse projeto vai ser enterrado e nunca vai sair dizer o seguinte é que esse processo que o rapais que me antecedeu aqui disse que vem se renovando e se aprimorando eu queria dizer um poeta paraibano sempre de um mês que eu pedi certas liberdades aqui desde anteontem é que quando eles mais falam mas mente 20 quanto mais fala mais mente porque o projeto de 2004 não passou não foi porque ele estava meio digamos não estava finalizado não porque não passou porque estava Totalmente errado vocês sabem disso IBAMA sabe disso melhor do que nós inclusivos porque o licenciamento do urânio tem que passar pelo IBAMA vocês quiseram passar pela semana se vocês são irresponsáveis o crime já estava perpetuado antes de implantação da mina em 2014 de novo o arquivamento do IBAMA em 2019 foi exatamente um deles pela história da enviar habilidade dica aí vem o senhor dizer aqui que o açude serrote foi feito para atender a menina pelo amor de deus gente o povo do semiárido do sertão central merece respeito merece também saber que nessa região tem inimigos do povo o povo trabalhador que muitas vezes não tem um pingo d'água pra fazer pra plantar um pé de cebola vai aceitar isso nós não podemos aceitar isso diploma de forma alguma e por último porque eu não estou podendo falar hoje infelizmente eu queria dizer o seguinte repetir o que eu disse antes ontem a mineração no Brasil é atividade que mais adoece e mata isso não é eu que estou dizendo e várias pesquisas as pessoa o pessoal do estado vem aqui dizer que citar como exemplo o complexo portuário industrial do Pecém, pelo amor de deus gente ali ali acontecem a maior injustiça hídrica do estado do Ceará a segunda injustiça pode acontecer no sertão central eu vi e já foi lembrado que aqui nessa assembleia hoje tem Vereadores Vereadores cidadãos e cidadãs se vocês querem respeito do povo jamais vocês podem ser a favor de uma mina dessa porque uma mina que vai beber a água do povo trabalhador a gente não pode falar de projeto de desenvolvimento. Nós temos que chamar projeto de morte é um projeto de morte e finalizando de fato finalizando de fato 1 segundo queria dizer o seguinte como é a última audiência e eu espero que seja a última mesmo projeto não sair de fato eu queria dizer que desde Canindé a qual o senhor e a senhoras de projeto de Santa Quitéria ontem Lagoa do Mato aqui hoje vocês não conseguem responder as perguntas que o Pedro fez ontem dos vários crimes ambientais crime sócio ambientais que aconteceram lá dos poços que foram contaminados

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Erivam, por favor!

Erivam:

Você não consegue responder por que? Porque você são criminosos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado senhor Erivam. Eu chamo agora o senhor Bosco Morais do CREA pra fazer a sua manifestação oral.

Senhor Bosco?

Já não se encontra então o senhor Bosco então vamos passar a palavra pro senhor Tomás Figueiredo Filho representante da Fecomércio.

Tomás Figueiredo Filho:

Olá boa noite a todos, boa noite a mesa em nome do Régis Como já falei em outras oportunidades nós já estamos aqui já pelo terceiro processo de licenciamento né então É um projeto extremamente maturado disse nem que a gente está vivendo né foram diversas audiências públicas ao longo de todos esses anos e ao longo dessas audiências públicas essa ausculta foi muito interessante para que o projeto fosse melhorado e o que a gente vê hoje é um projeto totalmente diferente do que se via lá em 2004 por exemplo até pelas condições tecnológicas que a gente tem hoje do que a gente tinha na época e isso é muito interessante isso é muito bom nem abordar esse tema eu vou pedir licença pra usar parte do tempo pra isso mas eu vou voltar ao que me interessa por aqui é que se perca oportunidade de uma audiência pública que vai servir pra um órgão do governo fazer a suas exigências ao empreendimento as condicionantes ao projeto e nessas condicionantes onde esse órgão vai poder exigir aquilo que garanta as comunidades A sua segurança e tranquilidade pra pegar a desinformação você invocar a Lei Kandir que é uma lei que trata da exportação pra dizer que o projeto não vai gerar nenhum tributo para o estado é pregar a desinformação e esse não é um ambiente desse empregar a desinformação então lamento muito que esse tipo de informação ou de desinformação seja trazido aqui e eu tenho certeza que é o longo das manifestações quero saudar aqui o deputado Renato Rosena a quem tenho o maior carinho e admiração pela bandeira que defende que se tragam as informações que as comunidades realmente querem ser esclarecidas no lugar de vir trazer fantasias e outros tipos de coisas que não vão ajudar ao IBAMA fazer o seu processo de licenciamento então eu acredito que a gente com encerramento demais esse processo de desinchamento mais essa audiência pública vai dar condições de se avaliar e disse esclarecer as dúvidas e os medos e o que eu vim oferecer aqui é o que a Federação do Comércio quer que a gente deixa pra esse território para essa comunidade que é o que a gente já faz e outros ambientes onde foram implantados grandes projetos no Estado do Ceará que é preparar o mercado fornecedor para que seja atendido pelo empreendimento pra que a gente consiga fixar o máximo de recurso aqui na região pra que a região seja fornecedora pra que o empreendimento não vai comprar de empreendimentos de fora do Ceará de outros lugares pra que esse recurso eu fique aqui pra que a gente em Jeri a sustentabilidade econômica social aqui no Estado do Ceará em especial na nossa região na região diretamente impactada eu que sou de santa Quitéria lá em santa Quitéria aqui em Itatira nossa vizinha e também Canindé e Madalena que estão indiretamente

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Senhor Tomás, por favor!

Tomás Figueiredo Filho:

Relacionadas ao empreendimento então só pra trazer alguns dados antes de encerrar a gente tem esse programa O território Empreendedor que já vai pro seu terceiro ciclo ele funciona lá junto a companhia Siderúrgica do Pecém em São Gonçalo do Amarante a companhia Siderúrgica dispensei ela compra cerca de 15 milhões de reais de fornecedores espalhados pelo Brasil inteiro com esse trabalho dos territórios empreendedores e a gente já conseguiu o que 30% desse recurso fosse adquirido no Estado do Ceará Nosso objetivo é alcançar muito mais tenho certeza que com o tempo e com dedicação com esforços a gente vai conseguir.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Senhor Tomás!

Tomás Figueiredo Filho:

E aqui a gente quer oferecer ao mesmo a gente quer fazer o território empreendedor junto à área capacitares empreendedores dos fornecedores capacitar a mão-de-obra através do Senac Serviço Nacional de aprendizagem Comercial dar amparo assistencial ao trabalhador do Comércio através do SESC pra que a gente possa gerar e deixar a riqueza aqui e dar a oportunidade ao comércio de bens e serviços e de turismo dessa região.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Senhor Tomás!

Tomás Figueiredo Filho:

Então muito obrigado é uma oferta que o estado do Ceará através da Federação do Comércio fazem para o entendimento para que a gente qualifique e a gente faça com que haja ganhos para comunidade local muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado pela sua manifestação senhor Tomás eu vou passar agora pra devolutiva para o consórcio eu peço que em três minutos o consórcio aborde especialmente a questão de impostos.

Rogério Mendes Carvalho – Diretor Recursos Naturais INB:

Respondendo então ao senhor Pedro André eu gostaria de começar dizendo que o projeto Santa Quitéria não é só um projeto de mineração é um projeto de fertilizante e a e o fertilizante recolhe muito, muito ICMS existem outros impostos outra carga tributária na mineração a mensuração recolhe o PIS recolhe confins. Recolhe-se fé em que é a contribuição financeira sobre a extração mineral e recolhe imposto de renda gera benefícios e era massa salarial ajuda na infraestrutura dos três seria usados que trabalhou na mineração trabalho também com carteira assinada então existe a participação efetiva dos terceirizados no setor de mineração a mineração responsável monitória o recolhimento de empresas dos terceirizados a mineração o agro negócio e a pecuária foram as atividades que mais cresceram mesmo no período da pandemia e com isso responde responde por questão tributária e por fim eu gostaria de mencionar que o que é realmente muito triste é ver uma pessoa sem emprego sem renda e não poder exercer a cidadania cidadania com dignidade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado Rogério! Eu… antes de chamar a próxima pessoa eu vou frisar a todos pra gente tentar respeitar os três minutos de fala pra cada pessoa a gente tem um número bastante expressivo de manifestações orais e se todo mundo passar dos tempos de três minutos a gente não termina a audiência hoje ou ela termina ficando esvaziada o que eu acho que não é bom pra nenhum de nós chamar agora o senhor Rafael Melo do núcleo Tramas pra fazer sua manifestação.

Rafael Melo:

Muito boa noite aos povos indígenas aqui presentes aos povos Quilombolas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao movimento dos trabalhadores de trabalhadores sem-terra aos trabalhadores em geral presentes aqui nessa audiência boa noite aos servidores servidores de tomar e quero começar a medida que a gente chegar nesse final de audiência cresce a nossa expectativa com relação ao parecer nesta diretoria responsável pelo recenseamento ambiental é que acompanhar essas audiências públicas pelas informações aqui apresentadas nessa audiência. Com relação a análise que nós vimos nos pareceres anteriores por que cresce porque contribuirmos com um parecer técnico com análise porque vimos em três dias uma série de fraudes técnica a serem apresentados vou citar uma delas apresentação de que não existe impactos sobre a estrutura hídrica sobre os córregos sobre os rios intermitentes que existe naquela região e o próprio IBAMA em seu parecer de análise do estudo de impacto ambiental apresentado em 2014 ele apresenta existe impacto o IBAMA destacou a preocupação com relação a disponibilização dos fosfato pela mineração pelas filhas de rejeito e pela pilha de fósforo gênio e o carregamento do fosfato para os curtiu aumentando o potencial de eu trol fiz ação sobre o assunto de morrinhos e a necessidade de especificar muito melhor as estruturas daquele empreendimento que sim as estruturas da filha de rejeito os da estrutura da pilha de fosfogesso estão instalados sobre a drenagem de cursos hídricos e elas impactam diretamente essas drenagens O que que a gente viu nesses dias o projeto mantêm as estruturas sobre os cursos hídricos e vem aqui afirmar o que eu chamo de fraude técnica que não tem impacto sobre

os cursos hídricos no empreendimento mais um. Acho que a medida que a gente passe essas audiências também ficou muito claro a grande disputa sobre os recursos hídricos desse projeto os recursos hídricos desse projeto não os recursos e depois para matar a sede para alimentar produzir alimento para o povo os recursos hídricos conforme determina na nossa Constituição as legislações Referentes as prioridades por que por que esse projeto desde 2004 depois segundo licenciamento agora no terceiro não apresenta estudo de viabilidade hídrica e nós temos batido nessa tecla não está comprovada a viabilidade hídrica desse projeto qual foi a estratégia agora fragmentar o licenciamento tirar da análise do IBAMA análise sobre o impacto hídrica na região e sem apresentar conta uma aqui com a proposta de construção de dois açudes que não estão construídos nas comunidades de morrinhos queimadas riacho das pedras da aguardam a chegada da água para atender sua necessidade o que que o governo do estado do Ceará faz aqui é uma chantagem se aprovarem o empreendimento a água chegar as comunidades o nome disso é chantagem

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Rafael, peço que conclua.

Rafael Melo:

Obrigado presidente!

Vou concluir destacando que como colocado nas duas audiências anteriores como apresentado por estudos e não é só um único estudo temos mais de quatro, cinco estudos apresentados em congressos nacionais publicados em revistas internacionais de membros da Comissão Nacional de Energia nuclear Instituto Nacional de do de dosimetria e radioproteção que afirma o projeto Santa Quitéria suas estruturas do seu processo produtivo amplia o risco de exposição radiações ionizantes e isso é constantemente negado em uma outra fraude de que não haverá dispersão de contaminantes que emitem radiações ionizantes como ter uma pilha de fotos desse carro como uma pilha de estéreo sujeita a força dos ventos sujeita a drenagem pluvial das águas da chuvas não irá dispersar

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Rafael, por favor!

Rafael Melo:

Esses contaminantes, isto é uma outra fraude e cresce, a nossa expectativa com relação ao parecer que a gente tenha parecer tão responsáveis e comprometidos como nós tivemos nos processos anteriores por parte desse equipe do empana e fica muito clara que a posição dos povos indígenas dos povos trabalhadores da população em geral destas cidades muito contrária a queda das empresas aquele que representa setores empresariais.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado Rafael! Eu lembro a todos que o… Eu lembro a todos que o IBAMA após ter recebido o estudo de impacto ambiental ele tem de seis meses a um ano pra fazer a sua análise desperdice o parecer conclusivo a respeito Da possibilidade ou não da viabilidade ou não do projeto e assim expedir ou não a licença prévia eu gostaria de chamar aqui pra sua manifestação oral senhor vereador Chico Justa.

Eu lembro vereador que nós temos três minutos pra sua manifestação.

Chico Justa:

Senhoras e senhores muito boa noite eu gostaria de cumprimentar a mesa e nomes do Dr. Regis e dizer que essa questão levantada na preocupação ambiental numa obra e Empreendimentos dessa envergadura ela sempre vai existir essa preocupação com a saúde da população isso sempre vai existir agora que a gente tem acompanhado entre todas as edições entre todas as tentativas de fazer a coisa funcionar a gente observa que o melhoramento é constante e a gente observa o que ar hoje uma preocupação grande por parte das pessoas que são hoje responsáveis por este investimento exatamente pra atender a todos nós nestes quesitos que eu alenquei. De modo que a população nestas quatro cidades soe um realmente com o progresso com o desenvolvimento com a melhoria que este empreendimento pode trazer eu sou vereador dessa cidade por seis mandatos consecutivos sempre defendia o desenvolvimento e sempre vou defender não importa que os autores das mais diversas narrativas negativas vem o lar de outras outras redutos outras cidades tumultuar o processo que estas quatro cidades estão aqui pra desenvolver então o Canindé a Santa Quitéria Itatira e Madalena estão recebendo recebendo muito bem a Comissão que está hora fazendo a exposição e eu queria inclusive Dr. Regis agradecer e parabenizar ele já comprou tenho acompanhado todas as audiências tenho me aprofundado e quero aqui parabenizar a equipe em nome do senhor pela maestria com quem vem conduzindo tudo isso e tem realmente feito um convencimento agora esse tipo de gente o senhor e sua equipe vai como fez e nunca por que não querem o desenvolvimento não querem um progresso ao contrário de nós que habitamos nesses municípios aqui nós queremos reconhecer o trabalho que o senhor estão fazendo estamos aqui para abraçar e dar todo apoio necessário ao investimento que venha pra nossa região um progresso ou desenvolvimento que eu tenho certeza que isso está vindo realmente com a convicção com a seriedade que é exigido o bom da democracia no processo democrático é isso é que as pessoas dizem realmente o que querem agora às vezes escutam também o que não querem um abraço que Deus abençoe a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado vereador eu gostaria de chamar o eu gostaria de chamar um engenheiro agrônomo Franze Souza.

Senhor Franzé representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente… ele já saiu? OK.

Gostaria de chamar aqui pra fazer o uso da palavra a senhora Nayane Araújo.

Nayane Araújo:

Bom boa noite a todas, todes e todos, bom saúdo aqui os povos indígenas não são índios são indígenas povos Quilombolas, camponeses e camponesas que cê estão presentes e a mesa abrindo aí a falar o nome das mulheres né pensei que as mulheres não ia ser chamadas eu vou pedir licença pra tirar minha máscara porque o companheiro anterior também falou sem máscara sendo que já foi colocado na mesa que era necessário o uso da máscara então peço licença pra isso também né hoje eu não vou reforçar minha fala sobre o impacto de mega projetos de mineração sendo um desses mega projetos na vida das mulheres como tem impactado muito né mas eu vou comprar principalmente algumas falas que já antecederam sobre essa dinâmica do agro negócio porque querendo ou não a mineração está envolvida com Agronegócio denunciará não é diferente a mineração de urânio e fosfato né por fosfato e os infantis luz antes ele vai para o agro negócio ou seja a mineração de urânio, fosfato para o Agronegócio além de todo o beneficiamento que será feito para região centro-oeste ou seja para regiões que tem preconceito regionais com os nordestinos vai também pra região do mato Biba que é Tocantins Maranhão Bahia e Piauí e com isso o Agronegócio se engana quem pensa que ele tem diminuído a fome ele só tem aumentado a fome inclusive hoje mais da metade da população brasileira cerca de 55,2% está índice enorme de questão da alimentação saudável alimentação não tem sido adequada a pobreza extrema muito forte também eita eu vou cumprir com o tempo hoje ainda me restam 37 segundos eu gostaria de dizer que o agro não é tech o agro não é pop e o agro não muito menos é tudo é agro ecologia sim é vida reforma agrária assim a vida de marcação já pela vida das mulheres fora Bolsonaro e fora todos os fascistas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado… Obrigado Nayane pela sua fala. Gostaria de chamar o senhor Renato Roseno da Assembleia Legislativa para fazer uso da palavra.

Gente, por favor vamos manter a, a civilidade eu não quero ter que encerrar audiência ou ter que chamar a segurança pública pra gente ter alguma medida mais drástica por favor.

Renato Roseno:

Boa noite boa noite a todos boa noite a todos quero aqui o saudar muito especialmente aqui é o servidores IBAMA eu sou servidor público federal também quero é muito importante diferenciar os governos dos servidores lugar no espaço se transforma servidores são fundamentais e nós eu quero dialogar sobre tudo com senhores senhoras são responsáveis pelo processo desta complexidade desta profundidade e com e como dimensões variadas na saúde pública no meio ambiente e também na não economia eu to eu estou no segundo mandato de deputado estadual tomei posse dia 2 de fevereiro de 2015 dia 12 de fevereiro de 2015 eu já peticionar ao IBAMA solicitando informações sobre o projeto de licenciamento ambiental anterior e sobretudo apontando os receios que nós tínhamos e que até agora se mantêm e se aprofundou tanto do ponto de vista do impacto na saúde pública sobretudo em razão da radiação nós sabemos que esta radiação está concentrada em toda a cadeia produtiva da energia nuclear de melhorias são os exemplos de Canindé são inúmeros não só os locais mais pegamos pra poder podemos pegar os exemplos múltiplos também de outros países de cadeias produtivas de mineração até o uso do horário da produção de energia nuclear tanto desde 2015 eu tenho peticionar ando ao IBAMA sobre esses perigos para saúde pública e nós não tivemos até este momento pelo contrário até este momento nós temos a certeza de que haverá um

impacto na saúde pública o senhores estão com parecer técnico assinado por 26 pesquisadores do estado do Ceará e este perecer ele aponta os donos da saúde da mesma forma em viabilidade hídrica não há não há quem é sertanejo sabe disso nada que justifique 800.000 l de água bruta por hora para um empreendimento desta moda e além disso temos uma comprovação já apontado aqui da concentração de renda que esse tipo de empreendimento ele vai causar eu já ouvir Dr. Regis no Ceará uma frase repetida à exaustão somos 4% da população e 2% do PIB a grande narrativa na verdade que se faz é que o empreendimento Salvador ele muda de território ele muda de tipo ele sempre vai melhorar a vida do povo e a vida do povo não melhor hoje nós temos 1.800.000 cearenses mesmo Ceará nas três últimas décadas tendo apresentado crescimento acima da linha nacional do PIB nós temos 1.800.000 famílias cearenses abaixo da linha da pobreza porque esse padrão esse padrão de empreendimento ele é concentrador de riquezas ele alavanca cadeias produtivas que são concentrados de riqueza e assim como foi por exemplo a siderurgia assim como tem sido feito com a produção termoelétrica no Estado do Ceará assim como tem sido feito com os três mil atividades minerarias que estado do Ceará hoje tem. Nós não queremos aqui A ausência de atividades econômicas no campo ao contrário nós não tamo aqui pensando uma utopia regressiva voltar ao passado ou uma ideia de ser contra qualquer tipo de atividade econômica mais importante muito importante ouvir as populações ouvir aqui as comunidades tradicionais dos povos tradicionais dos povos indígenas que apesar da tentativa de invisibilização extinção estão aqui resistindo as comunidades Quilombolas o campesinato a agricultura familiar eu tô vindo agora Régis

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Deputado, eu peço que conclua.

Renato Roseno:

Plenária da rede de saúde economia solidária e nós temos propostas muito mais sustentável que ponto de vista social do ponto de vista econômico e do ponto de vista ambiental o nosso projeto por Ceará ele é mais respeitosos com a cultura e com as pessoas ele inclusive ele respeita a dignidade humana e o meio ambiente por isso nós não queremos este empreendimento por tudo que ele traz de ruim para saúde para o meio ambiente da injustiça hídrica que ele causa mas sobretudo para a natureza por isso mesmo nós vamos continuar combatendo e tenho grande esperança e fortalecendo o sistema nacional de meio ambiente e a nossa agência de licenciamento ambiental nós nós defendemos o licenciamento dental nós defendemos a poli haver uma política nacional de meio ambiente que está lamentavelmente sendo atacada nesse estado. Muito obrigado!

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado deputado! Eu lembro a todos… eu lembro a todos…. Eu lembro a todos que a participação Popular no processo de licenciamento ambiental ele não se restringe apenas audiência pública audiência pública é um espaço extremamente importante e necessário mas a participação popular ela assistente de uma forma muito mais ampla qualquer pessoa pode peticionar pode acompanhar o processo de licenciamento através do sistema sei do IBAMA basta solicitar o acesso ao ao processo do licenciamento do projeto Santa Quitéria

encaminhando e-mail para psq.ap.sede@ibama.gov.br eu repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br E eu fico feliz em ouvir uma fala é aonde o o poder legislativo quero contribuir com o processo de licenciamento de uma forma geral e aqui e aqui deixa eu deixo para abrir para qualquer posição do poder legislativo que possa contribuir sempre nosso processo de licenciamento seja de uma forma manifestam de forma favorável ou não favorável projeto mas sempre está usando no processo pela questão técnica trazendo dados trazendo informações que serão analisadas é pelo IBAMA pra que a gente possa decidir sobre a viabilidade do projeto pautado na questão técnica da melhor maneira possível gostaria de chamar aqui pra fazer o uso da palavra o senhor Paulo Anacé, do território indígena Anacé.

Seu Paulo antes do senhor ir fazer sua manifestação antes do senhor fazer essa manifestação eu gostaria de lembrar a todos que a gente já ultrapassou o horário pra estabelecido pra fazer novas inscrições sejam manifestações orais ou escritas e qualquer nova inscrição ela será postado ajuntou processos de licenciamento mas a resposta será encaminhado posteriormente e aproveitando a presença de uma liderança indígena eu gostaria de frisar que tanto a Funai quanto indica foram duas instituições que foram convidadas a participar da audiência pública e declinaram a sua presença dizendo que não não não veriam participar uma vez que entendiam o seu posicionamento técnico de que não é exigido um estudo específico que representa Quilombolas e indígenas dentro do processo de licenciamento ambiental o que eu fiz com embola entendi que são instituições que respondem por essa área de estudo mas isso não significa que não existam comunidades indígenas e Quilombolas e que inventou a mente tem impactos que vão incidir sobre essas populações que você analisados ao longo da nossa análise do do erro São Paulo desculpa se ele interromper de devolvo a palavra do senhor o senhor tem três minutos pra fazer sua manifestação.

Paulo Anacé:

Bem boa noite a todos todas e todes meu nome é Paulo Nasser sou liderança Macedo Lagamar do Cauípe no complexo industrial do que sem um complexo que foi tão falado aqui hoje cheio de maravilhas de tanta coisa boa né antes disso tudo eu queria dizer pra vocês o meu repúdio ao cidadão que saíram daqui o que tanto falar um oi não quiseram nos ouvir né mas não quiseram está dando essas palavras e dizer que não existe indígenas e não indígenas nós somos indígenas nos respeitem nós estamos aqui muito antes de qualquer vereador prefeito o que quer que seja não é Marco temporal não é vereador não é perfeito não é presidente da ré pública não é Bolsonaro que vai dizer que eu sou indígenas ou não não é ninguém aqui que vai dizer que eu sou não sou indígena porque existe algo chamado auto reconhecimento e eu me reconheço como a nascer e eu me reconheço como indígena e eu mereço respeito como qualquer um de vocês mas antes de falar da terra de qualquer um como disseram aqui aquele povinho que veio de longe esse cidadão que desse aí entenda que pra falar também de levar energia nuclear do Pecém pra falar de levar energia nuclear para todo estado do Ceará você também tem que ouvir as pessoas que moram pra lá porque o urânio ele não vai passar aqui em santa Quitéria não vai passar só Itatiaia não vai passar no estado inteiro ele vim prejudicar o estado inteiro eu vivo dentro de melhor que a promessa que você estão ouvindo foi a mesma que foi prometida pra nós pergunta agora as pessoas de lá quem é que tem empregos. Menos de 1 % quem é que trabalha lá quase ninguém quem aqui tem água na suas casas eu não tenho e não tenho vergonha não eu digo o seguinte nós estamos no estado onde o governo do estado mentir descarada mente governo Camilo Santana foi um dos piores governos que já passou por que ele não respeita o estado que está no semiárido e ele retirar a água do povo pra dar pra

empresa porque ele não põe em prioridade porque ele não respeita a Constituição ele não lembra que a prioridade da água é primeiro pras pessoas animais e por último as empresas mas aí ele faz a doutora pra ajudar mineração ele seca o Castanhão o complexo ele tirar 900 litros de água por segundo, não é por minuto não é por segundo 10 minha terra das terras do meu por enquanto a gente não tem água nas nossas casas então não venha me dizer que melhorou não porque o complexo industrial é a menina dos olhos do estado e o que que ela te trouxe de nanar pra nós nada esse negócio de falar e nem território empreendedor muito bonito nome acesse ele disse o que você quero que você para de me perseguir eu quero paz eu quero que vocês deixem as pessoas terem paz, vida desse progresso que vocês trazem um progresso mentiroso no progresso que não respeitar a natureza que não respeita ninguém que não dá prioridade é aquele que tem a agricultura familiar que precisa cuidar da suas pessoas que precisa cuidado maior bem que nós temos que a vida não adianta dizer que eu fui vereador por 6 mandatos que eu fui isso e aquilo outro se você não soube respeitar nem aqueles que tavam antes de você aqui.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Senhor Paulo!

Paulo Anacé:

Porque eu não estou aqui o meu povo tava aqui bem antes de 1500 e nós somos roubados e mais uma vez a gente continua sendo roubado você respeitem respeitem as pessoas mas acima de tudo respeito e a mãe Terra por que são ligadas sendo preservada é que a gente vai continuar porque nós indígenas nas nossas cheio de direitos nela nós a gente luta pelo direito pelas vida não é só nossa não é de cada um de vocês que estão aqui que a gente poderia estar nos nossos lugares a gente não está a gente sai das nossas casas das nossas aldeias pra dizer que ainda existe chance desse planeta continuar porque não existe planeta B só existe planeta e não vai ser ganhando dinheiro e não vai se enchendo o bolso de político que só pensa no capital que esse estado do semi árido vai crescer obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado senhor Paulo eu vou fazer eu vou fazer agora um bloco de onde vão ter três minutos pra botar a questão especialmente sobre geração de empregos e de onde esses empregos saíram de onde a mão-de-obra vai sair pra preencher essas vagas de emprego.

Raphael Turri – Gerente de Saúde e Meio Ambiente Galvani:

Obrigado. Então esse é um ponto importante a geração de empregos renda e como que eu consórcio pretende então desenvolver a sua estratégia de contratação durante a fase de obras aquele período que deve durar dois anos seriam 2800 empregos gerados diretamente na na obra das pessoas que vão trabalhar lá dentro essas pessoas que vão trabalhar lá dentro elas precisam de serviço né o empreendimento também vai precisar de gasolina na oficina e borracharia restaurante o seu hospedarias então todos esse serviço que é gerado ele gera uma

estimativa de mais 5600 empregos qual que é a estratégia do consórcio obviamente não é concentrar essa população em um único com município primeiro de tudo é a contratação local forma a gente reduz o fluxo de pessoas no território a região tem trabalhadores para atender essa demanda então esse é um ponto importante durante a fase de obras durante a fase de operação serão 538 empregos diretos e cerca de 2300 indiretos da mesma forma por 20 anos 20 anos essa operação não acontecer e não só não só 538 muitas pessoas passam por ano 100 milhões de vacinas areal é o dinheiro que vai ser gasto diretamente aqui no no serviços na construção civil vai ser estimulada que gera mais empresa que gerar mais renda só de impostos cerca de 461 milhões ao ano vou repetir 461 milhões ao ano imposto de renda Contribuição Social, PIS, Confins, ICMS, Cefen e ISS . É muito imposto, imposto que volta pra melhoria do serviço público na região por fim hoje o PIB de Santa Quitéria é de meio bilhão ou 500 milhões de reais A estimativa feita pela filha que não por nós pela filha que é que vai pra 4.9.000.000.000 quase 10 vezes da região porque eu estudo foi feito Canindé Madalena Itatira Santa Quitéria vai de 1.8 pras seis. 43.6 vezes então isso aqui é geração de emprego distribuição de renda e melhoria da arrecadação dos municípios do estado do Ceará e pra união lembrando que a e IBAMA possui o seu quadro de servidores públicos então todo mundo aqui é trabalhador todos que estão aqui na mesa são trabalhadores então é importante destacar isso obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado Rafael eu gostaria de passar palavra pra trazer essa manifestação do senhor Celso Crisóstomo do sim rural FAESC. Senhor Celso, lembro que o senhor tem três minutos pra fazer uso da palavra.

Celso Crisóstomo:

Primeiro parabenizar a essa grande participação aqui em Canindé E eu escutei no início a palavra envolvimento é o mesmo sou participante do quarto momento pra inteirar E conhecer melhor esse projeto tivemos na CDL que tem representantes aqui tivermos uma comunidade da Jacoara tivemos lá do Iguaçuí e hoje aqui. Eu vejo que todas as falas são necessárias nesse momento mas é preciso dizer que nós estamos numa região não território no cerca de 200.000 habitantes nós temos 17.000 estabelecimentos rurais e desses 17.000 na sua grande maioria mais de 15.000 são pequenos proprietários são agricultores familiares e é necessário chamar atenção para questão do fosfato dos fertilizantes por que nós estamos trabalhando aqui nessa região e a gente produz 800 quilos de milho por 1 ha o que nos falta a tecnologia nos falta fortalecer os meios para que a gente possa ter pelo -2500 quilo por hectare o que é viável então durante todos esses anos colocaram como grande chamariz a questão do horário nunca nos disseram que desta menina que poderia sair uma riqueza na questão do fosfato dos estilos antes eu preciso dizer isso porque nós temos grande interesse de que no meio rural a gente possa gerar riqueza na região como esse gerar geração de trabalho é importante através da produção rural e através também dos negócios locais que vamos implantar aqui nós somos uma região condenada por muitos anos ao atraso e repreciso quebrar esse ciclo como também a desigualdade econômica por mais que os governos tenho tentado nós ainda somos uma região que quase não aparecemos no orçamento do estado e da União baixíssimo os investimentos aqui nessa região então é preciso levar isso em consideração como também o atraso social da nossa população nós trouxemos pra cá o Instituto Federal de Educação temos trabalhado por aqui nossa população tem acesso à educação mas se não tiver uma dinâmica que gera emprego

que gera oportunidades nós não seguiremos em frente então nós somos a favor do licenciamento. Qual as medidas necessárias de controle, mas, mas que a gente não fique só no espanto e com isso deixamos que a nossa região continuar estagnação obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado senhor Celso gostaria de chamar pra fazer uso da palavra o senhor Gabriel Aguiar vereador.

Vereador Eu lhe lembro que o senhor tem três minutos para sua manifestação.

Gabriel Aguiar:

Muito obrigado muito boa noite trabalhadores trabalhadores movimentos sociais que estão aqui desde o primeiro dia não permitindo que pessoas que estão aqui é educada mente devastem nossa com as tinta que pessoas que estão aqui respeitosamente poluam os recursos hídricos do nosso sertão que pessoas que estão aqui com muito educação explosão a nossa as cavernas boa noite também aos colegas IBAMA todos que estão aqui presentes nesse importante momento eu queria destacar que três minutos é muito pouco um pouco tempo pra falar da seriedade do que a gente tem aqui desse processo que já assistente por quase 20 anos E repetidas vezes foi barrado pela problemática que ele quer instalar aqui no nosso sertão passando por todo estado do Ceará o dia falada em segurança hídrica do consumo real é prometer o investimento de 90.000 carros pipa por mês numa região que muitas vezes não recebe 30.000 com surreal é dizer que não é fantasia que não vão afetar os recursos hídricos de dar exemplos dos piores que a gente pode ter no Estado do Ceará como dizer que ficar molhando o (INAUDÍVEL) retirado da mineração não vai fazer ele voar nas casas das famílias e entrar nas pessoas eu como o biólogo mestre em ecologia tive a oportunidade na tristeza de trabalhar um ano fiscalizando o complexo industrial em portuário do Pecém eu visitei casa a casa se vocês forem lá agora vocês vão ver berços de criança coberto de pó de carvão e de minério de ferro está lá agora pra quem quiser ver e ausentes nos relatórios do licenciamento dizendo que estava tudo bem a gente ver silicose doença do Minerador dermatite se for agora está lá pra qualquer um ver e se tratando de pozinho está dando de urânio fosfato que contém radiação que emite partículas alfa beta raios gama imagino o que é isso pulverizado imagino o que é isso retirado esse dragão Verde acordado mas eu quero focar aqui num ponto muito importante

E falando em especial com os colegas aqui do IBAMA a gente está falando de uma área muito pouco conhecido uma área rica de caatinga com hetero gene idade ambiental do nosso estado que está Segundo relatório do CM Bill de 2019 com 186 espécies ameaçadas de extinção da nossa catinga com duas causas de destaque duas causas de destaque mineração e Agronegócio essas são as causas de extinção das nossas espécies da caatinga peças 46 só tem no nosso bioma espécies endêmicas muitas inclusive nessa área da mineração a gente tem caverna dos patrimônios teleológico situado na área de impactos da mineração de urânio fosfato e estou falando aqui em supressão e que isso não tem impacto então falando aqui que isso é Ok pessoal uma caverna presta serviços ambientais riquíssimos de polinização de jardinagem desses matos que a gente tem de sucessão ecológica sem isso a gente não tem floresta e queria respeitando aqui o tempo pra encerrar destacar o que é colocado como medida de mitigação a gente está falando aqui de uma hora riquíssima de centenas de espécies nativas E colocam aqui que uma

medida aceitável é espantar essa fauna pras áreas vizinhas e ligar motor E fazer barulho ué estressar aquele espaço isso não diminui impacto isso aumenta o impacto passa a ter um impacto direto na populações de animais em torno da área não afetada diretamente imagino trazendo pra nossa espécie aqui um conjunto habitacional de 10.000 pessoas ele conseguiria receber mais 10.000 não existe a catinga já está no teto da capacidade de suporte ecológico o tempo inteiro então…

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Vereador, eu peço que conclua.

Gabriel Aguiar:

Pra concluir O que estão colocando aqui é o mundo de fantasia o que está no papel não é a realidade pergunta em Canindé perguntei em São Gonçalo do Amarante perguntei calcária perguntem no Pecém isso não é verdade e eu torço muito pra que…

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Vereador, por favor!

Gabriel Aguiar:

Pra que o projeto que falaram que está melhorando melhor ao ponto de desistir de retirar esse horário do solo obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Eu agradeço a manifestação do senhor Gabriel Aguiar. Eu chamo agora pra fazer o uso da palavra O senhor Roberto Anacé. Senhor Roberto, o senhor tem três minutos pra sua manifestação.

Roberto Anacé:

Boa noite a todos quero cumprimentar a toda a população que está aqui defendendo o território contra essa mineração e quero saudar aqui a mesa eu quero dizer é que o pessoal do IBAMA que eu ainda tem um pouquinho de fé e já tem um pouquinho de fé porque o IBAMA como Renato Roseno falou não é o presidente são pessoas que representa uma casa uma casa que tenha completasse assim de resolver esse problema mas eu vi aqui muitas falas inclusive eu não sei se três minuto vai dar porque eu ir falar com 10 minuto 15 minutos né a Democracia em um reino e disseram logo no início que tinha uma democracia vou falar da minha área mesmo do meu território né e no meu território vai passar sim quem é que prova que não há uma colisão com qualquer transporte daqui ele não vai contaminar toda minha população que é que prova que tudo aquilo não é mal todo mundo está falando bonitinho mesmo caindo na cabeça né todo ladrão disse que o dinheiro é fácil é bom não é o cai aqui daqui ninguém quer roubar ninguém

mas o dinheiro é claro que é bom vai chegar moderna jade vai chegar o progresso mas o progresso aqui preço quem é que está atrás desse preço pra quem se a população copulação vão ser beneficiados assim como está sendo o complexo industrial do país sem tomar o povo foi dividido como a promessa de que seria bom foi retirado do território da promessa de que seria bom do território não é da Terra falando deixar os ancestralidade retiraram mais de 10.000 peças arqueológicas que a gente não sabe onde tá retirado a suas histórias rasgado estrupado, violentado pelo complexo industrial do Pecém quero saber se isso não vai acontecer aqui ah eu não sei talvez seja um ET que esteja chegando aqui prometendo que vai vindo todas as coisas melhores do mundo não vai agredi ninguém só pode ser é uma coisa do outro mundo meu parente diz não há Plano B não há outro plano não há outra terra e a água gente é o sangue da terra a maior de todas as lutas e a terra e vocês querem tocar nas duas coisas mais importantes pra vocês e principalmente pra nós é na terra e na água eu acredito que o IBAMA não é possível que vai chegar e permitir um negócio desse que não atinge somente atinge toda a população que está lá essa população vai ser remanejada de lá a vai ser trocada pelas famílias dos donos né A família dos donos disso daí de quem vai gerar vai morar no entorno de tudo lá? Ou o que vai ficar lá a céu aberto vai pra piscina deles? É só algumas perguntas que eu queria deixar eles vão levar tudo no bolso pra casa o que vai ficar lá os rejeito o lixo que vai sobrar de lá eles vão levar pra casa?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Senhor Roberto eu peço que conclua!

Roberto Anacé:

Só um pouquinho só, só pra dizer 80% de proteção ele só garantem 80% os 20% quem vai inalar, por que o gás eles não vão segurar, é a população.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado senhor Roberto eu gostaria de chamar pra fazer uso da palavra o senhor Júnior Mesquita.

Júnior Mesquita:

Meu boa noite especial a mesa especial Dr. Regis doutor a minha fala vai ser é muito breve e sucinta o IBAMA hoje É o Instituto de do meio ambiente que protege o meio ambiente porque tem função compatível e responsabilidade sobre isso o IBAMA não chegou a essa conclusão até agora em vão Dr. Rogério Dr. Rafael tragam sim essa moradora da usina pra ser beneficiado em santa Quitéria essa região nunca foi vista pela esquerda que aí está até agora eu não vi ninguém falar do pó branco que mais mata no Ceará hoje eu não vi ninguém falar do pó branco que mais mata no Ceará hoje é só querendo tirar emprego de uma região onde o desemprego a fome a sola há muitos anos e muito me espanta jovens que aqui tiveram dizer que o agro não é pop que o agro não é tudo. E onde onde os preguiçosos os preguiçosos O que fazem do agro hoje uma tempestade esquecem que a produção de feijão a produção de arroz a produção de milho a

produção de soja foi aumentada frações a tecnologia falada aqui pelo ex-prefeito Celso Crisóstomo as pessoas se contentam com migalhas as pessoas se contentam com migalhas e não sabem não sabem exatamente por isso que esse país tem muito o que prosperar respeitar a vez de cada um porque a educação foi pedido várias vezes aqui pelo Dr. Regis e o que eu vejo saudando não resta dúvida a impacto negativo mas muito mais a impacto positivo por que por que que antes aqui porque aqui antes deputados que falaram aqui indígenas que falaram aqui líderes comunitários que falaram aqui nunca vieram nessa região pra saber quantas pessoas no município de Canindé passam fome no município de santa Quitéria porque nunca se preocupa o ex-prefeito Tomás Figueiredo teve aqui e falou exatamente do açude serrote. Pra quem não sabe Dr. Regis eu moro em Canindé há mais de 20 anos sou o que terei em se amo Canindé quero ser enterrado nessa terra agora eu não sou conivente com pessoas que vem aqui se aventurar aventurar e querer macular a imagem de Canindé perante as autoridades cativem trazendo progresso emprego então mais uma vez Dr. Regis tenha ciúme você tenha consciência e análise de comunicado esse projeto pra gerar ao 185.000 habitantes dessa região Canindé Madalena Itatira em Santa Quitéria porque o povo humilde pobre e hospitaleiro que precisa sim de renda que precisa ser enxergado com outros olhos e abaixo a esquerda maldita.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado senhor Júnior Mesquita.

Dando prosseguimento a essa audiência eu gostaria de fazer gostaria de fazer um bloco de devoluções pedindo que o consórcio aborde especialmente a questão do impacto relacionado a poeira.

Raphael Turri – Gerente de Saúde e Meio Ambiente Galvani:

Bom, o projeto ele tem controles para cada etapa do processo de mineração processo industrial começando pela mineração as atividades elas são controladas pelo pela velocidade dos veículos que circulam na mina e também pela umectação pelo uso de caminhões pipas e aspersores essa umectação mantém a poeira contida na área do empreendimento. As atividades industriais elas possuem equipamentos de controle tanto de material particulado como de outros gases O jeito que está aumentos utilizados e dentre eles a gente destacar um filtro manda o que tem de manga ele ele ele é só ele aspira funciona tem o mesmo princípio de um aspirador então ele controla a poeira dentro do ambiente fechado onde os equipamentos estão toda poeira gerada dentro do da unidade nas transferências ela é captada pelas mangas e isso é o produto que é retido e retorna para o processo sendo que o que sai pela chaminé é monitorado e atende os padrões de lançamento e qualidade do ar os outros gases que são gerados em alguns processos industriais são tratados por lavadores de gases esses lavadores de gases também tem a eficiência da ordem de 99,5%Os filtros de manga também então essa contenção ele é feito equipamentos são dimensionadas para cada caneta do processo industrial todos esses dados eles são mostrados no estudo de dispersão atmosférica apresentado no e a rima cada fonte né cada padrão de lançamento e aí para comprovar isso tudo são feitas de monitoramento são feitos monitoramento nas chaminés em pontos específicos da nossa operação e também no em torno do empreendimento como eu mostrei né na apresentação são diversos pontos instalados

dentro da fazenda e no em torno bastante nas comunidades como nas bacias hidrográficas então esse controle garantir que a qualidade do ar vai ser mantida né dentro dos padrões regulados pela legislação ambiental

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado Rafael eu gostaria de chamar pra fazer o uso da palavra A senhora Renata Catarina Costa Maia.

Interrupção do público – gritos - A audiência pública não é consulta prévia!

Renata Catarina Costa Maia:

Boa noite! Boa noite eu sou Renata eu sou pesquisadora sou do núcleo trabalho ambiente Saúde da Universidade Federal do Ceará e queria colocar pra vocês aqui hoje algumas questões que eu já trouxe ontem mas não não foram obtidas respostas satisfatórias a principal questão é a água a gente tem um processo irregular de fragmentação do licenciamento ambiental do trajeto Santa Quitéria isso precisa ser dito isso precisa ser avaliado e precisa ser corrigido também existe uma fragmentação entre o projeto Santa Quitéria que está sendo avaliado no âmbito do IBAMA e parte integrante do projeto Santa Quitéria adutora que pretende ser construída para atender que está sendo licenciada pela ser massa isso fere a legislação brasileira no que tange especialmente a Lei Complementar número 140 de 2011 que assegura que os licenciamentos as autorizações de determinados empreendimentos eles são feitos por um único ente federativo no caso do projeto Santa Quitéria por se tratar de um material radioativo idealizar vacas que pode acarretar a competência é do IBAMA ela não pode ser fragmentado em com a ser macio e aí eu queria colocar mais uma vez que existe uma nota técnica nota técnica número 14 de 2020 do próprio corpo técnico do IBAMA aprontando o que não pode haver fragmentação do licenciamento e que a adutora é parte integrante do projeto Santa Quitéria precisa de água pra poder operar e por ser parte integrante não dá pra fazer uma análise da sua viabilidade ambiental desconsiderando uma análise da sua viabilidade hídrica então o próprio corpo técnico do IBAMA na nota técnica número 14 de 2020. Isso em despacho de 2000 e 21 de julho de 2021 o IBAMA contrariando o seu próprio corpo técnico aponta que não é necessário e que pode haver fragmentação entre o licenciamento do projeto Santa Quitéria e o licenciamento da sua parte integrante que é a adutora. A adutora gente está sendo licenciada pela semana se eu título da adutora é sistema adutor de Itatiaia ou sistema adutor do projeto Santa Quitéria a finalidade dela aparece que é pra riacho das pedras morrinhos e queimadas mas quando se ler o processo de licenciamento da doutora se percebe que a vazão que vai ser dispensada pra morrinhos queimadas em riacho das pedras é ínfima Que a grande questão da doutora e os representantes do estado disseram isso ontem e hoje disseram na nossa frente vocês podem conferir audiência de ontem vocês podem vocês estão aqui hoje escutaram como eu escutei que estão só esperando o IBAMA fornecer a licença prévia para que a doutora saia o próprio governo do estado do Ceará está afirmando que a adutora é para o projeto Santa Quitéria minha licenciamento dela no alto da ser macia. Isso tem uma finalidade lá que não fala disso que falar das comunidades, mas o corpo do processo administrativo a principal vazão é pra eu atender este empreendimento que pretende consumir 855.000 l de água por hora.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Renata, peço que conclua.

Renata Catarina Costa Maia:

Isso corresponde a 89 carros pipa. Estou quase concluindo 89 carros pipa por hora a gente no semiárido com quantas comunidades vivem no semiárido quantos carros pipa ela recebe pra sobreviver no semiárido então lá na fragmentação em regular esse processo já preciso que isso seja corrigido esse processo é um processo de injustiça hídrica quando está sendo licenciado um projeto pra atender o projeto Santa Quitéria no âmbito de um outro órgão e ele não faz parte do processo principal isso viola uma legislação nacional que o IBAMA deveria estar levando em consideração. é importante colocar também que essa divisão o que que significa dizer que o principal é pro Projeto Santa Quitéria e que o restinho vai pra comunidade…

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Renata, por favor!

Renata Catarina Costa Maia:

É que a adutora vai ser quando a licença prévia sair significa uma chantagem sim. É um comportamento imoral A água é um direito humano fundamental o que deveria ser garantido pelo estado e que não deveria ser uma alternativa infernal entre as comunidades ou não tem água ou só tem água se for água contaminada pelo projeto Santa Quitéria isso é chantagem emocional isso é um desrespeito porque eu estado deve garantir o acesso a água esses povos e não fazer um condicionamento do acesso a água enquanto direito humano fundamental de caráter social territorial e cultural a imprimir direto que pode distribuir esses territórios de torre torre usados a última coisa que eu queria colocar pra concluir é que de fato essa audiência pública não é consulta livre prévia informada e que todos os povos indígenas que estão participando assim como os Quilombolas, povos de terreiro, os camponeses e as demais comunidades tradicionais, os pescadores que foram diretamente afetados eles precisam ser consultados nos termos da Convenção 69 da organização internacional do trabalho…

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado Renata!

Renata Catarina Costa Maia:

Um documento integralmente ratificado pelo estado brasileiro. Obrigada desculpa por ter ultrapassado o tempo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Gostaria de chamar pra fazer uso da palavra a senhora Thayná Caiafo. Senhora Thayná eu lembro que a senhora tem três minutos pra fazer uso da palavra.

Thayná Caiafo:

Sim senhor obrigada boa noite a todos boa noite a mesa eu acho realmente muito interessante como agora nesse momento de aprovação da licença ambiental os impactos ele simplesmente não existem ou eles não existem ou são benéficos para o povo ou aí NBA tem simplesmente todas as soluções para esses impactos e eu gostaria de perguntar a UNB onde é que tava essas soluções mágicas quando ouvi todas acidentes com urânio radioativo lá em Caitité na Bahia onde é que tava você estava só essas soluções mágicas inibe nove anos de exploração houveram ao -5 acidentes radioativos E que um deles houve um vazamento de 67 quilos de concentrado de urânio se vazar um durante 76 dias sem querer aí (INAUDIVEL) consultasse o estado sendo que (INAUDIVEL) informasse o estado ela só foi admitir esse acidente um ano depois o próprio governo do estado da Bahia ele denunciou a dificuldade de entrar e monitorar os níveis de rádio atividade no empreendimento do sertão da Bahia ele o gol o governo do estado da Bahia denunciou a falta de transparência falta transparência no empreendimentos da INB a Secretaria da Saúde da Bahia denunciou um aumento gigantesco de câncer na região principalmente câncer de tireoide e câncer de pulmão associados a liberação de gases tóxicos durante a exploração de urânio em 2019 só em 2019 depois de 19 anos de exploração de urânio na região foi anunciado um hospital Ecológico foi a mensagem pelo governo do estado da Bahia agora eu pergunto para NB se esses impostos que vão do estado se eles vão ser é suficiente para instalar um hospital Ecológico aqui em Santa Quitéria porque a gente sabe que se esse empreendimento acontecer os casos de câncer vão aumentar o antigo Instituto de Gestão de água e do clima da Bahia encontrou encontrou contaminação em todas as cursos da água próximo ao empreendimento de santa aqui da Bahia e essa esse nível de radioatividade estava 10 vezes acima do permitido do aceitável uma pesquisa realizada pelo pela comissão de pesquisa informação independente sobre rádio Atividade mostrou que o tempo de segurança que o trabalhador pode atuar nessa região é de dois minutos por dia durante o ano será esse o período de trabalho? são os filhos daqui que vão trabalhar lá!

Em 2011 a área da menina da cachoeira lá na Bahia ela foi interditada por não ter operações de embalagem de tambores com materiais radioativos sem a proteção adequada em 2019 aí NBA ela foi condenada por esse crime cometido durante anos trabalhadores trabalhando com material radioativo sem proteção adequada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Tainá eu peço que conclua por favor

Thayná Caiafo:

Concluindo a INB não respeitar a vida isso está bem claro aqui e eu como moradora de Caucaia região que vai ser assim afetada pelo transporte de material radioativo cancerígeno eu venho aqui repudiar esse empreendimento dizer que não vou aceitar na minha cidade que passe esse contaminante cancerígeno e peça senhores da mesa que salvem o nosso Ceará do do dragão nuclear obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado senhora Tainá eu chamo pra fazer o uso da palavra senhora Cecília Feitosa.

Cecília Feitosa:

Boa noite a todas e todos! Bom tamo chegando aqui na reta final desse conjunto de audiências E eu queria comentar também sobre a questão hídrica a gente está no sertão de Canindé embora seja de Fortaleza minha família aqui do maciço do Baturité o meu bisavô era daqui do Quixadá o meu avô era do sertão dos inhamuns então não sei muito bem o que que significa injustiça hídrica e sei muito bem o que significa injustiça ambiental só queria começar a 300 elementos estudados aí é o estudo de impacto ambiental é um volume 4 do estudo de impacto ambiental os senhores do consórcio Santa Quitéria sustentaram longo dessas audiências públicas que não tem sistema fechado que não haveria possibilidade de contaminação embora no final da audiência de ontem questionados o senhor Rogério Carvalho admitiu que a gente vem quando questionado sobre cantar melhor te encontrar esses contaminantes horário radioativo na água de Canindé 10 contaminantes da empresa naquela região que era algum jornal e usual embora ele tenha dito isso foi sustentada longo do tempo que não haveria possibilidade de contaminação é que o sistema fechado lá no estudo de impacto ambiental que vocês prepararam lá na página eu vou até recuperar aqui quero ler está no volume quatro página 387 programa de monitoramento da Biota aquática conforme detalhado na descrição dos impactos ambientais o projeto Santa Quitéria apresenta potencial para interferir na qualidade das águas superficiais de dois sedimentos e consequentemente na biota aquática nas fases de implantação de operação e de desativação as alterações das comunidades planctônicas, bentônicas e macrófitas aquáticas poderão ocorrer em função do aporte de cargas difusas sodas nutrientes orgânicos e minerais E pontuais é fluente domésticos industriais e resíduos sólidos dentre as interferências previstas cabe indicar que o aporte de sólidos e nutrientes minerais nos cursos da água tenderá a acarretar no período chuvoso um aumento nos níveis de cor e turbidez das águas em especial no açude quixaba . E assim segue.

Tô querendo colocar isso e queria que vocês comentassem por que que vocês tão defendendo que o sistema é fechado quando existe potencial de contaminação das águas. O Riacho Gangorra que por sinal alimenta o rio Groaíras que é barrado depois lá no Edson Queiroz se houverem contaminações e a impossibilidade de acidente nuclear que vocês admitem no estudo de impactos essa possibilidade de acontecer em potenciais impactos de derramamento de material de contaminantes minerais nessa água ele vai se acumulando essa água vai chegar no seu dia Édson Queirós que os pescadores que vivem do consumo dessa desses peixes que estão nesse açude Édson Queiroz não sou dessas populações mais de todas aquelas que se alimentam das águas dessa região e aí eu queria terminar já que o meu tempo acabou a gente a gente que é da luta sócio ambiental a gente tá vivendo um momento muito difícil nesse país ministro do meio-ambiente numa reunião de ministro disse que a boiada ia passar e tão destruindo a legislação

ambiental e eu queria dizer pra vocês que o conceito de injustiça conceito de racismo ambiental. É justamente o que a gente está vendo nesse processo por que vocês que não são daqui do Ceará vocês que não vocês que que inclusive não são desse território querem minerar querem retirar querem minerar querem explorar querem ganhar dinheiro às custas de envenenamento que vai ficar pra essa população para essa população que vai ser envenenada com rejeito radioativo que vocês querem deixar

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Cecília eu peço que conclua!

Cecília Feitosa:

Pra concluir o nome disso é racismo ambiental não reconhece as populações, populações que historicamente tradicionalmente habitam esses territórios querem deixar o prejuízo por que não moram aqui não vão se contaminar e quem está aqui quer de Canindé não se engane você estiver aqui defender o câncer é igual pra todo mundo quem bebe essa água é igual pra todo mundo não importa se é branco é preto você é rico você é pobre

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Cecília eu peço que conclua por favor!

Cecília Feitosa:

Concluindo! E eu queria terminar queria terminar sobretudo com as intervenções que questionaram educação aqui, mas eu escutei isso que eu queria reproduzir aqui nós não morreremos educadamente.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigado senhora Cecília! É… gostaria de chamar pra fazer uso da palavra a senhora Cristina… desculpa não consegui compreender o sobrenome.

Senhora Cristina eu lembro que a senhora tem três minutos pra sua manifestação.

Cristina:

Salve a todos os nossos parentes presentes aqui nessa audiência peças licença aos meus mais velhos e os meus mais novos desde já repúdio a toda fala truculenta aos nossos parentes que aqui se representam e aonde nós quisermos estar nós ocupamos sim o território do Ceará pertence a estes povos então não respeitem por que nós existimos no Ceará tem negro sim tem Quilombolas sim tem indígenas sim tem macumbeiro sim e todo esse povo que luta pela garantia da vida da sustentabilidade econômica diante da diversidade territorial que é muito rica E que

vem essa exploração da mineração para dentro dos nossos territórios. Mediante a minha fala eu quero dizer que é de suma importante importância quando a gente coloca os nossos corpos negros e negras diante desta audiência Para defesa contra esse projeto de Santa Quitéria que é um projeto que já foi falado por aqui é um projeto que de morte é um projeto que não garante a sustentabilidade econômica voltada para a população não é um projeto que garante a morte de cada um vindo vindo da base que é da criança até os nossos mais velhos os nossos troncos velhos os nossos ancestrais que a gente vem lutando pela permanência do nosso povo pela garantia das nossas vidas dentro dos nossos dentro dos nossos territórios. Nós lutamos pela agricultura familiar nós lutamos pelo sustento da mãe Terra nós lutamos pelas pela na, ancestralidade e o pertencimento dos nossos povos dentro da dentro dos territórios e aqui E aqui a gente diz não não a este projeto não aceitamos junto a esse projeto e quando diz que esse povinho vem de outro de outros territórios para junto com os companheiros e companheiras de Santa Quitéria é porque como já foi dito aqui nós também iremos ser afetados e afetadas e pela BR 222 nós não iremos deixar passar nós não iremos deixar passar nós iremos se juntar com os povos indígenas com os povos ciganos com os povos de terreiros com as comunidades quilombolas que o Estado do Ceará e quem não reconhece que o Estado do Ceará tem quilombolas tem sim, nós temos mais de 86 quilombos pertencentes a este estado e nós lutamos pela permanência viva e a garantia desses povos mediante as políticas que é de vida própria pela garantia e a sustentabilidade de cada um de cada um no território.

E dizemos não. Não a este projeto. Esse projeto que só vem realmente para ocasionar mais ainda agressividade dentro dos territórios lutamos contra e repudiamos a toda essas falas. Pode ser vereador pode ser governador pode ser presidente, mas vão ter que nos engolir e nos escutar e vamos lutar todo dia a cada instante por esses projetos injusto como foi dito que o racismo ambiental ele tá sendo multiplicado cada vez mais, mas, essa massa que tá aqui é a massa trabalhadora ela reconhece o processo...

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Cristina peço que conclua.

Cristina:

verdadeiro de luta e de resistência desses povos. Então quando mexe com um mexe com todos e com todas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Muito obrigada pela sua participação. Eu gostaria de chamar, (gritos), eu gostaria de chamar pra fazer o uso da palavra a senhora Katlen Ellen do Greenpeace de Fortaleza.

Interrupção do público – gritos - A audiência pública não é consulta prévia!

Katlen Ellen:

Boa noite a todos que estão acompanhando, han, a minha fala não vai ser muito breve, mas antes disso eu gostaria de falar algumas coisas. Han, primeiramente e, queria que algumas pessoas estão distraídas prestasse atenção aqui em mim porque eu sei que é de algumas pessoas que preferem fazer outras coisas e eu queria que outras pessoas que não estão mais aqui estivessem pra ouvir isso pra dizer que a coletividade a sociedade civil organizados os povos das comunidades não são essas pessoas que tão espalhando desinformação e fantasias não. Se tem alguém fazendo isso são essas pessoas que quando é, os pesquisadores, é, os questionadores chegam aqui fazem perguntas eles respondem de má vontade, insufi, é com insuficiência isso quando respondem, né então acho que é bom deixar isso claro e dizer também que quando o povo chega aqui e usa a voz que é um instrumento pra pedir direitos é pra pedir vida, dignidade e direitos básicos humanos não é trocados como uns e outros aqui não, então a gente tem que respeitar o povo e a voz do povo ok.

Han, Vou ler aqui agora a nossa nota.

É, eu me chamo Katlen, né e estou aqui representando os mais de 100 voluntários do Greenpeace Fortaleza que tão preocupados com os vários pontos ine, insuficientes deste projeto pontos estes levantados por diversos atores é, pontos estes que sistematicamente são diminuídos várias vezes nas testemunhamos isso aqui. É, estamos preocupados também com as falsas esperanças vendidas pelo consórcio Santa Quitéria pra aqueles que estão a favor sem interesses dúbios. Nós queremos dizer que entendemos é, que eles apresentam narrativa que toca em diversas feridas, desemprego, educação precária, falta de inf, infraestrutura ,mas não se deixa enganar. A ausência do Estado de um governo com políticas públicas de qualidade não será resolvida por eles. Esse progresso vendido por eles não vai chegar pra você cidadão que está preocupado com esse problemas. Eles não vão cuidar de vocês quando vocês adoecerem. Saúde não se compra, dignidade não se compra e vida não se compra. E pra finalizar a gente gostaria de pedir aqui ao IBAMA que não aceite, que não autorize esse licenciamento pro consórcio Santa Quitéria. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigado Katlen. Iniciando um bloco de devolutivas eu gostaria de abordar a questão trazida pela Renata sobre o possível fracionamento uma fragmentação do processo de licenciamento ambiental eu lembro que, é embora possa haver manifestações técnicas ao longo de qualquer processo de licenciamento ambiental os pareceres técnicos eles são pareceres que passam pelo crivo de um corpo gestor e é um corpo gestor que termina acolhendo ou não a manifestação técnica e aí trazendo a o entendimento do órgão como um todo né um entendimento unificado.

Embora possa ter, eu não tenho certeza, não consegui ler o integralmente o documento onde a nossa equipe possa trazer a, a respeito de que adutora deveria ser licenciado, o entendimento final do IBAMA é de que adutora é um outro processo um outro projeto é de licenciamento e que não tema a competência para que o IBAMA é, Lagoa é que licencie.

Lembrando que a competência do IBAMA para o licenciamento ambiental é de empreendimentos que estejam ou divisa com outros países ou em divisas com outros estados, é dentro de unidades de conservações federais, dentro de terras indígenas, é empreendimentos militares e empreendimentos nucleares, isso é o que atrai a competência do empreendimento da Santa Quitéria, mas o projeto da adutora ele termina não sendo de competência do IBAMA e por isso que ele é licenciado pelo estado pela SEMACE.

É sobre a quantidade de água que vai ser utilizada ou não e que vai vir por esta adutora isso também não é uma competência do IBAMA, isso é uma competência do órgão estadual, né, outorga estadual porque é um corpo hídrico estadual. Se fosse um corpo hídrico federal, é essa competência pra expedir a outorga seria da ANA, Agência Nacional de Águas. É, por fim é muito importante registrar que embora a, adutora não seja um projeto licenciado pelo IBAMA, passa pelo IBAMA sim, um crivo, uma análise a respeito da questão hídrica né, o IBAMA vai avaliar, é, ao longo das informações que foram trazidas no EIA o IBAMA vai avaliar sim a respeito da questão da hídrica ser ela é suficiente ou não é suficiente, se ela tem viabilidade ambiental de ser do projeto ou se ela não tem viabilidade ambiental.

É, eu queria passar a palavra para o Ricardo da CNEN pra que ele aborde a partir da fala da senhora Cristina é a respeito do licenciamento do transporte, é, do minério é lembrando que esse transporte ele não está incluído dentro deste processo de licenciamento ambiental, é o transporte ele faz parte é de um de um processo acessório né um outro processo um outro licenciamento, também um licenciamento duplo entre IBAMA e a CNEN.

Interrupção do público – gritos

Ricardo Guterres – Diretor Radioproteção CNEN:

É bom é, é importante mencionar que o transporte né ele é aquele que tem dimensões variadas né, Regis, então assim tem o transporte do do fosfato tem o transporte dos produtos tem o transporte dos que chegam, tem o transporte do que sai e tem o transporte do urânio né, todas essas modalidades de, de transporte são objetos de algum tipo de regulação mais especificamente em relação ao transporte de urânio cabe uma uma regulação específica aonde o que nós dispomos é que cada operação de transporte tem que ser objeto de uma autorização específica onde são avaliados não só as questões de proteção radiológica como as questões de segurança física desse transporte então é uma operação complexa e cada vez que esse, ela ocorre ela é objeto de um processo de licenciamento, então as condições para transportes são condições específicas definidas em norma e que levam em conta os riscos associados, né. Eu então especificamente em relação a essa questão há uma legislação específica, há um rito de licenciamento específico e essa atividade ela é sempre acompanhada pela CNEN.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Vamos fazer vamos chamar mais alguém para manifestação oral, é, desculpe se eu falar errado aqui a sigla é a RENAE, a REPRAE é isso é de Canindé. Ele está presente? APRENAE, alguma coisa assim. Ruídos... É porque às vezes a letrinha né tem essas confusões assim. É o senhor? Seja bem-vindo o senhor tem três minutos.

Representante da APRENAE

Queria saudar aqui aos lutadores da vida o MST e os companheiros indígenas e a todos que aqui estão que estamos com esse objetivo também, mas a história do sertão passa por essas pessoas que derrotemo o latifúndio aquela latifúndio da casa grande lá da Santa Quitéria do sertão de

Canindé e aquelas casinhas que tinham em redor que tinha uma família que tinha uma família que passava fome que enterra anjinho em encruzilhada, que ia pro cemitério (INAUDÍVEL). Nós derrotemo esse latifúndio. Isso foi uma vitória pra nós. Ensina um projeto de vida a gente contrasta um projeto de morte que se apresenta as fraudes apresentadas e aqui eu me viro para mesa. Qual é a parcialidade que vocês vão manter nos relatórios dos vários questionamentos aqui colocado dentro da lei a gente fala dentro da lei dentro da história de vida porque alguns aqui vieram na frente e quiseram taxar os companheiros alguns querendo falar como papagaio, mas isso não tem lógica, a gente tá falando de vida, a gente ta falando de gente que quer viver que quer progresso que quer uma casa que quer a terra nos assentamento que quer cisterna e daí a parcialidade nesse momento no país é questionada. Parece que algumas coisas de carta marcada. Ninguém falou isso nome, mas eu tô falando que eu senti dos primeiros que cheguei aqui.

Observando aqui a mesa dessa maneira da empresa e do IBAMA, me desculpem, posso se colocar é, de forma que possa provar essa parcialidade pra sociedade dos questionamentos aqui colocado que a gente não vê. A questão hídrica aonde foi colocada a questão da, da, das fontes somente o açude? Cadê as nascentes foram diagnosticadas? Cadê as árvores de encostas das bacias do nosso coroa das demais bacias do Cangati ou da bacia do Groaíras foram colocadas mata ciliar pra recuperar pra recuperar as nascentes? Então só o territoriozinho ali que cita até o riacho das Pedras até Morrinhos. Somente a estradazinha que vai até Lagoa do Mato então é muito pequeno essa visão por isso que os companheiros de Caucaia que aqui já se colocaram tem a razão de questionar e dizer que não passam um carro ali por quê? Porque o desastre ambiental que teve em Minas gerais ultimamente foi até o Espírito Santo, não foi só na cidadezinha lá, de Minas Gerais, não, então por isso que a gente une a voz e a força e a luta contra os projetos de morte. Eu vi em 1989 lá no Riacho das Flores no bairro das flores, no bairro das Flores em Santa Quitéria, a água chegava três horas da manhã, lá da Santa Quitéria aqui eu vi a comunidade ameaçar que a adutora que passava perto ali, daquele bairro, da Santa Quitéria. Então eu vi a realidade...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Vamos encerrando o tempo esgotou.

Representante da APRENAE

Ok, mas eu deixo aqui no nosso descontentamento a gente não quer progresso pra levar dinheiro pra fora apenas para um grupo de consórcio e deixar o povo voltar aquele tempo atrás dos caixão de defunto e dos anjos na encruzilhada.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Agradecemos muito a participação do senhor são ótimas colocações. Gostaríamos de chamar Beatriz Azevedo. Por favor Beatriz seja bem-vinda 3 minutos.

Beatriz Azevedo:

Muito obrigada. É, queria saldar aqui os movimentos sociais, os povos indígenas, os povos quilombolas, comunidades tradicionais e também a mesa, é, e eu queria fazer uma pergunta sobre o estudo que pra além das apresentações incompletas e das fraudes técnicas é, eu senti falta de qual é o custo das instabilidades negativas que esse projeto vai gerar pra a sociedade, porque além da, das contas de saúde pública por conta do aumento dos casos de câncer quem é que vai pagar o salário das pessoas quando elas não puderem mais produzir ou então quando o alimento que elas produzirem não tiver inserção no mercado porque ninguém quer comprar alimento contaminado e pra além disso pra além das questões técnicas de saber o custo de tudo isso pra saber o custo social de um projeto que vai concentrar lucros e fazer a população pagar o custo dessa água contaminada, dessas terras improdutivas, desse custo de saúde por conta do câncer, pra além dessas questões técnicas e questões sobre a vida eu também queria saber em que momento do processo serão realizadas as consultas prévias aos povos indígenas, as comunidades tradicionais, que é um direito assegurado pela legislação brasileira no momento em que a convenção 169 da constituição foi ratificada pelo Brasil e nesse sentido é muito importante perguntar pro povo na sala que hoje em dia convive com os impactos é, dos empreendimentos que vocês citaram como sendo empreendimentos tão bons que é o empreendimento ali da Siderúrgica do Pecém.

Pergunta pro povo na se eles têm acesso à água pergunta para o povo da comunidade do assentamento da parada se eles conseguem respirar com pó de carvão porque aqui não vai ser pó de carvão mas vai ser o gás rada, radônio que é um gás extremamente cancerígeno e radioativo que as comunidades vão ter que respirar e que na realidade esse projeto que se apresenta como sendo um projeto que gera emprego gera desenvolvimento é um projeto de morte, porque se a gente tem uma população de 185 mil habitantes e só se, só vão ser gerados 538 empregos diretos, isso é 0,2% da população então você penaliza toda uma população, todo um conjunto habitacional que vai ter, que vai ser pessoas que vão ficar com câncer, pessoas que vão perder suas terras, vão perder o direito de produzir pra gerar alguns empregos, concentrar lucro na mão de pouquíssimas pessoas enquanto a coletividade paga o preço do projeto de morte da instrução que o senhores querem trazer pra o nosso Estado do Ceará. Eu sou de Fortaleza, eu sou cearense, eu não moro aqui em comunidade de fato mas esse é um projeto que diz respeito a todo estado do Ceará e toda a população do Ceará tem interesse nesse projeto sim, porque a gente não quer que vocês tragam mais um projeto de morte para o nosso estado como já aconteceu outras vezes que é o caso de São Gonçalo, então, é, o que vou pedir aqui, que é o IBAMA que coloque a mão na consciência e veja a quantidade de erros que foram apontados nesses estudos e que essa esse projeto ele seja julgado inviável não só socialmente mas também ambientalmente e também porque a população não quer esse projeto de morte de destruição então digam não a mineração de urânio e fos, e fosfato em Santa Quitéria.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Beatriz nós agradecemos suas manifestações e gostaríamos de chamar a Sara é Lorraine por favor.

Sara Lorraine:

Boa noite a todo mundo. É, eu gostaria que começando a minha fala, respondendo ao senhor que falou que nós somos mal educados e eu queria dizer pro senhor que não dá pra a gente ter

educação quando a gente tá debatendo um projeto que diz respeito a nossa vida, um projeto de morte. A gente não pode ter também ter educação quando que a gente tá falando aqui é sobre contaminação de urânio, é radiação, é contaminação das águas, alimentos envenenado, é câncer, então não dá pra gente ter educação e ficar calmo quando é a nossa vida que tá em jogo quando é o planeta que tá em jogo, quando é a terra que ta em jogo e também quero falar sobre o espaço da juventude aqui.

Porque é muito engraçado também ver certas reações que a gente sente contra a juventude de pessoas mais velhas que desrespeitam a nossa opinião porque acham que a gente é o que é um bando de ignorante só pode, porque só quem é mais velha quem tem conhecimento. Então eu também gostaria de falar para o senhor que eu não me importo com títulos mas se é isso que precisa falar quero dizer pro senhor eu sou bióloga e faço mestrado em desenvolvimento do meio ambiente na UFC, e sou ativista climática. E também quero continuar falando que eu tô há três dias acompanhando as audiências, né de forma bem desgastante, né porque ninguém merece terminar todo dia uma hora da manhã, três horas da manhã para no outro dia começar tudo de novo escutar as mesmas mentiras todos os dias porque é basicamente isso acontece a gente vem para cá todo dia escutar as mesmas mentiras de que não vai ter água contaminada de que não vai ter poeira em cima das comunidades de que radiação não tem a ver com câncer então a gente não aguenta mais ouvir mentira a gente quer aqui escutar a verdade debater sobre o que realmente vai acontecer e aí eu peço IBAMA também responsabilidade sobre isso existe uma coisa chamada ciência, existe uma coisa chamada comunidade científica, painéis, relatório, estudos científicos.

E tudo oi...

Interrupção do público – gritos

Sara Lorraine:

e tudo que tá sendo falado daqui a gente pode facilmente muito facilmente busca pesquisa no Google é uma coisa tão simples desmistificar tudo que vocês falam então não entendo como é que a gente tem três dias de audiência para escutar mentira sobre coisas que a gente pode facilmente desmistificar na internet, lendo, se informando, estudando, ouvindo os povos tradicionais, ouvindo a sabedoria ancestral, então eu peço responsabilidade do IBAMA sobre esse processo e peço também que parem de mentiras e eu também quero reforçar sobre uma mentira que foi falada ontem, mais uma das mentiras né, quando o senhor o senhor Raph, o senhor Raphael falou sobre o filtro de manga né quando eu citei a questão do (INAUDÍVEL) petróleo, da emissão dos gases tóxicos, e o senhor falou, não que, tá tudo resolvido, não vai contaminação porque nós temos o filtro de manga e aí eu deixo também que lá no EIA/RIMA diz que o filtro de manga ele é pra controlar material sólido particulado e eu acho que a gente não precisa aqui também ser grandes, pensadores para saber que gás não é material sólido particulado. Então vamos também ter transparência nas informações que são divulgadas, porque filtro de manga não vai conter gases tóxicos e a gente também quer saber como é que esses gases vão ser é controlados como é que esses gases não vão chegar na população porque a gente sabe que vai chegar então eu peço transparência e responsabilidade do IBAMA durante esse processo. Obrigada.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Agradecemos muito a participação da Sara. Gostaríamos de chamar Alana Shelda. Por favor Alana 3 minutos tá bom? Obrigada.

Alana Shelda:

Oi pessoal eu estive aqui ontem eu tô muito feliz que agora eu vou conseguir falar pras pessoas e não só pra os funcionários. É, eu gostaria de saudar os movimentos sociais dos trabalhadores dos trabalhadores dos povos indígenas a todo mundo que tá aqui e que a gente tá aguentando esse terceiro dia como a minha amiga Sara falou falando as mesmas coisas pela terceira vez desmentindo pra vocês continuarem falando e insistindo nas mentiras nos equívocos mas eu vou falar um pouco do que eu falei ontem e ressaltar hoje eu moro em Fortaleza mas toda a metade da minha vida não foi assim eu sou sertaneja eu nasci em Itapagé mas eu morei em Itajuçuoca mas não exatamente em Itajuçuoca você pega um pau de arara sabe antigamente e desce mais 20 Km aí você chega em uma vilazinha pequena tem uma casa aqui, outra acolá, não tem sinal tá bom então a gente não consegue usar a internet hoje em dia é melhor quando a gente sobe uma pedra, uma árvore. Pois é. Muito muitos anos de seca a gente não tinha água embora muitos parlamentares aqui disseram que não falta água que não sei o que que tem pipa e eu não sei o que fantasia é essa porque metade da minha vida eu vivi e a gente tinha que contar quanto de água a gente tinha que beber porque a gente guardava água da chuva nas cisterna mas a gente não tinha pipa pelo menos não o governo não dava pipa pra gente que nem a gente tá ouvindo falar aqui, tanto.

A gente tomava banho com água salgada a gente lavava roupa com água salgada tudo que a gente fazia era com água salgada, mas acho que vocês não entendem o que é isso porque vocês bebem água filtrada da torneira. Bom, eu tô falando essa história porque porque é uma injustiça é covardia que vocês vão apresentar um projeto pras pessoas daqui um projeto que vai usar 800 mil litros de água por hora enquanto tem muita gente agora que vive nessa situação tem gente agora que não consegue plantar o que comer quando tem seca sabe por quê? Porque não tem água para plantar não tem vocês precisam, sabe porque vocês poderiam fazer? Vocês poderiam passar um mês. Se hospedem. Se hospedem numa localidade dessas quando vocês falam não vou afetar as comunidades comunidade não é uma palavra qualquer é um coletivo de pessoas, pessoas que tem sonhos são pessoas que gostam de jogar bola, são pessoas que querem ser muito mais e ter muito mais dignidade do que vocês têm a oferecer para gente, a gente quer poder sonhar e a gente quer acreditar em um novo mundo possível...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Alana vamos encerrando, por favor...

Alana Shelda:

E não só um mundo em que a gente vai ser burro de carga pra vocês poderem continuar enchendo os bolsos de dinheiro, pra vocês não virem para cá pra quando a gente tiver doente,

falecendo nossos órgãos quando a gente tiver sem água, vocês não vão estar aqui vendo isso, vocês não vão estar vendo isso, então eu cresci a minha infância

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Encerra Alana porque a gente ainda tem muitas pessoas inscritas ainda...

Interrupção do público – gritos

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Alana termina por favor.

Alana Shelda:

Pra encerrar só queria dizer que eu cresci a minha infância lendo cartilhas da do IBAMA eu achava a coisa mais linda eu achava inspirador e eu não queria perder essa fé senhores eu queria que vocês analisassem isso com toda a responsabilidade e considerassem o parecer que a gente trouxe, considerassem os povos indígenas que estão aqui, considerasse todas tudo que a gente falou e que não passem esse projeto para frente, nem hoje, nem nunca mais. Muito obrigada.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Alana agradecemos a sua manifestação só vou pedir a compreensão de todo mundo nós temos muitos inscritos se todo mundo passar o horário nós vamos chegar 4, 5 horas da manhã e não vamos conseguir a manifestação de todos, ok? O próximo a se manifestar vai ser Eliana Queiroz e depois da Eliana a gente vai passar a rodada de respostas aqui do empreendedor. Liana Queiroz por favor.

Liana Queiroz

Boa noite eu quero saudar todo mundo daqui que tá três dias ouvindo mentiras, é, me solidarizo vocês por estarem cansados de tanta balela, me solidarizo também com o IBAMA né, os próprios servidores que estão aqui tendo que ler uma série de abstrações e fantasias e é, eufemismos que tem dentro desse relatório né um desses eufemismo é esse tabu que é de se falar que é uma mina de radioatividade é sim tanto é que esse licenciamento é de competência do IBAMA tanto é que o CNEN também está aqui, então é uma mina radioativa sim e aí pra evitar todo esse gasto de papel, to, tantas passagens aéreas compradas, tantas noites sem dormir, né, poderia ter sido feito duas perguntas bem simples a primeira delas é tem água sobrando no Estado do Ceará no sertão cearense? Não tem água sobrando então não tem água pro projeto. A segunda pergunta é, é, foram consultados os povos e comunidades tradicionais sobre o projeto e se vocês consultassem a resposta era muito simples eles não querem. Vocês não querem uma mina radioativa no quintal de vocês ninguém quer uma mina radioativa no quintal de vocês então, é, em vez de vocês fazerem contas matemáticas com a vida das pessoas o que é impacto positivo

negativo, botar essas contas no papel, é, calcular quantas vidas vão ser perdidas de animais de pessoas quantas pessoas vão sofrer com câncer porque isso é fazer conta matemática com a vida das pessoas vocês poderiam, é, ter a decisão política porque o planeta está essa bomba relógio que está hoje porque por conta de decisões políticas do passado e o sistema capitalista não é operado por uma entidade fantasiosa que a gente não sabe qual é, são pessoas que decidem apresentar o IBAMA um tipo de projeto é o IBAMA que decide licenciar ou não esse tipo de projeto, são é, políticos que decidem apoiar ou não esse tipo de projeto então vocês têm sim uma grande responsabilidade com o futuro dessa nação com esses jovens que estão aqui que vão herdar esse planeta radioativo que vocês estão querendo deixar pra todos eles e o meio ambiente ele não tem fronteiras então isso sim é uma preocupação de todo o estado do Ceará é uma preocupação do Brasil é uma preocupação planetária. Muito obrigada e boa noite.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Gostaria muito de agradecer a Eliana Queiroz é só um esclarecimento rapidinho é o IBAMA ele não tem opção, é, de não licenciar faz parte de atribuição do órgão porque qualquer pessoa que abre lá um processo de acordo com a lei, lei complementar 140 que cabe naqueles critérios e chega no IBAMA abre um processo, o IBAMA é obrigado a licenciar ele não tem opção ele tem que analisar o processo inclusive faz parte do rito do processo que vai entrar na análise de viabilidade deste empreendimento a audiência pública. Então o IBAMA não tem escolha ele é obrigado através dos seus funcionários a analisar todos os processos que são ali protocolados tá bom é só um esclarecimento.

Eu gostaria que, (INAUDÍVEL), é vou passar algumas questões dos colegas que se manifestaram anteriormente para o empreendedor para que ele possa prestar os esclarecimentos devidos. É, nós tivemos aqui pergunta sobre o que fazer diz não acharam nos estudos ambientais sobre as matas ciliares né, o que vão fazer cadê, as, as nascentes no projeto né, como que vai ser essa questão de contaminação desses recursos hídricos foi uma das perguntas, teve a pergunta da Beatriz, né, que ela falou é, como que vai ficar a sociedade, a saúde né, as consequências do empreendimento sobre os alimentos, como que vai ser o custo social, a Beatriz perguntou, uma pergunta muito interessante essa da Beatriz né, eu acho que essas perguntas são relevantes e devem ser feitas sim, como que é o custo social, gostaria que a empresa falasse um pouco sobre isso. É, falar um pouco e os empregos né, como que vai ser, como que ele vai dar emprego pra esse todos esses municípios na área de influência, falasse um pouco também sobre isso. A Sara, ela falou uma coisa muito importante ela perguntou sobre os filtros de manta né como que será usado esses filtro de manta, serão suficientes, vai conter as conta, se houver contaminação, é, via ar vai conter esses filtros de manta vai conter alguma coisa, então gente são perguntas essenciais que eu acho que merece ser ouvido a explicação do empreendedor, por favor.

Rogério Mendes Carvalho – Diretor Recursos Naturais INB:

Bom, geração de emprego, distribuição de renda a gente falou um pouco mais detalhado, detalhadamente antes mas vou repetir rapidamente foram três perguntas feitas pela Telda, né então a geração de empregos durante a fase de obra, de obras e de operação a gente vai privilegiar a contratação da mão de obra loca, alô, distribuição de renda né e que gera justamente é, por meio da massa salarial, por meio da distribuição dos impostos vão ser gerados 461 milhões de impostos gerados ao ano, só na comercialização dos fertilizantes e pagamento

de impostos federais da mineração, todo esse valor ele é revertido pras finanças públicas e que dão a condição do investimento social além daquele citado do governo do Estado do Ceará que é um investimento adicional por meio do memorando de entendimento. Toda riqueza gerada ela aumenta o PIB, o PIB é que gera essa possibilidade de distribuição de renda também, então isso tudo vai acontecer ao longo de 20 anos e ao longo desses 20 anos tem uma primeira curva que é justamente essa operação inicial mas depois se estabiliza todo serviço gerado a educação, a melhoria da educação ela gera ao longo prazo uma mudança no tipo da economia local, né, ela deixa de ser dependente da mineração da indústria ela começa a gerar ser mais produtivo em termos de serviço do agronegócio na região que hoje tem muito potencial de crescimento e tem toda a possibilidade de coexistir com a agricultura familiar, é, e agricultura orgânica da região.

Então os investimentos, infraestrutura eles também ficam pra sempre, né, a adutora, a estrada a melhoria né, na, na, no abastecimento de energia elétrica eles ficam pra sempre né se o empreendimento tem uma vida útil pré definida essas infraestruturas elas ficam pra sempre. Sobre a questão dos sistemas de controle de poluição eu já falei também mais cedo, mas vou reforçar que todo o processo industrial ele é adotado de uma série de equipamentos, principalmente lavadores de gases pra todos os tipos de gás e filtro de manga por controle de material particulado, então isso tudo também já foi falado né como, é, também já foi dito ao longo dos três dias essas perguntas são recorrentes e a gente vem também informando como, como que é esse controle vai ser feito. É, com relação ao impacto é, do empreendimento na fauna e na flora, a propriedade, a Fazenda Itataia ela possui 4000 hectares. O empreendimento ele só vai ocupar 380 hectares, menos de 9% numa região onde não tem as nascentes. As nascentes estão nas encostas como foi mostrado aqui pela consultoria e o empreendimento ele tem todo um sistema de controle periférico das suas águas que não deixa misturar a água que vem de fora com a água que fica dentro desse sistema, por isso que a gente chama o sistema fechado. É toda água que entra nesse circuito ela é consumida, tratada e reutilizada sem lançamento ao meio ambiente. A única perda que tem é por evaporação ou aquela que vai no produto, então são esses controles que o projeto possui e que garantem, né, o gerenciamento dos riscos uma operação segura e uma operação que, como foi colocado aqui, sendo aprovada pelo IBAMA, o IBAMA e a CNEN vão controlar e ter uma autoridade caso aconteça alguma coisa de paralisar a operação de fiscalizar e de manter a regularidade é, perante a legislação brasileira.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

É, vamos continuar, é, vocês me desculpem, mas, é, eu não ouvi uma resposta que um de vocês perguntou pra empresa responder, mas aí na próxima rodada eu acrescento essa pergunta pra a gente não perder todas as inscrições que vocês fizeram e que vale a pena a gente ouvir, então, já começando a próxima ciclo de rodadas, gostaria de chamar a Iara Oliveira por favor. Iara seja bem-vinda, por favor 3 minutos.

Iara Oliveira:

Dessa vez eu vou ser breve viu, não precisa cortar o microfone não, risos. É, gente muito boa noite, né, a todo mundo, queria que também saúda né os povos indígenas aqui presente, as comunidades quilombolas, as comunidades de campo também né que se fazem presente aqui nesse momento por mobilização dos movimentos sociais né que é que se encontram também,

é, e eu queria só pontuar que coisa rápida né, é, não vai ser questionamento em relação ao projeto em si, não. É sobre a participação popular né dessas audiências. A gente tem aqui né nesses três dias de audiência um grande esvaziamento das populações que serão atingidas por esse empreendimento né, e por mais que tenha tido né, é, acredito salvo me engano por seis meses né, vasta mobilização pela empresa a população não se faz presente, aqui, né, e não se faz presente inclusive por conta do horário né se estendendo até uma hora, duas horas, três horas da manhã.

Então eu gostaria de pontuar inclusive pra vocês que tão assistindo no YouTube né que não é mostrado as cadeiras vastamente vazias aqui nessa auditório e não só hoje né porque hoje a gente tem a presença dos movimentos, das comunidades né do do das comunidades imobilizadas pelos movimentos, das comunidades quilombolas, né que inclusive não foram consideradas, né, mais vou reforçar mais uma vez como já foi re, reforçado em outras falas aqui, mas de 150 comunidades, povos, né, foram deixados de serem considerados pelo pelo empreendimento né então gostaria de pontuar isso esse esvaziamento né da participação popular. E ouso dizer, né, por fim, pra finalizar já e cumprir o meu horário pra não cortarem o microfone, é, né, é, que isso pode ser um não da comunidade não quer esse empreendimento na, no seu território. O povo não quer o empreendimento no seu território. Xô nuclear. Obrigada.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Iara, agradeço muito, obrigada viu Iara. É, gostaríamos de chamar a Cecília Paiva Souza, por favor.

Cecília Paiva Souza:

Oi gente, boa noite.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Seja bem-vinda Iara, três minutos, por favor.

Cecília Paiva Souza:

Certo, obrigada!

É, oi gente, boa noite! Me chamo Cecilia Paiva, é, sou advogada do escritório Frei Tito de Alencar inclusive essa semana estamos fazendo 22 anos de atuação na defesa dos direitos humanos aqui no estado. Obrigada. É, nós atuamos em diversos conflitos socioambientais e estamos atuando ativamente é, preocupados com a questão do projeto de Santa Quitéria, é, e tivemos várias negativas inclusive de estar na mesa de abertura, é, propomos junto a articulações da Nuclear uma outra forma de fazer audiências que também foi negada é, uma coisa que eu queria salientar novamente né estive nas outras audiências também pontuando coisas semelhantes é falaram aqui ó gente cuidado as coisas não vão ser como está no papel mas gente nem no papel tá é um negócio que a gente tem que pontuar novamente os impactos da radiação sobre as

pessoas não está no EIA|RIMA então é por isso que eles não falam aqui eles simplesmente se apoiaram na possibilidade de terceirizar a questão nuclear só pra CNEN e não pontuar as questões da radiação pra a gente. Chega ao absurdo, acreditem! Chegou um absurdo dos deles considerarem os impactos dos banheiros do canteiro de obras, mas não falarem dos impactos que a radiação vai ter nas vidas, nos animais na flora, na fauna. É, outra questão é que eu acho muito importante colocar é que todas as respostas trazidas aqui tanto pela principalmente pela INB com relação a isso ainda são frutos de especulação porque os estudos ainda não foram feitos e não foram apresentados junto a CNEN, é, e uma coisa que eu também quero pontuar aqui assim que tem me diz confortado bastante é o IBAMA se apoiar na questão técnica como desculpa pra alguns tipos de postura certo? Pra começo de conversa o, existiu parecer dentro do licenciamento falando que a, o empreendimento devia trazer informações primárias sobre povos originários e comunidades tradicionais e esse parecer foi tecnicamente ignorado pela, pelo pessoal do IBAMA com relação a complementação dos estudos que eles não foram solicitados. Outro ponto, é que a gente tem que salientar a velocidade que esse licenciamento tem ocorrido que mostra pra gente sim uma postura tendenciosa do IBAMA. Eu nunca vi um licenciamento tão rápido de um licenciamento desse porte ocorrer nessa velocidade e isso nos preocupa sim isso mostra sim tendências que não são técnicas então a gente tá assim preocupado enquanto órgão de cidadania da assembleia legislativa do estado, com esse empreendimento e com as diversas violações sim que eles têm ocasionado e o IBAMA não pode se apoiar na texi, na tecnicidade pra ofe, legitimar essas violações. Obrigada.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Cecilia, agradeço as colocações. A questão da postura tendenciosa, pessoal, é uma questão muito delicada porque nós somos servidores públicos, é, nós somos regidos por éticas, por metas e nós só fazemos apenas é analisar os processos que são protocolados pra nós e faz parte da legislação esses ritos dos quais vocês estão participando como na audiência pública. Nós não temos nenhuma, nós não estamos torcendo nem contra e nem a favor estamos ao contrário colhendo todas as observações feitas por vocês para entrar na análise. Quando a gente terminar daqui seja seis meses, um ano, a análise desse processo vocês vão se ver nessa análise, porque ela serão parte da no, da nossa é, verificação da nossa avaliação, então nós somos servidores públicos nós não dependemos da empresa pra nada, tá. Nós temos o nosso salário, nós passamos corretamente no concurso público, tá então vamos tomar cuidado nas agressões verbais e estamos trabalhando, ficamos aqui ontem, antes de ontem, né, nós chegamos no hotel todas as noites depois de três, quatro, horas da manhã, nós também estamos nos esforçando se não é o melhor, cês desculpem. As audiências públicas ela tem um formato difícil mesmo, mas, a gente vai procurar sempre com ajuda de vocês melhorar. Eu agradeço muito a atenção e aí eu gostaria de chamar a próxima pessoa que eu acredito seja o Pedro Costa Pedro. Costa está presente?

Ruídos...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

O senhor Pedro Costa está presente? Ele já foi embora? Obrigada pela informação. Vamos passar então para Luise Santana, por favor. Luise Santana está presente? Ah, obrigada! Boa noite seja bem-vinda, por favor 3 minutos está bem?

Luise Santana:

Boa noite a todos e a todas, boa noite aos trabalhadores e trabalhadoras, é, hrum, hrum, nós estamos encerrando esse processo de audiência pública e eu acho que algumas coisas muitas coisas já foram ditas repetidas e aí eu acho que a gente precisa também trazer algumas questões não vou me justificar por ser de Fortaleza porque sendo do Ceará é importante que a gente teja aqui pra pensar sobre essa política porque infelizmente ou felizmente nós estamos todos conectados e essa coisa de que tá todo mundo no mesmo barco é verdade todo mundo vem no mesmo barco desde quando o Brasil foi descoberto só que tinha gente que vinha escrevendo tinha gente que vinha guiando o barco e tinha gente que vinha no porão, então o barco é o mesmo o lugar histórico que as pessoas ocupam dentro do barco é que é diferente, então é importante nós estarmos aqui porque quando as pessoas dizem que não reconhecem não vem né pessoas indígenas, pessoas quilombolas, né, a gente também quando olha para o corpo técnico então a empresa né de quem propõe o empreendimento também não percebe a diversidade que o Ceará tem né, não percebe uma diversidade étnica uma diversidade de mulheres de pessoas negras e não é desmerecendo vocês, nós inclusive achamos importante o conhecimento que o sul, sudeste e outras regiões desenvolvem sobre o Brasil.

A indagação é porque que a partilha desse conhecimento só é feita num processo exploratório de caça e de morte para o nordeste e é assim desde sempre, o nordeste ele desde sempre foi esse tipo de espaço e vindo de Fortaleza para cá a gente vem e aí eu estou Vereadora na Câmara municipal de Fortaleza, sou professora em São Gonçalo, concursada também, uma servidora pública né, sou bacharel em direito, então a gente não precisa estar colocando aqui os títulos pra comprovar que a gente tem educação. A gente vem aqui porque a gente se preocupa, porque em algum momento vocês vão embora vão voltar para o lugar de moradia de vocês, mas a importância dessa audiência é porque ficará registrado para a história quem foi a favor da vida do povo cearense e o registro histórico ele é implacável a memória histórica ela é implacável ela lembrará dos nomes tanto de quem propôs o progresso como de quem tem lucrou com ele e também de quem continuará lucrando.

Sabe quais os nomes que a história esquece de quem o progresso matou, mas essas pessoas também tem uma história, também tem um nome, e aí para fechar porque eu já vi que terminou eu acho que é importante pensar as seguintes questões. O IBAMA coloca que a responsabilidade sobre água, transporte não é de sua competência, nós entendemos isso, mas também fala sobre a partilha nesse processo de licença né, então é importante entender até que ponto essas responsabilidades pesam pra que as pessoas que muitas vezes serão esquecidas nesse tipo de empreendimento saibam a quem cobrar a conta que ficará e que a história dessas audiências não deixará ser esquecida. É importante pensar também e aí eu acho que é importante que a empresa pense sobre, isso sobre a instalação de equipamentos, hospitais , porque já se sabe que é um resultado do processo eu acho que já que a gente tá falando sobre responsabilidade social civil e eu acredito que a empresa preza por isso, visto que é uma empresa de grande porte, é preciso pensar também os desdobramentos né, vejo que a empresa avançou a partir das críticas aos projetos anteriores então também pode trazer esse tipo de avanço. Gente é real, em Fortaleza hoje não temos leito. Fortaleza não tem condições de dar suporte...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Luise, vamos encerrando.

Luise Santana:

A Canindé, vou terminar meu bem. Fortaleza não tem condições de dar suporte a Canindé quando as pessoas começarem a adoecer então, vamos logo pensar como é que vocês vão se tratar aqui, porque a doença vai chegar, infelizmente vai chegar em Fortaleza também, né, então vamos pensar como é que vai ser aqui e aí eu termino dizendo sabe o que gente

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Luise, vamos encerrando.

Luise Santana:

Fortaleza foi poupada. Até mesmo do transporte. E é muito injusto que fortaleza seja poupada fique para aqueles que são mais humildes que como vocês mesmos disseram não tem água, não tem escola, não tem emprego, não tem nada, tenha doença, morte, e uma miséria...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Luise, já vai para cinco minutos. Vamos encerrar.

Luise Santana:

... (INAUDÍVEL)... certo e aí eu queria terminar dizendo que eu acho muito importante o papel que a Telda tá cumprindo de tentar né reaver aí, o tempo que foi tirado de todas e todos os populares que não tiveram oportunidade de participar da mesa da audiência pública, né, que a audiência pública é justamente um instrumento democrático, de escuta divisões e percepções diferenciadas e nós, infelizmente, tivemos pouca oportunidade de ver isso aqui. Eu espero que vocês tenham uma boa viagem de volta, eu espero que vocês façam boas reflexões sobre o que ouviram aqui e eu espero que vocês de coração não façam parte do registro histórico de que corroborou com a morte dessas pessoas. Olhem para o rosto delas...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Luise, vamos encerrando.

Luise Santana:

...para quando você voltar porque o registro histórico será implacável com vocês e nós não esqueceremos.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Gostaríamos de chamar a Juliana Melo, por favor, da comissão dos direitos humanos da OAB, seja bem-vinda. Por favor vou pedir novamente vamos respeitar os horários para que nós possamos todos nos manifestar, tá bom agradeço seja bem-vinda.

Juliana Melo:

Boa noite a todos, a todas e a todes, a comissão de direitos humanos da OAB quer apresentar que esse licenciamento vem pautado por graves irregularidades e violações de direitos humanos, direitos socioambientais, direitos territoriais, direito à saúde e principalmente direito à vida. Depois de 18 anos e três licenciamentos é nítido a insustentabilidade ambiental e social desse empreendimento, que velho, vem maquiado como novo nesse terceiro licenciamento. Repete um repertório técnico artificial e apartado da realidade e, em proposto por uma empresa que tem um histórico de irre, irresponsabilidade e falhas técnicas em outros locais que se instalou. Vale ressaltar que o conselho nacional de direitos humanos recomendou em dois de junho a suspensão desse sempre, procedimento e o adiamento dessas audiências públicas que nem deveriam estar ocorrendo e que a ocorrência já provocou profunda violação do direito à informação ambiental e a participação popular. Vale ressaltar também que esse licenciamento não garantiu o direito à consulta prévia dos povos indígenas e tradicionais e nem garantiu a apresentação da completude dos dados do licen, licenciamento nuclear cujos impactos graves precisam ser expostos a população. É necessário ressaltar também que o que essa semana o Ministério Público Federal lançou também recomendação ao IBAMA que, que apresente todas todos os detalhes dos componentes indígenas e quilombolas sobre pena de não garan, é, emitir a licença prévia. Finalmente é importante também ressaltar que o IPHAN vem, é, utilizando num processo de licenciamento do patrimônio arqueológico com base na portaria de 2002 e utilizam uma ficha de catalisação da atividade do TR do licenciamento anterior, e mais uma vez, né um licenciamento antigo que já foi decretado inviável e que não está utilizando a instrução normativa número 1 de 2015 que é a mais atualizada e mais benéfica a proteção do meio ambiente. Finalmente, a gente quer dizer que diante desse cenário só nos restas consignar é, em ata, é, o pedido de nulidade do aceite do EIA/RIMA que o IBAMA deu pra a realização dessas audiências públicas e que é necessário o imediato arquivamento desse procedimento por absoluta inviabilidade.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

É Juliana, é, eu agradecemos suas colocações, só a título de informação a Juliana falou que o IBAMA recebeu é, uma carta dos direitos humanos, nós recebemos sim uma carta de direitos humanos e foi, foi uma carta que quem respondeu foi o Presidente do IBAMA, é na figura do senhor Eduardo Bim e essa e, as colocações do direito humano são muito bem aceitas dentro do IBAMA, só que, até o IBAMA aceitar não só dos direitos humanos, Ministério Público, nós também temos que ter argumentos igualmente e uma das questões que foram colocadas lá foi que a suspensão da audiência pública foi pedida em cima da hora, todos as despesas públicas já

tinham sido realizadas e as justificativas colocadas não foram comprovadas, porque nós já falamos isso lá na primeira audiência mas a gente vai repetir novamente, os órgãos intervenientes que fazem parte do licenciamento ambiental, além da CNEN que são a fundação que é o INCRA e que é a fundação é o, a FUNAI, os dois se manifestaram no processo falando, se abstendo de participar e falando que aquelas informações trazidas pela empresa eram reconhecida por eles, então eu não tinha justificativa técnica naquele momento para aderir, eu não, o Presidente do IBAMA para aderir à recomendação dos direitos humanos. Isso não quer dizer que vai ficar dessa forma porque já foi explicado também que esse processo está sobre análise. O que que quer dizer sobre análise? O que quer dizer o rito processual? O rito processual começa quando é protocolado o pedido de licenciamento ambiental e aí é feito um termo de referência no qual a empresa atendendo o termo de referência apresenta um estudo aí o estudo além de ser apresentada ao IBAMA é apresentado em audiência pública, é o que nós estamos fazendo. A empresa está apresentando em sociedade a proposta dela, o estudo dela. O estudo dela não é bom, o estudo dela tem falhas? Ótimo!

O IBAMA está anotando tudo e fará parte da análise dele. Eu gostaria que isso ficasse também registrado na nossa ata, a explicação. Agradeço muito e vamos para o próximo manifestação.

Ruídos...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

Paulo Ricardo Dias, por favor Paulo, seja bem-vindo.

Ruídos...

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA – Secretária da mesa:

É, gostaria de chamar o Paulo Ricardo Dias, por favor. É, gostaríamos é ele já foi embora? Já? Obrigada pela informação. Vamos então para o próximo comenta.

É, está presente o senhor Daniel de Paula? (INAUDÍVEL). É o seu Daniel de Paula não. Olha colocaram aqui é ponto Silva está presente e não colocou o início do nome então, não vou saber falar. Não está presente? É ponto Silva. É Edi. Edineide Júnior, o perdão, Lima. Edi Lima está presente? Perdão, Edineide, seja bem-vinda. Você tem 3 minutos, seja bem-vinda, ok.

Edineide Lima:

Boa noite a todos né que estão presente aqui nesse momento importante para o desenvolvimento. É, eu lembro de uma fala que no, no decorrer dos pronunciamentos que falava o seguinte: eu tenho uma proposta de desenvolvimento sustentável e o pessoal aqui do interior até hoje está esperando esse desenvolvimento chegar. Eu falo isso porque eu conheço a realidade local dos produtores, dos agricultores que produzem diariamente, que necessitam de mais desenvolvimento porque todos os dias um filho pega a sua mala e vai pra São Paulo em busca de emprego, porque aqui não tem. Teve um estudo recente de uma escola, não vou citar

o nome, que 70% dos alunos daqui do município vão embora buscar a oportunidade em outros estados. Muitas promessas vêm de desenvolvimento sustentável, mas não passa de falácia, falácia de pessoas que recebem pra enganar o povo e muitas vezes recebe do imposto que o povo paga do pequeno produtor, né, que o agro ele não mata porque todo mundo tá aqui porque comeu, tomou o café da manhã hoje, produzido principalmente pelo pequeno produtor. O agronegócio, a agricultura familiar também faz parte do agronegócio porque a agricultura familiar comercializa e agronegócio também vem de comercialização. Os produtores precisam de fertilizante para adubar o milho, o feijão, não é só o grande não, o pequeno também precisa. Misturando não, eu atendo produtor de assentamento que nunca recebeu um veterinário lá e nenhum agrônomo. Eu sou agrônomo, engenheiro agrônomo. Atenda o pequeno e grande pra mim não tem diferença. Pra mim o que importa é que ele tá produzindo e o produtor hoje, ele tem uma oportunidade, ele recebe a assistência dentro da propriedade dele que nunca recebeu antepassado nenhum e agora ele tá recebendo. Agradeço aqui a oportunidade e nós mulheres muitas vezes a gente vai pra rede social buscar respeito né e a gente tem que começar o respeito por nós e pelas mulheres aqui que tão na mesa. Muitas vezes quando vai falar que a educação importante nesse ponto e respeitar principalmente quando a gente busca respeitar as mulheres. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigada pela manifestação pode aumentar um pouquinho o som. Alou. Pronto! Muito obrigado. Dando sequência eu gostaria de chamar a senhora Ariane A. Lacerda pra fazer sua manifestação oral. Senhora Ariana lembra que a senhora tem três minutos pra sua fala.

Ariane A. Lacerda:

Então, bom dia né. Já são 17 minutos do dia seguinte né, nós começamos ontem essa audiência. Eu queria começar a minha fala antes de cumprimentar, repudiando o formato que está acontecendo essa audiência pública, porque ela é excludente, ela não entra a participação popular porque o agricultor que vai ser atingido pela mineração ele, uma hora dessa tá dormindo porque amanhã 5 horas da manhã ele tá de pé pra produzir o alimento que vai pra mesa do povo brasileiro que não é colocado lá pelo agronegócio. Para produzir um alimento saudável que não é o alimento produzido, envenenado pelo agronegócio. Queria começar minha fala dizendo isso e que nós precisamos aprender o que é agricultura familiar camponesa e o que é o agronegócio fantasiado de agricultura familiar, de pequeno produtor, existe o produtor.

Pequena a mentalidade de quem vem defender a morte aqui. Queria cumprimentar toda a companheirada que tá aqui, vindo dessa jornada de três dias, escutando atentamente, defendendo o projeto de vida que nós acreditamos. É importante dizer aqui que todos os dados foram tragos aqui e eu não venho falar da condição de cientista, embora seja, também tenho formação, mas não tô aqui pleiteando emprego para estar apresentando meu currículo, né. Só queria dizer da importância que esse momento tem se ele tivesse sido feito há muito tempo atrás, com a participação popular, com a participação do meu pai, do meu avô, que tão lá na comunidade que vai ser afetada, da minha casa que fica 200 metros da CE, que esses transporte vão passar pelas pessoas que tão lá nas comunidades que não tem água pra beber, que não tem adra, água para cozinhar, pelas pessoas que estão nas suas casas sem condições de ter um tráfego tranquilo, porque os poderes públicos nunca se preocuparem fazer estrada para o nosso

povo se deslocar e agora a gente vai ter estrada pra atender um empreendimento do grande capital. E o progresso pregado pelo grande capital ele não serve. Esse desenvolvimento, é um desenvolvimento de morte. A história do nosso país foi construída com esse discurso de desenvolvimento que tomou as terras dos indígenas, dos quilombolas, dos sem-terra, nós estamos aqui discutindo o licenciamento que parece muito mais um silenciamento porque ali eu já encerrei, mas eu não vou parar de falar só quando eu concluir minha fala. Porque a gente vem pra cá e fica até de madrugada e aí eu concordo quando foi dito, a mesa também tá composta por trabalhadores, isso é fato, são servidores público, merecem o nosso respeito, mas nós também precisamos ser respeitados e é por isso que nós estamos pedindo, exigido, nós estamos aqui para defender a vida, IBAMA, não licencie, não licencie, isso é um projeto que vai assassinar gerações. Eu tenho 30 anos, mas tenho legitimidade pra falar aqui...

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Ariana, por favor, eu peço que você conclui sua fala.

Ariane A. Lacerda:

Tá, só um momentinho. Eu tenho legitimidade pra falar aqui tanto quanto tenho 60 anos porque também serei afetada. E quem vem de Fortaleza, quem vem de Calcário também tem legitimidade porque esse projeto vem chorar um rastro de morte por onde ele passar. Infelizmente, pessoal. a gente começou mais cedo aqui esse lado aqui ó tava repleto dos representantes de Canindé, agora não tem mais nenhum aqui, nenhum, mas amanhã em todas as emissoras de rádio e de TV vi ta lá pregando o desenvolvimento.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Ariane...

Ariane A. Lacerda:

Isso é repudioso também. Então, só pra concluir, né foi dito que na nossa região não tem investimento. Ora, é óbvio é estratégia do grande capital, desenvolvimento desigual e combinado. Nós precisamos ter aqui no Nordeste no nosso sertão mão de obra barata e é desrespeitoso, é criminoso, depois de dois anos de pandemia você viver um discurso de emprego. As famílias estão passando fome. O Brasil voltou para o mapa da fome, então pergunta pra uma mulher que tá em casa com a família sem ter o que dá de comer se ela não quer um emprego. Mas quais são as consequências, né, aqui todas as retóricas da mesa foram repetidas as primeiras falas. A gente não tem um elemento novo do discurso sabe, dizer respostas da empresa. Vocês têm família também, eu sei que vocês representam uma empresa vocês não são o dono da empresa. Vocês estão aqui para defender o projeto de vocês, mas nós estamos aqui pra defender a vida e nós vamos seguir unificados...

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Ariana...

Ariane A. Lacerda:

Os indígenas, quilombolas, povo sem-terra e todo mundo lutando contra esse projeto que é de morte.

Ruídos...

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Dando continuidade, gostaria de chamar o senhor Rogério canindeense. Senhor Rogério canindeense se encontra? É. Nós temos nós encerramos as inscrições de manifestações orais nós temos apenas uma uma pergunta escrita que eu gostaria de fazer é, da organização a PRENAC, é, Joãozinho Caruca, é, ele pergunta na retirada da biodiversidade onde será a sua nova casa? Temos entre o limite de Canindé e Itatira, a Serra do Céu, Serra das flores, Serra Redonda. É, já dentro do município de Canindé como mais de 20 nascentes e como não tem nenhuma APA, está dentro do projeto a criação de mapa ou de uma unidade de conservação? Gostaria que fosse abordado pela, pelo consórcio

Ruídos...

Rogério Mendes Carvalho – Diretor Recursos Naturais INB:

Alô alô bom, boa noite obrigado pela pergunta é, na verdade o projeto é a criação de unidade de conservação não está sendo prevista nesse momento, a destinação de um valor de compensação ambiental que é pra, pra gestão ou criação de unidade de conservação e sua determinação é, nem na parte do consórcio nem da empresa de consultoria essa é uma definição do, do próprio do, da, da câmara de compensação ambiental, né, e alguns órgãos fazem parte. É, o que existe na propriedade da Fazenda Itataia é a reserva legal essa é uma área protegida que é mantida né e, e conservada pelo empreendedor pelo dono do da propriedade. Um ponto importante que eu queria destacar são os programas também de compensação de plantio compensatório que é, eles estão tão tem como objetivo né a compensar a área que vai ser ocupada pelo projeto. Esse programa ele trata aí do plantio de uma área equivalente que foi suprimida, então é um, um programa importante.

É, eu queria retomar que só retomar aqui só um, um esclarecimento sobre o programa de monitoramento da biota aquática, esse é o programa ele não é ele não tá sendo proposto justamente porque tem a previsão de de, de impacto sobre os cursos da água, ele tá sendo proposto pra acompanhamento uma vez que o projeto se prevê a, a, a retenção da água da chuva mas, a água da chuva é local essa retenção, por outras áreas ela vai continuar sendo escoada e, e dentro da Fazenda propriamente dito também, então é importante que tenha esse acompanhamento, é, não só da biota aquática mas também da qualidade do so, solo sedimento.

É, eu acho que tenho, por fim eu finalizo aqui esse depoimento e agradeço.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Ricardo, é, não havendo mais questionamentos eu relembro principalmente pras pessoas que estão nos assistindo é, através da transmissão no YouTube, via internet, de que podem encaminhar os seus questionamentos ainda durante os 20 dias em que a audiência ficará disponível pra pra consulta na internet, é, podem encaminhar suas contribuições, perguntas, questionamentos, suas manifestações de forma geral através dos e-mails psq.ap.sede@ibama.gov.br eu repito psq.ap.sede@bama.gov.br esse é um e-mail institucional do IBAMA, aonde serão recepcionadas as perguntas mas também podem ser encaminhadas para contato@consorciosantaquiteria escrito tudo junto, contato@consorciosantaquiteria. com.br ou então pelo, pelo telefone 08002 10 30, 08002 1030 eu relembro que o processo de licenciamento ambiental do IBAMA ele é totalmente público e ele pode ser acessado por qualquer pessoa que tenha interesse bastante para isso solicitar através de e-mail para o e-mail do IBAMA que eu falei agora, É pouco pedindo acesso integral ao sistema SEI do processo e aí vai poder não só verificar todos os documentos produzidos pelo IBAMA, como por outros documentos protocolados pelo consorcio, por outras instituições e também podem encaminhar é, documentos para dentro do processo fazendo parte do processo. Então não havendo mais questionamentos, eu registro...

Sara Lorraine:

Com licença, com licença, só por uma questão de ordem. Eu fiz uma pergunta na minha fala, sobre o filtro de manga que no EIA/RIMA diz que ele faz a filtragem de particulado sólidos. Eu fiz a pergunta com relação aos gases tóxicos. A senhora Telda me falou que não ia responder no bloco porque estava com tempo finalizando, que ia responder no próximo bloco. Não me responderam. E eu também gostaria de saber por que deram mais um bloco para responderem sendo que em nenhuma das audiências isso aconteceu. E a pergunta também não foi respondida até o momento.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Certo, desculpa.

Sara Lorraine:

Então quero que deixem registrado que, ou não sabem responder a minha pergunta ou precisam debater sobre o assunto...

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Perdão.

Sara Lorraine:

Significando que eles não têm conhecimento sobre ou deixa registrado que a pergunta não foi respondida.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Perdão, é, eu não, não, me recordo do seu nome.

Sara Lorraine:

Sara.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Sara eu vou passar mais uma vez pro consórcio pra que ele responda é, pra que ele se manifeste a respeito da resposta, ta certo?

Sara Lorraine:

Obrigada.

Raphael Turri – Gerente de Saúde e Meio Ambiente Galvani:

Bom, eu já respondi hoje duas vezes, respondi sobre isso também nas outras duas audiências públicas. Primeiro que não tem gases tóxicos. Que existe material particulado, NOX, SOX e Carbono. Todos esses gases eles estão apresentados, inscritos no EIA/RIMA, tem um estudo detalhado que se chama modelagem atmosférica. No capítulo de caracterização de empreendimentos são apresentados todos, todas as operações, todos os sistemas de controle de qualidade do ar, filtros de manga, ciclones lavadores de gases. Então, é, tá tudo apresentado conforme exigido pelo IBAMA, todos os padrões de lançamento de material particulado e dos outros gases, atendem a legislação, atendem ao padrão do CONAMA, então todas as metigas, medidas mitigadoras foram também apresentadas. É, só reforçando que tudo isso já foi dito, apresentado e o IBAMA' vai poder analisar justamente nesse momento que ele tem de análise do estudo de impacto ambiental.

Eu aproveito também para agradecer a participação de todos, agradecer a condução feita aqui pelo IBAMA, agradecer também a CNEN, agradecer a equipe técnica da Tetra Mais que teve aqui e fez e, é a responsável pelo estudo de impacto ambiental, agradecer a equipe da INB, né servidores públicos que cuidam do patrimônio da União, agradecer toda a equipe de engenharia, agradecer aqui o Rogério que esteve também junto com todos esses eventos, eu acredito que a gente trouxe muita informação, a gente trouxe respeito, a gente trouxe diálogo e é dessa forma que a gente quer continuar o projeto, que a gente quer continuar o processo de licenciamento seguindo todo o rito legal estabelecido pelo IBAMA e pela CNEN e continuando a, o diálogo aqui com a população dos quatro municípios, nas comunidades rurais com as outras comunidades, nós respeitamos todas as comunidades, respeitamos a diversidade, que tem o apoio do

município, o apoio do estado, então muito obrigado muito obrigado mesmo, por todo esse (INAUDÍVEL).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA e Presidente da mesa:

Obrigada Raphael. Eu. Eu recordo. Eu recordo mais uma vez que, o IBAMA está fazendo a análise do EIA/RIMA. A audiência pública é um momento que faz parte do processo de licenciamento é, o IBAMA estará avaliando principalmente a sua equipe do meio físico, estará avaliando a questão das emissões, assim como a CNEN também vai estar fazendo essa análise em relação a parte nuclear e, agora não havendo mais questionamentos eu registro que todas as perguntas, dúvidas, manifestações aqui apresentadas, a gravação, a ata sucinta que vai ser lavrada logo ao final da audiência e a ata transcrita é, de toda audiência, conforme o regulamento que foi lido inicialmente, eles serão incorporados ao processo de licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria que é o processo 02001014391/2020 dígito 17 eu repito 02001.014391/2020 dígito 17 e, portanto, agora meia-noite e 35 desse dia 10 de junho de 2022, eu, Regis Fontana Pinto e, na qualidade de diretor de licenciamento ambiental substituto, declaro encerrada e válida essa audiência pública para fins de instrução do processo de licenciamento ambiental do empreendimento projeto Santa Quitéria. Antes de encerrar eu agradeço a todos vocês que tiveram a paciência e a atenção de permanecer até esse horário pra acompanhar a audiência pública pra discutir o projeto.

Eu agradeço aos meus colegas que estiveram aqui na mesa, os meus colegas de IBAMA,
que prestaram apoio a toda a equipe da INB que atua nos bastidores, a equipe da UPTIME, agradeço a segurança pública que esteve presente ao longo das três audiências também o, os brigadistas que nos acompanharam. Eu desejo a todos um boa noite, um bom descanso, um bom final de semana e que nos, que seja um, que o IBAMA tenha a condução serena para tocar o processo de licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria.

Até logo.

TRANSCRIÇÃO: 05horas 30minutos. Transcrição feita por Mônica Kruel. Revisão: Helbe Ladeira Tuttman Interconnections Excelência em Idiomas Ltda.

OBS: Tivemos alguns momentos a qualidade de áudio ruim, que prejudicou algumas falas e que estamos, conforme CONTRATO, fazendo a transcrição literal, “sem correção gramatical e com repetição de vícios de linguagem”.